

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Artur Daniel Ramos Modolo

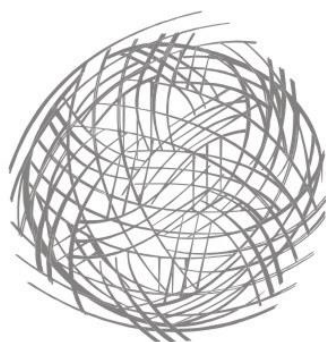
Filipe Mantovani Ferreira

Larissa Minuesa Pontes Marega

Renata Ferreira Munhoz

Urbano Cavalcante Filho

(Orgs.)



VII EPED

ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS EM
ESTUDOS DISCURSIVOS DA USP

**DISCURSO E LINGUÍSTICA:
DIÁLOGOS POSSÍVEIS**

SÃO PAULO, 2016

Paulistana
~ Editora ~

Copyright © 2015 Dos organizadores

Revisão técnica

Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Artur Daniel Ramos Modolo
Filipe Mantovani Ferreira
Larissa Minuesa Pontes Marega
Renata Ferreira Munhoz
Urbano Cavalcante Filho

Conselho editorial

Álvaro Antonio Caretta	Guaraciaba Micheletti	Maria Lúcia da C. V. de Oliveira Andrade
Ana Rosa Ferreira Dias	Ilca Suzana Lopes Vilela	Maria Valéria Anderson de Mello Vargas
Argus Romero Abreu de Moraes	Iran Ferreira de Melo	Michele Pordeus Ribeiro
Artaxerxes Tiago Tácito Modesto	Isabel Cristina Michelin de Azevedo	Moisés Olímpio Ferreira
Breno Battistin Sebastiani	Ivã Carlos Lopes	Norma Seltzer Goldstein
Christian Werner	José Ribamar Júnior	Paula de Souza Gonçalves Morasco
Dina Maria Martins Ferreira	Leonor Lopes Fávero	Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento	Luciane Corrêa Ferreira	Renata Barbosa Vicente
Edwíges Maria Morato	Luiz Antônio da Silva	Renata Palumbo
Elisabetta Santoro	Luiz Rosalvo Costa	Renira Appa de Moraes Cirelli
Elizabeth Harkot de La Taille	Luiza Helena Oliveira da Silva	Simone Ribeiro de Avila Veloso
Expedito Ferraz Júnior	Márcia Regina Curado Pereira Mariano	Solange Vereza
Fabio Fernando Lima	Maria Aparecida Garcia Lopes-Rossi	Vânia Lúcia Menezes Torga
Flávia Sílvia Machado	Maria da Graça Krieger	Waldir Beividas
	Maria Flávia Figueiredo	

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dra. Marli Quadros Leite
Suplente: Prof. Dr. Paulo Martins

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Prof. Dra. Ieda Maria Alves
Vice-coordenador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Projeto Gráfico, Revisão e Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

Gonçalves-Segundo, Paulo Roberto; Modolo, Artur Daniel Ramos; Ferreira, Filipe Mantovani; Marega, Larissa Minuesa Pontes; Munhoz, Renata Ferreira; Cavalcante Filho, Urbano (organizadores). **Discurso e Linguística: diálogos possíveis**. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. 357 p. ISBN 978-85-99829-88-2.

Acessível em: <http://eped.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Filologia. 7. Literatura. 8. Gêneros Discursivos. 9. Discurso Jornalístico. 10. Linguística Cognitiva.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

Sumário

Prefácio - A diversidade de olhares nos estudos discursivos <i>Larissa Minuesa Pontes Marega</i> <i>Renata Ferreira Munhoz</i>	4
Os efeitos de sentido causados pelo mecanismo de embreagem temporal em <i>Vidas secas</i> , de Graciliano Ramos <i>Adele Grostein</i>	9
O texto cancional como situação retórica: a melos como parte constitutiva do simulacro nas canções buarquianas sócio-políticas <i>Adriano Santas de Oliveira</i>	21
Movimento Estudantil da USP: uma análise cognitivista sobre o uso de metáforas e metonímias no discurso panfletário <i>Aline Magna de Aguiar Vieira</i>	37
Uma análise das estratégias de descortesia em programas humorísticos: o apelo à exploração da imagem na descortesia midiático-lúdica <i>Ana Paula Albarelli</i>	52
Platão, a insegurança dos discursos e a travessia da vida <i>André Luiz Braga da Silva</i>	63
Gêneros digitais em redes sociais: a divulgação científica no Facebook <i>Artur Modolo</i>	74
Fluidez poética: o preenchimento dos contornos na poesia experimental <i>Carolina Tomasi</i>	87
A identidade do alcoólatra em recuperação: uma explicação por meio da Dinâmica de Forças <i>Claudia Cardoso</i>	102
Estereótipo e argumentação: a influência do auditório na publicidade de revistas de nicho <i>Filipe Mantovani Ferreira</i>	114
A mocidade e o imaginário republicano na virada dos séculos XIX a XX <i>Giovana Ike Coan</i>	130
Relações intersubjetivas: a avaliatividade no discurso infantil <i>Karoline Macedo</i>	144
Expansão do discurso científico e a divulgação científica <i>Maria Glushkova</i>	156
Linguística Sistemico-Funcional e Discurso. Um olhar para a Escrita Acadêmica. <i>Maria Otília Guimarães Ninin</i>	166

Análise do discurso: AD e ACD <i>Mario Santin Frugiuele</i>	178
A Linguística Cognitiva Aplicada ao discurso: a Dinâmica de Forças e a Metáfora Conceptual em textos favoráveis à redução da maioridade penal <i>Mayara Souza Novais</i>	191
O gênero epidítico no livro manuscrito de Felix da Costa – 1696 <i>Monica Messias Silva</i>	202
Da enunciação ao discurso: possíveis diálogos entre a linguística enunciativa de Antoine Culioli e os estudos crítico-discursivos <i>Paula de Souza Gonçalves Morasco</i>	213
Discurso, cognição e corporeamento: a Dinâmica de Forças na resistência dos secundaristas à reorganização escolar em São Paulo <i>Paulo Roberto Gonçalves Segundo</i>	230
Cruzamentos lexicais na trova humorística <i>Pedro da Silva de Melo</i>	245
Estética amazônida na obra de João de Jesus Paes Loureiro: uma leitura do estilo poético de Deslendário <i>Raphael Bessa Ferreira</i>	255
Indícios de estilidade: estilo e autoria em textos de crianças do ensino fundamental <i>Renata Costa</i>	266
O uso de recurso sintático como meio de negociação intersubjetiva nas correspondências administrativas do Morgado de Mateus <i>Renata Ferreira Munhoz</i>	281
Debret e o primeiro impulso para a identidade brasileira <i>Saulo Nogueira Schwartzmann</i>	292
Viajando pelos mares da metáfora: cognição e discurso na linguagem metafórica em uso <i>Solange Vereza</i>	310
Centros valorativos no discurso de divulgação científica do século XIX: uma análise bakhtiniana sobre a teoria darwinista nas <i>Conferências Populares da Glória</i> <i>Urbano Cavalcante Filho</i>	323
A conceptualização de trabalho sexual e de dinâmica familiar em <i>Casos de Família</i> : entrelaçando vozes e modelos cognitivos <i>Winola Weiss</i>	342

Prefácio

A diversidade de olhares nos estudos discursivos

Larissa Minuesa Pontes MAREGA
Renata Ferreira MUNHOZ

A análise do discurso se apoia em uma longa tradição de estudos de textos, na qual a retórica, a hermenêutica literária ou religiosa, a filologia deixaram traços profundos, e sobre uma história, muito mais curta, das ciências humanas e sociais, da psicanálise ou da filosofia. O desenvolvimento das pesquisas em análise do discurso tira grande proveito da confrontação de investigações que se baseiam em universos teóricos diversos.¹

Para apresentação desta obra, partimos do conceito proposto por Charaudeau e Maingueneau, acerca da diversidade dos universos teóricos relacionados aos estudos do discurso. Os vinte e seis artigos aqui publicados apoiam-se na tradição de estudos de textos citada pelos autores. A diversidade dos trabalhos, no entanto, ultrapassa as abordagens metodológicas e os posicionamentos teóricos, uma vez que cada autor trata do discurso contido em diferentes *corpora*.

Nesse sentido, o olhar volta-se às artes, seja por meio da literatura em prosa ou em poesia, seja por intermédio da canção, do discurso platônico ou, ainda, da pintura. Esse olhar observa produções do passado: manuscritos literários, oficiais e textos jornalísticos. Do mesmo modo, visualizam-se discursos contemporâneos que buscam apresentar temáticas relacionadas à tecnologia, seja pela análise de redes sociais, ou pela montagem do *corpus* com o apoio da *hashtag*. Observa-se, também, a mídia atual pelo estudo de anúncios publicitários e editoriais de jornais e o discurso televisivo é retratado por episódios de programas populares. Delineia-se o universo da oralidade pelo discurso infantil e de alcoólatras em processo de recuperação. Panfletos e materializações de uma metáfora apresentam-se como objeto de estudo. E, pelo viés da metalinguagem, apresenta-se a escrita escolar e acadêmica, e se estabelece uma correlação entre teorias que estudam o discurso.

O universo da literatura em prosa é tratado em *Os efeitos de sentido causados pelo mecanismo de embreagem temporal em Vidas secas, de Graciliano Ramos*, em que Grostein propõe uma interface entre a Semiótica francesa e a Literatura para estudar o recurso estilístico do modo verbal subjuntivo em toda a sua complexidade.

A poesia experimental é *corpus* de *Fluidez poética: o preenchimento dos contornos na poesia experimental*, em que Tomasi propõe exercícios de leitura apoiados na Semiótica francesa. O artigo *Cruzamentos lexicais na trova humorística*, de autoria de Melo, por sua vez, estuda os neologismos resultantes de cruzamentos lexicais no discurso contido no gênero poético das trovas humorísticas e tem por

¹ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 17.

base teórica a Morfologia e a Estilística Léxica. Tratando também de poesia, Ferreira reflete sobre o estilo poético da obra *Delendário*, de João de Jesus Paes Loureiro. O texto *Estética amazônida na obra de João de Jesus Paes Loureiro: uma leitura do estilo poético de Deslendário* tem por objetivo analisar as marcas linguísticas que indicam a visão de mundo do poeta e, para tanto, o artigo apoia-se na Estilística e nas teorias bakhtinianas acerca do discurso.

Em *Centros valorativos no discurso de divulgação científica do século XIX: uma análise bakhtiniana sobre a teoria darwinista nas Conferências Populares da Glória*, Cavalcante Filho apoia-se no poema *Raluska*, de Alexander Puchkin, para abordar o percurso teórico-analítico da teoria bakhtiniana sobre os centros valorativos contidos em uma conferência acerca da teoria darwinista. Sobre o projeto enunciativo-discursivo dessa preleção, o autor aponta recursos importantes à socialização do conhecimento científico à sociedade.

Oliveira, em *O texto cancional como situação retórica: a melos como parte constitutiva do simulacro nas canções buarquianas sócio-políticas*, trata da canção “Bom tempo” de Chico Buarque. A articulação da Retórica Clássica e da Semiótica permite que se vislumbre o elemento constitutivo da música, o *melos*, além dos aspectos retóricos do *ethos*, *logos* e *pathos*. No artigo *Platão, a insegurança dos discursos e a travessia da vida*, Silva analisa o discurso empregado no diálogo *Fédon* de Platão. Pelo estudo do método e dos textos de comentadores, o autor discorre sobre a função do personagem Sócrates como expositor de doutrinas seguras e verdadeiras.

Ainda com *corpus* relacionado às artes, *Debret e o primeiro impulso para a identidade brasileira* apresenta “O primeiro impulso da virtude guerreira”, uma aquarela de 1827. No artigo, Schwartzmann emprega a Semiótica greimasiana e tensiva para explicar o discurso da obra acerca da ruptura do eurocentrismo com vistas a uma identidade brasileira.

Em *O gênero epidítico no livro manuscrito de Felix da Costa – 1696*, Silva analisa um fólio do códice “Antiguidade da Arte da Pintura”, de Felix da Costa, com datação provável de 1696, com base em “A Aventura Semiológica” e na retórica, de Roland Barthes, para compreender como era constituído um discurso no gênero epidítico no século XVII. Sobre séculos anteriores, *A mocidade e o imaginário republicano na virada dos séculos XIX a XX*, de Coan, apresenta textos de jornais produzidos por alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, na passagem do século XIX ao XX, a fim de verificar a construção e a afirmação do *ethos* institucional e de seus estudantes no período. Igualmente com *corpus* de século anterior, Munhoz, no capítulo *O uso de recurso sintático como meio de negociação intersubjetiva nas correspondências administrativas do Morgado de Mateus* trabalha a correlação conjuncional aditiva “não só [...], mas também”, enquanto estratégia discursiva. Para tanto, serve-se do aporte da Teoria da Avaliatividade no sentido de indicar a importância do recurso sintático à esfera da negociação intersubjetiva existente nos documentos manuscritos oficiais em análise.

Modolo vale-se da tecnologia na escolha de seu *corpus* em *Gêneros digitais em redes sociais: a divulgação científica no Facebook*, para estudar, sob a óptica bakhtiniana, o discurso contido na

multiplicidade de gêneros que permeiam a rede social. Além disso, investiga revistas de divulgação científica sobre o amplo tema. Com *corpus* também retirado do meio digital, Gonçalves-Segundo trabalha textos veiculados em blogs e sites de jornais e revistas indexados pela hashtag #OcupaEstudantes, a respeito da mobilização contra a reorganização escolar prevista pela gestão Alckmin no estado de São Paulo. *Discurso, cognição e corporeamento: a Dinâmica de Forças na resistência dos secundaristas à reorganização escolar em São Paulo* aponta a possibilidade de emprego da Linguística Cognitiva aos estudos discursivo-textuais. Com base no princípio cognitivo de Dinâmica de Forças, retrata-se a esquematização semântica da experiência, o que contribui para a geração de perspectivas ideológicas em torno da realidade, de que resultam avaliações dos grupos em questão.

O artigo de Ferreira, *Estereótipo e argumentação: a influência do auditório na publicidade de revistas de nicho*, adota anúncios publicitários veiculados nas revistas *Sempre Jovem*, voltada a idosos, e *Sentidos*, direcionada a pessoas com deficiência, para discutir a estereotipagem como um processo cognitivo para o conceito de auditório e também como persuasão. Com um *corpus* relacionado à mídia atual, *A Linguística Cognitiva Aplicada ao discurso: a Dinâmica de Forças e a Metáfora Conceptual em textos favoráveis à redução da maioria penal*, de Novais, estuda editoriais de jornais favoráveis à redução da maioria penal, do *Globo* e do *Zero Hora*, a partir da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Cognitiva, com o objetivo de discorrer em torno da Dinâmica de Forças e das Metáforas Conceptuais.

Com base em uma entrevista realizada pelo programa humorístico CQC (Custe o que Custar) da Band, Albarelli trata das estratégias de descortesia em programas humorísticos de entretenimento, em *Uma análise das estratégias de descortesia em programas humorísticos: o apelo à exploração da imagem na descortesia midiático-lúdica*, empregando, para tanto, a teoria das faces de Goffman e Brown e Levinson. Também relacionado à mídia televisiva, o artigo intitulado *A conceptualização de trabalho sexual e de dinâmica familiar em Casos de Família: entrelaçando vozes e modelos cognitivos*, de Weiss, analisa o episódio “Mesmo vendendo o meu corpo, eu faço parte dessa família”, do *talk show* de televisão aberta Casos de Família da emissora SBT, e aborda o discurso acerca da família e da prostituição feminina a partir, sobretudo, da Linguística Sistêmico-Funcional.

A oralidade recobre o artigo de Cardoso, *A identidade do alcoólatra em recuperação: uma explicação por meio da Dinâmica de Forças*, em que se examinam testemunhos de alcoólatras em recuperação em uma associação antialcoólica. Segundo o modelo de Dinâmica de Forças proposto por Talmy, exploram-se as diversas representações do dado contexto. Na mesma trajetória da oralidade, em *Relações intersubjetivas: a avaliatividade no discurso infantil*, Macedo analisa conversações espontâneas resultantes de gravações cedidas pelas famílias de duas crianças de nove anos, em que se observam as formas de negociação de perspectiva e de solidariedade no discurso infantil, com base na Teoria da Avaliatividade, nos estudos de polidez e na Análise da Conversação.

Vieira, em *Movimento Estudantil da USP: uma análise cognitivista sobre o uso de metáforas e metonímias no discurso panfletário*, compreende o discurso político no meio universitário por meio de panfletos eleitorais de chapas estudantis e, sob o viés da Linguística Cognitiva, analisa construções metafóricas e metonímicas que retratam a ideologia dos grupos autorais.

Em *Viajando pelos mares da metáfora: cognição e discurso na linguagem metafórica em uso*, Vereza apresenta como objeto de estudo a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM e relata desenvolvimentos recentes nos estudos da metáfora conceptual pela perspectiva cognitivo-discursiva, apresentando diversos exemplos de materializações dessa figura.

O discurso escolar é trabalhado por Costa no capítulo *Indícios de estiloidade: estilo e autoria em textos de crianças do ensino fundamental*, cujo objeto de pesquisa são manuscritos de alunos do quarto ano do ensino fundamental. Nesse *corpus*, encontraram-se marcas linguísticas e discursivas que indicam a autoria. Tais marcas são chamadas de “indícios de estiloidade” e são determinadas a partir dos conceitos de indícios de autoria, de paráfrase e de estilização.

O discurso acadêmico é tratado por Ninin no texto *Linguística Sistêmico-Funcional e Discurso, um olhar para a Escrita Acadêmica*. Nesse artigo, a autora analisa, por meio da Linguística Sistêmico-Funcional e pelos estudos da linguagem, como vêm sendo tecidas as pesquisas na área de Linguística acerca da escrita acadêmica. Ninin retoma os aspectos principais da teoria e os articula com a prática na investigação da escrita acadêmica. Com *corpus* similar, Glushkova estuda o discurso acadêmico russo com vistas ao diálogo entre as esferas do conhecimento científico e da sociedade formada por um público geral a partir do dialogismo bakhtiniano. *Expansão do discurso científico e a divulgação científica* serve-se da gravação de produções orais em eventos científicos na Rússia.

Por fim, citamos os trabalhos que comparam as teorias do discurso. *Análise do discurso: AD e ACD*, de Frugiuele, apresenta, de maneira comparativa, as teorias de duas abordagens de análise do discurso pautadas na instância das relações intersubjetivas relacionadas ao sujeito e ao funcionamento linguístico: a Análise do Discurso Francesa, com Charaudau, Orlandi e Pechêux, e a Análise Crítica do Discurso, com o proposto por Fairclough e Van Dijk. Igualmente adotando teorias como objeto de estudo, na *Da enunciação ao discurso: possíveis diálogos entre a linguística enunciativa de Antoine Culioli e os estudos crítico-discursivos*, Morasco apresenta a importância do percurso enunciativo como item central aos estudos discursivos, sobretudo os de vertente crítica. O artigo indica pontos de convergência e de divergência entre a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas e a Análise Crítica do Discurso.

Esta publicação representa a sétima coletânea de artigos apresentados nas edições do EPED – Encontro de Pós-Graduando em Estudos Discursivos da USP, intitulados *Análises do discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP* (2009), *Abordagens metodológicas em estudos discursivos* (2010), *O gênero em diferentes abordagens discursivas* (2011), *Discurso em suas pluralidades teóricas* (2013), *Linguagem, Estratégia e (Re)Construção* (2014), *A multidisciplinaridade nos estudos discursivos* (2015), todos disponíveis

online (<http://eped.fflch.usp.br/node/21>), totalizando 129 propostas capazes de instruir e motivar aqueles que se debruçam sobre os estudos do discurso.

O EPED reúne anualmente pesquisadores da Universidade de São Paulo, cujos trabalhos tratam das infinitas possibilidades que os estudos sobre o discurso oferecem. Todas as edições possibilitaram aos graduandos, pós-graduandos e docentes participantes do evento dialogarem sobre seus trabalhos e, posteriormente, publicarem os resultados das apresentações. Em 2015, com o tema *Discurso e Linguística: diálogos possíveis*, as comunicações tiveram como eixo o debate acerca das possibilidades de articulação entre as vertentes linguísticas e discursivas. Esse caráter multidisciplinar pressupõe o estudo da linguagem em suas mais diversas manifestações e, assim, vincula os Estudos de Discurso a contextos humanos e sociais mais amplos tais como o ideológico, o histórico e o midiático.

Com imenso prazer, convidamos para a leitura desses artigos, resultantes de árduos esforços dos seus autores, dos pareceristas e dos organizadores. O cenário apresentado por essa coletânea indica o percurso já seguido pelas pesquisas de pós-graduação da USP, aponta novas possibilidades a serem trabalhadas e, sobretudo, instiga a reflexão acerca do discurso. Diante dessa multiplicidade de olhares sobre o discurso, desejamos uma leitura profícua e agradável!

Os efeitos de sentido causados pelo mecanismo de embreagem temporal em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos

Adele GROSTEIN¹

Resumo: *Sob a perspectiva da Semiótica francesa, esta pesquisa pretende analisar os casos de embreagem temporal presentes na obra Vidas secas, do autor Graciliano Ramos, devido ao interesse despertado pela observação da recorrência de usos não literais dos tempos e modos verbais e a fim de se chegar a conclusões sobre os efeitos de sentido causados por esses usos recorrentes de determinados tempos e modos verbais na obra. Para isso, analisou-se o plano do conteúdo a partir do Percurso Gerativo de Sentido. Foram analisados os níveis fundamental, narrativo e discursivo do Percurso Gerativo de Sentido nos momentos da narrativa em que as sentenças estudadas aparecem. Partindo-se do pressuposto de que há razões que motivam o emprego das formas verbais em questão, este estudo busca compreender quais são essas motivações e descrever os mecanismos semióticos dos quais o autor se vale, mecanismos esses que, na maior parte dos casos, parecem atribuir certa conotação disfórica às sentenças analisadas.*

Palavras-chave: *Semiótica; embreagem temporal; efeito de sentido; Percurso Gerativo de Sentido; disforia.*

1. Introdução

Além da consulta a bibliografia sobre aspectos mais gerais da Semiótica, contribuíram com esta pesquisa leituras que abordam o conceito de embreagem temporal mais especificamente. Entre elas, pode-se mencionar sobretudo a obra *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (FIORIN, 2001) e o artigo “A pessoa desdobrada” (FIORIN, 1995), em que o autor define embreagem temporal como “o efeito de retorno à enunciação’, produzido pela neutralização da categoria de (...) tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado” (FIORIN, 1995, p.29).

Em *Vidas secas*, chama à atenção a ocorrência de determinados tempos verbais utilizados fora de seu contexto usual. Em diversos casos de embreagem temporal verificados no romance, nota-se que a forma verbal poderia ter sido empregada no tempo pretérito perfeito, imperfeito ou mais-que-perfeito do modo indicativo em lugar do pretérito do modo subjuntivo, como de fato se observa na obra. Assim, movido pelo interesse gerado por esses usos incomuns dos verbos, este estudo tem como objetivo utilizar ferramentas da Semiótica, como o conceito de *embreagem temporal*, para analisar o emprego dessas formas verbais na obra em questão.

O interesse pelas sentenças embreadas parte do estranhamento causado pela recorrência de usos não literais de determinados tempos e modos verbais no romance. A sentença “Sinha Vitória soltou uma exclamação de aborrecimento, e, como o pirralho **insistisse**, deu-lhe um cascudo” (RAMOS, 2009, p.48)

¹ Graduada em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com realização de pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Waldir Beividas com bolsa de IC da FFLCH-USP. E-mail: delinha_g@hotmail.com

exemplifica o estranhamento mencionado, na medida em que a razão do emprego do pretérito do subjuntivo (em negrito) não é evidente e não se pode compreender, por meio de uma análise precipitada, o motivo pelo qual esse verbo ocorre no pretérito do subjuntivo em vez de no pretérito perfeito ou mais-que-perfeito do indicativo, formas verbais mais frequentemente utilizadas. Assim, é sobre essa questão que esta pesquisa pretende se debruçar.

Levando em consideração o contexto da obra, as condições de pobreza extrema em que os protagonistas vivem e sua constante busca pela sobrevivência levam a questionar se a disforia que caracteriza o romance tem relação com os casos de embreagem temporal aqui analisados.

A primeira fase da pesquisa consistiu em selecionar as sentenças embreadas do romance. Em seguida, selecionaram-se sentenças não embreadas da obra - que apresentam a mesma relação de causalidade que as embreadas e que, assim como elas, também são introduzidas pela conjunção causativa “como” - com o intuito de compará-las e verificar as diferenças de efeito de sentido causado entre elas. O grupo de sentenças não embreadas foi chamado de *controle*.

Na etapa seguinte da pesquisa foi feita uma análise dos níveis fundamental, narrativo e discursivo do Percurso Gerativo de Sentido nos recortes da narrativa em que as sentenças embreadas e controle se manifestam. Essa fase da análise chamou a atenção para a falta de competência dos sujeitos, mais significativa nas sentenças embreadas do que no grupo controle, o que permitiu chegar a conclusões sobre o caráter mais disfórico das sentenças embreadas em relação às sentenças controle e sobre as relações de hierarquia e de opressão entre os sujeitos da narrativa, principalmente entre os integrantes da família que protagoniza o romance.

Por fim, voltou-se a atenção para a análise dos tempos e modos das formas verbais empregadas com base na teoria gramatical sobre os efeitos de sentido causados pelos diferentes tempos e modos verbais. Nessa fase da pesquisa, procurou-se aplicar essa teoria ao contexto do romance, buscando compreender de que forma os casos de embreagem temporal contribuem para intensificar o efeito de sentido disfórico que caracteriza a obra como um todo.

2. *Vidas secas* a partir do Percurso Gerativo de Sentido

Nesta seção será apresentada a análise propriamente dita dos níveis fundamental ao discursivo. É importante observar que, em alguns momentos, pode parecer que tais níveis se misturam um pouco, o que não chega a prejudicar a compreensão da análise.

A narrativa intitulada *Vidas secas* narra a história de uma família que constitui um sujeito coletivo formado pelo casal “Fabiano” e “sinha Vitória”, seus filhos, “menino mais novo” e “menino mais velho”, e a cachorra “Baleia”.

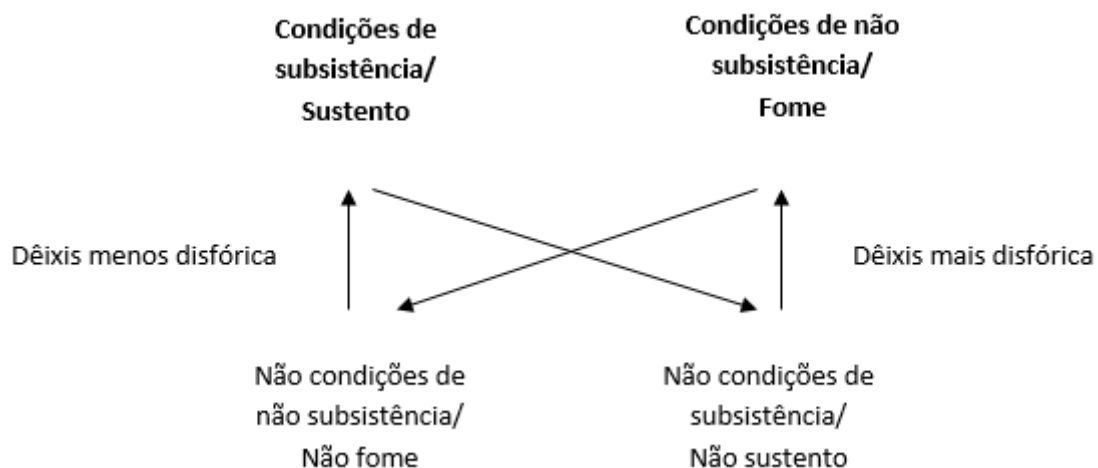
No início da narrativa, o sujeito coletivo está em disjunção com as condições de subsistência/sustento, que correspondem ao seu objeto de valor pragmático. Disso decorre que as ações realizadas pela família ao longo da narrativa se dão em busca da conjunção com esse objeto de valor.

A ausência de condições de subsistência/sustento - figurativizada principalmente pela seca, pela fome e pela sede - de que o sujeito coletivo é vítima, age como destinador, que motiva as ações do destinatário coletivo composto pelos membros da família.

Do ponto de vista da competência, o sujeito coletivo quer, mas não sabe nem pode-fazer (encontrar condições de subsistência).

Ao final da narrativa, o sujeito coletivo permanece em disjunção com seu objeto de valor e se torna uma família de retirantes.

A observação do quadrado semiótico permite notar que o sujeito coletivo inicia a narrativa na situação de não condições de subsistência/não sustento. O sujeito coletivo inaugura o seu percurso mudando-se em busca de um local onde pudesse obter seu sustento. Ao longo do romance, ele encontra condições de não subsistência/fome causadas por diversas razões, entre elas, a seca e a exploração. Os protagonistas encerram a narrativa na circunstância de não condições de não subsistência/não fome, quando fogem em busca de outro lugar depois de já terem esgotado todas as possibilidades de sobrevivência no ambiente onde estavam, jamais chegando à situação de condições de subsistência/sustento. A seguir, tem-se esquematicamente o quadrado semiótico descrito, produzido com base na análise:



Na subseção seguinte será feita a análise do nível discursivo dos recortes da narrativa em que as sentenças embreadas e controle se manifestam. Esta análise concentra-se na sintaxe temporal.

2.1. Análise do nível discursivo: tempos e modos verbais

2.1.1. Sentenças Embreadas

(1) O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.

- Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. Mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos. Fabiano ainda lhe deu algumas pancadas e esperou que ele se levantasse. **Como isto não acontecesse**, espiou os quatro cantos, zangado, praguejando baixo. (RAMOS, 2009, p.10).

O sujeito “Fabiano” deseja que o “menino mais velho” se levante (objeto de valor pragmático do sujeito) para que a família possa prosseguir a viagem (querer-fazer). Além disso, “Fabiano” tem a autoridade de pai para exigir que seu filho se levante (poder-fazer). Porém, vencido pelo cansaço, o menino não consegue se levantar (não saber-fazer do sujeito) e “Fabiano” permanece em disjunção com seu objeto de valor.

(2) Sinha Vitória andara para cima e para baixo, procurando em que desabafar. **Como achasse tudo em ordem**, queixara-se da vida. (RAMOS, 2009, p.40).

O sujeito “sinha Vitória” procura algum pretexto para se queixar (querer-fazer), mas, como não encontra nenhuma razão específica do que reclamar (não dever-fazer), queixa-se da vida (saber-fazer). Embora “sinha Vitória” não encontre um motivo pontual do que reclamar (objeto de valor cognitivo do sujeito), ela entra em conjunção com seu objeto de valor na medida em que se queixa da vida.

(3) Tinham discutido, procurando cortar outras despesas. **Como não se entendessem**, sinha Vitória aludira, bastante azeda, ao dinheiro gasto pelo marido na feira, com jogo e cachaça. Ressentido, Fabiano condenara os sapatos de verniz que ela usava nas festas, caros e inúteis. (RAMOS, 2009, p.41).

Os sujeitos “sinha Vitória” e “Fabiano” conversam a fim de encontrarem alternativas para economizar nas despesas domésticas (querer-fazer). Porém, o casal não chega a um acordo (não saber-fazer), permanecendo, assim, em disjunção com o entendimento entre eles (objeto de valor cognitivo dos sujeitos).

(4) foi puxar a manga do vestido da mãe, desejando comunicar-se com ela. Sinha Vitória soltou uma exclamação de aborrecimento, e, **como o pirralho insistisse**, deu-lhe um cascudo.

Retirou-se zangado, encostou-se num esteio do alpendre, achando o mundo todo ruim e insensato. (RAMOS, 2009, p.48).

O sujeito “menino mais novo” deseja se comunicar com “sinha Vitória” (querer-fazer), mas quando tenta fazer isso, a mãe o repreende e ele se retira (não saber/dever/poder-fazer) sem conseguir estabelecer uma comunicação com ela (objeto de valor pragmático do sujeito) e, portanto, sem entrar em conjunção com seu objeto de valor.

(5) Ele nunca tinha ouvido falar em inferno. Estranhando a linguagem de sinha Terta, pediu informações. Sinha Vitória, distraída, aludiu vagamente a certo lugar ruim demais, e **como o filho exigisse uma descrição**, encolheu os ombros. (RAMOS, 2009, p.55).

O sujeito “menino mais velho” deseja obter uma descrição do inferno (querer-fazer), mas seu desejo não é atendido (não saber-fazer), uma vez que “sinha Vitória” encolhe os ombros sem satisfazer a curiosidade do filho, mantendo-o, dessa forma, em disjunção com a descrição do inferno (objeto de valor cognitivo do sujeito).

(6) Sem motivo nenhum, o desgraçado tinha ido provocá-lo, pisar-lhe o pé. Ele se desviara, com bons modos. **Como o outro insistisse**, perdera a paciência, tivera um rompante. Consequência: facão no lombo e uma noite de cadeia. (RAMOS, 2009, p.77).

O sujeito “soldado amarelo” quer obter um pretexto para prender “Fabiano” (querer-fazer) e sabe que pisar em seu pé é uma forma de provocá-lo. Porém, o “soldado amarelo” não deve prendê-lo porque “Fabiano” não lhe dera nenhuma razão para isso (não dever-fazer). No entanto, quando o “soldado amarelo” o provoca (saber-fazer), causa em “Fabiano” uma reação que passa servir de justificativa para prendê-lo. Assim, depois de obter um pretexto para prender “Fabiano” (objeto de valor do pragmático sujeito), o “soldado amarelo” entra em conjunção com seu objeto de valor.

(7) Quiseram mexer na taramela e abrir a porta, mas sinha Vitória levou-os para a cama de varas, deitou-os e esforçou-se por tapar-lhes os ouvidos: prendeu a cabeça do mais velho entre as coxas e espalmou as mãos nas orelhas do segundo. **Como os pequenos resistissem**, aperreou-se e tratou de subjugá-los, resmungando com energia. (RAMOS, 2009, p.86).

Os sujeitos “menino mais novo” e “menino mais velho” desejam liberdade (querer-fazer), mas “sinha Vitória” os repreende e limita sua liberdade (não saber/dever/poder-fazer), fazendo-os permanecer em disjunção com a liberdade (objeto de valor tímico dos sujeitos).

(8) **Como o sol a encandeasse**, conseguiu adiantar-se umas polegadas e escondeu-se numa nesga de sombra que ladeava a pedra. (RAMOS, 2009, p.89).

O sujeito “Baleia” deseja encontrar sombra para se proteger do sol que a encandeava (querer-fazer) e sabe onde há sombra (saber-fazer), mas seu poder para fazer isso é limitado. As expressões “umas polegadas” e “nesga de sombra” reforçam os limites da competência de “Baleia”. Suas modalidades, embora permitam que a cachorra entre em conjunção com a sombra (objeto de valor pragmático do sujeito), parecem fazer com que sua sanção não seja plenamente eufórica.

(9) **Como o outro lhe explicasse que, para vender o porco, devia pagar imposto**, tentara convencê-lo de que ali não havia porco, havia quartos de porco, pedaços de carne. O agente se aborrecera, insultara-o, e Fabiano se encolhera. (RAMOS, 2009, p.95-96).

O sujeito “agente da prefeitura” deseja impedir que “Fabiano” venda o porco (querer-fazer). Com o argumento de que “Fabiano” precisava pagar imposto para poder vender o porco (saber-fazer), o “agente da prefeitura” usa sua autoridade (poder-fazer) para impedir a venda do porco (objeto de valor pragmático do sujeito) e, assim, entrar em conjunção com seu objeto de valor.

2.1.2. Sentenças Controle (não embreadas)

(1) **como haviam repousado bastante na areia do rio seco**, a viagem progredira bem três léguas. (RAMOS, 2009, p.9).

O sujeito coletivo - constituído pela família formada por “Fabiano”, “sinha Vitória”, “menino mais novo”, “menino mais velho” e “Baleia” - repousa na areia do rio seco (querer/saber/poder-fazer).

(2) Os meninos começaram a gritar e a espernear. E **como sinha Vitória tinha relaxado os músculos**, deixou escapar o mais taludo e soltou uma praga:

- Capeta excomungado.

Na luta que travou para segurar de novo o filho rebelde, zangou-se de verdade. Safadinho. Atirou um cocorote ao crânio enrolado na coberta vermelha e na saia de ramagens. (RAMOS, 2009, p.86).

O sujeito “sinha Vitória” deseja conter os filhos (querer-fazer). Ela tem autoridade de mãe (poder-fazer) para contê-los (objeto de valor pragmático do sujeito), mas não sabe como fazer isso (não saber-fazer).

(3) Tentou minorar-lhe o padecimento saltando em roda e balançando a cauda. Não podia sentir dor excessiva. E **como nunca se impacientava**, continuou a pular, ofegando, chamando a atenção do amigo. Afinal convenceu-o de que o procedimento dele era inútil. (RAMOS, 2009, p.57).

O sujeito “Baleia” deseja amenizar a infelicidade do “menino mais velho” (querer-fazer). Para isso, ela pula pacientemente (saber/poder-fazer) até conseguir alegrá-lo (objeto de valor tímico do sujeito), entrando, assim, em conjunção com seu objeto de valor.

(4) Fabiano estava contente e esfregava as mãos. **Como o frio era grande**, aproximou-as das labaredas. (RAMOS, 2009, p.67).

O frio intenso leva o sujeito “Fabiano” a aquecer suas mãos (objeto de valor pragmático do sujeito) aproximando-as das labaredas (querer/saber/poder-fazer).

(5) Nesse momento Fabiano andava no copiar, batendo castanholas com os dedos. Sinha Vitória encolheu o pescoço e tentou encostar os ombros às orelhas. **Como isto era impossível**, levantou os braços e, sem largar o filho, conseguiu ocultar um pedaço da cabeça. (RAMOS, 2009, p.87).

O sujeito “sinha Vitória” deseja tapar os ouvidos para não ouvir o som das castanholas de “Fabiano” (querer-fazer). Mas, como estava com as mãos e os braços ocupados segurando o filho, não consegue deixar de ouvir o som das castanholas (não poder-fazer).

Convém observar, neste caso, que, embora “sinha Vitória” encontre a alternativa de ocultar a própria cabeça, ela não chega a tapar os ouvidos (objeto de valor pragmático do sujeito), como desejava, uma vez que o máximo que ela consegue é ocultar *parte* da cabeça. Isso faz com que, apesar de a sanção de “sinha Vitória” representar uma condição mais favorável que a anterior, não chega a fazê-la entrar em conjunção com seu objeto de valor.

(6) Levantou-se, foi até a porta de uma bodega, com vontade de beber cachaça. **Como havia muitas pessoas encostadas ao balcão**, recuou. Não gostava de se ver no meio do povo. (RAMOS, 2009, p.98).

O sujeito “Fabiano” deseja beber cachaça (querer-fazer) e não há nenhum fator exterior a ele que o impeça de fazer isso (saber/poder-fazer). Porém, ele não satisfaz seu desejo de beber cachaça (objeto de valor pragmático do sujeito) devido à uma proibição que ele mesmo se impõe: não se aproximar de lugares cheios de gente, o que configura um não querer-fazer do próprio “Fabiano”, que o faz permanecer em disjunção com seu objeto de valor.

(7) **Como gesticulava com furor**, gastando muita energia, pôs-se a resfolegar e sentiu sede. (RAMOS, 2009, p.113).

O sujeito “Fabiano” gesticula com furor (saber/poder-fazer), mas deve evitar esse gesto porque isso lhe dá sede (não dever-fazer).

(8) Desejou fumar. **Como segurava a boca do saco e a coronha da espingarda**, não pode realizar o desejo. (RAMOS, 2009, p.122).

O sujeito “Fabiano” deseja (querer-fazer) e sabe (saber-fazer) fumar (objeto de valor pragmático do sujeito), mas não pode fazer isso porque está com as mãos ocupadas segurando a boca do saco e a coronha da espingarda (não poder-fazer). Ele permanece, portanto, em disjunção com seu objeto de valor.

2.1.3. Efeitos de sentido produzidos

Ao observar isoladamente as quatro sentenças embreadas em que o segundo verbo é empregado no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, esse tempo verbal causa estranhamento, pois, quando ele ocorre, espera-se que haja outra ação concluída posterior à ação expressa pelo pretérito mais-que-perfeito. Assim, o “esperado” era que esse verbo estivesse conjugado no pretérito perfeito do indicativo. No entanto, ao analisar cada sentença em seu contexto, considerando os fatos que são narrados antes e depois de sua ocorrência, o emprego do pretérito mais-que-perfeito se justifica.

A seguir, são apresentadas as quatro sentenças embreadas em questão (em itálico) inseridas no recorte contextual mínimo que permite compreender o uso desse tempo verbal:

(1) Acocorada junto às pedras que serviam de trempe, a saia de ramagens entalada entre as coxas, sinha Vitória soprava o fogo. Uma nuvem de cinza voou dos tições e cobriu-lhe a cara, a fumaça inundou-lhe os olhos, o rosário de contas brancas e azuis desprendeu-se do cabeção e bateu na panela. Sinha Vitória limpou as lágrimas com as costas das mãos, encarquilhou as pálpebras, meteu o rosário no seio e continuou a soprar com vontade, enchendo muito as bochechas.

Labaredas lamberam as achas de angico, esmoreceram, tornaram a levantar-se e espalharam-se entre as pedras. Sinha Vitória aprumou o espinhaço e agitou o abano. Uma chuva de faíscas mergulhou num banho luminoso a cachorra Baleia, que se enroscava no calor e cochilava embalada pelas emanações da comida.

Sentindo a deslocação do ar e a crepitação dos gravetos, Baleia despertou, retirou-se prudentemente, receosa de sapear o pelo, e ficou observando maravilhada as estrelinhas vermelhas que se apagavam antes de tocar o chão. Aprovou com um movimento de cauda aquele fenômeno e desejou expressar a sua admiração à dona. Chegou-se a ela em saltos curtos, ofegando, ergueu-se nas pernas traseiras, imitando gente. Mas sinha Vitória não queria saber de elogios.

- Arreda!

Deu um pontapé na cachorra, que se afastou humilhada e com sentimentos revolucionários.

Sinha Vitória **tinha amanhecido** nos seus azeites. **Fora** de propósito, **dissera** ao marido umas inconveniências a respeito da cama de varas. Fabiano, que não esperava semelhante desatino, apenas **grunhira**: - "Hum! hum!" E **amunhecara**, porque realmente mulher é bicho difícil de entender, **deitara**-se na rede e **pegara** no sono. Sinha Vitória **andara** para cima e para baixo, procurando em que desabafar. *Como achasse tudo em ordem, queixara*-se da vida. E agora vingava-se em Baleia, dando-lhe um pontapé. (RAMOS, 2009, p.39-40).

(2) Pensou de novo na cama de varas e mentalmente xingou Fabiano. Dormiam naquilo, tinham-se acostumado, mas seria mais agradável dormirem numa cama de lastro de couro, como outras pessoas.

Fazia mais de um ano que falava nisso ao marido. Fabiano a princípio **concordara** com ela, **mastigara** cálculos, tudo errado. Tanto para o couro, tanto para a armação. Bem. Poderiam adquirir o móvel necessário economizando na roupa e no querosene. Sinha Vitória **respondera** que isso era impossível, porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeeiros na casa. **Tinham discutido**, procurando cortar outras despesas. *Como não se entendessem*, sinha Vitória **aludira**, bastante azeda, ao dinheiro gasto pelo marido na feira, com jogo e cachaça. Ressentido, Fabiano **condenara** os sapatos de verniz que ela usava nas festas, caros e inúteis. Calçada naquilo, trôpega, mexia-se como um papagaio, era ridícula. Sinha Vitória **ofendera**-se gravemente com a comparação, e se não fosse o respeito que Fabiano lhe inspirava, teria despropositado. Efetivamente os sapatos apertavam-lhe os dedos, faziam-lhe calos. Equilibrava-se mal, tropeçava, manquejava, trepada nos saltos de meio palmo. Devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano **entristecera**-a muito.

Desfeitas essas nuvens, curtidos os dissabores, a cama de novo lhe **aparecera** no horizonte acanhado. (RAMOS, 2009, p.40-41).

(3) Saíram aos encontrões, desceram os degraus. Empurrado, machucado, Fabiano tornou a pensar no soldado amarelo. No quadro, a passar pelo jatobá, virou o rosto. Sem motivo nenhum, o desgraçado **tinha ido** provocá-lo, pisar-lhe o pé. Ele se **desviara**, com bons modos. *Como o outro insistisse*, **perdera** a paciência, **tivera** um rompante. Consequência: facão no lombo e uma noite de cadeia. (RAMOS, 2009, p.77).

(4) Foi ate a esquina, parou, tomou fôlego. Não deviam tratá-lo assim. Dirigiu-se ao quadro lentamente. Diante da bodega de seu Inácio virou o rosto e fez uma curva larga. Depois que **acontecera** aquela miséria, temia passar ali. Sentou-se numa calçada, tirou do bolso o dinheiro, examinou-o, procurando adivinhar quanto lhe tinham furtado. Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza.

- Ladroeira.

Nem lhe permitiam queixas. Porque **reclamara**, **achara** a coisa uma exorbitância, o branco se **levantara** furioso, com quatro pedras na mão. Para que tanto espalhafato?

- Hum! hum!

Recordou-se do que lhe **sucedera** anos atrás, antes da seca, longe. Num dia de apuro **recorrera** ao porco magro que não queria engordar no chiqueiro e estava reservado às despesas do Natal: **matara**-o antes de tempo e **fora** vendê-lo na cidade. Mas o cobrador da prefeitura **chegara** com o recibo e **atrapalhara**-o. Fabiano **fungira**-se desentendido: não compreendia nada, era bruto. *Como o outro lhe explicasse que, para vender o porco, devia pagar imposto*, **tentara** convencê-lo de que ali não havia porco, havia quartos de porco, pedaços de carne. O agente se **aborrecera**, **insultara**-o, e Fabiano se **encolhera**. Bem, bem. Deus o livrasse de historia com o governo. Julgava que podia dispor dos seus troços. Não entendia de imposto.

- Um bruto, está percebendo?

Supunha que o cevado era dele. Agora se a prefeitura tinha uma parte, estava acabado. Pois ia voltar para casa e comer a carne. Podia comer a carne? Podia ou não podia? O funcionário **batera** o pé agastado e Fabiano se **desculpava**, o chapéu de couro na mão, o espinhaço curvo:

- Quem foi que disse que eu queria brigar? O melhor é a gente acabar com isso.

Despedira-se, **metera** a carne no saco e **fora** vendê-la noutra rua, escondido. Mas, atracado pelo cobrador, **gemera** no imposto e na multa. Daquele dia em diante não **criara** mais porcos. Era perigoso criá-los.

Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beijos. Nem lhe restava o direito de protestar. Baixava a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra, largar-se-ia com a mulher, os filhos pequenos e os cacarecos. Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos? Tinha nada! (RAMOS, 2009, p.95-96).

Em todos os fragmentos reproduzidos os verbos conjugados no pretérito mais-que-perfeito (em negrito) interrompem as ações narradas cronologicamente no pretérito perfeito do indicativo (sublinhado) para introduzir um recuo no tempo linear da narrativa, em que se descrevem fatos - anteriores às ações narradas no pretérito perfeito - de que os personagens se recordam ou que o narrador retoma para justificar os fatos que estão sendo narrados. Terminada essa espécie de digressão, o tempo pretérito perfeito volta a predominar na narrativa.

No fragmento 1, o parágrafo em que ocorrem os verbos no pretérito mais-que-perfeito descreve a situação de “sinha Vitória” anterior às ações expressas pelas formas verbais no pretérito perfeito e explica a razão dos acontecimentos que culminaram num pontapé em “Baleia”.

No recorte 2, os verbos em negrito narram as circunstâncias que, posteriormente, levam “sinha Vitória” a pensar na incômoda cama de varas na qual o casal dormia.

Já no fragmento 3, as formas verbais em negrito “tinha ido”, “desviara”, “perdera” e “tivera” descrevem a lembrança de um acontecimento passado de que Fabiano se recorda.

Por fim, os verbos no pretérito mais-que-perfeito do trecho 4 narram a recordação de uma situação que “Fabiano” havia vivido anos antes dos fatos descritos no pretérito perfeito.

Assim, ao levar em consideração o contexto da obra em que as sentenças embreadas estão inseridas, compreende-se a função do emprego do pretérito mais-que-perfeito de retomar acontecimentos ocorridos anteriormente às ações narradas linearmente no pretérito perfeito do indicativo.

Uma vez justificada a necessidade de considerar o contexto em que as sentenças se inserem para compreender o uso do tempo pretérito mais-que-perfeito, concentrou-se na significação das formas verbais embreadas.

Por meio da análise das competências e performances dos sujeitos nos momentos em que as sentenças selecionadas se manifestam na narrativa é possível observar o fato de que a quantidade de modalidades que permitem que o sujeito entre em conjunção com seu objeto de valor é significativamente maior nas sentenças controle comparativamente às sentenças embreadas. Essa constatação revela que os antissujeitos e anti-destinadores têm mais poder que os sujeitos e destinadores e essa diferença de poder é mais marcante nas sentenças embreadas do que nas sentenças controle. Isso permite concluir que nas sentenças embreadas os destinadores são ainda menos capazes de fornecer modalidades aos destinatários do que nas sentenças controle. A partir da análise apresentada, pode-se afirmar que as sentenças embreadas parecem reforçar ainda mais a tendência disfórica que perpassa a narrativa.

Além da menor quantidade de modalidades atribuídas aos sujeitos nas sentenças embreadas em relação às sentenças controle, é possível observar uma gradação no número de modalidades que contribuem para que cada sujeito entre em conjunção com seus objetos de valor.

Nota-se que o “soldado amarelo” e o “agente da prefeitura” são os sujeitos mais competentes e que, mesmo quando lhes falta alguma modalidade, ainda assim conseguem entrar em conjunção com seus objetos de valor. Depois do “soldado amarelo” e do “agente da prefeitura”, os sujeitos menos competentes são “Fabiano” e “sinha Vitória”, seguidos pelos filhos, “menino mais novo” e “menino mais velho”. Já a cachorra “Baleia” é o sujeito da narrativa que menos possui modalidades que a permitam entrar em conjunção com seus objetos de valor.

Em todos os casos, a ausência de competência dos sujeitos condiz com a pequena quantidade de vezes em que eles entram em conjunção com seus objetos de valor, o que aumenta a disforia que caracteriza os sujeitos ao longo de todo o seu percurso narrativo.

A observação da existência de uma gradação na quantidade de modalidades fornecidas a cada sujeito parece enfatizar a significação de opressão presente na narrativa, na medida em que a falta de competência é diretamente proporcional ao grau de opressão sofrido pelos sujeitos.

Observa-se que o “soldado amarelo” e o “agente da prefeitura” - aqueles que mais possuem modalidades que sempre os fazem entrar em conjunção com seus objetos de valor - representam sujeitos opressores no romance, tanto no momento em que o “soldado amarelo” prende “Fabiano” arbitrariamente (RAMOS, 2009, p.28-31), quanto na parte em que o “agente da prefeitura” impede “Fabiano” de vender o porco na cidade (RAMOS, 2009, p.95-96), anulando, assim, as possibilidades de o vaqueiro obter seu sustento. Percebe-se, por meio de tais passagens da obra, que o “soldado amarelo” e o “agente da prefeitura” figurativizam o autoritarismo do governo.

Significativamente menos competentes e raramente em conjunção com seus objetos de valor, “Fabiano” e “sinha Vitória” sofrem constantemente alguma forma de opressão, seja ela proveniente do governo, da natureza severa ou da sua condição socioeconômica extremamente desfavorável.

Ainda menos competentes e quase nunca em conjunção com seus objetos de valor, o “menino mais novo” e o “menino mais velho”, embora não sejam diretamente oprimidos pelos representantes do governo, compartilham com “Fabiano” e “sinha Vitória” de todas as dificuldades enfrentadas pela família. Além disso, a exploração protagonizada pelo governo, embora não faça os meninos como vítimas mais imediatas, repercute sobre eles de alguma forma. Além de conviverem com problemas comuns aos outros membros da família, os meninos muitas vezes sofrem a opressão dos próprios pais. Observa-se, assim, que os filhos não são vítimas apenas das condições severas da natureza ou da situação socioeconômica da família, mas também sofrem uma opressão interna à família, como se pode observar nos seguintes fragmentos:

- (1) O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.
- Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. (RAMOS, 2009, p.10).

(2) foi puxar a manga do vestido da mãe, desejando comunicar-se com ela. Sinha Vitória soltou uma exclamação de aborrecimento, e, como o pirralho insistisse, deu-lhe um cascudo. (RAMOS, 2009, p.48).

(3) Quiseram mexer na taramela e abrir a porta, mas sinha Vitória levou-os para a cama de varas, deitou-os e esforçou-se por tapar-lhes os ouvidos: prendeu a cabeça do mais velho entre as coxas e espalmou as mãos nas orelhas do segundo. Como os pequenos resistissem, aperreou-se e tratou de subjugar-los, resmungando com energia. (RAMOS, 2009, p.86).

(4) Na luta que travou para segurar de novo o filho rebelde, zangou-se de verdade. Safadinho. Atirou um cocorote ao crânio enrolado na coberta vermelha e na saia de ramagens. (RAMOS, 2009, p.86).

Já o fato de a cachorra “Baleia” ser o sujeito menos dotado de modalidades que a permitiriam entrar em conjunção com seus objetos de valor é coerente com o fato de que, além de compartilhar dos desafios comuns a todos os integrantes da família e também sofrer uma opressão interna a ela, a cachorra é sacrificada por “Fabiano”, ainda que ele o faça com extremo pesar. Em determinado momento da narrativa, quando “Baleia” contrai uma doença contagiosa, até o direito à vida lhe é negado (RAMOS, 2009, p.85-88), o que constitui a maior forma de opressão que há.

A hierarquia estabelecida entre os sujeitos do romance - revelada pelos diferentes graus de modalização - evidencia a existência de relações de poder internas à família. Nota-se que “Fabiano” e “sinha Vitória” são oprimidos mais diretamente pelo governo, mas também reproduzem a opressão no ambiente familiar com seus filhos e com a cachorra, embora seja importante ressaltar que se trata, neste caso, de uma forma de opressão diferente e por razões diversas daquela protagonizada pelos representantes do governo.

Nos recortes do romance em que as sentenças embreadas e controle ocorrem, chama a atenção a escassez de objetos de valor tímicos. Esse fato condiz com a carga opressiva da obra, na medida em que não há espaço para o afeto se manifestar num contexto tão marcado pela disforia.

Além disso, percebe-se que o querer-fazer é a única modalidade comum a todos os sujeitos em todos os recortes apresentados, o que parece afastá-los ainda mais da possibilidade de realização de seus desejos, uma vez que o querer é uma modalidade virtualizante, ou seja, ela apenas virtualiza os sujeitos para a transformação de estados juntivos.

A análise do tempo e do modo das formas verbais embreadas fortalece a carga disfórica que caracteriza a narrativa. Esse fato pode ser constatado por meio do emprego do modo subjuntivo em todos os verbos embreados. Esse modo verbal expressa uma projeção para o futuro. Ele costuma veicular uma perspectiva futura para o sujeito ao qual se refere.

No entanto, o uso do tempo pretérito do modo subjuntivo parece anular essa perspectiva de futuro, na medida em que frustra as possibilidades de realização e projeta as hipóteses frustradas para o passado, intensificando, assim, o impacto da disforia.

Além disso, o fato de o segundo verbo de todas as sentenças embreadas estar no pretérito (perfeito ou mais-que-perfeito) do modo indicativo - modo que indica maior grau de assertividade - reforça o efeito de projeção da ação para o passado e figurativiza a impossibilidade de satisfação dos desejos dos sujeitos.

3. Considerações Finais

A análise do Percurso Gerativo de Sentido dos fragmentos da narrativa em que as sentenças em questão ocorrem revelou que, nos momentos correspondentes às sentenças embreadas, os sujeitos do romance são significativamente menos competentes em relação às sentenças controle, o que leva a crer que o fenômeno da embreagem temporal enfatiza a disforia típica da obra.

Além disso, a constatação da existência de diferentes graus de modalização dos sujeitos esclarece as manifestações de opressão presentes na obra e torna evidentes as relações de poder estabelecidas dentro da própria família protagonista.

Nesse sentido, a embreagem temporal reitera a significação disfórica do romance, na medida em que o tempo pretérito dos verbos embreados parece inviabilizar as perspectivas de futuro dos sujeitos, normalmente expressas pelo modo subjuntivo.

Esta pesquisa se justifica pela intenção de utilizar ferramentas da Semiótica como instrumento para desenvolver conhecimentos na área de Literatura. Baseada em bibliografia sobre aspectos mais gerais da Semiótica e mais específicos sobre embreagem temporal, este trabalho pretende contribuir para o saber sobre o uso deste recurso semiótico de produção de sentido na obra literária adotada como objeto de análise. Ao focalizar o estudo das sentenças em que se observa o emprego de formas verbais embreadas, espera-se contribuir também para o conhecimento sobre um recurso estilístico bastante empregado pelo autor em suas obras.

Assim, este estudo contribui para o conhecimento sobre embreagem temporal, sobretudo no que diz respeito ao emprego do modo subjuntivo, menos explorado que o modo indicativo na teoria semiótica sobre o assunto e, ao promover uma interface entre Semiótica e Literatura, pretende-se oferecer uma contribuição ao estudo do estilo de Graciliano Ramos e de sua obra como um todo.

Referências Bibliográficas

- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2001.
- FIORIN, José Luiz. **A pessoa desdobrada**. *Alfa*, p. 23-44, 1995.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

O texto cancional como situação retórica: a *melos* como parte constitutiva do simulacro nas canções buarquianas sócio-políticas

Adriano Dantas de OLIVEIRA¹

Resumo: Teremos, como exposição neste artigo, a apresentação do texto cancional como uma situação retórica e da abordagem à *melos*, elemento constitutivo da canção, como uma prova retórica que se articula à tradicional trilogia: *ethos*, *logos* e *pathos*. Abordaremos, dessa forma, discursivamente, a maneira como os elementos musicais de uma canção, como a harmonia, a entoação, o ritmo, a densidade, sincretizam-se ao plano linguístico: a letra do texto cancional, servindo a propósitos comunicativo-persuasivos, tipificando uma situação retórica específica, caracterizada pelo texto cancional. A fim de alcançar os objetivos propostos utilizaremos um arcabouço teórico interdisciplinar, articulando a retórica clássica à semiótica. Como corpus, teremos a análise de uma amostra de canção buarquiana de temática sócio-política composta e gravada durante o período da ditadura e que em nossa abordagem constituiu-se como espaço retórico para tratar de questões e temas, na época, muitas vezes censurados.

Palavras-chave: texto cancional; situação retórica; trilogia retórica; *melos*; discursivização.

1. Introdução

Neste trabalho², analisamos a canção buarquiana “Bom tempo” de 1967-68, composta e gravada nos primeiros anos da ditadura militar. Consideramos que este período, devido à opressão e à repressão em relação à manifestação de opiniões, foi permeado e delineado por tensões e por controvérsias, sobretudo no âmbito discursivo, ressalte-se que o AI5 foi instituído em 1968. Destaquemos ainda que, no contexto, temos por meio de diversas canções da época um espaço discursivo de resistência e de manifestações acerca de temas cerceados ou proibidos por mecanismos diversos. Podemos associar esses mecanismos de controle e de rarefação do discurso à “vontade de verdade” ou à “palavra proibida” postuladas por Foucault (1971) ou também aos “aparelhos ideológicos do estado” postulados por Althusser (1985). Retomemos o que afirma Foucault (2012 [1971], p. 10): “[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...]”. O autor acrescenta: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, destaquemos as sobredeterminações em todas as instâncias de produção do discurso, sendo ele estruturado pelas relações de poder e estruturante delas. É nesse espaço de tensão e de controvérsia que acreditamos inserirem-se as canções buarquianas sócio-políticas. Percebemos, dessa forma, no corpus analisado, sua dimensão retórica,

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo sido orientado pela Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca. E-mail: adriano.oliveira@usp.br

² O artigo em referência é um recorte de minha tese de doutorado defendida em 2014, no programa de Filologia e Língua Portuguesa.

ao tratar de temas como “opressão versus liberdade” e ao mobilizar paixões a partir desses temas na relação com o estado de coisas exposto ao assentimento em uma situação retórica instalada por um texto cancional.

Cabe destacar que a canção tem sua letra organizada musicalmente, considerando a melos, aqui assimilada como todos os elementos musicais que se sincretizam à letra e que padronizam e estabilizam as entoações – as alturas das sílabas musicais dos versos da canção (as unidades entoativas). Dessa forma, consideramos, no âmbito da melos, a tonalidade, o timbre, aspectos harmônicos da modulação vocal e instrumental; o andamento, o ritmo, a celeridade; as entoações e suas alturas; a densidade musical etc. Essa abordagem da melos justifica-se, pois, em nosso corpus, além da letra, concorrem diversos elementos que se sincretizam, engendrando efeitos de sentido e servindo a propósitos comunicativo-persuasivos, como pudemos perceber em nossas análises. Assim, a análise do texto cancional convoca uma fundamentação teórica interdisciplinar capaz de analisar as grandezas linguísticas e as não linguísticas que se articulam em seu plano da expressão e do conteúdo. Utilizamos, então, como arcabouço teórico para procedermos às análises, a semiótica e associamos as categorias depreendidas à retórica. A partir dessa abordagem discursiva, tomamos o texto cancional como uma situação retórica específica em que os elementos musicais são constitutivos da situação retórica pela canção instalada.

2. A retórica

A retórica, inicialmente, pode ser assimilada como a arte e o estudo das técnicas de persuasão. Para Meyer (2007), a retórica clássica está fundamentada em três filósofos: Platão, Quintiliano e Aristóteles, e a nova retórica tem como primeiro representante Chaim Perelman, com a publicação do Tratado da Argumentação (1958). Temos, então, as seguintes concepções para a retórica clássica “(1) A Retórica é uma manipulação do auditório (Platão); (2) a Retórica é a arte de bem falar (Quintiliano); (3) a Retórica é a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir (Aristóteles)”. (MEYER, 2007, p. 21). Acerca da (4) Nova Retórica, a partir do Tratado da Argumentação, podemos dizer que está centrada no uso e no “estudo das técnicas discursivas para provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4). Essas concepções distintas mostram que a retórica é o terreno da disputa, da controvérsia, do conflito mesmo quando o objeto de discussão é sua definição.

2.1 A trilogia retórica

Todo o sistema retórico estudado e desenvolvido por Aristóteles tem como base uma tríplice formação: o *ethos* (ἦθος) – a imagem do orador de onde partem as escolhas e as atitudes; o *pathos* (παθος) – a plateia ou a audiência de onde são suscitadas e mobilizadas as paixões; o *logos* (λογος) – o saber e o

discurso, aquilo que se coloca como questão a ser tratada na situação retórica. Sobre *ethos*, *logos* e *pathos*, podemos dizer que se estabelece uma relação mútua e recíproca entre eles, isolável apenas para reconhecimento e análise, pois em uma situação retórica os elementos dessa trilogia funcionam imbricados: aquele que fala constitui e é constituído por aquele que ouve, por meio de representações recíprocas e daquilo que é tratado. Assim, em retórica clássica, Aristóteles define três tipos de provas técnicas ou artísticas de persuasão: “umas residem no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 1998 [s/d], p. 49).

O *ethos* é uma prova não proposicional, sobre a qual Aristóteles conceitua que: “[...] persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...]. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador.” (idem, p. 49). Desse modo, o orador assume um caráter para chamar a atenção e conseguir credibilidade a fim de mobilizar, sensibilizar o *pathos* do auditório, suas tendências e suas emoções, e conduzi-lo a uma determinada perspectiva, colocando seu próprio ponto de vista com o objetivo de obter a adesão. O *ethos*, para Aristóteles, caracteriza-se como fonte de credibilidade e conseqüentemente como prova retórica a partir de três elementos: a *phronesis*, a *arete* e a *eunoia*. “Três são as causas que tornam persuasivos os oradores e a sua importância é tal que por ela persuadimos, sem necessidades de demonstrações. São elas a prudência, a virtude, e a benevolência.” (ARISTÓTELES, 1998 [s/d], p. 106). Embora esses elementos estejam relacionados ao *ethos*, à imagem do orador, eles fazem referência também ao *pathos* e ao *logos*. Segundo Eggs (2005, p. 40), Aristóteles, ao mencionar a prudência/sabedoria (a *phronesis*), refere-se ao que provoca a confiança no auditório, assim, ela se evidencia quando o orador apresenta argumentos sábios e razoáveis, elementos que remetem ao *logos*; a virtude (a *arete*) evidencia-se quando o orador aparenta argumentar sincera e honestamente e está mais intimamente ligada ao *ethos*; a benevolência (a *eunoia*) evidencia-se quando o orador se mostra solidário e amável em relação aos seus ouvintes, o que remete mais diretamente ao *pathos*.

O segundo tipo de prova, também não proposicional, está relacionado à disposição do auditório, ou seja, às emoções, às paixões que o discurso e o orador o levam a experimentar. Para Meyer (2007, p. 38), “[...] a paixão é um reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese. Isso reforça a identidade dos pontos de vista, ou a diferença em relação à tese que procuramos afastar [...]”. Assim, “É o que o enraivece, o que ele aprecia, o que ele detesta, o que ele despreza, ou contra o que se indigna, o que ele deseja, e assim por diante, que fazem do *pathos* do auditório a dimensão retórica do interlocutor.” (MEYER, 2007, p. 39). Em retórica clássica, temos catorze grandes paixões: a cólera, a calma, o temor, a confiança, a inveja, a impudência, o amor, o ódio, a vergonha, a emulação, a compaixão, o favor (obsequiosidade), a indignação e o desprezo. Para Aristóteles, as paixões manifestam-se em relação àquilo que se coloca em perspectiva, o outro em questão, o “não eu” a que nos projetamos.

A terceira prova de persuasão é o *logos*, caracterizado como uma prova proposicional e relacionado ao que é construído por meio da razão e do discurso. Conforme Meyer (2007, p. 45), o *logos* é tudo aquilo que está em questão na situação retórica, não se refere apenas ao texto, mas ao que se propõe tratar. “Aquilo que o texto diz e também as questões a que o texto responde, suscita ou trata de alguma forma”. Dessa forma: “Para que haja Retórica, é preciso que uma questão seja levantada e permaneça, a despeito do que soluciona, ou em razão da resposta que soluciona” (MEYER, 2007, p. 62).

3. A semiótica

A semiótica inscreve-se na problemática de estudos da linguagem, do texto e de sua discursividade. A vertente semiótica, a partir da qual nos pautamos neste trabalho, constitui-se como um projeto de ciência desenvolvido inicialmente pelo lexicólogo lituano Algirdas Julien Greimas e pelo Grupo de Investigações Semiolinguísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Essa teoria, pertencente ao estruturalismo francês, é bastante pertinente à análise pretendida pelo seu objetivo de buscar os possíveis efeitos de sentido em um texto, seja ele verbal, não verbal ou sincrético. Com a semiótica, inauguram-se procedimentos de análise cujo ponto de partida é o texto. Temos a ideia de uma abordagem do sentido que vai além da frase, passando de uma abordagem linguística para uma abordagem semiótica. Assim, Greimas (1966) cria uma sintaxe da narratividade. “Portanto, em vez de noções linguísticas, o autor estava agora operando com noções semióticas” (TATIT, 2003, p. 188). A partir dessa abordagem, torna-se central a noção de efeitos de sentido, a qual traz importantes contribuições aos estudos linguísticos: a conclusão de que o sentido é um dos elementos imprescindíveis à análise da linguagem em todos os seus aspectos. Utilizamos, no recorte deste trabalho, nos momentos de análise, algumas categorias da semiótica greimasiana e também dos desdobramentos da semiótica, sobretudo, da semiótica aplicada à canção que expomos a seguir.

3.1 Semiótica aplicada à canção

Conforme expusemos, a semiótica é um projeto que se propõe a tratar dos efeitos de sentido em textos verbais e não verbais. E, desde a sua idealização, passou por diversos desdobramentos para dar conta de seus objetivos.

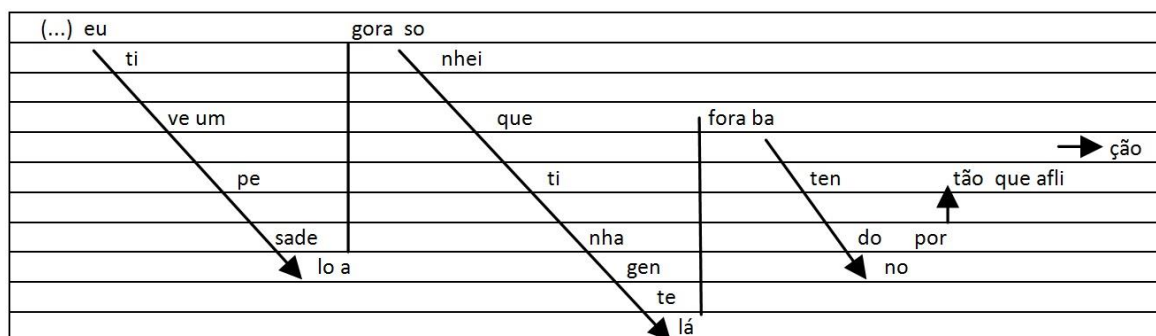
A canção, gênero que abordamos neste trabalho, segundo os postulados de Tatit (1996, p. 11-12), tem a melodia cantada, possivelmente, com origem na gestualidade da fala, ou seja, em aspectos da fala cotidiana em uso, considerando as entoações - ascendentes ou descendentes; as pausas; as modulações etc. Destaca, ainda, que a canção popular possui uma espontaneidade enunciativa que faz com que sua letra se submeta aos contornos melódicos.

Assim sendo, o gênero canção, em sua constituição, é bastante complexo, considerando aspectos literários, poéticos, rítmicos, melódicos, prosódicos, harmônicos, de densidade, timbrísticos etc. Todos esses aspectos devem ser considerados em uma análise, pois são também suscitadores de efeitos de sentido. Carmo Jr. (2003, p. 223) ratifica essa afirmativa ao postular que a canção “possui características tensivas típicas da prosódia, razão pela qual a melodia pode ser dotada de sentido”.

3.1.2 Frase, unidades entoativas e tonemas

Conforme os estudos de Tatit (1994), as unidades entoativas são unidades do nível da célula na melodia, uma unidade mínima entoada em determinada altura na tessitura musical. Trata-se, assim, de uma “sílabas musical”. O nível superior, nesse sentido, é a frase musical, constituída por um conjunto de unidades entoativas e que tem seu fim demarcado por um tonema (unidade entoativa que finaliza a frase). A fim de ilustrarmos essa explanação, observemos o diagrama a seguir com a exposição de um trecho da canção buarquiana “Acorda, amor” (1974) conforme as alturas das entoações:

Figura 1. Diagrama – exemplo das unidades entoativas e dos tonemas



Temos, conforme o diagrama exposto, as unidades entoativas distribuídas pela tessitura musical, o campo das alturas dividido em meio tom, as sílabas do nível da entoação. Em negrito, destacamos os tonemas (unidades entoativas finais) que marcam o final de cada frase musical e as setas indicando a direção, a tendência ascendente ou descendente da entoação.

3.1.3 Formas de integração letra e melodia

Sobre os modos de integração entre letra e melodia, temos três maneiras distintas de ocorrência: a figurativização, a tematização e a passionalização. A figurativização é uma forma de integração da letra à melodia com uma tendência maior à aproximação da gestualidade da fala. Sobre esse modo de integração, temos que é “[...] uma espécie de integração ‘natural’, entre o que está sendo dito e o modo de dizer, algo bem próximo de nossa fala cotidiana de emitir frases entoadas [...]” (TATIT; LOPES, 2008, p. 17). De acordo com os autores, tudo que enunciamos em nossa língua já vem com uma melodia própria típica da prosódia.

Dessa forma, a criação desse simulacro no interior da canção é chamado de efeito figurativo da locução (idem, p. 17-18). Conforme Tatit (1997, p. 118-120), a figurativização é uma construção em que há um processo de distensão, de desinvestimento do percurso melódico, buscando ser mais próxima da gestualidade da fala, mais entoativa.

Sobre a tematização, um segundo modo de integração da letra à melodia, temos que é um modo típico da conjunção, da identidade, da celebração, da euforia. “[...] Na letra, exalta-se a mulher desejada, a terra natal, a dança preferida, o gênero musical, uma data, um acontecimento [...]”, dessa maneira, esses conteúdos da letra manifestam-se na melodia com a “[...] aceleração do andamento, valorização dos ataques consonantais e acentos vocálicos (consequentemente, redução das durações) e procedimentos de reiteração [...]” (TATIT; LOPES 2008, p. 18-19). Conforme os autores, a letra “ressoa” nos motivos melódicos. Assim, temos um desenvolvimento melódico da conjunção, da identidade. Nesse modo de integração, o campo de tessitura da melodia se mostra restrito, apropriado para um modelo melódico horizontalizado.

Um terceiro modo de integração é a passionalização caracterizada por uma verticalização na exploração do uso da tessitura musical, por um prolongamento das unidades entoativas e por uma consequente desaceleração no andamento da melodia “[...] Na letra, temos em geral a descrição dos estados passionais que acusam a ausência do outro, o sentimento (presente, passado ou futuro) de distância, de perda, e a necessidade de reconquista [...]”. Temos, assim, uma integração caracterizada pela busca, pela disjunção, pela alteridade, enfim, pela passionalização e, nesse modelo “[...] manifestam-se direções que exploram amplamente o campo de tessitura (de praxe, mais dilatado), servindo-se mais uma vez de decisões musicalmente complementares: desaceleração do andamento, valorização das durações vocálicas, sobretudo para definir os pontos de chegada [...]” (TATIT; LOPES 2008, p. 21). Segundo os autores esse modelo de integração ressalta a distância do sujeito em relação ao seu objeto (aquilo com que ele deseja estar em conjunção) e essa distância se converte em percurso melódico.

Essas três formas de integração são bastante regulares no universo cancional e articulam-se nas canções. Assim, para caracterizar uma canção como baseada em uma forma de integração ou outra, é necessário observar a predominância desses modos, pois em uma mesma canção podemos ter dois ou mais modos de integração presentes. Outra forma pela qual a tensão pode ser modulada nas frases musicais, e que consideramos em alguns pontos de nossa análise, é pela harmonia. Nesse âmbito, temos elementos como a tonalidade da canção – maior ou menor; os acordes que dão base à entoação – no que tange à configuração do acorde dissonantes ou não, maior ou menor e que geram um efeito de tensão ou de resolução na configuração musical, enfim, elementos da harmonia que, no texto cancional, produzem efeitos de tensão e de expectativa ou de distensão e de resolução.

4. A trilogia retórica associada à *melos*: a canção como situação retórica

Conforme expusemos, na abordagem a uma situação retórica cancional, devem-se considerar, na articulação da trilogia retórica, aspectos musicais inerentes à canção. A entoação, a harmonia, o ritmo, a densidade musical etc. são aspectos musicais que servem a propósitos comunicativos ao se sincretizarem à letra, ao potencializarem as tradicionais provas retóricas de persuasão: ethos, logos e pathos. Neste trabalho, categorizamos os elementos musicais depreendidos nas análises como a melos, um quarto elemento que se apresenta no texto cancional. Sobre a natureza da melos, aspecto inerente à canção, além do que já expusemos, podemos acrescentar o que postula Valéry (1991) ao diferenciar o universo musical dos ruídos.

[...] Nesta sala em que estou falando, onde vocês ouvem o ruído de minha voz, se um diapasão ou um instrumento bem afinado começasse a vibrar, imediatamente, assim que fossem afetados por esse ruído excepcional e puro que não pode ser confundido com os outros, vocês teriam a sensação de um começo, o começo de um mundo; uma atmosfera diferente seria imediatamente criada, uma nova ordem seria anunciada, e vocês mesmos se organizariam inconscientemente para acolhê-la. [...] (VALÉRY, 1991, p. 210).

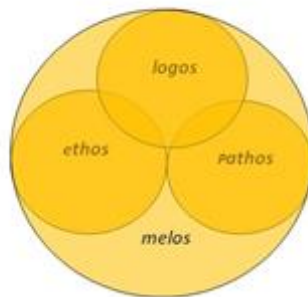
Assim, Valéry (1991) postula que o som musical é diferente do simples ruído, assim como a ordem, diferente da desordem. Surge, desse modo, o conceito de música. A música instaura uma atmosfera paralela ao que Valéry chama de “universo musical”. E, dessa forma, “[...] o músico se encontra em posse de um sistema perfeito de melos bem definido, que fazem com que sensações correspondam exatamente a atos. [...]” (VALÉRY, 1991, p. 210). Entendemos, desse modo, que a parte musical das canções constitui um campo vasto de sentidos e de relevância, sobretudo ao assimilarmos as canções como uma situação retórica que trata de alguma questão específica. Consideremos, ainda, que o “universo musical” no qual a situação retórica ocorrerá a partir da articulação do ethos, logos e pathos é uma dimensão paralela instaurada musicalmente e a ser acolhida pelo ouvinte.

Ainda, conforme Valéry (1991, p. 208), o uso da linguagem está associado a uma prática e quando essa prática produz seu efeito ela se desfaz. “Eu peço fogo a vocês. Vocês me dão fogo”. Nas palavras do autor, “desfaz-se na clareza” (idem, p. 208), pois cumpriu aquilo que deveria ter cumprido. Dessa maneira, a linguagem, quando tem por objetivo apenas ser compreendida, é substituída por seu sentido e o plano de expressão tal como foi constituído deixa de existir e dá lugar à compreensão. Temos nesses postulados a noção oposta no universo poético. Para Valéry (1991, p. 213) o poema não morre por ter vivido, pois é feito para ser retomado, em sua expressão, sem alterações, para “[...] renascer de suas cinzas e vir a ser indefinidamente o que acabou de ser. A poesia reconhece-se por esta propriedade: ela tende a se fazer reproduzir em sua forma, ela nos excita a reconstituí-la identicamente.” Assim, ao referir-se ao universo poético, a linguagem ganha outros contornos que vão além de sua função pragmática comum. Podemos relacionar o que Valéry postula sobre o universo poético ao nos referirmos à canção, uma vez que a canção compartilha de muitas características com a poesia. Citemos, além de sua organização em versos e em estrofes, a sua regularidade como plano de expressão (letra, entoação e melodia).

Dessa forma, tomamos a melos como uma prova retórica que se articula à trilogia retórica como um fator de persuasão que toca o ethos, o logos e o pathos. A melos como parte do texto cancional dá suporte ao discurso e à razão, fazendo parte do simulacro instaurado pela canção, articulando-se ao que está sendo tratado, fator que remete ao logos; suscita emoções no auditório, intensifica ou dissipa possíveis efeitos de sentido, fator que também remete ao pathos; revela traços constitutivos dos estados de ânimo do orador, tomado aqui como o “intérprete” da canção, fator que remete ao ethos.

Figura 2. Articulação da trilogia retórica associada à melos (OLIVEIRA, 2014, p. 15)

Situação retórica cancional



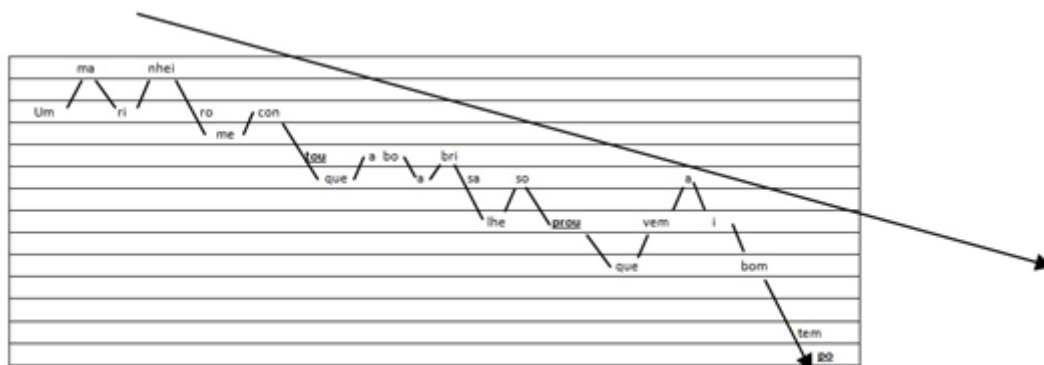
5. Análise de corpus “Bom tempo”, 1968/1969

A canção “Bom tempo” é composta no ano do AI5 e gravada um ano depois. Nesse mesmo contexto, temos um crescente número de manifestações populares, destaquemos as estudantis, violentamente reprimidas. Em 26 de junho, ocorre a passeata dos cem mil e, em Ibiúna, cerca de mil jovens são presos em um congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes). É nesse ambiente que o terceiro LP de Chico Buarque contendo a canção que analisamos é lançado. Com ela, o cantor e compositor conquistou o segundo lugar na I Bienal do Samba realizada pela TV Record em 1968.

5.1. Logos e melos

A canção “Bom tempo” possui como constituição de seu exórdio, a preparação do auditório para a argumentação que virá a seguir, a proposição da deliberação acerca do futuro. Percebemos no título um isotopante, núcleo temático a ser recoberto figurativamente, baseado em uma recção semântica: a palavra “tempo” está reccionada a “bom”. O procedimento deixa uma suspensão temática: trata-se de um clima meteorologicamente melhor ou de uma época melhor para o futuro? Em uma direção argumentativa oposta, o título também pressupõe a existência de um “mau tempo” no presente. Observemos a integração entre letra e melodia nos primeiros versos:

Figura 3. Integração entre letra e melodia nos primeiros versos da canção “Bom tempo”



Ocorre, no início da canção, uma curva melódica descendente em graus marcados, terminando por um tonema em uma posição mais grave. Esse procedimento enfatiza a asseveração do anúncio da boa nova. Observamos que, acerca do modo de integração letra *versus* melodia, temos um regime baseado na passionalização, no desdobramento. As unidades entoativas prolongadas e um andamento desacelerado da melodia configuram uma busca, que caracteriza uma falta. Temos, então, um sujeito, em uma acepção semiótica aquele actante caracterizado pela busca por um objeto, em nosso caso o próprio orador na relação com o próprio “bom tempo”.

Nas primeiras proposições, observamos que o orador se instala no texto por meio de uma debragem enunciativa pela marca do pronome pessoal “me”, mantida por toda a canção, trazendo à memória do auditório a pessoa do orador, configurando uma figura de presença, na retórica. Então, a função actancial desse orador de “destinador”, função actancial de manipular um “destinatário”, soma-se à função actancial de “sujeito” já abordada. Essa inferência é ainda corroborada pela configuração da *melos*, que realça a falta e a busca, em relação ao objeto “bom tempo”. No mesmo modelo melódico acima exposto, temos, então, os seguintes versos.

(1) “Um marinheiro me contou/ Que a boa brisa lhe soprou/ Que vem aí bom tempo/ Um pescador me confirmou/ Que o passarinho lhe cantou/ Que vem aí bom tempo”

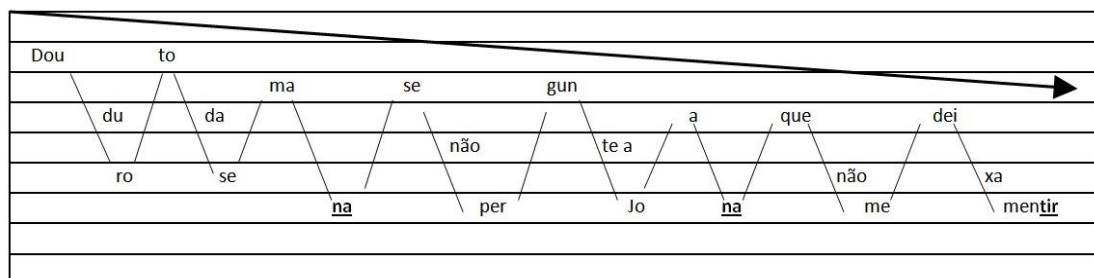
Assim, o orador destinador-sujeito aponta para a modalização pelo “saber” que recebe a partir de diversas fontes que o modalizam com uma boa nova. Há o simulacro de uma notícia que circula sobre a iminência do bom tempo, daí a deliberação. Os actantes adjuvantes, que modalizam o orador por um saber, possuem um traço comum de pertinência: a itinerância, visto que “pescador”, “marinheiro”, “passarinho” e “boa brisa” possuem como característica comum o fato de estarem constantemente viajando, circulando e possuírem, por consequência, mais conhecimento ou anunciarem sobre o clima que virá sobre a costa. O orador instala diversos adjuvantes que fornecem o “saber” de que o orador destinador-sujeito se vale para dirigir-se ao auditório, cuja função actancial pode ser depreendida como destinatário. Temos, ainda, a ocorrência de uma axiologização desses adjuvantes, que modalizam o orador, sob forma positiva “boa brisa”,

além da inversão “o passarinho lhe cantou” (em vez de lhe contou). Destaquemos, como estratégia que ratifica uma notícia que corre à solta, um rumor que se espalha, o uso do pronome “lhe” neste verso, ou seja, que o passarinho cantou “a alguém” e o orador, por sua vez, também ficou sabendo. Tais estratégias iniciam uma semantização positiva acerca do objeto que se movimenta, o “bom tempo”, indicando a parada do “mau tempo” pressuposto.

Destaca-se também a isotopia constituída pela reiteração da proposição deliberativa “Que vem aí bom tempo” com a configuração melódica passional e asseverativa. Tal afirmação busca dar conta de um “saber” acerca da movimentação do objeto que – temporal e espacialmente – está na iminência como um sobrevir, e o destinador-sujeito prepara seu auditório para a chegada do referido objeto. O auditório, na função de destinatário, é também convertido em sujeito na relação com o “bom tempo”, se considerarmos que o gênero deliberativo, na retórica, busca discernir o útil e o nocivo a um auditório particular. A própria deliberação constitui-se como uma figura de comunhão, dado o compartilhamento do objeto. Ressaltemos que esse gênero é predominante na canção.

No âmbito da *melos*, temos a passionalização como predominância, porém articulada à tematização, conforme iremos observar. Melodicamente, temos, no âmbito da *melos*, um movimento de transição, que prepara a mudança no modo de integração da passionalização para a tematização.

Figura 4. Melos e passionalização

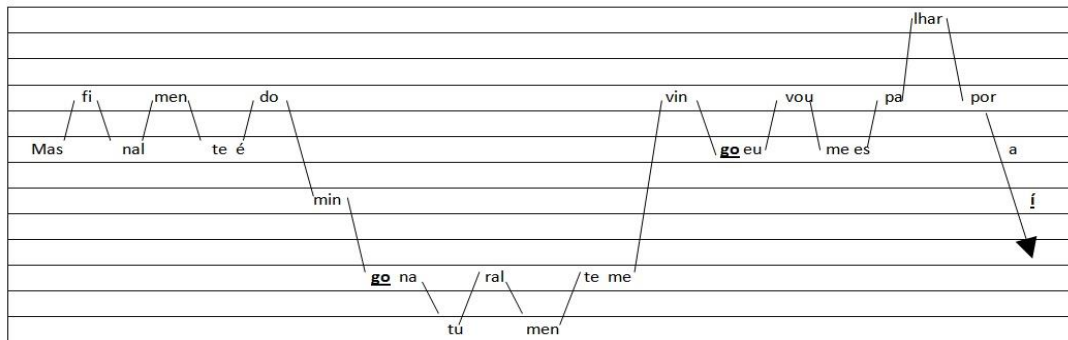


Ocorre, assim, a partir desse trecho, o início de uma alteração no modelo melódico da canção: há uma maior identidade entre as unidades entoativas e uma diminuição do uso da tessitura musical. Ressaltemos que permanece o regime de desdobramento, pois se mantêm o prolongamento das unidades entoativas e o andamento desacelerado da melodia. Esse procedimento de diminuição do uso da tessitura musical prepara uma mudança no modo de integração da letra em intersecção à melodia. Permanece, porém, o tom de asseveração, dessa vez, relatando o cotidiano disfórico do orador e do próprio auditório na disjunção com seu objeto, a ausência do “bom tempo”. No movimento retórico, o orador instala um outro ator, “Joana”, na função actancial de adjuvante que ratifica a exposição do orador, não o deixando negar a sua configuração disfórica. Destaquemos a marcação da divisão rítmica evidenciada pela aliteração “Dou duro toda...”; “Preocupada, corrida, surrada, batida dos dias...”. Assim, a explosão consonantal dos fonemas linguodentais [t] e [d] vai engendrando uma articulação nos modos de integração da canção. Evidenciamos que a aliteração

que inicia a modulação dos modos de integração melódica contrapõe-se à aliteração com o fonema alveolar [s], presente no refrão, iniciado com “No compasso do samba; Eu disfarço o cansaço; Joana debaixo do braço...” , que serão analisados mais à frente.

No diagrama a seguir, acompanhamos a sequência da canção que se junta aos versos estudados anteriormente. Observemos como se dá essa modulação para a transição a um novo modo de integração melódica:

Figura 5. Modulação

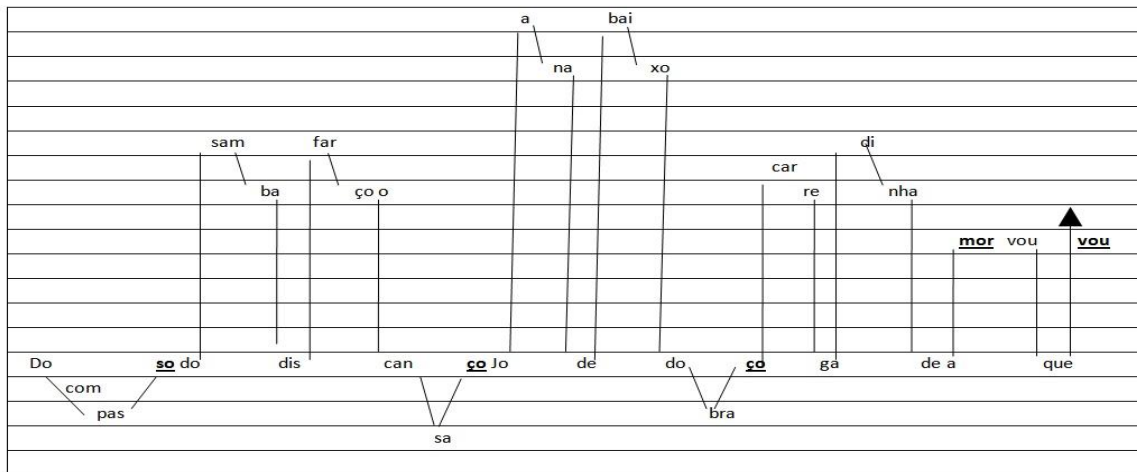


Desse modo, na canção, em continuidade ao processo de mudança de integração melódica, temos a concessividade, a disjunção circunstancial frente ao cotidiano disfórico. Instalam-se novo espaço e tempo, agora, eufóricos: é a transferência do orador a outros espaço e tempo, é a chegada do objeto. Surge o gênero epidítico ao relatar sua configuração disfórica e sua transição para a configuração eufórica.

No movimento retórico, percebemos as descendências e as ascendências bruscas e a pouca identidade das unidades entoativas. Podemos, inclusive, notar uma fuga da melodia instaurada desde o início da canção e, por fim, na finalização da estrofe uma asseveração, enfatizada pela curva melódica descendente, marcada pelo tonema final “aí”. O breve trecho traz o efeito da figurativização, da maior presença da gestualidade da fala que irá culminar na tematização.

O orador, com a chegada de um espaço e um tempo eufóricos, pode “vingar-se”, compensando seu cotidiano disfórico. No espaço e tempo eufóricos, o orador é modalizado por um “poder” estar em conjunção com seu objeto “bom tempo”. No âmbito da *melos*, a integração letra e melodia, categorizada como figurativização, faz a passagem do disfórico para o eufórico, dá lugar à integração pela tematização.

Figura 6. Tematização



Na configuração do espaço e do tempo eufóricos, no âmbito da melodia, é convocado um novo regime de integração com a letra: a tematização, realizada com a aceleração do andamento da canção e a identidade das unidades entoativas, bem como uma maior densidade musical.

Outro fator melódico que nos chama a atenção são as aliterações em que temos, mais uma vez, a ênfase nos fonemas linguodentais [d] e [t], marcando bem a divisão rítmica, em contraste com os fonemas alveolares [s], que os seguem. Articula-se, assim, o engendramento temático da integração letra e melodia. Dessa forma, temos uma sincretização de elementos ratificadores da euforia do novo tempo e espaço instalados.

Destaquemos, ainda no âmbito da *melos*, a presença dos saltos intervalares. Eles são comuns ao modo de integração passional, da falta, da busca, porém podemos depreender como efeito de sentido desses saltos, não a busca, uma vez que já se está em conjunção com o objeto, mas os efeitos do sobrevir do objeto e a euforia do sujeito na relação com ele. A partir de um novo modelo melódico, o orador passa a expor um cotidiano eufórico. As estrofes que compõem a isotopia da euforia, terminando por um tonema ascendente, indicam uma prossecução na declaração performativa “vou que vou”.

(2) “Do compasso do samba/ Eu disfarço o cansaço/ Joana debaixo do braço/ Carregadinha de amor/ Vou que vou”

O orador passa a configurar uma isotopia eufórica em espaço e tempo utópicos, nos quais a conjunção com objeto “Bom tempo” ocorre. O destinador-sujeito semantiza espaço e tempo eufóricos constituintes do objeto do destinador-sujeito. Essa semantização figurativa do objeto pode ser depreendida também como uma manipulação na relação com o destinatário, a fim de suscitar nele o “querer”, tornando-o sujeito, também na relação com o referido objeto. Com esse procedimento, o orador valoriza sua conjunção com o objeto em referência, fazendo dele um objeto coletivo. O orador continua a expor a chegada do “bom tempo” figurativamente e toda a liberdade tematizada pelas figuras.

(3) *“Pela estrada que dá numa praia dourada/ Que dá num tal de fazer nada/ Como a natureza mandou/
Vou/ Satisfeito, a alegria batendo no peito/ O radinho contando direito/ A vitória do meu tricolor
Vou que vou/ Lá no alto/ O sol quente me leva num salto/ Pro lado contrário do asfalto
Pro lado contrário da dor”*

Por fim, ao final da construção da isotopia eufórica, o orador interpõe a presença do espaço e do tempo disfóricos, da disjunção com o objeto. A canção retorna ao modo de integração do desdobramento, da busca pelo objeto e a consequente percepção da falta dele.

Após esse retorno à disforia, na retomada da estrofe inicial, ocorre a reintrodução de um conectivo adversativo, mais uma vez um disjuntivo circunstancial que instala a concessividade e que transporta o orador ao espaço e tempo eufóricos. O orador reitera o andamento do “bom tempo”, a iminência da chegada do objeto aos sujeitos (orador e auditório). Ressaltemos, ainda, que há uma alteração nos versos finais da estrofe, em vez de:

(4) *“Mas finalmente é domingo/ Eu naturalmente me vingo/ E vou me espalhar por aí”*

Ocorre uma intensificação da chegada do objeto:

(5) *“Mas uma vez na vida/ Eu vou viver a vida/ Que eu pedi a Deus”*

Podemos observar que, mais uma vez, a partir do disjuntivo circunstancial e temporal, há a modulação da debragem de uma disforia no emprego do gênero epidítico com “eu (nós), **aqui, agora**” para uma euforia com o emprego do gênero deliberativo “eu (nós), **lá, então**”. Destaquemos a performatividade que finaliza a repetição das estrofes constitutivas do refrão. O orador reiteradas vezes entoa o verbo “vou”, uma unidade entoativa prolongada, sob o signo da busca, mesmo dentro da estrofe que expõe a conjunção.

(6) *“No compasso do samba/ Eu disfarço o cansaço/ Joana debaixo do braço/ Carregadinha de amor/
Vou, vou/ Pela estrada que dá numa praia dourada/ Que dá num tal de fazer nada/ Como a natureza mandou/ Vou, vou/ Satisfeito, a alegria batendo no peito/ O radinho contando direito/ A vitória do meu tricolor/ Vou, vou”*

Desse modo, a partir do disjuntivo circunstancial, temos o retorno do destinador-sujeito ao espaço e tempo eufóricos, com a repetição do refrão. Há a reiteração da isotopia do espaço e do tempo eufóricos, prevalecendo sobre o espaço e o tempo disfóricos. Mais uma vez, temos a integração da tematização, a identidade das unidades entoativas e os saltos reveladores do estado do sujeito em sua conjunção com o objeto, presente no refrão.

Predomina, nesta canção, o gênero deliberativo, expondo o útil, dissociando-o do nocivo. Para tanto, temos como predominância a função retórica *docere*, o ensinar, sobretudo no anúncio sobre a chegada do objeto e pela semantização dele frente ao auditório. Destaquemos a oferta de uma sanção positiva ao auditório, que chega ao destinador-sujeito à maneira do sobrevir, ou seja, chega abruptamente, modo de chegada que se evidencia na *melos*, na intercambialidade melódica passionalização–figurativização–tematização e pelos saltos intervalares presentes na tematização no refrão. Por fim, podemos inferir, dadas

as construções realizadas na canção, que o par “bom tempo”, eufórico, *versus* “mau tempo”, disfórico, recobre figurativamente os temas liberdade *versus* opressão, considerando as configurações descritas.

5.2. *Ethos e pathos*

Nesta canção, o orador constitui um *ethos* modalizado por um saber – acerca da chegada do “bom tempo” dado por outrem –, colocado para o auditório como um objeto de desejo, por meio de uma axiologização desse objeto, modalizado como algo com que se quer estar em conjunção. O *ethos* do orador mostra-se esperançoso no sentido de ter a certeza de que o objeto se movimentará no âmbito do devir e chegará como um sobrevir. A construção da credibilidade, que o orador empreende, se faz a partir da referência de outros atores que o modalizam acerca do “bom tempo”, são atores que possuem um saber privilegiado sobre o clima. Assim, o destinado-sujeito propõe ao assentimento uma afirmação crível, apoiada em um *ethos* detentor de um saber privilegiado. O orador expõe, ainda, um *ethos* marcado pela disforia, em disjunção com seu objeto de valor: “Ando cansado da lida”; “Preocupada, corrida, surrada, batida”; “Dou duro toda semana”. Ressaltemos o objeto de valor semantizado como um objeto coletivo: tal procedimento individualiza um auditório universal em um particular, uma vez que particulariza ao auditório algo desejável e que irá sobrevir ao orador e ao auditório.

Em oposição à condição disfórica do orador, há a apresentação de um espaço e um tempo eufóricos, na perspectiva de um devir, apresentado ao sujeito: “samba”; “praia dourada”; “tal de fazer nada”; “como a natureza mandou”; “Satisfeito, a alegria batendo no peito”; “vitória do meu tricolor”; “o sol quente me leva num salto”; “lado contrário do asfalto”; “lado contrário da dor”. Dessa forma, o *ethos* do orador evidencia-se, sobretudo por um “saber” de um devir que o levará a um estado de euforia. Essa perspectiva do devir coloca em evidência o *pathos* da emulação, na esperança, na expectativa, e da compaixão, tendo como referência a condição disfórica atual dos atores envolvidos no simulacro criado.

6. Considerações finais

Tivemos como objetivo neste trabalho demonstrar uma abordagem ao texto cancional e de seus elementos constituidores, a *melos*, como uma situação retórica, tida como, cancional. A *melos*, conforme expusemos, articula-se às demais provas retóricas *ethos*, *logos* e *pathos*. Pudemos verificar tal possibilidade, tanto pela própria natureza da *melos* – que toca o campo passional do ser, uma vez que ela é capaz de tocar o sujeito que, ao ouvir uma música, pode emocionar-se, alegrar-se ou entristecer-se – quanto pela possibilidade de articulação ao *logos* nas canções, ratificando conteúdos, suscitando efeitos de sentido e, por fim, intensificando a mobilização de paixões.

Ressaltemos, ainda, que a *melos* serve como princípio estruturador e estabilizador do *logos*, considerando os saltos, as ascendências, as descendências, as gradações. Temos, assim, as formas de integração: passionalização, tematização ou figurativização, articulando-se entre si, sincretizando-se ao texto das canções e suscitando efeitos de sentido específicos, servindo aos propósitos comunicativos e à própria persuasão. Ainda na dimensão da *melos* como prova de persuasão, evidenciamos a estabilidade que ela dá aos textos cancionais que podem ser retomados em sua integralidade, seja por meio de uma nova audição da canção, seja, até mesmo, pela ativação da memória discursiva, uma vez que as canções ficam constituídas na memória dada sua estabilidade, ou seja, o texto cancional não se desfaz na clareza como uma linguagem comum em uma prática utilitária, pois permanece em seu plano de expressão, constituindo-se como um uso da linguagem semantizado pela *melos*. Assim, uma canção na memória discursiva está sempre na iminência de uma manifestação, ou seja, de seu plano de expressão encontrar um plano de conteúdo em uma nova enunciação interna, pela ativação da memória do indivíduo, ou externa em uma nova audição.

Sobre a relação *ethos*, *logos*, *pathos* e *melos*, temos que não se isolam, mas se articulam, conforme demonstrado, pois o *pathos* incide sobre o *ethos* e sobre o *logos*, assim como o *logos* incide sobre o *ethos* e sobre o *pathos*, e o *ethos* incide sobre *pathos* e sobre o *logos*. E, por fim, a *melos*, em uma situação retórica tomada como cancional, serve como parte do simulacro da situação retórica pela canção instaurado.

Dessa forma, pudemos observar que em resposta às configurações sociopolíticas no Brasil, Chico Buarque instala uma situação retórica em que se constitui como um orador (o *ethos*), diante de um auditório, com o intuito de mobilizar paixões (o *pathos*), utilizando o discurso para tratar aquilo que se coloca em questão (o *logos*), tendo na referida situação retórica o suporte musical como parte da cena enunciativa, a melodia e outros elementos musicais (a *melos*), uma quarta prova na situação retórica cancional. Assim, buscamos evidenciar como um texto cancional pode ser tomado como uma situação retórica e desvelar estratégias discursivas que servem a propósitos comunicativo-persuasivos em uma época em que o embate discursivo mostrava-se de forma acentuada, fatores que colocam a retórica em sua plenitude, como arte e ciência, em evidência.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos do estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [s/d].

_____. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARMO JR., José Roberto do. **A voz**: entre a palavra e a melodia. In: *Teresa*: Revista de literatura brasileira. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.

EGGS, Ekkehard. **Ethos aristotélico**, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso, a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012 [1971].

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo, Cultrix, 1966.

LOPES, Ivã Carlos; TATIT, Luiz. **Ordem e desordem em fora de ordem**. In: Teresa: revista de literatura brasileira. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Elos de Melodia e Letra**: análise de seis canções. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, Adriano Dantas. A trilogia retórica associada à *melos*: análise discursiva de canções buarquianas sob o enfoque da tensividade. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; BENTO, Emilson José; OLIVEIRA, Margibel Adriana; OLIVEIRA, Adriano Dantas; PONTES, Vivian de Souza; SANTOS, Thiago Jorge Ferreira. **Linguagem, Estratégia e (Re)Construção**. São Paulo: Editora Paulistana, 2014. Online: <[http://: www.epedusp.com.br](http://www.epedusp.com.br)>. Acesso em 18 jul. 2014.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: A nova retórica. 2. ed. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TATIT, Luiz. **Semiótica da canção**: melodia e letra, São Paulo: Editora Escuta, 1994.

_____. **O cancionista** – composição de canções no Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Musicando a Semiótica** – ensaios. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. Abordagem do texto. In: FIORIN, Luiz José. (org). **Introdução à Linguística I**. Objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

Movimento Estudantil da USP: uma análise cognitivista sobre o uso de metáforas e metonímias no discurso panfletário

Aline Magna de Aguiar VIEIRA¹

Resumo: Nesta pesquisa, buscamos estudar o discurso político inserido em instância universitária e como se dão as (auto)representações nesse contexto. Para tanto, recolhemos um corpus composto por panfletos de campanha eleitoral, distribuídos por chapas estudantis concorrentes ao Diretório Central dos Estudantes Livre da Universidade de São Paulo (DCE Livre Alexandre Vannucchi Leme), em 2014. Como objeto, neste estudo, procuramos, com base nos pressupostos da Linguística Cognitiva (LC), analisar as construções metafóricas e metonímicas encontradas em alguns panfletos distribuídos pelas chapas concorrentes às eleições citadas, tendo em vista o relevante papel dessas categorias no desenvolvimento das estratégias de convencimento e de configuração e propagação ideológica dos grupos autorais.

Palavras-chave: Discurso político, Linguística Cognitiva, Movimento estudantil, Metáfora, Metonímia.

1. Introdução

O discurso político apresenta-se como um campo relevante de pesquisa para os estudos discursivos desde sua emergência (CHARAUDEAU, 2013). Tomando esse pressuposto, neste trabalho, buscamos estudar tal manifestação na especificidade de uma instância universitária, com a finalidade de investigar e compreender como se articula e se constrói essa modalidade discursiva num ambiente mais delimitado, além de observar como se estruturam as construções (auto)representativas nesse contexto.

Para tanto, recolhemos um *corpus* composto por panfletos de campanha eleitoral, distribuídos por três das oito chapas estudantis concorrentes ao Diretório Central dos Estudantes Livre da Universidade de São Paulo (DCE Livre Alexandre Vannucchi Leme) em abril de 2014. Foram escolhidas as chapas *Maré Laranja*, *Para Virar a USP do Averso* e *USPInova*. A escolha de se trabalhar com panfletos dessa eleição estudantil deve-se ao fato de que o DCE Livre-USP é o maior órgão representativo dos estudantes da instituição à qual pertence, sendo relevante para a formação política de seus integrantes, além do fato de que, ao longo de sua trajetória, a entidade conquistou um importante papel dentro do Movimento Estudantil (ME) de âmbito nacional, tendo presença ativa em diversas mobilizações estudantis relevantes na história do Brasil, como os movimentos contra o chamado Regime Militar, especialmente em 1968 e 1977.

Nesta pesquisa, selecionamos como objeto de estudo as construções metafóricas e metonímicas instanciadas nos diversos panfletos, na medida em que tais estratégias discursivas estão diretamente associadas ao aspecto representacional e ideológico das chapas e assumem importante papel no que se

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. E-mail: aline.magna@live.com

refere à construção do *ethos* discursivo e à estruturação em termos de convencimento e de persuasão do leitor.

2. Pressupostos Teóricos

Para a análise de metáforas e metonímias do *corpus*, adotaram-se, como referencial teórico, as abordagens da Linguística Cognitiva (LC), corrente que leva em conta a relação linguagem-pensamento e considera as estruturas da língua como manifestações de capacidades cognitivas gerais e não como algo autônomo (SILVA, 1997).

A primeira dessas abordagens aplicadas corresponde à Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). Essa teoria foi proposta por Lakoff e Johnson em 1980, na obra *Metaphors we live by*, e desenvolvida, posteriormente, por diversos pesquisadores, como Kövecses (2010) e Vereza (2007). Todos esses autores revolucionaram os estudos sobre essa temática ao postular que, diferentemente do que as correntes predominantes até então afirmavam, a metáfora não é um fenômeno estritamente literário e estilístico, e sim um fenômeno que envolve nosso pensamento e ação (cognição).

Propõe-se, então, que a metáfora concerne dois domínios cognitivos que se projetam: o primeiro, denominado *domínio-fonte*, que está ligado a experiências de ordem mais concreta, em geral, corporeadas; o segundo, denominado *domínio-alvo*, que está correlacionado a domínios mais abstratos.

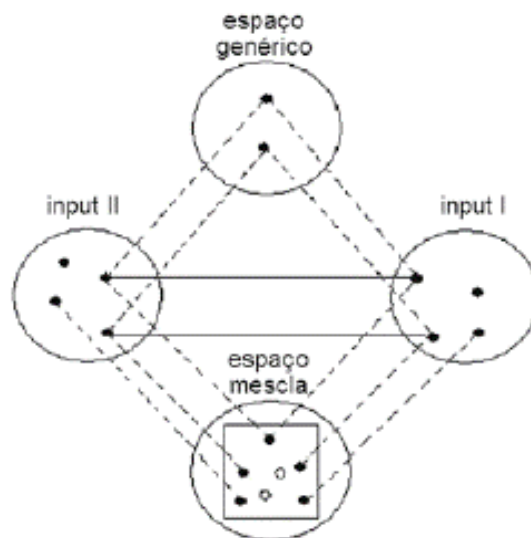
Além disso, propõem-se, no âmbito dos estudos cognitivos sobre a metáfora, três (3) categorias: a *metáfora conceptual*, que é formada por metáforas primárias ou compostas, baseadas na experiência corporeada dos indivíduos inseridos em contextos sócio-históricos específicos; a *metáfora convencional*, oriunda da primeira e recorrente na linguagem cotidiana; e a *metáfora nova*, uma nova construção metafórica – geralmente encontrada em discursos poéticos – que encobre, de modo mais velado, a metáfora primária presente em sua base. Como afirma Vereza (2007, p. 491): “No paradigma cognitivista, tanto a metáfora nova quanto a convencional seriam licenciadas por metáforas conceptuais subjacentes; ou seja, marcas ou evidências linguísticas de estruturas cognitivas”.

Sendo assim, uma construção metafórica como “Aquela *ideia que te dei* foi muito boa” é categorizada como uma *metáfora convencional*, cuja metáfora conceptual subjacente seria IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS. Pode-se, então, concluir que a metáfora conceptual é parte de um “inconsciente cognitivo coletivo” e não algo relativo a um indivíduo em particular (VEREZA, 2010).

O segundo recurso teórico empregado, nesta pesquisa, é a Teoria da Integração Conceptual – ou Mesclagem. Essa teoria avança em relação à da Metáfora Conceptual (TMC), que não habilita, eficazmente, o analista na abordagem de metáforas novas, pois diferentemente do que ocorre com o primeiro modelo, este permite uma abordagem mais dinâmica do fenômeno.

Nessa teoria, aplica-se a noção de *espaços mentais*, que são representações locais de estruturas particulares demarcadas por domínios já estabelecidos. Desse modo, apresentam-se dois ou mais espaços *input*, que são representações de cenários particulares estruturados por domínios convencionalmente dados (SCHRÖDER, 2010); um espaço *genérico*, onde ocorre o emparelhamento das relações equivalentes entre os espaços *input*; e o espaço *mescla*, que seria a resultante dessa dinâmica, ou seja, a construção do sentido metafórico. A imagem abaixo ilustra o exposto:

Figura 1. Esquema básico de integração conceitual



(Imagem extraída de GERHARDT, 2010)

Em outras palavras, “[a mesclagem] consiste em integrar estruturas parciais de dois domínios separados em uma única estrutura com propriedades emergentes dentro de um terceiro domínio” (FAUCONNIER 1999, p. 22 *apud* SCHRÖDER, 2010, p. 132, **negritos nossos**).

No que diz respeito às metonímias, levou-se em consideração o argumento dos estudos de semântica cognitiva, que consideram a metonímia, assim como a metáfora, um recurso ligado aos processos cognitivos humanos. Porém, em sua estrutura, a metonímia apresenta apenas um domínio-matriz, complexo e abstrato, que pode estar relacionado com subdomínios. Esse fenômeno tende a possuir *função referencial*, uma vez que ocorre a substituição ou identificação de uma entidade por outra, colocando em evidência, dentro de um contexto determinado, uma informação proeminente da caracterização enciclopédica do domínio-matriz (FERRARI, 2014).

Correlacionamos os pressupostos teóricos supracitados com a noção de *ethos* apresentada por Charaudeau (2013), tendo em vista a relevância desta categoria na formação de autorrepresentação de atores políticos. Para o autor, o *ethos* é a construção da *imagem de si*, porém não é uma propriedade exclusiva daquele que fala. Ou seja, ele é uma imagem que transpassa tanto o olhar do locutor quanto do

interlocutor no discurso – esse último constrói a imagem do primeiro, apoiando-se tanto nos dados preexistentes ao discurso, como nos dados fornecidos no ato da linguagem.

Charaudeau (2013, p. 117) ainda destaca que “a questão da identidade do sujeito [ou grupo] passa por representações sociais: o sujeito [ou grupo] falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como ‘imaginários sociodiscursivos’”. Sendo assim, o teórico ressalta que é com base em traços identitários que grupos julgam outros grupos.

O autor concebe, ainda, que as figuras identitárias no discurso político são desenvolvidas de modo que se agrupam em duas grandes categorias de *ethos*, sendo essas: *ethos de credibilidade* (ligado ao discurso da razão) e *ethos de identificação* (ligado ao discurso do afeto). Na primeira, encontramos subcategorias como *ethos de sério*, *ethos de virtude* e *ethos de competência*; na segunda, há subcategorias como *ethos de potência*, *ethos de caráter*, *ethos de inteligência* e *ethos de humanidade*.

3. Análise do Corpus

3.1. Análise de Metáforas

Verificamos, no *corpus* estudado, que havia predominância de composições metafóricas, distribuindo-se de modo distinto entre as chapas. Tendo isso em vista, buscamos analisar as implicações desse fenômeno na constituição do discurso dos grupos políticos selecionados. A seguir, veremos como se deu essa análise nos panfletos elaborados pelas chapas *Maré Laranja*, *USPnova* e *Para Virar a USP do Avesso*.

Maré Laranja

A Chapa Maré Laranja é integrada, em sua maioria, por estudantes de cursos de Humanidades pertencentes à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). Essa chapa conquistou o 4º lugar nas eleições de 2014, com 3,72% dos votos. O nome *Maré Laranja* é uma referência direta à paralisação de garis, ocorrida em fevereiro de 2014, em que a categoria exigia reajuste salarial e obteve sucesso por meio de suas mobilizações. Tal fato é tomado como exemplo de resistência e de necessidade de união pelos integrantes dessa chapa ao longo do discurso encontrado em seus panfletos.

Ao analisar os dois panfletos eleitorais distribuídos pela chapa *Maré Laranja*, observamos que a metáfora conceptual predominante em ambos é REIVINDICAR É GUERREAR, o que faz alusão à greve construída pelos garis em 2014, bem como é um recurso muito abordado em discursos de viés marxista e em discursos políticos de ampla circulação: campanhas eleitorais, debates, entrevistas etc.

Nos exemplos que seguem, podemos notar como essa ferramenta é trabalhada pela chapa em questão:

- (1) “precisamos **tirar lições dessa greve** e nos inspirar **nesses guerreiros**”
- (2) “EACH, vê se me escuta **sua luta é a nossa luta**”

- (3) “**A Luta contra as opressões** passa pela ampliação da permanência estudantil e pelo fim da terceirização”
(4) “Precisamos de **uma entidade combativa que se alie** aos trabalhadores e ao SINTUSP”

No primeiro exemplo, temos uma referência metafórica à categoria de garis mobilizada em 2014 por reajuste salarial. Eles são tidos como guerreiros vencedores de uma batalha, e a greve que construíram é tida como uma escola que transmite boas lições, ou seja, no primeiro segmento destacado, apresenta-se o domínio escolar entrelaçado ao domínio da guerra (presente no segundo segmento) o que indica um diálogo existente com o contexto situacional vivenciado. Além disso, a referência aos garis sinaliza que esses elementos são tomados como exemplo positivo pela chapa *Maré Laranja*, justificando, de modo comparativo, seu intuito de resistência às problemáticas concernentes à Universidade de São Paulo. No exemplo seguinte, temos uma aproximação do gênero *grito de guerra*, cujo intuito é o de fazer uma convocação de união de forças e de transparecer solidariedade com as problemáticas enfrentadas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, naquele contexto², como nos evidencia a comparação existente entre as metáforas “sua luta” e “nossa luta”. No caso de (3) e (4), as metáforas presentes auxiliam na demonstração de necessidades da universidade que a chapa julga existir, ao mesmo tempo em que ajudam a demonstrar as soluções precisas para essas, sendo tais soluções convergentes com os ideais da Chapa *Maré Laranja*.

Em todos esses exemplos, podemos detectar um forte apelo à imagem bélica. Esse recurso não é gratuito, pois tem a finalidade de levar o interlocutor desses discursos a se identificar, dentro do “campo de batalha”, com os componentes das chapas e a se posicionar de modo favorável a seus argumentos, o que contribui para a estruturação do que Charaudeau (2013) denomina de *figura de coragem*, uma subcategoria do *ethos de caráter*, que visa transmitir ao eleitorado que o grupo político que a possui terá sabedoria em enfrentar as adversidades, sem ceder aos processos demagógicos.

Com base na Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), podemos representar, esquematicamente, essas estruturas metafóricas do seguinte modo:

² Naquele momento, no ano de 2014, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo passava por um problema de contaminação do solo em seu campus (conhecido como USP Leste). Por conta disso, teve seu acesso interditado de janeiro a agosto de 2014, o que ocasionou em algumas mobilizações estudantis como forma de protesto. O acontecimento foi noticiado pelo portal Uol Educação em <<<http://educacao.uol.com.br/temas/contaminacao-na-usp-leste/#fotoNav=16>>> (acesso em 22 jul. 2015)

Quadro 1. Projeções da metáfora REIVINDICAR/PROTESTAR É GUERREAR

Domínio-Fonte (GUERRA/COMBATE)	Domínio-Alvo (REIVINDICAR/PROTESTAR)
Agente 1: Exército/Soldado	Agente 1: Militantes
Agente 2: exércitos e/ou nações parceiras	Agente 2: SINTUSP e trabalhadores aliados
Ação: Guerrear	Ação: Protestar
Alvo 1: Exército Inimigo	Alvo 1: Estruturas de Poder
Alvo 2: Exploração/Controle	Alvo 2: Opressão
Espaço: Território	Espaço: USP

Como se pode notar, o domínio-fonte *guerra* carrega consigo uma forte noção de oposição, possuindo um *agente* e um *alvo*. Nesse âmbito, evidencia-se, no discurso pertencente a esse grupo estudantil, o conceito estrutural *Nós X Eles* (VAN DIJK, 2012), marca que cria dois polos discursivos, sendo um positivo (*nós*) e um negativo (*eles*). Esse é um recurso muito utilizado em textos de caráter persuasivo, como é o caso dos que se inserem no campo do discurso político. No quadro a seguir, destacamos como esses elementos são estruturados no discurso da chapa Maré Laranja.

Quadro 2. Configuração endogrupo (*nós*) x exogrupo (*eles*)

Nós	Eles
Integrantes da Chapa Maré Laranja; potencial eleitorado estudantil; trabalhadores.	Reitor; ex-reitor; Governador; precarização; cortes de verba; monopólios privados na educação; opressões; explorações; projeto de educação do governo do PT; entre outros.

Por fim, como já dito, observa-se nessa chapa o viés marxista que permeia o seu discurso, como crítica ao “Estado burguês” e o enaltecimento das classes trabalhadoras (garis, trabalhadores da Universidade de São Paulo, trabalhadores terceirizados), o que corrobora a recorrência da metáfora de guerra como recurso importante de propagação ideológica da chapa, como se observa em construções típicas desse grupo, como *luta de classes*.

USPnova:

A Chapa *USPnova* conquistou a 2ª colocação na disputa eleitoral do DCE-Livre USP em 2014, com 23,12% dos votos. Como particularidade, essa chapa possui sua maioria de inscritos formada por alunos da Escola Politécnica, diferentemente das demais chapas concorrentes que possuem a maioria de seus integrantes oriundos dos cursos da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Tal fato mostra-se relevante na constituição discursiva dessa chapa, uma vez que traça um caráter fortemente distintivo em termos ideológicos e, conseqüentemente, de estilo e de organização textual em relação ao que se encontra nas produções das outras chapas.

Há mais de uma metáfora conceptual predominante utilizada no panfleto dessa chapa. Nos exemplos (5) e (6), verificamos as metáforas conceptuais METAS SÃO DESTINOS; no exemplo (7), há a ocorrência da metáfora conceptual IMPORTÂNCIA É CENTRALIDADE; já no exemplo (8), encontramos ORGANIZAÇÃO É VERTICALIDADE. Porém, como ponto em comum, essas construções apresentam domínio-fonte de caráter espacial.

- (5) “Uma representação discente ativa **é o norte da nossa gestão**”
 (6) “Esse panfleto é só um resumo dos **principais nortes de nossa chapa**”
 (7) “Representação discente como **ponto central do discurso**”
 (8) “**uma estrutura vertical**, com responsabilidades bem definidas”

Nos exemplos (5) e (6), as metáforas empregadas transmitem uma ideia de direcionamento, ou seja, buscam mostrar ao eleitorado pretendido que a chapa *USPnova* possui metas e focos de ações precisamente delimitados. As noções de centralidade e verticalidade, extraídas das metáforas nos exemplos (7) e (8), respectivamente, trazem ao leitor a ideia de ordenamento e organização por parte da chapa. Sendo assim, as estruturas encontradas nesses exemplos colaboram para a formação de um *ethos de seriedade* (CHARAUDEAU, 2013), cujo objetivo é causar sentimento de confiança no eleitorado.

Além disso, destaca-se, ainda, em uma comparação entre os exemplos (5) e (7), que o domínio-alvo *representação discente* é metaforizado a partir de dois domínios-fonte: *norte* (META É DESTINO; POSITIVO É PRA CIMA) e *centro* (IMPORTÂNCIA É CENTRALIDADE; FOCAR É CENTRALIZAR), o que resulta em uma diferenciação semântica: no primeiro caso, podemos interpretar o domínio-alvo como um objetivo ideal a ser alcançado (*norte*), noção de idealização reforçada pelo uso do adjetivo *ativa*, que sugere que a atividade proposta é algo que não é concebido no momento atual; já no segundo caso, a noção de centralidade no domínio-fonte indica um caráter dado como de extrema importância pela chapa no que concerne à *representação discente*; sendo assim, esse fator é tido como uma proposta de cunho relevante, identitário e diferencial no que diz respeito à chapa em questão.

Nesses exemplos, empregamos, novamente, a Teoria da Metáfora Conceptual, com a finalidade de melhor visualizar e compreender a construção dessas estruturas. Sendo assim, temos, a seguir, a esquematização dos exemplos (5) e (6), que se enquadram na metáfora conceptual METAS SÃO DESTINOS:

Quadro 3. Projeções da metáfora METAS SÃO DESTINOS

Domínio-Fonte (DESTINOS)	Domínio-Alvo (METAS)
Instrumento: Bússola	Instrumento: Panfleto/plano
Agente: Navegantes/exploradores	Agente: Chapa <i>USPnova</i>
Ação: Direcionar	Ação: Planejar
Alvo: Lugar/norte geográfico	Alvo: Objetivos

Destacamos que essa projeção metafórica encontrada é parte da estrutura da metáfora CAMPANHA POLÍTICA É VIAGEM/JORNADA, que, como aponta Ferrari³ (2014), pode ser composta por vários sistemas metafóricos. Segundo a autora, tal ocorrência consiste, na verdade, em “uma série de metáforas que interagem para que se chegue à interpretação de outra metáfora, mais geral” (p. 95). Sendo assim, nos casos abordados, em METAS SÃO DESTINOS existem eventos relacionados à campanha política no âmbito do domínio-alvo, enquanto no domínio-fonte encontramos o que seriam objetivos.

Ademais, os domínios-fonte espaciais permitem reforçar os conceitos de direcionamento de organização no discurso dessa chapa, contribuindo, assim, de modo geral, para a construção de uma autorrepresentação de um grupo (ou chapa) formado por pessoas disciplinadas e objetivas, capazes de gerir a entidade pretendida. Importa observar que tal representação pode ter relação intrínseca com o fato de que a maioria dos estudantes componentes é oriunda de cursos da área de ciências exatas que, no imaginário geral, é prototipicamente vista como dependente de organização minuciosa para realizar suas atividades, como cálculos matemáticos, por exemplo. Dessa forma, tal recurso pode ser uma estratégia ligada à tentativa da chapa *USPnova* de diferenciar-se das chapas ditas de humanas.

Para Virar a USP do Avesso:

A chapa *Para Virar a USP do Avesso* era o então grupo-situação que buscava permanecer como equipe gestora do DCE-Livre USP. Essa chapa foi vencedora das eleições de 2014, obtendo 47,99% dos votos. Seus integrantes são oriundos de vários cursos da universidade, porém a maioria é proveniente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Em seu panfleto eleitoral, a metáfora conceptual prevaiente é INSTITUIÇÕES SÃO OBJETOS MANIPULÁVEIS. No caso dos exemplos (9), (10) e (11), ocorre a manipulação de um objeto físico – a USP–; já no último exemplo encontramos a manipulação de um objeto não-físico, mais especificamente, de reificações atemporais de eventos:

- (9) “Precisamos **virar a USP do avesso**”
- (10) “Por que queremos **virar a USP do avesso**”
- (11) “A EACH também vai **virar a USP do avesso**”
- (12) “**Virar do avesso** o acesso e a permanência”

Nesses exemplos, encontramos a elaboração de metáforas novas; por essa razão, aplicamos também a Teoria da Integração Conceptual, que, como foi explicado, dá mais recursos para analisar esse tipo de metáfora quando comparada com a Teoria da Metáfora Conceptual. É notável, neste modelo analítico, a dinamicidade proporcionada pela *mesclagem*, uma vez que ela permite visualizar a construção metafórica

³ Ferrari (2014) explora a estrutura metafórica VIDA É VIAGEM, porém, a estrutura CAMPANHA POLÍTICA É VIAGEM/JORNADA se mostra mais coerente em relação à temática desenvolvida no panfleto analisado.

de modo pluridirecional, isso significa que os *espaços mentais* estão todos interligados e são interdependentes.

Dessa forma, a estrutura abaixo expõe as construções metafóricas correspondentes aos exemplos (9), (10) e (11), extraídos do panfleto da chapa *Para Virar a USP do Averso*:

Quadro 4. Integração conceptual em INSTITUIÇÕES SÃO OBJETOS MANIPULÁVEIS

Input I	Input II	Genérico	Mescla
Roupa	USP	Afetado	Uma chapa que se empodera com a capacidade de mudar as bases da universidade
Averso	Revolução	Mudar	
Inverter	Transformar		
Manipulador	Gestão inconformista	Agente	

Nos casos em que temos metáforas que recaem sobre a instituição, a USP é comparada a uma roupa, que pode ser virada do avesso pelos membros da chapa. Logo, a chapa se posiciona como capaz de realizar uma mudança na estrutura da universidade, mas não uma mudança “qualquer”, uma mudança total, uma vez que a metáfora “virar do avesso” traz consigo a ideia de uma mudança radical.

No caso do exemplo (12), temos um princípio semelhante, os termos “acesso” e “permanência” se posicionam no mesmo local que o termo “USP” no quadro, gerando assim, no espaço-mescla, uma chapa que se empodera com a capacidade de mudar (de modo radical) as relações de acesso e permanência na universidade. Tais termos, então, podem especificar que aspectos do input II seriam, nesse discurso, alvo da mudança radical proposta, sendo de alguma forma metonímicos em relação à USP, domínio mais amplo.

Dessa forma, essas metáforas, ao passar essa ideia de mudança/transformação radical, como uma capacidade exclusiva da chapa *Para Virar a USP do Averso* – considerando que isso, inclusive, se reforça pelo fato da presença metafórica no nome da chapa – contribui para a solidificação de um *ethos de competência*, cuja função é levar o eleitorado a crer que o grupo político tem “meios, poder e experiência para realizar completamente seus objetivos, gerando resultados positivos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 125).

3.2 Análise de Metonímias

Em relação ao uso das metonímias, observamos que elas são empregadas, muitas vezes, como ferramenta para criar agrupamentos de agentes convergentes e/ou divergentes em relação aos sujeitos autorais. Nas chapas apresentadas, encontramos o uso desse recurso com a finalidade de substituir *a parte pelo todo*, no que se refere a membros de uma determinada instituição no âmbito da universidade, da chapa ou até de categorias políticas. Destacamos, na sequência, com exemplos presentes nos panfletos, como se dá esse processo.

Na Chapa *Maré Laranja* foram encontradas construções metonímicas que recaem sobre o Diretório Central dos Estudantes e sobre a Escola de Artes Ciências e Humanidades, no primeiro caso, como forma de crítica ao grupo que o dirige o DCE; no segundo caso, como forma de chamar atenção e buscar união com os alunos da EACH:

- (13) “É urgente um **DCE** que seja um impulsionador de assembleias e não que fuja delas”
 (14) “**EACH**, vê se me escuta sua luta é a nossa luta”

Essas construções reforçam a noção da dicotomia *Nós x Eles*, como vimos, conceito muito significativo no discurso produzido por essa chapa, uma vez que tenta convencer o eleitorado a se posicionar de modo favorável a ela, buscando incorporá-lo ao seu “exército” e colocando-o contra as questões e pessoas consideradas, pela chapa *Maré Laranja*, nocivas para a Universidade de São Paulo.

A Chapa *USPinova*, tendo seu discurso totalmente voltado para a própria chapa, visa enaltecer seu programa e objetivos, utilizando a metonímia como ferramenta que reforça esse caráter. Aqui o recurso personifica⁴ a chapa, transmitindo no leitor a ideia de unidade homogênea e ordenada:

- (15) “**A USPinova** vem participar dessa eleição com um objetivo claro (...)”
 (16) “É por isso que **a Chapa USPinova** se sente na obrigação de, assim que assumir a entidade, fazer um levantamento do histórico administrativo dos últimos anos (...)”

A estratégia de personificação de um grupo ou um partido é um recurso muito utilizado no discurso político, de modo geral, pois induz o interlocutor-alvo à identificação com o grupo e não com indivíduos singulares, fator importante para a retenção da identificação político-partidária, além de ser fundamental para gerar uma ideia de unidade ideológica. Cria-se, dessa forma, uma sensação de mais humanidade no que se refere ao grupo político, e conseqüentemente, fornece impressão de maior confiabilidade e segurança, o que muitas vezes, induz o eleitorado a escolha do voto favorável por esse grupo.

A chapa *Para Virar a USP do Avesso*, assim como a *Maré Laranja*, realiza maior uso de construções metonímicas que recaem sobre instituições universitárias. Nos exemplos subsequentes, extraídos do panfleto da chapa, “USP” e “EACH”, referenciam-se membros de um determinado setor que integra a totalidade de sua instituição. Em (17), o termo “EACH” se refere aos alunos pertencentes ao lugar; já em (18), o vocábulo “USP” corresponde à equipe administrativa da universidade. Podemos observar que, em todos esses casos, também ocorre personificação dessas entidades, gerando um efeito de unidade sócio-ideológica entre seus membros:

- (17) “**A EACH** também vai virar a USP do avesso”
 (18) “Que **a USP** reconheça os crimes da ditadura dentro da universidade”

⁴ Lakoff e Johnson (1980) consideram a personificação um tipo específico de metáfora conceptual ontológica. Entretanto, nos casos estudados, uma análise metonímica entre instituição-membros, igualmente pertinente, mostra-se mais eficaz para atingir os objetivos propostos, uma vez que “a diferença entre metáfora e metonímia (...) reside no fato de que a primeira envolve projeção entre dois domínios que não são parte do mesmo domínio matriz” (FERRARI 2014, p. 103) e a segunda, “coloca em proeminência a informação relevante da caracterização enciclopédica do domínio-matriz em um determinado contexto” (FERRARI 2014, p. 103). Logo, nos casos apresentados, observa-se que o recurso utilizado é metonímico devido a sua forma estrutural.

Sendo assim, a chapa *Para Virar a USP do Avesso* faz uso do recurso metonímico para evidenciar suas posições e destacar suas supostas virtudes. No exemplo (17), a chapa procura demonstrar seu senso de coletividade, buscando se unir e se lembrar dos alunos da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP; já no exemplo (18), a chapa procura demonstrar posse de senso de justiça, ao buscar combater e expor situações criminosas que a equipe administrativa da universidade deveria reconhecer.

Dessa forma, detecta-se, em todos os casos metonímicos expostos, a ocorrência do efeito de homogeneização de membros de um determinado grupo, sejam eles de uma instituição, de uma chapa ou de uma administração. Esse efeito transmite ao leitor uma ideia de destituição de individualidade e de atribuição de identidade coletiva a esses membros. Logo, esse efeito, induz o interlocutor desses textos a se identificar com alguns grupos e a repudiar outros, conforme as intenções discursivo-ideológicas oriundas de cada chapa.

4. Considerações finais

As análises de metáforas e de metonímias com base nos pressupostos da Linguística Cognitiva (LC) foram de grande valia nessa pesquisa, de modo que permitiram compreensão da manifestação discursiva detectada no corpus.

Concluimos, com essas análises, que as construções metafóricas presentes nos textos panfletários não são só estruturadas, como também estruturantes de seus discursos, pois estão em total sintonia com o todo de sua constituição

As metáforas, no aspecto do “não dito”, remetem a julgamentos pré-concebidos pelas chapas sobre o seu grupo e os grupos adversários na disputa eleitoral. Desse modo, como vimos, elas têm papel fundamental para a construção do *ethos* discursivo, sendo este “resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 118).

Além disso, segundo o Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 330), as metáforas são geralmente utilizadas em discursos políticos para impor opiniões sem demonstrá-las; no corpus deste trabalho, isso não se mostrou diferente. A exemplo, podemos notar a concordância com o discurso marxista no termo “lutas”, sem que isso esteja explicitado no discurso da chapa *Maré Laranja*, pois ele remete ao conceito de “lutas de classes”, em que há a noção de opressores *versus* oprimidos.

Como constatamos dentro do corpus, há a presença significativa de construções metafóricas dominantes que trabalham com domínios-fonte de guerra, orientação, e objetificação, distribuindo-se de modo distinto entre os panfletos analisados. Dessa forma, foi possível depreender que esses grupos metafóricos predominantes remetem ao seu contexto de origem, carregando consigo o peso ideológico incorporado pelos respectivos conjuntos políticos. Isso fica muito evidente, quando comparamos as

metáforas predominantes usadas pela chapa *USPnova* (de domínio-fonte espacial) - única integrada em maioria por alunos da Escola Politécnica - com as empregadas pelas demais chapas - todas com maioria da inscritos da FFLCH-USP.

No que concerne às metonímias, conforme o Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 332), “no plano do rendimento da comunicação, as refuncionalizações da metonímia contribuem para a economia e para a densidade do discurso”. Em nossa análise, podemos verificar essa posição, uma vez que as construções observadas tornam os discursos estudados mais concentrados e direcionados, sobretudo por conta do caráter homogeneizador e classificatório que essas metonímias possuem dentro de seus contextos. Sendo assim, nesta pesquisa, detectou-se que os recursos metafóricos e metonímicos, empregados nos discursos analisados cooperam com as construções das autorrepresentações dos grupos políticos estudantis, uma vez que reforçam os posicionamentos ideológicos, os objetivos e propostas que as chapas buscam transmitir ao eleitorado. Na chapa *Maré Laranja*, por exemplo, observamos que as metáforas de especificidade bélica reforçam a forte imagem de oposição que a chapa procura dar a si mesma; na chapa *USPnova*, por sua vez, a presença de metáforas cujo domínio-fonte é de caráter espacial sugere a noção de organização, auxiliando, assim, na construção do *ethos de seriedade* que a chapa busca propagar, ao longo de seu discurso, como uma qualidade a ela pertencente; no que concerne à chapa *Para virar a USP do Averso*, o emprego da metáfora nova indicando a manipulação de objetos (físicos e não-físicos) remete a uma ação de cunho efetivo. Tal tipo de ação é o que esse grupo, em seu discurso, procura demonstrar como sendo o único provido de capacidade de realizar.

Também se verifica que, nos casos metonímicos analisados, as chapas *Maré Laranja* e *Para Virar a USP do Averso* procuram delimitar, com maior eficiência, o que apoiam e o que não apoiam dentro do contexto em que se inserem, reforçando e colocando em evidência suas posições políticas; a chapa *USPnova*, por sua vez, intenciona, ao longo de seu discurso, promover-se como um bloco unânime, de modo que as metonímias utilizadas destacam-se como meio eficaz de reforçar esse propósito.

Dessa forma, este trabalho contribui para o avanço dos estudos concernentes à Linguística Cognitiva, no que se refere aos pressupostos teóricos que indicam relevância na análise de metáforas e metonímias em construções discursivas, demonstrando, assim, a pertinência dessa corrente teórica no auxílio dos estudos do discurso, especialmente ao se considerar que tal diálogo ainda não é muito explorado por pesquisadores do país.

Referências Bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2013

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. ,1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. 1.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela. Integração conceptual, formação de conceitos e aprendizado. In. **Rev. Bras. Educ.** vol.15 no. 44 Rio de Janeiro May/Aug. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200004&script=sci_arttext. Acesso em 02 abr. 2015.

KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor: a practical introduction**. New York. Oxford University Press, Inc., 2010.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: Chicago University Press, 1980.

SILVA, Augusto Soares. A Linguística Cognitiva: Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**, v.1, p.59-101, 1997.

SCHRÖDER, Ulrike. A Mesclagem Metafórica de Fauconnier & Turner e nas teorias de Karl Bühler e Wilhelm Stählin: antecipações e complementos. **Revista da ABRALIN**, 9, 2010. pp. 129-154. Retirado de http://www.abralin.org/revista/RV9N1/1_6.pdf. Acesso em 20 mar. 2015.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Contexto**. São Paulo: Contexto, 2012.

VEREZA, Solange Coelho. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição**, no 41, p. 199-212, 2010.

_____. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 7, n. 3, p. 487-506, set./dez. 2007

Anexos

Anexo I – Trecho de um panfleto da chapa *Maré Laranja*

A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES PASSA PELA AMPLIAÇÃO DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E PELO FIM DA TERCEIRIZAÇÃO!

A maioria das mulheres negras que entram na USP é apenas para limpar o chão, pois o filtro social do vestibular, ligado a uma política ineficiente de permanência estudantil, restringe o acesso delas à educação. O trabalho de reprodução da vida – lavar, limpar, cozinhar, etc. – é social e economicamente desvalorizado porque tradicionalmente é relegado à mulher, na universidade não é diferente: os piores postos de trabalho recaem sobre a parcela mais oprimida da sociedade – as mulheres negras. Na USP – lida como uma universidade de excelência – há quase 10 mil trabalhadoras terceirizadas, recebendo salários de fome, nas piores condições de trabalho.

É preciso que essa parcela mais precarizada de trabalhadores seja incorporada ao quadro de funcionários sem concurso – pois já provam que são aptos em realizar as tarefas dos cargos que ocupam. O Reitor Zago já deixou bem claro seu posicionamento, quando questionado na mesa da calorada unificada sobre “a vida dos trabalhadores terceirizados” disse em alto e bom som que “Não importa”. **Lutemos junto ao SINTUSP pela efetivação de todos os terceirizados e sem necessidade de concurso público!**

Precisamos de uma entidade combativa que se alie aos trabalhadores e ao SINTUSP, na luta em defesa dos terceirizados e pela incorporação sem necessidade de concurso público. A luta contra as opressões deve estar na ordem do dia, os setores mais oprimidos são também os mais explorados!

Aliado a luta por cotas raciais e o pelo fim do vestibular, precisamos lutar também para que as mães - trabalhadoras e estudantes - tenham acesso a creches de qualidade, bolsas suficientes e moradias adaptadas para acolhê-las! Sem essas mínimas garantias, muitas mulheres continuarão a se desdobrar em uma dupla jornada (cuidado do filho e estudo), ou até tripla quando ainda precisam trabalhar.

A convivência e a reprodução ideológica da exploração e opressão aos negros, mulheres e LGBTQIT* também é parte do mesmo projeto de universidade que precisamos combater! Projeto elitista, racista, machista e homofóbico, pensado para naturalizar as opressões em favorecimento dos interesses dos grandes empresários e governos. Recentemente tivemos um caso absurdo de um professor chefe de departamento de Geografia que em meio a um debate sobre a permanência das tropas brasileiras no Haiti indagou que se estas deixassem o país caribenho “quem iria cuidar dos macacos?”. É nas mãos de professores como esse que está a gestão da universidade. Precisamos lutar para que o conhecimento produzido nas universidades esteja a serviço das demandas da população e que combata as opressões!

Avançar nessas demandas implica na necessidade de democratizar radicalmente a estrutura de poder arcaica da universidade para que possamos decidir em conjunto a organização das estruturas físicas e curriculares! **Por disciplinas que discutam a história real das lutas dos negros, das mulheres e LGBTQIT*!**

Anexo II – Trecho do panfleto da chapa *USPInova*

Este panfleto é só um resumo dos principais nortes de nossa Chapa. Para maiores informações, convidamos a todos para lerem nossa carta programa na íntegra.

Desde já agradecemos sua atenção e contamos com seu apoio!

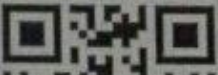
Uma Representação Discente Séria e Comprometida:

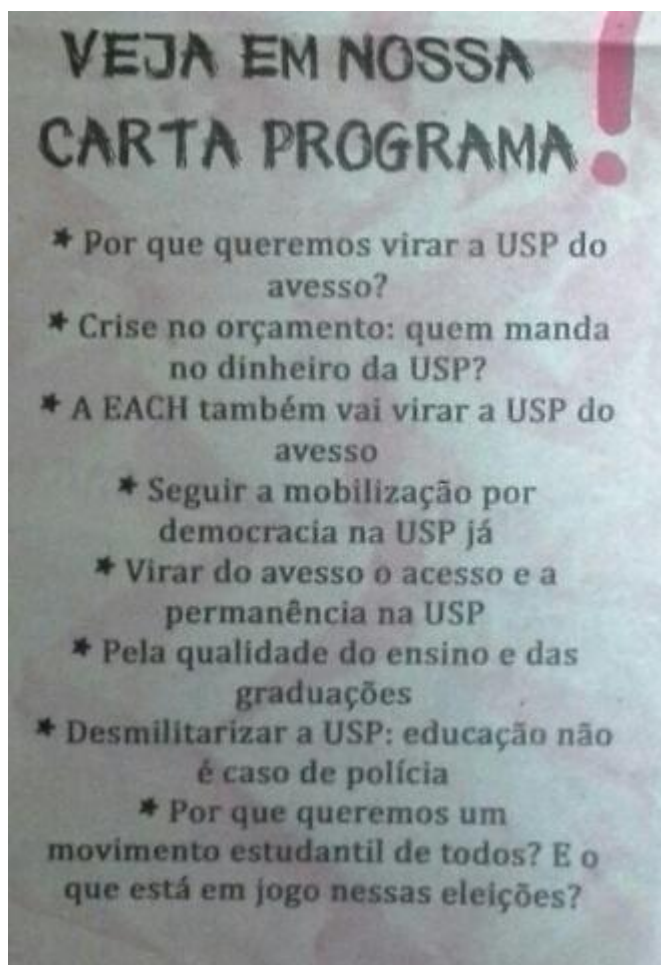
Nos últimos anos, a representação discente esteve distante dos interesses dos estudantes – e também das reuniões das comissões –, evidenciado o descaso dos últimos RDs eleitos para com os quase sessenta mil estudantes de Graduação.

Repudiamos o tratamento que as demais chapas concorrentes ao DCE têm para com a Representação Discente, onde os RDs optam por se ausentarem das reuniões dos Conselhos, a fim de encontrar uma prerrogativa para mobilizar e levar os alunos à “luta”, mesmo que isso resulte em prejuízos aos alunos – deliberações como o RER e a diminuição do tempo máximo de graduação so foram viabilizadas porque os RDs não estiveram presentes nas discussões e reuniões promovidas.

É por isso que nós, da chapa USPInova, trazemos da Representação Discente como PONTO CENTRAL do discurso. O principal objetivo de nossa eleição é levar a pauta dos estudantes para os Conselhos Centrais do âmbito USP, debatendo os desejos e os anseios do corpo discente.

Uma Representação Discente ativa é o norte de nossa gestão.



Anexo III – Trecho do panfleto da chapa *Para Virar a USP do Avesso*

Uma análise das estratégias de descortesia em programas humorísticos: o apelo à exploração da imagem na descortesia midiático-lúdica

Ana Paula ALBARELLI¹

Resumo: Este estudo tem por objetivo investigar o emprego das estratégias de descortesia na mídia de entretenimento e, sobretudo, qual avaliação os interlocutores atribuem aos atos de ameaça às faces em práticas comunicativas nas quais prevalece a polêmica. Consideramos que na interação midiático-lúdica, cujo propósito é expor e denegrir a face dos interlocutores, com vistas a entreter a audiência, empregam-se diversas estratégias de descortesia e de falsa cortesia que, devido ao contexto situacional que configura esses tipos específicos de interação, são interpretadas ora de forma positiva, ora negativa. Isso significa que um ato de descortesia pode ou não ser neutralizado ou até mesmo legitimado, assim como um ato de cortesia pode ser “recodificado”, isto é, avaliado de forma negativa. Para isso, recorremos à teoria das faces de Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987), além do modelo de análise da descortesia verbal, elaborado por Culpeper (2011), como principal aporte teórico.

Palavras-chave: descortesia de entretenimento; faces; falsa descortesia; falsa Cortesia; neutralização.

1. Introdução

A linguagem é um ato social que veicula formas diversas de pensar. É por meio da linguagem que os sujeitos constroem sua imagem social, atuam no mundo e estabelecem relações com o outro. A interação verbal, manifestação da linguagem, é um fenômeno social e, desse modo, reflexo de suas normas de conduta. Cada sociedade tem seu conjunto de normas sociais que permeiam as interações verbais. Em outras palavras, cada tipo de interação revela certas características – há as polêmicas ou as fundadas no equilíbrio – levando-nos a considerar que essa atividade é regulamentada por padrões de conduta específicos a uma situação comunicativa determinada. Assim, considera-se que a forma pela qual os participantes interagem depende da finalidade da interação, da natureza da interação e, sobretudo, daqueles para os quais ela é destinada; fatores constitutivos do contexto de interação. Goffman (1967), estudioso da imagem e das representações que os sujeitos assumem na vida social, assinala que toda interação configura-se em ameaça à imagem de seus participantes, levando-os a um processo constante de negociação da imagem, isto é, de gestão das faces, o qual consiste na orientação defensiva e protetora das faces, cujo objetivo é manter o equilíbrio nas trocas verbais. Goffman (1967) denomina a imagem pública – que cada indivíduo reclama para si e deseja que seja valorizada - como *face*.

Posteriormente, as ideias de Goffman (1967), referentes à preocupação com a face nas interações, foram apropriadas e complementadas por dois estudiosos – Brown e Levinson (1987) – cujo trabalho tem por objetivo estudar os processos de negociação da imagem na interação. Esses processos de gestão da face,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva. E-mail: aalbarelli@yahoo.com.br

por meio dos quais recursos discursivos são mobilizados por falantes e ouvintes com o intento de mitigar atos ameaçadores, denomina-se cortesia.

Assim, numa determinada situação de interação, o falante recorre a recursos diversos na busca do equilíbrio na interação, como o uso de modalizadores do discurso: “por favor”, “com licença” ou “obrigada”, expressões que, em práticas comunicativas distintas, remetem às boas maneiras. Porém, nem sempre o significado dessas expressões indica que o falante deseja, de fato, manter o equilíbrio na interação preservando a face alheia. Acreditar nisso é reduzir à linguagem à sua forma, sem se levar em conta sua situação de uso e o papel do contexto no processo de interpretação de falantes e ouvintes, bem como na sua avaliação, positiva ou negativa, de um ato de cortesia ou de descortesia.

Desse modo, nem sempre a finalidade da interação é promover o equilíbrio por meio da negociação das faces. O fato é que há tipos específicos de interação em que o interesse dos interactantes não é o de evitar atos de ameaça à face ou de recorrer a recursos com os quais se mitiguem tais atos, mas sim atacar e desvalorizar a face dos outros participantes da prática comunicativa.

A função e o significado de um termo não são, pois, inerentes à palavra em si. O sentido atribuído a um termo é proveniente da interface entre contexto e formas linguísticas e decorre, sobretudo, da avaliação, positiva ou negativa, atribuída aos enunciados pelos interactantes (CULPEPER, 2011). Em certos casos, um “obrigado” pode significar um ato de ironia e, pelo contexto, o ouvinte pode avaliá-lo de forma negativa. Em outras ocasiões, um ato pode ser considerado descortês pelo ouvinte sem que haja intencionalidade do falante. São justamente esses tipos de interações - em que prevalece a descortesia, a “falsa cortesia” (*sarcasm* ou *mock politeness*) e a “falsa descortesia” (*mock impoliteness*) - o objeto de estudo de Culpeper (2011), cuja proposta parte dos estudos de Brown e Levinson (1987) e, sobretudo, do modelo proposto por Spencer-Oatey (2000).

Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as estratégias de descortesia e, sobretudo, o papel do contexto situacional na neutralização ou não da (des)cortesia além da recodificação da cortesia, ou seja, investigar quais fatores discursivos estão atrelados à interpretação, positiva ou negativa, dos atos de ameaça à face, utilizados em determinados programas de humor, cujo objetivo é explorar a face de seus participantes como forma de entretenimento.

2. Fundamentação teórica

Embora haja alguns trabalhos deveras profícuos sobre a descortesia verbal (KAUL de MALARGEON, 2005; ZIMMERMANN, 2005), entre outros, boa parte dos estudos ainda prioriza a abordagem da cortesia verbal como objeto de estudo. Mesmo aqueles que têm como foco a descortesia, consideram-na, em muitos casos, como a ausência da cortesia, isto é, como a violação das normas sociais de cortesia verbal. Além disso, contrariamente à cortesia, a descortesia não é abordada consoante suas próprias normas.

Dentre os estudiosos da descortesia verbal, Culpeper (2011) destaca-se em razão de sua tentativa de elaborar um modelo de análise voltado para a descortesia verbal, assim como Brown e Levinson (1987) o fizeram na abordagem da cortesia, na medida em que seus estudos direcionavam-se para a questão da cortesia tão-somente, considerando-se, sobremaneira, os desdobramentos da interação na busca de seu equilíbrio.

De acordo com Culpeper (2011), a face define-se mediante a relação de interdependência social. Em outras palavras, a face constitui-se de valores positivos, já que diz respeito ao que um sujeito reclama para si mesmo e do que os outros assumem sobre ele. Assim, se um indivíduo considera positivo algo que, supostamente, é considerado negativo por um grupo social, sua “face” será ameaçada quando um aspecto considerado “positivo” por um grupo for interpretado de modo negativo por esse indivíduo. Um exemplo disso, oferecido por Culpeper (2011), diz respeito ao jovem que atribui valor positivo ao fato de não estudar – embora esse tipo de atitude seja avaliado pela sociedade, em geral, de forma negativa. Assim, para esse estudante, ser inteligente e estudioso assume valor negativo e, possivelmente, o mesmo ocorre com os integrantes de seu círculo social. Desse modo, chamar-lhe de intelectual pode soar como uma afronta, já que os valores que ele considera positivos, adotados por um grupo, não foram valorizados. A avaliação de um ato como descortês depende, sobremaneira, do que o sujeito considera positivo e do que ele considera que os outros avaliarão como positivo.

De acordo com Culpeper (2011), o que é avaliado de maneira negativa por alguém, pode não ser por outros, podendo ser, até mesmo, considerado cortês. Assim, a definição de um ato como cortês ou não depende, sobretudo, da avaliação, isto é, da interpretação dos interactantes.

A avaliação negativa dos interactantes ocorre quando atos de descortesia ameaçam as faces, causando reações emocionais específicas. Isso quer dizer que o mesmo ato pode ser interpretado de formas distintas, por interlocutores diferentes, devido a um determinado contexto de interação. Isso significa que o mesmo ato pode ser interpretado ora como ameaça ora como um mecanismo de aproximação e solidariedade entre os interlocutores. Para certos grupos ou em determinadas práticas comunicativas cuja relação é de solidariedade e de simetria, ou seja, em certos tipos específicos de trocas verbais, em que os participantes fazem uso de atos aparentemente descorteses em função do contexto interacional, observa-se a neutralização da descortesia².

Para definir a face, Culpeper (2011) apropria-se, da concepção de imagem postulada por Spencer-Oatey (2000), tomando-a como base teórica, segundo a qual há três tipos de face: a qualidade da face (*quality face*), a identidade social da face (*social identity face*) e a face constituída por relações sociais (*relational*

² This process of interpretation or appraisal may be more thoughtful or more impulsive, but it happens and it influences emotional displays. To take Erving Goffman's example, if we stub a toe in a nursery school, we don't generally let rip with an automatic stream of expletives, but take the time to moderate the expression of our emotional pain. A model of impoliteness needs to link language, situations, judgements of impoliteness and the specific emotions associated with impoliteness. The process of appraisal is crucial: how else will banter be recognised as banter, as opposed to "real" impoliteness?

face). A qualidade da face diz respeito a qualidades pessoais, isto é, nossas habilidades, aparência, ou tudo o que se refira ao âmbito individual. A identidade social da face e o terceiro tipo apresentado, dizem respeito ao âmbito social e coletivo, respectivamente, ou seja, aos papéis sociais assumidos pelos indivíduos na interação.

Outros aspectos da teoria de Culpeper (2011) que merecem atenção dizem respeito à percepção que se tem dos parceiros da interação, isto é, do tipo de avaliação que se faz dos participantes das práticas comunicativas e, portanto, de seus atos, a qual está atrelada a três fatores: normas relativas à personalidade (*personality*), que dizem respeito a objetivos, interesses pessoais; relações ou papéis sociais (*role norms*), que se referem a papéis sociais, ou mesmo à ocupação dos sujeitos e, por fim, as normas relativas a grupos (*group membership norms*), referentes a grupos étnicos, gêneros, classe social, nacionalidade, entre outros aspectos³. De acordo com Culpeper (2011), a avaliação que se faz de uma pessoa, ou seja, – os juízos de valor que lhe são atribuídos – decorre desses elementos, de ordem extralinguística. Isso significa que a avaliação de um ato de cortesia ou descortesia, ou seja, sua codificação como positivo ou negativo, depende dos três fatores supracitados. No que diz respeito à descortesia, Culpeper (2011) define-a, a princípio, da seguinte maneira:

- 1- A descortesia ocorre quando um falante comunica um ataque à face intencionalmente ou;
- 2- O ouvinte percebe ou avalia o comportamento ou ato de descortesia como um ato de ataque intencional, ou ocorre a combinação de 1 e 2.

Posteriormente, Culpeper (2011) redefine a noção de descortesia a qual, segundo o autor, havia sido pautada, em demasia, no ataque. A nova definição é a de que a descortesia consiste em uma atitude negativa; trata-se de comportamentos específicos, que ocorrem em contextos específicos de interação: (CULPEPER, 2011, p.11).

Há que se ressaltar, assim, que a descortesia depende mais da avaliação dos interlocutores, devido ao tipo específico de interação, do que dos tipos de ataques, ou seja, do que das formas linguísticas que a veiculam. Destarte, para Culpeper (2011), a descortesia pode ser definida como formas de comportamento ou de linguagem avaliadas de forma negativa em um contexto particular. E é justamente a possibilidade de haver essa avaliação dos falantes, tendo-se em vista o contexto da interação, um dos fatores apontados por Culpeper (2011, 1996) que fragilizam alguns pontos da teoria de Brown e Levinson (1987). Um desses fatores, com o qual Culpeper (2011) refuta um aspecto importante da teoria de Brown e Levinson (1987), refere-se à

³ The kind of person you perceive to be saying something will affect your evaluation of what they say. Knowledge about people can be grouped, following research in social cognition I three areas: personality norms (concerning preferences, interests, traits, goals, etc.); social relation and role norms (concerning kinship roles, occupational roles, relational roles, etc.); group membership norms (concerning gender, race, class, age, nationality, religion, etc.) (CULPEPER, 2011, p. 14)

problemática relativa aos atos de ameaça os quais, de acordo com os estudiosos são inerentes à linguagem e cujo sentido define um ato como cortês ou descortês.

Segundo Culpeper (2011), a interpretação de um ato como ameaçador ou não depende tanto de aspectos semânticos como discursivos. Para isso, em sua monografia, o autor analisa atos de descortesia inerentes à linguagem, atos de descortesia não inerentes à linguagem (*mock impoliteness*), considerando, sobretudo, o papel do contexto na interpretação desses atos, e, por fim, chega à conclusão de que a descortesia depende da interligação dos aspectos semânticos e discursivos⁴ na avaliação realizada pelos interlocutores acerca do que se designa como cortês⁵ ou descortês.

My own position is dual in the sense that I see semantic (im)politeness and pragmatic (im)politeness as inter-dependent opposites on a scale. (Im)politeness can be more inherent in a linguistic expression or can be more determined by context, but neither the expression nor the context guarantee an interpretation of (im)politeness (CULPEPER, 2011, p. 41).

Outro aspecto importante da teoria de Culpeper (2011) que vale ressaltar concerne à intencionalidade. De acordo com o autor, a descortesia não depende do reconhecimento de intenções, vinculadas à realização desse ato (CULPEPER, 2011, p. 9).

Por essa razão, consideramos que a definição dos enunciados como corteses ou descorteses, especificamente em interações de entretenimento, nas quais prevalece a descortesia, isto é, a descortesia midiático-lúdica, há que se levar em conta elemento diversos, oriundos do contexto interacional, no tratamento das formas linguísticas. Em sua monografia intitulada: *Impoliteness using language to cause offense*, Culpeper (2011) parte das estratégias de cortesia de Brown e Levinson (1987) para elaborar cinco estratégias de descortesia, isto é, estratégias que, em lugar de mitigar ou reparar atos de ameaça, têm a função de atacar a face:

- Descortesia direta – clara e direta
- Descortesia positiva – direcionada à face positiva do alvo
- Descortesia negativa – direcionada à face negativa do alvo
- Falsa descortesia (*mock impoliteness*) ou sarcasmo
- Descortesia indireta (*off record*)

⁴ Tradução livre do inglês, elaborada por mim: “Minha própria posição é dupla, no sentido de que eu vejo a descortesia, em seus aspectos ora semânticos ora pragmáticos como oposições interdependentes em uma escala. A descortesia pode ser mais inerente à expressão linguística ou mais determinada pelo contexto, mas nem a expressão (forma), nem o contexto, garantem uma interpretação da descortesia”. (CULPEPER, 2010)

⁵ “Precisamente, esta distinción permite explicar la existência del fenómeno conocido como *mock politeness* (CULPEPER, 1996, 2005), *false impoliteness* o *pseudo-impoliteness* (M. Albelda Marco, 2008b) (...) esto es, la utilización de elementos que, si bien desde el punto de vista codificado provocan um efecto de descortesia, em el plano interpretado causan el efecto contrario (...) Y lo mismo sucede em el caso de la hipercortesía y ultracortesía, términos utilizados para denominar el empleo de elementos normalmente codificados como corteses que producen, por su inadecuación a las normas específicas que rigen la situación comunicativa, um efecto de descortesia” (BRENES, Ester Peña. Descortesía verbal e tertúlia televisiva, 2011, p. 47).

Não consideramos necessário apresentar, aqui, cada tipo de estratégia de descortesia, em virtude da extensão e dos objetivos deste trabalho, cuja finalidade é investigar as seguintes questões: a neutralização da descortesia e a recodificação da cortesia – casos de falsa (des)cortesia e, por conseguinte, o papel do contexto na construção de sentidos na interação e na avaliação dos interlocutores em relação aos atos de (des)cortesia.

Cumpramos observar um último aspecto da teoria de Culpeper (2011) que merece ser destacado, também considerado neste estudo sobre a descortesia midiático-lúdica: as funções da descortesia verbal na interação. Conforme postula Culpeper (2011), em seu modelo acerca da descortesia verbal, a descortesia assume três funções: atua como descortesia de entretenimento, como descortesia afetiva ou como descortesia institucional. Para o presente estudo, consideramos para a análise do *corpus*, a descortesia de entretenimento.

Vale lembrar que a descortesia de entretenimento tem como principal objetivo explorar e denegrir a imagem dos interactantes, com o propósito de oferecer entretenimento ao público.

3. Análise do *Corpus*

Consideramos, como *corpus*, para este estudo, uma entrevista realizada pelo programa CQC (Custe o que Custar) da Band, a um político deveras conhecido no cenário político brasileiro - Paulo Maluf – devido ao seu envolvimento com escândalos de corrupção em suas gestões. As transcrições obedecem às normas estipuladas pelo projeto NURC (PRETI, 2001). No trecho seguinte, que corresponde à entrevista que constitui o *corpus*, realizada durante a inauguração de uma ponte em São Paulo, o jornalista (Locutor 1), doravante denominado L1, aborda, sobretudo, o tópico relativo à vida política de Paulo Maluf, o entrevistado, denominado L2. Ao longo da entrevista, verificam-se diversas estratégias de descortesia, orientadas às faces positiva e negativa do político. Além disso, observam-se processos de neutralização da descortesia (*mock impoliteness*), bem como mecanismos de falsa cortesia (*mock politeness*) no emprego agressivo do trabalho de face realizado pelos interlocutores, sobretudo, por L1.

No seguinte trecho, verifica-se que a descortesia é realizada por meio de uma pergunta retórica do entrevistador ao político. Cumpramos observar a pertinência de aspectos oriundos da esfera discursiva na compreensão do turno de L, cuja intenção não é, de fato, saber se Maluf tomou ou não posse do cargo na Caixa Econômica Federal, mas sim a de chamar a atenção do entrevistado e do público-alvo do programa, de que Maluf desviou dinheiro dessa instituição também. Para que o interlocutor (L2) e o público-alvo do programa atribuam valor negativo ao ato realizado por L1 – isto é, para que o avaliem como um ato de ameaça à face de Maluf – é necessário que se acionem conhecimentos prévios, ou seja, conhecimento enciclopédico acerca do histórico de corrupção e desvio de dinheiro público atrelado às gestões de Maluf na política, tanto pelo entrevistado, como pelos outros participantes da interação.

Trata-se de elementos extralinguísticos, relativos ao contexto e que contribuem para a interpretação da pergunta como um mecanismo de ameaça à face, reforçado pelos modalizadores “só” e “inteira”, que corroboram a afirmação de que se trata, com efeito, de um ato de ameaça. Ademais, há que se ressaltar que a pergunta de L1 não tem valor referencial, visto que seu propósito não é o de obter informações, mas sim o de expor e denegrir a imagem pública – a face positiva – de Maluf.

(1)

L2-Maluf- 67...foi o dia que eu tomei posse como presidente da Caixa Econômica Federal (...)

L1- o senhor tomou posse já da Caixa Econômica Federal inteira? ou só:...do cargo.

L2- Maluf – tomei posse...como presidente...você tá pioso viu? ...vo te contrata pra minha futura estação de televisão

No terceiro turno, no qual Maluf apresenta sua avaliação acerca dos atos de ameaça destinados à sua face positiva – imagem pública – por L1, observa-se que a descortesia não é decodificada pelo contexto de interação – um tipo de entrevista cuja lógica é denegrir a imagem do outro a fim de se obter a adesão do público – pois Maluf expõe reação contrária ao ato, fato corroborado pelo enunciado: “você tá muito pioso viu?”.

Não obstante, ainda no mesmo turno, Maluf parece aderir ao contexto interacional ao assegurar seu interesse de contratar o entrevistador (L1), possivelmente por mostrar sua admiração pela perspicácia do jornalista. Trata-se de um ato de falsa cortesia, já que a exposição desse tipo de conjectura “a contratação de um jornalista que o ataca para uma estação de televisão hipotética” afigura-se, à primeira vista, como uma espécie de elogio ao trabalho do entrevistador. Como Maluf mostrou-se contrariado frente aos atos de descortesia, ainda no mesmo turno, considera-se que o elogio configura-se num ato de falsa cortesia (*mock politeness*), devido ao contexto da interação. O elogio assume, assim, conotações irônicas.

Ao longo da entrevista, há diversos atos de descortesia, destinados às faces positivas e negativas de Paulo Maluf. Porém, situações em que se observam a neutralização da descortesia e a recodificação da cortesia – objeto de análise e foco deste estudo – aparecem apenas em alguns trechos do *corpus*, como o que se segue:

(2)

Maluf- quando vocês me esquecerem vai ser muito ruim viu?

L1- **é impossível** esquecer do senhor...senhor Paulo

[

((risos))

No turno de Maluf, cumpre observar que, ao mencionar seu desejo de que os jornalistas – os mesmos que o atacam – não o esqueçam, Maluf parece aceitar os atos de descortesia, até então, desferidos contra sua face. Verifica-se que L1 procura estabelecer desejar estabelecer relações amigáveis, de solidariedade com quem o ataca. Há, por conseguinte, a neutralização da descortesia.

A leitura superficial dos turnos, ou seja, a observação descontextualizada do trecho mostra um entrevistador cortês que, aparentemente, parece elogiar Paulo Maluf. Porém, fatores diversos como o conhecimento de mundo que se tem do entrevistado e do tipo de programa, marcado pelo apelo à descortesia, bem como aspectos não verbais como o riso e outros elementos gestuais, descodificam o ato aparentemente cortês, que, devido ao contexto situacional, assume valor negativo. Trata-se de um ato de falsa cortesia (*mock politeness*).

No trecho seguinte, o mesmo recurso é utilizado, ou seja, a falsa cortesia (*mock politeness*) é a estratégia empregada pelo jornalista (L1), que, na realidade, possui valor negativo, ameaçando a face do entrevistado:

(3)

Maluf – é melhor é tá com a mesma mulher que a Silvia minha adorada Silvia me atura 53 anos... tenho certeza...ela vai pro céu direto...

L1- olha... ah...**isso com certeza...**

Assim, a análise dos trechos, nos quais o interlocutor emprega a falsa cortesia para ameaçar a face do entrevistado, mostra que o contexto situacional ocupa relevância na interpretação dos enunciados, cujo sentido – positivo ou negativo – depende do tipo de interação – em que prevalece a descortesia – e das intenções dos falantes, no caso, do entrevistador, cujo objetivo é ameaçar a face do entrevistado. Assim, observa-se que um ato considerado cortês, em outros contextos específicos de práticas comunicativas, assume valor negativo, ou seja, é codificado de forma distinta, sendo avaliado como um ato de falsa cortesia, devido a fatores discursivos, isto é, elementos extralinguísticos. Em outras palavras, um mesmo ato de cortesia é, com efeito, recodificado pelo contexto, assumindo um valor distinto⁶.

Os ataques prosseguem e Maluf procede à defesa de sua face por meio da fuga do tópico (assunto tratado). Entretanto, observa-se que L1 continua com as perguntas que ameaçam aspectos referentes à qualidade da face de L2 (*quality face*), insinuando, por meio de um ato de descortesia indireta, que Maluf é alguém que se apropria do que não é seu. Cabe ressaltar, ademais, que L1 recorre a outros recursos discursivos, em sua tentativa de que o público-alvo da interação atribua à imagem de Maluf juízos de valor negativos, ao rechaçar a personalidade (*personality*) de L2 – os interesses pessoais de Maluf são voltados, tão-somente, para seu próprio bem – e o papel social do político (*role norms*). Em outras palavras, L1 questiona a atuação de L2 como político. Vale acrescentar que L1 faz uso do vocábulo *render*.

Entretanto, a escolha lexical não é, com efeito, fortuita, mas bastante pertinente. Ao escolher esse item lexical, L1 intenta aludir à ideia de renda, frutos obtidos por Maluf à custa do dinheiro público. Cria-se um campo semântico ligado ao capital, ao lucro, a fim de dar azo à crítica. Observa-se, portanto, o emprego de um ato de descortesia indireta, por meio do qual são mobilizados, por L1, elementos extralinguísticos, ou

⁶ Además, el carácter audiovisual del material nos permite observar todos los factores kinésicos, proxémicos y situacionales necesarios para contextualizar lo dicho y decodificar el sentido real con el que han sido proferidos los enunciados. (BRENES, 2011, p.70)

seja, recursos de natureza discursiva que, atrelados à forma – às escolhas lexicais – são utilizados pelo entrevistador com vistas a atacar a face de L2.

(4)

L1- mas imagina se o senhor tivesse feito... como seria bom né? Como ela::...renderia::...frutos diversos...pra cidade...pro senhor...

L2- Maluf – 4 mil veículos por dia...vão passar por aqui...por hora...

L1- quantos desse veículos serão seus?

Em suma, para que um ato seja avaliado como descortês, faz-se necessário que se conheça o perfil do programa, as intenções do entrevistador, bem como o histórico de corrupção atrelado à imagem do entrevistado. Em outras palavras, há que se ressaltar que a interpretação dos atos de (des)cortesia depende, além das escolhas linguísticas, da mobilização de conhecimentos prévios, isto é, de que os interactantes acionem seu conhecimento enciclopédico na interpretação e avaliação da gestão da imagem na interação.

4. Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo apresentar os principais objetivos da pesquisa a ser desenvolvida, bem como o aparato teórico utilizado na análise do *corpus*. Para isso, considerou-se a necessidade de ressaltarem-se alguns aspectos a serem investigados pelo analista de discursos em que predominam relações de descortesia verbal.

Entre os principais aspectos a se analisar, cabe ressaltar o primordial: a observação e tratamento das formas linguísticas em função de elementos contextuais. O estudo teve por principal objetivo apresentar uma abordagem dos elementos linguísticos atrelada a fatores contextuais. Em outras palavras, buscou-se apresentar a importância da análise da língua em uso – considerando-se que os significados são construídos na relação entre formas linguísticas e contexto – na avaliação realizada pelos participantes das trocas verbais em relação aos atos de (des)cortesia.

Na análise do *corpus*, verificou-se a ocorrência de atos de descortesia não neutralizados pelo contexto de interação, além de atos de falsa cortesia no emprego agressivo do trabalho de face.

Os resultados da análise do *corpus* corroboram a ideia que permeia todo o estudo: a de que os componentes da língua atuam de acordo com motivações contextuais. O significado dos atos de (des)cortesia emergem, pois, da avaliação dos ouvintes, que recorrem, sim, aos elementos linguísticos no processo de interpretação da fala do outro, mas sobretudo, a elementos extralinguísticos, como conhecimento de mundo, intencionalidade do interlocutor, formato do programa, entre outros aspectos – provenientes do contexto.

Ademais, o presente estudo teve, como propósito, apresentar a pertinência desta pesquisa no âmbito dos estudos da Descortesia, já que questões referentes ao modelo de descortesia elaborado por Jonathan Culpeper são ainda pouco abordadas no Brasil. Assim, por meio deste trabalho, esperou-se colaborar, de alguma forma, com as investigações acerca de um novo fenômeno social: a exploração da imagem alheia por programas humorísticos, com o propósito de entreter o público na busca de audiência. Assim, neste estudo, propusemo-nos investigar de que modo transcorre o emprego agressivo do trabalho de face nessas formas específicas de interação, em que prevalece a descortesia bem como atos de falsa cortesia.

Referências bibliográficas

- BROWN, Penélope e LEVINSON, Stephen C. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CULPEPER, Jonathan. **Impoliteness Using language to cause offence**. Lancaster University. Cambridge University Press, 2011.
- _____. Conventionalised impoliteness formulae. **Journal of Pragmatics**, v. 42, n. 12, 2010, p. 3232-3245.
- _____. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v. 25, n. 3, 1996, p. 349-367.
- GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual: essays in face to face behavior**. Chicago: Aldine Pub. Co., 1967.
- KAUL DE MALARGEON, Silvia. Descortesía de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedade: El discurso tanguero de la década del 20. In: BRAVO, Diana. (Org.). **Estudios de la (des)cortesía en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos**. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 299-318.
- PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- SPENCER-OATEY, HELEN D. M. Rapport management: A framework for analysis. In: Helen D. M. Spencer - Oatey (ed.). **Culturally Speaking: Managing Rapport Through Talk Across Cultures**. London and New York: Continuum, 2000, p. 11-46.
- ZIMMERMANN, Klaus. Construcción de la identidad y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: BRAVO, Diana.(Org.). **Estudios de la (des)cortesía en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos**. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 245-271.

Anexos

Anexo I – Entrevista concedida por Paulo Maluf ao programa CQC (Custe o que custar)

L1- CQC? conhece o CQC?

L2- Maluf – ah: ah (risos) olha... eu to vendo CQC (...)

L1- o senhor sabe quem é o nosso querido anfitrião...nosso...grande ancora...Marcelo Taz. L2Maluf – eu sei...mas eu tenho muito respeito

L1- ((incompreendido)) em 67 o senhor já ocupava...fo 63 ou 67?

L2- Maluf- 67...foi o dia que eu tomei posse como presidente da Caixa Econômica Federal (...) L1 – o senhor tomou posse já da Caixa Econômica Federal inteira? Ou só:...do cargo.

L2- Maluf – tomei posse...como presidente...você tá pioso viu? ...vo te contrata pra minha futura estação de televisão

L1- confessa...ele dava dor de cabeça pro senhor, né?...o senhor queria se livrar do Ernesto Varela e tava sempre no seu pé.

L2- Maluf – quero dizer para você o seguinte...todos nós...homens políticos vivemos da imprensa

L2- Maluf – quando vocês me esquecerem vai ser muito ruim viu?

L1- é impossível esquecer do senhor...senhor Paulo [((risos))

L1- o senho/num fica com inveja quando se vê essa ponte dessas dimensões e fala...essa eu não fiz

L2- Maluf – eu fiz a avenida Roberto Marinho...se a avenida Roberto Marinho não existisse...essa ponte não teria finalidade...

L1- mas imagina se o senhor tivesse feito...como seria bom né? Como ela:...renderia:...frutos diversos...pra cidade...pro senhor...

L2- Maluf – 4 mil veículos por dia...vão passar por aqui...por hora... L1 – quantos desse veículos serão seus?

L2- Maluf – bo/se eu tivesse a General Motors? taria p/ Maluf – mas...como coitado eu sou aqui um:...trabalhador brasileiro...eu tenho aqui meu ômega(...)

L2- Maluf- quarenta e um anos tô no mesmo partido...casado com a mesma mulher há 53...

L1- o que que é pior? Eh:...tá no mesmo partido ou tá com a mesma mulher há tanto tempo?

L2- Maluf – é melhor é tá com a mesma mulher que a Silvia minha adorada Silvia me atura 53 anos...tenho certeza...ela vai pro céu direto...

L1- olha...ah...isso com certeza...

Platão, a insegurança dos discursos e a travessia da vida

André Luiz Braga da SILVA¹

Resumo: No diálogo *Fédon* de Platão, o personagem Sócrates, como que confidenciando com os amigos no leito de morte, diz que lhe foi impossível, em sua vida, descobrir as verdades das causas das coisas no mundo através do aprender com os outros e do descobri-las por si mesmo. O filósofo admite, então, que apelou para um método alternativo, algo que ele caracterizará como uma “segunda navegação”: hipotetizar o discurso que ele, Sócrates, decidia, em cada ocasião, ser o mais forte, acerca de causas e acerca de todo o resto. O que lhe parecia em concórdia com tal discurso, ele tomava por verdadeiro; o que não, tomava por falso (*Fédon* 99c1-100a7; BURGER, 1947; SHIPTON, 1979; FISCHER, 2002). A partir da análise da relação dessa passagem com outras duas do mesmo diálogo, bem como de uma investigação do sentido da expressão usada para caracterizar o método, o presente artigo visa evidenciar que Platão nem sempre apresenta seu personagem Sócrates como um expositor de doutrinas seguras e verdades definitivas.

Palavras-chave: Platão; discursos; verdade; certeza; segurança.

1. Introdução

Tive medo. Sabe? Tudo foi isso: tive medo! Enxerguei os confins do rio, do outro lado. Longe, longe, com que prazo se ir até lá? Medo e vergonha. A aguagem bruta, traiçoeira – o rio é cheio de baques, modos moles, de esfrio, e uns sussurros de desamparo. Apertei os dedos no pau da canoa. [...] “Carece de ter coragem...” – ele me disse. Visse que vinham minhas lágrimas? Dói de responder: – “Eu não sei nadar...” O menino sorriu bonito. Afiançou: – “Eu também não sei.” Sereno, sereno. [...]

Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*)

Embora não representando a inauguração de um viés absolutamente novo, os trabalhos de profundidade sobre a questão da relação autor-personagem nos diálogos platônicos emergiram sobretudo a partir da virada do século XX para o XXI (BLONDELL, 2003; PRESS, 2000; etc). No que tange à importância da compreensão dessa relação para interpretar a obra de um autor de filosofia, o “caso Platão” é um que não encontra paralelo em toda a história do pensamento ocidental: todas as obras dele que chegaram até nós, cuja autoria não é objeto de questionamento, são... *diálogos*. Mas o que seriam *diálogos*? Os diálogos platônicos são, como suas contemporâneas tragédias e comédias gregas, obras *dramáticas*: trata-se de “conversas” fictícias, havidas entre personagens históricos ou não, em locais e épocas mais ou menos reconhecíveis pelo público ateniense do século IV a. C. Entretanto, diferenciando-se de suas “primas” tragédias e comédias, os diálogos platônicos também são considerados obras *de filosofia*, i.e, entende-se que eles estão a veicular ideias e doutrinas de cunho metafísico, ético, político, epistemológico, estético, etc.

E é precisamente sobre esta “dupla-face” própria ao diálogo platônico – obra dramática e obra

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho. E-mail: andrebragart@yahoo.com.br

filosófica – que os estudos da relação autor-personagem, na última década e meia, se debruçam. Três pontos-chave básicos costumam ser levados em conta nesses trabalhos:

- I. todas as ideias/doutrinas filosóficas expostas nos diálogos são apresentadas como pertencentes a algum personagem/grupo de personagens (presente(s) ou não no drama);
- II. não possuímos obra platônica inquestionavelmente autêntica em que Platão exponha em primeira pessoa alguma ideia/doutrina;
- III. logo, surge a questão: quais ideias/doutrinas expostas nos diálogos podem ser legitimamente atribuídas a ele mesmo, Platão, autor?

A questão é gigantesca, e, exigindo um exaustivo exame de todo o *corpus platonicum* – tanto no aspecto material quanto no formal –, nem é objeto de consenso entre os estudiosos de filosofia grega, nem pode ser analisada por inteiro numa curta comunicação ou artigo. Para tratar deste problema no presente texto, eu gostaria de tomar algumas passagens de um diálogo específico, e, na análise delas, refletir sobre alguns aspectos desse problema. O diálogo *Fédon* é uma obra tradicionalmente entendida como pertencente à fase da produção platônica denominada “período médio” (junto com *Banquete*, *Fedro* e *República*). O acontecimento cênico nele representado, não há como negar, é o mais importante de todo o imaginário dramático das obras platônicas: a morte do personagem Sócrates, bem como a última conversa que ele trava com seus companheiros antes de tomar a cicuta.

Com relação ao *Fédon*, há ainda um certo consenso entre alguns importantes platonistas (ROSS, 1953; FRONTEROTTA, 2001; etc) de que, através do personagem Sócrates, Platão realiza exposições assumidamente positivas de ideias filosóficas dele, autor. O principal argumento para tanto é que tais ideias seriam expostas com a certeza de uma doutrina, i.e, como algo que, sendo líquido e certo, daria uma direção segura para a vida das pessoas. Meu objetivo então neste artigo é lançar uma dúvida sobre esta posição interpretativa, e mais precisamente sobre este exato argumento descrito, a partir da atenção a algumas afirmações presentes nesta última conversa do personagem Sócrates. Sendo o *Fédon* uma obra extensa, eu vou expor apenas as passagens que considero importantes para o problema, procurando, na medida do possível, contextualizá-las; para facilitar a referência, eu vou chamar tais passagens de “Cena 1”, “Cena 2” e “Cena 3”. A boa compreensão de tais passagens exigirá a explicação de uma expressão que aparece nelas, expressão que é, como mostrarei, motivo de largo dissenso entre os comentadores da obra. E, a partir de tal explicação, darei encaminhamento às minhas considerações finais.

2. *Fédon*

2.1. *Fédon*, Cena 1

Contexto: o personagem Sócrates acabara de realizar uma explicação sobre um dos temas do diálogo (a imortalidade e indestrutibilidade da alma), do que se seguiu um silêncio entre os personagens presentes;

mas o filósofo grego percebe que, diferentemente dos demais, os personagens Símias e Cebes começam a conversar baixo entre si, e diz:

[...] Dizei-me também se não é vosso pensamento que falta alguma coisa ao que até agora dissemos? É bem certo que para trás ficou mais de um ponto suspeito, que daria margem a ataques contra nós se não fizéssemos uma suficiente revisão deles todos. [...] Se [...] é isto mesmo o que vos embaraça, nada de hesitações! Falai [...]!

[...] Pois bem, Sócrates – respondeu Símias – vou [...] expor-te o que está me embaraçando, e Cebes, depois, dirá por que motivo não aceita o que até agora foi dito. Meu ponto de vista, Sócrates, a respeito de questões deste gênero – e sem dúvida será também o teu – é que um conhecimento certo disso tudo é, na vida presente, se não impossível, pelo menos extremamente difícil de obter. Mas por outro lado, está claro, se as opiniões relacionadas com tudo isso não forem submetidas a uma crítica realmente aprofundada, se se abandonar o assunto sem antes ser examinado em todos os sentidos – então, é porque se tem uma natureza fraca! É necessário, pois, a este propósito, fazer uma das cousas seguintes: não perder a ocasião de instruir-se, ou procurar aprender por si mesmo, ou então, se não se for capaz nem de uma nem de outra dessas ações, buscar aquele dos discursos humanos o que houver de melhor e menos contestável, deixando-se assim levar como sobre uma jangada, na qual nos arriscamos a fazer a travessia da vida, uma vez que não a podemos percorrer, com mais segurança e com menos riscos, sobre um transporte mais sólido: quero dizer, um discurso divino! [...] De fato, Sócrates, depois da revisão à qual eu submeti, como Cebes, o que se disse em nossa conversa, fiquei convencido de que as provas não são satisfatórias. (PLATÃO, *Fédon* 84c-85e – Tradução de J. Paleikat e J. C. Costa, com modificações²).

2.2. *Fédon*, Cena 2

Contexto: após finalizar a narrativa do caminho que seguira em sua vida atrás do conhecimento das causas das coisas no mundo, Sócrates informa que não logrou sucesso nessa sua busca de conhecimento; em seguida, ele pergunta, por meio das seguintes palavras, se os presentes querem que ele conte o caminho alternativo que seguiu, e passa a expô-lo:

[...] Ardentemente desejaria eu encontrar alguém que me ensinasse o que é a tal causa! Não me foi possível, porém, adquirir este conhecimento então, pois nem mesmo eu o encontrei, nem o recebi de outra pessoa. Mas querias, estimado Cebes, que eu descrevesse a “segunda navegação” que realizei em busca dessa causalidade?

- É impossível que alguém o deseje mais do que eu – respondeu Cebes.

Então – prosseguiu Sócrates - [...] refleti que devia buscar refúgio nos discursos e procurar neles a verdade das coisas. É possível, todavia, que esta comparação não seja perfeitamente exata, pois nem mesmo eu aceito sem reservas que investigação nos discursos dos objetos – que é uma investigação por imagens – seja melhor do que aquela que deriva de uma experiência dos fenômenos. Entretanto, será sempre para o lado daquela que me inclinarei: suponho em cada ocasião o discurso que eu decido ser o mais forte, as coisas que porventura me parecerem em concórdia com ele considero como sendo verdadeiras, as que por acaso não me parecerem em concórdia com ele considero como não verdadeiras – seja acerca das causas das coisas no mundo seja acerca de todas as outras coisas. Vou, porém, explicar com mais clareza o que estou a dizer, pois me parece que não o compreendeste bem.

Por Zeus, com efeito, que não o entendo bem! - afirmou Cebes.

Quero dizer o seguinte – voltou Sócrates – e não estou a enunciar nenhuma novidade, mas apenas a repetir o que, em outras ocasiões como na pesquisa passada, tenho me fatigado a dizer. Tentarei mostrar-te a espécie de causa que descobri. E estou de volta àquelas coisas

² PLATÃO. *Diálogos. O Banquete. Fédon. Sofista. Político*. Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Os Pensadores).

já muito faladas. E inicio por elas mesmo: suponho existir algo em si e por si belo e algo em si e por si bom e algo em si e por si grande, e assim para todas coisas. Se concordas comigo também admites que isso existe, tenho esperança de demonstrar para ti a causa a partir destas coisas e descobrir como a alma é imortal.

- Naturalmente admito que isso existe – confirmou Cebes; e agora faze depressa o que dizes.

- Examina se por ventura a ti também parece, quanto às coisas que se seguem daquelas, serem como são para mim. Pois parece-me que, se há alguma outra coisa bela que não o belo em si, isso é assim somente devido ao participar naquele belo em si; e do mesmo jeito para todas as coisas que eu disse. Concordas com esta causa?

- Concordo.

[...] Pois não sustento com veemência outra coisa que não isto: que todas as coisas belas vêm a ser belas numa relação com o belo em si. Pois isto parece-me ser o mais seguro a responder, seja para mim seja para outra pessoa. [...]

(PLATÃO, *Fédon* 99c-100d – Tradução de J. Paleikat e J. C. Costa, com modificações).

2.3. *Fédon*, Cena 3

Contexto: a partir das premissas assumidas na Cena 2, Sócrates realiza a “demonstração” de que a alma é imortal; após a demonstração, os personagens Cebes e Símiias retomam a palavra:

- Quanto a mim – disse Cebes – não tenho, caro Sócrates, depois disso nada mais a ajuntar, nem nada a apresentar contra a tua demonstração.

[...] Tampouco eu – confessou Símiias – jamais poderia duvidar, após essas demonstrações – mas, apesar disso, devido à magnitude da matéria tratada, e por desconfiança da fraqueza humana, acho necessário não confiar na discussão.

- Nem só isso, caro Símiias – exclamou Sócrates. A justeza de tuas palavras se estende também às premissas: por mais certas que vos pareçam ser, não deixam por isso de exigir uma exame mais profundo. (PLATÃO, *Fédon* 107a-b – Tradução de J. Paleikat e J. C. Costa, com modificações).

3.1 Breves comentários

Como podemos perceber, em que pese o fato de a argumentação principal do diálogo *Fédon* ser sobre outros temas (a imortalidade da alma e outras questões metafísicas), há todo um “pano de fundo” entre os personagens sobre a segurança e a certeza dos discursos, e sua relação com a vida. A primeira ocorrência disso está na Cena 1, quando o personagem Símiias, num rasgo poético, saca de uma bela metáfora para a relação dos homens com a certeza dos discursos: o melhor seria um discurso absolutamente certo e seguro; na impossibilidade disso, os homens devem escolher o discurso ao menos que pareça o melhor e mais difícil de refutar, e, tomando-o qual frágil jangada, devem realizar a travessia da vida sobre ele. Apesar do contexto nesse momento ser o do conhecimento de assuntos difíceis, com essa metáfora o personagem Símiias dá um sentido fortemente existencial para o problema: a insegurança dos homens não seria apenas sobre o “conhecer certos assuntos”, mas, em última instância, diria respeito ao próprio viver. Além das belas palavras de Símiias, a Cena 1 também chama atenção pelo fato de o personagem Sócrates, como vimos, não discordar do seu amigo.

A razão dessa sua não-discordância, todavia, só aparecerá na Cena 2, na qual Sócrates:

- I. retoma o esquema de alternativas descrito por Símias na Cena 1;
- II. retoma também a metáfora náutica;
- III. assume (como procurarei mostrar) corajosamente a insegurança que o outro personagem expôs, ao descrever e qualificar o caminho ou método alternativo que ele seguiu.

3.2 Explicação da expressão “segunda navegação”: querela entre os comentadores

Como visto acima, a primeira qualificação que o caminho ou método alternativo seguido por Sócrates recebe é a de “segunda navegação”, que é uma expressão idiomática do grego da época de Platão. A ocorrência dessa expressão nesse trecho do *Fédon*, ademais, é uma das passagens mais debatidas do *corpus platonicum*. E, como a expressão é usada para qualificar o caminho alternativo de Sócrates, e tal qualificação é importante para os objetivos deste meu texto, elucidar tal expressão torna-se-me assim uma tarefa incontornável. Contudo, cabe o aviso de que o esboço que vou traçar aqui, do *status quo* da discussão sobre tal expressão na literatura secundária, está longe de pretender ser exaustivo. Limitar-me-ei a apresentar as principais posições de cuja existência possuo conhecimento.

Burger (1984, 254, nt. 26), Gallop (*in* PLATO, 2002, p. 176) e Fischer (2002, p. 675) afirmam que a expressão “segunda navegação” (em grego: *deúteros ploûs*) tem dois significados possíveis no idioma de Platão: pode significar, no ato de navegar, o uso de remos quando o vento para (sentido este, segundo Burger (1984, 254, nt. 26) legado pelo fr. 241 do poeta cômico Menandro), ou, pode significar, em geral, um segundo modo, mais seguro, de realizar alguma coisa (sentido este, segundo Burger (1984, 254, nt. 26) sugerido pelo comentário do escoliasta a essa expressão no *corpus*). Gallop afirma ainda que, desses sentidos, “o primeiro [...] é bem atestado” (*in* PLATO, 2002, p. 176), mas não afirma nada nesse sentido acerca do segundo. Fischer (2002, p. 675, nt. 62) repete a menção ao fragmento de comédia, acrescentando a ela a referência ao *Corpus Paroemiographorum Graecorum*; contudo, essa coletânea de provérbios não chega a oferecer explicações sobre o significado dos mesmos.

Com relação ao uso específico da expressão para caracterizar o método que Sócrates descreve no *Fédon*, Burger (1984, p. 150-151; 154; 254, nt. 26 e 27) e Dixsaut (*in* PLATON, 1991, p. 139-140) assumem abertamente o segundo dos sentidos apresentados acima: um modo “mais seguro” para a realização de algo. Nenhum dos dois, contudo, apoia no texto do diálogo essa assunção. Posição análoga a essa é a de Robin (*in* PLATON, 1934, p. XLVIII), Burnet (*apud* FISCHER, 2002, p. 676, nt. 66) e Robinson (1941, p. 110): embora apontem que o sentido próprio da expressão é a “falta de segurança”, tais comentadores acusam um uso “irônico” para a mesma nessa passagem do *Fédon*. Em sentido inverso encontram-se Hackforth (1972, p. 137, *apud* FISCHER, 2002, p. 675) e Shipton (1979, p. 50, nt. 11 e nt. 15), para os quais a expressão veicula na

passagem o oposto: uma noção de forte “insegurança”³. Não é preciso dizer que, se estiverem certos os estudiosos que defendem que o sentido da expressão é um modo “mais seguro” da realização de algo, cai por terra a minha posição de que o personagem Sócrates retoma a noção de “insegurança” contida na metáfora da jangada de Símias. Vejamos.

3.3 Explicação da expressão “segunda navegação”: sua imagem, seu sentido e seu uso

Com relação aos dois sentidos supramencionados (o uso de remos quando o vento para, e um segundo modo, mais seguro, de realizar alguma coisa), sou obrigado a dizer que os aludidos comentadores que os expõem, fazendo estes sentidos aparecerem como duas alternativas mutuamente excludentes, “perderam o ponto” próprio à expressão “segunda navegação”. Isto porque a expressão é na verdade um provérbio, uma expressão metafórica difundida na Grécia antiga como provérbio. E, como toda metáfora, ela apresenta uma “imagem”, imagem esta a qual estava relacionada, na linguagem da época, ao significado proverbial da metáfora. Como explicarei na sequência, a náutica imagem proverbial dos remos, e seu significado na cultura da época, são duas coisas que coexistiam sem problemas.

a) A metáfora: conforme já apontado pelos comentadores, a descrição da imagem ou metáfora veiculada como provérbio está num fragmento da comédia perdida *Thasyleon*, de Menandro: “a segunda navegação é sem dúvida o ditado de, se acaso a alguém ocorrer parar o vento, navegar com os remos” (MENANDRO, fragmento 241K - grifos nossos)

b) A explicação da metáfora: já a explicação do significado desse provérbio está, entre outros lugares, nos *Scholia Graeca in Platonem*, no comentário do escoliasta à ocorrência dessa mesma expressão no diálogo *Filebo* (comentário este o qual, por seu turno, corresponde ao fragmento 228 de Menandro):

[19c2-3 *segunda... navegação*] provérbio “segunda navegação”: com relação ao fazer alguma coisa de modo seguro ou infalível, paralelamente a este modo, aqueles que falham em obter a segurança ou infalibilidade da primeira navegação se preparam para a segunda. Platão se recorda disso também no *Fédon* [...], e Aristóteles no livro B' da *Ética* [...], e Menandro no *Kekryphálos* [...] e no *Plokíos* [...] e na *Theophorouménē* [...]. (MENANDRO fr. 228 - grifos nossos)

c) Outro exemplo de uso da metáfora: Nós, leitores modernos, não possuímos aquilo com que o autor Platão já contava que seu público leitor ateniense, contemporâneo dele, possuísse: um completo conhecimento e familiaridade com o significado do provérbio. E este talvez seja o principal motivo da querela

³ Sobre a ausência de obrigação de ver, na insegurança denunciada no método, um sinal de que ele é próprio à misologia e não à filosofia, cf. DORTER, 1982, p. 89.

dos comentadores em relação ao tema: ao contar com essa familiaridade em seus leitores, Platão usou a expressão “segunda navegação” não só sem explicá-la, mas, na verdade, a usou para explicar outras afirmações. Nesse sentido, muito mais útil parece ser buscar, em outro autor, uma utilização desse provérbio que seja mais detalhada, e num contexto extremamente mais simples, menos sujeito a disputa, e que permita, assim, iluminar o sentido que o ditado tinha na cultura corrente da época. Lembrado então por Shipton (1979, p. 51, nt. 15), um exemplo bem mais luminoso de uso da expressão “segunda navegação” pode ser encontrado no livro VIII do historiador Políbio, que dista de Platão em apenas dois séculos. A citação é longa, mas vale o custo; o contexto é o da relação entre as nações, seus dirigentes, e a guerra:

[...] Enquanto, portanto, nós devemos censurar aqueles que descuidadosamente colocam a si mesmos à mercê do inimigo, nós devemos não culpar aqueles que tomam todas as precauções possíveis. Porque é completamente impraticável não confiar em ninguém, e nós não devemos buscar faltas em alguém que agiu segundo os ditames da razão, após receber as garantias adequadas. Estas garantias são juramentos, manter esposas e filhos como reféns, e acima de tudo a vida passada da pessoa em questão. Logo, ser traído e arruinado nessas condições acarreta reprovação não para quem sofre, mas apenas para o autor do ato da traição. O melhor sendo assim buscar tais garantias, tanto como tornar, ao homem em quem se confia, impossível quebrar sua palavra. Contudo, uma vez que estas coisas raramente podem ser obtidas, a “segunda navegação” seria tomar precauções razoáveis, porque se nossas expectativas forem desapontadas, nós podemos ao menos não falhar em ser perdoados pela opinião pública. (POLÍBIO, 8, 36, 2, 1-6 – Tradução da tradução inglesa de W. R. Paton, com modificações – grifos nossos).

A citação do historiador, de tão detalhada, faz com que o sentido da expressão “segunda navegação” apareça de modo cristalino – sentido o qual, inclusive, está em plena consonância com as explicações acima dos *Scholia Graeca in Platonem*: o melhor seria a garantia total, um caminho no qual o fracasso fosse impossível. Entretanto, dado que essa absoluta segurança é raríssima, quase impossível de ser alcançada, é preciso contentar-se com uma opção “não-tão-bom-mas-disponível”, isto é, com a “segunda navegação”. A expressão metafórica e proverbial representa, nesse sentido, um caminho alternativo que, ainda que sem a total garantia desejável, é o caminho possível de se seguir. O provérbio “segunda navegação”, portanto, no grego corrente da época, equivalia a provérbios brasileiros tais como “quem não tem cão caça com gato” ou “para quem está morrendo afogado, jacaré é boia”. Em inglês, tal sentido é veiculado pela expressão “*second-best*”, e, em francês, pela “*pis-aller*”, e, por isso mesmo, parece satisfatório o uso dessas expressões como traduções, nas línguas contemporâneas, da expressão do grego antigo.

Ratificando, então, este ponto: a despeito das alegações dos grandes comentadores que eu mencionei acima sobre a ocorrência dessa expressão no *Fédon*, trata-se a “segunda navegação” de um **modo sabidamente inseguro** de fazer alguma coisa, que, longe de ser o modo ideal, melhor e mais desejado, é o único disponível no momento para esta realização. Este entendimento, conforme procurei mostrar, está presente em todas as referências apresentadas à expressão: fragmento 241K de Menandro; o comentário dos *Scholia a Filebo* 19c (= fragmento 228 de Menandro); e o trecho 8.36.2 do historiador Políbio. Nesse sentido, o uso do personagem Sócrates desse provérbio na Cena 2 do *Fédon* não só retoma a metáfora do navegar,

como está plenamente de acordo com o esquema de alternativas e a imagem da frágil e insegura *jangada* utilizada pelo personagem Símiás na Cena 1⁴. Uma **insegura e frágil jangada**: esta é a metáfora usada no *Fédon* – inicialmente por Símiás, e depois reforçada proverbialmente por Sócrates - para a quiçá única possível⁵ busca de conhecimento disponível a nós, humanos, para realizar a travessia da vida.

A Cena 3, por seu turno, completa então esse quadro das duas cenas anteriores: Símiás, nela, reforça que, a despeito da demonstração que, a custo, Sócrates realizara, a fraqueza humana e a grandiosidade do tema levam-lhe a ainda considerar frágil os discursos expostos pelo filósofo grego na demonstração. E, em resposta, Sócrates, mantendo o seu posicionamento já apresentado nas cenas 1 e 2, não só não desdiz, como **legítima essa posição do seu companheiro**. A partir de todo esse exposto, façamos uma retrospectiva do que vimos no *Fédon*.

4. Resumo do quadro que foi traçado no *Fédon*

Podemos então extrair do texto do diálogo as seguintes afirmações: sobre certos assuntos⁶...

...A) **o conhecer com segurança** é ou impossível, ou completamente difícil de alcançar...

...e é preciso **submeter de absolutamente todos os modos possíveis** os discursos sobre tais assuntos a **exame de refutação** e não desistir antes deste exame completo; isto parece ser um meio de averiguar se os discursos disponíveis correspondem a um conhecimento seguro: noção de “teste”;

...B) **[condições para o uso do método descrito no diálogo]**

B.1) SE não for possível o conhecer mais seguro, mais sem risco, mais firme de tudo
(que se dá através algum discurso divino)⁷

B.2)

B.2.1) SE não for possível aprender com alguém

⁴ A ligação e simetria entre as falas de Símiás (Cena 1) e de Sócrates (Cena 2) é uma das poucas quase-unanimidades nos comentários ao *Fédon*: ROBINSON, 1941, p. 145; DORTER, 1982, p. 127; BURGER, 1984, p. 104; 147-148; SHIPTON, 1979, p. 34; 37; 38-39; FISCHER, 2002, p. 651, nt. 4; 652; 657; 677

⁵ Cf. BURGER, 1984, p. 147.

⁶ As colocações de Símiás sobre o conhecimento como “jangada humana” (*Fédon* 85c-d) são expressamente acerca das questões em torno à alma, as quais foram recém trabalhadas por Sócrates no diálogo; entretanto, a afirmação mais à frente de Sócrates (“seja acerca de causas, seja acerca de todas as outras coisas”, 100a5-6) deixa claro um possível uso em tese universal do método delineado.

⁷ Ao separar, em minha exposição, B.1 de B.2.1 e B.2.2, estou deixando claro minha não aquiescência com relação à mútua implicação necessária que Shipton vê entre a revelação divina e o aprender ou descobrir sozinho (1979, p. 36; 50, nt. 8; 51, nt. 19). Pela forma como está disposto, o texto grego em *Fédon* 85c7-d4 pode ser interpretado como não tornando impossível esta mútua implicação; mas esta interpretação está longe de ser necessária. E o reaparecimento em 99c6-9 do “aprender” e do “descobrir”, referindo-se a discursos humanos e sem nenhuma menção a discursos divinos, aponta para o fato de que esta interpretação do comentador não é “a mais forte”.

B.2.2) SE não for possível descobrir sozinho⁸

B.2.3) ENTÃO só resta o método de hipóteses (que é uma “segunda navegação”, i.e, um caminho alternativo e de sucesso incerto):

tomar dos discursos humanos o melhor e mais difícil de refutar e assumir os riscos de atravessar a vida sobre ele....

[características desse método:]

C.1) ...investigando o que é buscado dos entes nos discursos, por imagens;

C.2) ...hipotetizando em cada ocasião o discurso que eu **decido** ser o mais forte e tomá-lo como critério de verdade: o que concorda ou decorre dele considero como verdadeiro, o que não, não;

C.3) ...MAS a magnitude desses assuntos, e a fraqueza humana, exigem que sempre se desconfie dos discursos e das hipóteses, no mínimo enquanto não submetidos a profundo exame de segurança⁹.

5. Considerações Finais

Tive medo. Sabe? Tudo foi isso: tive medo! Enxerguei os confins do rio, do outro lado. Longe, longe, com que prazo se ir até lá? Medo e vergonha. A aguagem bruta, traiçoeira – o rio é cheio de baques, modos moles, de esfrio, e uns sussurros de desamparo. Apertei os dedos no pau da canoa. [...]
Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*)

Conforme procurei mostrar, paralelamente às argumentações principais do diálogo, há no *Fédon* todo um importante “pano de fundo”, no qual o jogo dialético entre os personagens Sócrates, Símiás e Cebes insiste sobre um insuperável caráter de insegurança e “não-acabamento” para os discursos humanos. Estes seriam incapazes de prover uma doutrina absoluta, uma verdade definitiva, devendo a vida dos homens então ser vivida e atravessada “sobre” alguns destes discursos – aqueles que foram eleitos, i.e, os melhores discursos! - como se fosse sobre “frágeis jangadas”. Junto a isso, a noção de que mesmos estes discursos, os melhores, devem ser constantemente submetidos a “exame” (como afirmado na Cena 3), sugere que eles estão sempre abertos a refutação, a abandono e a substituição – o que justifica o fato de, na Cena 1, tais discursos terem sido ditos como “os mais difíceis de refutar”, mas não como “irrefutáveis”. Na esteira do

⁸Shipton (1979, p. 39) parece ter bem notado que o esquema de alternativas (“aprender”, “descobrir sozinho”, etc: *Fédon* 85c7-9; 99c8-9) pode ser lido como uma filosófica corruptela platônica dos versos 293 a 297 de *Trabalhos e Dias* de Hesíodo.

⁹ Como bem notado por Dorter (1982, p. 161), não há, na Cena 3, uma afirmação da parte de Sócrates de falsidade ou inconsistência dos discursos e hipóteses trabalhados no diálogo: há apenas um reconhecimento da legitimidade da falta de certeza de Símiás nessas coisas, bem como o reconhecimento da necessidade de maiores e ulteriores exames acerca das mesmas. Sócrates, assim, reafirma a necessidade de não interromper a pesquisa antes de realizar um exame de todos os modos acerca dos argumentos – necessidade que Símiás destacara na Cena 1.

mesmo raciocínio, na Cena 2 o personagem Sócrates expõe o seu método de filosofia nos mesmos termos desta insegurança, descrevendo-o como um método absolutamente hipotético, em que o discurso “mais forte”, critério de verdade, é algo que é “decidido”. E, reforçando a noção de “frágil jangada” e “segunda navegação” (i.e, caminho alternativo e incerto), este personagem parece apontar para uma ausência de verdades e doutrinas absolutas no horizonte de alcance deste método.

Creio que, com a análise destas três cenas do *Fédon*, eu tenha cumprido o modesto objetivo a que me propus: lançar ao menos um quê de dúvida sobre a posição de alguns estudiosos de que Platão, como autor, nesse diálogo e em outros do mesmo período, se vale do personagem Sócrates para expor positivamente ideias fortes veiculadas como seguras e sólidas doutrinas filosóficas dele próprio, Platão. Pois, de algumas afirmações deste mesmo personagem aqui analisadas, o que transpareceu é que, para boa parte dos discursos defendidos no diálogo, senão todos, existe um caráter de perene fragilidade, incompletude e “não-absolutidade” - no sentido de uma abertura desses discursos a constante exame, revisão e até mesmo refutação. Isto posto, um sem-número de perguntas se seguiriam, as quais, pela sua magnitude, não poderiam de maneira alguma ser aqui tratadas; que elas possam então ficar ressoando após o término do meu texto, como convite à reflexão: o que poderia querer significar Platão, ao fazer personagens seus assumirem uma tal falta, incompletude, e fragilidade do argumentar sobre certos assuntos? Pretenderia este autor, com isso, apontar para algum ensinamento secreto seu na Academia, o qual nenhum personagem seu expõe em suas obras escritas¹⁰? Ou pretenderia ele apontar, antes, para a fraqueza da condição humana? Melhor: pretenderia Platão apontar para que, apesar dessa fraqueza, nossa condição é a obrigação do perene ir-atrás, da ininterrupta busca¹¹ – apesar dos pesares? Isto é (e imitando o hábito dele próprio de escrever por provérbios): “em mato sem cachorro”, “caçar com o gato que se tem”: é esta a tarefa, a **necessidade de empenho**, da filosofia? E, nesse sentido, o **silêncio de Sócrates** nos diálogos, a **incompletude** de algumas discussões perante certos assuntos, poderia então ser, acima de tudo, o **convite, o chamado**¹², dos homens, para o contínuo pensar, para o incansável questionar... para a travessia da vida¹³ enquanto e como: filosofar:

[Sócrates] E então? A vós com certeza não parece que falta dizer algo às coisas que foram ditas?

[...] E em seguida, sem relutar bebeu a cicuta até o fim. [...] Deitou-se de costas [...] Sócrates já tinha se tornado rijo e frio em quase toda a região inferior do ventre, quando descobriu a face [...] e disse estas palavras, as últimas que pronunciou:

[Sócrates] Críton, devemos um galo a Asclépio; não te esqueças de pagar a dívida.

[Críton] Assim farei [...]. Mas veja se não tem alguma outra coisa ainda a dizer?

Esta pergunta [...] ficou sem nenhuma resposta. [...] Críton cerrou sua boca e seus olhos.

¹⁰Como querem os maiores expoentes da assim chamada Escola de Tübingen-Milão. A título de exemplo: Krämer (1959); Gaiser (1980), Reale (1997); Szlezák (2009).

¹¹Importante demarcar que eu não vejo a aparente autoexclusão que Burger (1984, p. 158) vê entre a contínua busca pelo conhecer, própria ao “genuíno filósofo”, e a assunção da insegurança e incompletude da “segunda navegação”. Cf. também Dorter (1982, p. 134; 138; 140).

¹²Cf. Burger (1984, p. 111).

¹³Sobre a relação, no texto do *Fédon*, do método alternativo descrito pelo personagem Sócrates, com a noção de “travessia da vida”, Dixsaut também está de acordo: “[...] Posto que postular este modo de ser supõe uma conversão radical da maneira de ver, de pensar e de falar (também, de viver e morrer [...])” (in PLATON, 1991, 142).

(PLATÃO, *Fédon* 84c5-6; 117c3-118a14 – Tradução de J. Paleikat e J. C. Costa, com modificações - grifos nossos).

Tal como Diadorim atravessando, em frágil canoa, o bravio e caudaloso São Francisco, o personagem Sócrates de Platão não poderia deixar de estar: sereno, sereno...

Referências Bibliográficas

- BENARDETE, Seth. **Socrates' Second Sailing. On Plato's Republic**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- BLONDELL, Ruby. **The play of character in Plato's dialogues**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 (2002).
- BURGER, Ronald. **The Phaedo: A Platonic Labyrinth**. New Haven: Yale University Press, 1984 (1947).
- DORTER, Kenneth. **Plato's Phaedo: An interpretation**. Toronto: University of Toronto Press, 1982.
- FISCHER, Frank. La “méthode” et les “hypothèses” em “Phédon” 99d-102a. *Revue Philosophique de Louvain*. 4ème. série, Tome 100, no. 4 (2002), p. 650-680.
- FRONTEROTTA, Francesco. **METHESIS: La teoria platonica delle idee e la partecipazione delle cose empiriche**. Pisa: Scuola Normale Superiore, 2001.
- GAISER, Konrad. Plato's Enigmatic “Lecture on the Good”. In: **Phronesis** 25, 1980, p. 5-27.
- KRÄMER, Hans. **Arete bei Platon und Aristoteles. Zum Wesen und zur Geschichte der platonischen Ontologie**. Heidelberg: Carl Winter/Universitätsverlag, 1959.
- MENANDER. Opera. In: KOCK, T. **Commicorum Atticorum fragmenta 3** (1880-1888). Disponível em: <http://heml.mta.ca/lace/sidebysideview2/8420433>. Acesso em 27 mai. 2015.
- PLATÃO. **Diálogos. O Banquete. Fédon. Sofista. Político**. Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Os Pensadores).
- PLATO. **Phaedo**. Translated with notes by David Gallop. Oxford: Clarendon Press, 2002 (1975).
- PLATON. **Phédon**. Texte établi et traduit par Léon Robin. Paris: Les Belles Lettres, 1934.
- PLATON. **Phédon**. Traduction nouvelle, introduction et notes par Monique Dixsaut. Paris: GF Flammarion, 1991.
- POLYBIUS. **The Histories**. Translated by William Roger Paton. Vol. III. Series: Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1979 (1923).
- PRESS, Gerald. (ed.) **Who speaks for Plato?**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- REALE, Giovanni. **Para uma nova interpretação de Platão: releitura da metafísica dos grandes diálogos à luz das “doutrinas não-escritas”**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- ROBINSON, Richard. **Plato's Earlier Dialectic**. New York: Cornell University Press, 1941.
- ROSS, Donald. The Deuteros Plous, Simmias' Speech, and Socrates' Answer to Cebes. In: **Plato's Phaedo. Hermes CX**, 1982, p. 19-25.
- ROSS, William David. **Plato's Theory of Ideas**. Oxford: Clarendon Press, 1953 (1951).
- SAYRE, Kenneth. **Plato's Analytic Method**. Chicago: University of Chicago Press, 1969.
- SHIPTON, K. M. W. A Good Second-Best: “Phaedo” 99b ff. In: **Phronesis**, vol. 24, no. 1 1979, p. 33-53.
- SHOREY, Paul. **What Plato said**. Chicago: University of Chicago Press, 1933.
- SZLEZÁK, Thomas. **Platão e a escritura da filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

Gêneros digitais em redes sociais: a divulgação científica no Facebook

Artur MODOLO¹

Resumo: O surgimento das redes sociais na Internet tem proporcionado a oportunidade de que milhões de usuários possam interagir verbosivamente usando gêneros digitais. Do ponto de vista discursivo, as interações verbais resultam em gêneros, estilos e usos de recursos verbo-visuais que, em muitos aspectos, possuem especificidades e diferenciações em relação a uma interação verbal cotidiana, sem o uso de aparatos digitais. Utilizamos para debater tais características a teoria bakhtiniana, fazendo ajustes necessários para que ela possa dialogar com uma forma de produção de discurso contemporânea. Ademais de examinar gêneros que todos os usuários do Facebook visualisaram ou se depararam em algum momento de navegação, analisaremos como revistas de divulgação científica, mais especificamente *Scientific American Brasil*, *Superinteressante* e *Pesquisa FAPESP*, servem-se de parte desses gêneros na rede social Facebook.

Palavras-chave: Facebook; interação verbal; gêneros do discurso; rede social; divulgação científica.

1. Introdução

A popularização do Facebook reverberou na produção de uma extensa e variada literatura – artigos acadêmicos e livros – que têm debatido a influência/relação dessa rede social com diversos temas como auto-representação (MEHDIZADEH, 2010); identidade (ZHAO et al; 2008); negócios (VEER, 2010); aplicativos (WAGNER, 2008); educação (LEVINSON, 2010); propaganda (DUNAY et al; 2008), entre outros temas. Tal sucinto levantamento bibliográfico demonstra a relevância do Facebook em questões psicológicas do indivíduo, da mesma forma que temas sociais extensamente debatidos no mundo inteiro, como o uso de tecnologia na educação. Além da importância de temas sociológicos e psicológicos, o repertório variado da literatura sobre a rede reforça a importância do Facebook para potencializar negócios e propagandas (por parte das empresas), ou para achar emprego (por parte do usuário comum) (CROMPTON; SAUTTER, 2010).

Essa variedade temática desdobra-se não apenas nos diversos tipos de conteúdo postados no Facebook, como também na tipologia de gêneros, variações estilísticas, entre outros aspectos linguístico-discursivos que compõem a rede social. Para analisar tais componentes, elaborar-se-á um breve exame dos gêneros do discurso presentes na rede, utilizando a perspectiva bakhtiniana, considerando os seguintes aspectos: tema, composição e estilo (BAKHTIN, 2010b). A maior parte dos usuários do Facebook em algum momento entrou em contato com tais gêneros ou os empregou para estabelecer comunicação com outros usuários. Em seguida, verificaremos alguns gêneros do discurso são utilizados em páginas de divulgação científica do Facebook (*Scientific American Brasil*, *Superinteressante* e *Pesquisa FAPESP*).

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. Bolsista FAPESP. E-mail: adrmodolo@gmail.com

2. Os gêneros do discurso no *Facebook*

O *Facebook*, assim como outras redes sociais, é composto por uma série de gêneros. Adotamos uma posição semelhante à tomada quando avaliamos a rede social *Twitter* (MODOLO, 2012), defendendo que a própria rede social não é um gênero per si, mas se constitui e consolida a partir de diversos gêneros, tanto nas redes sociais digitais, quanto nas redes sociais convencionais (grupo de amigos, colegas de trabalhos, relações interpessoais diversas). Bakhtin (2010b) afirma que a comunicação se dá por meio de enunciados consolidados em gêneros, dessa maneira, faz sentido que as relações dialógicas que possibilitem as trocas entre as esferas e seus membros também sejam formadas por gêneros do discurso. Vamos, como ponto de partida, analisar a página de entrada do *Facebook*, pois já é possível enumerar diferentes gêneros desde a página inicial, demonstrando que a rede social supera os limites do que poderíamos considerar como um único e exclusivo gênero.

Figura 1. Página de entrada do *Facebook*



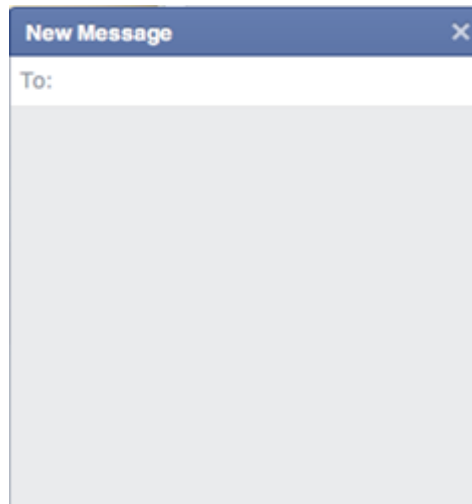
A página de entrada (figura 1) apresenta o gênero *formulário de cadastro*, algo em comum com outras redes sociais da Internet (*LinkedIn, Twitter, Google+ etc.*), mas que também é um gênero empregado e exigido para a realização de assinaturas de revistas, cadastro em eventos acadêmicos, *sites* com conteúdo exclusivo, entre outros. Logo de partida, portanto, nota-se uma das características dos gêneros do discurso anunciadas por Bakhtin (2010b): a capacidade, neste caso o cadastro, do gênero circular por diversas esferas de atividade humana (comércio, academia, entretenimento etc.).

Em relação ao *Facebook*, por ser uma rede social cuja associação é livre de custo, informações de pagamento, como número do cartão de crédito, não são solicitadas no formulário de cadastro. Esse mesmo

gênero na sua versão *off-line* presente, por exemplo, no formulário de assinatura de revista impressa requer a informação de dados do cliente, como o endereço (entrega) e informações bancárias (pagamento). Deve-se ressaltar que embora tais gêneros compartilhem algumas características em comum, o formulário de cadastro assume diferentes matizes dependendo da esfera em que tal gênero está inserido. Ademais, o próprio Bakhtin (2010b) afirma que há tal versatilidade na composição dos gêneros, pois apesar de apresentarem regularidades, são apenas “relativamente estáveis”. O formulário é, entretanto, um pré-requisito para que se tenha acesso ao evento, à rede social, à assinatura de revista, etc. Sendo assim, tal gênero do discurso tem uma característica muito específica pelo seu caráter de exigência para se acessar lugares (eventos, congressos), conteúdo (revistas, jornais) ou redes sociais na Internet (*Facebook, Pinterest*).

Verifica-se que, além do cadastro, há também uma propaganda na página de abertura do *Facebook*. Tal característica é comum nas páginas dessa e de outras redes sociais que são gratuitas. Nesse caso, a propaganda na página de entrada é do próprio *Facebook*, mas frequentemente propagandas de outras empresas também são veiculadas em tal espaço (operadoras de celular, etc.). Percebe-se que há uma variação na comparação das características entre os dois gêneros dispostos na página de entrada da rede social. O primeiro é essencialmente verbal e é um gênero que não pressupõe variações estilísticas ousadas por parte do usuário, isto é, deve-se preencher o cadastro e o espaço para que o estilo individual floresça é totalmente restrito. Muito diferente de um gênero literário como a poesia, em que o papel do estilo individual/autoral/intersubjetivo é uma pressuposição do estilo do gênero. A propaganda, por outro lado, é uma composição que mescla o verbal e o visual, fazendo uma divulgação do uso do *Facebook* em celulares do tipo *smartphone* com a pergunta e a sugestão “De saída? Continue conectado. Visite facebook.com em seu celular”². o desenho do celular está sinergicamente elaborado com o sentido verbal do enunciado. Os tons em azul claro, escuro e branco criam uma isotopia cromática fazendo a propaganda se adequar com as cores do *Facebook*. A partir do cadastro na rede, é possível ter acesso a outros gêneros do discurso, parte têm correspondência com os gêneros tradicionais, parte deles é mais restrita ao meio digital. As mensagens e *chats* presentes no *Facebook*, outras redes sociais e aplicativos (*Viber, Messenger*) são um exemplos de gêneros digitais com semelhanças ao diálogo. Entre outros exemplos possíveis, gêneros digitais como o *e-mail* possuem semelhanças e paralelos com as tradicionais cartas.

² Tradução livre de: “Heading out? Stay connected. Visit facebook.com on your mobile phone”

Figura 2. Mensagem (*message*) no *Facebook*

Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva (BAKHTIN, 2010a, p.275).

As mensagens (figura 2) possibilitam que se troque informações entre os membros da rede social de forma privada. Frequentemente é possível fazer com que várias trocas de mensagens na sequência se tornem uma espécie de conversa ou diálogo. Para Bakhtin (2010a), o diálogo é uma forma “tradicional de comunicação”, talvez essa seja uma das razões pelas quais desde o início da popularização da Internet gêneros digitais, como o supramencionado *chat*, tenham possibilitado a criação de diálogos. “Trata-se da forma mais simples e clássica de comunicação discursiva. A alternância dos sujeitos do discurso (falantes), que determina os limites dos enunciados, está aqui representada com excepcional evidência” (BAKHTIN, 2010a, p.279).

Entretanto, o diálogo como gênero em sua versão digital possui características que o torna diferente do gênero em seu formato convencional, entre eles a mudança de turnos a partir de troca de mensagens escritas, uso de *emoticons* etc. Como afirmamos previamente, entretanto, a troca de mensagens em forma de diálogos se popularizou desde o início da massificação da Internet para uso doméstico. O *MSN*, o *Skype* e as salas de bate-papo (também frequentemente denominados como *chats*) foram e, parte deles, ainda são muito utilizados nas redes sociais. Mesmo em outras redes sociais como o *Twitter*, a troca de mensagens também é possível pelo recurso de PM (*private message*). Assim como na conversa tradicional, a maior parte da troca de mensagens no *Facebook* e nos demais mecanismos de troca de mensagens pode ocorrer entre duas ou mais pessoas. Por outro lado, há uma série de diferenças que merecem ser destacadas entre as duas modalidades, uma conversa face a face implica em uma série de trocas visuais (caretas, levantar de sobrancelhas, expressões, acenos, toques entre outros) que só podem ser parcialmente retransmitidos digitalmente pelo uso de uma conversa via *webcam* e microfone, ou pelo uso dos supramencionados *emoticons*. Ademais, há outros fatores que tornam diálogos e conversas *online* diferentes das trocas

comunicativas *off-line*. Os teóricos da comunicação e estudiosos da polidez discursiva, por exemplo, frequentemente citam a maneira pela qual algumas conversas, especialmente os *chats* ou com pessoas desconhecidas, são propícias para que conteúdo de ódio seja publicado e que os turnos de falas sejam interrompidos com maior frequência em comparação com uma conversa tradicional (MODESTO, 2011).

Esse tipo de conversação digital, inicialmente denominada como “comunicação mediada por computador” (CMC), atualmente não se restringe aos computadores tradicionais (*desktops* e *notebooks*), mas também se concretizam em *smartphones* e *tablets* que contêm aplicativos (*apps*) especializados na troca de mensagens por dispositivos móveis. Entre os mais notáveis pela popularidade estão o *Whatsapp*, o *Snapchat* e o próprio aplicativo de troca de mensagens do *Facebook* (figura 2). Esses aplicativos permitem a gratuita troca de mensagens apenas com o acesso à Internet, ao contrário dos mais tradicionais SMS’s (*Short Message Service*) que são um serviço geralmente pago às operadoras de celular. É frequente a criação de grupos no *Whatsapp* animados pelos mais diversos temas e assuntos (futebol, família, religião, amigos em comum), o *Facebook* também possibilita a criação de conversas com dois ou mais membros da rede trocando mensagens entre si. Deve-se ressaltar que essas mensagens possuem algumas formas de linguagem tradicionais da Internet e de outros gêneros digitais informais, como as formas de tratamento como “vc”, as risadas por “kkkk” ou “rsrs” (MODESTO, 2011).

Entretanto, em termos comparativos, tampouco é o uso de tais marcadores discursivos a maior diferença entre as mensagens como gêneros digitais e o diálogo tradicional. A possibilidade de enviar uma mensagem *off-line* faz com que a mensagem do *Facebook* e de outras redes sociais e aplicativos sejam muito mais desconexas temporalmente do que uma conversa tradicional. Não faria sentido, em um diálogo tradicional, alguém enunciar algo ao seu interlocutor enquanto este não esteja presente face a face no diálogo. As mensagens *off-line*, por sua vez, permitem que a sequência do diálogo ocorra em determinado tempo depois da última troca de mensagens. Ademais, as mensagens digitais, em uma série de aspectos, possibilitam uma maior fluidez de gêneros do que a conversa tradicional. Pode-se enviar *links* com notícias, propagandas, reportagens, blogues (*blogs*) entre outros gêneros que podem ser acessados por hipertextos. Para elucidar tal afirmação, faz-se necessário esclarecer nossa concepção de hipertextualidade. Embora essa não seja a premissa principal de nosso trabalho, cabe-nos tomar uma posição acerca de tal tema, uma vez que a hipertextualidade é uma das características mais salientes dos gêneros digitais.

Partimos, inicialmente, da interpretação do hipertexto como uma característica que transcende o meio digital.

Em nossa visão ampliada da hipertextualidade, podemos considerar que o hipertexto é mais do que *links* que rompem com a linearidade em determinados momentos da navegação na Internet, na verdade, a própria estrutura dos aparelhos informáticos e a maioria dos *softwares* já pressupõem um usuário que busque e compreenda sua forma hipertextual. Ao se deparar com um conjunto de pastas e arquivos disponíveis em um computador, não se imagina que o usuário deva ler ordenadamente e linearmente todos os arquivos e pastas nele presentes, na tentativa de buscar depreender algum sentido dos arquivos dispostos na

tela do computador, pelo contrário, há uma leitura transversal e seletiva em que o usuário do computador procura e seleciona determinado programa, música, imagem ou texto armazenados na memória do computador, mudando e interagindo ao abrir e fechar os arquivos que o interessam. Postula-se, dessa maneira, que tanto o uso *on-line* quanto o *off-line* dos computadores, seja hipertextual (MODOLO, 2012, p.39-40).

Seguimos com uma visão semelhante em relação à hipertextualidade, embora algumas adições possam acrescentar características importantes dos hipertextos. A primeira delas é oriunda das reflexões engendradas por Machado (2012), na qual há uma associação entre o supramencionado conceito de relações dialógicas do Círculo de Bakhtin com a hipertextualidade. Em sua análise dos enunciados de divulgação científica em jornal e na Internet, Machado enfatiza que os hipertextos são responsáveis por criar relações dialógicas entre enunciados. Mais do que quebrar a linearidade de um enunciado, tal ruptura abre espaço para que uma associação seja feita entre os dois enunciados, tendo como resultado uma relação dialógica hipertextual cujo significado variará de sentido dependendo do conteúdo verbal e dos hipertextos presentes nos enunciados.

Figura 3. Hipertextualidade e gêneros digitais



Na imagem acima (figura 3), há um exemplo de como as mensagens do *Facebook* facilmente podem adicionar conteúdo visual (desenhos, fotografias, pinturas, vídeos etc.) e hipertextual (um *link* para o *site* da revista Galileu e potencialmente para qualquer outro *site* da Internet) em seu corpo. De fato, poderíamos afirmar que em um bate-papo comum é possível interromper uma conversa para mostrar uma reportagem em uma revista, ou mostrar um desenho rabiscado em um caderno e isso também poderia ser uma ruptura da linearidade de uma conversa. Entretanto, a hipertextualidade digital acaba sendo muito mais fluída. Há uma grande tendência do usuário em uma rede social alternar a execução de uma série atividades

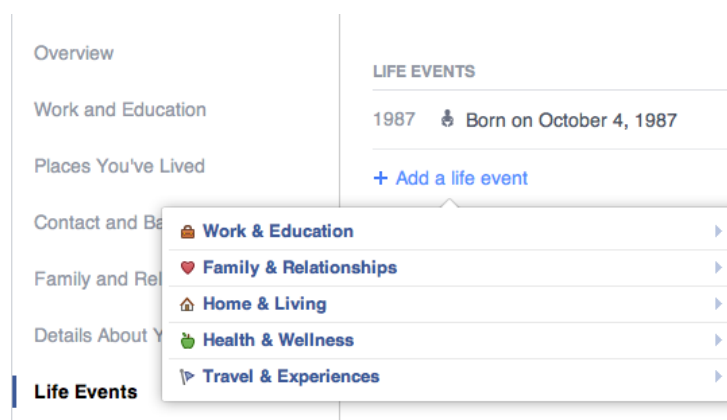
simultaneamente, fazendo com que ele por meio de *clicks* passe de uma aba do navegador para outra: abrir um vídeo postado por outro amigo, procurar por *torrents* para *download*, entre outras ações paralelas que um usuário usualmente executa em sua leitura hipertextual. A hipertextualidade, portanto, permite a adição de uma série de outros gêneros no conteúdo digital, promovendo a flexibilidade e plasticidade da comunicação na Internet. Ao analisar a obra de Bakhtin, é possível constatar que tal fluidez já era possível em conversas tradicionais, o autor cita a maleabilidade que nos permite moldar nosso discurso por diferentes formas de gêneros. “Até mesmo no bate-papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas” (BAKHTIN, 2010a, p.282). A hipertextualidade adiciona novas nuances para a ruptura de conversas “padronizadas”, pois é um dos mecanismos que possibilitam a quebra da linearidade na comunicação por gêneros digitais.

Dessa forma, verifica-se que o diálogo, costumeiramente já considerado mais livre e maleável do que outros gêneros – principalmente na comparação com os gêneros burocráticos como os já citados formulários de inscrição –, é ainda mais livre em sua forma digital em relação aos turnos de fala, à facilidade de inserir hipertextos, à mudança repentina de temas e o fim abrupto de troca de mensagens e interação verbal.

3. Os gêneros digitais nas páginas de divulgação científica no *Facebook*

As revistas de divulgação científica tradicionalmente são ocupadas por gêneros como reportagens, anúncios publicitários, entrevistas, notícias, entre outros. Em termos gerais, o conteúdo temático das publicações selecionadas como *corpus* de nossa análise é semelhante aos das revistas que inspiraram as páginas no *Facebook*. Por outro lado, a pluralidade de gêneros nas páginas de divulgação científica no *Facebook* é expressa de uma maneira distinta das publicações em sua forma tradicional.

Figura 4. Eventos da vida (*life events*)



Enquanto as revistas de divulgação científica normalmente apresentam notícias, reportagens e artigos de forma paulatina no decorrer das suas páginas, as publicações no *Facebook* ocorrem pela publicação de *posts* na linha do tempo (*timeline*). A ideia dessa rede social é possibilitar a criação de uma linha na qual se

publicam ou enunciados com temas e interesses pessoais, notícias e hipertextos que o usuário queira postar (em caso de uma linha do tempo pessoal) ou atualizações referentes ao tema de uma determinada página. As páginas com linha do tempo no *Facebook* são as mais variáveis possíveis: times de futebol, cantores, artistas, divulgação científica, associações acadêmicas etc. No caso da linha do tempo de um usuário é possível atualizar informações biográficas, isto é, eventos da vida (*life events*) nos quais são possíveis a publicação de atividades do usuário: viagem, início de emprego, novo relacionamento amoroso e, até mesmo, o começo de uma nova dieta.

Figura 5. Gênero propaganda postado pela *Superinteressante*

S Revista Superinteressante
December 20, 2014 · 🌐

Uma revista para ler, pesquisar e guardar. Assine a SUPER!
<http://abr.ai/1AdD8xm>

Para alguns, dinheiro é a maior riqueza do mundo. Na real, conhecimento é o que vale. E ele não destrói.

Assine SUPER por 1 ano com 20% de desconto
Acesse o link acima e aproveite.

Assine a SUPER com 20% de desconto!
ASSINE.ABRIL.COM.BR

Like · Comment · Share

👍 57 people like this.

➦ 1 share

Write a comment...

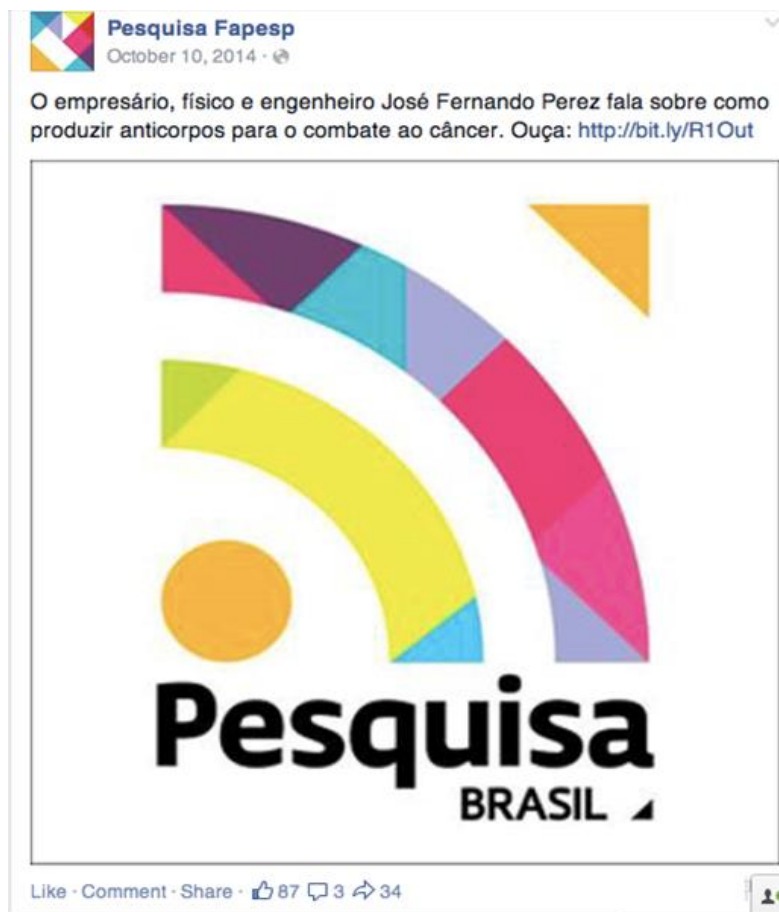
Possivelmente, uma das maiores motivações para as revistas de divulgação científica criarem páginas oficiais no *Facebook* seja a possibilidade de criar propagandas e enunciados capazes de fazer com que os usuários dessa rede social sejam novos assinantes da revista. Por essa razão, é frequente a publicação de *posts* nos quais elas convidam os usuários do *Facebook* a assinarem a revista. No caso do exemplo acima (figura 5), um *post* semelhante foi publicado na semana anterior, dia 16 de dezembro de 2014, com a mesma promoção com 20% de desconto para a assinatura da revista *Superinteressante*. Percebe-se que tanto no setor do *post* de conteúdo essencialmente verbal, quanto no setor do *post* de conteúdo verbo-visual, há indicativos dos motivos pelos quais a assinatura da revista é desejável. Primeiramente há uma ênfase nas qualidades da revista “Uma revista para ler, pesquisar e guardar”. Essa parte do enunciado também se

relaciona com a diferença do digital e da cópia física da revista. Nos arquivos digitais da revista (*site* oficial, *blogs*, redes sociais) não é possível armazenar o conteúdo da revista da mesma maneira que a cópia impressa, por isso o verbo imperativo no final, “Assine a SUPER”. O conteúdo visual também se relaciona com o sentido geral do enunciado uma vez que há uma imagem em miniatura da capa da revista e da mão esmagando o globo tanto na capa, quanto no canto esquerdo da imagem. A matéria destacada na capa da revista versa precisamente sobre os “ultraricos”, homens que controlam corporações bilionárias e que controlam o globo. Aproveitando o ensejo da capa, aproveitou-se para opor o controle econômico (“Para alguns, dinheiro é o a maior riqueza do mundo”) em relação ao poder cultural (“Na real, conhecimento é o que vale. E ele não destrói”). Paradoxalmente, apesar de exaltar o capital cultural possível de ser acessado pela assinatura da revista, o enunciado verbal não deixa de enfatizar os benefícios econômicos da assinatura com desconto (“Acesse o *link* e aproveite”).

Machado-Ferraz (2007) assinala que os gêneros digitais também podem ser considerados “gêneros hipertextuais” e, dessa forma, acrescentar outros gêneros e semioses no corpo do texto através de *links*. Em relação ao *Facebook* nota-se que, embora possamos tratar o *post* na linha do tempo como o gênero que essencialmente produz as atualizações nas páginas do *Facebook*, uma série de gêneros participam na sua composição diretamente ou por meio de relações dialógicas hipertextuais que culminam em outros gêneros. Para compreender tal fenômeno, é possível destacar a concepção de gêneros intercalados de Bakhtin. Inicialmente o autor elaborou tal conceito para compreender a maneira pela qual os mais diferentes gêneros adentravam um outro gênero, isto é, o romance.

O papel desses gêneros intercalados é tão grande que pode parecer que o romance esteja privado de sua primeira abordagem verbal da realidade e precise de uma elaboração preliminar desta realidade por intermédio de outros gêneros, ele mesmo sendo apenas uma unificação sincrética, em segundo grau, desses gêneros verbais primeiros (BAKHTIN, 1998, p.125).

Embora tal paralelo possa ser estabelecido – entre características dos gêneros digitais e dos intercalados – deve-se ressaltar que os gêneros digitais possuem uma fluidez muito maior, pois cada hipertexto tem o potencial de adicionar um diferente gênero. A composição heterogênea dos enunciados publicados no *Facebook* pode ser igualmente sublinhado no exemplo abaixo (figura 6). Em tal *post* observa-se uma breve apresentação de José Fernando Perez, “empresário, físico e engenheiro”, e sobre o conteúdo da entrevista que pode ser ouvida através do acesso ao hipertexto no final do conteúdo verbal “fala sobre como produzir anticorpos para o combate ao câncer”. Comparativamente com a figura 5, pode-se sublinhar algumas características em comum capazes de nos dar os primeiros indícios do estilo das publicações no *Facebook*. Os enunciados verbais tendem a ser breves em termos de volume, utiliza-se com frequência verbos flexionados no imperativo ao final, ou no decorrer desses enunciados curtos “aproveite, veja, assine, ouça, entre outros”.

Figura 6. Gênero *post* com entrevista em rádio como hipertexto

Uma possibilidade de explicação para a motivação de enunciados breves é a competição com outros enunciados postados no *Facebook* e pela fluidez da leitura hipertextual e seletiva feita pelos usuários. É apenas acessando o hipertexto ao final do enunciado que o usuário terá acesso ao conteúdo completo. Sendo assim, os *posts* no *Facebook* atuam como um chamariz para que se acesse outros conteúdos fora dessa rede social. Em ambos os casos acessamos a página oficial da *Superinteressante* e *Pesquisa FAPESP* respectivamente, no caso do hipertexto presente na figura 5, acessa-se um formulário para assinatura da revista, já na figura 6 é possível saber mais detalhes biográficos sobre José Fernando Perez, como o fato dele ter sido diretor científico da FAPESP entre 1993 e 2005, assim como seu interesse pela música clássica e de que a entrevista foi conduzida pela *Rádio USP*. Pode-se, caso se acesse um segundo hipertexto, ter acesso ao *podcast* da entrevista ou ainda baixá-lo no formato de *mp3*. Se no aspecto verbal o conteúdo dos enunciados tende a ser relativamente sucinto e com poucos detalhes, sendo apenas uma chamada para o conteúdo maior a partir do acesso ao hipertexto, deve-se ressaltar que nossa análise prévia demonstra uma grande variabilidade de conteúdos e gêneros disponíveis a partir do acesso ao hipertexto. É provável que tal brevidade se deva ao interlocutor presumido, no geral, pelas publicações de divulgação científica em uma rede social como o *Facebook*, na qual se pressupõe que a maior parte dos usuários da rede estejam ali para ver conteúdos mais leves e ler de forma rápida e simples, até saltar para a próxima publicação. Deve-se

relembrar que muitos dos usuários acessam a rede por dispositivos móveis, tornando menos agradável a leitura de períodos muito longos por conta dos caracteres estarem reduzidos por conta das dimensões da tela.

Figura 7. Gênero *post* com uma notícia como hipertexto: temas relevantes e recentes

Scientific American Brasil
September 3, 2014 · Edited ·

Médico detalha tratamento que curou pacientes com Ebola.
Procedimentos para aliviar sintomas e controlar o vírus, aliados a
medidas básicas de segurança para os profissionais de saúde, permitiu a
cura de dois pacientes americanos sem provocar infecções secundárias.
<http://goo.gl/XPzTT4>
Imagem de divulgação

ATLANTA, USA
U.S. DOCTOR CURED OF EBOLA AND RELEASED
He had been working with patients in Liberia
NEWS
S 100m BACKSTROKE | PAN PACS: FRASER-HOLMES WINS 20 | HOB 17 | 5:32

Like · Comment · Share · 37 13

A publicação presente na figura 7 tem como conteúdo temático um tópico relevante e recente. Observa-se, no exemplo acima, a supramencionada fluidez de gêneros e semioses atribuída aos hipertextos. Nesse caso, o gênero *post* além de sintetizar o conteúdo da notícia, possui um hipertexto para a mesma. Os assuntos atuais são uma fonte de discussões frequentemente empregados pelas revistas de divulgação científica em nossas análises. As eleições de 2014, o ebola e a crise hídrica foram respectivamente tratados pela *Superinteressante*, *Scientific American Brasil* e *Pesquisa FAPESP* nas suas páginas do *Facebook*. Verifica-se na figura 7 procedimentos que delineiam o uso de publicações da divulgação científica no *Facebook*: i) mais uma vez o encerramento do conteúdo verbal ocorre com a publicação de um hipertexto que dá acesso ao *site* oficial e informações adicionais (nesse caso o *site* da *Scientific American Brasil*); ii) apesar de ser um relativamente mais extenso que os enunciados presentes nas figuras 5 e 6, o conteúdo verbal tem volume relativamente pequeno se comparado à entrevista completa com o médico que pode ser acessado pelo hipertexto; iii) o enunciado majoritariamente visual das figuras 6 e 7 não nos auxiliam a ter uma melhor

compreensão da produção de anticorpos para o combate ao câncer, tampouco de como funciona o tratamento para a recuperação do vírus ebola.

Por fim, faz-se necessário frisar a heterogeneidade dos gêneros acessados pelo hipertexto, pois apresentaram relativa variação (formulário de assinatura, apresentação biográfica, entrevista). Apesar dessa variação, ressalta-se o acesso ao *site* oficial da revista nos hipertextos acessados como mecanismo indireto de propaganda, algo observado nas três últimas figuras analisadas.

4. Considerações Finais

Durante o presente artigo foi possível observar a grande variação temática e de gêneros presentes no *Facebook*. A partir da popularização dessa rede social *online*, o número de diferentes temas e a diversidade linguístico-discursiva dos tópicos debatidos pelos usuários, páginas e grupos do *Facebook* tendem a se ampliar ainda mais com o gradativo aumento de usuários oriundos de diferentes culturas, classes sociais, faixa etária e países.

Assim como o *Twitter*, *Pinterest*, *Google+* e outras redes sociais, não é possível considerar o *Facebook* como um único e exclusivo gênero. Demonstramos como há uma série de gêneros envolvidos na composição da rede: formulário de cadastro, propaganda, *post*, comentários etc. Além das supramencionadas diversidade de áreas de atividade humana envolvidas e da pluralidade temática, verificamos que parte dos gêneros possuem correspondências com o mundo *off-line* (conversas) e outros são criações provenientes da Internet (por exemplo, atualizações em *posts*). De qualquer maneira, mesmo os gêneros digitais que possuem semelhanças com gêneros tradicionais e anteriores à popularização da Internet, possuem características distintas como os turnos de fala menos regrados, com interrupções e usos de *emoticons* e hipertextos.

Finalmente, observamos o uso do *Facebook* por algumas revistas brasileiras de divulgação científica. As revistas *Superinteressante* e *Scientific American* possuem interesses editoriais e comerciais que as fazem utilizar a rede como forma de propaganda para venda de revistas. No referente ao conteúdo temático de divulgação científica, verificamos que tais revistas divulgam conteúdos atuais e relevantes para a sociedade. No quesito estilístico há determinadas especificidades nos enunciados publicados nas páginas das revistas no *Facebook*, ressalta-se a ocorrência de enunciados mais curtos e uso de hipertextos para se possibilitar o acesso ao conteúdo completo publicado geralmente em seus *sites* oficiais. Sugeriu-se, como hipótese, que tal característica estilística possa estar relacionada com a grande quantidade de publicações simultâneas e a competição por atenção no *Facebook* gerada por tal cenário, assim como a dificuldade de ler textos extensos em dispositivos móveis. Mais pesquisas são necessárias para compreender completamente as motivações e características temáticas e estilísticas dos *posts* de revistas de divulgação científica no *Facebook*, assim como dos *posts* elaborados por outros usuários da rede em sua pluralidade e variabilidade.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. Trad. de Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- _____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: MartinsFontes, p.261-306, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail.; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CROMPTON, Diane; SAUTTER Ellen. **Find a job through social networking**: use LinkedIn, Twitter, Facebook, Blogs and more to advance your carrer. Indianapolis: Jist Works, 2010.
- DUNAY, Paul; KRUEGER, Richard; ELAD Joel. **Facebook advertising for dummies**. Hoboken: Wiley, 2010.
- LEVINSON, Matt. **From fear to Facebook**: one school's journey. Washington: Iste, 2010.
- MACHADO, Flavia. **Hipertextualidade**: uma abordagem bakhtiniana sobre relações dialógicas entre enunciados em rede. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-14032013-095711/>>.
- MACHADO-FERRAZ, Flavia. **Gêneros da divulgação científica na internet**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01112007-140734/>>.
- MEHDIZADEH, Soraya. **Self-Presentation 2.0**: Narcissism and Self-Esteem on Facebook. *Cyberpsychology, behavior, and social networking*, v.13, n.4, 2010. pp. 357-364,
- MODESTO, Artarxerxes. **Processos interacionais na Internet**: análise da conversação digital. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22082012-112441/>>.
- MODOLO, Artur. **Hipertextualidade e relações dialógicas no gênero digital microblog político dos candidatos à presidência do Brasil nas eleições 2010**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-11042013-125748/>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- VEER, Vander. **Doing business on Facebook**: the mini missing manual. Sebastopol: O'Reilly Media, 2010.
- WAGNER, Richard. **Building Facebook applications for dummies**. Hoboken: Wiley, 2008.
- ZHAO, Shanyang; GRASMUCK, Sherri; MARTIN, Jason. Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationship. *Computers in Human Behavior*, n.24, 2008, pp. 1816-1836.

Fluidez poética: o preenchimento dos contornos na poesia experimental

Carolina TOMASI¹

Resumo: *Algumas questões, foco deste artigo, norteiam minha proposta de exercícios de leitura da poesia experimentalista que tem como apoio a semiótica de linha francesa (estou desenvolvendo teste com voluntários; o resultado final sairá no final de 2016; neste artigo constam apenas os exercícios feitos por mim): (1) como o objeto e a teoria de base são os mesmos, poderemos esperar resultados semelhantes dos voluntários? (2) se os resultados forem diferentes entre os dez voluntários, que implicações poderemos tirar para nossa pesquisa? (3) embora saibamos que um mesmo poema experimental (o escolhido para teste) desencadeia várias possibilidades de leitura, porque se trata de um texto altamente polissêmico e com várias possibilidades de sentido, não seria de esperar um resultado aproximativo quando a leitura é feita exclusivamente por semioticistas? (4) como os voluntários-leitores selecionados lidarão com a questão do imanentismo no objeto literário? (5) quantos voluntários utilizarão outras teorias linguísticas? (6) quantos voluntários utilizarão outras áreas do conhecimento, como a filosofia, por exemplo? (7) como os contornos são preenchidos nas propostas dos exercícios de leitura da poesia experimentalista? Essas e outras questões norteiam o artigo que segue.*

Palavras-chave: *linguística; semiótica; literatura; poesia experimentalista; exercícios de leitura*

1. Introdução

Durante o doutorado, submeti vários poemas neobarrocos ao exercício de leitura, realizado com base na semiótica tensiva, bem como em algumas teorias linguísticas. Como meu objetivo é testar o uso da semiótica tensiva em objetos literários, particularmente na poesia experimental, selecionarei poemas de Affonso Ávila, Haroldo de Campos e Arnaldo Antunes, submetendo-os, inicialmente, ao exercício de leitura, para verificar como a metodologia da semiótica vem sendo utilizada nas análises de poesias e que resultados ela tem alcançado.

Duas considerações constituem justificativa para essa pesquisa: (1) se o resultado alcançar bom êxito, visto que se trata de um objeto complexo, como é a poesia experimental, poderemos concluir que a semiótica tem cumprido seu papel na leitura de textos literários e tem a possibilidade de adentrar, ainda mais, outras áreas do conhecimento; (2) se, todavia, verificarmos que os exercícios de leitura, realizados por semioticistas, levaram a lugares, a análises e a resultados muito diferentes (o poema escolhido será igual para todos os voluntários submetidos ao teste - observo que o teste com os voluntários ainda está em andamento; por isso não demonstraremos neste artigo o resultado final), poderemos inferir a necessidade de refinamento da teoria, das reflexões e do diálogo com outras áreas do conhecimento, seja da linguística, seja da filosofia, seja da literatura. Em um segundo momento (nos próximos meses), poderá ser necessário confrontar os resultados da leitura feita pelos voluntários semioticistas com resultados de leituras a serem

¹ Doutora em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, realizando Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística na mesma universidade, sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Vicente Pietroforte. Bolsista CAPES. E-mail: tomasicarol@usp.br

realizadas por não semioticistas (linguistas/letras/filosofia). Acreditamos que o grupo de não semioticistas poderá apresentar contribuições relevantes para a semiótica ou para os exercícios de leitura de objetos poéticos experimentais.

Há algumas questões que norteiam meu exercício de campo: (1) como o objeto e a teoria de base são os mesmos, poderemos esperar resultados semelhantes? (2) se os resultados forem diferentes entre os dez voluntários, que implicações poderemos tirar para nossa pesquisa? (3) embora saibamos que um mesmo poema experimental (o escolhido para teste) desencadeia várias possibilidades de leitura, porque se trata de um texto altamente polissêmico e com várias possibilidades de sentido, não seria de esperar um resultado aproximativo quando a leitura é feita exclusivamente por semioticistas? (4) como os voluntários lidam com a questão do imanentismo no objeto literário? (5) quantos dos voluntários utilizarão outras teorias linguísticas? (6) quantos dos voluntários utilizarão outras áreas do conhecimento, como a filosofia, por exemplo?

Além disso, tenho em vista, num futuro bem próximo, o diálogo com o Prof. Dr. Marcello Modesto para discutir como a linguística gerativa/cognitiva pode me auxiliar na questão do preenchimento dos elos sintáticos na poesia experimentalista (cf. exemplo, ao longo deste projeto, do poema “Pilar”, de Affonso Ávila).

Os testes deste artigo, que foram realizados por mim, constituem laboratório de semiótica em poesia experimental. Reforço, mais uma vez, que os testes com os voluntários está em andamento; por isso, não os revelei aqui. Neste artigo, revelo apenas o teste feito por mim, que originou a ideia de testá-lo com voluntários. Esse esclarecimento faz-se necessário para o entendimento das propostas deste texto.

Passo a seguir a discutir, por meio dos exercícios de leitura, a atuação da semiótica na leitura da poesia experimental.

2. Affonso Ávila: amostra de exercício de leitura

Na poesia experimentalista, a literatura labiríntica estrutura-se pelo *segredo* (ser e não parecer, cf. GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 391 e 487-488). E o que Greimas e Courtés chamam de *segredo*? Na primeira acepção do termo, os autores convocam o conceito de *suspensão* da antiga retórica. Trata-se de uma estratégia em que o orador mantém por algum tempo seu auditório em expectativa (em segredo), sob enigma. Para eles,

a suspensão surge como um dos “propulsores dramáticos” do discurso narrativo. Se bem que sua **teoria se ache longe de estar elaborada**, parece que ela se manifesta inicialmente como a projeção de categorias paradigmáticas sobre o eixo sintagmático do discurso. Assim, por exemplo, o surgimento, na narrativa, da função proppiana “instauração da falta” produz um suspense, uma expectativa da função “liquidação da falta”. O procedimento parece mais elaborado e mais complexo ainda quando, por exemplo, a suspensão da modalização epistêmica faz surgir, num momento dado, um fazer informativo neutro, **provocando assim**

uma “**inquietação**” no enunciatário, abandonado na ignorância do estatuto veridictório do saber recebido. Em outros casos - o da isotopia do secreto, por exemplo -, a dificuldade reside no reconhecimento das marcas do secreto, vale dizer, a alusão que insinua que o *não parecer* esconde pelo menos um *ser*: é evidente que sem essas marcas o secreto não existiria (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 448-449, destaques nossos).

Na acepção 2 do verbete, os autores mencionam ainda que a *suspensão*, promotora do drama, das tramas experimentais, estava longe de ser elaborada teoricamente. Hoje, a teoria do acontecimento de Zilberberg (2006a, 2011) talvez constitua um refinamento do conceito da *suspensão*.

O conceito greimasiano de *suspensão* antecipa, de certa forma, o conceito de acontecimento, quando afirma que a suspensão se manifesta como projeção do paradigmático sobre o sintagmático (função poética de Jakobson). E que relação tem o acontecimento com a *função poética* e com a *suspensão retórica*?

No *Dicionário Houaiss* (2001), *suspensão* é

Ato ou efeito de suspender, **interrupção temporária**;
 [...]
 Estado de elevação espiritual e de **fruição estética; êxtase**;
 Estado de ansiedade, devido à **incerteza do que vai acontecer**;
 [...]
 Espécie de **miragem incompleta**, na qual os objetos parecem suspensos no ar;
 Interrupção intencional de uma frase; pausa, reticência.

Do estudo do verbete, depreendemos o que Zilberberg (2007, p. 25; 2011, p. 235) propõe como *acontecimento* (sobrevir + impacto + concessão):

- (a) *Interrupção temporária*: intensidade da parada (o susto).
- (b) *Fruição estética*, estado de êxtase: consequência da acentuação da tonicidade sensível do objeto estético.
- (c) *Incerteza do que vai acontecer*: o *sobrevir* é uma premissa para o acontecimento, que é concessivo (ZILBERBERG, 2007, p. 25).
- (d) *Miragem completa*: o sujeito, invadido pelo objeto, fica surpreso e desmantelado.

Segundo o mesmo dicionário, sujeito “suspense” é aquele que, pelo estado de maravilhamento diante do objeto, permanece suspenso por alguns instantes em suas ações cognitivas; assim, invadido por algum acontecimento/maravilhamento, o enunciatário mantém-se em suspensão, desarranjando-se em perplexidade sensível. E esse é o caso do enunciatário diante dos poemas experimentalistas, como os de Affonso Ávila e Haroldo de Campos, no Brasil, e os de Nanni Balestrini e Edoardo Sanguineti (parte de meu *corpus* no pós-doc), na Itália. No entanto, por se tratar de um desafio cognitivo, a suspensão inicial, que é sensível, cede lugar posteriormente a uma operação intelectual: a descoberta do objeto.

Com base no verbete greimasiano de *suspensão*, entendemos também que ela se manifesta quando da *projeção do paradigmático sobre o sintagmático*. E o que ocorre quando o paradigma se projeta no sintagma? Em outras palavras, o que acontece quando uma oposição em ausência, virtual, presentifica-se, provocando um estranhamento, um maravilhamento?

Zilberberg (2011, p. 103-105) elucida-nos a questão, mencionando a diferença de *velocidade* entre as escolhas paradigmáticas e as combinações sintagmáticas em um mesmo poema.

Os experimentalistas do grupo brasileiro e do Gruppo 63 italiano, ambos atuantes a partir do final do século XX, descobriram a importância da música no andamento dos objetos poéticos. Muitos poemas experimentais chamam a atenção justamente por contemplarem diferentes andamentos melódicos, que ora são mais vívidos e mais rápidos, ora menos vívidos e menos rápidos. No caso de esmaecimento de contornos formais, constante do poema “Pilar”, de Affonso Ávila, por exemplo, as determinações de vivificação do andamento, presentes no enunciado, se fazem pela concomitância de assimetrias dentro de um mesmo poema, mas essas oscilações não se estabelecem apenas comparativamente entre Affonso Ávila e Nanni Balestrini; elas podem ocorrer entre uma estrofe e outra de um mesmo enunciado poético.

Pelo recurso saussuriano da *linearidade*, o verso não poderia conter quebras inesperadas. Cada verso teria seu próprio andamento e sua linha seguiria “sem quebra” até o final dele, o que não é o caso do poema “Pilar”, de Affonso Ávila:

Pilar
 & em triunfo
 eu tributo p
 edra sobre p
 edra & em tr
 iunfo eu tri
 buto ouro so
 bre ouro & e
 m triunfo eu
 tributo temp
 o sobre temp
 o & em triun
 fo eu tribut
 o livro sobr
 e livro & em
 triunfo eu t
 ributo ela s
 obre elas &
 (ÁVILA, 2008).

Como vimos, os versos do poema *experimentalista* “Pilar”, ao contrário das quebras esperadas, contêm quebras inesperadas nas sílabas, no meio da palavra, ou seja, há um rompimento na organização linear dos sintagmas, o que implica uma *oscilação de andamento*, conforme a quebra abrupta estabelecida. Um poema, que cultua visivelmente o verso, ou não experimental, por sua vez, sem quebras abruptas, apresenta uma homogeneidade de andamento, mais tênue, em relação aos poemas experimentais de Ávila.

Na coluna da *direita* do quadro 1, “remontamos” para um exercício de leitura os versos de Affonso Ávila, segundo o *princípio da linearidade* saussuriana. Nesse caso, teríamos uma poesia próxima dos enunciados analítico-discursivos, em que prevalece a linearidade do eixo sintagmático, atenuando o sensível e antecipando o reconhecimento inteligível, uma vez que não se encontram escancaradas, em presença

visível, as escolhas paradigmáticas. Na poesia linear discursiva, o sintagma é explicitado como nos discursos de prosa.

Na coluna da *esquerda* do quadro 1, a verticalidade paradigmática é explicitada, tonificando sensivelmente o enunciado poético, pois que não é constituído por versos lineares. O poema, percebido visualmente, é um bloco, um poema visual (inteligivelmente desacelerado). Quando as escolhas paradigmáticas, *in absentia* no processo, revelam-se na poesia e vivificam o sensível, elas obnubilam o sintagma, que será então reconhecido pelo enunciatário (se não explicitada a organização sintagmática, o objeto visual pode não sobreviver, cf. ZILBERBERG, 2006b, p. 200).

Façamos uma amostra de exercício de leitura:

Quadro 1. Exercícios de leitura: “Pilar” (p. 284), de Affonso Ávila (2008)

<p style="text-align: center;">Pilar</p> <p style="text-align: center;">& em triunfo eu tributo p edra sobre p edra & em tr iunfo eu tri buto ouro so bre ouro & e m triunfo eu tributo temp o sobre temp o & em triun fo eu tribut o livro sobr e livro & em triunfo eu t ributo ela s obre elas &</p>	<p style="text-align: center;">Cinco processos sintagmáticos explicitados</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. [& em triunfo eu tributo pedra sobre pedra] 2. [& em triunfo eu tributo ouro sobre ouro] 3. [& em triunfo eu tributo tempo sobre tempo] 4. [& em triunfo eu tributo livro sobre livro] 5. [& em triunfo eu tributo ela sobre elas] <p style="text-align: center;">&</p>
<p style="text-align: center;">Poesia visual</p>	<p style="text-align: center;">Poesia analítico-discursiva</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Explicitação do paradigma: prevalece sobre o sintagma, desorganizando-o. - Vivificação do sensível e desaceleração do inteligível. - Tonificação da catálise ou do preenchimento (HJELMSLEV, 1975, p. 99-101). 	<ul style="list-style-type: none"> - Prevalece o caráter da linearidade sintagmática. - Atenuação sensível e aceleração inteligível. - Atenuação da catálise ou do preenchimento (HJELMSLEV, 1975, p. 99-101).

Pelo exercício de leitura realizado, salta à vista que essas poesias experimentais configuram-se da ordem da complexidade, ou seja, duas leituras são possíveis: (a) se feita uma leitura simultânea, depreendo um poema visual; (b) se demoro na leitura, arriscando o reconhecimento dos elos cognitivos, depreendo um poema da ordem da linearidade dos significantes (poesia sonora por excelência), característica de qualquer sintagma da língua natural.

A disposição linear dos versos, exercício da coluna da direita, funciona para efeito de demonstração, visto que, aos olhos do poeta ou do enunciatário fruidor, destruiria a obra, o objeto estético. No enunciado

original do poema “Pilar” (coluna à esquerda do quadro 1), depreendemos a manifestação de andamentos diversos, construídos pela escolha de uma organização sintagmática inesperada. Mallarmé (In: CAMPOS; PIGNATARI; CAMPOS, 2010, p. 151-152; citado também por ZILBERBERG, 2011, p. 106) menciona, no prefácio de *Um lance de dados jamais abolirá o acaso*, que a distância que mentalmente separa grupos de palavras ou palavras entre si “afigura-se o acelerar por vezes e o delongar também do movimento, escandindo-o, intimando-o mesmo segundo uma visão simultânea da Página: esta agora servindo de unidade como alhures o Verso ou linha perfeita”.

Observemos os dispositivos formais no poema “Pilar”, constante de *Cantaria barroca* (ÁVILA, 2008, p. 284), obra escrita entre 1973 e 1975. Num exame inicial, não podemos desconsiderar que *Cantaria barroca* compreende um conjunto de poemas que tratam de eventos e objetos seiscentistas, que têm como espaço a cidade de Ouro Preto: a estrada real, a praça Tiradentes, o relógio da casa de câmara, o Museu da Inconfidência, o Hospício da Terra Santa, a ponte do Xavier, o palácio da Rua Nova, o Beco do Escorrega, a Casa de Gonzaga, a Igreja de São Francisco de Assis, a procissão do Triunfo, a Casa da Ópera, o Chafariz da Glória, o Largo da Alegria, o Cemitério dos Pardos de São José, a Casa dos Contos.

“Pilar”, especificamente, figurativiza uma igreja de Ouro Preto.

O poema explora o dispositivo visual na mancha da página, em que a sucessão dos versos estreitos configura um pilar (coluna). O grafema & perpassa todo o poema e toda a obra *Cantaria barroca* de Affonso Ávila, iniciando e finalizando os poemas e produzindo um efeito visual que parece reproduzir uma coluna barroca cheia de ornatos.

“Pilar” seria um caso de ruptura e de teatralização da crise de verso? Onde estariam os versos, quando temos diante dos olhos uma mancha vertical espalhada pela página?

Os símbolos gráficos & marcam o início de cada um dos versos. O destaque da linha no branco da página não é o mesmo da pausa da dicção do verso, nem de um processo sintagmático comum. No poema, a quebra visual não se faz pela medida, nem pelo ritmo, uma vez que o verso do final do século XX opera casualmente a quebra da linha, mas não da ruptura do verso ou do ritmo. A regularidade rítmica faz-se pela cisão do verso a cada símbolo gráfico &.

Nos casos de intensificação do experimentalismo, como se deu em “Pilar”, um poema estilhaçado em forma de coluna, convoquei também a linguística cognitiva como auxiliadora na “montagem intelectual” da nova distribuição. Vejamos a proposta de leitura:

& em triunfo eu tributo pedra sobre pedra
 & em triunfo eu tributo ouro sobre ouro
 & em triunfo eu tributo tempo sobre tempo
 & em triunfo eu tributo livro sobre livro
 & em triunfo eu tributo ela sobre elas
 &

Escandindo o poema, teríamos:

& em/ tri/**un**/fo eu/ tri/**bu**/to/ **pe**/dra/ so/bre/ **pe**/dra

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

& em/ tri/**un**/fo eu/ tri/**bu**/to/**ou**/ro/ so/bre/ **ou**/ro

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

& em/ tri/**un**/fo eu/ tri/**bu**/to/ **tem**/po/ so/bre/ **tem**/po

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

& em/ tri/**un**/fo eu/ tri/**bu**/to/ **li**/vro/ so/bre/ **li**/ vro

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

& em/ tri/**un**/fo eu/ tri/**bu**/to/ **e** /la/ so/ bre/ **e**/ las

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

Nos alexandrinos de “Pilar, como podemos verificar na escansão proposta, o afastamento do esquema rítmico tradicional (primeiro esquema: acentuação na 6ª e 12ª sílabas métricas; segundo esquema: acentuação nas 4ª, 8ª e 12ª sílabas métricas) evidencia uma acentuação rítmica na 3ª, 6ª, 8ª e 12ª sílabas, que parece justificar-se pela necessidade de criação de uma sonoridade ímpar, categoria de *singularidade* que se homologa com a soberania da Igreja do Pilar sobre as outras, ELA sobre ELAS. Assim, a ampliação da acentuação empresta ao poema certa vivificação formal contrastante com a arquitetura de um verso alexandrino tradicional que não seria suficientemente forte para os motivos do poema. Observa-se também que a atribuição de maior força à terceira sílaba poética dá-se com uma sílaba fechada nasal que implica maior duratividade (“un” de *triunfo*). *Triunfo* figurativiza a procissão do século XVII que ocorreu em Ouro Preto, assinalando a transferêcia do Santíssimo para a Igreja do Pilar.

Nesse sentido, se houvesse puro imanentismo, não seria possível considerar esse fato histórico. Além disso, considero as relações entre conteúdo e expressão históricas, uma vez que toda produção humana se faz imersa em um tempo discursivo. Se não consideradas históricas, teríamos, então, uma questão para as análises estritamente imanentistas. Deixar de falar, por exemplo, da grande festa do traslado do Santíssimo para a Igreja do Pilar para se ater simplesmente em considerações sobre a forma é talvez afogar-se no imanentismo quando poderíamos nos valer de outros elementos que o texto faz vir à tona.

A polêmica sobre dentro do texto VS. fora do texto (para Greimas, “fora do texto não há salvação”) também me leva a questionar e a discutir juntamente aos colegas semióticos; quando nos deparamos com uma análise que incorpore dados “do conhecimento enciclopédico”, como os que mostro na leitura de Pilar (“a procissão do Triunfo – traslado do Santíssimo”), estamos tratando de algo que faça parte do texto? Entre nós, há uma discussão corrente sobre o que, em um ato analítico, escapa ao imanentismo.

Minha análise, quando incorpora elementos da história de Ouro Preto, cidade do poeta Affonso Ávila, estaria comprometendo ou arriscando o modelo semiótico consagrado? Quiçá fosse preciso um aprofundamento do que seja, de fato, a proposta de leitura imanente dos objetos de arte. Será que é mesmo

possível manter-se arraigado ao imanentismo? Talvez falte às reflexões o reconhecimento dos limites de uma análise estritamente centrada na imanência e na autonomia do texto literário. Incorporar o diálogo com outras teorias linguísticas e com outras áreas das ciências humanas, sem deixar de considerar a estrutura do texto, mas assumindo que nossas pesquisas conhecem certos limites, pode ser o primeiro de um grande passo rumo a um refinamento das reflexões sobre imanência.

Continuando nossa leitura: no poema, organizou-se o enunciado de forma que a palavra *trunfo* fosse distribuída estrategicamente, colocando-a no início (3ª sílaba acentuada) de todos os versos; marca-se assim um ritmo que dá saliência ao som vívido “UN” na batida do poema, de intensidade sonora mais forte: *ascendência* no significante, em “UN” (categoria sonora acentuada), homologa-se com *ascendência* no conteúdo (a Igreja do Pilar sobre todas as outras de Ouro Preto).

Ao lado do parecer discursivo, temos os versos alexandrinos, que não confirmam a crise do verso. Ao contrário, afirmam o verso.

3. Poesia experimentalista e o exercício do preenchimento dos contornos

Com base no exercício de leitura, depreendemos a acentuação da recorrência do ritmo. Pelo ritmo poético, temos o retorno de um som – uma sílaba -- mais forte que as outras, num movimento cíclico, “uma operação dupla e ondeante: progressivo-regressiva, regressivo-progressiva” (BOSI, 2004, p. 41). Depreendemos um verso a partir do movimento rítmico, não apenas a partir de sua linha propriamente.

A função do ritmo é provocar uma espera; quando ele se altera, ficamos em choque, que pode provocar maravilhamento. O ritmo suscita em nós a *paixão da ansiedade* que não se arrefece porque, ao contrário do esperado, *sobrevém* uma variação, provocadora de uma ruptura, de uma surpresa. Assim, ritmo seria o movimento de *direção a algo que nos surpreende, porque viola o esperado* (ZILBERBERG, 2006a, p. 35).

Em “Pilar”, de Affonso Ávila, ao acentuarem-se a terceira e a sexta sílabas poéticas, o leitor é levado a esperar uma regularidade do acento na nona, para a qual também contribui o acento na décima segunda sílaba. A regularidade seria “3/6/9/12”, mas o que ocorre no poema é uma antecipação do acento na oitava sílaba. Ao deslocar o acento para a oitava sílaba, vivifica-se o conteúdo das figuras que se sucedem no poema: “pedra, ouro, tempo, livro, ela”, todas manifestações do tema religioso, quer do mundo material (pedra/ouro), quer do mundo espiritual (*Bíblia* [livro] e templo sagrado da Igreja do Pilar).

Tomando a figura *tempo*, há ainda uma paronomásia com templo. O ritmo forte das batidas intensifica a louvação do tributo à Igreja do Pilar. Essa regularidade irregular do ritmo de “Pilar”, em vez de eliminar o verso, confirma-o, porque, ao final de cada enunciado, retorna-se ao início para perfazer um movimento cíclico, próprio da poesia. Se não houvesse verso, ou seja, se se afirmasse sua crise, não haveria retorno e sim o desmanche não apenas da linha do verso, mas também da poesia.

Observando inicialmente a forma visual de um pilar e o simulacro de “sumiço” do verso, o que temos, em verdade, é uma **teatralização** da ausência do verso, pois que numa segunda visada os versos alexandrinos saltam à vista. Como pudemos verificar na operação de leitura do poema “Pilar”, os versos se deixam ler sem esforço: “a crise não é apenas referida, mas sim encenada” (FRANCHETTI, 2008, p. 2). Affonso Ávila e Haroldo de Campos, ao teatralizarem a crise de ou do verso, acabam por vivificar a existência do verso na poesia experimentalista.

Se a quebra da linha não se justifica pela medida do verso, seria apenas *negação do verso*, um apelo retórico do verso em curto-circuito? A quebra aleatória da linha no poema do final do século XX é um fator promovido pelos influenciadores do fazer poético contemporâneo:

[...] a quebra arbitrária da frase, sem que se perceba na quebra mais do que o desígnio de quebrar, é o recurso mais abusado da poesia contemporânea. Ou, dizendo de outro modo: uma das estratégias mais características (e banalizadas, tenho de dizer) da poesia pós-concreta de interesse – isto é, da poesia contemporânea que se contrapõe à facilitação dominante no âmbito da neo-geração-de-45 – é a operação sobre o verso a partir do corte (FRANCHETTI, 2008, p. 3).

O verso é o regente do:

- (a) Dispositivo visual: o corte (o desmanche de contorno) dá ao verso um papel visual, que é uma pretensão da poesia experimentalista do final do século XX: ser, antes de tudo, um objeto estético, como preconiza o Manifesto da Poesia Concreta.
- (b) Dispositivo de retardamento do reconhecimento do conteúdo: o objeto, esmaecido em seu contorno, torna-se fluido; pretende-se “resistente” à recomposição e ao reconhecimento do conteúdo. Caminha, no entanto, no fio da navalha, pois um objeto que não se deixa reconhecer pode se desmanchar. [Entendo que a poesia experimental, ao desmanchar os versos e fragmentar as palavras, impede um contorno definido; **a esse objeto estou chamando, desde meu doutorado, de objeto fluido**].

Resumindo, é notável nos poemas de *Cantaria barroca*, de Affonso Ávila, o emprego de alguns dispositivos, como: (1) fontes tipográficas diversas; (2) verticalização do verso; (3) posição das linhas tipográficas na página; (4) uso especial do branco na página; (5) ausência de pontuação; (6) sintagmatização inesperada; (7) estilhaçamento de sílabas e de morfemas; (8) combinatória de morfemas na página; (9) uso de símbolos gráficos, como o “&”; (10) formação de constelação lexicomática: grupo de palavras associadas na “forma” (significante) e no “conteúdo” (significado), que, ao formarem uma *constelação* (Mallarmé, “Lance de dados”), produzem também um novo sentido.

O exercício de leitura promoveu a reconstrução dos contornos (percurso da fluidez para nitidez), mostrando-nos uma arquitetura rigorosa do fazer poético em versos alexandrinos, os quais proporcionam, segundo Said Ali (2006, p. 102), agradável sonoridade à audição do enunciatório. É um tipo de verso solene, próprio para grandes momentos, como o acontecimento “Procissão do Triunfo”.

A regularidade dos versos de Ávila é arquitetada de modo que os fonemas isolados ao longo do poema, bem como a divisão silábica não consignada gramaticalmente, introduzem rupturas na continuidade linear do verso, quebrando não apenas o verso, mas também a cadeia da sílaba. Ocorre ainda uma tensão entre a *crise* do verso (quebra de sílabas) e a *permanência* do verso, configurada no poema pelo símbolo “&”, que abre e fecha cada um dos versos, que reconstruímos pelo exercício de leitura, em um movimento de continuidade, teatralizando na manifestação discursiva o desmanche dos contornos, que proporciona o efeito de fluidez.

A ruptura, a cada isolamento fonemático, produz um atraso no entendimento do conteúdo do poema, levando-nos ao tempo de *então* da inauguração da Igreja mineira do Pilar. O isolamento destaca Pilar no tempo e no espaço. Embora não haja preocupação com a rima final, a redistribuição do poema em versos alexandrinos mostra-nos a existência de rimas internas, produzindo uma cadência regular de louvação. Ademais, o fonema alveolar vibrante /r/ em “triunfo”, “tributo”, “pedra”, “sobre”, “livro” produz um som ressoante, introdutor de acentuação e vivificação sonora, que sugere não só o fazer humano na construção em alvenaria de um pilar, mas também o ecoar da homenagem à Igreja do Pilar. Os sons vibrantes ainda contribuem para a sonoridade e a solenidade retumbante, escolha do poeta que quer tornar seu objeto ímpar, enunciando-o com vibração. Aqui, como vemos, se optássemos apenas pela análise imanentista estreita, poderíamos limitar nossa leitura. Fomos mais além, utilizando elementos da história da Igreja do Pilar e da teoria literária; seria esse um gesto arriscado? Qualquer análise tem seu risco, em maior ou menor grau. Vejamos ainda:

Em “Pilar”, ao lexema TRIUNFO aglutinam-se em constelação “tributo”, “ouro”, “livro” etc. Triunfo dialoga com o *Triunfo Eucarístico*, nome de um opúsculo publicado em Lisboa, em 1734, por Simão Ferreira Machado, em que descreve uma festa que acontecera um ano antes, em 24 de maio de 1733, em Ouro Preto, e que marcou a inauguração da Matriz do PILAR. A Eucaristia estava provisoriamente na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e, na inauguração da Igreja do Pilar, preparou-se uma grande festa para a trasladação do Santíssimo em procissão TRIUNFAL: no poema, perpassa o lexema *triunfo*, que é marcado reiteradamente de modo indelével.

Como vemos no poema, os versos alexandrinos são compostos de dois hemistíquios esmaecidos em seus contornos para retardar o reconhecimento intelectual do objeto. Se colocarmos os hemistíquios um sobre o outro, verificaremos que temos cinco versos que se reiteram: “& em triunfo eu tributo” e cinco versos que são diferentes: “pedra sobre pedra”; “ouro sobre ouro”; “tempo sobre tempo”; “livro sobre livro”; “ela sobre elas”. O que se observa aqui é uma estrutura poética paralelística, que determina um ritmo litânico de procissão religiosa. Nos cinco diferentes, as figuras em destaque são “pedra”, “ouro”, “tempo”, “livro”, “elas”, ou seja, em nenhum desses versos aparece explicitamente a figura da Igreja do “Pilar”.

Por meio da intertextualidade, do conhecimento enciclopédico, sabemos que o poeta Affonso Ávila é mineiro e conhece as tradições ditas “barrocas” de Ouro Preto. A Igreja do Pilar aparece no poema reduzida

metonimicamente a “PILAR”, constante do título. Como a palavra-constelação é TRIUNFO, forma-se um campo semântico religioso:

- (a) Procissão do TRIUNFO.
- (b) Igreja do PILAR: a expressão bíblica ‘pedra sobre pedra’ configura a isotopia da origem da Igreja.
- (c) “tempo sobre tempo”: isotopia do escoamento do tempo, figura querida das letras seiscentistas.
- (d) “livro sobre livro”: isotopia da manifestação da palavra divina (*Bíblia*).

Ao final do poema, o leitor depara-se com as anáforas “ELA [sobre] ELAS” que desencadeiam mais significados. O enunciado ‘ela sobre elas’ direciona o sentido para o destaque da Igreja do Pilar em relação a todas as outras igrejas de Ouro Preto. O “Pilar” do título não é apenas uma figura do pilar como coluna de sustentação, mas do grandioso monumento arquitetônico em Ouro Preto, construído no ciclo do ouro. Aqui, é bem-vindo ao exercício de leitura o diálogo com o pensamento de Bakhtin e de Kristeva, bem como com os recentes estudos da linguística, da análise do discurso e da semiótica tensiva.

Ao afirmar reiteradamente “eu tributo”, o poeta aproxima-se do objeto, homenageando-o. O verbo *tributar* temo sentido de prestar homenagem (HOUAISS; VILLAR, 2001). O ato de louvação implica a existência de um objeto singular a que se presta um preito. Nesse sentido, trata-se de um sujeito cuja paixão se traduz em admiração, que é um estado de conjugação com o maravilhamento que o objeto “Igreja do Pilar” suscita. Estamos diante de um sujeito sensibilizado por um objeto estético arquitetônico. Essa aproximação também configura a posse do saber: é capaz de avaliar a preciosidade artística do monumento, bem como de recuperar pela memória um tempo que se expirou no século XVIII.

A metonímia do título, juntamente com outras metonímias, também forma uma constelação semântica que atualiza os festejos religiosos na Igreja do Pilar. Daí *triunfo* ser metonímia de procissão do triunfo; *ouro* ser metonímia de Ouro Preto e das colunas douradas da igreja; *livro* ser metonímia da *Bíblia* e *pedra* ser metonímia de igreja, que está na raiz de **PEDRO**, o pilar da Igreja, representante, para os católicos, de Deus na Terra. Ademais, sobressaem outros significados: a Igreja do Pilar contém (condensa) as outras igrejas de Ouro Preto (ver ELA sobre ELAS), constituindo-se em modelo arquitetônico, não só por sua constituição material, mas também por sua vivificação histórica, mantendo-se presente desde o final do século XVII até os dias de hoje.

Concluindo, a intensificação dos experimentos formais também faz sobressair a ausência de pontuação e a presença do grafema & (et), que finaliza o poema, produzindo o efeito de ausência de fim, ou seja, a narrativa fica aberta a novas continuações. De igual forma, manifesta a segurança de um poeta que caminha desenvolto pelas vias de Ouro Preto, transitando de uma igreja a outra. Além disso, o uso de símbolos gráficos e de sinais matemáticos é largamente utilizado na poesia experimental do final do século XX para a constituição de efeito imagético e para o engendramento do obscurecimento. O resultado do trabalho com a linguagem, como desejam os formalistas russos, regula-se pela experimentação e inovação

criativa; é ela que possibilita o efeito de fluidez, fazendo o leitor deter-se nos significantes que retardam o reconhecimento inteligível do objeto estético.

Encontramos, portanto, em *Cantaria barroca*, de Ávila, um poeta que conjuga em seus poemas um objeto complexo e duplo ao mesmo tempo: é fluido e da tradição experimentalista, quando se propõe visualmente como coluna no branco da página; é nítido e da tradição de versos, quando exposto ao exercício de leitura; é do momento “presente” como “ruptura” quando visual e é do “passado”/“tradição” quando se torna uma composição de versos alexandrinos ainda no exercício que fizemos.

Então: o que é tradição e o que é ruptura? Há várias possibilidades de resposta (e esse é um dos desafios de minha investigação; e aqui as teorias linguísticas podem nos ajudar): (1) ou é apenas dramatização discursiva de ruptura, não se configurando, pois, “ruptura” (só se diz “novo” dentro do estudo diacrônico-histórico, verificando “os momentos históricos que fazem do novo em uma obra literária o novo”; cf. JAUSS, [1967] 1994, p. 45); (2) ou não é ruptura, porque todo o poema, por mais experimental que seja, como é o caso do livro *Cantaria barroca*, de Affonso Ávila, segue uma linha de tradição. E sua linha de tradição é a linha da tradição experimentalista do final do século XX, descendente de Mallarmé.

Diante de poemas mais fluidos como os poemas experimentais o são -- visuais, concretos, labirínticos --, há uma tensão de velocidades entre:

- (a) a *aceleração* dada pelo enunciado poético de vivificação sensível, que tem como destino a resolução da cognição pela espera.
- (b) o sujeito que responde *lentamente* para a entrada no inteligível. Nesse sentido, a fórmula é constituída pelo **já do poema** [para] → o **ainda não do reconhecimento cognitivo por parte do enunciatário**.

O enunciatário, diante de qualquer poema experimental, como “Pilar”, citado no exemplo, deseja uma trégua, um *retardamento restabelecedor* da nitidez do contorno dos dispositivos formais do poema: a trajetória do tempo perfaz um caminho de retorno, do *já* para um *não ainda*. Zilberberg (2011, p. 107) chama essa possibilidade de *sintaxe do refreamento*.

Nesse tipo de poesia, haveria então uma troca do *mais* pelo *demais*? Para Zilberberg (2011, p. 114, destaques no original),

[o] *demais* seria o **significante** que marcaria, na intensificação de uma vivência, a irrupção da primeira atenuação, em suma, de uma *singularidade*, do mesmo modo que Saussure, em *Princípios de fonologia*, atribuía o *efeito vocálico*, o *ponto vocálico* à *primeira implosão*. O *demais*, representando um *basta!*, viria *interromper* o curso ascendente dos *mais* que se sucedem, se concebermos a cadeia das vivências tensivas como sucessão orientada, sequenciada, rítmica, ora de *mais*, ora de *menos* (destaque em negrito nosso).

Atinge-se um valor de acontecimento/sobrevir a cada momento que o recrudescimento do experimentalismo poético de ênfase no plano visual atualiza uma *interrupção*, uma *parada*: o crescimento da acentuação engendra na manifestação um *basta*, que estabelece limites para: quebra de palavras,

composição anagramática, separação de fonemas de sílabas, desarranjos sintagmáticos em prol da exploração paradigmática. O sujeito responde a esse acontecimento, a esse desarranjo, com o que Zilberberg (2011, p. 114-115) chama de *suficiência*. Se ultrapassado esse limite, chegaríamos ao que Zilberberg chama de *demasiadamente mais*. Nesse caso, o objeto se fluidifica de tal forma que retornaria possivelmente a um contínuo desconhecido de nossa capacidade cognitiva.

O que seria, pois, o conceito de *suficiência*?

O *demais* e o *pouco demais* encaminham o sujeito a ter ciência dos limites de seu campo de presença sensível. Percebemos isso, por exemplo, quando estamos diante do *demais* no poema experimental “Pilar”. Tais qualidades excessivas, em muitos casos, passam a não ser mais sensíveis, pois não as sentimos nem as sofremos. Assim, não sentimos, segundo Pascal (2002, artigo XVII – *Conhecimento geral do homem*), nem o extremo quente nem o extremo frio. As coisas extremas funcionam para nós como se passássemos a não senti-las mais e para elas nós também não existimos; é uma sensação de “tanto faz”. Escapamos delas talvez porque elas escapem de nós.

Daí Merleau-Ponty (2006), em *Fenomenologia da percepção*, entender o corpo como mediador e, nesse caso, o conhecimento reconhece seus limites no corpo do sujeito. E o excessivo seria muito para o homem. Um poema experimental desarranjado na escala do *demasiadamente mais* ultrapassa o *basta* de organização sintagmática; noutros termos, o sintagma saturadamente desmantelado leva a um não reconhecimento cognitivo de tal ordem que coloca à prova a *suficiência* da competência da função semiótica.

Assim, os poemas experimentais de ênfase no visual e no sonoro, os paroxísticos principalmente (cf. TOMASI, 2014), percorrem o fio da navalha do limite dessa *suficiência*, quando engendram um labirinto formal acentuado, atingindo o que Zilberberg (2011, p. 114) chama de *basta* (ou *demais*)². Ao atualizar-se uma interrupção por um *basta*, atinge-se um valor de maravilhamento, que coloca o enunciatário em estado de lentidão no reconhecimento dos elos cognitivos. E esse entendimento só nos foi possível graças às contribuições contemporâneas da semiótica tensiva.

Para Barbosa (2009, p. 14), entre a linguagem poética e o enunciatário, o enunciador-poeta erige-se como o fazedor de enigmas. Ambiguidade, opacidade, polissemia, violação da linearidade, capacidade de fingir são artimanhas da linguagem literária e não experimentalismos “sem sentido”, como apregoam alguns críticos que se apoiam em poesias que se detêm mais no plano do conteúdo.

² Zilberberg oferece-nos duas possibilidades terminológicas para limite da *suficiência*. Preferimos o termo *basta* no lugar de *demais*, porque este último significa “em excesso”, “além da conta” (HOUAISS; VILLAR, 2001). Ora se é “além da conta”, já seria mais do que o *basta*. Além disso, enquanto *basta* se mantém no limite da *suficiência*, o *demais* encaminha-se para uma ultrapassagem da *suficiência* da função semiótica como ato semiológico.

4. Considerações finais

Pudemos notar, pelos exercícios feito neste artigo, a encenação da competência poética (a *performance* do poeta) na semiótica da poesia experimentalista constitui-se o produto final do fazer poético. Diante dessas amostragens, o que esperar dos exercícios de leitura a serem realizados pelos voluntários no primeiro semestre de 2016? Algumas questões, como disse no início, serão pontuadas: (a) verificar quais conceitos semióticos prevalecerão na leitura dos voluntários; (b) examinar como a imanência será tratada nos exercícios de leitura pelos voluntários leitores (parto da hipótese de que o conceito de imanência, embora bem na semiótica atual, precisa ser alargado nas análises de poesias experimentais); (c) observar se haverá algum ponto da análise, feita pelos voluntários, que coloque em risco o princípio da imanência de cunho hjelmsleviano (1975); (d) observar como os voluntários apresentarão suas análises: são fragmentárias ou inteiriças?; (e) examinar o grau de atualização dos voluntários em relação a pesquisa atual realizada na semiótica brasileira: se apoiarão apenas em pesquisadores europeus, já que a semiótica é de abordagem francesa, ou também se valerão da pesquisa de colegas do grupo brasileiro?; (f) verificar, por fim, como os semioticistas abordam os textos literários.

Em um futuro próximo, segue-se uma segunda etapa da pesquisa, em que verificarei como outras disciplinas, como a própria linguística geral, a filosofia e a literatura, poderão contribuir de forma mais direta para o futuro dos exercícios de leitura feitos dentro da área de concentração da semiótica de linha francesa.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Affonso. **Homem ao termo**: poesia reunida [1949-2005]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BARBOSA, João Alexandre. **As ilusões da modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BORBA, Francisco S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. **Mallarmé**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FRANCHETTI, Paulo. Crise de verso. **Portal Cronópios** – Literatura Brasileira Contemporânea. Disponível em: <www.cronopios.com.br>. 2 nov. 2008.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sérgio Telhardi. São Paulo: Ática, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos** (versão para ebook), 2002. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org>.

SAID ALI, Manoel. **Versificação portuguesa**. São Paulo: Edusp, 2006.

TOMASI, Carolina. **Semiótica da agudeza: da negação da euforia barroca ao objeto poético fluido do final do século XX**. 2014. 518 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZILBERBERG, Claude. **Eléments de grammaire tensive**. Limoges: PULIM, 2006a.

_____. **Razão e poética do sentido**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, 2006b.

_____. Louvando o acontecimento. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 13-28, jun. 2007.

_____. **Elementos de semiótica tensiva**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê, 2011.

A identidade do alcoólatra em recuperação: uma explicação por meio da Dinâmica de Forças

Claudia Castanheira CARDOSO¹

Resumo: Este artigo, que se constitui um recorte de um estudo de Iniciação Científica, apresenta análise, seguindo o modelo de Dinâmica de Forças, proposto por Talmy (2000), da representação do papel exercido pelo álcool, pelo alcoólatra, pela família, pela associação e por Deus na construção discursiva das causas, empecilhos, restrições e esforços ligados ao alcoolismo. Tal investigação toma como corpus um conjunto de testemunhos pronunciados pelos alcoólatras em recuperação da Associação Anti-Alcoólica Central de Rio Preto- A.A.CERP, gravados no decorrer de 2014. Assim, são apresentados resultados preliminares que apontam para a concepção de um Agonista (alcoólatra) que tende a estar doente e para uma escala de entidades que atuam como Antagonistas, na tentativa de bloquearem esta tendência, tendo Deus como principal agente dessa mudança, revelando uma possível incapacidade do sujeito, caso não tenha um terceiro a quem ele possa recorrer para que se atinjam respostas positivas no tratamento do vício.

Palavras-chave: alcoolismo; dinâmica de forças; cognição; autorrepresentação; testemunho.

1. Introdução

Em princípio, esta pesquisa objetiva estudar a autorrepresentação dos membros da Associação Anti-Alcoólica Central de Rio Preto (A.A.CERP), por meio da análise de testemunhos gravados no decorrer do ano de 2014. O *corpus*, que tem aproximadamente 8 horas de gravação, é constituído de cinco reuniões gravadas em semanas aleatórias². Constatou-se, ainda, que cada depoimento pessoal varia entre 5 a 15 minutos. Ademais, posteriormente à gravação, todo o conteúdo foi transcrito, segundo normas do NURC- Norma Urbana Culta de São Paulo (Prete, 2010), para poder ser estudado por meio de análise qualitativa, a partir das elaborações da teoria da Dinâmica de Forças. Por fim, cabe ainda assegurar que, para a análise geral, foram recolhidos alguns trechos de testemunhos dos alcoólatras da A.A.CERP, selecionados de acordo com a progressão do estudo da Iniciação Científica. É importante destacar que o tema em questão foi definido para o estudo após a constatação da necessidade de um maior amparo social acerca do tema alcoolismo, de forma a compensar a carência de entendimento, de modo mais objetivo, tanto da construção da autoimagem dos alcoólatras, quanto da constituição da imagem que a sociedade faz deles.

Os resultados desta pesquisa visam, de alguma forma, a lançar luz a questões ainda pouco abordadas, especialmente no que tange ao significado atribuído pelo alcoólatra a si, à família, a Deus e às associações de ajuda mútua em suas vidas, e também no que diz respeito à representação das forças exteriores que interferem, diretamente, como responsáveis e/ou auxiliares no tratamento em grupo e, ademais, ao ponto

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. E-mail: claudia.cardoso@usp.br

² É importante ressaltar que todas as gravações obtiveram a autorização para análise de cada membro participante da Associação naquele período, desde que garantido o anonimato de todos os integrantes.

a partir do qual eles conseguem se identificar como alcoólatras, por meio da apreensão dos padrões linguísticos e conceituais relevantes.

Em prosseguimento, respondendo à proposta, foi identificada, no decorrer da pesquisa, a necessidade de estudar de modo mais minucioso a propensão para um possível jogo de forças e contra-forças observado nos testemunhos dos alcoólatras da instituição, na qual foi notada a existência da atuação de forças responsáveis, auxiliares ou bloqueadoras no tratamento contra o álcool. Como consequência, para estudar mais detidamente o recorte, foi adotada a abordagem da Dinâmica de Forças (DF), proposta pelo linguista Talmy (2000), que se mostrou útil na medida em que ajuda a entender essas categorias linguísticas. Assim, a DF permitiu descrever e explicar esse padrão conceitual, principalmente pela análise das entidades AGO (agonista) e ANT (antagonista), as quais mostraram o escopo das ações e de seu impacto na luta contra o alcoolismo.

Dessa forma, este estudo visa a identificar, por meio da DF, partindo das construções discursivas dos alcoólatras, como estes sujeitos/objetos (o álcool, o próprio alcoólatra, a família, a associação e Deus) agem no tratamento do alcoólatra da A.A.CERP, se é de modo implícito ou explícito, se existe uma hierarquia entre essas forças, bem como entender de qual maneira elas atuam e qual seu papel na identidade dos alcoólatras da associação.

2. Abordagem Teórica

Segundo o *I Levantamento Nacional Sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira* (2007) feito pela Secretaria Nacional Antidrogas, constata-se, em dados de 2004 da Organização Mundial de Saúde (OMS), que o álcool é a droga mais consumida no mundo, com um número de aproximadamente 2 bilhões de consumidores. Ademais, esse estudo mostra, ainda, que, nos países em desenvolvimento, dentre eles, portanto, o Brasil, as bebidas alcoólicas consistem em uma das principais causas de doença e de mortalidade, com taxas entre 8% e 14,9% do total de problemas de saúde nacionais.

É significativo notar que, mesmo a partir dessas informações, ainda é possível caracterizar a sociedade brasileira, em geral, como portadora de um conceito de alcoolismo e de uma imagem do alcoólatra um tanto quanto preconcebida. Apesar da popularidade do álcool e, também, da penetração do alcoolismo na sociedade brasileira, existe, nacionalmente, uma propensão moral que expressa a marginalização desse tema, levantando preconceitos triviais³.

Em debate com essas informações, podemos encontrar no livro *O que é alcoolismo* (MASUR, 1988) uma representação didática do tema, em que a autora propõe indagações que esclarecem diversos desses

³ Em alguns testemunhos, conseguimos constatar indícios do que seriam esses pré-julgamentos: “então... às vezes as pessoas falam assim ‘é um sem vergonha... isso é um vagabundo’... mas... nós temos que considerar o lado da doença também... isso é muito importante”.

lugares-comuns existentes na visão do alcoolismo em sociedade. Para tanto, ao questionar a respeito de como alguém é levado ao alcoolismo, Masur (1988) tenta manter um diálogo entre três pilares possíveis: a determinação biológica, a determinação psicológica e, por fim, a sociocultural. Em síntese, é adotada a ideia de que o comportamento de beber do alcoólatra está vulneravelmente mediado não só por compulsões genéticas/ biológicas, mas também por estímulos ambientais, cognitivos e, até mesmo, por determinadas normas culturais (por exemplo, culturas que ensinam crianças a beberem responsavelmente).

Baseando-se nessas condições relatadas, ao iniciarmos este estudo, conseguimos notar que a Linguística Cognitiva (LC), por se tratar de uma teoria que compreende a linguagem em relação a experiências corporeadas do mundo e que entendem as unidades e as estruturas de linguagem não como entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, de experiências cultural, social, individual e como meio direto de conhecimento de mundo (SILVA, 1997), propicia fundamentos que comprovam a possível caracterização do âmbito dos alcoólatras em relação a esse sistema, uma vez que, em momento algum, eles estão dissociados. Se considerarmos, ainda, o fato de que a LC propõe a linguagem como forma de interpretar a linguagem e reconstruí-la (SILVA, 1997), os dados analisados criaram a imagem aproximativa de um possível reconhecimento do que é a experiência da vida do sujeito-alcoólatra, tanto no que diz respeito à autocaracterização inserida no social, quanto às influências no cognitivo.

Em meio à LC, a teoria da Dinâmica de Forças apresentada pelo linguista Talmy (2000) aponta uma categorização baseada no caráter semântico-conceptual da estrutura linguística, que deriva exatamente de nossas experiências humanas com barreiras, bloqueios, pressões, forças, restrições (GONÇALVES-SEGUNDO, 2015). Sendo assim, a DF apresenta-se neste estudo como eixo para explicação destes estímulos – o *jogo de forças*, o qual é constantemente relacionado à ideia de dependência química, comprovando a associação entre experiência social, individual e cultural dos alcoólatras da A.A.CERP. Desse modo, é imprescindível entender nominalmente a função dessas forças e das entidades envolvidas, que compreendem um ANT (antagonista), participante que se posiciona em tendência oposta ao AGO (agonista), a entidade focal primária. Esta constante pressão é associada a uma intensidade (forte ou fraca), podendo ser tanto de ação quanto de repouso. E, assim, desta disputa, surge uma resultante. De pronto, conseguiremos perceber, por exemplo, que, para os alcoólatras, Deus, com sua tendência à ação, é o maior ANT do álcool, bem como Ele, sempre colocado em alto grau de respeito e hierarquia pelos membros da instituição, acaba tornando-se mais forte do que qualquer outra entidade, de maneira a resultar em determinantes ações positivas no tratamento contra o vício.

É importante notar, ainda, de que forma os padrões de Causação, Bloqueio, Concessão e Permissão, a partir de Talmy (2000), comportam-se na estrutura da DF. Pode-se assumir que o sistema de *Causação* é

caracterizado por uma possível experiência de pressão e de compulsão, em que um participante (origem) pode ser projetado como Força Compulsória, levando a uma mudança no estado natural de outra entidade⁴.

Em continuidade, tratando-se das relações de *Bloqueio*, entende-se que a entidade Agonista tem sua tendência à ação bloqueada pelo Antagonista, baseadas em nossas experiências com restrições de movimento⁵.

Já no sistema de *Permissão*, transcorre uma circunstância particular, uma vez que é caracterizado por uma situação em que as entidades não se confrontam. Porém, é importante notar que o padrão ainda se origina da possibilidade de o ANT exercer seu potencial poder de bloqueio⁶. Por fim, na *Concessão*, observamos um contexto no qual o ANT não consegue reverter a tendência do AGO, a ponto de fazê-lo agir ou repousar, a depender da construção. Assim, a concessão é distinguida pela sua inclinação às situações de resistência de forças contrárias e com remoção de obstáculos⁷ (GONÇALVES-SEGUNDO, 2015).

A partir do exposto, tem-se que as discussões da LC, em especial, da DF, permitem interpretar e caracterizar formas de conflito, que se dão em termos da esfera intrapsicológica do sujeito, em uma extensão metafórica que tem no mundo físico seu domínio-fonte. Deste modo, essa teoria consegue abranger todo o percurso cognitivo da reação sócio-cultural, biológica e individual, a qual se desenvolve, incessantemente, na mente de um alcoólatra. Em conjunto, a DF dá a abertura para fundamentar e explicar de maneira mais minuciosa esses movimentos de luta contra o vício, tratando-se, portanto, de uma categoria de análise relevante para a investigação linguística e conceptual de grupos de adictos.

Assim posto, faz-se necessário, então, observar como tais domínios foram utilizados na análise dos dados, a qual será apresentada abaixo.

3. Análise dos dados

A análise dos dados permitiu depreender uma estrutura recorrente e, de certa forma, fixa, na fala dos membros da Associação. Quando começam os testemunhos, por exemplo, os alcoólatras, geralmente, fazem uma busca no passado, levantando fatores que consideram como motivadores do alcoolismo, relatando a forma e o momento em que começaram a beber e por quanto tempo permaneceram no vício.

Essa estrutura é seguida por um breve apanhado da história de cada membro, em que se relata como era a situação financeira enquanto se bebia, o quanto a família sofria com os hábitos que o vício causava e também a descrição de seus respectivos estados emocionais, frequentemente agindo de modo empático com o sentimento de todos que os rodeiam.

⁴ Ex.: A esposa fez o marido fechar a porta do quarto.

⁵ Ex.: A esposa não permitiu que o marido fechasse a porta.

⁶ Ex.: A esposa permitiu que o marido fechasse a porta.

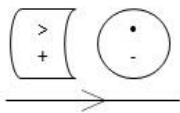
⁷ Ex.: Apesar das exclamações da esposa, o marido não fechou a porta.

Em primeiro lugar, por meio da Dinâmica de Forças, foi constatado, no período de pré-recuperação (período em que os adictos só conseguem identificar e detalhar, de fato, depois do início do tratamento na A.A.CERP), que ocorre um padrão recorrente de conceptualização, em que diferentes forças parecem agir, a todo o momento, contra o alcoólatra, impossibilitando, independente de qualquer relutância contra a doença, que saiam da rotina do vício⁸. Nestes casos, notou-se a forte presença da hereditariedade da doença, também do álcool enquanto objeto que aprisiona o alcoólatra. Verificou-se, também, a manifestação linguística de uma fragmentação do Eu (divisão do *self*), em que o Eu-alcoólatra é dominador de um Eu-sóbrio. Estas observações podem ser observadas abaixo:

Pré-recuperação:

A hereditariedade do alcoolismo, que age sobre o eu

(1) “Agora bebida...ela é hereditária né....é:: culpa do papai...”



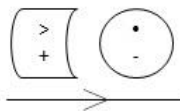
Metonímia: Bebida por alcoolismo⁹

Eu: agonista, voltado ao repouso, entidade mais fraca

Hereditariedade do pai para filho: antagonista, entidade mais forte, voltada à ação

Resultante causativa: ação → tornar-se alcólatra (beber)

(2) “eu também herdei essa doença...”



Eu: agonista, entidade mais fraca, voltada ao repouso

Herança da doença: antagonista, entidade mais forte, voltada à ação

Resultante causativa: ação → tornar-se alcólatra

Tratando-se de hereditariedade, o vício no álcool pode ser entendido como consequência de alguém que já nasceu geneticamente pré-disposto à dependência. O que se apreende disso, na fala dos alcoólatras da A.A.CERP, é que a hereditariedade, antagonista, age sobre o Eu, agonista, e acaba fazendo que o alcoólatra (Eu) trate a situação como justificativa, vitimizandose. Isso significa, em outras palavras, que a hereditariedade, a qual impõe sua tendência sobre o alcoólatra, é motivo de o Eu se ausentar da responsabilidade de ter, em algum momento, “ativado” a doença, já que, por se tratar de uma força exterior, maior e independente do doente, sempre o submeterá à entidade passiva e incapaz de lutar contra uma

⁸ É importante deixar claro que estas forças são concepções dos alcoólatras, e não, forças físicas.

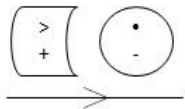
⁹ Em *Introdução à Linguística Cognitiva*, Lilian Ferrari define a Metonímia como sendo um deslocamento de significação, no qual uma palavra que expressa um dado conteúdo passa, então, a designar outro, por associação/relação (FERRARI, 2011, p.102).

esfera biológica. Sendo assim, observa-se, nesse tipo de relação, uma causação, uma vez que ligada às experiências pré-conceptuais de pressão e compulsão.

Abaixo, identificaremos algumas sentenças que demonstram, ainda no período de pré-recuperação, o momento em que o alcoolismo/álcool parecem agir sobre o Eu.

O alcoolismo/álcool que age sobre o eu

(3) “o alcoolismo...me levou pra estaca zero...”

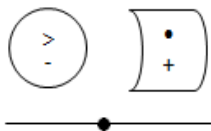


Alcoolismo: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação

Me: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso

Resultante causativa: ação → levar à estaca zero

(4) “e realmente eu não vi a infância dele...porque o álcool não deixou...”



Álcool: antagonista, entidade mais forte, voltado ao repouso

Eu: agonista, entidade mais fraca, voltado à ação

Resultante bloqueadora: não ação → não ver a infância dele (do filho); não vivenciar a infância do filho

Metáfora: o álcool cega.

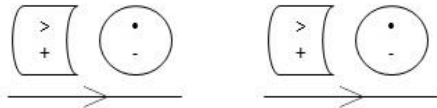
Já no que se refere ao álcool/alcoolismo agir sobre o Eu, é plausível constatar, novamente, a necessidade que o AGO Eu tem em não se comprometer com a responsabilidade do ato de consumir bebida alcoólica constantemente, posto que somente o álcool seria o agente-causador do ciclo, causando cegueira e impotência. Nesse instante, a condição que diferencia esses dois exemplos é o fato de (3) se tratar de uma causação, pela relação de pressão e compulsão, fadando o AGO a viver na “estaca zero”, enquanto que (4), por conta da partícula de polaridade *não*, juntamente ao verbo *deixar*, faz que se anule a possibilidade de movimento do Eu, e se trata, portanto, de uma relação de bloqueio. Cabe, ainda, mencionar a recorrência no *corpus* da constante concepção do álcool como bloqueador das relações familiares, representação esta que faz com que o alcoólatra mantenha o mínimo de afeto possível com os integrantes da família, pois a bebida funciona como inibidor de um relacionamento e de uma convivência estáveis.

Em tempo, é necessário relatar, também, que a metáfora reconhecida em (4) é uma constante no *corpus* da Iniciação Científica na íntegra, ou seja, o álcool é, enfim, caracterizado pelos alcoólatras como o responsável por causar “cegueira”. Nesse exemplo, isso significa dizer que não enxergar a infância do filho, não visualizar as ajudas exteriores que ele tinha o tempo todo quando estava na rotina do vício, etc., acontece porque o álcool funciona como inibidor de reconhecimento de sua identidade e, também, como elemento

que impossibilita a percepção do doente em notar que existem outras relações além da do álcool-alcoólatra. Para mais, a seguir observaremos, ainda na fase pré-recuperação, a fragmentação da personalidade do doente, traçando um Eu-alcoólatra que age sobre o Eu-sóbrio.

Eu-alcoólatra que age sobre o Eu-sóbrio

(5) *“aí você vai pra casa e aquela preocupação...o que você vai dar de desculpa pra mulher que não levou carne...por que você está embriagado né”*



Estar embriagado (você-alcoólatra): Antagonista, entidade mais forte, tende à ação

Eu-sóbrio : Agonista, entidade mais fraca, tende ao repouso

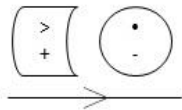
Resultante: ação → dar desculpa para a mulher

Você-alcoólatra: antagonista, entidade mais forte, voltada ao repouso

Eu-sóbrio: agonista, entidade mais fraca, voltado à ação.

Resultante bloqueadora: não ação → não levar carne

(6) *“é aquela hora que você fica embriagado você fica valente...você fica baCAAna... tem uma conta pra pagar... “não...deixa que eu pago”...”*



Você-alcoólatra: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação

Eu-sóbrio: agonista, voltado ao repouso, entidade mais fraca

Resultante causativa: ação (mudança de estado) → ficar valente, ficar bacana, oferecer-se para pagar contas

Nessa etapa, que se caracteriza pelas atitudes reforçadas ainda antes do tratamento, foi constatado, algumas vezes, que, durante o período de reconhecimento entre ser ou não um alcoólatra, o doente expressa um tipo de fragmentação do Eu, separando-o entre Eu-sóbrio e Eu-alcoólatra. No exemplo (5), há um afastamento do Eu-alcoólatra e do Eu-sóbrio, comprovados, principalmente, pelo pronome *você*, em vez de *eu*.

Ademais, o que acontece implicitamente no episódio (5) é que o Eu-alcoólatra faz que o Eu-sóbrio, o qual precisa dar satisfações à mulher, se esqueça de comprar a carne. Sendo assim, compreende-se que o Eu-alcoólatra, neste momento, é mais forte de que o Eu-sóbrio, posto que, por conta de sua embriaguez, o Eu-sóbrio não consegue concluir sua ação¹⁰.

No caso (6), o membro da A.A.CERP também usa o pronome *você*, em vez de *Eu*, como índice de distância entre o que seria o Eu-sóbrio e o Eu-alcoólatra. Verifica-se que o Eu-alcoólatra, aqui, ainda era o ANT, força superior ao AGO, Eu-sóbrio, pois, mesmo sendo o Eu-sóbrio quem identifica o episódio, é o Eu-

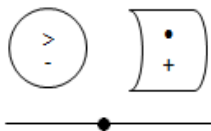
¹⁰ Nota-se, ainda, que o Eu-sóbrio, neste caso, pode ser reconhecido também pelo uso do sintagma nominal “aquela preocupação”.

alcoólatra, quem ainda reprimia o Eu-sóbrio. Naquele contexto pré-tratamento, é reconhecível, por parte do alcoólatra do presente (em tratamento), que o Eu-sóbrio do passado era fragilizado. Para mais, é necessário considerar que se relata um dos únicos momentos em que o Eu-sóbrio parece assumir-se como responsável pela doença e do fato de ter-se mantido tanto tempo naquela rotina do vício. Ademais, é preciso ressaltar que esse acontecimento é um ponto importante para o doente, posto que, a partir da separação, um “Eu inteiro” consegue visualizar de modo mais claro a situação de um Eu que se comporta como sóbrio e de um Eu que se alcooliza. Adiante nas análises, retrataremos o ponto em que, em recuperação, esse Eu fragmentado em Eu-sóbrio e Eu-alcoólatra agora já entra em fase de conseguir ter um maior autocontrole em relação ao consumo de bebida alcoólica.

Em recuperação

Eu- sóbrio que age sobre o Eu-alcoólatra

(7) “[eu] consegui parar...por quê? Porque eu achei que não dava mais...”



Eu(1º)= Eu-alcoólatra

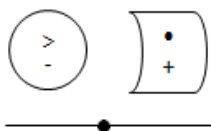
Eu(2º)= Eu-sóbrio

Eu-sóbrio: antagonista, entidade mais forte, voltado ao repouso

Eu-alcoólatra: agonista, entidade mais fraca, voltado à ação

Resultante: não ação → parar de beber

(8) “[eu] não posso esquecer que [eu] sou alcoólatra...e se **eu** esquecer eu posso voltar a tomar o primeiro gole”



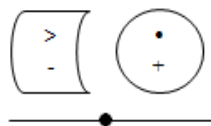
1º, 2º e 3º eu: Eu-sóbrio (que se refere implicitamente ao eu-alcoólatra) ; 4ºeu: Eu-alcoólatra

Eu-sóbrio: antagonista, entidade mais forte, voltado ao repouso

Eu-alcoólatra: agonista, entidade mais fraca, voltado à ação

Resultante: não ação → não esquecer que é alcoólatra

OU



Eu-alcoólatra: antagonista, entidade mais fraca, voltado à ação

Consciência do Eu-sóbrio: agonista, entidade mais forte, voltado ao repouso

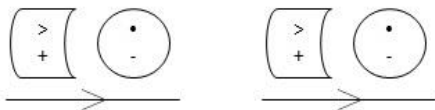
Resultante concessiva: não ação → não beber¹¹

¹¹ Neste caso, o AGO Eu-sóbrio, que poderia ter uma recaída por conta da influência do ANT Eu-alcoólatra, bloqueia esta força e se mantém em repouso (não beber).

A partir desse ponto, podemos identificar como sendo o momento de início do autorreconhecimento do membro da Associação como alcoólatra. Daqui, o tratamento salta em direção ao estágio de uma real recuperação do associado, uma vez que o Eu-sóbrio recupera as forças e começa agir contra o Eu-alcoólatra. Esta ideia pode ser reforçada, nos exemplos (7) e (8), pela partícula de polaridade *não*, posto que, tratando-se de relações de bloqueio, o Eu-sóbrio restringe o Eu-alcoólatra a não ação. Ademais, começa a ocorrer, nessa fase, uma brusca reavaliação de sua autoimagem, bem como uma mudança nas ações do alcoólatra, que, de fato, aparecem em melhorias e vitórias contra o álcool por meio do tratamento em grupo. Assim, é possível afirmar que a recuperação entra em um verdadeiro estágio efetivo quando o membro da instituição reconhece, em primeira instância, a fragmentação entre Eu-sóbrio e Eu-alcoólatra, que é potencializada positivamente a partir do momento em que a força do Eu-sóbrio já se sobrepõe à do Eu-alcoólatra.

Deus que age sobre a família/associação/eu

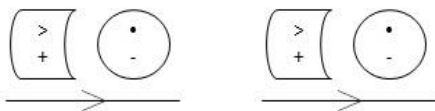
(9) *“eu entrei pela aquela porta lá há seis anos atrás através de Deus meu pai...mas eu fui enviado pelo meu filho...mas eu fui enviado pelo meu filho.”*



Deus: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 filho: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → enviar o pai para a associação

Filho: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 Eu: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → entrar pela porta da associação

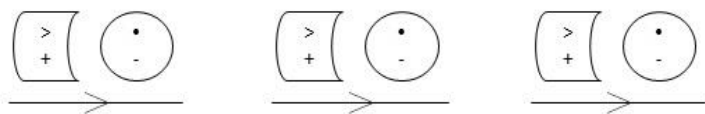
(10) *“aí quando foi....acho que esse Deus é tão maravilhoso...que quando eu pedi pra ele....que me ensinasse alg/ que me ensinasse o caminho....apareceu um colega na minha frente...que era bêbado igual eu e me fez o convite pra eu vir nessa casa”*



Deus: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 Colega: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → fazer convite para ir à associação

Colega: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 Eu: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → ir para a associação

(11) “então eu queria agradecer a Deus que essa Associação é:: uma doutrina...a pessoa vai vindo aqui...e vai aprendendo...porque...os testemunho é um exemplo de vida...”



Deus: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 Associação: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → surgir

Associação: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 Membros: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → fazer testemunhos

Testemunho: antagonista, entidade mais forte, voltado à ação
 Eu: agonista, entidade mais fraca, voltado ao repouso
 Resultante: ação → mudar de atitude/comportamento (exemplo de vida)

Observa-se, ainda, nos recortes dos testemunhos, a importância inquestionável da família, de amigos e de Deus no processo de recuperação. Na verdade, esses apoios psicológicos que os alcoólatras da A.A.CERP encontram nessas entidades são tratados como os maiores ANT do álcool, do alcoolismo, da hereditariedade e do Eu-alcoólatra, isso porque o alcoólatra tem uma tendência a desvalorizar sua agência ou seu protagonismo em sua própria vida e em suas próprias ações desde antes de se reconhecerem como dependentes químicos e, também, já quando estão em tratamento há ano. Tal tendência é mais bem explicada em *Alcoolismo como processo: da identidade construída à (des) construção da pessoa* (ARAÚJO, 2007):

A sensação de inadequação ou de inferioridade impele o ser a encobrir a marca indesejada ou manipular a informação sobre ela para produzir a imagem social desejada. A constatação social facilita o auto-diagnóstico e a busca pelo tratamento, pois (...) são os familiares mais próximos os maiores incentivadores (...). Porém, quando a dependência é verificada, mas a aceitação da condição de dependente ainda não existe, a mentira aparece como técnica de acobertamento por excelência (ARAÚJO, 2007, p. 46-8).

Isso significa dizer, portanto, que o fato de o ser-alcoólatra representar-se como frágil, agonista perpétuo, capaz de obter suas forças contra o álcool somente se houver outras forças superiores que o apoiem e o influenciem, tem valor essencial na autoconstrução do dependente, uma vez que os alcoólatras se apoiam na possibilidade da negação, para se sentirem parte da sociedade no geral; entretanto, a autonegação é de extrema importância para a recuperação dos doentes, posto que somente a partir dessa espécie de autodesprezo é que faz com que ele constate sua identidade social e a necessidade de intervir em sua doença. Esta é uma fase sutil no tratamento do alcoolismo e que deve, por isso, ser pontuada: o alcoólatra em recuperação, quando se nega e quando consegue perceber a recusa de si mesmo, de certa

forma, começa a colocar uma cadeia de forças para tirá-lo da condição de inércia, como forças auxiliadoras, e, a partir desse momento, o tratamento começa a ocorrer, de fato.

No momento de recuperação, é visível o modo como o alcoólatra caracteriza um conjunto de forças, colocando Deus como ser supremo e capaz de instrumentalizar a família, os amigos e a associação. Significa dizer que, quando eles se encontraram nessa fase sutil, a barbárie maior, muitas vezes, é o fato de se depararem com a descrença em Deus, com a descrença na família, e em si mesmos (posto que, anteriormente, na fase de negação, havia uma autoproteção que não os deixavam aceitar essas “imoralidades”. O que eles notam, ainda, é que a falta de fé funcionava como válvula destruidora de todos os outros suportes: perdiam amor da família, dos amigos, além do amor próprio. Não existia, portanto, estímulo e motivo para deixar o álcool.

O alcoólatra, que, geralmente, só busca a associação em caso extremo, costuma começar a caracterizar Deus como causador de toda a transformação em sua vida: é Ele quem faz que o AGO alcoólatra tenha o estímulo inicial, o sinal de que existe vida fora do álcool. Deus é construído como o responsável por tirá-lo da autonegação, bem como responde por fazer da família instrumento para o doente ser capaz de enxergar a A.A.CERP. Sendo assim, conclui-se que uma das condições fundamentais para aqueles membros deixarem o alcoolismo é o AGO reconhecer que o ANT Deus está agindo o tempo todo sob forma de “apoio”¹².

4. Considerações finais

Podemos considerar, que, no primeiro modelo, no qual a Hereditariedade age sobre o Eu, o que se percebe é que, pelo antagonista ser a hereditariedade do alcoolismo, e, portanto, força exterior e maior que o indivíduo, agonista, este sempre procura manter-se ausente da responsabilidade de ter “ativado” a doença, uma vez que se coloca na posição de receptor genético dela e, sendo assim, condição imutável e superior às suas ações.

Já quando o Alcoolismo age sobre o Eu, também é possível constatar a necessidade do agonista de não se comprometer com a responsabilidade do ato de consumir bebida alcoólica constantemente, posto que somente o álcool seria o agente-causador desse ciclo, causando cegueira e impotência no alcoólatra.

Ainda antes do tratamento, foi constatado, algumas vezes, que, durante o período de reconhecimento de ser ou não um alcoólatra, o doente expressa um tipo de fragmentação do Eu, separando-o em Eu-sóbrio e Eu-alcoólatra. No exemplo (5), o Eu-sóbrio distancia-se do Eu-alcoólatra e encontra, por conseguir visualizar essa separação, a possibilidade de parar de beber. No caso (6), o membro da A.A.CERP usa o pronome *você*, em vez de *eu*, distanciando, então, o que seria o Eu-sóbrio e o Eu-alcoólatra. Tal procedimento é importante

¹² Os excertos a seguir reforçam essa concepção: “e nesses vinte anos... graças a Deus eu recuperei... a minha vida...a vida da minha família... evitando a primeira dose”. “Deus preparou a Associação... preparou tanto serviço pra mim rapaz...”

para o doente, pois, ao se distanciar, ele consegue visualizar de modo mais claro a situação de um Eu que não é alcoolizado e de um Eu que se alcooliza.

Começa a ocorrer, a partir desse reconhecimento, uma súbita reavaliação de sua autoimagem, bem como uma mudança nas ações do alcoólatra, momento em que parece, de fato, aparecer as melhores vitórias contra o álcool por meio do tratamento terapêutico. Então, considera-se que a recuperação está ocorrendo, de fato, quando o membro da instituição começa a definir a fragmentação, o que potencializa a força do Eu-sóbrio, em recuperação, contra o Eu-alcoólatra.

Enfim, existe, ainda, a força suprema nesse processo de recuperação, que aparece, sem qualquer exceção no corpus analisado, como o antagonista Deus. É ele que faz a família instrumento para “enxergar” a Associação Anti-Alcoólica; é ele quem é o caminho¹³ para não se beber mais.

Assim é que a condição indubitável que tira o alcoólatra do álcool é o apoio em Deus. Neste momento, reitera-se, portanto, o discurso muito utilizado pelos alcoólatras da associação, em que há a ausência de responsabilidade em relação a si mesmo e aos próprios atos, colocando-se em estado de passividade, posto que só a ação e vontade dessa entidade são capazes de tirá-lo da condição de consumir álcool constantemente.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Ivanira de Souza. **Alcoolismo como processo**: da identidade construída à (des) construção da pessoa. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 13-136.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A permeabilidade da Dinâmica de Forças: da gramática ao discurso. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; RESENDE, Briseida Dôgo; DE PAULA, Fraulein Vidigal; MÓDOLO, Marcelo; CAETANO, Sheila Cavalcante (org.). **Linguagem e cognição: Um diálogo interdisciplinar**. Lecce: Pensa Multimedia Editores, 2015, p. 163-185.

MASUR, Jandira. **O que é Alcoolismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRETI, Dino. **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, 2010, p. 13.

SILVA, Augusto Soares da. Linguística Cognitiva: Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**, v.1, 1997, p. 59-101.

TALMY, Leonard. Force Dynamics in Language and Cognition. In: _____. **Towards a Cognitive Semantics**. Cambridge: MIT Press, 2000, p. 409- 470.

I LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE OS PADRÕES DE CONSUMO DE ÁLCOOL NA POPULAÇÃO BRASILEIRA. Brasília: 2007, ano 1, n.1, 2007.

¹³ Conforme se observa em: “porque foi ele mesmo que me trouxe através de DEUS... pra uma casa dessa daqui”; “Deus me deu uma família maravilhosa e o ÁLCOOL não tava deixando eu... eu ver isso aí... eu enxergar...”.

Estereótipo e argumentação: a influência do auditório na publicidade de revistas de nicho

Filipe Mantovani FERREIRA¹

Resumo: *Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre a estereotipagem, entendida como processo cognitivo indispensável à concepção de um auditório (AMOSSY, 2008), e a persuasão pretendida por peças publicitárias veiculadas em revistas voltadas a públicos específicos. Mais precisamente, interessa-nos analisar em que medida o estereótipo da audiência implica adaptações de ordem retórico-argumentativa em anúncios publicitários extraídos das revistas Sempre Jovem, publicação voltada a idosos, e Sentidos, título direcionado a pessoas com deficiência. No que respeita à abordagem teórica adotada, procedemos à articulação entre uma teoria sociocognitiva dos estereótipos (TAJFEL, 1981; BODERHAUSEN, 1993; AMOSSY, 2008) e a concepção de argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]). As análises permitiram observar que os anúncios publicitários fazem uso estratégico das linguagens verbal e não verbal e da seleção lexical com vistas a agradar seu auditório enquanto procura convencê-lo sobre a eficácia do consumo dos produtos anunciados para resolver problemas decorrentes da velhice e da deficiência física.*

Palavras-chave: *argumentação; revistas de nicho; publicidade de nicho; estereótipo; estigmatização.*

1. Introdução

A persuasão a que visa qualquer anúncio publicitário é, em larga medida, dependente de uma concepção construída a respeito de seu público-alvo ou auditório. O processo de criação de um anúncio pressupõe um exame detido das características do público que ele procura conduzir ao consumo, a fim de que as estratégias de persuasão utilizadas sejam tão adequadas e eficazes quanto possível.

Nesse sentido, é significativo observar que a concepção de um auditório corresponde a um processo de estereotipagem cognitivamente complexo que influi de maneira decisiva no processo de produção de enunciados persuasivos (AMOSSY, 2008). Tendo isso em vista, objetivamos, neste trabalho, discutir a influência que a ideia construída a respeito de um auditório tem na argumentação empreendida por peças publicitárias. Buscamos, de modo mais específico, observar a maneira como os estereótipos que se criam a respeito de idosos e pessoas com deficiência física implicam a existência de adaptações retórico-argumentativas na publicidade das revistas *Sempre Jovem* e *Sentidos*, publicações voltadas, respectivamente, a esses nichos de mercado.

Com vistas a atingir tal objetivo, foram selecionados para análise seis anúncios publicitários, dos quais três foram publicados na 6ª edição de *Sempre Jovem* e três, na 76ª edição de *Sentidos*. Tais anúncios, que serão analisados segundo uma metodologia qualitativa e interpretativa, foram digitalizados e anexados a este trabalho.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. Bolsista CAPES. E-mail: filipe.mantovani.ferreira@usp.br

O presente artigo divide-se em quatro partes. Na primeira delas, são discutidas questões referentes à concepção de um auditório segundo a perspectiva da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]); na segunda, propõe-se a articulação entre tal perspectiva e o conceito de estereótipo, conforme concebido pela Psicologia Social de orientação cognitivista; na terceira parte, procedemos à análise do material publicitário selecionado como corpus; na quarta, por fim, apresentam-se algumas considerações finais decorrentes das análises.

As referências às peças publicitárias componentes do corpus deste trabalho serão feitas conforme numeração indicada no quadro a seguir:

Quadro 1. Peças publicitárias em análise

Número do anexo	Produto/marca anunciado (a)	Revista que veiculou o anúncio	Descrição do produto anunciado
1	Ultra Corega	<i>Sempre Jovem</i>	Adesivo fixador para dentaduras
2	Plenitud Active	<i>Sempre Jovem</i>	Roupa íntima absorvente para mulheres com incontinência urinária
3	Nutren Senior	<i>Sempre Jovem</i>	Complemento alimentar
4	Volkswagen	<i>Sentidos</i>	Linha de veículos adaptados para pessoas com deficiência física
5	Nova EcoSport	<i>Sentidos</i>	Veículo adaptado para pessoas com deficiência física
6	Nissan	<i>Sentidos</i>	Linha de veículos adaptados para pessoas com deficiência física ²

2. A concepção do auditório segundo a Nova Retórica

Conforme entendido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), o auditório consiste em uma criação do orador, que o concebe segundo a percepção que tem dele. Isso significa dizer que a concepção que um orador tem a respeito de um determinado auditório pode aproximar-se ou afastar-se da realidade, a depender de quão ajustada é a percepção que o orador tem dela.

De acordo com esses autores,

O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a

² Não é fortuito que os três anúncios publicitários da revista *Sentidos* selecionados para análise sejam de marcas ou modelos de veículos. Tal escolha justifica-se por ser a publicidade de empresas do ramo automobilístico predominante nessa publicação, havendo poucas peças publicitárias que se relacionem a outros ramos de atividade.

construção do auditório não seja inadequada à experiência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005[1958], p. 22).

Com efeito, pode-se dizer que as chances de a argumentação ser eficaz crescem conforme a representação que se faz do auditório se aproxime da realidade; inversamente, um orador que falhe ao conceber seu auditório de modo suficientemente acurado corre o risco de construir sua argumentação de modo impróprio, o que implica redução significativa suas chances de sucesso.

O auditório, entendido como uma construção do orador, é concebido como o fruto de um esforço deste no sentido de captar características compartilhadas pelo maior número possível de membros do grupo. Dessa forma, um orador procura enxergar o grupo como uma unidade, cujas características mais salientes devem ser consideradas definidoras e cujas características mais marcadamente individuais devem receber menor atenção ou ser desconsideradas.

A construção do auditório presumido é feita muito mais com base nos conhecimentos que o orador tem sobre os grupos sociais aos quais os membros do auditório se vinculam que em seu conhecimento sobre características individuais deles³. No dizer de Perelman e Olbrechts-Tyteca,

Cada meio [social] poderia ser caracterizado por suas posições dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005[1958], p. 23).

Conforme se observa, o auditório é concebido mediante o acesso a diversos tipos de conhecimentos de mundo, os quais se articulam em nível individual, na mente do orador, tendo como baliza seu processamento cognitivo.

2. A estereotipagem e sua função na concepção do auditório

Argumentamos, na seção anterior, que a concepção do auditório é possibilitada pela articulação de conhecimentos do orador a respeito dos grupos sociais a que pertencem os membros do auditório a que se dirige sua argumentação. Procedemos, nesta seção, a uma breve exposição a respeito do papel que o processo cognitivo de estereotipagem desempenha na construção da ideia que o orador tem de seu auditório.

Amossy (2008), ao retomar trabalhos de tradição perelmaniana, propõe que a construção do auditório seja entendida como consequência de um processo de estereotipagem, que permite “pensar o real por meio

³ Observe-se que tal afirmação é verdadeira mesmo quando o auditório é composto por apenas um membro, excluindo-se, no entanto, os casos em que ocorre o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]) denominam *deliberação consigo mesmo* (ou *deliberação íntima*). Sobre ela, afirmam os autores que “o homem dotado de razão (...) tem de desprezar todos os procedimentos que visam conquistar os outros; ele não pode, crê-se, deixar de ser sincero consigo mesmo e é, mais do que ninguém, capaz de experimentar o valor de seus próprios argumentos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958], p. 45).

de uma representação cultural pré-existente, um esquema coletivo cristalizado” (p. 125). A autora procede, assim, à articulação entre teorias que se ocupam da argumentação e da retórica com aquelas de base cognitiva que procuram descrever os processos mentais inerentes às atividades humanas.

A estereotipagem pode ser compreendida como uma instância do processo cognitivo de categorização que leva à criação de estereótipos; estes, por sua vez, consistem em imagens mentais hipersimplificadas de uma determinada categoria de indivíduo, instituição ou acontecimento, compartilhadas em aspectos essenciais por um grande número de pessoas (TAJFEL, 1981).

A estereotipagem tem papel significativo nas interações humanas, uma vez que, por meio da criação de atalhos cognitivos, possibilita que o orador possa fazer uma série de inferências a respeito de seu auditório, tendo por base apenas algumas características dele. Amossy (2008) esclarece que o modo como concebemos um indivíduo está intimamente relacionado, entre diversos outros fatores, à etnia, classe social, faixa etária, profissão e religião dele. Assim, um orador, ao ter ciência de que sua audiência é evangélica, por exemplo, tende a fazer uma série de deduções a respeito dos valores que ela provavelmente preconiza, dos comportamentos que considera preferíveis, de quais posições políticas adota; de forma análoga, a constatação de que um auditório pertence à etnia negra permite que se façam inferências a respeito, por exemplo, de sua classe social, profissão, grau de escolaridade, local de residência, entre diversas outras características provavelmente compartilhadas por seus membros.

Observa-se, portanto, que as inferências permitidas pela vinculação de indivíduos a um determinado grupo dependem das características que são socialmente reconhecidas como próprias de cada grupo. Trata-se de um recurso amplamente utilizado nas mais diversas situações de interação de que participamos em nosso cotidiano. É nesse sentido que se pode afirmar que o processo de construção de estereótipos é um fator que possibilita as interações humanas em meios sociais complexos. No dizer de Amossy,

[...] a concepção, correta ou errada, que [o locutor] faz do auditório guia seu esforço para adaptar-se a ele. É desnecessário dizer que não irei me valer do mesmo discurso para influenciar uma plateia composta por militantes do partido comunista ou por burgueses do elegante bairro do Morumbi em São Paulo, por mulheres muçulmanas que usam xador ou por feministas americanas (AMOSSY, 2008, p. 126).

Assim, a construção de estereótipos, concebida como resultado da co-ocorrência de processos de ordem individual e sociodiscursiva, depende não apenas da percepção que um indivíduo tem de determinado grupo social, mas também da imagem desse grupo que é construída discursivamente pelos membros de uma sociedade. Dessa forma, estabelece-se uma via de mão dupla, em que a percepção individual pode confirmar ou negar aquilo que se diz a respeito do grupo, e, inversamente, aquilo que se diz a respeito do grupo pode ou não coincidir com a percepção individual que se tem dele. A relação complexa entre os âmbitos social e individual que se estabelece nesse processo implica, portanto, a existência da possibilidade de que o modo como um orador percebe a audiência possa ser influenciado pelo discurso e que a imagem que se constrói acerca de uma audiência por meio do discurso possa ser influenciada pela percepção que o orador tem dela.

Decorre disso que as instâncias individual e social não podem ser consideradas antíteses uma da outra, mas complementares e responsáveis pela criação de uma “tensão criativa” (FARR, 1996) que está na base da construção de estereótipos.

Em um de seus trabalhos sobre preconceito no discurso, van Dijk (1984) postula que o estereótipo construído a respeito de diferentes grupos sociais é caracterizado por uma *atitude*, definida como um conjunto de crenças e opiniões que funciona como base cognitiva para o processamento das informações sobre os membros desses grupos. A respeito disso, esse estudioso esclarece que

as atitudes não correspondem a qualquer “avaliação” que as pessoas podem fazer sobre alguma coisa, alguém ou algum evento, mas a sistemas de memória organizados (...). Elas consistem em uma aglutinação de crenças sociais, ou seja, crenças sobre objetos sociais, tais como outras pessoas, grupos, estruturas ou fenômenos sociais. (VAN DIJK, 1984, p. 33).⁴

Segundo Bodenhausen (1993), alguns grupos são comumente associados a afetos negativos, tais como ansiedade, irritação e nojo, os quais podem interferir de maneira bastante significativa tanto na apreensão de traços de outros grupos, quanto no julgamento que a ela sucede. São esses os afetos que estão na base dos comportamentos preconceituosos direcionados a minorias com os quais temos contato no dia a dia. A estigmatização de grupos, isto é, sua associação a emoções negativas é, em larga medida, cultural, histórica e socialmente regulada.

Os estereótipos, embora relativamente estáveis, são dotados de uma variabilidade que lhes é intrínseca e estão, portanto, sempre atrelados a um processo de perpétua (re)construção, a qual pode ser influenciada de maneira decisiva conforme os discursos a respeito de um determinado grupo variem.

Tendo-se em vista que a publicidade tem como fim precípuo convencer aqueles a que se dirige a consumir, ela depende do processo de estereotipagem para que sua argumentação possa ser constituída de maneira adequada. Tal recurso aos estereótipos pode ter como efeito a ratificação deles, o que contribuiria para sua perpetuação em sociedade, efeito colateral que pode ser considerado bastante perverso em casos em que o estereótipo incorpora e naturaliza ideias discriminatórias.

Na próxima seção, procedemos à análise dos textos publicitários selecionados, com vistas a desvelar procedimentos linguístico-discursivos que sugerem a tomada de imagens estereotípicas dos grupos a que se dirigem as revistas como balizas para a construção de sua argumentação.

3. A estereotipagem como baliza para a construção argumentativa

As revistas *Sempre Jovem* e *Sentidos*, cujas audiências pretendidas são respectivamente idosos e pessoas com deficiência, são produtos de um movimento de segmentação de cultura e público bastante

⁴ Tradução livre de “Attitudes are not simply any ‘evaluation’ people may have about things, persons, and events, but complex, organized memory systems. (...). They consist of a hierarchical cluster of beliefs, that is, beliefs about social objects such as other persons, groups, social structures, or social phenomena”.

amplo que vem se acentuando, no Brasil, desde a década de 1980. Segundo Mira (2001), essa foi a época em que o mercado de comunicação passou a procurar contemplar nichos de mercado numericamente menos expressivos com os objetivos de converter em mercados consumidores parcelas da população que até então não tinham suas especificidades levadas em conta pelas empresas de comunicação e, assim, ampliar lucros.

Tendo em vista as peculiaridades dos nichos que almejam, supõe-se que essas publicações enfrentem concorrência reduzida ou mesmo nula, uma vez que é comum haver apenas um título voltado a uma determinada parcela da população ou que haja poucas publicações similares que efetivamente travem relação de concorrência entre si. A segmentação consiste, pois, em uma estratégia mercadológica de captação de consumidores.

Procedemos, a seguir, à análise das peças publicitárias selecionadas como *corpus*, com o objetivo de observar como os estereótipos dos grupos a que a publicidade das revistas *Sempre Jovem* e *Sentidos* se dirige implicam adaptações significativas nela. As adaptações mais significativas encontradas, conforme se poderá depreender por meio da leitura do que segue, têm por base escolhas estratégicas de palavras e empregos igualmente estratégicos das linguagens verbal e não verbal.

3.1. A não nomeação dos grupos a que se dirige a publicidade

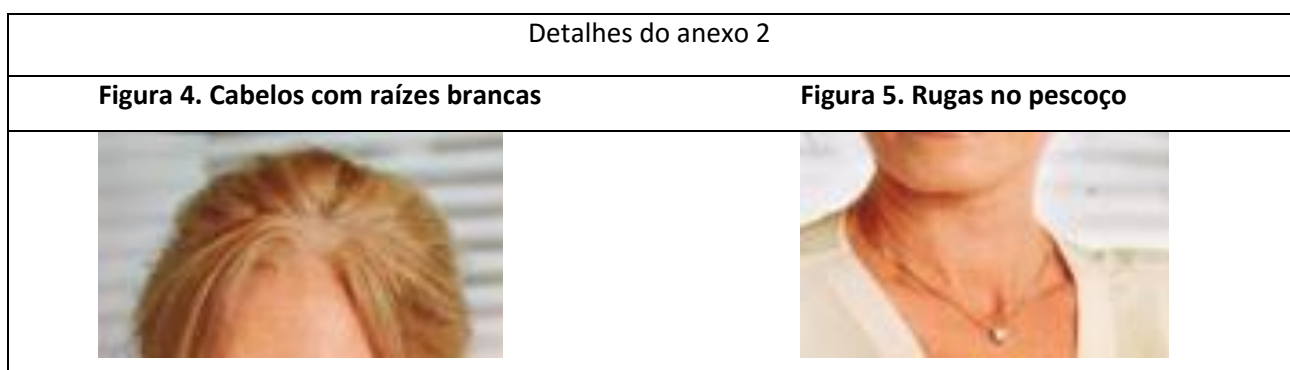
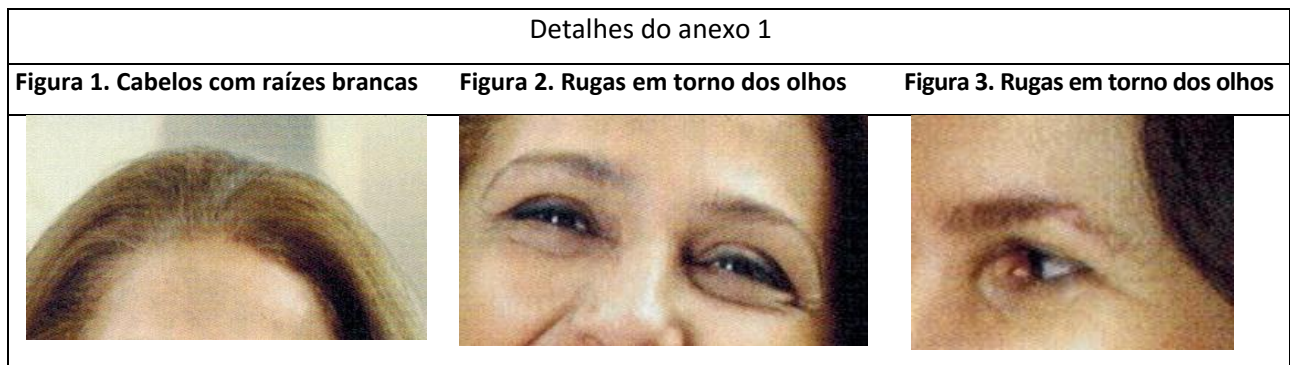
A publicidade veiculada por revistas de nicho visa, como qualquer publicidade, persuadir ao consumo o público que atinge, o qual corresponde, por vezes, a grupos que são vítimas de estigmatização e discriminação, como no caso de negros, homossexuais⁵, pessoas com deficiência física, idosos, mulheres, entre outros. São grupos a cujo estereótipo está atrelada uma atitude desfavorável, que compreende afetos negativos, tais como repulsa, nojo e reprovação.

Ter em vista a atitude negativa comumente associada a esses grupos é significativo para que se compreendam alguns dos recursos linguístico-discursivos de que a publicidade das revistas *Sempre Jovem* e *Sentidos* lança mão. Nesse sentido, é significativo observar que as cargas emocionais negativas comumente associadas à velhice e à deficiência parecem implicar um esforço para evitar fazer referência explícita verbal a essas duas condições. Para tanto, a publicidade da revista faz uso de duas estratégias, conforme detalhamos a seguir.

A primeira dessas estratégias consiste em fazer referência ao público-alvo dos anúncios exclusivamente por meio de recursos não verbais. Nos anexos 1 e 2, voltados a idosos, por exemplo, nenhuma referência é feita verbalmente à velhice; no entanto, observando-se as mulheres retratadas em ambas as peças publicitárias, identificam-se elementos como cabelos com raízes brancas (figuras 1 e 4) e

⁵ Para um estudo da mídia impressa voltada a negros e homossexuais, cf. Ferreira (2012).

pequenas rugas em torno dos olhos (figuras 2 e 3) e no pescoço (figura 5), os quais podem ser interpretados como indicadores de envelhecimento, conforme se pode observar nas imagens a seguir.



No contexto dos anexos 1 e 2, as rugas em torno dos olhos e no pescoço funcionam, assim como os cabelos com raízes brancas, como signos de velhice responsáveis por orientar o leitor para que compreenda que os produtos anunciados se direcionam a idosos. O uso de tal recurso permite à publicidade prescindir de uma nomeação por meio de palavras, opção que, conforme argumentamos a seguir, constitui um recurso argumentativo.

No caso dos anexos 4, 5 e 6, todos extraídos de *Sentidos*, a referência ao público com deficiência física é feita por meio do símbolo internacional de acesso (a seguir reproduzido), que é utilizado nas peças publicitárias em tamanho menor ou maior, com maior ou menor destaque e com algumas variações quanto a seu esquema de cores, tipo de traço e estilo de desenho.

Figura 6. Símbolo internacional de acesso



Segundo estabelecido pela Norma Brasileira Registrada 9050, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), vigente desde 30/06/2004, tal símbolo “deve indicar a acessibilidade aos serviços

e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (ABNT, 2004, p. 18).

Seu uso, para além do fato de o anúncio estar publicado em uma revista especializada voltada a pessoas com deficiência, é o que orienta os leitores a inferirem que os carros anunciados são adaptados para pessoas com deficiência física. Os anúncios furtam-se, como se observa, a fazer referências à condição de deficiência por meio da linguagem verbal explícita.

Tal tendência, presente em ambas as publicações, parece indicar a existência de uma espécie de regulamento tácito, segundo o qual a linguagem não verbal seria a mais adequada para que se construam referências a grupos a cujo estereótipo está vinculada uma atitude negativa. Essa configuração discursiva parece decorrer, em larga medida, da hierarquização das linguagens verbal e não verbal defendida pelo senso comum, de acordo com a qual aquilo que é mais importante — e que, portanto, merece mais atenção — é dito de modo direto por meio da linguagem verbal, ao passo que a linguagem não verbal seria responsável por mera complementação de significados. Dessa forma, as referências à velhice e à deficiência física, condições consideradas negativas, seriam mantidas em uma espécie de “segundo plano”, a fim de que se evite que ganhem relevo na peça publicitária; as vantagens a serem obtidas mediante a aquisição dos produtos anunciados, por outro lado, tendem a ser enunciadas verbalmente, o que supostamente daria aos argumentos de venda maior destaque. Tal organização parece consistir, portanto, em uma estratégia argumentativa bastante condizente com os objetivos comerciais dos anunciantes.

3.2. As referências verbais “indiretas” aos grupos a que se dirige a publicidade

A segunda estratégia detectada no *corpus* no que respeita à construção de referências aos grupos estigmatizados consiste na utilização de expressões que fazem referência indireta aos idosos e às pessoas com deficiência de maneira a procurar apagar ou atenuar os traços negativamente avaliados normalmente vinculados a esses grupos.

Observem-se os segmentos a seguir:

- (1) Novo Nutren Senior⁶ [troca de linha] vida ativa em qualquer idade (anexo 3)
- (2) Você é o cliente especial! (anexo 6)
- (3) Programa direção especial (anexo 6)

No segmento (1), a referência ao público idoso é construída por meio da expressão *senior*, forma que corresponde ao comparativo de superioridade do vocábulo latino *senex* (velho, ancião, idoso). Assim, *senior* pode ser traduzido como mais velho. Trata-se de um termo frequentemente utilizado em nomes de empresas

⁶ Embora o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente preveja acentuação para a palavra *senior*, por ela ser, assim como *mártir* e *caráter*, paroxítona terminada em *-r*, optou-se, neste trabalho, pela manutenção da grafia utilizada no anúncio publicitário.

ou produtos, como Prevent Senior (companhia de convênios médicos para idosos) e Porto Seguro Auto Sênior (linha de seguros de veículo para idosos).

Tal referência retoma a hierarquia do mundo corporativo, em que os profissionais menos experientes recebem a denominação junior, e aqueles que têm mais experiência são denominados sênior; aos profissionais em situação intermediária, é comumente reservada a designação pleno. Dessa forma, em uma construtora, por exemplo, é comum que os engenheiros sejam classificados em juniores, plenos e seniores. Estes últimos são, aliás, aqueles que, dentro da hierarquia, recebem os melhores salários, em virtude de sua experiência reconhecidamente mais extensa.

Desta forma, a opção por utilizar a expressão senior não parece ser fortuita, uma vez que ela parece servir a dois propósitos solidários, quais sejam, direcionar o produto e publicidade ao público idoso sem utilizar expressões impregnadas com carga semântica negativa (caso da palavra velho, por exemplo) e sugerir que o auditório é composto por pessoas cuja experiência, supostamente vasta, deva ser valorizada.

De maneira comparável, o uso do adjetivo especial nos excertos (2) e (3) faz referência indireta às pessoas com deficiência física, sem, para isso, utilizar expressões como o substantivo deficiente, comumente revestido de carga semântica negativa. Tal uso da palavra especial não constitui inovação por parte do anúncio publicitário, uma vez que ela aparece, com a mesma função, em expressões como portadores de necessidades especiais e crianças especiais, as quais são bastante recorrentemente utilizadas em português brasileiro para fazer referência a indivíduos com deficiência física e/ou mental.

De acordo com a versão online do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa⁷, especial pode significar “específico, peculiar, próprio”, além de “fora de série, ótimo, excelente”. A seleção do termo especial parece, nesse contexto, estratégica, tendo em vista que ele retrata as pessoas com deficiência como um grupo peculiar (a diferença entre pessoas com e sem deficiência é salientada), cujas especificidades não são negativas (porque aquilo que é considerado especial é também, vida de regra, considerado positivo). Pode-se dizer que a palavra especial, conforme utilizada nesse contexto, acumula ambos os significados trazidos pelo verbete do dicionário e que sua ambiguidade contribui para a construção de uma referência positiva aos deficientes físicos.

Importa ainda observar que outras expressões comumente utilizadas para fazer referência a esse grupo, tais como portadores de deficiência física ou deficientes físicos, implicam uma avaliação negativa das diferenças existentes entre pessoas sem deficiência ou com deficiência, visto que sugerem a não deficiência como um padrão em relação ao qual as pessoas com deficiência permanecem aquém. Poder-se-ia supor que este consiste em um dos motivos para que se prefira o termo especial aos outros citados anteriormente.

⁷ Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/>. Consulta em 13/09/2015.

3.3. Velhice e deficiência como condições indesejáveis e o consumo como solução de problemas

Conforme se pôde observar, as referências verbais explícitas à velhice e à deficiência física são evitadas, havendo preferência por referências construídas por meio de recursos não verbais ou por expressões como *senior* ou *especial*, as quais constroem uma imagem positiva (ou menos negativa) de ambas as condições⁸.

A ideia de que a velhice e a deficiência física não são necessariamente negativas é consistente com a orientação argumentativa adotada pelas peças publicitárias, a qual vincula o consumo dos produtos anunciados à solução de problemas que, por meio do acesso aos estereótipos, se pressupõe que o público-alvo tenha.

A degenerescência física, por exemplo, é característica saliente entre aquelas que compõem o estereótipo de idoso, à qual uma atitude negativa é comumente vinculada em nossa cultura. É com base nessa atitude que os anúncios publicitários constroem seus argumentos visando à venda. Considerem-se os seguintes segmentos:

- (4) Redescubra os sabores da vida com COREGA®. (anexo 1)
- (5) Restaura força e energia (anexo 3)

Os verbos *redescobrir* e *restaurar* sugerem que o consumo dos produtos possibilita o resgate de uma situação de vida anterior, da juventude, que se constitui como uma espécie de paraíso perdido a ser reconquistado. É corolário desse posicionamento o enaltecimento da juventude, que é vista como uma condição privilegiada de acesso a diversos prazeres, e a desvalorização da velhice, considerada um momento da vida em que as pessoas foram despojadas desses prazeres.

No contexto do anúncio, o substantivo *sabores*, utilizado no segmento (4), adquire dois sentidos não excludentes: ao mesmo tempo em que, em sua acepção mais corrente, pode fazer referência ao gosto das comidas representadas fotograficamente, mais acessível em virtude do consumo do adesivo para dentaduras *Corega*, pode designar também, em uso figurado, os deleites típicos da juventude e inacessíveis para aqueles que não fazem uso do produto anunciado. O excerto (5), por sua vez, trata dos benefícios de restaurar a força e a energia, presumivelmente perdidas em razão da idade.

Observe-se ainda que os anexos 1 e 3 optam por não enunciar quais são os problemas que serão resolvidos pelo uso dos produtos anunciados (a saber, a perda dos dentes e do vigor), deixando-os apenas subentendidos. Essa tendência parece ser tributária do estigma relacionado a alguns problemas típicos da velhice. A perda dos dentes e a diminuição do vigor, por exemplo, são vistas socialmente como algo digno de vergonha, e não como meras consequências do envelhecimento. Ao evitar enunciar diretamente, os anúncios

⁸ No caso da revista *Sempre Jovem*, a tentativa de associar uma atitude positiva ao uso da expressão *senior* é bastante conspícua e pode ser observada em trechos como: "Sênior é uma pessoa que tem muita idade. Velha é a pessoa que perdeu a jovialidade, se entregando à solidão e à velhice. [...] Você é sênior quando sonha. É velho quando apenas dorme."(Sempre Jovem, n. 6, p. 12).

não rompem com esse estigma, mas reforçam-no, o que, do ponto de vista mercadológico, consiste em uma estratégia conveniente, visto que os produtos anunciados serão mais facilmente vendidos se a tradição de considerar o envelhecimento e suas consequências algo ruim for perpetuada.

Constata-se, assim, que os estereótipos e as características negativamente avaliadas que os compõem funcionam como guias para o encaminhamento argumentativo das peças publicitárias. Tal tendência é observável também nas peças publicitárias direcionadas a pessoas com deficiência, em especial nos excertos reproduzidos a seguir:

(6) Liberdade e independência. Tudo que a Volkswagen garante para você, além da tecnologia I-Motion. (anexo 4)

(7) Seu único limite vai ser o infinito. (anexo 5)

Falta de liberdade, dependência e limitações de mobilidade são aspectos negativamente avaliados bastante salientes da imagem estereotípica que se tem de pessoas com deficiência. Os excertos (6) e (7) dialogam com o estereótipo de pessoa com deficiência na medida em que propõem o consumo (a compra dos veículos anunciados, nesse caso) como forma de superação daquilo que se considera problema inerente à deficiência do público-alvo.

Assim como acontece na publicidade destinada a idosos, evita-se nomear aquilo que é tido como problema. Os problemas permanecem preferencialmente subentendidos e podem ser recuperados pelo público-alvo da publicidade por meio do recurso aos estereótipos. Tendo em vista que liberdade, independência e eliminação de limites são benefícios oferecidos pelos anúncios e acessíveis mediante a compra de produtos, fica pressuposta a associação de pessoas com deficiência à falta de liberdade, à dependência e a limitações diversas, que são considerados problemas a serem resolvidos.

Constata-se, assim, que as características negativamente avaliadas que compõem os estereótipos de idosos (falta de vigor e degenerescência física, por exemplo) e de pessoas com deficiência (falta de liberdade e autonomia, por exemplo) podem ser utilizadas como forma de construir argumentos que visam à venda de produtos.

4. Considerações finais

As análises permitiram verificar que os estereótipos de idosos e de pessoas com deficiência física funcionam como parâmetros bastante significativos para a construção da argumentação empreendida pelos anúncios publicitários que compõem o *corpus* deste trabalho.

Observou-se, por meio das análises, que papéis específicos são atribuídos aos elementos verbais e não verbais que constituem os anúncios, o que é feito segundo uma lógica específica: referências a elementos estigmatizados de nossa cultura, aos quais uma atitude negativa é associada, são feitas preferencialmente por meio de recursos não verbais; caso sejam feitas por meio de expressões verbais, estas tendem a ser

selecionadas de modo a procurar neutralizar o estigma associado às condições de idoso e de pessoa com deficiência. Justifica-se, dessa forma, não só a preferência por fazer referência ao público alvo por meio de elementos não verbais como rugas e cabelos brancos, no caso dos idosos, e do símbolo nacional de acesso, no caso das pessoas com deficiência, mas também o uso de expressões como *senior* e *especial*, que, como argumentamos, enquanto fazem referência “indireta” a idosos e pessoas com deficiência, procuram enaltecer a imagem que se tem desses dois grupos.

A tendência a não expressar verbalmente de modo direto aquilo que é estigmatizado em nossa sociedade manifesta-se também pelo fato de as peças publicitárias não enunciarem os problemas que supostamente seriam resolvidos por meio do consumo dos produtos que buscam vender. Assim, anunciam-se adesivos para dentaduras (anexo 1) complementos alimentares (anexo 3) e carros adaptados (anexos 4, 5 e 6), por exemplo, sem que os problemas que eles pretensamente resolvem (perda de dentes, perda de vigor e falta de mobilidade, respectivamente) sejam expressos verbalmente e de maneira direta⁹. Os problemas inerentes à condição de idoso e de pessoa com deficiência são expressos preferencialmente por meio de pressupostos, e não diretamente, tendência que se marca linguisticamente pela seleção de verbos como *redescobrir* e *restaurar*, conforme argumentamos anteriormente.

Identificar tal lógica de uso dos elementos verbais e não verbais implica identificar também uma contradição: ao mesmo tempo em que se busca representar de modo positivo as condições de idosos e de pessoas com deficiência, há a opção por não se fazer referência verbal direta a elas, conduta que não contesta o caráter de tabu delas, mas o ratifica. Dito de outro modo, os anúncios perpetuam a ideia de que velhice, deficiência e temas ligados a elas são assuntos socialmente pouco aceitáveis no contexto da publicidade e que, portanto, a referência a eles deve ser feita de modo indireto ou por meio de recursos não verbais. Reforça-se, assim, o estigma sobre a velhice e a deficiência.

Essa contradição pode ser considerada uma das bases para a argumentação desenvolvida pelas peças publicitárias, uma vez que, ao mesmo tempo em que interessa agradar à audiência, mostrando-lhe que uma vida sem degenerescência física e sem limitações à liberdade é acessível, a fim de conquistar sua adesão, é mercadologicamente vantajoso que a velhice, a deficiência e os problemas decorrentes de ambas sejam considerados condições sobre as quais não se pode falar abertamente, isto é, condições negativamente avaliadas que podem e devem ser evitadas, o que seria pretensamente realizável por meio do consumo dos produtos anunciados.

⁹ O anexo 2 contradiz essa tendência ao enunciar explicitamente que o produto se destina a pessoas que sofrem de incontinência urinária, outra condição estigmatizada.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na inserção de disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2008, p.120-143.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira Registrada 9050/2004. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em 13 set. 2015.

BODENHAUSEN, Galen. Emotions, arousal, and stereotypic judgments: a heuristic model of affect and stereotyping. In: HAMILTON, David L.; MACKIE, Diane M. (eds.). **Affect, cognition, and stereotyping: interactive process in group perception**. San Diego: Academic Press, 1993, p. 13-37.

FARR, Robert. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERREIRA, Filipe Mantovani. **Estereótipos e discurso: a (re)construção da imagem de minorias em revistas de nicho**. São Paulo, 2012. 252f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2001.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAJFEL, Henri. **Human groups and social cognition: studies in social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Prejudice in discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1984.

Fontes

SEMPRE JOVEM. São Paulo, n. 6, ano 3, mar. 2013.

SENTIDOS. São Paulo, n. 76, ano 12, mai/jun. 2013.

Anexos

Anexo 1 – Anúncio do adesivo fixador para dentaduras *Ultra Corega* – revista *Sempre Jovem* (nº 6)

Redescubra os sabores da vida com **COREGA®**.

+ LIBERDADE
COREGA® ajuda a bloquear partículas de alimento.**

+ CONFORTO
Fixação e segurança o dia todo.***

+ CONFIANÇA
COREGA® aumenta a força da mordida.****

Segurança para falar, sorrir e comer.

COREGA

Anexo 2 – Anúncio de roupa íntima absorvente *Plenitud Active* – revista *Sempre Jovem* (nº 6)

Plenitud ACTIVE

é underwear
COM PROTEÇÃO PARA INCONTINÊNCIA

Absorção • Não marca a roupa • Ajuste perfeito

Acesse: vivaplenitud.com.br e peça uma amostra grátis

Kimberly-Clark

Anexo 3 – Anúncio de complemento alimentar *Nutren Senior* – revista *Sempre Jovem* (nº 6)



Anexo 4 – Anúncio de veículos adaptados da marca Volkswagen – revista *Sentidos* (nº 76)



Anexo 5 – Anúncio da versão adaptada do veículo Nova EcoSport – revista *Sentidos* (nº 76)



Anexo 6 – Anúncio de veículos adaptados da marca Nissan vendidos na concessionária Sinal Japan – revista *Sentidos* (nº 76)

NISSAN Sinal Japan Grupo SINAL www.gruposinal.com.br
f /gruposinal @grupo_sinal

VOCÊ É O CLIENTE ESPECIAL!

PROGRAMA **direção especial**

LIVINA X-GEAR 1.8 SL AT FLEX

- Bancos em couro e rodas de Liga Leve 15"
- Airbag duplo e ABS com EBD e BA
- Ar condicionado automático e digital

GRAND LIVINA 1.8 SL AT FLEX

- Acomoda até 7 passageiros
- Chave Inteligente (I-Key)
- ABS com EBD e BA
- Câmbio Automático e ar condicionado automático e digital

CHEGOU A HORA DE TER O SEU CARRO JAPONÊS

3 anos
GARANTIA PARA TODA A LINHA

ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA DAS 8H ÀS 20H. SÁBADO ATÉ ÀS 17H.

ALPHAVILLE - Avenida Anaguá, 2011 - Tel. 11 4706.8777
ARCANDÓVIA (Auto Shopping) - Av. Alcantara, 5555 - Tel. 11 3385.0860
RADIAL - Av. Radial Lemos, 1725 - Tel. 11 2081.8200

NISSAN Sinal Japan

Guarde de 150 euros, sem limite de pulverização para uso particular 100 ml em garrafa comercial, no 2º que vencer primeiro, com validade e resguardos estabelecidos nas concessionárias Nissan. Entenda o direito de retenção ou retenção de prazo. Assessoria de Crédito. Máximo informado em todas as concessionárias Nissan. Não há limite de crédito. Respostas e informações sobre o programa de crédito estão disponíveis em www.nissan.com.br.
Pagos em reais em seu veículo regularmente.

A mocidade e o imaginário republicano na virada dos séculos XIX a XX

Giovanna Ike COAN¹

Resumo: *Este trabalho analisa textos de jornais produzidos por alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, na passagem do século XIX ao XX. Buscamos verificar as condições de produção e recepção dos discursos, levando em conta o contexto sócio-histórico-ideológico, e examinar como os textos se relacionam dialogicamente entre si, no que tange a temas como “instrução”, “patriotismo”, “papel da mocidade”, ao emprego de metáforas, e também como contribuem para a construção e a afirmação do “ethos” das instituições e de seus estudantes. Assim, abordamos aspectos do repertório científico e político do período, do imaginário republicano, além do papel atribuído às escolas nesse regime.*

Palavras-chave: *discurso; imaginário republicano; jornais de alunos; Colégio Culto à Ciência; Ginásio de Campinas.*

1. Introdução

Na virada dos séculos XIX a XX, a cidade de Campinas era um dos principais polos cafeicultores de São Paulo. A conjugação de condições econômicas e sociais determinou seu crescimento acelerado e sua modernização, além de conferir-lhe importante papel no cenário político nacional: Campinas foi o berço de inúmeros membros do Partido Republicano Paulista (PRP) que atuaram na contestação a instituições e valores da tradição imperial. Em meados de 1870, um grupo ligado à economia do café e às esferas de propaganda republicana se voltou à causa da educação e fundou o Colégio Culto à Ciência, uma instituição particular, sem fins lucrativos, que visava a difundir o saber científico e laico aos filhos do município (MORAES, 2006), nos níveis primário e secundário.

O Culto à Ciência esteve em funcionamento até o início dos anos de 1890, quando fatores diversos levaram a seu fechamento; em 1896, o edifício que ocupava passou a abrigar o Ginásio de Estado de Campinas. Mantendo o prestígio do predecessor e movido por semelhante empenho em prol da instrução, o Ginásio seria uma das instâncias da reforma do ensino público proposta pela jovem República brasileira (MONARCHA, 1999).

O presente artigo visa a examinar textos de jornais produzidos por alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, relacionando-os ao discurso proferido por Campos Sales na cerimônia de inauguração do Culto à Ciência, em 1874, que tomamos como o “discurso fundador” (ORLANDI, 1993) da instituição. Buscamos analisar as condições de produção e recepção dos discursos, levando em conta o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2007), e verificar como os textos se relacionam dialogicamente entre si, no que tange a temas como “instrução”, “patriotismo” e “papel da mocidade” e ao

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Marilza de Oliveira. Bolsista CAPES. E-mail: gikecoan@hotmail.com

emprego da “metáfora das luzes vs. trevas”, uma vez que “todo discurso se delinea na relação com outros discursos: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”² (ORLANDI, 2007, p. 43). Ademais, examinamos como os escritos contribuem para a construção e a afirmação do *ethos*³ das instituições e de seus estudantes.

Dessa forma, investigamos a presença de elementos tanto do ideário republicano, elaborado na fase anterior a novembro de 1889, quanto do imaginário republicano, construído no momento de concretização das lutas e de legitimação do novo regime. Segundo Carvalho (2008), uma vez que as ideologias republicanas permaneceriam enclausuradas no fechado círculo das elites esclarecidas, a legitimação da República brasileira dependeria de um arsenal de símbolos, alegorias, rituais e mitos que atingiriam mais facilmente o povo e seu imaginário – com suas aspirações, medos e esperanças. E uma forma efetiva de disseminar e fortalecer esse arsenal seria por meio de sua presença nas escolas e na educação dos alunos, isto é, da *mocidade*.

Diante desse quadro, assumimos que “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso” (BRANDÃO, 2012, p. 11), e conduzimos uma análise que se pauta em formulações teóricas da Análise do Discurso (AD) – *e.g.*, condições de produção, formação discursiva, formação ideológica, interdiscurso etc. Por outro lado, buscamos aprofundar o olhar interdisciplinar sobre o objeto, olhar este indissociável das propostas de estudos discursivos⁴, conjugando a AD com o enfoque da História Social da Língua Portuguesa, recente área dos estudos da linguagem que investiga os usos linguísticos inseridos nas relações sociais e articulados intrinsecamente às circunstâncias históricas e à formação intelectual dos indivíduos e grupos que produzem tais usos⁵.

O artigo está organizado nas seguintes partes: inicialmente, apresentamos um breve panorama da educação secundária no Brasil Imperial, contexto de surgimento do Colégio Culto à Ciência, em Campinas. Em seguida, analisamos excertos daquele que tomamos como o “discurso fundador” do Culto à Ciência, proferido por Campos Sales, e identificamos temáticas que o caracterizam em seu contexto social, político e ideológico e que serão retomadas, interdiscursivamente, nas produções dos jornais dos alunos do Culto à

² Uma relação denominada *interdiscurso* (ORLANDI, 2007, p. 31).

³ Entendemos o *ethos* como “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 220). De fato, para exercer um poder de captação, o *ethos* deve estar afinado com a conjuntura ideológica (MAINGUENEAU, 2005).

⁴ A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, articulando conhecimentos do campo das Ciências Sociais, da Psicanálise e da Linguística (ORLANDI, 2007).

⁵ A História Social da Língua é uma disciplina em construção e vem sendo desenvolvida, por exemplo, pelo grupo coordenado pela Prof. Dra. Marilza de Oliveira (FFLCH/USP), ao qual minha pesquisa de doutoramento se vincula. A área deriva dos trabalhos em Linguística Histórica, sobretudo na esfera da morfossintaxe, ao estudar variações e mudanças por que passa a língua no eixo do tempo. Contudo, pretende ir além da descrição dos usos linguísticos, interpretando-os em função dos aspectos socioculturais e ideológicos de seu contexto de produção e da experiência social dos indivíduos que os produzem (posição social, formação intelectual, redes de relacionamento, ligação com a classe dominante etc.). Nesse sentido, também dialoga com a História e as Ciências Sociais, de modo a entender que “a conjuntura sócio-histórica perpassa os usos linguísticos, definindo-os, ao mesmo tempo em que esses usos são também alicerces dessa conjuntura, co-responsáveis por criá-la” (RIBEIRO, 2015, p. 6).

Ciência e do Ginásio de Campinas. Por fim, a seção 4 traz a análise de textos elaborados pela *mocidade* dessas instituições e sua relação com o imaginário republicano, a partir da qual esboçamos as Considerações finais.

2. A educação e o ideário republicano

Embora reconhecesse às províncias a completa autonomia administrativa e didática no campo do ensino primário, o governo central propunha o Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, como estabelecimento-modelo dos estudos secundários. Fundado em 1837, o Colégio tinha o objetivo de formar os filhos da elite, “jovens que, no futuro, após passarem pelas Academias Superiores, poderiam ocupar o mundo do governo imperial, garantindo, assim, a expansão Saquarema” (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 23)⁶.

O Pedro II inspirava-se na educação humanística e clássica, visando a transmitir e consolidar uma cultura geral, erudita, voltada para a formação integral dos indivíduos. O grau de Bacharel em Letras concedido pelo estabelecimento habilitava o estudante para a matrícula em qualquer Academia, sem ter de prestar novos exames. Entretanto, uma vez que esse direito não era atribuído aos títulos e aprovações conferidos pelas instituições provinciais, estas, em geral, optavam por um currículo propedêutico, limitando-se apenas aos conhecimentos exigidos nos exames preparatórios para os cursos superiores.

Na província de São Paulo da segunda metade do século XIX, os estabelecimentos de ensino secundário público eram escassos e restritos aos estudantes do sexo masculino (MORAES, 2006). Para as autoridades do governo, a minguada presença de alunos não compensava os gastos públicos despendidos com a instrução de uma elite financeiramente capaz de frequentar colégios particulares na província ou na Corte. Nesse sentido, uma lei de 1868 extinguiu o ensino secundário oficial em São Paulo, de modo que tal nível passou a ser, automaticamente, um encargo da iniciativa privada.

O Colégio Culto à Ciência surgiu em Campinas num momento em que a iniciativa privada se dedicava a empreendimentos para a modernização da cidade. Foi idealizado em 1869, mas inaugurou-se em 1874. Seu objetivo era ser uma instituição de ensino primário e secundário destinada a “realizar com o aperfeiçoamento possível a educação moral e intelectual dos alunos” (*apud* PAULA, 1946). Mais do que isso, visava a difundir o saber científico, positivo e laico à mocidade do município, em oposição à tradição literária, humanística e eclesiástica da Monarquia. Com efeito, no projeto político republicano, a educação era considerada um dos seus principais pilares, como expressa o “Programa dos Candidatos” do PRP:

Admittida a liberdade de ensino, entendemos que o estado (ou provincia ou municipio) deve ministrar a instrucção sob o ponto de vista positivo. O ensino official não póde estar

⁶ Considerado “a menina dos olhos do Imperador” (FREYRE, 1974, p. 165 *apud* ANDRADE, 2011, p. 2), o colégio vivia sob a direção imediata e pessoal do monarca, de modo que este se orgulhava de dizer: “Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II” (SCHWARCZ, 2013, p. 150).

sujeito á influencia de escolas philosophicas: deve ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades affirmadas pela sciencia.⁷

Para os republicanos, as verdades “affirmadas pela sciencia” deveriam superar as verdades afirmadas pela filosofia metafísica ou pela religião. Logo, nada mais apropriado do que nomear o resultado de um projeto republicano na área da instrução de Colégio *Culto à Ciência*.

Seguindo tal proposta e indo além das disciplinas preparatórias, o Colégio Culto à Ciência contava, por exemplo, com um gabinete de física, montado em 1882 pelo professor de ciências naturais, João Kopke, com aparelhos vindos dos Estados Unidos (PAULA, 1946). Inovava também no que tange aos métodos de ensino, pois seu quadro docente era composto por professores ligados ao repertório de ideias científicas do século, que “não poderiam deixar de imprimir uma nova atitude intelectual em suas atividades educativas” (MORAES, 2006, p. 179). Esses seriam os casos de João Alberto Sales⁸, nas cadeiras de francês e filosofia, Júlio Ribeiro⁹, na cadeira de português, e Hipólito Pujol¹⁰, nas cadeiras de francês e latim, entre outros.

O Culto à Ciência esteve em funcionamento até o ano de 1892, quando problemas de saúde pública ligados às epidemias de febre amarela na cidade, iniciadas em 1889, e uma grave crise financeira ocasionaram a dissolução da sociedade que o mantinha. Assim, em 1892, o patrimônio do colégio foi transferido à municipalidade de Campinas. Em 1894, o prédio em que funcionava o estabelecimento passou à propriedade do Estado de São Paulo para a instalação de um ginásio de ensino secundário, que foi inaugurado em 1896 com o nome de Ginásio de Estado de Campinas.

Os republicanos tomariam a *escola* como símbolo do seu governo, pois ela seria “um centro multiplicador das luzes, que colocam as ideias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade” (MONARCHA, 1999, p. 172). Dessa forma, tencionariam reverter a situação de precariedade do ensino público em geral, promovendo uma grande reforma. No transcorrer da década de 1890, São Paulo organizou e instaurou seu sistema educacional público, abrangendo: a Escola Normal e a Escola-Modelo, anexa a ela; o jardim de infância; o ensino primário e os Grupos Escolares; o ensino secundário, com os Ginásios de Estado¹¹; e o ensino superior.

⁷ Partido Republicano. *Programa dos Candidatos – Eleições na Província de São Paulo*. São Paulo: Typ. Jorge Seckler, 1881, p. 20 (*apud* ZIMMERMANN, 1984, p. 80).

⁸ Bacharel pela Academia de Direito de São Paulo (1882), co-proprietário do jornal *A Província de S. Paulo* (1884), renomado teórico republicano, com obras em prol da federação e do desmembramento do país, como *A Pátria Paulista* (1887) (CANTUÁRIA, 2000; ALONSO, 2002). Atuou no Culto à Ciência no início dos anos 1880.

⁹ Júlio Ribeiro foi professor no Culto à Ciência de 1876 a 1882. É reconhecido por ser o autor da *Grammatica Portuguesa* (1881), que representa um corte epistemológico na gramaticografia brasileira, ao introduzir o modelo histórico-comparativo de estudo da língua, e do romance naturalista *A Carne* (1888), uma contundente manifestação antirromântica (ALONSO, 2002), além de ter protagonizado polêmicas com os republicanos paulistas, entre os quais Alberto Sales, acerca dos rumos tomados pelo PRP.

¹⁰ Franco-catalão radicado no Rio de Janeiro, foi professor e diretor do Culto à Ciência entre os anos de 1888 a 1892. Seus conhecimentos especializados em pedagogia moderna embasaram a escrita das *Notas devendo servir para a reforma do ensino do Colégio Culto á Sciencia* (1890), que pregam o método intuitivo e o espírito de observação e ciência na prática escolar.

¹¹ O governo do Estado de São Paulo criou três estabelecimentos oficiais de ensino secundário: o Ginásio de Estado da Capital (criado em 1892), o Ginásio de Estado de Campinas (criado em 1896) e o Ginásio de Estado de Ribeirão Preto (criado em 1906).

Apesar de terem se originado por motivações diversas e funcionado em contextos distintos, o Colégio Culto à Ciência e o Ginásio de Campinas apresentam nuances de continuidade, pois o mesmo grupo de republicanos paulistas estava envolvido na fundação das duas instituições: enquanto a primeira surgira no momento de propaganda republicana, a segunda foi criada no período de legitimação do novo regime. Logo, consideramos que a identidade do Culto à Ciência seria imanente ao Ginásio de Campinas¹².

3. Culto à Ciência e Ginásio de Campinas: do discurso fundador à memória

Em janeiro de 1874, no ato solene de inauguração do Colégio Culto à Ciência, Manuel Ferraz de Campos Sales¹³ proferiu um discurso em que anunciava não apenas a abertura de mais uma escola em Campinas, mas a concretização de um ideal¹⁴:

Senhores: Em presença do fato que hoje solenizamos, quem há que não pressinta através do futuro a grande luz, a luz que ilumina toda a humanidade: o progresso?
O cidadão já não se limita a esperar do Estado aquilo que pode fazer por si e que constitui uma indeclinável necessidade sua. Os meios não faltam. Quando a vontade individual não basta, convoca-se o esforço comum e forma-se a associação para levantar a escola.
[...]
Eu conheço, disse um profundo pensador, uma força maior que todas as forças: — é a força do espírito humano quando ele é esclarecido; e uma fraqueza, a mais incurável de todas as fraquezas: é a ignorância.
Não se espere, pois, indolente pela ação oficial. Que o povo se associe para educar o povo.

A idealização do Culto à Ciência era uma resposta dos republicanos paulistas àquilo que consideravam ser “a inércia e o descaso”¹⁵ do governo central para com a instrução nas províncias, sobretudo no caso da educação secundária. Assim, Campos Sales destaca o “espírito de associação” dos campineiros, isto é, o poder da iniciativa privada em prol da educação, pois, em suas palavras, “O cidadão já não se limita a esperar do Estado aquilo que pode fazer por si e que constitui uma indeclinável necessidade sua”.

É possível interpretar que, para Campos Sales, o “espírito humano” se conservava na ignorância durante o Império, mas, tornando-se esclarecido pela educação, ganharia “força” e alcançaria o “progresso”. O orador se apropria da “metáfora da iluminação”¹⁶, ressignificando os conceitos de luz e trevas dentro do contexto da década de 1870: no Império do presente, marcado pela “ignorância”, havia “penumbra”, trevas; ao passo que o feito do Colégio colocaria as bases do “saber”, onde predominariam as luzes. De fato, “na visão elaborada pelas diferentes consciências revolucionárias, o regime monárquico seria o crepúsculo que

¹² De fato, o nome da instituição foi alterado de Ginásio de Estado de Campinas para Colégio Estadual Culto à Ciência, em 1947 (AFFONSO; PINTO, 1986), retomando o nome do colégio predecessor. Atualmente, chama-se Escola Estadual Culto à Ciência.

¹³ Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo (1863), participou da criação do PRP (1873) e foi membro da Sociedade Culto à Ciência, que fundou o colégio homônimo em 1874. Atuou em diversos cargos políticos na Província e no Estado de São Paulo. Foi eleito senador federal (1891) e tornou-se o quarto presidente da República (1898-1902).

¹⁴ Apresentamos os trechos inicial e final do discurso, cujo texto integral consta da monografia histórica de Paula (1946).

¹⁵ Retomando termos usados pelo próprio Campos Sales, em artigo do *Almanak de Campinas para 1873*.

¹⁶ Contrapondo as luzes às trevas, a metáfora da iluminação é recorrente durante o movimento filosófico do Iluminismo, do século XVIII, que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão e pelo incentivo à liberdade de pensamento.

encerrava uma época e, com ela, instituições, modo de vida e forma de pensar” (MONARCHA, 1999, p. 167), inclusive no que concerne ao tipo de formação oferecido pelo ensino imperial.

Inseridos em tal conjuntura sócio-histórica, esses usos metafóricos revelam que, muito além da visão tradicional que reduz a metáfora a uma figura de linguagem com função ornamental, seu emprego está fortemente articulado a uma dimensão político-ideológica. Logo, a metáfora é um fato de discurso, ou seja, uma escolha linguística transmissora de ideologia, pautada em saberes partilhados por uma coletividade, além de ser uma estratégia argumentativa construtora de significado (LUQUES, 2010; VEREZA, 2010)¹⁷. No caso em questão, a reapropriação da “metáfora da iluminação” (conceito antigo) dentro da realidade vivida em 1874 (situação atual) contribui para que o orador tenha mais meios de convencer seu auditório do valor positivo que a ação dos republicanos paulistas exerceria sobre a causa da educação no Brasil.

Ademais, conforme demonstra o tom com que Campos Sales encerra sua fala, no combate à soberania real, os republicanos selecionaram a categoria “povo” para compor o seu discurso, pois o conceito de República, ou seja, o “governo do povo pelo povo”, é próprio a essa categoria, em oposição ao “governo de todos por um” (BLANCO, 1995), isto é, a Monarquia. A ideologia republicana também se valia do princípio utópico do positivismo que imaginava o novo regime como uma “futura idade de ouro” (CARVALHO, 2008), marcada pelo progresso e habitada por cidadãos conscientes de seus direitos e deveres cívicos (isto é, esclarecidos). Por isso, a preparação da mocidade (representada pelos estudantes) ganhava tanto valor naquele contexto.

Esse discurso de Campos Sales legitima a identidade almejada para o Culto à Ciência, dentro do projeto político-ideológico republicano, ao mesmo tempo em que forma uma nova tradição de sentidos. Por isso, entendemos que ele cumpre a função de ser o “discurso fundador” (ORLANDI, 1993) da instituição, uma vez que constrói o imaginário necessário para dar uma “cara” ao colégio em formação (i.e., criar o seu ethos), para concebê-lo em sua especificidade como um objeto simbólico. Logo, institui uma memória histórica, legítima, institucional do Culto à Ciência, que irá ecoar em outros discursos.

A partir daí surge uma identidade tal que o Culto à Ciência se apresenta e é reconhecido como colégio para os novos tempos, tendo o objetivo de desenvolver a educação moral e intelectual de seus alunos, ou seja, de difundir-lhes o amor à pátria e as luzes da ciência, e preocupando-se, pois, com a formação dos futuros cidadãos da República.

O discurso de Campos Sales está interligado a toda a produção do movimento republicano de São Paulo, seja em sua fase de propaganda e combate às instituições, práticas e valores imperiais, de 1870 a 1889, seja na fase de concretização das lutas, após a proclamação do regime. O texto e todo o sentido

¹⁷ Neste texto não nos detemos à discussão acerca do *lócus* da metáfora (linguagem, pensamento ou discurso) nem de sua dimensão cognitiva; para isso indicamos a leitura de Vereza (2010). Para o aprofundamento dos temas da metáfora como estratégia argumentativa e da metáfora como veículo da ideologia no discurso (trabalhado, por exemplo, pela Análise Crítica da Metáfora), vide Luques (2010).

construído por ele pertencem, portanto, à formação discursiva do grupo dos republicanos paulistas, uma vez que o conceito significa “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2007, p. 43).

Dessa forma, o pertencimento à mesma formação discursiva/ideológica possibilita que relações dialógicas sejam facilmente identificadas entre os textos produzidos nas circunstâncias tanto do Colégio Culto à Ciência (a partir de seu discurso fundador) quanto do Ginásio de Campinas, em se tratando de tópicos¹⁸ como “metáfora das luzes vs. trevas” e “papel da mocidade”, por exemplo.

Assim como o primeiro colégio fora idealizado para ser um lócus de “esclarecimento” no período monárquico, o último cumpria a função de representar as reformas que o governo estadual estava conduzindo no ensino público, com o propósito de multiplicar as “luzes” e legitimar seu poder. Isso é evidente no trecho a seguir, que noticia a inauguração do Ginásio e foi publicado em jornal destinado aos alunos da instituição:

Ao abrirem-se em 1897 as aulas do Gymnasio desta cidade, grande satisfação se apoderou de nós, que viamos nesse facto a realização de um justo desejo.

D’ora avante teríamos neste recanto do futuroso Estado de S. Paulo, uma casa de instrução que nos poderia esclarecer o espirito, espancando as trevas da ignorancia que nol-o obumbravam.

[...]

(“Conferências”, *Gymnasio de Campinas*, 07/09/1901, p. 4).

O texto, que não vem assinado, comenta o início do ano letivo de 1897/19 e salienta a sensação dos alunos diante do acontecimento: “grande satisfação se apoderou de nós, que viamos nesse facto a realização de um justo desejo”. Pode-se inferir que esse sentimento expressava não um, mas vários anseios da sociedade campineira que estariam se concretizando naquele momento: o “retorno” de um colégio de prestígio à cidade – relacionando a abertura do Ginásio no mesmo prédio do Culto à Ciência a uma “continuidade” deste; a instalação de um estabelecimento de ensino secundário oficial em Campinas, de forma que o empreendimento, feito em seguida à criação do Ginásio de Estado da Capital (1892), revelasse a importância que o município tinha fora de suas fronteiras; o poder de reconstrução e a recuperação da imagem positiva da cidade ainda no período de “trevas” das epidemias de febre amarela, pois a inauguração do ginásio simbolizaria o reinício da era de prosperidade.

O uso da primeira pessoa do plural demarca não só que o texto representaria a voz coletiva dos estudantes do Ginásio, mas, num sentido mais amplo (e polifônico), que expressaria a voz coletiva dos campineiros naquele momento. Além disso, também é possível identificar a voz coletiva dos paulistas e seu otimismo quanto à condição do Estado na virada do século, que, em pleno desenvolvimento econômico e com a vitória dos republicanos, teria um destino promissor, isto é, “futuroso”.

¹⁸ Do grego *tópos* (plural, *topoi*), que corresponde ao latim *locus communis*, de que resulta *lugar-comum*. Uma tópica é um sistema empírico de coleta, produção e tratamento da informação para finalidades múltiplas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

¹⁹ O Ginásio de Campinas foi inaugurado em 4 de dezembro de 1896, mas suas aulas só iniciaram no ano seguinte (PAULA, 1946).

Por representar a vitória das “luzes” no progresso material, a superação de problemas da história da cidade harmoniza-se com a ideia de que a instrução escolar (materializada no Ginásio de Campinas) seria o caminho de “luzes” que extirparia a ignorância e conduziria ao progresso intelectual: “uma casa de instrução que nos poderia esclarecer o espírito, espancando as trevas da ignorancia que nol-o obumbravam”.

Com efeito, esse trecho traz em seu bojo o ideal expresso quando da abertura do Colégio Culto à Ciência, que era o de esclarecimento do “espírito humano” através da escola. Logo, ele explicita que inerente ao texto está um tipo de memória especial, o interdiscurso: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2007, p. 31). Além disso, torna-se evidente que a metáfora, como fato de discurso e veículo de ideologia, também tem seu lugar nesse tipo de memória.

Na próxima seção, prosseguimos com o exame sobre o modo como o “discurso fundador” proferido por Campos Sales ecoa e reverbera nas produções dos alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, isto é, de sua mocidade.

4. A mocidade e o imaginário republicano

Temos visto que a “metáfora da iluminação”, opondo as luzes às trevas, marca o discurso republicano (MONARCHA, 1999) em diversas apropriações de sentido. Representando as trevas, em conotação negativa, estariam: o passado; o atraso; o Império, com suas instituições, práticas e valores; o ensino literário e religioso; a ignorância, a falta de instrução. Do lado inverso, simbolizando as luzes, em sentido positivo, ficariam: o futuro; o progresso; a República, com suas instituições, práticas e valores; o ensino científico e laico; o saber, a instrução. Esse fato do discurso também se mostra usual nos textos dos alunos em todos os periódicos analisados.

O excerto abaixo foi extraído de artigo publicado no jornal O Culto á Sciencia, de 07/04/1888, e foi escrito pelo aluno Ernesto Corrêa:

[...]

Findo o periodo das guerras infecundas, das luctas sem proveito, a unica e mais justa guerra que o presente está a nos impor com a brutalidade imperiosa dos grandes acontecimentos – é a guerra de exterminio do saber contra a ignorancia vil, que levanta o collo serpentino, opprimindo a maioria dos espiritos, é a guerra justissima da luz contra o montão de trevas que ainda pisa sobre as diversas camadas inferiores da sociedade.

Esta é a guerra que nós todos devemos com insistencia desejar e querer com ardor.

Guerra nobre, guerra justa, dos espiritos elevados, ella tem por fim derribar todos os despotismos, para entronisar a tyrannia da verdade scientifica – unica legitima e supportavel.

Á mocidade de hoje está confiada esta honrosa tarefa.

Faz se urgentissima a emancipação dos espiritos.

[...]

Á mocidade compete travar a guerra do saber contra a ignorancia.

Á mocidade cumpre cheia de altivez e coragem civica abordar os problemas que se referem ao nosso desenvolvimento, ao nosso progresso, proclamando com justiça o reinado da sciencia.

(Ernesto Corrêa, “Uma guerra justa”, O Culto á Sciencia, 07/04/1888, p. 1-2)

Ernesto Corrêa recorre às forças antagônicas de “luz contra o montão de trevas”, seguindo o uso metafórico que vimos analisando, mas também se utiliza da metáfora bélica para se referir ao embate ideológico que se passava na sociedade, sobretudo nos meios intelectuais, onde conviviam os “espíritos elevados”, esclarecidos. Segundo o autor, a “guerra justa” que dá título a seu texto é aquela vivenciada no momento presente (de sentido figurado), ou seja, não é uma guerra física, entre povos e civilizações, mas “é a guerra de exterminio do saber contra a ignorancia vil [...] é a guerra justissima da luz contra o montão de trevas que ainda pisa sobre as diversas camadas inferiores da sociedade”. O fato de citar as camadas inferiores da sociedade parece remeter ao projeto de expansão da “educação intelectual”, presente na ideologia democrática dos republicanos, pois a instrução deixaria de ser (ao menos em princípio) um privilégio aristocrático para se tornar acessível às outras camadas sociais.

Por sua vez, ao mencionar que a “guerra justa” teria por fim “derribar todos os despotismos, para enthronisar a tyrannia da verdade scientifica – unica legitima e supportavel”, é possível inferir uma postura de oposição à monarquia e ao seu “despotismo”, sobretudo no que tange ao modelo de ensino imperial, que deveria ser “destronado” pelo modelo do Culto à Ciência. Nota-se ainda uma relação interdiscursiva com o trecho do “Programa dos Candidatos do PRP” em que os autores propunham que o ensino oficial deveria ser a “recapitulação das verdades affirmadas pela sciencia”²⁰.

Já na passagem “Esta é a guerra que nós todos devemos com insistencia desejar e querer com ardor”, Corrêa se coloca como porta-voz do pensamento dos estudantes do Colégio ao utilizar a primeira pessoa do plural (“plural de modéstia”), dando a ideia de que aquela “guerra justa” teria como principais “soldados” os jovens. Por isso, em seguida, enumera quais seriam os papéis atribuídos a eles: “Á mocidade compete travar a guerra do saber contra a ignorancia; Á mocidade cumpre cheia de altivez e coragem civica abordar os problemas que se referem ao nosso desenvolvimento, ao nosso progresso, proclamando com justiça o reinado da sciencia”. Com efeito, há, ao mesmo tempo, a expressão de ideais cívicos e o louvor à ciência.

Se à “mocidade”, representada pelos alunos do Culto à Ciência, competia a tarefa de travar a guerra do saber contra a ignorância, pode-se supor que o cenário dessa peleja fossem os bancos escolares. O ensino laico e científico e o foco na preparação dos “cidadãos da pátria”, almejados pela instituição, formariam jovens contestadores do status quo imperial e defensores da República. Por outro lado, ao deixarem o ensino secundário, os alunos do Culto à Ciência poderiam ingressar nas academias²¹ e, posteriormente, ocupar

²⁰ Conforme transcrito na seção 2 deste artigo.

²¹ Com efeito, o nome de Ernesto Corrêa consta da lista de alunos aprovados no curso anexo à Faculdade de Direito em 1890 (PAULA, 1946).

cargos administrativos no futuro governo. Dessa forma, o campo da “guerra” se ampliaria para demais espaços sociais, como os do poder público, e o combate à “ignorância” teria prosseguimento.

Em suma, o artigo de Ernesto Corrêa demonstra como a ideologia republicana era reproduzida e ganhava peso no (e pelo) discurso dos próprios estudantes do Colégio.

Os demais textos publicados por alunos em jornais do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas revelam outros temas “dizíveis” da formação discursiva/ideológica dos republicanos paulistas, temas estes que fortaleciam o sentimento pátrio e contribuíam na elaboração do imaginário popular republicano. São exemplos disso a valorização de datas cívicas e de “heróis nacionais” (CARVALHO, 2008), conforme ilustram os excertos a seguir.

Foi a 15 de novembro de 1897 que um grupo de jovens esperançosos, congregados por um mesmo ideal, installou uma associação literaria. O programma dessa novel sociedade estava traçado, de modo eloquente e bem frisante, na escolha de seu nome e da data de sua inauguração.

De facto. O nome do dr. Cesario Motta é por si só um programma. Espirito eminente, acostumado a pairar nas elevadas regiões de um patriotismo extremo de qualquer outra ambição, que não fosse a de ser um factor de progresso de sua Patria, concebeu e traçou um plano admiravel do combate gigantesco que se devia travar entre duas poderosas forças antagonicas – a ignorancia e o saber.

[...]

Que outra data mais expressiva ha que a de 15 de novembro para a inauguração de uma sociedade, cujo fim unico e patriotico é o de fortalecer os seus associados no amor da Patria, na admiração dos feitos grandiosos de seus ancestraos, na veneração dos vultos eminentes dos antepassados – ao mesmo tempo que os iniciava nas pelepas intellectuais, tendo como armas a penna e a palavra!

(“Um anniversario”, Gymnasio de Campinas, 15/11/1903, p. 1-2).

Esse texto é um editorial, assinado pelo aluno Carvalho e Silva, cujo tema é o aniversário da associação literária do Ginásio, chamada “Club Literário dr. Cesário Motta”. Obviamente, o autor tece elogios à associação e aos seus fins; todavia, a maior parte da redação é dedicada ao enaltecimento da data em que o clube fora criado (e data de publicação do periódico), 15 de novembro, e sobretudo da figura daquele que lhe dava nome, o “dr. Cesário Motta”. Médico paulista e deputado republicano, Cesário Motta Júnior participara da fundação do Ginásio e de outros estabelecimentos de ensino oficiais e havia morrido em 1897. É evocado por representar virtudes cívicas e por seu empenho em prol da instrução: “Espirito eminente, acostumado a pairar nas elevadas regiões de um patriotismo extremo de qualquer outra ambição, [...], concebeu e traçou um plano admiravel do combate gigantesco que se devia travar entre duas poderosas forças antagonicas – a ignorancia e o saber”. Note-se que, mais uma vez, a metáfora da iluminação e a bélica são recuperadas da formação discursiva/ideológica.

A valorização de figuras históricas, isto é, a retomada do “mito do herói”, é uma tradição positivista que também ganhou espaço no imaginário republicano, no momento de legitimação do novo regime e de afirmação da identidade nacional (CARVALHO, 2008). Ademais, essas personagens serviriam de imagem e exemplo para os membros da comunidade – neste caso, a instituição de ensino e seus alunos.

Carvalho e Silva também se apropria da metáfora bélica no desfecho do texto, dialogando com o texto de Ernesto Corrêa, analisado anteriormente, sobretudo por destacar a única “guerra/peleja” de conotação positiva que existiria, qual seja, o combate feito por meio da ilustração: as “pelejas intellectuais, tendo como armas a penna e a palavra!”.

Dessa forma, o editorial reitera o conceito de difusão das “luzes”, que, dentro dessa formação discursiva/ideológica, simbolizam o saber, a ciência e o progresso, além de interligá-lo ao sentimento cívico, isto é, de amor à pátria.

A importância da educação cívica na conjuntura do início da República é salientada de forma clara no trecho abaixo, publicado em 1904 no jornal *Gazeta Gymnasial*:

[...]

Ostenta-se hoje engalanada a Capital do Estado para solemnizar a grande data da nossa Independencia.

[...]

Cuidar da educação civica é completar esse bello padrão de gloria do Governo que tanto se tem empenhado pela instrucção publica.

Ensinar aos moços os gloriosos feitos dos nossos heróes, abrindo-lhes as paginas brilhantes da nossa historia, honrar nossas tradicções, commemorando-as dignamente, é fazer obra de grande patriotismo.

Sem instrucção não ha nação forte, assim comprehendeu o patriotico governo que tanto tem se empenhado pela educação popular.

[...]

E nós outros que cursamos as aulas de um dos estabelecimentos gymnasianos do Estado, como brasileiros e como moços, batendo palmas ao patriotismo e sympathico movimento do Governo, deante da commemoração a mais solemne das datas nacionaes, nos associamos ás festas de hoje com vivo enthusiasmo, porque acreditamos que o futuro da Patria nos pertence!

(“Chronica”, *Gazeta Gymnasial*, 07/09/1904, p. 3).

Nesse texto, o estudante Ludgero da Cunha Motta²² glorifica outra data nacional, o dia da Independência, e se apropria do espaço reservado em seu jornal para as comemorações do 7 de setembro para enaltecer São Paulo e seus feitos em prol da educação e do patriotismo.

O aluno remete ao *ethos* construído pelo governo paulista republicano, em que se afirmava que, no Brasil, São Paulo seria o estado protagonista das reformas no ensino público, visando a reverter a situação de precariedade existente. Portanto, na visão de Ludgero Motta, a um “patriotico governo”, como o paulista, era indissociável promover a educação cívica nas escolas. E, para isso, fazia-se necessário ensinar aos jovens “os gloriosos feitos dos nossos heróes” e “honrar nossas tradicções, commemorando-as dignamente” – conforme seria realizado nas escolas públicas republicanas por meio de festas e celebrações cívicas.

No final do artigo, Ludgero Motta volta-se para o grupo ao qual se incluía, isto é, para a mocidade que frequentava o Ginásio de Campinas: “E nós outros que cursamos as aulas de um dos estabelecimentos gymnasianos do Estado, como brasileiros e como moços”.

²² Graduou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, em 1911. Foi professor e diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, responsável pelo início da construção do prédio do Hospital das Clínicas.

O uso simultâneo de um pronome de primeira pessoa (“nós”), representando identidade, e de um indefinido (“outros”), representando a alteridade, sugere que a mocidade do Ginásio, cujo porta-voz era o aluno Motta, tinha distinção dentro do conjunto formado por toda mocidade brasileira. Nesse sentido, esses estudantes comporiam uma “outra mocidade”. Essa distinção se justifica pela oração subordinada adjetiva restritiva que segue os pronomes: “nós outros que cursamos as aulas de um dos estabelecimentos gymnasianos do Estado”, de modo a significar que a “outra mocidade” era aquela definida como sendo o corpo discente do Ginásio de Estado de Campinas. Dotados do capital cultural oferecido pela instituição e, conseqüentemente, exibindo também capital simbólico²³, essa mocidade se mostrava especial e, por isso, cabia-lhe o papel de ser modelo para os “outros”, os demais jovens do país – o que pode ser inferido ao se assumirem como “brazileiros e moços”, na continuação do período.

O desfecho do texto elucida o *ethos* construído e (re)afirmado pelos alunos do Ginásio de Campinas ao longo dos anos – rememorando também a fase do Colégio Culto à Ciência – de que aos estudantes daquele distinto espaço educacional estava reservado um porvir glorioso: “[nós outros] nos associamos às festas de hoje com vivo entusiasmo, porque acreditamos que o futuro da Patria nos pertence!”.

5. Considerações finais

A *mocidade* que frequentava o Colégio Culto à Ciência e o Ginásio de Campinas revelou, através do discurso, como concepções políticas e ideológicas podem ser transmitidas e reproduzidas em ambiente escolar, com os intuitos de legitimar um regime e manter a ordem estabelecida²⁴, haja vista a escola ser um dos símbolos da República (MONARCHA, 1999).

Por meio dos exemplos levantados, observamos como o ideário e o imaginário republicanos estavam presentes não apenas no “discurso fundador” do Culto à Ciência, que instaurou a identidade e o *ethos* da instituição e lhe assinalou uma memória histórica, mas ecoaram também nos textos de alunos desse colégio e do Ginásio de Campinas.

Consideramos que todos esses discursos pertencem à mesma formação discursiva e ideológica: a dos republicanos paulistas que atuaram na virada do século XIX ao XX. Isso possibilitou que relações interdiscursivas fossem identificadas, sobretudo no que concerne a temas como “instrução”, “patriotismo” e “papel da mocidade” no novo governo, e a demais temas que ressaltavam, de um lado, a atmosfera de contestação a instituições e valores da tradição imperial e, de outro, a importância do saber científico na formação dos “futuros cidadãos da pátria”. Ademais, a recorrência da “metáfora das luzes vs. trevas” evidenciou que, muito mais do que uma mera figura de linguagem, a metáfora é um fato de discurso que

²³ A partir da teoria de Pierre Bourdieu (2014), o “capital cultural” refere-se a saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos, ao passo que o “capital simbólico” relaciona-se ao prestígio que permite identificar os agentes no espaço social.

²⁴ Conforme discute Bourdieu (2014) acerca do papel da escola como instituição social, em contexto mundial.

veicula ideologia, podendo ser elencada junto ao “arsenal de símbolos, alegorias, rituais e mitos” (CARVALHO, 2008) de que dependia a República brasileira para atingir o povo e conquistar espaço no seu imaginário.

Referências bibliográficas

- AFFONSO, Cleide Maria de Luca; PINTO, Maria Nívea. **Culto à ciência, cento e treze anos a serviço da cultura**. Campinas: Gráfica Tecla Tipo Ltda., 1986.
- ALONSO, Angela. **Idéias em movimento** – A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana. O colégio Pedro II e a metáfora do “nome do pai”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- BLANCO, Silvana Mota Barbosa. **República das Letras**: Discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889). 1995. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2014.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- CANTUARIA, Adriana Lech. **A escola pública e a competência escolar**: o caso do colégio Culto à Ciência de Campinas. 2000. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 3ª ed., t. 1. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1974.
- LUQUES, Solange U. **Metáfora e argumentação**: uma análise crítica do discurso político. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça** – o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação**: uma contribuição à história das instituições. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Discurso fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993, p. 11-25.
- PAULA, Carlos Francisco de. **Monografia Histórica do Colégio Culto à Ciência**. Campinas, 1946. Disponível em: <http://cultoaciencia.net/pag_monografia.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

RIBEIRO, Priscilla B. **Língua e sociedade**: a ordem na escola republicana paulista. 2015. 163 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, Lília. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VEREZA, Solange. O 'lócus' da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição**, n. 41, p. 199-212, 2010.

ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. **O PRP e os fazendeiros de café**: um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido Republicano em São Paulo – 1870-1889. 1984. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

Fontes consultadas

Periódicos

O Culto á Sciencia, Campinas, 07/04/1888. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo - AESP.

Gazeta Gymnasial. Campinas, 07/09/1904. Acervo: Arquivo Edgard Leurenroth - IFCH/UNICAMP.

Gymnasio de Campinas. Campinas, 07/09/1901. Acervo: Arquivo Edgard Leurenroth - IFCH/UNICAMP.

Gymnasio de Campinas. Campinas, 15/11/1903. Acervo: Arquivo Edgard Leurenroth - IFCH/UNICAMP.

Discurso

CAMPOS SALES, Manuel F. Discurso de inauguração do Colégio Culto à Ciência. In: PAULA, Carlos Francisco de. **Monografia Histórica do Colégio Culto à Ciência**. Campinas, 1946. Disponível em: <http://cultoaciencia.net/pag_monografia.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

Relações intersubjetivas: a avaliatividade no discurso infantil

Karoline Santiago de MACEDO¹

Resumo: O presente estudo busca analisar as formas de negociação de perspectiva e de solidariedade no discurso infantil a partir da interação de crianças com adultos da família. Trata-se da análise de conversações espontâneas resultantes de gravações cedidas pelas famílias de duas crianças de nove anos transcritas de acordo com as normas do Projeto NURC/SP. Para o desenvolvimento de tal estudo, utilizar-se-á uma convergência de teorias que envolvem a perspectiva funcionalista e a abordagem pragmático-conversacional. Assim, deseja-se examinar possíveis especificidades interacionais a partir da correlação entre a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), os estudos de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987) e a Análise da Conversação (BARROS, 2010; HILGERT, 2010).

Palavras-chave: interação adulto-criança; avaliatividade; aspectos interpessoais; cortesia verbal; reformulação.

1. Introdução

O estudo dos modos de construção discursiva das crianças se mostra relevante para compreender a gênese das formas mais elaboradas de apresentar concepções da realidade, estabelecer negociações de perspectivas e formas de avaliação que integram o discurso adulto. Dessa forma, a partir da investigação das formas de representar e agir no discurso infantil, pode-se verificar indícios de como se estruturam formas mais elaboradas de discurso.

Um meio de analisar o discurso infantil é fazê-lo incorporado à interação adulto-criança, pois é nesse tipo de interação que as crianças adquirem conhecimento, novas formas de interação e de expressão. Assim, para investigar esse tipo de interação, destacando-se a forma como se dá o estabelecimento de relações sociais e a negociação de perspectivas, utilizar-se-á a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) articulada com estudos de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987) e com a Análise da Conversação (BARROS, 2010; HILGERT, 2010).

Trata-se de analisar os padrões de *atitude* e *engajamento* na interação adulto-criança em contextos privados de maneira a apreender especificidades relativas ao domínio da metafunção interpessoal (HALLIDAY, 2004). Em especial, deseja-se examinar de que forma a criança aceita ou desconsidera alternativas representacionais e de que maneira isso interfere nas negociações de poder e de solidariedade.

Para tanto, serão utilizadas gravações de duas crianças interagindo com seus familiares. Trata-se de conversas espontâneas sem tema pré-definido ou presença de documentadores, transcritas segundo as normas do Projeto NURC/SP (PRETI, 2008).

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. Bolsa FFLCH/USP. E-mail: karoline.santiago15@gmail.com

Deve-se considerar que se trata de um estudo de caso em que são levantadas hipóteses para características próprias – não necessariamente exclusivas – da interação adulto-criança.

2. Abordagem Teórica

Para o desenvolvimento desse estudo, mostrou-se necessária uma convergência de teorias funcionalistas e pragmático-conversacionais. Por se tratar da interação de crianças com adultos em contexto privado e considerando-se que, em geral, adultos da família se impõem como autoridades a essas crianças, o estudo da reformulação releva-se importante, nesse contexto, tanto em nível sintático-semântico para auxiliar a criança a desenvolver novos conteúdos, quanto em nível pragmático-conversacional para modificar de alguma forma (reforçando/corrigindo/ampliando) a ideia de autoridade que a criança demonstra ter em relação aos seus familiares. Assim, a reformulação é analisada, tendo em vista as estratégias de polidez usadas para a sua produção ou estímulo. Tais teorias são empregadas com o intuito de delimitar situações para o exame de recursos de ordem semântico-discursiva a partir da Teoria da Avaliatividade.

2.1 Reformulação

Para o tratamento das atividades de reformulação, utilizar-se-ão os pressupostos teóricos de Barros (2010) e Hilgert (2010). Considerando-se que ambos os autores concebem a reformulação como uma estratégia para solucionar problemas já instaurados ou para tentar impedi-los de acontecer, a análise de tal atividade é mostrada como limitada a contextos em que uma formulação inicial fora considerada insuficiente por um dos interlocutores para dar recursos de compreensão de maneira que o exposto esteja de acordo com o que o falante deseja que seja inferido pelo ouvinte. Assim, Hilgert (2010) propõe as noções de *enunciado de origem* (aquele que teria algum tipo de problema de compreensão) e *enunciado reformulador* (aquele que traria a solução do problema ou, pelo menos, a tentativa de solucioná-lo).

Dentre as atividades de reformulação, há o parafraseamento, em que se busca a relação de equivalência semântica entre o enunciado de origem e o enunciado reformulador (HILGERT, 2010); e a correção, que, para Barros (2010), teria como objetivo consertar “erros”, ou seja, modificar no discurso já produzido qualquer elemento que tenha sido considerado inadequado por um dos interactantes, estabelecendo, assim, uma relação de contraste semântico.

Um critério considerado relevante por ambos os autores é a classificação do enunciado reformulador de acordo com aquele que o produz; no caso das paráfrases, é levado em consideração também quem as motiva. Para essas, Hilgert (2010) propõe:

Quanto à produção:

- Autoparáfrase: o produtor do enunciado de origem é o mesmo que o reformula;
- Heteroparáfrase: o produtor do enunciado reformulador não coincide com o produtor do enunciado de origem, ou seja, a paráfrase é feita pelo interlocutor daquele que produziu o enunciado fonte.

Quanto à motivação:

- Autoiniciada: quando o produtor do enunciado de origem considera necessária a reformulação;
- Heteroiniciada: quando o interlocutor daquele que produziu o enunciado de origem demonstra considerar que há a necessidade de reformulação.

Dessa forma, o autor propõe uma combinação dessas duas categorias, resultando em: autoparáfrases autoiniciadas, autoparáfrases heteroiniciadas, heteroparáfrases autoiniciadas e heteroparáfrases heteroiniciadas.

A correção, para Barros (2010), também possui a categorização por produção, ou seja, há a autocorreção, quando o falante produz o enunciado de origem e o corrige; e a heterocorreção, em que a correção é feita pelo interlocutor daquele que produziu o enunciado de origem.

Mostra-se relevante notar que, com a inserção de teorias de ordem semântico-discursivas e pragmático-conversacionais, a reformulação pode ser analisada não apenas em seus aspectos formais (como quem produziu/iniciou o enunciado reformulador), mas também em outros níveis que permitem maior desenvolvimento de como seu uso está relacionado ao contexto e às negociações de poder e de solidariedade. Dessa forma, ao observar a reformulação sem limitá-la a categorias apenas de paráfrase ou de correção a partir da função no contexto em que é inserida, nota-se que um único enunciado reformulador pode ser usado com objetivos variados e, portanto, ao analisá-lo a partir de suas possíveis motivações e efeitos, notam-se “níveis” diferenciados de instanciação.

Assim, propõe-se, neste estudo, que uma reformulação pode atuar em nível textual, promovendo reparos em alguma forma que fora considerada imprecisa ou equivocada quanto ao enunciado produzido; em nível semântico, viabilizando recursos para a construção da intercompreensão a partir da modificação e da ampliação ou redução de uma informação dada anteriormente; por fim, em nível pragmático-conversacional, possibilitando cooperação entre os interactantes e negociação de perspectivas. Ressalta-se que essas operações não ocorrem, necessariamente, de maneira isolada, de forma que um enunciado reformulador pode atuar em diferentes níveis de acordo com os objetivos do falante e, desse modo, um enunciado reformulador pode ser parafrástico e corretivo simultaneamente, se o falante considerar necessário algum tipo de reparação em dois níveis diferentes, conforme a análise empreendida na seção 3 permitirá observar.

2.2 Polidez

A polidez será estudada a partir da teoria desenvolvida por Brown; Levinson (1987). O modelo proposto pelos autores baseia-se nas noções de face, atos de ameaça à face e estratégias de cortesia.

Segundo os autores, a face possui revestimento emocional e está ligada diretamente à interação, pois é nesta que ela pode ser atacada, sendo mantida, perdida ou valorizada. Assim, os interactantes têm um interesse mútuo de preservá-la, o que implica, em geral, no uso de estratégias de cortesia para cooperação na manutenção da face e, assim, impedir que uma ameaça leve a um confronto durante a interação.

Os autores propõem duas categorias de face: a face positiva, que está diretamente ligada com a imagem pública do indivíduo, a maneira como ele deseja ser visto e reconhecido diante dos demais; e a face negativa, que se relaciona à liberdade do indivíduo, com aquilo que ele não deseja ver exposto e, portanto, o desejo de que não haja imposições do outro em relação ao que ele considera íntimo.

Assim, estratégias de *atenuação* e de *reparo* se mostram necessárias nas tentativas de preservação da face quando se busca evitar confrontos. No entanto, deve-se considerar que atos de ameaça à face podem ser feitos como o intuito de preservação da própria face por exemplo. Segundo os autores, tais atos de ameaça à face podem ser:

- *On record*: quando o falante utiliza recursos linguísticos que objetivam e marcam na produção do seu enunciado a estratégia de cortesia utilizada. Tal estratégia demonstra um claro comprometimento por parte do falante com o conteúdo do que é dito;
- *Off record*: quando o falante não se compromete com o conteúdo do que é dito, ou seja, ele busca não se responsabilizar pelo que diz e deixa a interpretação para o seu interlocutor;
- *Bald on-record*: quando o falante não busca utilizar estratégias de cortesia em seu enunciado e, portanto, concentra-se no conteúdo do que é dito, desconsiderando como seu enunciado poderá ser interpretado.

2.3 Avaliatividade

Para o exame do aspecto semântico-discursivo, utilizar-se-á a Teoria da Avaliatividade proposta por Martin; White (2005). Considerando-se que os padrões de negociação de perspectiva e de solidariedade são objetos de análise nesse estudo, tal teoria se mostra útil para desenvolvê-lo, pois, a partir dela, podem-se verificar os recursos para a construção da intersubjetividade no discurso.

A avaliatividade é centrada em três eixos de análise: *a atitude*, *o engajamento* e *a gradação*. Para o exame dos dados nesta pesquisa, serão utilizados os eixos de *atitude* e *engajamento*, desenvolvidos a seguir.

A *atitude* refere-se “ao posicionamento subjetivo diante da realidade, envolvendo, de modo geral, o emocional, o comportamental e o estético, que instanciam, respectivamente, valores de *afeto*, *julgamento*

e *apreciação*” (GONÇALVES SEGUNDO, 2011, p. 170). Neste estudo, o *juízo* se mostrou relevante, pois notou-se o uso de recursos linguísticos dessa categoria tanto para a negociação de perspectiva quanto de solidariedade, na medida em que tal opção sistêmica abrange as avaliações do caráter comportamental e dos valores relacionados a um indivíduo, ou seja, trata-se de como é feita a representação do outro, da imagem que se faz desse outro. Essa categoria é subdivida em *estima social* e *sanção social*.

As avaliações de *estima social* dizem respeito a valores partilhados pelos indivíduos sobre o que é esperado ou não que um ator social pratique, não sendo algo passível de punição, ao contrário da *sanção social* em que as avaliações estão relacionadas a normas e regras institucionais e podem ser usadas para recriminar ou enaltecer determinados comportamentos, pois marca o que deve ser feito ou não pelo ator social. A *estima social* subdivide-se em *normalidade* (que diz respeito a usualidade ou especialidade), *capacidade* (relacionada a capacidade ou competência) ou *tenacidade* (resolução ou perseverança). Já a *sanção social* é subcategorizada em *veracidade* (que se refere a honestidade ou sinceridade) e *propriedade* (que trata do grau de transparência ética ou civismo).

O segundo eixo para análise nessa teoria é o *engajamento*, que consiste em uma rede de recursos linguísticos que possibilita ao falante adotar um posicionamento diante de outras vozes e alternativas representacionais circulantes, explícitas ou implícitas, ou seja, o *engajamento* provê recursos para a construção do grau de alinhamento e de solidariedade, assim como para a estruturação dos posicionamentos do falante, das suas crenças, suposições e representações de questões sociais e culturais. A partir das categorias que são abarcadas nesse eixo, pode-se verificar a negociação de alinhamento de perspectivas e de solidariedade com o interlocutor. Assim, o *engajamento* é subdividido em *monoglossia*, em que o falante busca construir seu enunciado de maneira a não explicitar a existência de outras vozes, ou seja, trata-se de impedir que alternativas dialógicas sejam reconhecidas dentro do enunciado; e há também, a *heteroglossia*, em que o falante abre alternativas representacionais tanto para reconhecê-las como válidas (no caso da *expansão dialógica*) quanto para restringi-las ou rejeitá-las (*contração dialógica*).

3. Análises

Serão analisadas conversas espontâneas de duas crianças em contexto privado. Uma das gravações (Gravação A) é de uma criança de nove anos interagindo com a mãe enquanto faz atividades cotidianas momentos antes de ir à escola; utilizar-se-ão, também, três gravações (Gravações B, C e D) de outra criança da mesma idade, interagindo majoritariamente com a irmã de 20 anos, com intervenções ocasionais da irmã de 17 anos e, de forma ainda mais escassa, a mãe das três interactantes participa da conversação. Serão apresentadas ocorrências em que, a partir da convergência de teorias apresentadas, foram observadas possíveis especificidades do tipo de interação estudada, buscando verificar como a Teoria da Avaliatividade se articula com os aspectos de cortesia e com a reformulação.

3.1 Expansão dialógica como estratégia de polidez

A expansão dialógica é um recurso comumente utilizado como estratégia de polidez, considerando-se que, ao reconhecer outras vozes como válidas em seu enunciado, o falante diminui o grau de comprometimento com o conteúdo do que é dito e, dessa forma, evita que seu enunciado seja considerado um ataque à face do seu interlocutor, uma vez que são abertas outras possibilidades de concepção de realidade, reduzindo autoritarismo.

Nos excertos abaixo, há duas ocorrências de expansão dialógica com estruturas e objetivos semelhantes. Trata-se de dois momentos em que a criança (indicada como R1) faz uma atividade escolar sendo auxiliada pela irmã de 20 anos (R2). Mostrou-se relevante para a análise da interação adulto-criança a forma como esse recurso é empregado nesse tipo de contexto. O intuito de abrir uma alternativa dialógica parece estar relacionado ao ato de estimular a criança a produzir uma autocorreção, mostrando-se como uma estratégia de polidez para evitar fazer uma heterocorreção diretamente.

(1) – Gravação B

R1: macacos... barulheiros... usam objetos...

R2: [barulheiros ou barulhentos?

R1: balhe/ barulheiros

R2: está escrito aí ba/ barulheiros?... ou barulhentos?

R1: qual a diferença?

R2: acho que barulheiros não existe

R1: é barulheiros... deixa eu ver

[...]

R1: baru-lheiros... aqui só diz que berravam

R2: então é barulhentos... troca por barulhentos... acho que barulheiros não existe

R1: MEU PA::!... existe barulheiros?

R2: EU faço LE-TRAS... você acha que eu não sei que palavra que existe e palavra não existe? Procura no dicionário... procura

(2) – Gravação C

R1: (cantante)... o:: cavalheiro... cavalheiro

R2: é cavaLHEIro ou cavaLEIro?... tem diferença

R1: cavaLHEIro

R2: cavalheiro é aquele moço educado e cavaleiro é o que monta cavalo... qual dos dois que é?

[...]

((livro sendo folheado))

R1: cavaleiro

No primeiro caso (Gravação B), R2 faz o questionamento buscando fazer R1 corrigir o termo empregado. A criança ratifica o termo considerado errado por R2 e, assim, esta prossegue na tentativa de fazer a criança trocar os termos. No entanto, quando a criança demanda pela diferença entre os termos, o adulto faz uma expansão dialógica (R2 diminui o grau de comprometimento através de uma construção modal: “eu acho que”). Ao não receber uma resposta exata à sua pergunta, pois R2 não cancela totalmente

a possibilidade de existir a palavra “barulheiros”, R1 prossegue em busca de uma autoridade que ratifique ou não o uso do termo.

Pode-se considerar que o uso de duas expansões dialógicas foi feito como uma estratégia de polidez por parte da irmã mais velha. Inicialmente, R2 questiona o uso do termo “barulheiros”, colocando logo em seguida uma opção para substituí-lo, deixando para sua interlocutora a escolha de qual alternativa representacional validar, usando a expansão dialógica como uma estratégia *off record*. Trata-se do uso prototípico da expansão dialógica, considerando que R2 expõe no espaço de validação duas possibilidades e apenas posteriormente demonstra que uma das alternativas não deve ser considerada. Verifica-se, em seguida, que, ao usar a construção modal “eu acho que”, R2 aparenta inserir uma alternativa dialógica no seu enunciado, mas quando seu posicionamento não é validado pela sua interlocutora, ela usa de uma estratégia *bald on-record* (“EU faço LE-TRAS... você acha que eu não sei que palavra que existe e palavra não existe?”) para mostrar a si mesma como uma autoridade e cancelar o posicionamento da criança, que busca uma outra autoridade para validar o termo inicialmente empregado.

Nota-se, portanto, um uso diferenciado da expansão dialógica como estratégia de polidez. Inicialmente, a pergunta (“barulheiros ou barulhentos?”) demonstra ter um ideal didático de estímulo a uma autocorreção. Logo em seguida, a construção modal “eu acho que” parece ter sido empregada por R2 com o objetivo de expor no espaço de validação o seu posicionamento, apenas simulando a inserção da possibilidade de existir o termo “barulheiros” nesse espaço, provavelmente por ser o posicionamento da sua interlocutora. Mostra-se relevante a forma como a criança reage a esse tipo de construção, pois ela aparenta considerar que essa expansão dialógica não tem credibilidade suficiente para invalidar o termo “barulheiros” e, assim, substituí-lo por “barulhentos”. A criança aparenta reconhecer, no enunciado da irmã que comporta uma construção modal, as duas possibilidades como expostas no espaço de validação, e que a irmã mais velha apenas optou por colocar em foco uma dessas alternativas representacionais, ou seja, a criança busca por uma autoridade que se comprometa de forma mais intensa com a representação da realidade.

Assim, considera-se que a expansão dialógica, nesse caso, foi usada pela irmã como uma forma de polidez, mas que não possui o interesse real de abrir uma alternativa representacional, no entanto, a criança não identifica esse recurso de tal maneira e considera a abertura de duas alternativas dialógicas, buscando, portanto, uma autoridade para invalidar um dos termos em questão.

No segundo caso (Gravação C), a atividade escolar também envolve um livro e, nesse excerto, assim como no outro, a criança desenvolve a caracterização das personagens desse livro. R2 parece saber do que se trata a atividade pois, ao ouvir a criança dizer (e repetir) “cavalheiro”, ela utiliza a mesma estratégia de uma expansão dialógica em forma de questionamento para que a criança faça uma autocorreção. Assim como no primeiro caso, R1 apenas ratifica o termo usado anteriormente, mas, desta vez, R2 dá a definição de ambos os termos, e a criança acaba por aceitar e fazer uma autocorreção.

Dessa forma, pode-se considerar que a criança não aceita ser corrigida a partir de uma expansão dialógica nos dois casos, pois sempre procura uma forma de ratificar categoricamente o termo a ser corrigido. No primeiro caso, “barulheiros” é corrigido diversas vezes dentro de um enunciado modalizado e a criança tem dificuldade de encontrar uma ocorrência que confirme a existência do termo. Já no segundo caso, R2 dá a definição dos termos, mas ainda assim a criança procura no livro para verificar qual termo é o correto. Dessa maneira, a criança apenas aceita a correção por ver a palavra ser claramente usada dentro do contexto pertinente. Logo, verifica-se que a criança faz uma interpretação prototípica da expansão dialógica considerando que o adulto está reconhecendo outras vozes em seu discurso como válidas.

Assim, considerando a hipótese de que a irmã tenta usar esse tipo de estratégia com um ideal didático, procurando que a reformulação de um termo considerado “errado” seja feita pela própria criança, verifica-se que o adulto, nesse caso, tem dificuldades em fazer R1 reconhecer o objetivo dessa estratégia a julgar que a criança busca por outros elementos para confirmar que determinado termo deve ser substituído em seu texto e anular as alternativas que a irmã deixa subentendidas em seus enunciados.

3.2 O julgamento e a ameaça à face no discurso relatado

No exemplo a seguir, há outra criança (M1) conversando com a mãe (M2). Nessa conversa, observou-se a resposta a um ataque à face exposto a partir de um discurso relatado. Trata-se de uma única ocorrência que, para ser considerada uma característica típica da interação adulto-criança, seria necessário um *corpus* expandido de análise. Nesse caso, levando em consideração as relações de poder entre os interactantes, sendo que o ataque à face parte do pai e é relatado pela mãe, ambos autoridades para a criança, a resposta dada por esta se mostra diferenciada em relação ao que é esperado nessas circunstâncias.

Destaca-se que a criança estava, momentos antes, conversando com a mãe; depois, enquanto almoça, há uma pausa na conversação e, logo em seguida, a mãe atende o telefone e inicia um diálogo. É exposto a seguir o excerto em que ocorre a questão da descortesia em resposta ao discurso relatado.

(3) – Gravação A
M2: ((atende o telefone))
M1: ((ruídos e risadas))
M2: o pai falou que você está doidinha... rindo sozinha
M1: tá você
M2: ele disse que é você
M1: MUA-HA-HA-HA
M2: é bom você respeitar eu
M1: oxe
M2: oxe ((risos))... é assim? oxe...
M1: eu estou respeitando
M2: vai comer vai
M1: ô pai eu tô respeitando... que isso... ixi

A mãe reporta à criança que seu comportamento gerou um julgamento de estima social de normalidade negativa (“o pai falou que você está doidinha”), ou seja, pressupõe-se que o pai (interlocutor apenas da mãe no momento da enunciação) não considera produzir ruídos e rir sozinha um comportamento esperado que sua filha tenha durante uma refeição. Ao receber essa informação, a criança (M1) não recorre a uma tentativa de preservação da face em que a imagem do pai seja afetada, mas sim a da mãe. Quando fala “tá você” em resposta ao “está doidinha”, M1 ataca a face positiva da mãe, fazendo com que o julgamento relatado por ela seja voltado não à voz autoral que o produziu, mas àquela que o relatou. A resposta da mãe, nesse momento, é uma paráfrase com o objetivo de corrigir: “ele disse que é você” recategoriza o que M1 disse para o contexto inicial, sendo uma correção em nível pragmático-conversacional que procura reparar o que a criança disse a partir de uma paráfrase em nível semântico. Assim, a mãe utiliza de uma paráfrase do que disse anteriormente para corrigir a criança e, com isso, preservar a própria face.

Uma hipótese para esse fenômeno seria que a criança considera o pai uma autoridade maior que a mãe; assim, na tentativa de preservar a própria face, atacar a face da mãe se mostra como uma possibilidade, enquanto que o ataque à face do pai, não. Essa hipótese é reforçada quando a mãe diz que ela deve respeitá-la, e a criança chama a atenção do pai para garantir que ele a escute enquanto ela garante (a ele) que a respeita (“ô pai eu tô respeitando... que isso... ixi”).

Deve-se ressaltar que, por se tratar de um julgamento de estima social, o interesse do pai pode não ser a instauração de uma polêmica, mas simplesmente fazer uma observação quanto a um comportamento esperado por um ator social, ou seja, há a ideia de que não se espera que a criança grite ou dê risada enquanto almoça sozinha, no entanto, isso parece ser considerado pela criança um ataque a sua face negativa, vista como uma restrição de sua liberdade. Além disso, quando M2 diz para a criança que “é bom” respeitá-la, ocorre uma ameaça, ato de fala que, ilocucionariamente, ataca a face negativa, uma vez que visa a controlar o comportamento de M1, e que, proposicionalmente, atinge a face positiva, pois constrói a criança como alguém que não conhece as normas de polidez referentes ao tratamento com os pais. Logo depois, a M1 inicia uma retratação tentando explicitar que respeita a mãe. Nota-se que “eu estou respeitando” funciona como uma correção pragmático-conversacional do ato de fala proferido pela mãe para preservação da face.

No final do excerto, a reação da criança mostra uma preocupação em não receber outro julgamento por parte do pai. Observa-se que a criança poderia ter atacado a face do pai no momento em que ouviu o conteúdo daquele discurso relatado, pois, pouco depois, ela se dirige a ele. Entretanto, não o faz, optando por atacar a face da mãe e não daquele que produziu o conteúdo do discurso. Considera-se, portanto, que a criança usa como estratégia de preservação da face (após um ataque em um discurso relatado) atacar a face de alguém visto como uma autoridade menor.

3.3 Negociação de alternativas representacionais

O quarto exemplo exposto consiste em uma conversação de R1 com as duas irmãs (R2 de 20 anos e R3 de 17 anos) e a mãe (R4). Mostra-se relevante essa conversa para ilustrar como as avaliações (e reavaliações) são aceitas ou rejeitadas na interação entre uma criança com mais adultos da família. O diálogo desenvolve-se enquanto as quatro interactantes estão aguardando que R3 finalize uma tarefa para que todas possam assistir a um seriado de televisão juntas.

(4) – Gravação D

R3: mainha quando você for velha eu vou () redobrado... eu vou mandar vir uma cuidadora viu?

R4: olha minha cara de preocupada

R1: olha pode ser que/ ela pode te/te mandar para um asilo... cuidado

R2: vish... ameaçou mandar para um asilo ((risos))... R((1))² ameaçou mandar você para um asilo

R1: OXE... eu não falei isso... eu falei que pode SER que se não tiver cuiDAdo R((3)) pode te mandar para um asilo

R4: [seu pai não vai deixar isso acontecer não... e eu belisco todas as meninas se cuidar de mim

No excerto acima, R1 faz uma provocação em relação ao que foi dito por R3, ao recomendar que a mãe tenha cuidado para que R3 não tente colocá-la em um asilo. Nota-se que a criança recategoriza o que irmã falou anteriormente, pois esta produziu um enunciado monoglóssico (“mainha quando você for velha eu vou () redobrado... eu vou mandar vir uma cuidadora viu?”) em que não discute possibilidades, e apenas apresenta a ideia de contratar uma cuidadora na velhice da mãe, mas R1 abre a alternativa no discurso da irmã de colocar a mãe em um asilo, sendo que R3 não havia dado abertura para outras possibilidades, afinal, não há um recurso explícito que dê espaço para outras vozes no seu enunciado. Observa-se que a criança modaliza a ideia a partir de uma expansão dialógica (“pode ser que”) e remete a uma de suas interlocutoras, sem colocar a si mesma como detentora desse posicionamento.

No entanto, quando R2 (irmã de 20 anos) fala especificamente sobre a alternativa levantada pela criança, ela coloca R1 como a voz autoral desse posicionamento em um enunciado monoglóssico, mostrando a informação como um fato, sem alternativas representacionais dentro do espaço de validação (“vish... ameaçou mandar para um asilo ((risos))... R((1)) ameaçou mandar você para um asilo”). Trata-se de uma nova provocação: antes, R3 teria realizado uma possível ameaça à mãe; no enunciado de R2, é como se a criança houvesse ameaçado a mãe.

Isso é considerado uma espécie de ameaça à face por parte de R1, que ratifica o que dissera anteriormente, fazendo uma contração dialógica (“eu não falei isso”) para invalidar o posicionamento da irmã, e produz uma autoparáfrase semântica em que enfatiza o uso do modalizador (“pode SER”), mostrando que ela apenas abre uma alternativa representacional e que insere a outra irmã (R3) como uma das vozes autorais que poderia construir tal representação. Assim, considera-se que essa paráfrase (em nível

²Optou-se por evidenciar entre duplo parênteses a quem o falante remete quando o nome de um dos interactantes é explicitado durante as gravações, pois a identidade dos informantes foi subtraída das transcrições.

semântico) tem um objetivo de correção pragmático-conversacional para garantir a preservação da face. É relevante notar que a criança cria mais de uma modalização para produzir essa alternativa representacional. No enunciado “eu falei que pode SER que se não tiver cuiDAo R((3)) pode te mandar para um asilo”, a possibilidade de algo acontecer é também condicionado a uma atitude da mãe (ter ou não cuidado) e, mesmo assim, mostra-se como uma possibilidade a tentativa de R3 mandar a mãe para um asilo, mostrando que a forma de reavaliar um discurso – como R1 faz com R3, abrindo novas alternativas – é feita com a produção de uma série de estratégias em *on record*, em que a criança pode se desvincular da responsabilidade do conteúdo do que é dito através das diversas modalizações utilizadas.

4. Considerações finais

A partir das análises apresentadas, verificam-se algumas especificidades no discurso infantil a partir do exame da interação adulto-criança. O presente estudo buscou investigar modos de construção discursiva no discurso infantil e verificar as estratégias para negociação de perspectiva e preservação da face utilizadas pelas crianças, assim como a resposta dessas crianças à construções discursivas mais elaboradas por parte dos adultos.

Depreendeu-se, na gravação B, o uso de recursos de expansão dialógica como estratégia de polidez, dissociado de seu uso prototípico de abrir alternativas representacionais. O desenvolvimento da interação permitiu inferir que tal interpretação não foi acionada pela criança, como se esta ainda não tivesse adquirido esse uso diferenciado das expansões dialógicas, compreendendo o uso desse recurso da forma como já conhecia (no caso, verbos modalizadores apresentando alternativas representacionais como válidas), nota-se que esta desconsidera o enunciado, que utiliza uma expansão dialógica, com o objetivo de receber uma resposta que reforçasse um caráter monoglóssico, o que se mostra como outro indício de que a criança não conhece aquele uso específico de polidez na expansão dialógica. Percebe-se que a criança (R1) aparenta ter domínio de uma forma de utilizar expansões dialógicas ao levar em consideração que, na gravação D, ela instancia modais epistêmicos para produzir estratégias *on record*.

Na gravação A, um *juízo* de *estima social* produziu uma reação diferenciada por parte da criança (um ataque à face da mãe que relatou o *juízo* feito pelo pai) e, com isso, uma série de reformulações foram produzidas tanto pela mãe para corrigir o comportamento da filha quanto pela criança para se retratar. Ressalta-se, nessa interação, a ocorrência de um enunciado reformulador com o objetivo de produzir uma paráfrase, em nível semântico, de um enunciado fonte para, com isso, produzir uma correção em nível pragmático-conversacional, pois se almeja solucionar um “problema” quanto ao comportamento do interlocutor e não trata de uma questão somente discursiva.

Assim, espera-se contribuir para fomentar os estudos referentes ao discurso infantil, tanto em relação à investigação da negociação intersubjetiva em interações com crianças quanto para desenvolver discussões

acerca de teorias como a reformulação de maneira a auxiliar na compreensão de um fenômeno nos diferentes níveis de sua produção.

Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 7.ed São Paulo: Humanitas, 2010, p.147-178.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [original: 1978; revisão 1987].

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. Tese (Doutoramento em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

HALLIDAY, Michael. **Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. Revisado por Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

HILGERT, José Gaston. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 7.ed. São Paulo: Humanitas, 2010, p.117-146.

MARTIN, James.;WHITE, Peter. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

PRETI, Dino. (Org.). **Cortesia Verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.

Expansão do discurso científico e a divulgação científica

Maria GLUSHKOVA¹

Resumo: No resultado da minha tese de doutorado realizada em São Petersburgo e defendida em Moscou em 2013, concluí que o discurso científico na atualidade não é representado somente pelo discurso científico tradicional (puro), mas também por outros tipos de discurso. No quadro da sociedade russa moderna, podemos falar sobre o diálogo entre diferentes esferas: o conhecimento científico e a sociedade formada por um público não somente de cientistas e com todas as variações culturais, religiosas, históricas, diferenças sociais, econômicas, políticas etc. No material da língua russa, observamos os seguintes discursos: científico puro, científico educacional, científico político-empresarial, científico cotidiano e científico televisivo. Neste artigo, irei mostrar uma proximidade entre as ideias da expansão do discurso científico e o fenômeno de sua divulgação, segundo a Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. O fenômeno é bem conhecido e estudado no Brasil, mas ainda não está claro no discurso acadêmico russo.

Palavras-chave: estudos discursivos; análise discursiva; discurso científico; divulgação científica; estudos russos.

1. Introdução

A descrição científica da realidade é uma combinação da visão objetiva do mundo e a subjetividade do pesquisador com seu modo individual de apresentação dos fatos, da explicação deles e da escolha da argumentação.

Levando em conta o fato de que, durante um longo período, na Rússia, a linguagem e os estudos científicos foram associados quase que exclusivamente ao monólogo didático, nos meus trabalhos, desenvolvi a tese de que o discurso científico é uma modalidade particular da relação dialógica entre a esfera acadêmica e outras esferas da atividade humana.

Em razão da ampla gama de esferas e gêneros nos quais se faz a investigação científica, decidi tomar como objeto de pesquisa os diálogos orais entre os representantes do mundo acadêmico durante as conferências, as mesas-redondas, os congressos e outros tipos de reuniões em que se encontravam presentes o discurso científico na Rússia. O material foi coletado entre os anos de 2010-2013 em São Petersburgo, Moscou, Novgorod, Novosibirsk e outras cidades russas.

2. Fundamentos de uma análise de discurso e escolha do material

Os materiais de pesquisa foram baseados em gravações de áudio e vídeo realizadas durante eventos científicos (num total de mais de 60 horas). Depois, as gravações foram transcritas à mão e as transcrições foram analisadas. Foi dada máxima atenção às situações de debates e discussões sobre os temas científicos que ocorreram depois das palestras. Geralmente, essas discussões se deram por causa dos seguintes pontos:

¹ Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. E-mail: maria.glushkova@yahoo.com.

- (1) tema da discussão:
 - (1.1) se o tema abordado era polêmico ou não no momento da discussão;
 - (1.2) se o tema apresentava uma nova perspectiva da abordagem comum;
 - (1.3) se o título da palestra (enunciado) causou estranhamento no público ouvinte.
- (2) Composição do público:
 - (2.1) se há especialistas da mesma área de conhecimento. Quando há membros do mesmo campo acadêmico, os debates são mais intensos; diferente do que ocorre quando há indivíduos de áreas diversas;
 - (2.2) a visão dos especialistas e suas opiniões sobre o tema abordado, se são acadêmicos que compartilham de uma mesma perspectiva ou se possuem visões díspares sobre o tema;
 - (2.3) qual é a escola científica, posição política etc.;
 - (2.4) as relações entre as pessoas falantes, se os indivíduos envolvidos na discussão são conhecidos ou desconhecidos entre si, se possuem algum grau de intimidade, se estão envolvidos em rivalidades acadêmicas etc.;
 - (2.5) a expressão dos falantes, ou seja, o tipo de sentimento que expressavam no momento de seus discursos, se estavam felizes, animados, eufóricos, incomodados, aborrecidos etc.

É importante refletir se todos esses aspectos mencionados tinham ou não influência sobre os debates e seus membros envolvidos na discussão, porque todos esses debates analisados foram considerados exemplos de discurso científico. A partir das ideias do estudo dos estilos funcionais de fala na Rússia (entre elas, Valgina (2003), Kozhina (2008), Solganik (2009)), o discurso científico puro possui as seguintes características:

- (1) lógica: em fala científica, podemos observar a reunião das ideias e a formação das opiniões, a transformação das opiniões nas conclusões, a transformação das conclusões nos logemas, os logemas nas concepções etc.;
- (2) abstração e generalização, que determinam a utilização das unidades linguísticas em todos os níveis;
- (3) coerência: é obrigatório expressar as relações lógicas e semânticas dentro de uma oração e em todo o texto;
- (4) composição integral do pensamento do pesquisador e seu amplo conhecimento sobre o tema abordado, em outras palavras, um alto grau de conhecimento do pesquisador em relação ao tema em debate.

Além dos parâmetros mencionados, há também o dialogismo, no sentido de Bakhtin, como "uma relação axiológico-semântica" (GRILLO, 2013, p.14), e a tonalidade, isto é, a tolerância/caráter categórico do texto. O discurso científico pode ser organizado de maneira tolerante ou categórica, ou seja, incisiva/imperativa (no caso da língua russa) no que diz respeito à construção do texto, escolha das palavras,

entonação da fala etc. Deve-se ainda considerar que alguns textos dão margem a interpretações variadas e outros não. Cabe ressaltar que o discurso russo, em geral, tende a ser categórico/incisivo no âmbito dos debates.

Um estilo da fala científica pode ser considerado um modelo para a organização de um texto concreto, incluindo os textos falados. Durante os estudos do uso da língua por cientistas na Rússia foi observado que, recentemente, os diálogos estão tornando-se cada vez mais espontâneos e podem acontecer tanto nas reuniões científicas oficiais como em outras esferas de comunicação, sem perder os parâmetros do estilo científico puro.

3. As características do discurso científico tradicional e as relações dele com as outras esferas da vida contemporânea

Com o resultado da análise, conclui-se que o discurso científico tradicional inclui os seguintes parâmetros:

- (1) um tema científico: o tema discutido durante a conversação tem de estar relacionado com algo da esfera científica e os representantes dessa esfera têm de participar da discussão;
- (2) a conversação tem de acontecer numa instituição científica: uma universidade, um centro de pesquisa, um colégio, um laboratório etc.;
- (3) a menção ao *status* social dos falantes, como o título da graduação científica;
- (4) e a audiência, os ouvintes, em caso de discurso científico público.

O discurso descrito é o discurso científico tradicional, que pode ser considerado “puro”, mas foram observados também outros tipos de discurso científico nas pesquisas: o discurso científico educacional; o discurso científico televisivo; o discurso científico político-empresarial e o discurso científico cotidiano. Esses tipos de discurso podem ser descritos com a substituição de um dos parâmetros no quadro a seguir:

Quadro comparativo 1.

	discurso científico puro	discurso científico educacional	discurso científico político-empresarial	discurso científico cotidiano	discurso científico televisivo
tema	+	+	+	+	+
localização	+	+	-	-	-
status dos falantes	+	-	+/-	+	+/-
presença de público	+	+	+	-	+

[+: relevante; -: irrelevante; +/-: indiferente]

(1) Características do discurso *científico educacional*:

- (1.1) conserva o tema científico;
- (1.2) ocorre numa organização científica;
- (1.3) prima pela presença de ouvintes.

Normalmente, o discurso científico educacional acontece em uma palestra, em um seminário, algumas vezes em aulas práticas e afins, mas nem todos os participantes do discurso científico educacional têm títulos de graduação ou pós-graduação, como bacharelado, mestrado, doutorado, pós-doutorado etc. Normalmente, haverá um líder na comunicação, que pode ser a figura de um professor ou pós-graduado.

(2) Características do discurso *científico televisivo*:

- (2.1) conserva o tema científico;
- (2.2) presença de público/telespectadores;
- (2.3) acontece com frequência fora das instituições científicas, sobretudo em um estúdio de televisão. No caso do discurso científico televisivo, o local onde o discurso é realizado exerce influência sobre a utilização da língua e a escolha das palavras nesse tipo de discurso.

(3) O discurso *científico político-empresarial* é um tipo de discurso relativamente jovem, que está se tornando cada vez mais popular no mundo inteiro. Esse tipo de discurso é uma síntese do discurso científico, empresarial e político e é representado em diferentes fóruns, congressos, mesas-redondas e outras reuniões onde participam não somente os representantes do mundo científico, mas também os empregadores, os políticos e outros homens públicos das estruturas estatais. Um exemplo do discurso científico político-empresarial foi a reunião dos líderes do BRICS, em julho de 2014 em Fortaleza, ou a Cúpula das Américas, em abril de 2015 em Cuba. Alguns temas abordados durante esse encontro eram científicos, mas nem todos os falantes dessas reuniões eram cientistas.

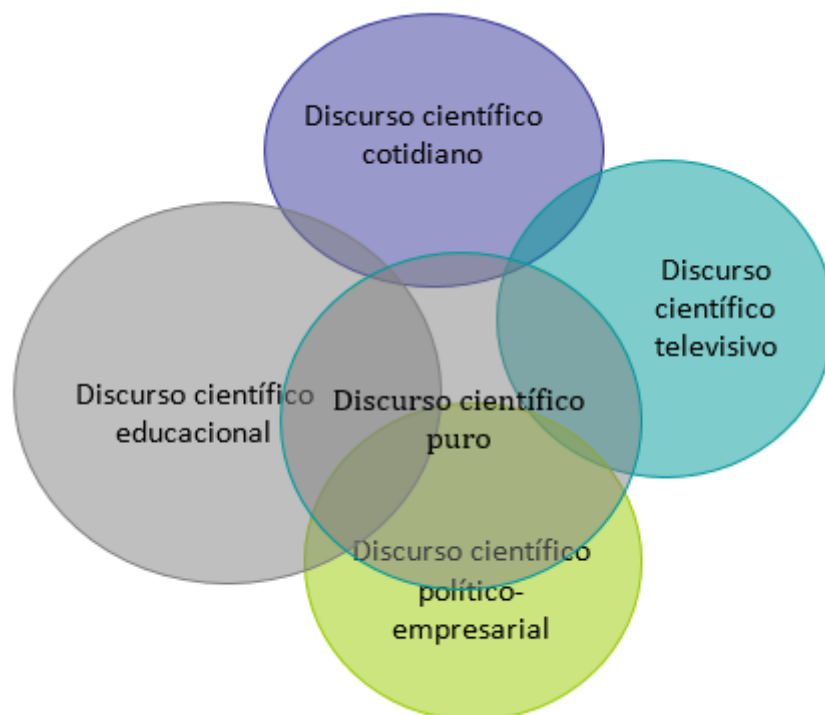
Em geral, as características desse tipo de discurso são:

- (3.1) o tema permanece científico;
- (3.2) os falantes são de diferentes tipos, incluindo cientistas;
- (3.3) é comum que esse tipo de discurso aconteça fora das instituições científicas;
- (3.4) a presença do público é obrigatória, mas a transmissão pelos veículos de comunicação de massa é opcional.

(4) O último tipo descrito, o *discurso científico cotidiano*, conserva do discurso científico puro somente o tema e o *status* dos falantes. Não tem público e acontece fora dos espaços acadêmicos. Pode-se citar como exemplo disso uma conversa entre cientistas sobre um tema científico, tomando um cafezinho na cafeteria ou passeando pela cidade, pelo parque etc.

O resultado da análise do material desses tipos de discurso mostra que os mesmos falantes utilizam a língua e as argumentações de modo variado nos diversos tipos de discurso científico. O interesse crescente na Rússia sobre os programas científicos transmitidos na televisão e o número crescente de eventos de discurso científico político-empresarial indicam que as características do discurso científico tradicional estão presentes fora das instituições científicas. Foi descoberta uma correlação entre os estudos do uso da língua pelos cientistas e pelas pessoas comuns fora do universo acadêmico, quando elas estão discutindo sobre os temas e as questões científicas. Em um contexto mais amplo, foi observado uma proximidade da maneira de falar a respeito dos temas científicos entre as pessoas de diferentes esferas. As diferenciações foram observadas no nível do léxico, sintaxe, estilística, como também o tempo da fala, com algumas alterações na entonação. Por exemplo, se apresentar a relação entre os discursos como as relações entre os campos, é possível observar a representação abaixo:

Figura 1.



As interseções entre os campos mostram as relações entre os discursos. Os discursos descritos são formados pelos discursos independentes e têm as características de outros. A retórica tem ideias diferentes sobre as relações entre as esferas, uma dessas ideias questiona qual das esferas do discurso predomina em relação à esfera do discurso científico puro ou se é a própria esfera do discurso científico puro que exerce influência sobre os outros discursos. Essas relações são mostradas nas figuras 2 e 3 respectivamente:

Figura 2.

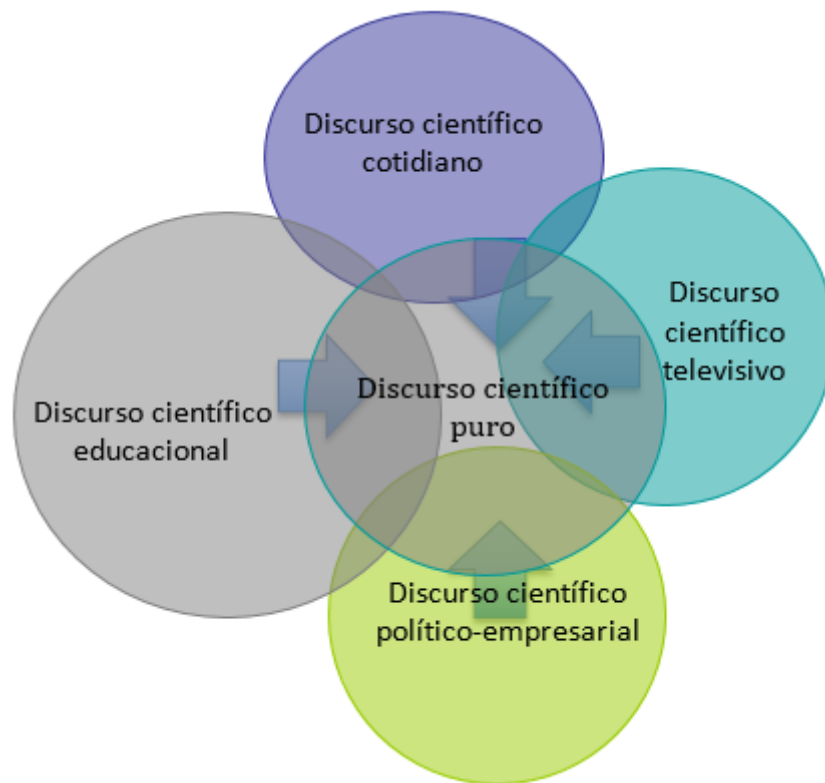
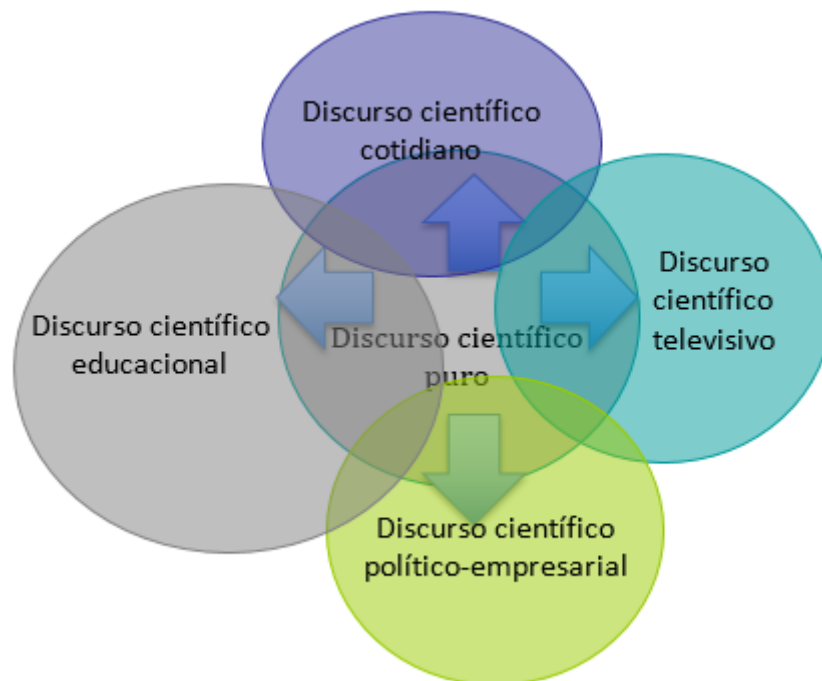
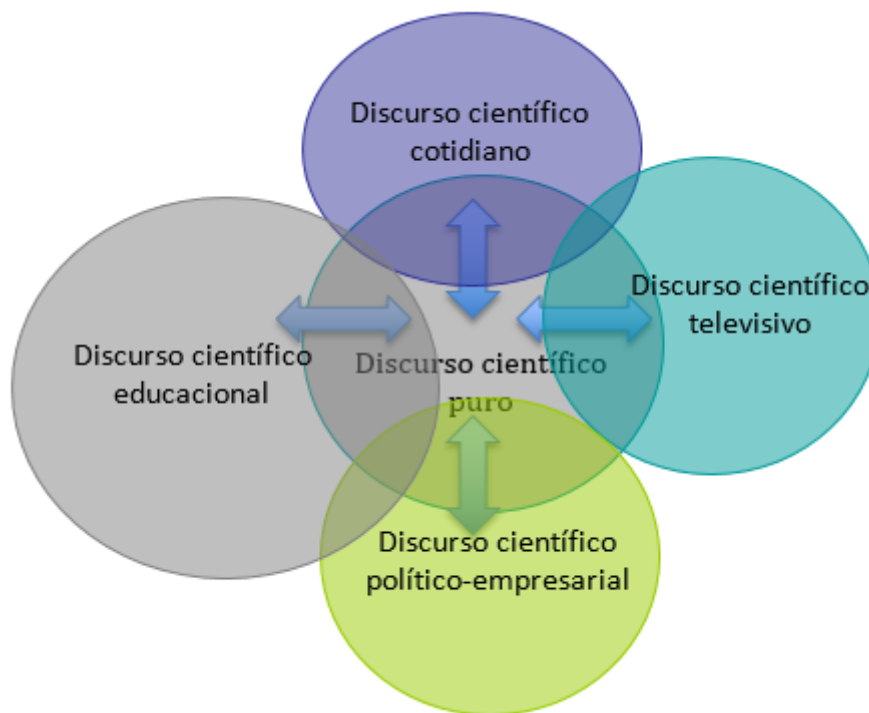


Figura 3.



No entanto, é possível afirmar que, na verdade, exista uma influência mútua na relação entre as esferas do discurso, sendo que essas relações podem ser dialógicas.

Figura 4.



4. O fenômeno da divulgação científica

Ao iniciar minha pesquisa no Brasil, compreendi que a ideia de expansão do discurso científico encontra-se bastante próxima da ideia de divulgação científica. Inicialmente, é preciso esclarecer que o termo "divulgação científica" é, aparentemente, conhecido e claro para a maioria dos brasileiros, não somente para os cientistas. No entanto, para falantes do russo, esse termo não é assim tão claro e comum, uma vez que o processo de tradução pode gerar uma série de variáveis:

- (1) *naúchnaya publitsístika* (publicação científica), que se refere à divulgação do conhecimento científico em revistas especializadas;
- (2) *naúchnaya populyarizátsiya* (popularização científica) que se refere à divulgação do conhecimento científico para o público leigo;
- (3) *naúchno-populiárnaia literatura* (literatura popular científica);
- (4) democratização do saber;
- (5) vulgarização do discurso científico como disseminação do conhecimento científico para o público em geral;
- (6) *naúchno publitsistícheski stil* (estilo de divulgação científica), mas não é apenas um estilo, é um fenômeno mais amplo que demandará maior estudo de minha parte para que, futuramente, eu possa apresentá-lo à Rússia.

A teórica francesa Authier-Revuz apresenta uma forma de "operação de tradução" do discurso científico em outro discurso equivalente. Segundo essa teórica, a divulgação científica é uma área que aborda o tema do "fosso entre dois mundos: o da ciência e o da vida". Sendo assim, como já fora mencionado anteriormente, cabe ressaltar aqui que a premissa defendida por Authier-Revuz reforça a minha hipótese de que há uma relação dialógica entre as esferas do conhecimento.

"A única forma adequada de expressão verbal de vida autêntica do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza", é esta a citação de Mikhail Bakhtin (Bakhtin, 2003f [1952-1953]) que dá início à tese de Sheila V. C. Grillo *Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros*, realizada em 2013, na Universidade de São Paulo (USP). Nesse parágrafo, Bakhtin está falando sobre os gêneros da popularização científica, os quais Grillo marca como um exemplo da divulgação científica nessa teoria.

Falando sobre a história da divulgação científica, a autora menciona tratar-se de um fenômeno de longa tradição, desenvolvida nos diversos países e iniciada com a transformação da ciência em um fenômeno mais aberto. Não mais somente para o grupo fechado da nobreza nem mais um conhecimento secreto e religioso, a divulgação científica promoveu um diálogo com a sociedade e a esfera pública, processo esse que pode ser observado até mesmo na atualidade. Com o desenvolvimento da mídia de massa, durante a segunda metade de século XIX, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, começou também o crescimento de uma comunicação científica sem precedente.

Segundo Grillo, os objetivos da divulgação científica são:

- (1) conduzir o público a uma visão científica e racional do mundo;
- (2) educar as classes modestas;
- (3) informar e divertir.

Quando comparamos o quadro comparativo 1 com o seguinte, vemos que esses objetivos têm afinidade com os objetivos dos discursos estudados por mim, previamente, na Rússia, o que nos permite ampliar o quadro.

Quadro comparativo 2.

	discurso científico puro	discurso científico-educacional	discurso científico-político empresarial	discurso científico cotidiano	discurso científico televisivo
tema	+	+	+	+	+
localização	+	+	-	-	-
status dos falantes	+	-	+/-	+	+/-
a presença do público	+	+	+	-	+

os objetivos no caso da divulgação científica		educar	conduzir o público a uma visão racional do mundo		informar e divertir
---	--	--------	--	--	---------------------

[+: relevante; -: irrelevante; +/-: indiferente]

Segundo Grillo, "o texto de divulgação científica prevê um leitor com um nível de conhecimento diferente daquele do texto de pesquisa, acarretando diferenças na construção desses dois gêneros discursivos" (GRILLO, 2013). Entre os discursos que estudo, relaciono o discurso científico cotidiano e o discurso científico televisivo com o gênero de divulgação científica. No caso do primeiro, a divulgação científica se dava em cafés intelectuais em Paris ou Londres; já no segundo caso, tem-se a interferência da opinião pública, que se manifesta cada vez mais e está tornando-se um parâmetro importante no diálogo entre a ciência e a vida. Vale ainda relacionar o fato de no discurso científico televisivo constatar-se o fenômeno do "novo ator político" que a opinião pública constitui e o conseqüente desenvolvimento da esfera pública do conhecimento científico de que Grillo também trata.

5. Considerações finais

Por fim, elaborarei uma breve síntese das reflexões feitas no presente artigo e sugestões de possíveis questões que podem ser examinadas com maior profundidade no futuro, a saber: o que é divulgação científica? A produção coletiva e pública do conhecimento? É um diálogo entre a esfera científica e as outras esferas da atividade humana, as quais esferas? Quais são essas relações dialógicas e como elas refletem-se em estruturas linguísticas?

No que se refere à relação entre minha pesquisa e os estudos de Grillo, trata-se da análise de materiais diferentes. Quanto ao recorte temporal escolhido por Grillo, seu trabalho busca investigar o desenvolvimento da história da divulgação científica de forma mais ampla, passando, posteriormente, para o estudo da divulgação científica no caso do Brasil. O objeto de pesquisa selecionado por Grillo consiste nas revistas especializadas, em especial, as revistas "Pesquisa FAPESP", "Scientific American Brasil" e "Ciência Hoje". Por outro lado, quanto a minha pesquisa de doutorado, o recorte temporal é mais específico, isto é, as análises foram realizadas a partir de textos orais, na Rússia, entre os anos de 2010 a 2013. Embora tenhamos trabalhado com objetos diferentes em períodos diferentes, acredito que tanto Sheila Grillo quanto eu chegamos a conclusões muito próximas no que diz respeito à expansão do discurso científico e interações entre a ciência pura e outras esferas de nossa vida.

Atualmente, ainda é difícil estabelecer relações entre os estudos discursivos produzidos no Brasil e na Rússia, tendo em vista haver pouco diálogo entre as pesquisas e os estudos contemporâneas desses países. Por isso, a oportunidade de desenvolver uma pesquisa de pós-doutorado aqui no Brasil, trazendo com ela a

perspectiva dos meus estudos sobre a divulgação científica realizados previamente na Rússia, pode ser uma forma de estabelecer um diálogo entre as análises brasileira e russa.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots ne vont pas de soi**: boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Paris: Larousse, 1995.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. P. Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952-1953].

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **Divulgação científica**: linguagens, esferas e gêneros. São Paulo, 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo.

KOZHINA, Margarita Nicolaevna; DUSKAEVA, Lilia Rachidovna; SALIMOVSKY, Vladimir Aleksandrovitch. **Stilístika rússkogo iaziká** (A estilística da língua russa). Moscou: Flinta, 2008.

SOLGANIK, Grigoriy Yakovlevitch. **Stilístika téksta** (A estilística do texto). Moscou: Flinta, 2009.

VALGINA, Nina Sergueievna. **Teória téksta** (A teoria do texto). Moscou: Logos, 2003.

Linguística Sistêmico-Funcional e Discurso. Um olhar para a Escrita Acadêmica.

Maria Otilia Guimarães NININ¹

Resumo: A perspectiva linguística sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1985, 1994) vem se consolidando nos meios acadêmicos, destacando-se o fato de que a ela recorrem os analistas de discurso, buscando compreender como os significados são construídos por meio de escolhas lexicogramaticais que revelam posicionamentos dos sujeitos em suas comunidades discursivas. Com o propósito de impulsionar a discussão sobre a importância da teoria linguística sistêmico-funcional para os estudos da linguagem, propõe-se, neste artigo, revisitar os conceitos-chave da teoria e articular teoria e prática para mostrar como a investigação da escrita acadêmica tem-se ampliado nessa perspectiva. Destacam-se, inicialmente, as noções de linguagem, texto e contexto na perspectiva linguística sistêmico-funcional, seguidas da noção de discurso com base nessa corrente teórica, para, então, abordar-se a prática da escrita acadêmica e modos de ensino dessa escrita.

Palavras-chave: linguística sistêmico-funcional; escrita acadêmica; discurso; metafunções; escolhas lexicogramaticais.

1. Introdução

Trabalhos recentes na área da Linguística têm priorizado o diálogo entre teorias, em busca de critérios e categorias que favoreçam a análise e ampliem a compreensão do discurso nas diversas esferas comunicativas. A Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF) é uma das correntes teóricas que, por sua riqueza nos detalhes ao favorecer a descrição de uma língua em uso e por preocupar-se com a construção de significados, pela linguagem, em uma perspectiva social, tem-se mostrado de grande relevância quando articulada a outras teorias. No Brasil, destacam-se a Linguística de *Corpus* (doravante, LC) e a Análise de Discurso Crítica (ADC). No primeiro caso, a complementaridade entre as duas correntes linguísticas deve-se ao fato de que enquanto a LC lida com grandes quantidades de dados e os estuda para encontrar evidências linguísticas e regularidades características do uso da língua em situações específicas reais de comunicação, a LSF presta-se à interpretação desses dados, entendidos como fenômenos sociais, situados contextualmente, e à compreensão de como os contextos sociais interferem nas escolhas lexicogramaticais dos sujeitos, em discurso. Quanto à ADC, teoria que considera a linguagem como prática social – e, portanto, preocupada com o discurso e a ideologia por ele veiculada –, esta também recorre à LSF como a teoria que propicia uma análise minuciosa quanto ao uso da gramática para a realização de significados em contextos sociais diversos de uso da língua.

Meurer e Balocco (2009, s.p.), discutindo a contribuição da LSF aos estudos da linguagem, destacam:

¹ Coordenadora e docente da pós-graduação *lato sensu* "Língua Portuguesa e Literatura" pela Universidade Paulista (UNIP-SP); docente da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE PUC-SP) e da graduação do curso de Letras da Universidade Paulista (UNIP). Doutorado e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: otilianinin@terra.com.br

Em primeiro lugar, [...] sua aplicabilidade ao ensino, tendo em vista apresentar-se como uma abordagem de análise textual, o que favorece o seu uso na sala de aula. Em seguida, pelos marcos teóricos que introduz nos estudos da linguagem, a) ao advogar uma concepção da natureza da linguagem como interação; b) ao voltar sua atenção para a dimensão paradigmática da linguagem; e c) ao considerar a linguagem como uma semiótica social, com ênfase na produção de sentidos localizada na cultura e na história (MEURER e BALOCCO, 2009, s.p.).

Também os estudos relacionados ao ensino de línguas – estrangeira e materna – principalmente os realizados por Christie (2004, 2012), em contexto australiano, aliam os trabalhos da área pedagógica aos recursos da LSF, especificamente quanto ao letramento ao longo da escolaridade, investigando o desenvolvimento da escrita de estudantes na escola primária e secundária, com detalhamento dos usos de recursos lexicogramaticais e sua funcionalidade.

No Brasil, estudos que recorrem à LSF são os voltados ao ensino de inglês como língua estrangeira, já há longo tempo – desde 1987, iniciados com as Professoras Rosa Konder e Carmen Rosa Caldas-Coulthard (HEBERLE; FERREIRA, 2010). Segundo Barbara (2009), também na PUC-SP, em finais dos anos 1980, pesquisadores buscaram apoio nos trabalhos do linguista inglês Michael Halliday, considerado o pai da LSF, para desenvolvimento da abordagem instrumental do ensino de Inglês.

Atualmente, há diversos grupos de pesquisa com foco na LSF, sediados em universidades brasileiras: UFRN, UFPE, UnB, UERJ, PUC-SP, PUC-RJ, UFSM, dentre outras. No Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, da PUC-SP, está o projeto SAL – *Systemic Across Languages: processos verbais em artigos científicos*, coordenado pela Professora Leila Barbara; tendo a LSF como base teórica, dedica-se a descrever a língua portuguesa em uso por acadêmicos, especificamente nos artigos científicos de diversas áreas do conhecimento.

Pesquisas nas instituições citadas têm difundido a LSF e ampliado o escopo das investigações, que abarcam as temáticas já apontadas e outras, como: estudos da tradução, da literatura, da escrita acadêmica. É nessa direção que este artigo revisita os conceitos-chave da teoria LSF e, articulando teoria e prática, procura mostrar como a investigação da escrita acadêmica tem-se ampliado nessa perspectiva teórica. Destacam-se, inicialmente, as noções de linguagem, texto e contexto na perspectiva da LSF, seguidas da noção de discurso com base nessa teoria linguística, para, então, abordar-se a prática da escrita acadêmica e modos de ensino dessa escrita.

2. Pressupostos teóricos

Dois aspectos merecem atenção nesta seção: a teoria linguística sistêmico-funcional e seus fundamentos, e a discussão sobre escrita acadêmica.

A teoria linguística sistêmico-funcional é um modelo de descrição e de análise linguística. Tem como precursor o linguista inglês Michael Halliday (1985, 1994), sendo os primeiros estudos dessa teoria datados

da década de 1950. Seguidores de Halliday, na chamada *Escola de Sidney*, têm ampliado as discussões de base sistêmico-funcional, focalizando o conceito de gênero, e até mesmo reeditando, com Halliday, seus estudos iniciais (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, 2014). O que se pergunta logo ao iniciar os estudos da teoria LSF é: Por que um modelo sistêmico? Por que funcional?

A teoria linguística sistêmico-funcional é *sistêmica* porque considera a gramática como um sistema de escolhas potenciais motivadas, não arbitrariamente, para a produção de significados em um dado contexto. Em outras palavras, ela considera a língua como um conjunto de sistemas linguísticos dos quais os falantes lançam mão para produzir os significados que intencionam, de acordo com os contextos em que atuam. Esses conjuntos são compostos de modos de escolha do léxico, como também modos de organizar essas escolhas, ou seja, modos semânticos (da ordem dos significados, responsáveis por ideologias, intenções comunicativas de origem cultural), lexicogramaticais (da ordem da construção do fraseado, responsáveis pelos padrões gramaticais verbais e/ou nominais), grafo-fonológicos (da ordem da escrita e do oral, responsáveis pelos padrões oracionais na cadeia da fala).

A teoria linguística sistêmico-funcional é *funcional* porque cada seleção do falante, dentro do sistema a ele disponibilizado, tem uma função específica no contexto em que está inserido esse falante. Essa função específica é sempre dependente do meio social e constituída em situação de interação, sujeita às pressões exercidas pelos contextos comunicacionais que, por sua vez, predeterminam a estrutura gramatical. Ou seja, a forma está subordinada à função (HALLIDAY, 1989).

Linguagem, texto e contexto são os conceitos básicos da teoria LSF. A linguagem só pode ser entendida se relacionada à estrutura social (HALLIDAY, 1989), ou seja, há uma relação de interdependência entre linguagem e sociedade. Linguagem é, portanto, um recurso sistêmico disponibilizado aos sujeitos, para a realização de significados em situações de interação social.

A linguagem é um tipo particular de sistema semiótico que se baseia na gramática, caracterizado tanto por uma organização estratificada quanto por uma diversidade funcional. Ambas se combinam para formar o que Halliday denomina de uma semiótica da consciência de ordem superior, a base para a atividade humana de significar. A linguagem é a instanciação de um significado potencial indefinidamente grande, por meio de atos de significado que simultaneamente constroem experiência e determinam as relações sociais (WEBSTER, 2009, p.5).

A linguagem materializa-se em textos. Estes, por sua vez, são entidades semânticas, ou seja, construções de significados ou “eventos intersubjetivos nos quais falantes e ouvintes trocam significados em um contexto de situação” (WEBSTER, 2009, p.7). A respeito de texto, Halliday; Matthiessen (2014) destacam:

Quando as pessoas falam ou escrevem, produzem texto; e texto é aquilo com o qual ouvintes e leitores se engajam e interpretam. O termo “texto” refere-se a qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido para alguém que conhece a língua; podemos caracterizar texto como linguagem funcionando em contexto (cf. HALLIDAY; HASAN, 1976; HALLIDAY, 2010). Linguagem é, em primeira instância, um recurso para fazer significados; então texto é um processo de fazer significados em contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p.3).

Discutindo os conceitos básicos da LSF, Gouveia (2009) revisita o conceito de texto em Halliday:

O texto é a forma linguística de interação social. É uma progressão contínua de significados, em combinação tanto simultânea como em sucessão. Os significados são as seleções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significado; o texto é a atualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica (HALLIDAY, 1978, p.122, *apud* GOUVEIA, 2009, p.18-9).

O fato de um texto ser um produto de interação, situado em um dado contexto, nos permite dizer que só será possível analisá-lo se consideradas as características e condições da situação de produção, o propósito comunicativo de quem o produziu e o contexto em que esse texto circula.

O conceito de contexto é fundamental na LSF. Halliday (1985, 1994) define dois níveis contextuais: o de cultura e o de situação. O *contexto de situação* caracteriza-se pelo ambiente imediato, pelo momento de realização e de funcionamento do texto. O *contexto de cultura* está relacionado às questões socioculturais amplas, caracterizadas, prioritariamente, pela ideologia, mas, também, por convenções sociais. Em síntese, é a partir de elementos da cultura que os sujeitos realizam escolhas para a produção de seus textos. Exemplificando: um texto científico produzido em um programa de pós-graduação de universidade brasileira está inserido em um contexto de cultura que considera as práticas discursivas características das comunidades científicas do Brasil e o propósito social do texto científico no país. Quanto ao contexto de situação, o artigo científico é balizado por características da área de conhecimento no qual está inserido e, nesse sentido, vale destacar: embora todas as áreas do conhecimento priorizem determinados aspectos na prática de produzir ciência, há procedimentos e características específicas que são válidas para uma área e não para outras. Nesse sentido, percebemos o contexto de situação como o que abarca um espaço muito próximo do que está sendo realizado no texto, e o contexto de cultura, como mais abrangente.

Para o contexto de situação, Halliday (1985, 1994) define três variáveis: campo, relação e modo. Por campo entendemos *o que está sendo realizado*; por relação, *quem realiza o que para quem*; por modo, *como algo está sendo realizado*. Entendemos, por exemplo, que ao *campo* estão relacionadas, no contexto da escrita acadêmica, a própria atividade de escrever, a escolha de *o que* escrever em uma determinada área, o propósito do autor ao produzir seu texto e sua finalidade. Nesse mesmo contexto, às *relações* estão relacionados o participante autor e a quem ele produz seu texto científico, assim como quem são os participantes no próprio texto, marcados por vozes inseridas neste pelo autor; ao *modo* estão relacionadas a linguagem e suas características específicas que fazem desse texto um texto científico, escrito, divulgado por um canal gráfico, em periódicos científicos da área, livros etc.

Essas variáveis desempenham funções denominadas por Halliday (1994) de *metafunções*, a saber: a ideacional (responsável pela manifestação das ideias e experiências do sujeito), realizada pelo sistema de transitividade – que descreve a oração a partir de seus elementos constituintes: processos (verbos, na gramática tradicional), participantes e circunstâncias; a interpessoal (responsável pela manifestação das intenções dos sujeitos, de seu modo de interagir, de aproximar-se ou distanciar-se discursivamente de outros

sujeitos, do grau de responsabilidade que assumem), realizada pelos sistemas de modo e modalidade; a textual (responsável pela organização do texto e pelo modo como um sujeito escolhe os componentes da mensagem), realizada pelo sistema de tema e rema, indicando como a informação *ponto de partida* e a informação *nova* são disponibilizadas na oração.

Os sistemas que realizam essas metafunções são sistemas de base lexicogramatical. Halliday (1994, p.xvi) ressalta: “uma análise de discurso que não está baseada em gramática não é uma análise, mas simplesmente um comentário de um texto”. O discurso, por sua vez, “organiza” o texto e faz com que este adquira características próprias; é revestido de ideologias, propósitos e maneiras de lidar com a realidade (MEURER, 1997). Ainda nessa direção, Halliday (1994, p.366) destaca: “Um texto é significativo porque é uma realização do potencial que constitui o sistema linguístico: é por essa razão que o estudo do discurso ('linguística do texto') não pode ser separado do estudo da gramática que está por trás dele”.

Halliday não faz referência, em sua obra, ao conceito de discurso; no entanto, pesquisadores da LSF têm estabelecido uma relação entre texto e discurso na medida em que o texto é definido pelo próprio Halliday (1994) como algo criado por um contexto marcado pelo ambiente semiótico dos sujeitos e por suas atividades, mas, por outro lado, é também criador desse contexto, a partir de uma relação dialética entre os níveis de realização do texto na situação e na cultura.

A esse respeito, Meurer (1997) amplia as discussões:

O discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas através da linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições; o *texto* é a realização linguística na qual se manifesta o discurso. Enquanto o texto é uma entidade física, a produção linguística de um ou mais indivíduos, o discurso é o conjunto de princípios, valores e significados ‘por trás’ do texto. Todo discurso é investido de ideologias, isto é, maneiras específicas de conceber a realidade. Além disso, todo discurso é também reflexo de uma certa hegemonia, isto é, exercício de poder e domínio de uns sobre outros (MEURER, 1997, p.16).

É nesse sentido que a escrita acadêmica pode ser discutida. Uma pergunta orienta essa discussão: como olhar para essa escrita na perspectiva da LSF? – e pode ser desdobrada, aqui, em dois focos: inicialmente, o que é discurso acadêmico; em seguida, como discuti-lo na perspectiva da LSF e por quê LSF. Um discurso acadêmico que resulta de uma tese ou dissertação, de um artigo científico, tem como principal característica o fato de tratar exclusivamente de um objeto que está sendo investigado a partir de critérios científicos, seja qual for o tipo de pesquisa relatada, seja qual for a área do conhecimento. Então, o que se espera desse discurso? Que o autor tome como orientação primeira o rigor, não somente metodológico, mas também na escolha teórica, nos posicionamentos críticos, e, conseqüentemente, nas escolhas dos elementos disponibilizados pela cultura para a elaboração do texto, capazes de tão bem revelar características de autoria.

Recorremos às discussões de Hyland (2004, 2008a, 2008b, 2010), pesquisador do Centro de Linguística de Hong Kong que tem contribuído fortemente para essa investigação da escrita acadêmica. Na mesma direção das discussões de Halliday, Hyland destaca o fato de que “nós somos o que escrevemos”, que há

modos distintos de se fazer isso, dependentes de uma alfabetização acadêmica e que essa tarefa, na universidade, depende de uma teoria que auxilie o estudante a observar as práticas de linguagem situadas no contexto de cada disciplina ou área do conhecimento, para, a partir daí, identificar recursos que promovam o aprimoramento da escrita de seu próprio texto. A LSF tem se mostrado referência por excelência para a descrição da língua portuguesa, e, por consequência, para o ensino/investigação da escrita acadêmica, justamente por enfatizar essa relação texto-linguagem-contexto em busca de explicar as escolhas do sujeito para a produção de significados.

Hyland (2008a) ressalta que um leitor, em contexto acadêmico, não necessariamente está interessado em conhecer o ponto de vista de um autor, mas, acima de tudo, em encontrar, na produção textual, elementos substanciais que evidenciem a consonância entre aquele discurso e as discussões científicas que emanam da específica comunidade discursiva à qual o autor está afiliado. Em outras palavras, o que se procura na produção textual acadêmica é o modo como um autor dialoga com seus pares e com estes estabelece relações. Hyland (2008b, p.78) diz ainda que os autores, na academia, precisam adotar “uma voz disciplinar” e isso se dá por meio de uma linguagem que leva em conta o contexto de cultura e o contexto de situação. Quando um autor conhece como o discurso se comporta nos específicos contextos de cultura e de situação, ele pode exibir uma competência como *insider* àquele contexto e, então, passar a ser considerado por seus pares. Enquanto o autor não conhece esse discurso, não percebe como a linguagem é usada para realizar significados, ele acaba manipulado pelo próprio discurso, tem sua voz enfraquecida e é como se ele próprio quisesse ocultar sua autoria. Motta-Roth (2006) também discute a escrita acadêmica e diz que “para que um aluno se torne escritor em seu campo de conhecimento ele deve, antes de tudo, tornar-se um analista de discurso nesse campo, capaz de perceber como a linguagem funciona”. Atividades de ensino elaboradas com base nessas discussões tendem a favorecer o reconhecimento, por parte dos estudantes, do modo como se organiza a linguagem para a realização dos significados científicos. É essa organização que é preciso conhecer para se tornar um *insider* ao contexto específico no qual se pretende escrever.

Voltemos às reflexões de Halliday (1994): o uso da linguagem é funcional; ela somente pode ser compreendida se vista / analisada em seu contexto de uso / de produção; e esse uso se dá semioticamente, a partir de escolhas feitas por nós para que o que dizemos / escrevemos faça sentido em um dado contexto e em meio a um grupo de falantes. E mais: dado o fato de Halliday ressaltar que o trabalho com textos só faz sentido quando recorremos a textos autênticos (sejam eles escritos ou falados), justamente porque aí podemos, de fato, considerar seu contexto de ocorrência, é muito importante, então, entendermos essa relação texto / contexto (que envolve contextos de cultura e de situação) no que diz respeito à escrita acadêmica. Eggins (1994, p.9), na esteira das discussões de Halliday, indaga: “exatamente quais dimensões do contexto têm impacto no uso da linguagem?” e “quais aspectos da linguagem em uso parecem ser afetados por dimensões particulares do contexto?”.

Na verdade, quando investigamos o texto produzido nas diferentes áreas do conhecimento, e optamos pela LSF para observar o que é recorrente, como os significados experienciais e relacionais se realizam, percebemos os padrões de regularidade em cada contexto e isso é que deveria orientar a escrita acadêmica dos novos autores. Como já dito, a perspectiva da LSF parte da ideia de que a forma é subordinada à função, e de que há uma interdependência entre estrutura social e linguagem. As metafunções da linguagem concebidas por Halliday atuam concomitantemente na produção de significados científicos: (1) interpretar as experiências dos falantes no mundo acadêmico; (2) expressar a participação dos falantes nas situações discursivas próprias das áreas do conhecimento; (3) organizar um discurso relevante para cada situação da qual participa o falante.

As discussões sobre a escrita acadêmica, na perspectiva da LSF, são subsidiadas pelo sistema de transitividade, responsável por descrever as orações, os complexos oracionais, permitindo-nos analisar cada componente da oração: os processos – ou verbos, na gramática tradicional –, os participantes e as circunstâncias. Descrevem manifestações de atividades fisiológicas ou psicológicas (processos materiais), de atividades do pensar (processos mentais), do dizer (processos verbais), do ser, estar, parecer (processos relacionais), do estar no mundo, do existir (processos existenciais). Conhecer esse sistema nos dá pistas semânticas sobre o que está acontecendo ou o que está *em processo* em uma oração. Esse *processo* – materializado por um verbo – evoca ora uma experiência que se caracteriza como externa ao sujeito escritor (processos comportamentais e materiais), ora como experiências internas (processos mentais e verbais), ora como um estado de ser (processos relacionais e existenciais).

Qualquer que seja a análise do discurso, diz Halliday (1994, p.xv), há sempre dois níveis possíveis de realização que podem ser investigados. O primeiro diz respeito à compreensão do texto – concentração no conteúdo semântico: a análise linguística permite mostrar como e por que o texto significa o que ele significa. Permite, também interpretar, de algum modo, como os estudantes autores do texto científico expressam suas compreensões em seus textos. O segundo corresponde a uma contribuição para a avaliação do texto: a análise linguística possibilita dizer por que o texto é ou não é um texto eficaz para os propósitos a partir dos quais foi elaborado. E continua Halliday (1994, p.xv): “Este objetivo é muito mais difícil de alcançar. Isso requer não apenas uma interpretação do próprio texto em si, mas também do contexto (contexto da situação e contexto da cultura) do texto, e da relação sistemática entre texto e contexto”.

A opção pela LSF como teoria orientadora e suporte para o ensino da escrita acadêmica favorece o reconhecimento, por parte dos estudantes autores do texto científico, do modo como se organiza a linguagem para realizar significados nesse contexto. Ao observar e comparar escolhas lexicogramaticais apresentadas em textos científicos diversos, o estudante é levado a explorar a “relação funcional entre linguagem e contexto de situação” (MOTTA-ROTH e HEBERLE, 2005, p.17), relação esta capaz de revelar padrões textuais e contextuais recorrentes em um dado gênero.

3. Pressupostos metodológicos

Inserido no projeto SAL, já apontado, a pesquisa suporte utilizada para orientar o ensino da escrita acadêmica ocupou-se de um conjunto de textos científicos – monografias, dissertações e teses (40 de cada tipo) – da área da Linguística Aplicada, disponibilizados em bibliotecas virtuais de universidades brasileiras, produzidos no período de 2008 a 2011. Desses textos, após analisados, foram extraídos trechos para o uso em atividades de ensino da escrita acadêmica.

Já no contexto de ensino, as atividades elaboradas para o aprendizado da escrita acadêmica foram realizadas com grupos de alunos de pós-graduação *lato e stricto sensu* da área da Linguagem, em diferentes contextos acadêmicos públicos e privados, no período de 2013 a 2014. Uma análise preliminar de textos produzidos por esses alunos revelou, dentre outras características, algumas que nos permitiram categorizar os textos como distanciados da qualidade requerida para a escrita acadêmica de maior prestígio:

- textos com baixa densidade lexical²;
- pequeno engajamento do autor, principalmente na elaboração da seção teórica;
- uso excessivo e inadequado do modal *poder*, visando minimizar a responsabilidade autoral;
- ausência de complexos oracionais que destacassem metáforas gramaticais³, responsáveis por maior encapsulamento do texto.

As atividades propostas focalizaram a análise de elementos da lexicogramática, produtores de significado, presentes nos textos de referência que, por sua vez, foram submetidos ao programa WordSmith Tools 5.0 (SCOTT, 2009) para mapeamento e organização de listas de palavras e linhas de concordância⁴. Essas linhas de concordância, exemplificadas no Quadro 1, oferecem ao aluno uma situação real de uso da língua em escrita acadêmica e, ao analisá-las, é possível encontrar padrões de regularidade no uso de uma determinada palavra ou de uma determinada organização gramatical, favorecendo a compreensão de como significados são construídos em uma dada área do conhecimento, no caso, a Linguística Aplicada.

Quadro 1. Exemplo de linhas de concordância

Hughes (2003)	apresenta	algumas sugestões para tornar os testes mais confiáveis. Primeiramente, ele defende que quanto mais atividades existirem nos testes, mais confiáveis eles serão, entretanto, ressalta que as atividades devem ser independentes umas das outras
No entanto, sua interpretação dessas fases difere bastante da classificação em três fases apresentadas por Warschauer (1996a; 2000),		

² A densidade lexical (HALLIDAY, 2002, p.329) indica em que proporção itens lexicais (palavras de conteúdo – substantivos, verbos, adjetivos, advérbios) são utilizados em um texto; corresponde à razão entre o número de itens lexicais e o número de orações que desempenham funções oracionais.

³ Por metáfora gramatical (HALLIDAY, 2009) entende-se a variação no modo de expressar um determinado significado; em outras palavras, corresponde a uma organização menos típica das funções semânticas da oração, revelada pelas diferentes maneiras de se usar o sistema linguístico para expressar um significado.

⁴ Linhas de concordância correspondem a trechos destacados de textos que compõem o *corpus* específico em estudo, e que têm como referência uma palavra de busca.

pois ao contrário deste autor, Bax (2003) nomeia a primeira fase de restrita por entender que, apesar de guardar semelhanças com a fase

A autora (2008, p. 94) **considera** que, nesse sentido, “a função de ensinar do professor acaba sendo a de transmitir os conteúdos estabelecidos no material didático, tendo ambos professor e aluno pouca ou nenhuma oportunidade de interpretação”.

Segundo a autora, Vygotsky **considera** a linguagem como “veículo mediador de tais interações” (p. 112). A autora, entretanto, entende o papel da narrativa em sala de aula como elemento contextualizador que favorece o ensino de língua enquanto estrutura e aquisição de vocabulário. No entanto, a narrativa como prática social na sala de aula oportuniza

Fonte: Dados de pesquisa da autora.

Alguns exemplos de atividades utilizadas no ensino da escrita acadêmica são apresentados e comentados na seção seguinte.

4. A prática da escrita acadêmica na perspectiva da LSF

Discussões preliminares com foco nos conhecimentos prévios dos estudantes sobre o que é um texto científico e como ocorre seu processo de escrita possibilitaram compreender como esses estudantes consideram o contexto social de produção de seus textos e como relacionam esse contexto aos elementos formais da língua, dos quais precisam lançar mão para a produção de seus textos científicos. Na perspectiva da LSF, essa discussão priorizou os contextos de cultura e de situação.

Enfatizando exercícios de comparação de textos científicos, questões voltadas ao confronto entre o que o estudante conhece e o que precisa conhecer para produzir um texto científico, simulação da escrita acadêmica, observação dos contextos de cultura e de situação envolvidos nos textos lidos, observação de características relacionadas à organização desses textos, ao seu foco de estudo e aos modos de produzir os significados, as atividades iniciais, a exemplo do que concluiu Motta-Roth (2006a, p.848), possibilitaram aos alunos:

- identificar as variações de registro nos textos de referência;
- identificar diferentes usos da linguagem nas seções dos textos de referência, indicativos de narração, descrição, argumentação, exposição;
- identificar modos de marcar linguisticamente posicionamentos a respeito de conceitos teóricos e de utilizar vozes externas como argumento de autoridade;
- reconhecer o tom do discurso: se mais técnico ou mais cotidiano, se mais assertivo ou mais atenuado, se mais objetivo ou mais subjetivo.

As atividades iniciais orientaram a escolha das seguintes, que procuraram destacar, especificamente, o papel da voz autoral nos textos de referência e modos de apresentação dessa voz. Exemplificando, segue um dos exercícios propostos:

(1) Investigação de processos utilizados para introduzir vozes no texto.

Agora você investigará trechos selecionados de um *corpus* de pesquisa constituído de dissertações e teses. Nesse *corpus*, os verbos *apresentar* e *considerar*, utilizados para introduzir vozes no texto, foram os de maior frequência.

A. Observe as linhas de concordância⁵ desses verbos e responda:

a₁) De quem é a voz correspondente ao processo *apresentar* / *considerar*? (é do autor do texto? é de um outro autor ao qual o autor do texto recorre? é um conceito que “fala”? é um procedimento que “fala”?)

a₂) O autor do texto dialoga com essa voz externa?

a₃) Como o autor estabelece o diálogo? (recursos linguísticos utilizados – conectores, modalização, verbos ilocucionais...)

a₄) Há contribuição explícita da voz do autor do texto? Qual processo é utilizado pelo autor do texto para apresentar sua contribuição?

B. Observe o conjunto de linhas de concordância em que aparecem as conjunções *mas*, *porém*, *embora*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* (de oposição). Em relação às conjunções observadas:

b₁) Como o autor do texto sinaliza sua discordância com as vozes externas?

b₂) Após estabelecimento de conflito, como o autor do texto marca seu posicionamento?

b₃) Quais recursos linguísticos são usados pelo autor do texto para convidar o leitor ao diálogo?

C. Escolha uma linha de concordância em que o autor do texto recorre a uma voz externa para apresentar uma proposição no texto. Agora, analise:

c₁) O autor do texto apenas apresenta essa voz externa? O que te leva a afirmar que ele “apenas apresenta” a voz externa?

c₂) O autor do texto justifica o que é trazido ao texto pela voz externa? Como?

c₃) O autor do texto apresenta alguma contribuição nova após apresentar a voz externa? Como?

Essa atividade e seus desdobramentos focalizam a metafunção interpessoal, propiciando ao aluno investigar as vozes presentes no texto e modos de apresentá-las. Favorecem, também, discussões a respeito dos modos de comprometer-se ou não pelo que é dito, de trazer ao texto vozes externas para sustentar pontos de vista do autor ou, simplesmente, para citar essas vozes, sem comprometer-se com elas.

Com os mesmos grupos de alunos da área da Linguagem, uma atividade foi realizada com linhas de concordância selecionadas de textos das áreas de Matemática e de Filosofia, visando ao reconhecimento, pelos alunos, dos modos de realização dos significados em outros contextos de situação. Essa atividade favoreceu a compreensão dos alunos a respeito do papel do contexto de situação e do contexto de cultura na realização, pela linguagem, dos significados nas específicas áreas do conhecimento que, diferentemente da Linguística Aplicada, recorrem a outras escolhas lexicogramaticais na produção textual.

⁵ Para realização da atividade foram utilizadas duas sequências com 12 linhas de concordância para cada verbo, geradas pelo software WordSmith Tools 5.0 (SCOTT, 2009).

O que se quis mostrar nesta seção foram apenas exemplos de atividades que, à luz da LSF, favorecem as descobertas dos modos de organização da linguagem em textos científicos.

5. À guisa de conclusões

Optou-se, neste artigo, por apresentar a LSF e seus conceitos-chave como uma perspectiva teórica orientadora na investigação e no aprendizado da escrita acadêmica. Nessa direção, destacou-se, a título de exemplo, a ideia de que conceitos sistêmico-funcionais são utilizados para mostrar como os significados são construídos e como escolhas dos falantes/escritores em contextos acadêmicos específicos orientam a produção textual científica.

A opção pela teoria LSF como a teoria que suporta as discussões e o ensino da escrita acadêmica implica, dentre outros aspectos, considerar que a metodologia de investigação dessa escrita deve recorrer, inicialmente, às micro-análises, que partem da estrutura da oração em textos de referência integrantes da cultura acadêmica – priorizando-se a investigação de processos, participantes e circunstâncias – para, então, avançar em direção ao estabelecimentos de relações entre esses elementos e os contextos que os envolvem. A opção pela LSF indica, ainda, um modo de explorar a linguagem na perspectiva do sistema de estratos que a compõem, interdependentes: da fonologia/grafologia, passando pela lexicogramática, pela semântica, em direção ao gênero e ao discurso.

Em síntese, destacou-se neste artigo a LSF como uma abordagem linguística que instrumentaliza o falante/escritor com um conjunto de ferramentas analíticas para investigar detalhadamente os modos de funcionamento da linguagem inserida em contextos sociais reais. O que se considera, a partir deste estudo e da pesquisa realizada, é, portanto, a premente necessidade de reflexão, por parte de professores universitários em programas de pós-graduação, quanto às práticas de letramento científico que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes a respeito do uso da linguagem socialmente situada, destacando-se a LSF como uma das teorias potencialmente relevantes para esse ensino.

Referências bibliográficas

BARBARA, Leila. Palestra. **17º InPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada**. São Paulo: PUC-SP, 29 abr. 2009.

CHRISTIE, Frances. **Language Education Throughout the School Years: a functional perspective**. Chichester, West Sussex; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012. (Language Learning Monograph Series). ISBN-10: 1118292006; ISBN-13: 978-1118292006.

CHRISTIE, Frances. Systemic Functional Linguistics and a Theory of Language in Education. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n° 46, p.013-040, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/download/7390/6795>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

EGGINS, Suzanne. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, 1994.

- GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. Texto e Gramática: Uma Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 24, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.pgletas.uerj.br/matraga/matraga24/arqs/matraga24a01.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Functions of Language. In: HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. (eds.) **Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p.29-43.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Functional Grammar**. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **On Grammar**. London: Continuum, 2002.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Grammatical Metaphor. In: WEBSTER, Jonathan. (ed.). **The Essential Halliday**. London; New York: Continuum, 2009, p.116-138.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. **An Introduction to Functional Grammar**. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4th ed. London: Routledge, 2014.
- HEBERLE, Viviane Maria; FERREIRA, Sidnéa Nunes. Semiotic Change: A pilot on text-image resources in modern and (post)modern ads. **Intercâmbio**. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 21, 2010, p.98-117.
- HYLAND, Ken. Metadiscourse in Academic Writing: a reappraisal. **Applied Linguistics**, Oxford University Press, 25/2; 2004, p.156-177.
- HYLAND, Ken. Genre and academic writing in the disciplines. **Language Teaching**, 09/2008a; 41(04), p.543-562.
- HYLAND, Ken. Disciplinary Voices – interactions in research writing. **English Text Construction**. John Benjamins Publishing Company, ISSN 1874-8767, E-ISSN 1874-8775, 2008b, p.5-22.
- HYLAND, Ken. Metadiscourse: Mapping Interactions in Academic Writing. **Nordic Journal of English Studies**, v.9, n.2, 2010, p.125-143.
- MEURER, José Luiz. Esboço de um modelo de produção de textos. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée. **Parâmetros de Textualização**. Santa Maria, RS: Ed. Da UFSM, 1997, p.13-28.
- MEURER, José Luiz; BALOCCO, Anna Elizabeth. A Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil: interfaces, agenda e desafios. **Anais do SILEL**, vol. 1, Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009_gt_lg14_artigo_8.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- MOTTA-ROTH, Désirée. Escrevendo no contexto: contribuições da LSF para o ensino de redação acadêmica. **33rd International Systemic Functional Congress**, São Paulo, 2006, p.828-851.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HEBERLE, Viviane Maria. O conceito de estrutura potencial do gênero de Ruqaiya Hasan. In: BONINI, Adair; MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.12-28.
- SCOTT, Michael. **WordSmith Tools 5.0**. Software for text analysis. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- WEBSTER, Jonathan. An Introduction to Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics. In: HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; WEBSTER, Jonathan. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum International Publishing Group, 2009.

Análise do discurso: AD e ACD

Mario Santin FRUGIUELE¹

Resumo: Este estudo objetiva apresentar breves considerações a respeito de duas abordagens de análise do discurso que sublinham a instância das relações intersubjetivas e focalizam, portanto, a relação que o sujeito e o funcionamento linguístico estabelecem reciprocamente. Pretende-se, especificamente, conceituar a análise do discurso da Escola francesa (AD) e a análise crítica do discurso (ACD), a fim de, em um segundo momento, estabelecer paralelos e buscar apontar possíveis congruências entre as duas vertentes. Para tanto, apoiamos-nos nos ensinamentos de Charaudau, Orlandi e Pêcheux, em relação à AD, e Fairclough e Van Dijk, teóricos da ACD. Os resultados deste trabalho assinalam que a diferença essencial e mais significativa reside na conceituação do sujeito/ator social, ainda que existam outras tantas posições teóricas conflitantes.

Palavras-chave: Análise do discurso; Análise do discurso de linha francesa; Análise Crítica do Discurso.

1. Análise do discurso: abordagens

O objeto de estudo de qualquer análise do discurso não é apenas a língua, “mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas” (MELO, 2009, p. 3). Podemos, porém, dividir suas abordagens entre *críticas* e *não-críticas* (cf. FAIRCLOUGH, 2001): dentre as primeiras, encontram-se a abordagem francesa da análise do discurso (AD) desenvolvida com base na teoria de ideologia de Althusser por Pêcheux (PÊCHEUX, 1982), e a análise crítica do discurso (ACD), aqui representada pelo trabalho de Norman Fairclough, que em 1992, com a publicação de *Discurso e Mudança Social*, consolida o quadro teórico-metodológico da disciplina.

As duas práticas contrastam em pontos cruciais, essencialmente com relação a recortes teóricos e esquemas metodológicos, o que poderia suscitar uma ideia de incompatibilidade intransponível entre elas. No entanto, conforme afirma Melo (2009, p. 17), as duas correntes não estão “eximidas de possibilidades de intersecções, haja vista sua tradição histórica em afirmarem-se abertamente políticas e, portanto, potencialmente polêmicas, sendo seus papéis analisar e revelar a função do discurso na (re)produção da dominação social”.

As coordenadas dialéticas do pensamento de Bakhtin, autor que em muito influencia ambas as abordagens, auxiliam-nos na empreitada de apontar algumas dessas intersecções. O pensador russo crê no compromisso com a totalidade, com a história, com a prevalência do social e com a unidade dos contrários. Aqui, em específico, valemo-nos do último dos pontos, que não significa trabalhar com oposições abstratas ou conflitos dicotômicos, mas sim buscar a unidade dos contrários: não pelo ecletismo, pelo relativismo ou

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo sido orientado pelo Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida. Bolsista CAPES. E-mail: mariosfru@gmail.com

pelo niilismo, mas pela síntese dialética (FARACO, 1988). Em resumo, não devemos optar irrestritamente por uma das correntes, mas negá-las a ambas em busca da síntese dos contrários.

O aprofundamento teórico necessário para muitas das observações aqui propostas ainda não pôde ser inteiramente efetivado, mas ao menos esperamos avançar criticamente a partir do conhecimento acumulado, nos moldes da perspectiva crítica de Marx, a qual

não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mal”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2011, p. 18).

Para melhor compreender os *fundamentos*, *condicionamentos* e *limites* da AD e da ACD, traçaremos resumidas considerações conceituais sobre estas abordagens, enfocando unicamente os pontos relevantes para o presente estudo.

2. Análise do discurso de linha francesa (AD)

Com raízes nos escritos de Bakhtin e Voloshinov (v. WODAK, 2002), os estudos basilares da AD são atribuídos a Harris, em 1952 com *Discourse Analysis*, e, principalmente, Michel Pêcheux, com a publicação de *Análise Automática do Discurso*, em 1969. Seu surgimento deve-se, sobretudo, à tentativa de combater uma tendência “interpretativista/conteudista nas ciências sociais que lida com o texto como se ele fosse uma superfície transparente, onde, naturalmente, os indivíduos mergulham para buscar sentidos” (MELO, 2009, p. 14). De modo geral, consiste numa corrente desenvolvida majoritariamente na França, que trata a língua em seu processo histórico, atende a uma perspectiva “não-imanentista e não-formal da linguagem e privilegia as condições de produção e recepção textual, bem como os efeitos de sentido” (*ibidem*, p. 4). No mais, a ideia de que o sujeito não é dono de seu discurso, mas assujeitado por ele, permeia esta abordagem e vai de encontro com o que postula a ACD, conforme explicitaremos adiante.

A AD inscreve-se em um quadro que articula o linguístico com o social, trabalhando com a língua no mundo e considerando o homem em sua história. Em sua constituição, relaciona a língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, ou seja, à exterioridade da linguagem²; a AD se ocupa, enfim, do sujeito em interlocução. Considerando o discurso enquanto palavra em movimento, prática da linguagem, o sujeito objeto de seu estudo é o homem *falando* (ORLANDI, 2012a). A Linguística Geral, por sua vez, usualmente considera o sujeito em um contexto social imediato, individualizando-o: um sujeito empírico e *falante*. A diferença central reside, portanto, no fato de que a AD atenta para dada conjuntura sócio-histórico-ideológica na qual se inscreve o interlocutor, visto que o discurso tem existência na exterioridade

² Com relação aos dois conceitos nucleares da AD, ideologia e discurso, embasamo-nos em Althusser (1985) e Foucault (2005).

do linguístico, necessitando-se romper com uma visão estritamente linguística para compreender o sujeito discursivo.

Manifestando-se por meio da linguagem, o homem *falando* constitui-se na interação social e revela um conjunto de outras vozes, razão pela qual encontramos aspectos sociais e ideológicos – extralinguísticos – impregnados em seus enunciados, e que necessitam ser investigados. Essas vozes, responsáveis pela heterogeneidade do sujeito, são diferentes discursos que se negam e se contradizem, dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória. Derivantes desse entendimento, surgem os conceitos de *polifonia* e *heterogeneidade*, assim elucidados por Fernandes (2005, p. 36, itálicos do autor):

Ao considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos. À presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito, na Análise do Discurso, denomina-se *polifonia* (pela composição dessa palavra, temos: poli = muitos; fonia = vozes). Face à não uniformidade do sujeito, à polifonia constitutiva do sujeito discursivo, temos a noção de *heterogeneidade*, que, em oposição à homogeneidade, designa um objeto, no caso um ser, constituído de elementos diversificados.

Para a AD, o sujeito é, acima de tudo, um ser social, que existe em um espaço coletivo, em um momento histórico determinado, e isso é exemplificado pela já citada noção de “homem *falando*”: inscrito num espaço/tempo. Assim sendo, a voz que emana do sujeito discursivo revela o lugar social a que pertence, pois dela ecoa um conjunto de vozes integrantes de dada realidade, de um lugar sócio-histórico. Para compreender melhor o conceito de sujeito discursivo, importa esclarecer brevemente os efeitos de sentido e as condições de produção de enunciados, o que também permitirá um melhor entendimento sobre a memória discursiva.

De acordo com essa vertente, então, o discurso não é mera transmissão de informação, de uma mensagem encerrada em si, mas sim um complexo processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos. Orlandi (2012a) define discurso como o efeito de sentidos entre locutores, que deriva da ideologia desses mesmos locutores, considerando ainda o modo como apreendem a realidade política e social que os circunda. Isso significa que os sentidos são produzidos de acordo com os lugares ocupados pelos sujeitos em enunciação, e, dessa maneira, pode-se afirmar que “uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam” (FERNANDES, 2005, p. 23). Assim, as palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, alterando-se a relação com a formação ideológica (ORLANDI, 1987, p. 83). Conceitos indispensáveis a qualquer análise discursiva, a formação ideológica seria “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais mas se reportam, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras” (*ibidem*, p. 27); enquanto as formações discursivas seriam “componentes das formações ideológicas e que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (*idem, ibidem*). Como exemplo, citemos a unidade lexical *terra*, ou mesmo *nação*, que significam

diferentemente para um índio e para um agricultor em razão de seu uso se dar em condições de produção diferentes, podendo ser referidas a formações discursivas diferentes.

Substitui-se, com a AD, a concepção de um signo inerte pela de um signo dialético, vivo, dinâmico. O efeito de sentido da enunciação e, conseqüentemente, o signo, é dependente da inscrição ideológica de onde se enuncia, do lugar sócio-histórico em que os sujeitos enunciadore se encontram. Os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, o lugar de onde falam os sujeitos e a imagem que fazem de si e do outro são as *condições de produção*. Conforme afirma Brandão (1994, p. 12), o enfoque da AD amplia os estudos puramente linguísticos:

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção.

Provenientes da exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas, tais condições compreendem não somente os sujeitos e a situação, mas também a memória.

Os sujeitos que exercem uma atividade discursiva, enquanto membros de dada comunidade, produzem discursos que contêm sentimentos, crenças e valores, relacionados a um espaço sócio-histórico, e, por conseguinte, expressam a ideologia de sua comunidade. A AD defende que os sujeitos, na interação, recorrem à *memória* de sua comunidade e dela fazem uso para produzir discursos e interpretá-los a todo instante (SANTOS, 2009).

A memória constitui, portanto, um corpo sócio-histórico-cultural e faz valer as condições de produção do discurso. Para Orlandi (2012a, p. 31), é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. A maneira como “aciona” as condições de produção é através da disponibilização de enunciados e discursos que afetam o modo como o sujeito significa. Não se refere a lembranças ou recordações do passado, mas a acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

Assim explana Fernandes (2005, p. 56):

Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais. Um discurso engloba a coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos.

Ao falar, o homem revela-se coletivo, pertencente à determinada realidade sociocultural, a determinado espaço e tempo. Dado enunciado é também composto por sua historicidade, a memória que o tornou possível para o sujeito-enunciador num determinado momento, e isso revela o registro de dada coletividade. Deve-se, pois, atentar para os fatores sociais externos ao sistema linguístico a fim de compreender adequadamente os enunciados.

Para a AD, portanto, o sujeito é sempre dependente, condicionado por fatores extrínsecos a ele, e tal conceito é duramente questionado por Fairclough e pela ACD, que atribuem ao sujeito uma possibilidade transformadora, dinâmica, de mudança social.

3. Análise Crítica do Discurso (ACD)

A publicação de *Language and Control* (FOWLER et al, 1979) e, mais tarde, de *Critical Discourse Analysis* de Fairclough, marca o nascimento da Análise Crítica do Discurso (no Brasil também referida enquanto Análise de Discurso Crítica). Preocupada com o trabalho do discurso como prática social, com bases e conceitos diferenciados dos desenvolvidos pela AD, a ACD destaca-se por contemplar teorias heterogêneas. Para além dos traços distintivos, todavia, são os fundamentais aspectos conjuntivos que permitem referi-la como um projeto comum. Wodak (2002, p. 7) defende que a ACD nunca procurou fornecer uma única ou específica teoria/metodologia, sendo imperioso a qualquer trabalho especificar a linha de pesquisa a que se dedica. Segundo Pedro (1997, p. 15), a ACD trata-se de

uma perspectiva que recusa a neutralidade da investigação e do investigador, que define os seus objetivos em termos políticos, sociais e culturais e que olha para a linguagem como prática social e ideológica e para a relação entre interlocutores como contextualizada por relações de poder, dominação e resistência institucionalmente constituídas.

Esta abordagem pretende demonstrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação; “em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)” (WODAK, 2004, p. 225). A complexa abordagem defendida pelos proponentes da ACD permite a análise dessas pressões verticalizadas e, ainda, das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais. O princípio norteador da ACD, segundo Melo (2009, p. 9),

sustenta-se na noção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder, por isso é função do analista crítico do discurso difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder e aumentar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação.

Em razão disso, então, tal análise revela-se crítica. Opondo-se à ideia prevalecente na AD de que o discurso apenas reproduz as relações e estruturas sociais existentes, não havendo possibilidade de realizar lutas sociais nos discursos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 49), a ACD tenta revestir-se de uma prática social transformadora, apresentando-se como instrumento político contra a injustiça social. A noção de “crítica”, que advém das teorias críticas, significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita (rejeitando a neutralidade que torna o pesquisador cúmplice frente às estruturas sociais), e focalizar a autorreflexão.

Além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica de cada campo de conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabilidade, interesses, e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adota o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas (VAN DIJK, 1986, p. 4).

Ainda com relação à ciência crítica, Wodak (2004, p. 236) assim sustenta:

As teorias críticas, portanto também a LC e a ACD, possuem uma posição especial como guias para a ação humana. Elas objetivam a produção de conscientização e da emancipação. Tais teorias buscam não apenas descrever e explicar, mas também expor um tipo particular de engano. Ainda que adotem conceitos diferentes de ideologia, as teorias críticas pretendem despertar nos agentes a consciência de que, com frequência, eles são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses [...] Um dos objetivos da ACD é “desmistificar” os discursos decifrando as ideologias.

“Crítica”, em suma, significa não tomar as coisas como certas, abrir complexidades, desafiar o reducionismo, o dogmatismo, dicotomias, ser autorreflexivo³ e, por meio de tais processos, tornar manifestas as estruturas opacas⁴ de relações de poder e ideologias e a natureza interligada das coisas (WODAK, 2007).

Retomando os objetivos da disciplina, Fairclough (*apud* MAGALHÃES, 2001) reitera que a ACD pretende “aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras”, já que essa consciência é, como vimos na citação de Melo, o primeiro passo para a emancipação. De acordo com van Dijk (2001, p. 352, tradução nossa),

Análise Crítica do Discurso é um tipo de pesquisa analítica do discurso que estuda principalmente a forma como o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são produzidos, reproduzidos e confrontados por meio de textos e falas no contexto social e político. Com tal pesquisa dissidente, os analistas críticos do discurso tomam posições explícitas e, portanto, desejam compreender, expor e, essencialmente, resistir à desigualdade social.⁵

Em contraste com outros paradigmas da análise do discurso, uma abordagem realmente crítica exige uma teorização e descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, “quanto das estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos” (FAIRCLOUGH; KRESS, 1993 *apud* WODAK,

³ Em consideração à autorreflexão, Wodak (2007) argumenta: “A autorreflexão crítica deve acompanhar o processo de pesquisa continuamente: desde a escolha do objeto a ser investigado até a escolha dos métodos (categorias) de análise, desde a amostragem, a construção de um quadro teórico delineado para o objeto investigado (teorias de alcance intermediário) até a interpretação dos resultados e possíveis recomendações para a prática após o estudo” (tradução nossa): *Critical self-reflection must accompany the research process continuously: from the choice of the object under investigation to the choice of methods (categories) of analysis, the sampling, the construction of a theoretical framework designed for the object under investigation (middle range theories), to the interpretation of the results and possible recommendations for practice following the study.*

⁴ Através da análise, evidenciar e criticar as conexões existentes entre as propriedades dos textos e os processos e relações sociais (ideologias, relações de poder). As pessoas que produzem e interpretam os textos não se apercebem, geralmente, dessas conexões, cuja eficácia reside no fato de serem opacas (PEDRO, 1997).

⁵ *Critical discourse analysis (CDA) is a type of discourse analytical research that primarily studies the way social power abuse, dominance, and inequality are enacted, reproduced, and resisted by text and talk in the social and political context. With such dissident research, critical discourse analysts take explicit position, and thus want to understand, expose, and ultimately resist social inequality.*

2004, p. 225). Para van Leeuwen (1993, p. 193), a ACD está, ou deveria estar interessada “no discurso como o instrumento de poder e controle, assim como no discurso como o instrumento de construção social da realidade”. Ulteriormente, o quadro analítico da ACD demonstrou-se eficaz não somente para investigar a linguagem em relação ao poder e à ideologia, mas também para revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas (cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Para melhor compreender o funcionamento da ACD, importa conhecer alguns de seus conceitos fundamentais, de modo a diferenciá-la corretamente da AD. Primeiro, contudo, parece-nos oportuno listar suas bases epistemológicas, das quais advêm tais formulações. São elas: (i) os estudos anglo-saxões sobre discurso na década de 70 – Linguística Crítica e principalmente a Linguística Sistêmico-funcional de Halliday, que contribuiu com a análise multifuncional da sentença na investigação das três funções sociais da linguagem (ideacional, interpessoal e textual); e (ii) as teorias neomarxistas e os estudos da Escola de Frankfurt – na tentativa de sintetizar teorias linguísticas com as teorias das ciências sociais, conta com as influências de nomes como Habermas, Bourdieu, Adorno, mas principalmente Gramsci (com sua noção de hegemonia amplamente adotada pela ACD).

Os conceitos indispensáveis a qualquer análise crítica, segundo Wodak, são o de poder, história e ideologia. A esses acrescentamos as conceituações de discurso, hegemonia e sujeito/ator social.

- **Poder:** Condição central da vida social, o poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. “O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo” (WODAK, 2004, p. 237). A linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio de poder.
- **História:** A historicidade inerente aos textos torna-os capazes de exercer os papéis de liderança da mudança sociocultural na sociedade (MAGALHÃES, 2001); não basta, para a ACD, mapear as alternativas e limites dos processos intertextuais dentro de dadas hegemonias ou estados de luta hegemônica, mas também concebê-los como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, afetando e sendo afetados por essa luta. Faz-se necessária, portanto, uma perspectiva/abordagem histórica do discurso.
- **Ideologia:** Este conceito não é necessariamente utilizado em contraste com algo que é considerado verdadeiro e real (a partir de um ponto exterior à ideologia, de julgamento do que é verdadeiro e do que é falso). Conforme leciona Gouveia (s.d., p. 339):

Numa concepção que procura ser de teor meramente descritivo, a ideologia refere-se a sistemas de pensamento, de valores e crenças, por exemplo, que denotam um ponto de vista particular sobre o real, uma construção social da realidade, independentemente de aspirarem ou não à preservação ou à mudança da ordem social. A ideologia é, nesta acepção, mais facilmente entendida, não como uma imagem distorcida do real, uma ilusão, mas como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais.

Para Wodak (2004, p. 235), citando a conceituação de Thompson, a ideologia refere-se às formas e processos sociais dentro das quais, e através das quais, formas simbólicas circulam no mundo social.

- **Discurso:** Na ACD, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação, pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, mas é também visto como uma forma de representação, pois nele valores e identidades são representados de forma particular. É, enfim, uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais, em relação dialética com a estrutura social.
- **Hegemonia:** Modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento (FAIRCLOUGH, 2001). Foco de luta constante sobre pontos de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, com o objetivo de construir, sustentar ou, ainda, quebrar alianças e relações de dominação e subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas. É tida, pois, como equilíbrio instável que permite a luta (MAGALHÃES, 2001).
- **Sujeito/ator social:** Situado entre a determinação estrutural e a agência consciente, ao mesmo tempo “em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes” (MELO, 2009, p. 16). Visão de sujeito como construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de ator ideológico, não como um agente processual com graus relativos de autonomia (PEDRO, 1997, p. 20).

Estas são apenas conceituações amostrais, tendo em vista as diversas correntes internas que permeiam a ACD. Van Dijk e Fairclough, por exemplo, são figuras de extrema importância dentro da ACD e fornecem caminhos teórico-metodológicos ambivalentes. Em *Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough*, Guimarães (2012) busca discutir, por intermédio da revisão de críticas lançadas por van Dijk ao aparato proposto por Fairclough, a noção de contexto na ACD. Aponta para o fato de van Dijk condenar pesquisadores na linha de Fairclough ao pressupor que estes desconsideram uma interface cognitiva em suas análises, linha que implicaria uma relação determinística entre contextos e textos. Ao final deste trabalho, Guimarães busca demonstrar que as críticas de van Dijk a teorias que intitula de anticognitivas são equivocadas e que sua “noção de contexto, além de restritiva, não diferencia, de maneira substancial, as análises cognitivas de discurso [por ele empreendidas] de outras análises existentes” (GUIMARÃES, 2012, p. 455).

Dentro da própria corrente, enfim, visualizamos contradições saudáveis que alavancam seu desenvolvimento. O fato de se propor interdisciplinar, com heterogeneidade de teorias, diz respeito à

complexidade daquilo que pretende analisar. Como afirma Wodak (2007), toda abordagem teórica na ACD é inerentemente interdisciplinar, pois seu objetivo é investigar fenômenos sociais complexos que são, por sua vez, inerentemente inter ou transdisciplinares e “não devem, certamente, serem estudados unicamente pela linguística”. A mesma autora, em *Aspects of Critical Discourse Analysis* (2002), elenca as propostas programáticas da ACD, que aqui colocamos de forma resumida:

- 1) A abordagem é interdisciplinar;
- 2) A abordagem é orientada em função do problema, ao invés de focar-se em itens linguísticos específicos;
- 3) As teorias, bem como as metodologias, são ecléticas;
- 4) O estudo sempre incorpora trabalho de campo e etnografia para explorar o objeto investigado (estudo de dentro) como pré-condição para qualquer análise e teorização posterior;
- 5) A abordagem é abducativa: é necessário um constante movimento de idas e vindas entre teoria e dados empíricos;
- 6) Múltiplos gêneros e múltiplos espaços públicos são estudados, e relações intertextuais e interdiscursivas são investigadas;
- 7) O contexto histórico sempre é analisado e integrado à interpretação de discursos e textos;
- 8) As categorias e ferramentas para análise são definidas de acordo com todos estes passos e procedimentos e também com o problema específico que está sob investigação;
- 9) Teorias abrangentes servem como fundação; na análise específica, teorias intermediárias, ou de alcance médio, encaixam-se melhor;
- 10) Prática e aplicação são objetivadas. Os resultados devem ser disponibilizados para especialistas em diferentes áreas e, em segundo lugar, devem ser aplicados com o objetivo de mudar certas práticas discursivas e sociais.

São essas as bases que motivam a análise crítica do discurso e nos permitem traçar diferenças e conexões com a análise do discurso de linha francesa, de modo a intentar realizar a unidade dos contrários de que trata Bakhtin.

4. Síntese dos contrários

Com base nas obras de Pêcheux e Fairclough, teóricos fundamentais das duas abordagens acima elencadas, é possível apontar para distinções bastante sensíveis que exercem influência no tipo de análise pretendida. Ao propor um deslocamento em relação ao trabalho dos analistas de discurso franceses, Fairclough comenta aquilo que considera *condicionamentos e limites* da AD. Segundo o autor britânico, o mundo é formado pela atribuição de sentido que os atores sociais lhe impõem e, em razão disso, a perspectiva adotada pela AD seria incompleta, “pois não dá conta da ‘face’ de resistência do discurso, da natureza de mudança social que as práticas discursivas carregam, mas apenas atestam seu caráter de aparelhamento, reprodução e assujeitamento” (MELO, 2009, p. 13). Para Fairclough, a análise do discurso não deve se limitar a um procedimento epistemológico sobre a língua, mas ser utilizada como instrumento

político contra a injustiça social; os analistas críticos, nesse sentido, devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contra-ideologia, práticas de resistência à opressão cultural.

Fairclough critica, em Pêcheux, o foco seletivo na análise, o pouco interesse na produção e interpretação dos textos (que seriam tratados apenas como produtos), e a não consideração das dimensões ideacionais do significado. Diz, em suma, que

os textos são tratados como evidências para hipóteses sobre as FDs⁶ formuladas a priori, contrariamente à tentativa pelos analistas de estudo cuidadoso daquilo que é distintivo no texto e no evento discursivo. Há uma tendência semelhante na teoria althusseriana de ênfase na reprodução - como os sujeitos são posicionados dentro de formações e como a dominação ideológica é assegurada - em detrimento da transformação - como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática. Sugeri que semelhante ênfase ocorre na linguística crítica. Consequentemente, há uma visão unilateral, da posição do sujeito como um efeito; é negligenciada a capacidade dos sujeitos de agirem como agentes, e mesmo de transformarem eles próprios as bases da sujeição. A teoria de “desidentificação” como mudança gerada exteriormente por uma prática política particular é uma alternativa implausível para construir a possibilidade de transformação em nossa visão do discurso e do sujeito. (FAIRCLOUGH, 2001, pp. 56-57).

Sabemos que a obra inaugural de Pêcheux representa uma primeira fase da análise de discurso de linha francesa, com pressupostos que seriam depois revistos e melhor desenvolvidos por outros estudiosos e também pelo próprio autor, que passa a ter um novo entendimento a respeito do evento discursivo particular, abandonando a crença de que transformações radicais do interdiscurso são autorizadas pela existência do marxismo-leninismo, e priorizando uma visão dialética, na qual a possibilidade de transformações torna-se inerente à natureza heterogênea e contraditória do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). De toda forma, a AD é criticada por supostamente enfatizar a mera reprodução da ideologia no discurso em detrimento da transformação social a partir do discurso.

Melo (2009, p. 14) afirma que “[...] os analistas da ACD devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contra-ideologia, práticas de resistência à opressão social”. É certo que os estudos em ACD normalmente analisam criticamente, da perspectiva dos oprimidos, a linguagem de quem está no poder, que são os responsáveis pela existência de desigualdades, Orlandi (2012a, p. 234), por outro lado, afirma que a análise da Escola francesa também pensa na resistência, mas não na “forma heroica”, e sim “na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir” às formas atuais de assujeitamento do capitalismo. O local da ruptura, que é possível na AD, conforme sustenta a autora (2012b, p. 230-231), dá-se nas relações dissimétricas:

Essa ruptura é possível porque, se, de um lado, [...] na forma capitalista atual, a falha do Estado é estruturante do sistema capitalista, de outro, a ideologia é um ritual com falhas (M. Pêcheux, 1982). E a falha é o lugar do possível. Daí a contradição: o que segrega é o que torna possível a ruptura do processo de individuação, de identificação, na confluência da falha do Estado no processo de individuação e da falha da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva. Atingindo o reflexo, no sujeito, do modo como a ideologia o interpela, na sua inscrição em uma formação discursiva e não outra. A

⁶ Termo foucaultiano para “formação discursiva”, que Pêcheux toma emprestado.

ideologia, como dissemos, é um ritual com falhas. Mas nem por isso, a ideologia para de funcionar. Na falha, ela se abre em ruptura, onde o sujeito pode ir romper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior e do não-sentido”. É a isto que chamo de resistência. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar.

Analisando as (in)congruências entre a vertente francesa (AD) e a anglo-saxã (ACD), Araújo e Ruchkys (2001) fazem um levantamento comparativo entre Pêcheux e Fairclough e acabam por incluir, ainda, Charaudeau (teórico da AD) no espectro analisado. Ao investigar, inicialmente, os objetivos estabelecidos por cada um dos teóricos, observam um primeiro sinal de convergência, tendo em vista que a AD, assim como a ACD, ao propor a análise da linguagem em ação, dos efeitos e sentidos sociais produzidos por meio de seu uso, estaria focalizando a opacidade que caracteriza o discurso em face ao mundo. Destacam, contudo, que Fairclough, diferentemente de Pêcheux e Charaudeau, deixa bem marcada, nos objetivos da ACD, a preocupação com a ideologia e com o poder.

Outro fator que distancia o teórico britânico de Pêcheux diz respeito à concepção de poder, que, segundo Fairclough, não é algo estático, e sim uma instância fluida, constantemente em trânsito. Além disso, o discurso, que para o britânico tanto constitui quanto é constituído socialmente, parece, para Pêcheux, ser considerado em apenas uma dessas direções: “a do social constituindo o linguístico, pelo fato de conceber tal efeito como ‘efeito de sentidos’ [...] entre os interlocutores” (ARAÚJO; RUCHKYS, 2001, p. 214).

A partir do conceito tridimensional de Fairclough, segundo o qual “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22), Araújo e Ruchkys (2001, pp. 221-222) buscaram averiguar se tal tridimensionalidade seria também contemplada pelos teóricos da AD:

Temos, então, em Charaudeau, assim como em Fairclough, o discurso constituindo-se na confluência do (psico)social com o textual, ou seja: ambos consideram a tridimensionalidade proposta no quadro do representante da ACD [...] Já no quadro que Pêcheux propõe (na verdade uma apropriação do esquema *informacional* de Jakobson) para explicar o mecanismo de produção do discurso, parece-nos serem consideradas as dimensões textual, discursiva e social, porém apenas uma delas se encontraria explicitamente representada: a discursiva [...]

Ao final, as autoras concluem:

Tanto Pêcheux, quanto Charaudeau e Fairclough enfatizam a trilogia inerente à linguagem em ação. O que notamos foi que o sujeito, assujeitado em Pêcheux, passou, em Charaudeau a ter sua “inconsciência”, no processo de absorção ideológica, relativizada (à sua porção “isso” se integra a sua porção “eu”) e em Fairclough, por sua vez, [...] parece ser atribuído um caráter ainda mais dinâmico aos participantes do evento discursivo, já que ao apresentar seu propósito de mudança social, parece pretender lhes dar o poder de, a partir da consciência dos mecanismos através dos quais se institui a opacidade do poder

dominante, substituir esse poder através da substituição das formações ideológicas e discursivas reinantes.

Todas as abordagens coincidem e entendem, portanto, o discurso em uma dimensão mediadora entre o estritamente linguístico e o estritamente social. A maior divergência entre os dois campos realmente consiste no estatuto do indivíduo, se sujeito ou se ator. Ao ressaltar o caráter constituinte e constitutivo do uso da linguagem, Fairclough critica a posição dita estruturalista de autores como Pêcheux, que desconsiderariam essa segunda dimensão, e o conseqüente assujeitamento por eles apregoado. Para a ACD, “o processo de interpelação ideológica, tal como é descrito na AD, é muito rígido e faz com que o sujeito desapareça, ao estilo estruturalista” (MELO, 2009, p. 16). A AD, no entanto, propõe uma reflexão sobre a relação sujeito/história/sentido, a fim de tornar possível ir além da função para analisar o *funcionamento discursivo* (ORLANDI, 2012b, p. 185). Pêcheux rompe com o estruturalismo, passando do terreno do positivismo para o materialismo, pensando o discurso e com ele o sujeito, as condições de produção, a exterioridade, relativamente ao texto (*ibidem*, p. 185). Ainda assim, o fato é que, na linha francesa, a noção crítica de ator social colide com o conceito de “ilusão discursiva do sujeito” (PÊCHEUX, 1982), pois aquela noção atribuiria a alguns poucos a capacidade (agência consciente) de ser a fonte de sentido do que diz, desconsiderando a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia.

De todo modo, a despeito das diferenças marcantes que apontamos neste estudo preliminar, Araújo e Ruchkys (2001) lograram demonstrar que as duas disciplinas também convergem em diversos pontos, principalmente entre as posições adotadas por Fairclough e Charaudeau. Isso posto, ratificamos um ensinamento do teórico francês (CHARAUDEAU, 1996, p. 4), que nos parece resumir a questão, evidenciando a síntese dialética que buscávamos inicialmente:

A Análise do Discurso tem sua própria diversidade; desde a sua origem, várias hipóteses e dados teóricos surgiram, sem que qualquer uma delas se possa pretender superior às demais. Pretender uma tal superioridade seria uma questão de poder e não de cientificidade. Se os modelos se tornam dominantes a ponto de ocultar os demais, é a ciência que perde. É preciso defender a diferença em nome da liberdade do pesquisador e da democracia científica. O que conta é que um campo disciplinar se abriu – denominado “discurso” – e no qual há espaço para diferentes hipóteses.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARAÚJO, Maria Aparecida de Oliveira Martins de; RUCHKYS, Angélica Alves. Análise do discurso: em busca das (in)congruências entre a vertente francesa e a anglo-saxã. In: MAGALHÃES, Célia (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, 5-43.

- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**. Edimburgo: Edinburgh, UP, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. da trad. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman; KRESS, Gunther. **Critical discourse analysis**. Mimeo, 1993.
- FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin: a invasão silenciosa e a má leitura. In: FARACO, Carlos Alberto et al. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOWLER, Roger et al. **Language and Control**. London: Routledge, 1979.
- GOUVEIA, Carlos A. M. **Análise crítica do discurso: enquadramento histórico**. Lisboa, s.d. Disponível em: <<http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/bc/5.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.
- GUIMARÃES, Cléber Pacheco. **Análise crítica do discurso: reflexões sobre contexto em van Dijk e Fairclough**. Revista Eutomia, 9. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaeutomia.com.br/v2/wp-content/uploads/2012/08/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- HARRIS, Zellig. Discourse analysis. In: **Language**, New York, v. 28, n. 1, p. 1-30, 1952.
- MAGALHÃES, Célia (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.
- MELO, Iran Ferreira de. **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções**. Letra Magna, v. I, p. 01-02, 2009.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012a.
- _____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012b.
- PECHÊUX, Michel. **Language, semantics and ideology**. Londres: Macmillan, 1982.
- PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- SANTOS, Irenilde Pereira dos. Memória coletiva, geolinguística e relações textuais-discursivas. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos (Org.). **Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- VAN DIJK, Teun. **Racism in the press**. London: Arnold, 1986.
- _____. Critical Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (Eds.). **The handbook of discourse analysis**. Malden/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- VAN LEEUWEN, Theo. **Genre and field in critical discourse analysis**. Discourse & society, v. 4, n. 2, p. 192-223, 1993.
- WODAK, Ruth. **Aspects of Critical Discourse Analysis**. ZfAL 36, pp. 5-31, 2002.
- _____. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: **Linguagem em (Dis)curso**. LemD, Tubarão, v. 4., n.esp, p. 223-243, 2004.
- _____. **What is Critical Discourse Analysis?** Entrevista a Gavin Kendall. Forum: qualitative social research. vol. 8, n. 2, art. 89, 2007.

A Linguística Cognitiva Aplicada ao discurso: a Dinâmica de Forças e a Metáfora Conceptual em textos favoráveis à redução da maioria penal

Mayara Souza NOVAIS¹

Resumo: Aliar a Análise Crítica do Discurso (ACD) à Linguística Cognitiva (LC) pode ser profícuo na medida em que a última entende a mente como uma mediadora entre o homem e a realidade e, nesse sentido, oferece ainda mais elementos para o estudo sobre a formulação dos discursos e a naturalização destes na sociedade. Neste artigo, dois editoriais, um do O Globo e outro do Zero Hora, favoráveis à redução da maioria penal, foram analisados a partir da Dinâmica de Forças e das Metáforas Conceptuais. Como resultado, obteve-se que os editorialistas associam o aumento da punição à efetivação da justiça e afirmam que a legislação atual, por ser mais branda, é mais inflexível. Desta forma, as pessoas que defendem a redução da maioria penal seriam tidas como progressistas, já que elas querem provocar uma mudança na sociedade que, ainda, atenderia aos interesses da maioria da população.

Palavras-chaves: Maioridade penal; Legislação; Discurso; Dinâmica de Forças; Metáfora Conceptual.

1. Introdução

Neste artigo, pretende-se analisar discursos que fundamentam a defesa da redução da maioria penal. Apesar de ser uma discussão antiga na sociedade brasileira, nos últimos dois anos ela voltou a receber atenção, especialmente após o assassinato de Victor Hugo Deppman, em São Paulo, no ano de 2013, que repercutiu nacionalmente e levou, inclusive, a uma elaboração de projeto de lei feita por Geraldo Alckmin, no qual era proposto o aumento do tempo de encarceramento para adolescentes que cometeram crimes hediondos.

A recorrência desse tema na sociedade justifica-se pelas questões que o envolvem. Primeiramente, ele está ligado a umas das discussões centrais para todos os grupos sociais: a segurança. Depois, busca refletir sobre o papel da juventude na organização social, ou seja, seus direitos e deveres. Por fim, ele coloca em pauta os modelos de punição adotados atualmente e a eficácia deles. Não é por acaso que a maioria penal é um tópico presente nos mais diversos grupos sociais e que vem sendo abordado tão insistentemente em vários meios, inclusive os de comunicação.

A mídia brasileira desempenha, historicamente, uma função muito importante como formadora de opinião. As informações veiculadas nela, principalmente por seu segmento mais tradicional e de maior circulação, podem ser cruciais para a maneira como as pessoas passarão a avaliar uma circunstância. Por este motivo, o *corpus* selecionado para este trabalho foi extraído das versões *online* de dois grandes jornais brasileiros, *O Globo* e *Zero Hora*, publicadas respectivamente em 11 de abril de 2013 e 07 de maio de 2013.

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. E-mail: mayara.novais@usp.br

A fim de explorar o potencial que eles têm, optou-se pelo trabalho com editoriais, os quais são abertamente argumentativos e ainda são redigidos por autores valorizados socialmente.

Neste trabalho, serão analisados excertos dos editoriais “E quando o adolescente mata?”, do *Zero Hora*, e “Lei inflexível impede que menor criminoso seja punido”, do *O Globo*, os quais discorrem sobre a rigidez da legislação no que concerne à possibilidade de aplicação de punições mais severas para adolescentes infratores, sobre o apoio da população à redução da maioridade penal e sobre a visão de que a redução sugere mudança. Para tanto, os pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva e da Análise Crítica do Discurso serão adotados, com destaque para o modelo da Dinâmica de Forças (TALMY, 2000; GONÇALVES-SEGUNDO, 2015), para a Teoria da Metáfora Conceptual (VEREZA, 2013; KOLLER, 2005) e para a abordagem das representações sociais (discursos) (FAIRCLOUGH, 2003).

2. Aparato Teórico

Fairclough (2003, p. 124, tradução nossa) afirma que discursos são “formas de representar aspectos do mundo - os processos, as relações e estruturas do mundo material, o ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social”. Ou seja, os discursos refratam uma realidade de mundo que é construída a partir de um contexto, de uma vivência e de outros fatores que restringem, em alguma medida, a visão que o indivíduo tem de determinada situação e, por isso, são marcados ideologicamente. Assim, um mesmo assunto pode ser abordado de diferentes maneiras, produzindo discursos que “podem se complementar, competir entre si, estabelecer uma relação de domínio, etc.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124, tradução nossa), entrando em interfaces diversas.

A construção de um discurso exige o domínio de gêneros, recursos lexicais e conhecimento de mundo específicos; por tal razão, os atores sociais não têm acesso aos mesmos discursos, visto que, no mundo concreto, eles não circulam pelos mesmos espaços, nem dispõem do mesmo capital cultural². E é por isso que há discursos que só são elaborados e compreendidos em determinados espaços, grupos, temporalidades e conjunturas. Todo esse arranjo de fenômenos, que é necessário para a formulação de um discurso, faz emergir padrões linguísticos, isto é, traços próprios do grupo que o profere.

Para este artigo, essas questões são relevantes, uma vez que, no *corpus* analisado, um determinado grupo social elabora textos nos quais outro grupo é representado, de forma que a imagem deste é definida pelo olhar daquele. Esta configuração relaciona-se à polarização entre endogrupo e exogrupo (NÓS x ELES) de que trata van Dijk (2008). Segundo o autor, a principal característica dela é a ênfase nos aspectos positivos do NÓS e nos aspectos negativos do ELES, enquanto que os aspectos negativos daquele seriam encobertos,

² Este conceito foi cunhado por Pierre Bourdieu e está relacionado ao conjunto de sistemas simbólicos (ALMEIDA, 2007 *apud* CUNHA, 2007) que a classe dominante utiliza como instrumento de subjugação da classe dominada. Esses sistemas simbólicos são apontados pela classe dominante como a cultura necessária para pertencer ao meio em que ela está incluída, tornando-se, assim, mais uma forma de distinção entre as classes.

assim como os positivos deste (van DIJK, 2008). Nos textos, as construções visam enquadrar o leitor no endogrupo e, ao associá-lo aos valores positivos que estão embutidos no discurso, aproximam-no das opiniões defendidas, tornando-o um possível divulgador dessas ideias.

As preocupações levantadas pela ACD no momento da análise podem ser depreendidas a partir da Linguística Cognitiva e é, inclusive, importante que sejam, pois o fato de a LC assumir que as estruturas mentais medeiam a interação das pessoas com o mundo, de ter como um objetivo central a investigação sobre o processo de categorização da realidade pela mente humana e de entender como alguns elementos se tornam prototípicos em detrimento de outros (SILVA, 1997) contribui significativamente para que se chegue às representações sociais.

Com o intuito de aproveitar o potencial dessas duas áreas, já há alguns autores que buscam aproximá-las. Nesse sentido, Koller (2005) fez um estudo sobre as Metáforas Conceptuais e a ACD no qual apontava o caráter ideológico das metáforas a partir da análise de textos sobre fusões de empresas. O cerne da discussão proposta por ela estava na naturalização de algumas construções linguístico-cognitivas. Visto que as Metáforas Conceptuais e Situadas (VEREZA, 2013) são peças-chave no processo de conceptualização da realidade ao consolidar conceitos mais abstratos a partir de outros mais recorrentes na prática social, a cristalização de certas MC confirma uma das propostas da ACD, no sentido de que a recorrência de uma prática pode torná-la estrutural para um grupo.

No que diz respeito à Dinâmica de Força, Hart (2010 *apud* GONÇALVES SEGUNDO, 2014) aponta que o modelo sinaliza as “relações sociodinâmicas, intra e interpsicológicas, atuando tanto na representação quanto na legitimação do discurso” (GONÇALVES SEGUNDO, 2014, p. 37). Do ponto de vista da ACD, esse modelo pode ser uma ferramenta fundamental por explicitar o modo como a força marca as relações sociais e por ressaltar os componentes que interagem naquele contexto, explicando, assim, como as relações desiguais são construídas na língua.

2.1. Metáfora Conceptual (MC)

A língua carrega consigo os elementos da interação do homem com o mundo. Como parte dessa relação ocorre através do contato físico, a conceptualização se dá a partir de experiências entre o corpo e a realidade circundante que se tornaram constantes ao longo da História. Ferrari (2011) explica sinteticamente que a abstração conceptual dessas experiências pré-conceptuais e corporeadas são denominadas Esquemas Imagéticos (EI). Trata-se de modelos que servem de base para a compreensão de realidades mais abstratas.

As Metáforas Conceptuais (MC) são formadas mediante a conceptualização de vivências mais abstratas por meio dos EI, que atuam como as bases para tal. A sistematização desse processo ocorre da seguinte maneira: há um domínio-fonte, que consiste na experiência mais palpável, e há um domínio-alvo, aquele que será conceptualizado pela interface com o primeiro. Traçam-se relações de correspondência entre esses

domínios e o resultado é a emergência de uma Metáfora. Para ilustrar o exposto acima, será usado o exemplo a seguir³:

(1) *A vida é uma viagem.*

Domínio-fonte: VIAGEM (referente ao Esquema Imagético JORNADA)

Domínio-alvo: VIDA

Relações:

- | | |
|---|------------------------------------|
| - Toda jornada tem um início, meio e fim | - Os seres nascem, vivem e morrem |
| - Podem surgir imprevistos em uma jornada | - Podem surgir imprevistos na vida |
| - Há obstáculos | - É preciso superar problemas |

Como se vê, é possível estabelecer semelhanças entre esses dois fenômenos e, assim, criar a MC.

Vereza (2013) ressalta que se deve diferenciar metáforas estruturantes (conceptuais) de outras que são construídas nos textos (situadas) e que são derivadas das primeiras, pois, enquanto aquelas cumprem o papel de conceber a realidade, estas são mais locais e têm um caráter mais retórico, com vistas ao convencimento ou à persuasão.

2.2. Dinâmica de Forças (DF)

Da mesma maneira que há uma relação direta entre experiências físico-sensoriais e a formação de Metáforas Conceptuais, a Dinâmica de Forças também é formulada a partir dessas experiências. Em vista de práticas sociais recorrentes relacionadas ao uso da força, esta se tornou um dos principais Esquemas Imagéticos — para Talmy (2000), um princípio cognitivo universal de estruturação das línguas — e, destarte, foi acionada para a estruturação de variados processos de conceptualização. Como resultado, há muitas marcas linguísticas relacionadas a esse campo, especialmente no que concerne à causalidade externa (GONÇALVES-SEGUNDO, 2015).

Talmy (2000), ao organizar a proposta da Dinâmica de Forças, cria quatro categorias correspondentes aos fenômenos estudados: **causação**, **permissão**, **bloqueio**⁴ e **concessão**. As interações ocorrem entre dois participantes, o Agonista (AGO) e o Antagonista (ANT), e nelas, o AGO é o componente que pretende realizar a ação e o ANT corresponde à entidade que define o que, de fato, ocorrerá, visto que se confrontará com o AGO. Outra característica dessas interações envolve a tendência de cada um dos membros, no caso, ao/à movimento/ação ou ao repouso. Finalmente, há uma resultante desse contato, que é a forma como o AGO é afetado pela interação entre as forças.

Na **causação** típica, o Antagonista, por ser mais forte, leva o Agonista a agir, conforme se observa em (2). Na **permissão**, o Agonista tem uma tendência à ação, mas, por ser mais fraco, precisa do desbloqueio por

³ Este exemplo e os demais são fictícios e têm valor didático.

⁴ Bloqueio equivale à noção de causação de repouso e está aqui destacado com fins didáticos.

parte do Antagonista, que o concede, como se vê em (3). Já no **bloqueio**, ocorre o oposto, isto é, o Antagonista impede a ação do Agonista, o que se verifica em (4). Por fim, na **concessão**, o Antagonista é mais fraco e não é capaz de bloquear o Agonista, como se depreende de (5).

(2) *A mãe fez o filho tomar banho.*

AGO: o filho (tendência ao repouso: não tomar banho/fraco)

ANT: a mãe (tendência à ação/forte)

RES: tomar banho/ação

(3) *João deixou Caio cozinhar.*

AGO: Caio (tendência à ação: cozinhar/fraco)

ANT: João (tendência ao repouso/forte)

RES: cozinhar/ação

(4) *Fernanda impediu que Renata visse as mensagens.*

AGO: Renata (tendência à ação: ver as mensagens/fraco)

ANT: Fernanda (tendência ao repouso/forte)

RES: não ver as mensagens/repouso

(5) *Embora Tomás não quisesse, Gabriel foi à festa.*

AGO: Gabriel (tendência à ação: ir à festa/forte)

ANT: Tomás/o desejo de Tomás (tendência ao repouso/fraco)

RES: ir à festa/ação

3. Análise e Resultados

Para a análise, foram selecionados excertos de dois editoriais, todos relacionados às seguintes representações: 1. a lei atual impede que a justiça seja feita; 2. a redução da maioria penal é uma medida democrática, visto ela ter o apoio de grande parte da população; e 3. os defensores da mudança da legislação são progressistas, pois visam reverter um engessamento legal. Esses trechos serão destacados no corpo dos editoriais. Abaixo, segue o Editorial do dia 11 de abril de 2013 do jornal *Zero Hora* e sua análise:

E quando o adolescente mata?

O país assistiu esta semana a uma cena estarrecedora, captada pela câmera de segurança de um prédio residencial em São Paulo e reproduzida pelas principais emissoras de televisão e pela internet: um jovem estudante chegava em casa quando foi abordado por um assaltante armado, que lhe roubou o celular e, sem qualquer reação da vítima, desferiu-lhe um tiro na cabeça. O menino morto chamava-se Victor Hugo Deppman, tinha 19 anos, estudava pela manhã e trabalhava como estagiário à tarde numa emissora de TV. O menino assassino tem 17 anos, seu nome não pode ser divulgado devido à mesma legislação que prevê como punição para seu delito, no máximo, três anos de internação. Crimes como esse, que infelizmente não são incomuns no país, reacendem a polêmica sobre a maioria penal, fixada em 18 anos pela Constituição Federal, com reforço no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Antes de completar essa idade, os autores de atos infracionais (essa é a denominação recomendada pela lei para o crime, seja leve ou hediondo) só podem ser punidos com medidas socioeducativas — e a mais rigorosa delas é a medida privativa de liberdade chamada internação.

O assunto comporta uma infinidade de interpretações, mas fica muito difícil de explicar para uma família enlutada e para os amigos da vítima por que o matador merece a proteção que ela não teve das autoridades e do poder público. Além disso, a cada dia fica mais evidente que jovens com mais de 16 anos possuem maturidade suficiente para responder por seus atos, do que é atestado o artigo 14 da Carta Constitucional ao assegurar o direito de voto a brasileiros com essa idade. **Então, por que não revisar a idade penal no país?**

As resistências são imensas. Tanto que mais de 20 propostas de emenda constitucional com esse propósito já foram apresentadas na Câmara e no Senado, nos últimos 20 anos, e nenhuma prosperou. Alegam os defensores da limitação atual que as causas da violência não serão suprimidas com uma legislação mais severa, mas, sim, com ações educacionais que reduzam as desigualdades sociais. Além disso, seria insensato autorizar a prisão de jovens que podem ser ressocializados quando se sabe que as penitenciárias brasileiras são escolas do crime. Todos esses argumentos merecem ser considerados.

Porém, nenhum argumento pode ser maior do que a vida humana. É em nome da preservação de vidas de jovens como Victor Hugo que cabe reabrir a discussão sobre a responsabilidade penal de adolescentes, como já fizeram inúmeros outros países, entre os quais algumas das principais democracias do planeta. Ao se sentirem impunes, os infratores tendem a reincidir. **Além disso, muitos desses jovens são utilizados como executores por organizações criminosas, exatamente porque contam com a proteção da lei para não serem encarcerados.**

O Estatuto da Criança e do Adolescente é, inquestionavelmente, um instrumento avançado de defesa da infância e uma garantia para as futuras gerações. Isso, porém, não significa que não possa ser revisado e aperfeiçoado, assim como a própria Constituição Federal. **As questões da idade penal e da limitação do período de internação precisam, sim, ser rediscutidas.**

Após dois parágrafos apresentando argumentos que justifiquem a redução da maioridade penal, o editorialista informa a existência de vozes contrárias a tal proposta. O questionamento em *Então, por que não revisar a idade penal no país?*, para além de introduzir o novo tom que o texto ganhará, também tem um caráter retórico, uma vez que enfatiza a urgência por uma mudança. O quarto parágrafo já apresenta um elemento de força, por meio do item lexical *resistências* em *As resistências são imensas*, o qual ativa, cognitivamente a noção de **bloqueio**, isto é, diante de um cenário construído para soar preocupante, há quem impeça que uma medida colocada como sensata seja aplicada.

Adiante, em *Tanto que mais de 20 propostas de emenda constitucional com esse propósito já foram apresentadas na Câmara e no Senado, nos últimos 20 anos, e nenhuma prosperou*, há a metáfora PROPOSTA É INVESTIMENTO, e, ao se ter em vista que elas foram feitas por deputados e senadores, os quais são, legalmente, representantes do povo, o investidor seria a própria população, que estaria em prejuízo. A noção de prosperidade indica que houve o dispêndio de certo tempo com a questão e teve-se o cuidado para que as propostas vingassem, ou seja, trouxessem resultados. No entanto, como o processo não foi bem sucedido, denota-se que influências externas a elas impediram a concretização dessas propostas e, dessa forma, pode-se concluir que essas interferências negativas partem daqueles que não desejam a redução e fazem, para isso, pressões ou causam transtornos que impedem o desenvolvimento delas. Como o espaço em que essas propostas foram apresentadas é o Congresso, essas intempéries foram criadas por outros congressistas; contudo, como aquele espaço deveria ser destinado à representação do povo, as ações perpetradas pelos contrários são vistas como antidemocráticas.

Depois, em *Alegam os defensores da limitação atual que as causas da violência não serão suprimidas com uma legislação mais severa, mas, sim, com ações educacionais que reduzam as desigualdades sociais*, o termo em destaque também indica **bloqueio**, mas dessa vez a referência é diretamente à legislação, no

sentido de que a forma como as leis estão dispostas já seria um impeditivo por si para que a justiça seja feita. O conceito de bloqueio nessas expressões pressupõe que os defensores da maioria penal precisam se posicionar contra essa barreira, a fim de destruí-la, já que ela atrapalha o caminho deles. Há ainda outros trechos que sugerem a mesma representação.

O antagonismo entre lei e cidadãos também ocorre em *Além disso, muitos desses jovens são utilizados como executores por organizações criminosas, exatamente porque contam com a proteção da lei para não serem encarcerados*, a partir da metáfora LEI É ABRIGO, na medida em que ela é construída como um amparo para os adolescentes infratores, o que deixa o restante da população em risco. Essa construção relembra outra que atua no mesmo sentido: a de que a lei não existe para as pessoas de bem. Trata-se do construto de que os direitos humanos só existem para quem comete crimes. Essa lembrança visa mostrar que há um senso comum sobre a ineficácia da lei para um setor da sociedade e também uma sensação de abandono por parte dela. Ademais, essa formulação questiona o motivo para a existência dessa proteção, uma vez que esses jovens não seriam as vítimas. Sugere-se ainda que a lei, ao proteger esse adolescente, contribui para que ele se mantenha na criminalidade, como se depreende de um **bloqueio**, no qual *jovens* é um Agonista com tendência a ser encarcerado, mas a *lei*, a partir desse abrigo que oferece, é um Antagonista que barra essa tendência e, desse modo, desvia o adolescente infrator do destino que o cabe.

O segundo editorial foi extraído do jornal *O Globo* do dia 07 de maio de 2013:

Lei inflexível impede que menor criminoso seja punido

Crimes bárbaros cometidos por menores de idade costumam aquecer o termômetro das cobranças da sociedade, basicamente em relação ao limite mínimo da idade a partir do qual o criminoso é plenamente imputável. Recentemente, deu-se novamente o fenômeno em dois episódios em São Paulo: num, um assaltante, às vésperas de completar 18 anos, assassinou um estudante depois de lhe tomar o celular; noutro, uma dentista, em Ribeirão Preto, morreu queimada por bandidos que haviam entrado em seu consultório — entre eles, também um jovem de 17 anos.

Ainda que se atribua à emoção o aumento da pressão na defesa da redução da idade penal, esse não é mais um sentimento pontual no país. Pesquisas mostram que a mudança na legislação que trata do menor (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir que a Justiça alcance com mais rigor jovens criminosos, é amplamente apoiada pela população. Junte-se a isso o fato de que episódios como esses dois não são exceção na crônica policial brasileira. Apenas para ficar no terreno dos casos que mexeram com a opinião pública, em 2007 o menino João Hélio foi trucidado no Rio, ao ser arrastado preso ao cinto de segurança de um carro por uma quadrilha de ladrões da qual fazia parte um rapaz de 17 anos.

Isso sem contar as levadas de jovens com idade inferior a 18 anos usados pelo tráfico de drogas para ações mais violentas, em razão do anteparo jurídico do ECA.

A questão do limite da inimputabilidade precisa ser discutida com seriedade no Brasil, sem ser contaminada por discursos sociológicos que não levam em conta a capacidade de discernimento de jovens que matam friamente, não poucas vezes com requintes de crueldade. Há ainda outros fatores que, colocados na mesa, dão forma a juízos contraditórios. Caso, por exemplo, da fixação em 16 anos da idade que permite ao jovem votar.

A redução da maioria penal é um debate prejudicado por fortes barreiras. O ECA é inflexível: independentemente da capacidade de discernimento do criminoso e, principalmente, da gravidade dos seus atos, o jovem infrator não pode ficar privado da liberdade por mais de três anos. Na esfera governamental, a discussão também não anda, interdita por uma blindagem que assegura vetos a qualquer tentativa de mudança.

O Brasil não cria opções para punir com mais rigor menores envolvidos em crimes violentos. Nisso, está na contramão de procedimentos de outros países, como mostra levantamento do Unicef, nos quais, mesmo com a manutenção do limite penal em 18, abrem-se espaços na legislação para a internação de jovens criminosos por períodos superiores aos três anos do ECA. Isso dá ao juiz a possibilidade interpretar a lei à luz de critérios que levem em conta a maturidade do criminoso, imputando-lhe penas à altura de seus atos, em lugar de manter a Justiça dentro de um padrão

que, como mostram os números, estimula em vez de inibir a criminalidade juvenil.

Neste texto há uma oposição marcante entre legislação/contrários à redução da maioria penal e favoráveis a ela. Logo no título há um caso de **bloqueio**, cujo Agonista é *menor criminoso*, com tendência a ser punido, e o Antagonista é *Lei inflexível*, que impede a concretização de tal ação. O título é, então, uma denúncia da maleabilidade que a legislação tem quando se trata de jovens infratores, pois, posteriormente o editorialista descreve uma série de crimes envolvendo adolescentes e, deste modo, apresenta dados que indicam que a postura da legislação deveria ser de punir com mais rigor, o que não ocorre. Assim como no primeiro texto, há a impressão de que a lei é um abrigo para os criminosos.

Em seguida, os trechos *Crimes bárbaros cometidos por menores de idade costumam aquecer o termômetro das cobranças da sociedade, basicamente em relação ao limite mínimo da idade a partir do qual o criminoso é plenamente imputável* e *Ainda que se atribua à emoção o aumento da pressão na defesa da redução da idade penal, esse não é mais um sentimento pontual no país* recorrem à democracia para justificar a necessidade de se reduzir a maioria penal. Para tanto, quatro metáforas situadas sustentam a argumentação, salientando a força da população. No primeiro excerto, tem-se CRIMES BÁRBAROS SÃO FONTES DE CALOR e A SOCIEDADE É CONTEÚDO, metáforas que estabelecem uma relação de efeito e consequência, visto que a sociedade é excitada com o acontecimento de novos crimes e pode, eventualmente, manifestar-se contra eles. Enquanto medidor, o termômetro é um sinalizador do ponto de conflito que se pode atingir, entendendo-se que essa reação social irá atingir, especialmente, o governo. No segundo fragmento, as metáforas são POPULAÇÃO É PISTÃO/FORÇA e LEGISLAÇÃO/GOVERNO É ÁREA/ESPAÇO. Nelas, para além do aspecto da força, há também a visão de unidade, isto é, há um sentimento que é compartilhado de forma global pela população, que a induz a se aproximar em bloco e, desta maneira, exercer a pressão sobre o governo que, por seu lado, funciona como um espaço afetado pela população, e, portanto, maleável, a depender do modo como a força é exercida. Com isso, reforça-se o ponto de vista de que, para ser democrática, a legislação deve conter a redução da maioria penal, pois estaria de acordo com a vontade popular.

Em *Pesquisas mostram que a mudança na legislação que trata do menor (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir que a Justiça alcance com mais rigor jovens criminosos, é amplamente apoiada pela população*, o editorialista se vale tanto do apoio em pesquisas que indicam a opinião da maioria da população — recorrendo ao apelo democrático —, como também trabalha a ideia de uma legislação que acarrete justiça. Pela DF, depreende-se que essa construção constitui uma **permissão**, em que o Agonista é a *Justiça*, o qual tende a alcançar *com mais rigor jovens criminosos*, e o Antagonista é a *Legislação*. Nota-se que a resultante dessa ação ainda está parcialmente em aberto, visto que, atualmente, a legislação cumpre um papel bloqueador, mas se mudanças forem aplicadas a ela, as quais poderão ocorrer com o incentivo da população, o resultado pode ser a permissão efetivamente e, portanto, a realização da justiça.

Por outro lado, o texto assinala que não é somente a legislação que impede a mudança, mas também

os contrários à redução. Segue excerto para análise:

A redução da maioria penal é um debate prejudicado por fortes barreiras. O ECA é inflexível: independentemente da capacidade de discernimento do criminoso e, principalmente, da gravidade dos seus atos, o jovem infrator não pode ficar privado da liberdade por mais de três anos. Na esfera governamental, a discussão também não anda, interdita por uma blindagem que assegura vetos a qualquer tentativa de mudança.

Neste parágrafo, o autor anuncia a existência de um bloqueio em **fortes barreiras**, para depois delimitar dois empecilhos: 1. a legislação, ativada, cognitivamente, pelo termo *inflexível* em *O ECA é inflexível*, e 2. o grupo contrário à redução (ELES), assinalado pelo termo **blindagem**. Ao se referir ao ECA, a **permissão** que a lei poderia dar à efetivação da justiça é retomada a partir da formulação que assume como tendência – não concretizada - a possibilidade de o jovem infrator ser punido por mais de três anos. A culpabilização pelo bloqueio recai diretamente sobre o Estatuto, que impossibilita o cumprimento de um dever.

Se a legislação atual representa um entrave na sociedade, seja por dificultar o acontecimento da justiça ou por estar distanciada dos interesses da população, a proposta pela redução significa uma mudança que atenderia a essas duas demandas. No entanto, historicamente, mudanças são vistas com receio por parte de grupos mais conservadores e, no excerto *Na esfera governamental, a discussão também não anda, interdita por uma blindagem que assegura vetos a qualquer tentativa de mudança*, o editorialista configura os contrários à redução como um setor mais conservador, pois esse grupo ativa vários mecanismos para bloquear a discussão que o primeiro grupo propõe. Primeiramente, promove uma interdição, que inviabiliza o prosseguimento do debate através do uso de vetos, e depois conforma-se enquanto bloco blindado, ou seja, é tão coeso que não possibilita que qualquer resquício dessa voz que defende a redução seja ouvida. Essa elaboração maximiza a importância dos indivíduos contrários à redução, como se eles detivessem todo o poder sobre a questão, e isso pode ser uma estratégia retórica forte, já que força os favoráveis à redução a se aproximarem, além de construir uma visão autoritária e antidemocrática sobre aquele grupo.

4. Considerações finais

A conjuntura brasileira atual está favorável ao recrudescimento de representações sociais conservadoras. Com a crise política e econômica que atinge o país, o governo atual, associado à esquerda política, é visto de forma negativa e cada vez mais surgem medidas com o intuito de enfraquecê-lo.

Ao mesmo tempo, o sentimento de insegurança por parte da população se mantém e, assim, propostas no sentido de diminuir a violência - especialmente a urbana – proliferam-se dia a dia. Nas últimas eleições, muitos candidatos defenderam abertamente a redução da maioria penal. Sem fazer grandes reflexões, eles estavam mais preocupados em angariar votos que em promover um debate sincero.

Diante desse contexto difícil, esse artigo se propôs a trazer elementos que auxiliem a clarear a discussão. A análise linguístico-discursiva dos editoriais revelou que os defensores da redução da maioria penal associam, em grande medida, a força aos discursos diretamente relacionados à mudança na legislação.

Parte desses usos foram direcionados para o caráter rígido da lei, mas também para os indivíduos que são contrários à redução, os quais se utilizam das forças que possuem – discursiva ou legal – para evitar a aprovação da medida.

No entanto, esse esquema também está presente para se referir aos próprios defensores, especialmente no que tange ao apoio da maioria da população. Nesse sentido, eles sinalizam que a força que vem da sociedade pode ser determinante para o resultado dessa discussão e que os legisladores devem se atentar a isso.

Qualquer discussão séria sobre formas de punição, sistema prisional e a própria maioria penal deve ponderar acerca do caráter paliativo de medidas que visem ao aumento da punição e deve assumir que o nosso sistema prisional está falido. Além disso, no que concerne às crianças e aos adolescentes, já há questionamentos sobre o ECA no sentido de que ele nunca foi aplicado em sua integralidade. Assim, a observação que cabe aqui é a de que, ao reduzir a maioria penal, o Estado se esquia de sua tarefa de garantir os direitos da juventude e, desta maneira, os reais problemas que levam, posteriormente, à criminalidade não são resolvidos.

Referências bibliográficas

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, 2007. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em 14 dez. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse – Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A permeabilidade da Dinâmica de Forças: da gramática ao discurso. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; RESENDE, Briseida Dôgo; DE PAULA, Fraulein Vidigal; MÓDOLO, Marcelo; CAETANO, Sheila Cavalcante (org.). **Linguagem e cognição: Um diálogo interdisciplinar**. Lecce: Pensa Multimedia Editores, 2015, p. 163-185.

_____. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva. **Veredas atemática**, Juiz de Fora, v. 18, n.2, 2014.

KOLLER, Veronika. Critical Discourse Analysis and social cognition: evidence from business media discourse. **Discourse & Society**, London, v.16, n.2, 2005. Disponível em: <<http://das.sagepub.com>>. Acesso em 05 abr. 2014.

SILVA, Augusto Soares. A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades 1**, p. 59-101, 1997.

TALMY, Leonard. **Towards a Cognitive Semantics**. Vol. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.

VAN DIJK, Teun (org.) **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VEREZA, Solange. *Metáfora é que nem...*: Cognição e Discurso na Metáfora Situada. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul. dez. 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acesso em 19/08/2015.

Fontes

E QUANDO O ADOLESCENTE MATA?, Zero Hora, 2013. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2013/04/11/interativo-editorial-defende-revisao-da-maioridade-penal-no-pais-voce-concorda/>

LEI INFLEXÍVEL IMPEDE QUE MENOR CRIMINOSO SEJA PUNIDO, O Globo, 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/lei-inflexivel-impede-que-menor-criminoso-seja-punido-8310990>

O gênero epidítico no livro manuscrito de Felix da Costa – 1696

Monica Messias SILVA¹

Resumo: Neste artigo tenho como objetivo analisar um fólio do códice "Antiguidade da Arte da Pintura", de Felix da Costa, com datação provável de 1696. Tomarei por base o livro "A Aventura Semiológica", de Roland Barthes, expondo um panorama de como era constituído um discurso sob o gênero epidítico no século XVII. Dessa forma, pretendo elucidar procedimentos retóricos provenientes de autoridades greco-romanas da antiguidade como Aristóteles, Cícero e Plínio, o Velho. Como forma de solenizar o centenário de Barthes, comemorado no ano de 2015, o autor que dentre suas obras retoma também a retórica antiga será aqui o norteador para a exposição da 'ars' retórica no discurso Felix da Costa. Diante disto, pretendo discorrer sobre a retomada de 'loci' presentes nas autoridades greco-romanas supracitadas para mostrar desde a composição de elogios até a constituição de um personagem exemplar para a formação da virtude do 'artifex'.

Palavras-chave: Retórica antiga; Gênero epidítico; Manuscrito; Felix da Costa; Roland Barthes.

1. Introdução

Neste artigo, tomarei como base para analisar um fólio do livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura*² de Felix da Costa, com datação provável de 1696, a obra *A Aventura Semiológica*, de Roland Barthes, que apresenta um panorama sobre retórica antiga, tanto a de Aristóteles como a *Retórica a Herênio*, atribuída a Cícero. Barthes nos oferece um conjunto de referências - e por que não de provas - de que essa técnica discursiva, mesmo que dita como antiga, está ainda muito presente entre nós. O pintor português Felix da Costa, utilizando-se de procedimentos retóricos, e estando o artista e tratadista inserido no cenário da sociedade cortesã portuguesa seiscentista, reivindica a criação de uma Academia de Artes em Portugal, para isso, utilizando-se de *loci* presentes em autoridades greco-romanas, a fim de dar sustentação aos argumentos do *Antiguidade da Arte da Pintura* no que concerne à nobreza da pintura, sustentando seu discurso em uma composição sob o gênero epidítico.

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado em andamento que está sendo realizada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) no programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras. O projeto visa à edição semidiplomática do livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura* e a análise dos procedimentos retóricos utilizados no discurso Felix da Costa, debruçando-se, em especial, sobre os *loci* retirados da *História Natural*, de Plínio, o Velho.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras - Brasil: a Realidade da Criação, a Criação da Realidade do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Armando Bagolin. E-mail: monica.messias@usp.br

² Costa, F.; Kubler, G. et al. *The antiquity of the Art of Painting by Felix da Costa*. New Haven: Yale University Press, 1967. O livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura* pode ser acessado em <<http://brbl-dl.library.yale.edu/vufind/Record/3590734>>.

A edição semidiplomática do livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura* é inédita. O livro jamais foi transcrito em língua portuguesa e contou apenas com uma edição fac-similar seguida de uma tradução para o inglês sob a organização de George Kubler, de 1967, por meio da Yale University Press, da Universidade de Yale – EUA.

2. Barthes, Retórica antiga e o códice *Antiguidade da Arte da Pintura*

Mesmo moribunda desde o Renascimento e praticamente falecida depois do romantismo, Barthes eleva o lugar da Retórica na história da escrita dizendo que "o mundo está incrivelmente cheio de retórica antiga" (BARTHES, 1987, p.19). E ao final, depois de toda uma explanação a respeito das partes da retórica, - eu diria que até seja o livro *A Aventura Semiológica* uma versão "atualizada" e mais "palatável" da retórica antiga ao leitor contemporâneo e leigo nesse assunto - Barthes, que tanto escreveu sobre escrever, enfatiza a importância dessa técnica de forma a chamar a atenção do leitor para algo que é de veras importante para aqueles que aspiram atuar no âmbito das Letras:

"O que me fica" quer dizer: as questões que me vêm desse antigo império para o meu trabalho presente, e que, depois de ter tratado da Retórica, já não posso evitar. Em primeiro lugar, a convicção de que muitos traços da nossa literatura, do nosso ensino, das nossas instituições de linguagem (e haverá uma única instituição sem linguagem?) seriam diferentemente esclarecidos e compreendidos se se conhecesse a fundo (quer dizer, se não censurássemos) o código retórico que emprestou a sua linguagem à sua cultura; já não são possíveis nem uma técnica, nem uma estética, nem uma moral da Retórica, mas e uma história? Sim, uma história da Retórica (como pesquisa, como livro, como ensino) é necessária nos nossos dias, alargada por uma nova maneira de pensar (linguística, semiologia, ciência histórica, psicanálise, marxismo) (BARTHES, 1987, p.90).

Barthes conclui de forma concisa, mas exata, sobre a importância que tem a retórica, ou que pelo menos deveria ter, perpassando-a pelo ensino, pela literatura, até chegar às extensões promovidas pelo leque aberto das ciências que englobam a linguagem. Se é que existe alguma ciência que não englobe alguma forma de linguagem, e nesse caso, a retórica estaria em tudo. Ressaltando, dessa forma, que uma vez sendo a retórica não censurada, tornar-se-ia o indivíduo que nela bebesse conhecimento um sujeito mais esclarecido e mais compreendido naquilo e daquilo que se propôs a fazer no que concerne ao uso da linguagem.

Ainda no mesmo fio condutor, Barthes coloca a retórica aristotélica como prática discursiva presente na sociedade contemporânea, mais especificamente, uma prática que norteia a comunicação que se realiza no meio da cultura dita de massa:

Em seguida, essa ideia de que há uma espécie de acordo obstinado entre Aristóteles (de onde saiu a retórica) e a cultura dita de massa, como se o aristotelismo, morto desde o Renascimento como filosofia e como lógica, morto como estética desde o romantismo, sobrevivesse no estado degradado, difuso, inarticulado, na prática cultural das sociedades ocidentais - prática fundada, através da democracia, sobre uma ideologia da "maioria", de norma majoritária, de opinião corrente: tudo indica que uma espécie de vulgata aristotélica

continua a definir um tipo de Ocidente trans-histórico, uma civilização (a nossa) que é a da *éndoza*: como evitar esta evidência que Aristóteles (poética, retórica, lógica) forneceu a toda a linguagem, narrativa, discursiva, argumentativa, que é veiculada pelas "comunicações de massa", uma grelha analítica completa (a partir da noção de "verossímil"), e que ele representa esta óptima homogeneidade com uma metalinguagem e uma linguagem-objecto que pode definir uma ciência aplicada? Num regime democrático, o aristotelismo seria, então, a melhor das sociologias culturais (BARTHES, 1987, p. 90).

A retórica estaria, assim, imersa em toda a linguagem da cultura ocidental, ou seja, a nossa cultura, em que se vê paulatinamente o discurso (seja ele de linguagem oral ou escrita) produzido para a cultura dita de massa conforme o que for julgado como "verdade" por essa massa, produzindo assim, automaticamente, a *éndoza* aristotélica. Em outras palavras, ao se produzir uma *éndoza* aristotélica, produz-se o que já é desejado ser ouvido/lido pela massa. Dessa forma, diz-se, escreve-se aquilo que se deseja ser ouvido e lido, e constrói-se, desta maneira, a nossa cultura de senso comum. Logo, uma sociologia cultural embasada na retórica antiga é o que Barthes chamará de "máquina" retórica, que emerge de uma afasia natural, de matérias brutas do raciocínio, de um "assunto" que resultará em um discurso completo e estruturado, "completamente armadilhado pela persuasão" (BARTHES, 1987, p. 53).

Então a Retórica não morreu?

Barthes infere que talvez nunca tenha morrido. No decorrer da história a escrita deu abertura à inserção do "eu" nas diversas formas de se escrever, obedecendo cada vez menos aos moldes da retórica antiga, e isso tem princípio a partir dos séculos XVI e XVII, quando começam a surgir formas literárias diferentes. Todavia, esse é um período em que o homem está ainda mais interessado na natureza humana do que em um desenvolvimento de uma expressão da essência humana, por isso ainda são perceptíveis os traços da *ars* retórica como recursos da argumentação (BARTHES, 2004, p. 47).

Entretanto, é do cenário dos séculos XVI e XVII que gostaria de falar, trazendo à luz o livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura*. Por ser um tratado, o códice oferece-nos um modelo de estrutura discursiva advinda da retórica antiga da qual Barthes fala em *A Aventura Semiológica*. O *Antiguidade da Arte da Pintura*, segundo Kubler, é um tratado aparatoso, ostentoso, que baseia seu discurso em outras autoridades greco-romanas por meio de emulações, em busca da criação de um suporte para a pintura. Felix da Costa, autor do livro, por meio de exemplos da antiguidade, apresenta-nos uma organização de argumentos para aprovar a ideia da construção de uma Academia de Artes em Portugal. Sua construção discursiva coloca Plínio, o Velho, na linha de seus argumentos reiteradamente. Para isso, cita, por exemplo, o edital de Alexandre, o Grande, cujo conteúdo lançava a pintura em altos patamares entre as artes liberais, e isso determinava que a pintura podia ser ensinada apenas por nobres e pessoas bem nascidas (COSTA e KUBLER, 1967, p.33-34).

O discurso Felix da Costa vai assim se configurando em busca de uma *éndoza* aristotélica que visa à produção de argumentos suficientes capazes de provar, dentro de uma cultura cortesã portuguesa, a necessidade da construção de uma Academia de Artes, e para atingir a comoção de seu receptor, busca a produção de um discurso ornado por elementos que já sejam esperados por esse receptor. Destarte, retoma

um *locus* presente já em Plínio, o Velho, na *História Natural*, em que aparece o mito de Apeles ao pintar Alexandre, o Grande, o que coloca a pintura em um patamar elevado entre os nobres. Desta forma, o que Barthes diz a respeito da *éndoza* aristotélica (o discurso produzido conforme o que a cultura dita de massa espera ouvir/ler) é o que vai ocorrer no *Antiguidade da Arte da Pintura*, estando a cultura dita de massa hoje para o que fora a sociedade cortesã portuguesa no século XVII. Portanto, os procedimentos retóricos e *loci* retirados das autoridades greco-romanas são o *modus operandi* do discurso Felix da Costa, um discurso produzido com a intenção de convencer essa sociedade cortesã portuguesa e que, para isso, utilizou-se de modelos já conhecidos e enaltecidos pelo receptor de seu texto.

Os *loci* captados para a confecção do discurso são elementos que configuram a sua *inventio*, o momento da criação sobre o que se falará. Muito embora o nome infira uma capacidade imaginativa da criação devido à palavra "invenção", dentro da estrutura da retórica antiga essa técnica se trata de, nada mais nada menos, recolher de outras autoridades discursivas *loci* já privilegiados, como acontece com a afirmação de que para se ensinar a arte da pintura é preciso estar entre os nobres, tópica já presente em Plínio, o Velho. Nessa linha de raciocínio, Barthes fala de uma "descoberta", e não de uma "invenção":

A inventio reenvia menos para uma invenção (dos argumentos) que para uma descoberta: tudo existe já, apenas é necessário reencontrá-lo: é uma noção mais "extractiva" que "criativa". Isto é corroborado pela designação de um "lugar" (a Tópica), de onde podemos extrair os argumentos e de onde é necessário reconduzi-los: a inventio é um percurso (via argumentorum) (BARTHES, 1987, p.54-55).

No discurso Felix da Costa de *Antiguidade da Arte da Pintura*, essa tópica é reiterada diversas vezes e busca um meio de enaltecer a pintura com o objetivo de colocá-la no mesmo patamar, senão acima, das sete artes liberais (lógica, gramática, retórica, aritmética, música, geometria e astronomia). Para isso, Felix da Costa retoma a tópica do mito de Apeles em diversos momentos, como pode ser observado na transcrição do fólio 122 *recto* do *Antiguidade da Arte da Pintura*, trecho este que cita a *História Natural* de Plínio, o Velho, livro 35. O pintor Apeles ainda era um aluno, descrito como tendo a necessidade de ser possuidor de um gênio natural para poder apreender com totalidade a arte de pintura:

Para saber-se qualquer destas sete Artes Liberaes / bem se vê as costuma alcançar o talento e capaci- / dade de hum moço; o que não sucede assim / em a Arte da Pintura, Escultura e mais Artes / do Debuxo, que necessita de hum Genio e na- / tural e a paz de poder alcançar o que conuem / a se fazer consumado e perfeito, scientifico e / pratico; não sendo cabal a vida do homem / para penetrar os segredos desta Arte: tomando / os documentos e doutrina longo tempo de hum / sabio Mestre. Assim o mostra Plinio Libru 35 / capitulo 10 falando de Panfilo Pintor insigne / mestre de Apelles. por estas palauras. / *Docuit neminem minoris talento annis / decem, quam mercedem et Apelles, et Melan- / thus ei dedere.* A nenhum ensinou por / menos de um Talento, e por tempo de des / annos, e isto mesmo lhe deu Apelles e Melan- / tio seus dicipulos.³

³ Transcrição semidiplomática do fólio 122r do manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura*. (Cf. COSTA, F.; KUBLER, G. et al. *The Antiquity of the Art of Painting by Felix da Costa*. New Haven: Yale University Press, 1967. p. 297.)

O texto enaltece a grandiosidade da pintura em face das artes liberais afirmando que um aluno poderá alcançar talento e capacidade nas atividades que concernirem a essas artes liberais; entretanto para as artes da pintura, da escultura e do debuxo (do desenho) é necessário um gênio natural para que de fato estas artes se efetivem com perfeição. Nesse contexto, Apeles seria um aluno imbuído desse gênio natural, mas que ainda assim teve a necessidade de frequentar as aulas de seu mestre Pânfilo em um período não inferior a dez anos, para então poder aprender a arte da pintura. Nessa linha discursiva, a grandiosidade da pintura se mantém também no argumento de que a vida do homem não é cabal para penetrar os segredos da arte da pintura, dado que para aprendê-la se toma longo tempo da vida de um mestre. Desse modo, o discurso Felix da Costa constrói argumentos para provar a grandiosidade da pintura, inclusive, diante das sete artes liberais, colocando as artes da pintura, da escultura e do debuxo em um patamar elevado por meio de um *locus* retirado da *História Natural* de Plínio, o Velho, lugar esse já conhecido como um lugar de *status* pelo receptor de seu texto. Em outras palavras, o *locus* de Apeles como um aluno gênio já era de reconhecimento da sociedade cortesã portuguesa, destarte, há a produção de um discurso de louvor conforme demanda o gênero epidítico e, concomitantemente, criando uma *éndoxa* aristotélica, uma vez que a tópica da genialidade de Apeles é formadora de um lugar pressupostamente conhecido do interlocutor do discurso Felix da Costa.

Na *História Natural* de Plínio, o Velho, é possível verificar ainda outro *locus* retomado no discurso Felix da Costa se referindo à grandiosidade do professor de Apeles, Pânfilo, que tem essa qualidade de grandioso reconhecida por não restringir seus ensinamentos a uma só arte, mas expandindo seus estudos a todas às ciências:

Ele era macedônio. Foi o primeiro pintor que estudou todas as ciências, sobretudo a aritmética e a geometria, sem as quais ele argumenta que a pintura não poderia ser perfeita. Ele não ensinou a ninguém por somente um talento: ele ganhava 400 denieres por ano (410 fr.); Apeles e Melanzio lhe pagaram esse preço. (PLINE L'ANCIEN, 1877).⁴

Depois da *inventio* observada por Barthes como sendo um momento de descoberta de "lugares", partem duas grandes vias: uma lógica e outra psicológica, que seriam convencer e comover, respectivamente. Na primeira via seriam dispostas as provas, então chamadas de *probatio*, que devido à força que trazem consigo por si mesmas se incumbem automaticamente de comover o receptor do discurso (BARTHES, 1987, p.55). Dessa maneira, tanto o fato da escolha de Apeles para definir o gênio do aluno, quanto o fato da escolha de Pânfilo para designar a grandiosidade do mestre pretenderão configurar provas capazes de convencer o interlocutor do discurso Felix da Costa no que concerne à grandiosidade da pintura.

Dando continuidade à linha de argumentos, chegamos à figura exemplar, ou seja, à *imago*. Barthes explica que essa *imago* é uma nova forma de exemplo, é a personagem exemplar (*eikôn imago*) que designará

⁴ PLINE L'ANCIEN. *Histoire naturelle de Pline. Livre XXXV. Avec la traduction en français / publiés sous la direction de M. Nisard.* Paris : Firmin-Didot, 1877. Disponível em: <http://remacle.org/bloodwolf/erudits/plineancien/livre35.htm>. Acesso em: 3 jul 2015. Tradução da autora.

a virtude humana em uma figura, o que culminará em um repertório dessas figuras com grande sucesso entre os retores na Idade Média. Nesse ínterim se toma o lugar da *imago virtutis*, recobrando por vezes personagens secundárias, constituindo um repertório de exemplos e que Barthes chamará de "vocação estrutural do *exemplum*":

é um trecho destacável, que comporta expressamente um sentido (retrato heroico, narrativa hagiográfica); compreende-se desde logo que se possa segui-lo até na escrita simultaneamente descontínua e alegórica da grande imprensa contemporânea: Churchill, João XXIII são "imago", exemplos destinados a persuadir-nos de que devemos ser corajosos, de que devemos ser bons (BARTHES, 1987, p.58-59).

Então fica evidenciado que a genialidade de Apeles presente no discurso Felix da Costa no *Antiguidade da Arte da Pintura* se configurou como uma *imago* que serve como uma figura exemplar, ou ainda, um personagem exemplar para respaldar os argumentos acerca da nobreza da pintura dentro do âmbito da sociedade cortesã portuguesa, tal qual os nomes dos personagens Churchill e João XXIII são retomados como *imago* para persuadir a respeito da coragem e da bondade na sociedade contemporânea. Nesse mesmo fio condutor de sentido, construiu-se toda uma linha semântica ao redor do nome Apeles, pois ainda hoje, se citado, funciona como *imago* de personagem ideal exercendo função de arquétipo do gênio, da mesma forma como temos Ulisses sendo arquétipo da astúcia.

Em face do discurso Felix da Costa e das doutrinas dos séculos XVI e XVII, Hansen ressalta que é anacrônico e portanto errado conferir-lhes interpretações baseadas em teorias de pensadores dos séculos XVIII e XIX, uma vez que tratadistas seiscentistas e setecentistas não tiveram como exemplo de imitação textos escritos *a posteriori*. Por conseguinte, o que nossos autores quincentistas e seiscentistas propuseram foi a técnica de efetuar uma emulação, que nada mais é do que um intelectualismo artificioso a produzir um modelo cujo conceito sempre será análogo à retórica antiga. Dessa maneira, são constituídos lugares retóricos a fim de se alcançar a persuasão, para isso sendo inventados sujeitos de nossa fala por meio de "lugares comuns éticos", que os compõem como "tipo honesto", respaldando-se em exemplos de cuja existência o receptor da mensagem já tenha noção, pois só se pode convencer alguém utilizando argumentos que ele já conheça (HANSEN, 2012, p.159-177).

Chegamos, assim, à Tópica, que Barthes chamará de "grelha", onde o assunto (a *quaestio*) no *Antiguidade da Arte da Pintura* será a nobreza da pintura, em que é conferido ao discursador, Felix da Costa, eleger argumentos e organizá-los a fim de persuadir o receptor de seu texto (BARTHES, 1987, p.67). O que Felix da Costa teria feito foi "passear" o seu assunto ao longo de uma "grelha de formas vazias" e assim, do contato do assunto com cada quadrícula (cada "lugar") da grelha é de onde surgiu a ideia para respaldar tais argumentos. Esse "passeio" pela grelha seria a emulação dos *loci* retirados de Plínio, o Velho, que foram construindo os "lugares comuns éticos" no discurso Felix da Costa. Em suma, toda emulação começa de uma "grelha de formas vazias" que aos poucos, com um "passeio" por toda literatura já conhecida pelo

discursador, será preenchida com *loci* que lhe confirmam sustentação creditada em virtudes alocadas em patamares de *status* na sociedade.

No que diz respeito à virtude, ou ainda, à personagem exemplar, como o é Apeles no *Antiguidade da Arte da Pintura*, haverá uma analogia de *loci* presentes nos tratados sobre pintura dos séculos XVI e XVII que já emularam os *loci* que tinham as retóricas antigas no que concerne ao caráter do orador. Tomemos como exemplo Alberti que, dois séculos antes de Felix da Costa, para compor uma doutrina em o *Da Pintura*, vai dizer que o bem pintar está associado ao bom caráter:

O fim da pintura é granjear para o pintor reconhecimento, estima e glória, muito mais do que riqueza. A isto chegarão os pintores cuja pintura cativar os olhos e a alma dos espectadores. Dissemos, quando tratamos da composição e recepção das luzes, de que modo se pode fazê-lo. No entanto, gostaríamos que o pintor, para bem poder obter todas essas coisas, fosse uma pessoa boa e instruída nas artes liberais. Cada um sabe como a bondade da pessoa vale muito mais do que toda a sua dedicação pela arte, para conquistar a estima dos cidadãos. E ninguém duvida de que a estima de muitos em muito ajuda o artista a adquirir fama e riqueza. (ALBERTI, 1999, p.138).⁵

Observa-se na linha de argumentos utilizados por Alberti a defesa de que um bom pintor deve ter bom caráter, evidenciando a bondade da pessoa. Ou seja, para as doutrinas dos séculos XV, XVI e XVII, o *locus* de bom caráter se faz necessário para a formação do *artifex*. Essa virtude que constitui o *ethos* do *artifex* será um lugar privilegiado para compor a sustentação de um discurso digno de ser creditado pelo leitor/ouvinte a propósito daquilo que se reivindica – uma Academia de Artes em Portugal –, enriquecendo o que se reivindica por meio de ornamentos imbuídos de elogios que lhe designem virtude.

Outro elemento que corrobora a ornamentação do discurso sob o gênero epidítico é a consideração dos fatos, coisas e pessoas memoráveis. No Livro III da *Retórica a Herênio*, atribuída a Cícero, no parágrafo 22, vemos a passagem que discorre sobre no que devemos crer ou não para ser lembrado mais adiante:

A natureza ensina, ela mesma, no que devemos crer; pois, se no curso ordinário da vida nós vemos algumas coisas pouco importantes, comuns e diárias, nós não temos o costume de guardar lembranças delas, porque o espírito só é comovido por objetos novos e singulares. Mas se nós vemos ou se nós contamos qualquer coisa que represente um caráter marcado de infâmia ou de integridade, de bizarro ou de grandioso, que seja espantoso ou sublime, nós nos lembraremos por muito tempo. (CICÉRON, 1881).⁶

A memória do receptor do discurso só será tocada consoante a importância do que se vê, do que se presencia. Desse modo, fazendo uma alusão com o *artifex* e o que se deve lembrar desse *artifex*, caso este tenha um caráter ruim, será lembrado por isso, e o mesmo ocorrerá caso o seu caráter seja bom, desde que não seja ordinário. É a própria natureza que nos ensina no que de fato se deve crer, sendo os fatos ordinários, comuns, facilmente esquecidos, uma vez que só se é capaz de comover um espírito por meio de objetos novos, únicos, singulares; em contrapartida os fatos serão lembrados por muito tempo se constituírem desde

⁵ ALBERTI, L. B. *Da pintura*. Tradução Antonio da Silveira Mendonça. Campinas: Editora Unicamp, 1999. p. 138.

⁶ CICÉRON. "Réthorique à C. Hérenius. Livre III". In: *Ouvres complètes de Cicéron: avec la traduction en français / publiés sous la direction de M. Nisard*. Paris: Firmin-Didot, 1881. Disponível em: <http://remacle.org/bloodwolf/orateurs/herennius3.htm>. Acesso em: 3 jul. 2015. Tradução da autora.

elementos viciosos, tais como os marcados pela infâmia, pelo espanto, ou ainda serem estes fatos formadores de significados louváveis como a integridade, a grandiosidade e o sublime. Dessa forma, tanto Alberti quanto Felix da Costa se servirão destes *loci* a respeito do caráter para evidenciar o bom pintor, *loci* estes que permearão outras doutrinas sobre pintura nos séculos XV, XVI e XVII. Por isso, para a constituição de uma *éndoxa* aristotélica dentro do cenário da sociedade cortesã portuguesa se fez necessária, no discurso Felix da Costa, a escolha de Apeles como um dos meios de exemplificação do quão nobre é a pintura, associando a *imago* do pintor, desde quando aluno, à *imago* do gênio. Esse arquétipo formador da figura do gênio constitui uma parte do gênero epidítico no *Antiguidade da Arte da Pintura*, enaltecendo a arte da pintura por meio da exposição de um personagem emoldurado dentro de um âmbito em que ele já tenha sido enaltecido por outra autoridade, que é Plínio, o Velho, servindo de modelo de virtude, assim como também são imbuídos de virtude os oradores na *Retórica a Herênio* e na *Instituição oratória*.

Na retórica de Aristóteles, para se executar a técnica do "falar bem" o orador terá de ter honra e boa reputação, uma vez que as pessoas que conhecerem o orador falarão de seu caráter, portanto, um orador, antes de tudo, é reconhecido pelo caráter que possui a ponto de seus concidadãos, familiares e amigos imaginarem possuir as mesmas virtudes do orador, em outras palavras, o orador deve servir de bom exemplo à sua plateia:

A honra e a boa reputação contam-se entre as coisas mais agradáveis, porque cada um imagina que possui as qualidades de um homem virtuoso, e sobretudo quando o afirmam pessoas que ele considera dizerem a verdade. Contam-se entre eles os vizinhos mais do que os que se encontram isolados, os familiares e concidadãos mais do que os estranhos, os contemporâneos mais do que os vindouros, os sensatos mais do que os insensatos, e a maioria mais do que a minoria; pois é mais provável que digam a verdade os que acabamos de mencionar do que os seus contrários, já que nenhuma importância ligamos à honra ou opinião daqueles que temos em pouca conta, como as crianças e animais; e, se ligamos, não é pela opinião em si, mas por alguma outra razão. (ARISTÓTELES, 2006, p.86).⁷

É, portanto, utilizando-se do *locus* do bom caráter do *artifex* que se molda o bom caráter de Apeles, em uma analogia ao fato de ser este pintor um gênio, e dessa forma, mais do que as artes liberais, que necessitam de engenho e dedicação, a pintura, para ser realizada de forma completa, necessitará da sensibilidade de um gênio natural. Retomar a *imago* de Apeles no *Antiguidade da Arte da Pintura*, nesse fio condutor de sentido, é perfazer o percurso que se encontra sobre o bom orador em Aristóteles - a honra e a boa reputação estão para o bom orador aristotélico assim como o gênio de Apeles está para o bom pintor no *Antiguidade da Arte da Pintura* - mas a honra e a boa reputação de um homem só serão dignas de crença se tiverem sido ditas por alguém em quem se confie e cujo discurso seja considerado verdadeiro. Por isso, o personagem formador da *imago* de gênio não pode ser um personagem cuja procedência não tenha

⁷ ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006. p. 86.

reconhecimento entre os receptores do discurso Felix da Costa, mas um personagem citado por uma autoridade, que é Plínio, o Velho, e, por isso, merecedor de crédito.

Essa mesma ideia também esteve presente em Francisco de Holanda, em seu *Da Pintura Antiga*, escrito um século antes do *Antiguidade da Arte da Pintura*, no XVI, e, provavelmente, foi um autor que serviu de modelo a Felix da Costa. Como não havia uma tradição de pintura em Portugal, Holanda se valeu de discursos de outros tratadistas que argumentaram sobre a nobreza da pintura. Portanto, o que temos no que concerne à tratadística sobre pintura dos séculos XVI e XVII é que ela nada mais é do que a imitação de procedimentos retóricos por meio de uma emulação de lugares-comuns, bem sucedidos ou não, que dá lugar a um novo discurso, trazendo à pintura *loci* que vislumbrem um lugar de virtude aos personagens citados, constituindo, destarte, a ornamentação exigida pelo gênero epidítico.

Chego, assim, a um pequeno extrato que propôs exemplificar um discurso escrito no século XVII, discurso esse norteado conforme pede a opinião do público, ocasião esta em que Barthes nos lembra que, para Aristóteles, tal opinião do público configurará o primeiro e o último dados dos argumentos a serem utilizados na persuasão, não havendo nesse público qualquer ideia hermenêutica, qualquer espécie de decifração, dessa forma, o público se identificará de maneira apaixonada por meio de trechos estereotipados da linguagem, bastando ao orador conhecê-los bem (BARTHES, 1987, p. 75). Sendo Apeles um arquétipo de gênio da pintura, outrora mencionado pela autoridade que fora Plínio, o Velho, é este personagem, assim, já conhecido da sociedade cortesã portuguesa, e por isso, a *éndoxa* se constitui, esperando-se do público apenas uma aceitação dos fatos, não lhes permitindo questionar a respeito do que lhes foi oferecido como verdade.

Então onde estaria a retórica hoje, a qual Barthes diz estar tão presente entre nós?

É fato que no livro seiscentista *Antiguidade da Arte da Pintura*, dada sua natureza e momento histórico, o reconhecimento de *loci* presentes em autoridades greco-romanas pode ser analisado de forma mais sistemática, uma vez que à sua época todos os tratados obedeciam a esse mesmo esquema de procedimentos retóricos. Mas seria de certa forma equivocado, mesmo reconhecendo a inserção do "eu" na literatura pós romantismo, afirmar que a técnica de retomar *loci* da antiguidade morreu assim como se diz que foi morta a própria retórica antiga. O que houve, como nos diz Barthes (2004, p.49), é que se antes tínhamos um discurso construído a fim de simplesmente retomar a Tradição e não provocar jamais a repulsa em sua hereditariedade (BARTHES, 2004, p.49), o que se tem hoje é um discurso formado, sim, pela Retórica, sublimado pelo humanismo, mas que teve sua origem na prática político-judicial, e por isso, concomitantemente, imbuído de conflitos brutais como dinheiro, propriedade, classes, com uma instituição, no caso o Estado, regulamentando uma "palavra fingida", codificando qualquer recurso ao significante, e "aí nasce a nossa literatura" (BARTHES, 1978, p.90).

Fica ao leitor, entretanto, assumir ou não se há a presença de *loci* retóricos na construção de enunciados que perfazem desde os discursos dos meios de comunicação voltados para a cultura dita de

massa, até a configuração do mais variado tipo de personagem romanesco que habita as produções contemporâneas. De qualquer forma, Barthes nos deixa uma mensagem sobre os estudos de Retórica, e sobre a participação da Retórica na história da escrita: a mensagem é a de que "o mundo está incrivelmente cheio de retórica antiga."

O discurso Felix da Costa nos oferece, assim, um exemplo de como se constituir uma *éndoxa*, como fazer a escolha de um personagem digno de louvor, e dessa forma, elaborar um discurso que não deixe espaço para outra interpretação senão a do elogio, uma vez que seu exemplo é retirado de uma autoridade cujo patamar, dentro do âmbito humanístico e renascentista, é de prestígio, e portanto, não pode ser contestado. Assim, o *loci* do pintor gênio se molda em um ambiente de *status* social, e por isso, o ato de louvor conforme demanda o gênero epidítico será composto do que for concernir à nobreza, no sentido de que tudo o que for contrário a essa nobreza, não poderá ser considerado como argumento válido para atribuir prestígio à arte da pintura. Em outras palavras, o discurso Felix da Costa, cuja intenção era persuadir a respeito da necessidade de se construir uma Academia de Artes em Portugal, obedecendo ao que demanda o gênero epidítico, e dado o contexto histórico-cultural, antes teve de se submeter ao que seu receptor já desejava, de antemão, ler, absorver como verdade. Assim, Apeles é propositalmente gênio, não porque de fato isso configurasse uma verdade, mas porque era verossimilhante ao receptor do discurso, uma vez que representava *status* como exemplificação de gênio por ter sido já citado por uma autoridade latina que fora Plínio, o Velho.

3. Considerações finais

O trabalho de edição semidiplomática e análises do livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura* está há um ano em andamento. Por ora as edições ainda não foram concluídas, uma vez que o livro é composto por 150 fólios, entre fólios *recto* e *verso*, o que equivale a 300 páginas. Além do trabalho de edição, também é necessário um minucioso trabalho de revisão, pois a fim de que sejam preservadas as escolhas elocutivas do códice, assim como o português seiscentista, pretende-se manter todas as características grafemáticas das palavras do manuscrito original na edição, alterando somente termos abreviados, desenvolvendo-os, e também, separando vocábulos que no manuscrito se encontram escritos de forma unida, adaptando a separação vocabular para a ortografia atual, visando à facilitação de leitura a quem vier consultar a edição depois de ter sido concluído o trabalho. Em outras palavras, embora haja essas duas alterações quanto ao desenvolvimento de abreviaturas e separação vocabular, características como consoantes dobradas, letras ramistas, metáteses, sínopes, apóopes, etc, serão mantidas para que se altere o menos possível o registro escrito no discurso Felix da Costa.

Quanto à análise, o trabalho vem tomando um norte no que diz respeito à identificação de *loci* presentes em outras autoridades da antiguidade greco-romana, em especial em Plínio, o Velho, na *História*

Natural, livros 34, 35 e 36. Há outras autoridades citadas no discurso Felix da Costa, tanto da antiguidade greco-romana quanto da Europa do cenário em transição da Idade Média, passando pelo período humanista e indo até o pós renascimento. Dentre as tantas autoridades citadas, ressalto aqui tais como Aristóteles, Cícero, Platão, Petrônio, Plutarco, Protógenes, Quintiliano, Sêneca, Sócrates, Vitruvius, Xenofonte, Zêuxis, Santo Agostinho, Papa Gregório I, Vicente Carducho, Rafael Sanzio, Gaspar Gutiérrez de los Rios, Jorónimo de Huerta, Charles Le Brun, Gian Paolo Lomazzo, Michelangelo Buonarroti, Francisco Pacheco, Giorgio Vasari e Federico Zuccari. Ou seja, são várias as autoridades de que se servirá o discurso Felix da Costa para compor e creditar os argumentos sobre a nobreza da arte da pintura. Entretanto, neste período de pesquisa em que a edição semidiplomática do códice ainda está em processo, faltando-lhe ainda a revisão, optei por fazer um recorte somente sobre as tópicos retiradas de Plínio, o Velho, uma vez que são os procedimentos deste autor os mais recorrentes no *Antiguidade da Arte da Pintura*.

Espero, dessa forma, desenvolver um trabalho que possibilite, com a edição semidiplomática, tornar acessível a um público mais amplo o códice *Antiguidade da Arte da Pintura*, que em sua forma original pode ser consultado apenas por aqueles que têm afinidade com a leitura de manuscritos seiscentistas, como filólogos e paleógrafos, uma vez que a tradução em inglês não oferece fidedignidade de transcrição. Da mesma maneira, junto da edição, pretendo propor uma análise sobre os procedimentos retóricos existentes no discurso Felix da Costa para a composição do texto seiscentista em gênero epidítico, em que a linha de argumentos evidencia a necessidade de exemplos retirados de autoridades para serem creditados pela sociedade cortesã portuguesa, e assim, poder reafirmar o valor da arte da pintura em Portugal.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Leon Battista. **Da pintura**. Trad. Antonio da Silveira Mendonça. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Trad. Maria de St^a. Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. **O grau zero da escrita**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CICÉRON. *Réthorique à C. Hérenius. Livre III*. In: **Ouvres complètes de Cicéron**: avec la traduction en français / publiés sous la direction de M. Nisard. Paris: Firmin-Didot, 1881. Disponível em: <<http://remacle.org/bloodwolf/orateurs/herennius3.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2015.
- COSTA, Felix.; KUBLER, George. et al. **The antiquity of the Art of Painting by Felix da Costa**. New Haven: Yale University Press, 1967. O livro manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura* pode ser acessado em <<http://brbl-dl.library.yale.edu/vufind/Record/3590734>>
- HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In Muhana, A. et al (orgs.). **Retórica**. São Paulo: Annablume; IEB, 2012.
- PLINE L'ANCIEN. **Histoire naturelle de Pline. Livre XXXV**. Avec la traduction en français / publiés sous la direction de M. Nisard. Paris: Firmin-Didot, 1877. Disponível em: <<http://remacle.org/bloodwolf/erudits/plineancien/livre35.htm>>. Acesso em: 3 jul 2015.

Da enunciação ao discurso: possíveis diálogos entre a linguística enunciativa de Antoine Culioli e os estudos crítico-discursivos

Paula de Souza Gonçalves MORASCO¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apontar um possível diálogo entre a linguística enunciativa de Antoine Culioli e os estudos discursivos, sobretudo os de vertente crítica. Como será exposto neste trabalho, Antoine Culioli valoriza o enunciado como ferramenta de pesquisa e busca a linguagem por meio das marcas linguísticas nele expressas. Essa metodologia que almeja o processo de produção do enunciado (enunciação) é um ponto chave nos estudos discursivos, pois o percurso enunciativo que levou a determinado discurso é tão importante quanto o contexto em que está inserido.

Palavras-chave: Enunciação; Enunciado; Culioli; Discurso; Análise Crítica do Discurso.

1. Introdução

Este artigo foi concebido para uma discussão trazida à tona pelo VII EPED (Encontro de Pós-graduandos em Estudos Discursivos), realizado em 2014, e cuja temática era “Discurso e Linguística: Diálogos possíveis”.

Como dediquei alguns anos aos estudos enunciativos de Antoine Culioli, achei que seria interessante tentar articular esse conhecimento aos estudos discursivos de vertente crítica e buscar pontos que os aproximam visando a contribuir para o estudo da língua e das operações de linguagem em torno do processo de construção referencial de um dado discurso.

Para realizar este trabalho, compartilhamos com Franchi (1994 *apud* BARONAS, 2005) a ideia de que o diálogo entre as “diversas linguísticas seria inevitável, visto que o objeto de estudos da linguística é extremamente complexo e permite visadas teóricas distintas”. Por este motivo, procuraremos articular, de um lado, o ponto de vista enunciativo, que parte do enunciado² e busca remontar o caminho, o percurso que levou à sua produção e, de outro, o ponto de vista discursivo que também parte do enunciado para se chegar à mensagem produzida pela combinação de vários fatores (marcas linguísticas, contexto, sujeito, ideologia).

Como sabemos, muitos estudiosos consagrados, tais como Bakhtin (1929), Pêcheux (1969), Charaudeau (1992), Kebrat-Orecchionii (1997), Maingueneau (2004), entre outros, dedicaram-se ao estudo da enunciação como forma de entender os discursos e a linguagem como um todo. Neste artigo, expomos uma tentativa de aproximar os estudos crítico-discursivos da linguística da enunciação de viés culioliano.

¹ Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. Bolsista FAPESP. E-mail: psouzag@yahoo.com.br

² Dentro dos pressupostos teóricos da linguística enunciativa de Antoine Culioli, consideramos o enunciado como um arranjo de marcas linguísticas reveladoras das operações enunciativas, não sendo o valor referencial considerado um dado, mas algo construído a partir destas operações.

Consideramos de grande contribuição os trabalhos de Michel Pêcheux (1969) que se articulam aos estudos enunciativos e que, já à sua época, buscava outra via de estudos que não centralizasse apenas o linguístico, nem apenas o sujeito, mas que os relacionasse com outros elementos do social, do histórico e do ideológico. No entanto, neste trabalho, adotaremos os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), baseando-nos, sobretudo, nos estudos de Fairclough (2001), Wodak (2004), Van Dijk (2001) por trazerem um panorama de pesquisas atuais que consideram o sujeito como um ponto muito importante e ativo no processo discursivo, o que nos permite buscar na estrutura social fatores que levam à produção textual ao mesmo tempo em que nos permite ver como o texto retrata a realidade social (FAIRCLOUGH; KRESS, 1993).

Este artigo objetiva comparar este viés da análise do discurso com a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), de Antoine Culioli, que estuda a linguagem por meio da diversidade de línguas naturais, o que, naturalmente, engloba não só o material linguístico e o sujeito como também todas as implicações que este sujeito tanto produz para como recebe do mundo empírico.

A seguir, faremos uma breve exposição sobre a TOPE e sobre o estudioso Antoine Culioli a fim de esclarecer este quadro teórico bem como trazê-lo ao conhecimento daqueles que ainda não tiveram contato com sua teoria.

2. A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli³

Para Antoine Culioli, o objeto de estudo da linguística é a linguagem e esta só pode ser apreendida por meio da diversidade de línguas naturais, pois *“la réflexion sur le langage n’est fructueuse que si elle porte d’abord sur les langues réelles”*⁴ (CULIOLI, 1999a, p.117). É o estudo das línguas (organismos empíricos e históricos) que desencadeia o único acesso possível à compreensão dos mecanismos e do funcionamento da linguagem. Por isso, é muito importante que uma teoria que se dedique à linguagem, tenha bem definidos este conceito e o conceito de língua.

Considera-se a linguagem uma atividade simbólica e inata dos seres humanos de construir representações, referenciações e regulações sendo a língua um sistema de representação resultante da atividade de linguagem que tem regras próprias de organização e cujos traços são empiricamente observáveis.

Dessa forma, busca-se a atividade de linguagem na diversidade de línguas naturais por acreditar-se existirem propriedades invariantes (operações elementares) que sustentem a diversidade de estruturas, realizações e categorizações das línguas do mundo (atividades de linguagem), de maneira que elas

³ Antoine Culioli (1924 -) é professor aposentado da Universidade Denis Diderot (Paris VII) e desenvolveu a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Sua teoria não separa de modo artificial pragmática, semântica e sintaxe porque tem como objeto de estudo a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais. Mais detalhes sobre seu modelo teórico podem ser encontrados na série *“Pour une linguistique de l’énonciation”* (ver referências bibliográficas), publicada em três tomos e que é composta por transcrições de seus seminários feitas por seus seguidores.

⁴ “[...] a reflexão sobre a linguagem só é frutífera se trata de línguas reais [...]”. (CULIOLI, 1999a, p. 117, *tradução nossa*)

compartilham características comuns. Assim, Culioli propõe encontrar homogeneidade por meio do que parece heterogeneidade, uma vez que as diferentes línguas farão uso destas operações comuns de modo específico ao combiná-las e fazê-las interagir nos enunciados. Se o linguista conseguir definir as peculiaridades de uma língua individual, conseguirá traçar seu modo específico de mobilizar as invariantes e, conseqüentemente, esboçar o que ela tem em comum com as outras línguas.

Em sua abordagem enunciativa, Culioli postula que o linguista deve alcançar muito mais do que propriedades classificatórias dos elementos linguísticos, uma vez que é necessário que se construa também um sistema de representação metalinguística e uma teoria dos observáveis, além da necessidade de se formular problemas.

Trata-se de um trabalho empírico e de observação no qual a imaginação é muito importante e está em parte ligada à prática (devido à aplicação de testes clássicos: negação, interrogação, retomada, etc.), o que nos leva a dar conta da sutileza da nossa atividade mental quando falamos e/ou escutamos.

Tenta-se colocar em relação o conceitual e o empírico, o que sempre revela uma questão /descoberta, levando-nos à apropriação das operações da linguagem à medida que fazemos aparecer aquilo que não estava nítido (mas que, sem dúvida, existe).

Assim, as marcas, enquanto traços de operações mentais, não podem ser reduzidas a simples etiquetas, ou seja, a um único valor. Tudo depende da interação dos fatores locais (o contexto), os fatores globais, a situação, os fenômenos lexicais, entre outros, em torno de um núcleo invariante. Isso tudo permite-nos produzir um texto que é interpretado a partir das marcas, as quais produzem operações na mente de outrem. As relações vêm das representações que construímos a partir de nossa experiência de mundo, de nossas representações, de nossas regulações em relação à alteridade e de *pré-construídos* que podem ser levantados a partir do material linguístico disponibilizado nos enunciados.

Dentro deste ponto de vista teórico, o trabalho prático com as marcas de operação se faz a partir de um enunciado do qual proliferamos uma família parafrástica produzindo, assim, uma relação com o enunciado de origem, preconstruído. O que nos interessa neste trabalho é a operação linguística pela qual proliferamos toda a família parafrástica do enunciado de origem.

Para obtermos uma classe de enunciados derivados do enunciado de origem, podemos mudar da primeira pessoa para a terceira, mudar o tempo verbal, mudar as combinações lexicais, dentre diversas outras possibilidades. Depreende-se daí, que estamos construindo uma classe de formas equivalentes, a partir de um sistema gerador. Chama-se léxis o que induz o sistema gerador e família parafrástica a classe de enunciados, ou seja, uma classe de ocorrências moduladas. Dessa forma, podemos afirmar que, neste ponto de vista teórico, o enunciado é o objeto de estudo, é a partir dele que enxergamos as operações cujo processo de construção seria a própria enunciação. Todo esse processo se dá porque a linguagem, enquanto um processo de representação, teria três níveis (CULIOLI, 2000, p. 22-46): um primeiro nível, que poderíamos chamar de nível 1, onde se encontram as operações cognitivas (ao qual o linguista não tem acesso direto),

um segundo nível, o nível 2, onde encontraríamos os arranjos formais, ou seja, o arranjo léxico-gramatical que dá corpo ao enunciado e, por fim, o nível 3, da metalinguagem, onde o linguista encontra a ferramenta para seu trabalho com a léxis. A metalinguagem não permite reconstruir diretamente as operações cognitivas do nível 1, mas pelo menos o faz na relação entre o nível 1 e o nível 2. Segundo os pressupostos culiolianos, todos nós temos uma capacidade metalinguística inconsciente (epilinguística), o que nos faz trabalhar o tempo todo quando usamos a linguagem, mesmo quando falamos sozinhos.

Como se pode observar, a metodologia de trabalho de Culioli se pauta na parafraseagem e desambiguação dos enunciados, uma vez que ele trabalha a tese da indeterminação da linguagem considerando cada item linguístico uma marca de operação de linguagem na língua. Essas marcas representam as noções que são colocadas em relação nos enunciados. O conceito de *noção*, dentro da TOPE, prevê a propriedade representacional de experiências físicas, culturais e mentais e, portanto, não pode ser confundido com um item lexical, pois a noção é uma ocorrência da atividade mental identificável no material linguístico. A noção está envolta em um *domínio nocional* que seria um campo dialógico entre as ocorrências das noções, dentro dele, poderíamos identificar aquilo que mais se aproxima do centro atrator da noção e aquilo que mais se afasta, ficando na fronteira do domínio.

O trabalho que um indivíduo qualquer faz inconscientemente (epilinguismo) ao colocar as noções em relação é feito pelo linguista de forma consciente para se acessar a linguagem e as operações mentais às quais não temos acesso direto, como já dissemos acima.

Recuperando ainda o que foi dito acima, quando tratamos a linguagem como uma atividade de representação, referenciação e regulação, lembramos que, para Culioli, todo enunciado é ambíguo, daí a linguagem ser um trabalho de constante regulação. O esforço de investigação deste estudioso abrange questões eminentemente filosóficas, tais como: qual o objeto da linguística (articulação entre linguagem e línguas) e como tratar a relação entre a materialidade do texto e a imaterialidade da atividade significante dos sujeitos.

Acredita-se na existência, em um nível mais profundo (verdadeiramente pré-lexical), de uma gramática das relações primitivas em que a distinção entre sintaxe e semântica não tem nenhum sentido. Após uma filtragem, obtém-se a léxis que é pré-assertiva. A sua passagem para a asserção (no sentido de uma “enunciação por um sujeito”) implica uma modalização. Modalizar significa aplicar uma modalidade, sendo esta entendida aqui com quatro sentidos: afirmativo ou negativo; provável, necessário; apreciativo e pragmático, que implica uma relação entre sujeitos.

A hipótese é de que existem relações primitivas e esquemas primários, de maneira que tudo nos conduzirá a um esquema de análise no qual a origem (relações primitivas), agente, etc. desempenham um papel essencial. Seriam três os momentos do enunciado:

- 1) Formação da léxis (relação primitiva).

- 2) Hierarquização do conteúdo da léxis, no intuito de indicar um elemento em torno do qual o enunciado se organiza (relação predicativa).
- 3) Localização do conteúdo do pensamento com relação à situação de enunciação e ao enunciatário (relação enunciativa).

O processo de localização acontece porque, para Culioli, a linguagem é sempre um “colocar em relação”:

Brevemente, eu diria, por linguagem: você tem sempre um colocar em relação de tal maneira que você tem um termo marcador e um termo marcado. Uma vez que você constituiu isso, este objeto que você acabou de constituir entra em relação com outra coisa. De tal maneira que depois, e é bem isso que nos interessa, você chega em um momento dado a um enunciado (CULIOLI, 2002, p. 151, *tradução nossa*)⁵.

Assim, ao invés de dar uma gramática, a linha culioliana de pesquisa quer dar-nos as operações de colocar em relação (as invariantes). “E portanto, aí também, o conceito de marca é um conceito importante, porque remete às operações, que estão em um nível de abstração superior, e que permite a comparabilidade entre as línguas” (CULIOLI, 2002, p.184, *tradução nossa*)⁶.

Como pudemos observar, esse viés teórico tem muitas particularidades e seu material de estudo é o enunciado. A seguir, apresentaremos um pouco da Análise Crítica do Discurso (ACD) para, na seção seguinte, podermos estabelecer relação entre esses dois campos de estudo.

3. Análise Crítica do Discurso (ACD)

Começamos essa abordagem a partir dos ensinamentos de Bakhtin (1929), para quem, mesmo discursos aparentemente não dialógicos, como textos escritos, são sempre parte de uma cadeia dialógica, respondendo a discursos anteriores e antecipando discursos posteriores de variadas formas. Essa concepção de várias vozes presentes nos discursos é de fundamental importância para a ACD, pois considera a linguagem como um espaço de luta hegemônica permitindo, assim, a análise de contradições sociais e lutas pelo poder.

Neste campo de estudo, o texto é considerado uma unidade comunicativa básica e, segundo Wodak (2004), o termo ACD foi adotado em referência à abordagem linguística crítica que enxerga a linguagem como prática social relacionada ao poder. Desse modo, pesquisas nesta área dedicam-se aos discursos que envolvem relações de luta e conflito, tais como o gênero social, a mídia, entre outros, considerando o contexto de uso da linguagem como um elemento crucial.

⁵ No original: “En gros, moi je dirais, pour le langage: vous avez toujours une mise en relation de telle manière que vous avez un terme repère et en terme repéré. Une fois que vous avez constitué ça, cet objet que vous venez de constituer entre en relation avec autre chose. De telle manière qu’après, et c’est bien ce qui nous intéresse, vous aboutissez à un moment donné à un énoncé”.

⁶ No original: “Et donc, là aussi, le concept de marqueur est un concept important, parce qu’il renvoie à des opérations, qui sont à un niveau d’abstraction supérieur, et qu’il permet la comparabilité entre des langues”.

Esta abordagem investiga como a desigualdade social é expressa nos discursos, o que requer tanto uma teorização e descrição dos processos e estruturas que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais a partir dos quais indivíduos ou grupos criam significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUGH; KRESS, 1993 *apud* WODAK, 2004).

Como já foi levantado por Wodak (2004), os conceitos de poder, de história e de ideologia são conceitos centrais dentro desta abordagem, pois permitem a criação e manutenção de relações desiguais de poder. Nesse escopo, a história e a evolução das estruturas do discurso que produzem, reproduzem e confirmam as relações de poder e de dominação na sociedade são permeadas de ideologias subjacentes ao texto escrito. Segundo van Dijk (2008, p. 202), as ideologias controlariam, de modo indireto, as representações mentais:

Las ideologías se definen como sistemas básicos de cognición social, como elementos organizadores de actitudes y de otros tipos de representaciones sociales compartidas por los miembros pertenecientes a un grupo. Las ideologías controlan, de manera indirecta, las representaciones mentales (modelos) que están en la base y que conforman el contexto introducido en el discurso y en sus estructuras⁷.

É dessa forma que, segundo Fairclough (2001), a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, interpela os sujeitos e os aparelhos ideológicos do Estado (mídia, escolas, etc.), delimitando a luta de classes no discurso.

Como se pode perceber, a forma linguística é sempre deformada em sua função representativa, pelos efeitos de poder, além de ter sempre um efeito mediador que leva a processos articulados em modos específicos. Assim, na produção do discurso, a linguagem projeta relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos do sujeito, muitas vezes, dos sujeitos mais poderosos. Segundo Pedro (1997), embora em alguns casos a comunicação seja menos controlada, existem manifestações de dominação, ainda que não intencionais e mais sutis. Daí a importância do ponto de vista crítico, inerente ao programa da ACD, que promove um distanciamento dos dados e os situa no social, focalizando a autorreflexão.

Fairclough (2001) propõe a necessidade de um método de análise que contemple o fato de as práticas discursivas em mudança contribuírem para mudanças nas crenças, no senso comum e, conseqüentemente, nas relações e identidades sociais. Elege a teoria sistêmica de Halliday (2004) para este fim, considerando que permite encarar os textos, simultaneamente, representando a realidade, ordenando relações sociais e estabelecendo identidades. É nesse escopo que Fairclough considera a existência dos vários atores e processos cuja seleção lexical em um texto pode ser ideológica. Ele nos dá o exemplo (exemplo 1 abaixo) de um jornal britânico chamado *The Morning Star* que escolhe um *processo de ação*⁸ (representado pela escolha

⁷ As ideologias são definidas como sistemas básicos de cognições sociais e como princípios organizadores das atitudes e outros tipos de representações sociais comuns a membros de grupos particulares. Desta forma, controlam indiretamente as representações mentais (modelos) que formam a base interpretativa e a 'inserção' contextual do discurso e respectivas estruturas. (PEDRO, 1997, p. 105, adaptado)

⁸ Para melhores esclarecimentos sobre a teoria sistêmica e os tipos de processos representados pelos verbos na linguística sistêmico-funcional, consultar Halliday (2004).

do verbo) em que trabalhadores (nortistas) são os atores desta ação e mostra, no exemplo 2 abaixo, que a escolha poderia ter sido por um *processo relacional* em que o significado “trabalhadores em ação” fosse menos proeminente.

(1) *O parlamento foi atacado por centenas de nortistas*

(2) *Houve um lobby no Parlamento com centenas de nortistas.*

Esse autor demonstra como as várias escolhas no discurso podem ter resultados ideológicos, como o recurso à *nominalização* de uma oração como *X criticou Y* para *Houve muita crítica*, em que se encobre o autor da crítica, dentre outras escolhas. Por isto, para ele, é necessário analisar o processo discursivo e não se considerar o texto como um produto, além disso, considera o discurso (o uso da linguagem, a *parole*, a prática social) a partir de um quadro tridimensional: texto, prática discursiva e prática social. Esse conceito de discurso é “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros, como também um modo de representação (...) O discurso é uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Para finalizar nossas palavras sobre a ACD, realçamos, ainda amparados em Fairclough (2001), que a natureza da prática social determina os macroprocessos da prática discursiva e os microprocessos moldam o texto.

4. Possíveis diálogos entre a linguística enunciativa de Antoine Culioli e os estudos crítico-discursivos

No amplo contexto de diálogos possíveis entre linguística e discurso, levantamos neste trabalho alguns pontos em que a linguística enunciativa de Antoine Culioli converge para o estudo dos fenômenos que envolvem a variação semântica no discurso, tendo em vista que esta variação se sustenta na invariância da linguagem. Como vimos nos itens 2 e 3 deste artigo, o trabalho de Antoine Culioli busca reconstruir o processo que levou ao enunciado, ou seja, busca recuperar a enunciação por meio de um trabalho de parafraseamento (variação) e de desambiguação dos enunciados. É a partir deste esforço que chegamos às invariantes, ou seja, às propriedades da linguagem. Além disso, vimos que ele considera o estudo das línguas, enquanto organismos empíricos e históricos, fundamental para a compreensão do funcionamento da linguagem e reitera a importância de uma teoria dos observáveis muito mais do que encontrar propriedades classificatórias dos elementos linguísticos. A atenção que se dá ao enunciado faz com que tenhamos mais consciência da sutileza de nossa atividade mental quando falamos e/ou escutamos. Como a TOPE tenta colocar em relação o conceitual e o empírico, busca aquelas operações que não estão nítidas, mas que sem dúvida existem. Ao recusar que se etiquete as marcas linguísticas, essa teoria também dá espaço para a avaliação delas em interação com fatores globais, locais (o contexto), a situação enunciativa, entre outros fatores, o que aproxima esta forma de estudo dos estudos discursivos quando investigamos a construção do

sentido, pois conforme Bakhtin, os enunciados formam os discursos e “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 291).

4.1 A questão do sentido

A abordagem construtivista de Culioli apreende o sentido exclusivamente do material verbal sendo o contexto ou a situação não exteriores ao enunciado (*pré-construído*), mas engendrados por meio dele. Assim, o referente provém de um domínio extralinguístico, ao passo que os valores referenciais, produzidos pelos enunciados da língua, apenas existem por meio deles (FRANCKELL *apud* VOGÜÉ; FRANCKELL *et al*, 2011, p. 45).

É, portanto, o contexto que esclarece a significação de um enunciado, mas é o enunciado que produz as condições que permitem interpretá-lo. Considerando esse fato, a análise da significação de um enunciado é indissociável da análise das condições que permitem a construção dessas significações (FRANCKEL, 2001, p. 46).

Esta questão dos valores referenciais produzidos pelas marcas linguísticas em relação nos enunciados pode ser complementada com a reflexão de Fuchs (1994 *apud* FRANCKEL, 1998, p. 69) para quem o sentido das palavras e dos textos não é exterior à língua, apresentando uma ordem própria que só pode ser acessível por meio de paráfrases e reformulações. Esse ponto de vista construtivista do sentido levou Franckel, um dos seguidores de Culioli, a postular que “*Dans la mesure ou il est nécessaire de se référer à ces paramètres de la situation de locution, on peut considerer que cette situation constitue un référent circonstanciel de l’acte locutoire*”⁹ (FRANCKEL, 1998, p. 73).

Como um modo de ilustrar essa questão da referenciação, emprestamos alguns exemplos e as reflexões de Franckel (1998) para o qual o sentido não é um referente extralinguístico, mas corresponde à construção de valores referenciais que só existem pelo enunciado:

- (1) *Ce pantalon ne lui dit rien.*¹⁰
- (2) *Ce pantalon ne lui plaît pas.*¹¹
- (3) *Ce visage ne lui dit rien.*¹²

Nos exemplos acima, podemos perceber que em 1, conforme Franckel, podemos inferir um contexto de proposição, em que se oferece uma calça para a apreciação do locutor que reage negativamente, o mesmo não ocorre em 2, que não implica necessariamente o contexto de proposição, podendo ser apenas uma apreciação espontânea sobre a calça. Conclui, assim, “É então o contexto que esclarece a significação de um enunciado, mas é o enunciado que produz as condições que permitem assim interpretá-lo” (FRANCKEL, 1998,

⁹ “Na medida em que é necessário se referir a esses parâmetros da situação de locução, podemos considerar que esta situação constitui um referente circunstancial do ato locutório”. (FRANCKEL, 1998, p. 73, *tradução nossa*).

¹⁰ 1. Esta calça não tem nada a ver com ele (*tradução nossa*).

¹¹ 2. Esta calça não lhe agrada (*tradução nossa*).

¹² 3. Este rosto não lhe evoca nada (*tradução nossa*).

p. 75, *tradução nossa*)¹³. Nos enunciados 1 e 3, tem-se que levar em conta propriedades particulares do verbo “dire” (dizer) em francês que assume novos sentidos em cada uma dessas interações, o que reforça o argumento do estudioso, como podemos constatar no exemplo 3, em que este item lexical assume uma nova configuração de sentido dado o jogo de marcas linguísticas em questão.

Dessa forma, este modo de conceber o sentido, por meio do processo de construção referencial dos enunciados de afasta um pouco da concepção de trabalho da ACD por se voltar para a minúcia, mas, ao mesmo tempo, permite enxergar que o discurso constrói sentidos e, a partir daí, podemos analisar como isto tem impacto no meio macrolinguístico.

Além desse aspecto, podemos aliar aos nossos estudos em Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2004; VAN DIJK, 2008) algumas reflexões sobre o papel do sujeito enunciativo como parte ativa na construção do discurso, como fonte e origem da construção linguística.

Dessa forma, ao considerar que as representações que construímos vêm de nossa experiência de mundo, de nossas regulações em relação à alteridade, também se abre espaço para o mesmo leque de observações (família parafrástica) feito em relação ao estudo do discurso sobre o sujeito. O viés teórico culioliano busca o percurso que nos fez chegar às várias interpretações daquele enunciado, o trabalho ocorrido e a tentativa de desambiguar a linguagem, processo parecido com o que fazemos ao analisar os discursos de forma crítica. Talvez a questão que mais diferencie (mas não afaste) estes dois pontos de vista teóricos seria o fato de, na TOPE, o interesse estar direcionado à remontagem das relações primitivas que dariam acesso às operações de linguagem, ao passo que na ACD se faz o mesmo esforço de desambiguação, mas com vistas ao impacto que o enunciado (produto) causa na sociedade e a busca de soluções para este problema. Sem dúvida, não há como negar que, assim como Culioli, um estudioso do discurso também considera que as marcas linguísticas estão em relação entre si e que esse “colocar em relação” é que faz toda diferença no resultado final daquilo que é produzido.

Em relação ao que vimos sobre a ACD, pudemos perceber que ela concebe várias vozes nos discursos e que, como já comentamos linhas acima, dedica-se ao que essas vozes (presentes nos enunciados) provocam na sociedade, pois a linguagem é vista como uma prática social associada ao poder. Essa associação ao poder pode ser relacionada ao fato de, conforme já colocamos, segundo van Dijk (2008), as ideologias terem existência material nas práticas das instituições e, portanto, controlarem, de modo indireto, as representações mentais, também investigadas por Culioli. Por outro lado, enquanto a ACD se preocupa em refletir criticamente sobre a perpetuação das relações de poder advindas da deformação da forma linguística em sua função representativa, Culioli se preocupa com as operações de linguagem envolvidas e almeja chegar às operações invariantes advindas, exatamente, dessas variações no discurso, que seriam o percurso de seu trabalho para chegar às relações primitivas da linguagem. Como já colocamos anteriormente, a ACD

¹³ No original: “C’est donc le context qui éclaire la signification d’un énoncé, mais c’est l’énoncé qui produit les conditions qui permettent ainsi de l’interpréter”

parte do discurso (produto) e percorre o caminho feito para se chegar a ele (produção) com o intuito de entender como esse discurso causa impacto nas relações sociais e como fazer para evitar a perpetuação das relações canônicas de poder. Na TOPE, não se tem esta discussão como foco, pois parte-se do enunciado (produto) e percorre-se o caminho feito para se chegar a ele (produção/enunciação), utilizando-se das diversas variações possíveis a partir dele, mas buscando a invariância da linguagem, ou seja, aquelas operações abstratas que estão presentes em todas as línguas.

No entanto, vemos, mais uma vez, a possibilidade de entrecruzamento entre esses pontos de vista teóricos quando Fairclough realça a necessidade de analisar o processo discursivo e de não se considerar o texto como um mero produto, além de mostrar, em seu conceito de discurso, que o sujeito pode agir sobre o mundo (pois é inerente à linguagem) e sobre os outros, pois o discurso não seria apenas a representação do mundo, mas também uma forma de significação dele.

4.2 A questão do sujeito

Um ponto crucial na teoria culioliana é a inserção do sujeito psicossociológico no que concerne à linguagem, pois seu foco é a *parole*, o que inclui o sujeito e sua participação nas operações de linguagem.

Inserir o sujeito nos estudos de linguagem é considerar, por exemplo, que o indivíduo que lê um livro hoje não é o mesmo que lerá amanhã, ele passa por mudanças várias que o fazem entender o mesmo texto de forma diferente a cada leitura, a depender de suas experiências de vida. Também na ACD existem muitas reflexões sobre o papel do sujeito enunciativo como parte ativa na construção do discurso, como fonte, alvo, mas também ator da construção linguística. Assim, o sujeito é um sujeito agente que, apesar de sofrer uma determinação inconsciente, trabalha sobre e tenta modificar as estruturas.

Nos estudos críticos, percebemos que a enunciação jornalística, por exemplo, ao representar os acontecimentos, expõe um produto para que a audiência o interprete a partir do seu próprio mundo vivido constituindo-se num sujeito autônomo de constituição de sentido. No entanto, é importante ressaltar também que os discursos são produzidos a partir de um sujeito enunciativo (uma entidade, por exemplo), representando, de algum modo, sua ideologia, o que, muitas vezes, pode representar um discurso que perpetue as relações de dominação na sociedade, daí a importância da ACD ao investigar e questionar esses discursos, incitando o público a um olhar mais atento sobre as variações semânticas com impactos sociais. De todo modo, como já colocamos, a ACD não prevê um sujeito assujeitado, mas um sujeito que age criticamente sobre as estruturas com as quais se depara.

Essa autonomia do sujeito é marca registrada nesse campo de estudo e é um diferencial em relação às demais formas de análise do discurso. Como já destacamos, também na TOPE, o sujeito tem um papel central e é parte intrínseca da linguagem, ou seja, não há como conceber os estudos de linguagem sem levar em consideração a sua subjetividade.

4.3 As marcas linguísticas

Este ponto entremeia as linguísticas enunciativa e discursiva, pois as escolhas lexicais feitas na produção dos discursos veiculados na mídia como um todo constroem um discurso ideológico. Recuperamos alguns trechos que estudamos em trabalhos anteriores (MORASCO, 2015)¹⁴ para mostrar a importância do sujeito enunciador, suas escolhas e o resultado desse conjunto no discurso que é veiculado. Abaixo, transcrevemos alguns trechos de notícias do jornal *Folha de S. Paulo* a respeito dos encontros marcados pela internet (rolezinhos) entre jovens da periferia para se encontrarem em shoppings na cidade de São Paulo, evento ocorrido entre os anos 2013 e 2014. Os exemplos 1 e 2 abaixo são datados, respectivamente, de 04/01/2014 e 22/12/2014 e os demais exemplos são de outra notícia, mais antiga, veiculada em 05/08/2000 pelo mesmo jornal. Todos os grifos são nossos.

(1) ‘A maioria eram meninas que andavam nos corredores ameaçando lojas e escolhendo os artigos que **possivelmente gostariam de levar**. Alguns batiam palmas, outros cantavam estrofes de funk ‘.

(2) Mais um shopping em São Paulo **foi alvo do ‘rolezinho’** – evento combinado por meio de redes sociais em que jovens **correm e tumultuam** centros de compras.

(3) **Favelados e punks ‘invadem’** shopping

(4) Um grupo de 130 **sem-teto, favelados, estudantes e punks** inaugurou uma forma inédita de protesto ontem no Rio, ao promover uma **invasão pacífica** do shopping Rio Sul, em Botafogo, na zona sul.

O trecho 1 corresponde à transcrição da fala de uma frequentadora do shopping (a publicitária Cristina Vitória, 40) que funciona como recurso de presença para reiterar o estereótipo construído a respeito dos ‘rolezinhos’. Neste trecho, retirado da notícia do dia 04 de janeiro de 2014, podemos notar que há a utilização da modalidade epistêmica sobre os artigos que as meninas “possivelmente”, gostariam de levar, mostrando que seriam produtos que, provavelmente, não teriam condição financeira para comprar, mas que não deixam de ser alvo de seu interesse. Observe-se também o uso do futuro do pretérito e a escolha do verbo “gostar” na construção da referência às meninas e seu poder aquisitivo. O uso do verbo “levar”, no contexto em que está inserido, parece divergir do campo semântico de “comprar”, uma vez que se constrói o encontro desses jovens como um evento em que furtos podem acontecer. Se glosarmos¹⁵ este enunciado, mudando alguns itens¹⁶, perceberemos que se tirarmos esse item modalizador, o sentido de “levar” parecerá mais ligado ao domínio nocional de <comprar> ao mesmo tempo em que se tira o estereótipo de o fato de serem da periferia ser definitivo para que não tenham dinheiro para tal. Partindo-se de uma estrutura mais primitiva como “<Meninas> <comprar> <artigos>” podemos perceber o quanto o enunciado original está carregado de escolhas lexicais apreciativas que, ao modalizarem o discurso, revelam a presença de um sujeito enunciador com um determinado viés ideológico.

¹⁴ Neste ponto, é importante ressaltar que algumas discussões feitas neste trabalho serão retomadas com um novo olhar.

¹⁵ Na perspectiva de trabalho da TOPE, glosar tem uma natureza mais livre do que parafrasear e também pode ser um método de trabalho.

¹⁶ A partir do esquema <meninas> <levar> <artigos>, poderíamos glosar *As meninas escolheram artigos que gostariam de levar*.

Assim, ao mesmo tempo em que observamos a inserção da fala de uma frequentadora do shopping e a contextualização do rolezinho, também observamos escolhas lexicais de itens modalizadores e até de papéis semânticos diversos do que se esperava, no caso de “levar”, no contexto apresentado. Assim, vemos que o conjunto de enunciados constrói uma referência específica de “rolezinho” que pode, inclusive, independe do que se vê na realidade.

No trecho 2, vê-se o uso do tempo verbal no presente do indicativo que trata como algo evidente e natural que jovens do ‘rolezinho’ tumultuem e corram nos shoppings, passando ao leitor a ideia da baderna como verdadeira. A troca do tempo verbal pelo pretérito perfeito “correram” e “tumultaram” com certeza produziria um efeito de sentido diferente, de algo que aconteceu, mas que não é recorrente e nem é costume destes jovens nestes eventos. Assim, essa interação de marcas linguísticas tal como apresentada no trecho 2 corrobora a construção de uma determinada imagem dos jovens do rolezinho. Também, a forma como a oração é escrita (mostrando o sujeito da ação) e a escolha do item lexical alvo nos remete ao rolezinho como algo prejudicial, aventando inclusive como metáfora de guerra, como se o shopping pudesse ser atacado e destruído pelos jovens dos encontros. Como podemos perceber, a análise dos enunciados apresentados contém elementos que por si só nos permitem recuperar pré-construídos sem que precisemos do contexto como um todo, ou seja, o enunciado nos permite compreender seu processo de produção, em que marcas linguísticas são colocadas em relação. Para enxergarmos isto, basta recuperar o que a marca “alvo” nos traz como pré-construído, ou seja, não há como aproximar esta noção, sem uma outra contextualização, daquilo que seria uma visita, por exemplo: “Mais um shopping em São Paulo foi visitado pelos jovens do rolezinho”.

O mesmo ocorre no trecho 3, título de uma notícia veiculada no ano 2000 pela Folha de S. Paulo a respeito de um passeio num shopping do Rio de Janeiro promovido por pessoas interessadas em protestar contra o consumismo. Neste caso, favelados e punks caracterizam, segundo o discurso noticioso acima, o grupo que praticou a ação no shopping. Notemos que a opção estereotípica por favelados, revela uma escolha para nomear aqueles que, vindo das regiões periféricas, participavam do encontro. Como este item é um item carregado pelo preconceito, acaba levantando todo um discurso de não pertencimento ao local que escolheram para passear. O mesmo ocorre com a escolha lexical punks construindo a referência a um grupo específico marcado pela subversão cultural, dentre outras características que fazem deles um segmento social específico. Pode-se perceber que, apenas com a leitura deste enunciado, já se constrói uma referência e até uma possível contextualização para o evento.

Em seguida, podemos notar a escolha pelo verbo invadir que, apesar de vir entre aspas no título da notícia indicando uma ressalva à escolha lexical, revela o pré-discurso¹⁷ que levaria à ideia de que o shopping seria um lugar a ser frequentado por pessoas civilizadas, bem vestidas, com o intuito de consumir os produtos

¹⁷ **Pré-discurso (Pré-construído):** “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos que têm um papel instrucional na produção e interpretação do sentido no discurso” (PAVEAU, 2007, p. 318, *tradução nossa*)

nele existentes (sistema capitalista atual), não sendo ideal, portanto, para visitas de pessoas simples, sem o intuito de e sem dinheiro para consumir. Além disso, a noção <invadir> não parece compatível com aquele que é colocado como invasor e aquele que é colocado como invadido no enunciado, conforme ocorre no trecho 4. Este trecho constrói uma referência intrigante ao evento, pois introduz o objeto discursivo¹⁸ manifestação pacífica, o que é reconstruído por invasão pacífica no corpo do texto da notícia. Abandonam-se as aspas presentes no título (trecho 3), que indicavam uma espécie de recado ao leitor da notícia “trata-se de uma invasão, mas não nos comprometemos com esse rótulo” e se incrementa a escolha lexical com o adjetivo pacífica. Ora, de acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, uma das acepções de invasão é “ato ou efeito de invadir” e, por sua vez, de quatro acepções descritas no dicionário, duas têm a ver com “entrar à força ou hostilmente em”, ou ainda “apoderar-se violentamente de algo”. A opção por caracterizar o protesto como invasão pacífica revela um certo contraste na combinação dessas escolhas, pois são domínios nocionais aparentemente opostos, o que cria uma referência específica ao acontecimento. Se pensarmos nas outras acepções que compõem o verbete do verbo invadir, “difundir-se, alastrar-se e tomar, dominar” (FERREIRA, 2009, p. 1126), talvez a opção por este verbo e pelo substantivo invasão ainda fossem fortes demais para um público participante do protesto de 130 pessoas. É interessante notar como as escolhas lexicais em combinação promovem um sentido peculiar, basta glosar o enunciado 3 “<Favelados, punks> <invadir> <shopping>” por “A felicidade invade o shopping”, “O papai Noel invade o shopping” ou ainda “Jovens engajados invadem o shopping para lutar contra o consumismo”, em que podemos perceber o quanto uma marca linguística pode levantar de pré-construído e levar tanto a uma interpretação positiva como negativa de um verbo como “invadir”. Portanto, as escolhas lexicais (adjetivo, verbos, substantivos) revelam uma modalidade apreciativa do evento por parte do sujeito enunciativo, categorizando-o como um evento “transgressor”.

Essas poucas observações nos permitem perceber que o esforço de se escrever um texto jornalístico neutro, isento e objetivo é, na realidade, algo impossível, pois os enunciados trazem marcas de sua produção que revelam, ainda que de uma forma não tão óbvia, pontos de vista, posicionamentos ideológicos, construindo o sentido localmente.

A partir desses poucos trechos comentados acima, construímos uma referência específica sobre os rolezinhos. É nesse sentido que concordamos com Kebrat-Orecchioni (1980) ao afirmar que “Le locuteur ne peut pas ne pas manifester d’une manière ou d’une autre sa présence: c’est la subjectivité qui est la règle [...], La production de discours objectivants est profondément instable, fragile”¹⁹. Em outras palavras, é impossível existir apagamento enunciativo, pois as marcas linguísticas nos permitem chegar ao processo de

¹⁸ Como nosso estudo trabalha com o processo de construção referencial no discurso, fazemos uso de alguns conceitos de Koch (2014).

¹⁹ “O locutor não pode não manifestar de uma maneira ou de outra sua presença: é a subjetividade que é a regra [...], A produção de discursos objetivos é profundamente instável, frágil”. (KEBRAT-ORECCHIONI, 1980, tradução nossa).

produção do enunciado de modo que o enunciador e seu posicionamento acaba por ser revelado nos discursos produzidos.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é o fato de nessas poucas observações sobre os enunciados acima, podemos perceber que, ao mesmo tempo em que trabalhamos a questão do contexto, das relações de poder e de suas implicações nas práticas sociais, não deixamos de realizar um trabalho muito próximo ao que a TOPE propõe, pois refletimos sobre como as marcas linguísticas são relacionadas entre si e os resultados que isto produz. Além disso, essa reflexão sobre as operações de linguagem na língua nos leva a enxergar modalizações e inserções que estão presentes nos discursos, mas que somente aparecem para aqueles com um olhar mais profundo e abstrato sobre esse colocar em relação. Como pudemos perceber, as marcas linguísticas, os itens lexicais, quando colocados em relação produzem sentidos diversos, como acontece com invasão pacífica, em que se tem a noção <invasão> que é modificada pelo acréscimo da noção <ser pacífica> sem que, no entanto, o item invasão perca totalmente seu sentido. Também as modalizações com possivelmente e gostariam levam a uma construção de sentido que nos desvia da interpretação de que as meninas dos rolezinhos de fato comparariam as roupas e produtos que gostam.

As escolhas de determinados tempos verbais, as escolhas lexicais e até a ordem dos enunciados revelam posicionamentos ideológicos. Como vimos, o presente do indicativo parece naturalizar a essência do rolezinho como um evento de baderna, roubos. Do mesmo modo, escolhas lexicais como favelados, punks, entre outras, nos levam a rotular as pessoas pelo local onde moram ou pelo estilo de vida.

Por fim, esperamos, com essas poucas palavras sobre os enunciados, ter contribuído, ainda que minimamente, para que os estudos linguísticos venham a se complementar e contribuir para que tenhamos um olhar cada vez mais crítico sobre os discursos que são perpetuados e passemos a agir criticamente sobre eles e sobre a sociedade com a consciência de que a ambiguidade é inerente à linguagem e cabe à nós o esforço de desambiguizá-la constantemente a partir do material linguístico disponibilizado.

5. Considerações finais

Como pudemos ver neste artigo, a linguística enunciativa de Antoine Culioli se concentra, basicamente, nas marcas linguísticas das operações de linguagem presentes nos enunciados. Há uma valorização do enunciado como material de estudo e partir do qual se acessa a linguagem. Vimos também o quão importante é o papel do sujeito falante e das variações presentes nos seus enunciados que, sem dúvida, provém de uma invariância, que é a linguagem, mas que são variáveis, sobretudo se considerarmos as diversas línguas. O foco de sua teoria é a *parole*, ou seja, valoriza-se a produção dos sujeitos²⁰ em toda sua diversidade, mas buscando aquilo que é comum a todas as línguas, as operações de linguagem.

²⁰ Seu papel é muito importante, dada a subjetividade da linguagem.

Apesar de ser uma teoria pouco divulgada no Brasil e também de difícil articulação com os estudos discursivos, esperamos que nossos esforços não tenham sido em vão e que tenhamos conseguido mostrar que também dentro dos estudos em análise do discurso o enunciado é valorizado e que cada marca linguística é a chave para desvendar os quebra-cabeças de um discurso que nos é veiculado. Também é importante ressaltar o papel do sujeito, sobretudo na ACD, como um indivíduo crítico, central e parte primordial na construção dos discursos. Tudo isso permite a construção do discurso final e a veiculação de ideologias que perpetuam, muitas vezes, as relações de poder existentes, por isto, é preciso estar atento não apenas ao contexto daquilo que é produzido, mas a cada parte do enunciado, pois cada marca linguística levanta pré-discursos que vão se amarrando no fio dos discursos e o resultado final nem sempre é algo transparente, objetivo e neutro. Neste ponto, vemos que a linguística da enunciação de Antoine Culioli tem muito a contribuir para os estudos discursivos, principalmente ao levantar a subjetividade da linguagem, sua ambiguidade inerente e a complexidade dos fenômenos linguísticos. Conforme ele mesmo coloca:

[...] Durante muito tempo e de modo inevitável, insistiu-se nas propriedades classificatórias dos fenômenos linguísticos. De onde surge um trabalho fundado em etiquetas, propriedades do tudo ou nada, identificações estáveis e hierarquias rígidas, controles à distância funcionando graças a sinais retransmitidos sem perda através de espaços homogêneos. Graças a uma sólida divisão disciplinar (fonética, sintaxe, semântica, pragmática), não se tinha como encarar de frente a questão da complexidade dos fenômenos (CULIOLI, 2000, p. 127-134, *tradução nossa*)²¹.

As palavras de Culioli encerram muito bem o grande papel do linguista na busca de encarar a complexidade dos fenômenos linguísticos e o quanto tanto sua linguística da enunciação como também a análise crítica do discurso podem colaborar para se entender e, mais do que isto, encarar a complexidade e a subjetividade da linguagem.

Por fim, consideramos que a TOPE de Antoine Culioli parece distante dos trabalhos da ACD pelo fato de esses dois vieses teóricos possuírem objetivos de estudo diferentes. Culioli parte do enunciado para chegar às operações de linguagem, às invariantes, ao passo que os analistas críticos do discurso almejam, a partir dos conjuntos de enunciados e seus diversos sentidos, chegar aos seus enunciadores, sua ideologia, as formas de dominação e contestá-las. Apesar disso, ambos os trabalhos têm que passar pelo processo de produção dos enunciados (enunciação), pelo sujeito enunciador e pelas marcas linguísticas e suas variações de sentido para, enfim, alcançar seu objetivo, caminhando, no entanto, para lados diferentes : um em relação à invariância e outro em relação à variação. E é exatamente nesse caminho que elas se entrecruzam e podem colaborar uma com a outra.

²¹ No original: “[...] pendant longtemps et de façon, au reste, inévitable, on a insisté sur les propriétés classificatoires des phénomènes linguistiques. D'où un travail fondé sur des étiquettes, des propriétés en tous ou rien, des identifications stables et proses dans des hiérarchies rigides, des contrôles à distance fonctionnant grâce à des signaux relayés sans perte à travers des espaces homogènes. Grâce à une solide division disciplinaire (phonétique; syntaxe; sémantique; pragmatique), on n'avait pas à aborder de front la question de la complexité des phénomènes”.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cad. Est. Ling.** Campinas (19): 25-42, jul./dez., 1990. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____; VOLOSHINOV; Valentin (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec. 1979.
- BARONAS, Roberto Leiser. Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso. In: II SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso). **Anais do II SEAD** (Seminário de Estudos em Análise do Discurso). Porto Alegre. 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris:Hachette Livre, 1992.
- CULIOLI, Antoine. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau. Klincksieck, 2002a.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. 2 ed. rev. Paris: Ophrys, 2000, t.1.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a, t.2.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: Domaine Notionnel. Paris: Ophrys, 1999b, t.3.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. MAGALHÃES, I. (coord. Da tradução), revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
- _____; KRESS, Gunther. **Critical discourse analysis**. Mimeo, 1993.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 ed., Editora Positivo, Curitiba, PR, 2009.
- FRANCKEL, Jean-Jacques. Référence, référenciation et valeurs référentielles. **Sémiotiques**, n. 15, 1998.
- FUCHS, Catherine. **Paraphrase et énonciation**. Ophrys: Paris, 1994.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to Functional Grammar**. London: Arnold, 2004.
- KEBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation** : De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, n.3, v.3. 1980, p. 162-167. Site consultado: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_02436450_1981_num_3_1_1044_t1_0162_0000_2>. Acesso em 21 out. 2014.
- _____. **La enunciación De la subjetividad en el lenguaje**, Buenos Aires: Edicial S.A., 1997.
- KOCH, Ingedore Vilaça. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.
- _____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MORASCO, Paula de Souza Gonçalves. Atores sociais da nova classe média e sua representação no discurso noticioso do jornal Folha de S. Paulo. In: VI EPED (Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos), 2015, São Paulo. **Anais do VI EPED** (Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos). São Paulo: Editora Paulistana, 2015. p. 362-388.

PAVEAU, Marie Anne. Palavras anteriores: os pré-discursos entre memória e cognição. **Filologia e Linguística Portuguesa**. Tradução de Norma Seltzer Goldstein, n. 9, p. 311-331, 2007.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.61- 162.

ROMERO, Márcia Cristina. Estudo semântico do pretérito perfeito: variações interpretativas e regularidade de funcionamento. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. (Org.). **Linguagem e línguas naturais – Diversidade experiencial e linguística**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006. p. 23-39.

VAN DIJK, Teun. Semántica del discurso e ideologia. In: **Discurso e Sociedad**. Universitat Pompeu Fabra. Departamento de Traducción y Filología, v. 2 (1), 2008, p. 201-261.

VOGÜÉ, Sarah; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. **Linguagem e Enunciação**: representação, referenciação e regulação. ROMERO, M.C.; BIASOTTO, M. (coord. Da tradução). São Paulo: Contexto. 2011.

WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD** – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Linguagem em (Dis)curso – LemD. Tubarão, v.4, n.esp, 2004, p.223-243.

Discurso, cognição e corporeamento: a Dinâmica de Forças na resistência dos secundaristas à reorganização escolar em São Paulo

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO¹

Resumo: *Nosso objetivo, neste trabalho, é mostrar o potencial da Linguística Cognitiva como ferramenta para os estudos discursivo-textuais. Para isso, analisamos o papel do princípio cognitivo de Dinâmica de Forças (Talmy, 2000; Hart, 2014; Gonçalves-Segundo, 2015) — configurado, linguisticamente, a partir de nossas experiências corporeadas com forças, movimentação e pressão — na estruturação da representação das práticas e dos valores do endogrupo estudantil e do exogrupo governamental nos textos publicados sob a hashtag #OcupaEstudantes, em dezembro de 2015, que relatam a vivência dos secundaristas na ocupação de escolas em um movimento de resistência política à proposta de reorganização escolar da gestão Alckmin em São Paulo. Destacamos de que forma os padrões de causação, permissão, concessão e esforço atuam na esquematização semântica da experiência, o que contribui para a geração de perspectivas ideológicas sobre a realidade, que implicam avaliações acerca do comportamento dos grupos envolvidos. Destas, destacam-se a tenacidade e a capacidade para o endogrupo; e a desonestidade e a impropriedade para o exogrupo.*

Palavras-chave: *Linguística Cognitiva. Discurso. Corporeamento. Dinâmica de Forças.*

1. Introdução

Nosso objetivo, neste capítulo, é mostrar de que forma a Semântica Cognitiva pode constituir-se em uma ferramenta útil para a análise discursivo-textual, em especial, no que tange aos estudos críticos do discurso. Para isso, voltaremos nossa atenção para o sistema conceptual de Dinâmica de Forças, proposto por Talmy (2000), a partir de uma visão de cognição corporeada (Lindblum, 2015), buscando mostrar de que modo ele pode atuar na estruturação tanto de enunciados ideologicamente marcados quanto da argumentação e de suas visadas de convencimento e persuasão.

A fim de alcançar esse objetivo, tomaremos como objeto de análise enunciados extraídos de um conjunto de cinco textos publicados em diversos blogs e sites de jornais e revistas, em dezembro de 2015, reunidos por meio da hashtag #OcupaEstudantes, em que secundaristas relatavam sua experiência de mobilização e de resistência contra a reorganização escolar projetada pela gestão Alckmin no estado de São Paulo.

Organizamos este artigo da seguinte forma: na seção 2, trataremos do princípio de estruturação cognitiva de Dinâmica de Forças, da concepção de cognição que o embasa e de seu potencial para os estudos discursivos; na seção 3, analisaremos dados que mostrem a utilidade de tal fenômeno para a análise discursiva de representações sociais e suas possíveis conexões com o domínio avaliativo; e, por fim, na seção

¹ Docente pelo programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Atual vice-coordenador deste mesmo programa. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC) e vice-líder do grupo *Linguagem e Cognição*. E-mail: paulosegundo@usp.br

4, teceremos considerações finais que sintetizam o exposto e apontam caminhos de convergência entre a Linguística Cognitiva e os estudos discursivos.

2. A Dinâmica de Forças: sobre cognição, gramática e discurso

Foi durante a década de 80, em resistência ao paradigma formalista e computacional, que a chamada abordagem corporeada da cognição surgiu, tendo se consolidado, atualmente, como uma das principais perspectivas de estudos neste campo. As palavras de Lindlbum (2015, p. 82, tradução nossa, colchetes nossos) deixam claras, de modo geral, as diferenças básicas entre ambas:

De forma geral, enquanto cognitivistas [formalistas e computacionalistas] alegavam que a cognição ocorria dentro do crânio na forma de manipulação de símbolos abstratos, argumentando que o corpo somente servia como um dispositivo de input e output, proponentes da cognição corporeada ofereciam uma mudança radical na explicação da cognição. De forma bem clara, o ponto de vista emergente da cognição corporeada alegava que os processos cognitivos dependiam das experiências advindas de ter um corpo com capacidades sensório-motoras particulares em interação com o mundo circundante.

Nesse sentido, os pesquisadores passaram a buscar explicações que integrassem ação, percepção, introspecção e afeição de formas cada vez mais complexas, de forma que a linguagem verbal acabou recebendo atenção especial, na medida em que consistia em um campo de pesquisa em que todos esses sistemas interagem, muito embora seus estudos estivessem praticamente monopolizados — excetuando as também emergentes correntes funcionalistas — pelo formalismo/computacionalismo. A obra de Lakoff e Johnson (1980), *Metaphors we live by*, é citada tanto na Linguística quanto nas Ciências Cognitivas como um marco no que se refere a uma virada nos estudos sobre a linguagem a partir dessa nova perspectiva.

Contemporaneamente, o espectro de abordagens corporeadas é vasto, havendo versões que negam qualquer forma de representação interna, aderindo ao paradigma dos sistemas dinâmicos (Chemero, 2009), e versões que mantêm estruturas de representação interna, mas constrangidas pela natureza do corporeamento, dado que o tipo de símbolo proposto não é abstrato/amodal, mas modal, ou seja, derivados da nossa experiência sensório-motora e afetiva com a realidade². Às primeiras, Clark (1999) se refere como perspectivas de ‘corporeamento radical’; às últimas, como de ‘corporeamento simples’. É a essa última tendência que a Linguística Cognitiva majoritariamente se vincula.

A relevante noção de **esquema imagético** nasce nessa convergência. Grady (2005, p. 44, tradução nossa) os define como “representações mentais de *unidades fundamentais da experiência sensorial*”, resultantes de abstrações da interação do agente corporeado com seu ambiente em termos de experiências sensoriais (visuais, auditivas, olfativas, táteis e gustativas), cinestésicas, posturais e interoceptivas. Tais

² Para uma versão detalhada sobre símbolos modais e amodais, ver Barsalou (1999). Para uma discussão acerca de formalismo e corporeamento, ver Lindlbum (2015), Chemero (2009), Clark (1999) e Feltes (2007). Sobre representações em abordagens corporeadas, ver Svensson e Ziemke (2005).


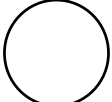


esquemas seriam uma das representações básicas humanas, adquiridas desde a mais tenra infância, sendo responsáveis pela base de estruturação semântica de uma variedade de fenômenos gramaticais e discursivos. A FORÇA seria um desses esquemas.

Ferrari (2011) arrola, baseada em Croft e Cruse (2004), os seguintes componentes do esquema de FORÇA: EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO e ATRAÇÃO. Tais experiências proprioceptivas podem ser, então, elaboradas, cognitivamente, atuando como domínio-fonte de projeções metafóricas para os domínios intra e interpsicológico, inferencial e discursivo, o que torna esse esquema produtivo para manifestação em uma diversidade de construções linguísticas, desde o uso de preposições e de conjunções, passando pela estruturação lexical, atingindo a dinâmica de uso de verbos e de modalizadores e, por fim, chegando ao direcionamento da argumentação e ao gerenciamento de expectativas no discurso.

Talmy (2000) foi o pesquisador que sistematizou o papel da FORÇA na estruturação semântica das línguas, em especial, no que se refere à construção da causalidade, hipotetizando que a experiência de movimento e de pressão teria sido alçada a um princípio cognitivo universal, tendo em vista a centralidade das funções motoras na nossa espécie, balizas de nossa capacidade acional e, portanto, de nossa experiência de causa e de efeito³.

O modelo do autor prevê duas entidades básicas: o Antagonista (ANT) e o Agonista (AGO). O AGO é a entidade focal, aquela que é conceptualizada como tendo uma tendência à ação ou ao repouso. O ANT consiste na entidade que se opõe ao AGO, podendo afetar a manifestação de sua tendência. A resultante do confronto entre as duas entidades está em função das forças atribuídas a cada uma delas no processo, de forma que a mais forte vence — nesse sentido, ou a tendência do AGO se mantém, por ser mais forte que a pressão do ANT, ou ela é revertida, pela maior força deste último. No quadro abaixo, expomos os símbolos utilizados na abordagem, que sintetizam o exposto:

Quadro 1. Representações básicas do esquema de Dinâmica de Forças (baseado em TALMY, 2000, p. 414 e extraído de GONÇALVES SEGUNDO, 2014a, p. 38)

a. Entidades de Força		Antagonista (ANT)		Agonista (AGO)
b. Tendência intrínseca de força	> : voltada à ação		• : voltada ao repouso	
c. Equilíbrio de forças	+ : entidade mais forte		- : entidade mais fraca	
d. Resultante da interação de forças				
	Ação (movimento)		Inação (repouso)	

³ Nagel e Waldmann (2012) vão além, argumentando que pode tratar-se também de um dos componentes básicos de nossas intuições morais.

A depender da combinatória entre as propriedades do AGO e do ANT e, por conseguinte, de sua resultante, podemos apreender um conjunto de três padrões básicos: a **causação**, a **permissão** e a **concessão**. Na **causação**, o ANT, mais forte, reverte a tendência do AGO; caso este tenda ao repouso⁴, e aquele, à ação, tem-se uma resultante acional, derivada de nossa experiência de COMPULSAÇÃO e de FORÇA CONTRÁRIA; caso ocorra a situação inversa, ocorre uma resultante de repouso, o que se baseia em nossa experiência de BLOQUEIO. Na **permissão**, o ANT, mais forte, que poderia impor sua tendência ao AGO, desengaja-o, liberando-o para que exerça sua tendência, seja de ação ou de repouso, embora seja prototípica a primeira. Por fim, na **concessão**, é o AGO a entidade mais forte, que supera a RESTRIÇÃO imposta pelo ANT, independente de suas tendências.

Assim, o que o modelo preconiza é que toda essa experiência concreta com forças, movimentação e pressão, derivadas de nossa capacidade de agir no mundo, o que é dependente de sistemas sensório-motores e interoceptivos, é estruturante de nosso sistema conceptual, que, por sua vez, repercute nas formas de perceber, agir, sentir e dizer. Nesse sentido, utilizando-se da metáfora do computador que permeou e, em alguns casos, ainda permeia determinadas vertentes formalistas de estudos sobre cognição — e linguagem também —, a configuração e a estrutura do *hardware* — o corpo — não pode ser dissociada da arquitetura do *software* — o sistema conceptual —, de forma que passa a ser questionável a dualidade clássica mente-corpo. Por conseguinte, tanto o subsistema gramatical quanto lexical das línguas acabará refratando — em maior ou menor grau — a experiência de agentes corporeados em interação com ambientes sócio-históricos e culturais específicos, sob coerções também biológicas, tanto em termos da configuração da gramática quanto de seu uso. Nesse sentido, vemos que se trata de uma perspectiva que tende a um polo epistemológico empirista.

O domínio de forças é apenas uma das formas de esquematização relevantes para a estruturação das línguas e cuja elaboração, no uso concreto, pode apresentar-se como uma estratégia discursiva. A seleção das vozes verbais, o uso de metonímias, a nominalização, a configuração topológica e geométrica dos grupos nominais, a dêixis, dentre outros fenômenos linguísticos, constituem-se em objetos igualmente relevantes e que podem ter efeitos de sentido diversos quando enunciados, revelando posicionamentos ideológicos.

Hart (2014) apresenta um quadro importante que relaciona estratégias discursivas a sistemas conceptuais, resultando em operações de *construal*⁵, responsáveis pela ativação de uma rota de conceptualização do enunciado e, portanto, a um direcionamento do mecanismo de interpretação, sendo este, inclusive, o foco da abordagem cognitivista dos estudos discursivos — diferente das funcionalistas, que tendem a enfatizar a produção.

⁴ A tendência ao repouso não deve ser vista exclusivamente em termos de uma experiência físico-espacial. Esquemas imagéticos podem constituir-se em fonte de projeções metafóricas (ver Lakoff; Johnson, 1980; Vereza, neste volume) e atuar em outros domínios. Repouso equivale aqui à tendência de que um estado de coisas permaneça e não mude, segundo a conceptualização autoral. Em geral, correspondem a tendências (ou resultantes) com polaridade negativa, como observaremos no exemplo [1].

⁵ Podemos definir, sinteticamente, *construal* como a estruturação semântica da experiência, segundo Croft (2012).

Quadro 2. Tipologia das operações de *construal* (extraído de Hart, 2014, p. 111)

<u>Estratégia</u>	<i>Sistema</i>	<i>Gestalt</i>	<i>Comparação</i>	<i>Atenção</i>	<i>Perspectiva</i>
<u>Configuração Estrutural</u>		Esquematisação			
<u>Enquadramento</u>			Categorização		
			Metáfora		
<u>Identificação</u>				Foco	
				Granularidade	
				Quadro de visualização	
<u>Posicionamento</u>					Ponto de vista
					Dêixis

O princípio de Dinâmica de Forças, dentro da proposta de Hart (2014), situa-se no domínio da operação de **esquematisação**, resultante do sistema de **Gestalt** ou **Constituição** — baseado na tipologia de Corft e Cruse (2004) — e da estratégia de **Configuração Estrutural**. Tal sistema conceptual diz respeito, para o autor, à habilidade humana de analisar cenas complexas de forma holística — e não (apenas) composicionalmente. Isso manifesta-se, no uso linguístico, por meio da configuração da cena em termos da estruturação interna de entidades, relações e eventos em termos de determinados esquemas imagéticos.

A seleção de um esquema imagético não é, portanto, algo aleatório — há pressões sócio-históricas estruturais e situacionais, além das capacidades de resistência e de agência do conceptualizador que podem levar à seleção de um ou de outro. Como mostra Gonçalves-Segundo (2014a), em uma análise de um artigo de opinião de Luiz Felipe Pondé, na Folha de S. Paulo, as *cotas raciais* podem ser vistas tanto por meio do esquema de BLOQUEIO quanto pelo de CONTRIBUIÇÃO, uma variante do esquema de PERMISSÃO — ou ainda de COMPULSÃO —, o que implica diferentes seleções de AGO e ANT, diferentes formas de confrontação social e de possível avaliação moral, revelando posicionamentos ideológicos distintos. É por essa razão que Oakley (2005) defende que os padrões de FORÇA estão diretamente associados a efeitos retóricos globais do texto.

Isso posto, passamos à análise de enunciados relevantes do *corpus* selecionado que mostram o papel da FORÇA na estruturação discursiva.

3. A Dinâmica de Forças na resistência dos secundaristas

Conforme expusemos inicialmente, o *corpus* selecionado para este estudo consiste em um conjunto de cinco textos, publicados em diversas mídias, reunidos sobre a *hashtag* #OcupaEstudantes, que objetiva relatar a experiência de mobilização dos estudantes secundaristas contra a proposta de reorganização escolar do governo Alckmin, em São Paulo, que resultaria no fechamento de escolas, em dificuldades de

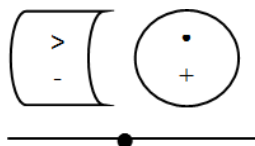
deslocamento de estudantes, funcionários e docentes a novas unidades e em possível superlotação de salas de aula.

No texto *A faísca da revolução*, publicado no blog *Blogueiras Feministas*⁶, observamos uma narrativa acerca da experiência da aluna na ocupação da escola. Um dos últimos parágrafos é relevante para atentarmos ao jogo de forças:

(1) Desde que ocupamos o prédio, ficou claro para toda aquela gente que ali estava, independentemente da sua postura como aluno dentro de sala de aula, que aquilo era um ato de carinho e responsabilidade para com a educação e a nossa escola. E tem sido assim em todas as ocupações. [1] Por mais que nós estudantes (e até alguns professores que nos apoiam) estejamos sofrendo ameaças e represálias de grande parte da comunidade, da polícia militar e da mídia, nosso objetivo é claro: não sairemos até que este decreto seja revogado, para o nosso bem e da comunidade.

Em [1], a secundarista constrói um esquema **concessivo**, ativado pelo conectivo *por mais* que, baseado na experiência de uma força contrária que restringe a ação do AGO, sem conseguir, contudo, impedir que ele exerça a sua tendência, conforme a figura abaixo permite visualizar:

Figura 1. Esquema de concessão



ANT: ameaças e represálias de grande parte da comunidade, da polícia militar e da mídia
 AGO: nós [estudantes]
 RES: não sair da escola [até o decreto ser revogado]

A construção incita um esquema imagético de resistência, estimulando leituras de um confronto em que forças externas — no caso, as ameaças e represálias de setores detentores de poder simbólico e material — buscam frear o ímpeto dos estudantes e levá-los a agir segundo seu projeto de realidade; na representação da aluna, isso corresponde ao abandono da ocupação e a consequente viabilização da reorganização escolar, objeto de luta conceptualizado como danoso ao endogrupo de secundaristas. Sua capacidade de resistir, contudo, promove o grupo de estudantes, uma vez que os constrói como agentes fortes o suficiente para vencer um movimento de grupos reconhecidamente poderosos socialmente, estimulando associações valorativas ligadas ao campo do sacrifício — decorrente de esforço — e da solidariedade —, como inferimos a partir da construção adverbial *para o nosso bem e da comunidade*, enunciada pela aluna como justificativa para a manutenção da tendência de permanência na escola.

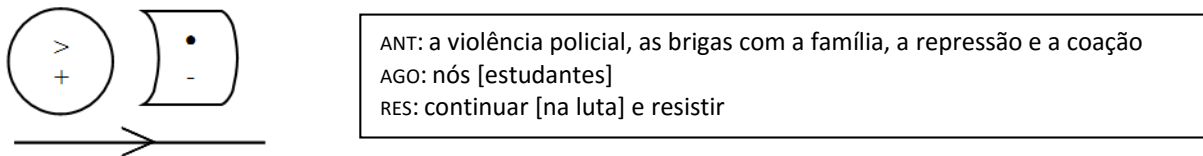
No texto *A escola precisa ser mais humana*, publicado na Revista *Fórum*, a representação de resistência é reiterada, o que colabora na construção dos secundaristas como agentes subversivos, pressionados pelo aparelhamento do Estado a abandonar suas convicções, mas convictos o suficiente de sua causa para defender-se dele e lutar contra ele. Vejamos o excerto, extraído dos parágrafos finais:

(2) Nós trabalhamos em conjunto, de forma autônoma e horizontal. Sem hierarquia de poder. Dentro das ocupações não existem chefes, não existe ninguém melhor que ninguém. O que existem são pessoas. Pessoas lutando por um futuro e um presente melhor. Lutando para que nenhum passo seja dado para trás. Mesmo apanhando de PM, mesmo brigando com nossas famílias, mesmo sendo reprimidos e coagidos, nós continuamos e resistimos. Aliás, todos regimes autoritários só caíram após muita luta.

⁶ Inserimos as referências completas dos textos, incluindo a autoria, na seção Fontes, após as referências bibliográficas.

O segmento grifado representa, novamente, um caso de **concessão**, no qual o AGO *nós* (os secundaristas), que tende a continuar e a resistir — o que implícita uma visão obstinada da juventude, associada a julgamentos positivos de tenacidade (Martin; White, 2005)⁷—, sofre ação de uma FORÇA CONTRÁRIA da PM, que agride, e das famílias, que brigam, ou seja, repressão e coação, sem que esta seja capaz de minar sua tendência, o que resulta na garantia da manutenção da luta e, portanto, da resistência.

Figura 2. Esquema de concessão



A própria apropriação do termo *resistência*, neste texto, aponta para um processo metafórico de transferência do domínio-fonte físico para o psicológico, o que revela a importância do esquema imagético de FORÇA para a estruturação desse discurso. O segmento final do excerto — *Aliás, todos regimes autoritários só caíram após muita luta* — consolida essa visão, na medida em que se pauta na metáfora de que REGIMES SÃO ESTRUTURAS FÍSICAS ERETAS, cuja derrocada equivale à queda, o que é causado pelo uso de uma força, capaz de retirá-los dessa posição e colocá-los ao chão. Essa força, no caso, consiste na luta.

A avaliação *autoritária* é relevante na representação realizada pelos secundaristas no que tange ao exogrupo, muitas vezes, metonimizado na figura de Geraldo Alckmin, muito embora ele abranja a gestão educacional do estado de São Paulo como um todo, o que inclui, em alguns textos, a própria direção da escola — há uma oscilação, que varia segundo a experiência de ocupação nas diferentes escolas, em introduzir os docentes no exogrupo ou como membros de apoio ao endogrupo⁸. Tal propriedade encontra-se justificada, na rede interdiscursiva que amarra os textos da *hashtag #OcupaEstudantes*, por uma série de práticas da gestão criticada, dentre as quais destacamos dois casos: em (3a), expomos um exemplo de **causação de repouso** (ou, simplesmente, **bloqueio**), relativa à gestão da escola, tendo como alvo sua direção; e, em (3b), um exemplo de **causação interpsicológica (ou social) de ação**, diretamente relacionado a ações do governo do estado. Ambos integram o texto *A ocupação nos libertou*, publicado em *O Jornal de Todos os Brasis*. Vejamos:

(3) Quando iniciaram as ocupações, eu fui a muitas escolas para ver como as coisas estavam sendo e acontecendo na prática. Poxa, foi lindo ver a minha galera, os estudantes, assim como eu, ali, reunidos, se ajudando... E foi aí que me dei conta: nós estamos fazendo alguma coisa, sim, uma coisa grande: estamos lutando por uma escola melhor, pela nossa escola, e estamos gritando para o Brasil o que queremos.

⁷ Martin e White (2005), autores ligados ao paradigma sistêmico-funcional, propõem uma tipologia de avaliações subdividida, basicamente, em quatro campos: o emocional, o comportamental, o estético e o valor social. No campo comportamental, tais recursos são denominados *julgamentos*, e esses são propostos em analogia aos domínios modais: ao epistêmico, associam os *julgamentos de veracidade*; ao deontico, os de *propriedade*; ao volitivo, os de *tenacidade*; à frequência, os de *normalidade*; e ao dinâmico, os de *capacidade*. Para maiores detalhes, consultar Ninin e Barbara (2013) ou Gonçalves-Segundo (2014b).

⁸ As questões concernentes à configuração de exogrupos e endogrupos nesses textos ainda será objeto de pesquisa e, portanto, não será analisado pormenorizadamente neste artigo.

Foi pensando e sentindo tudo isso que me reuni com mais três colegas para planejar a nossa ocupação, da EE Plínio Negrão, que fica na Zona Sul de São Paulo. [a] Nossa diretora é autoritária, nunca nem permitiu a atuação do grêmio na escola. Minha chapa foi impugnada. Levei uma advertência por estar querendo um Grêmio Livre, assim como a lei nos mostra. E isso era mais um motivo para os alunos se reunirem e dizerem: espera aí, eu tenho direito de escolher, de pensar, de agir...

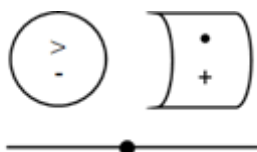
Ocupamos! Nosso maior medo era a polícia. E nossa diretora ligou para a polícia dizendo que a nossa escola havia sido invadida. Mas estávamos tão orgulhosos de nós mesmos que continuávamos lá, fizemos assembleia, discutindo, conversando, se entendendo. E a coisa foi crescendo. Pessoas que eu nunca nem vi na escola nos apoiaram! Foi lindo. No decorrer do tempo fomos criando laços, laços esses que em 200 dias letivos nunca haviam sido criados.

Viver na ocupação parece uma guerra. Claro que tem seus momentos bons, momentos ótimos, momentos que vão deixar saudades... Mas tem a repressão. [b] A violência por parte do governo, que manda a polícia nos aterrorizar na escola e nas ruas da cidade, que manda os alunos e os pais que não entendem a ocupação nos ameaçar.

Mas em compensação, durante a ocupação, muitos de nós pararam de olhar pro seu próprio umbigo. Passamos a nos preocupar uns com os outros porque um só não vence a luta! Nesse caso: a união faz a força. Na ocupação, os garotos passaram a querer cozinhar, pra ajudar, e perceberam que isso não é coisa de menina. As meninas passaram a jogar bola e jogar baralho... Nos libertamos!

Em (3a), é possível depreendermos o esquema de **bloqueio**, ativado pela presença do verbo *permitir* sob o escopo das partículas de polaridade negativa *nunca nem*. O *nem*, aliás, colabora no sentido de maximizar a operação de BLOQUEIO, exposta na sequência, por implicitar que a permissão à atuação do grêmio na escola seria algo básico, facilmente liberável, sem risco algum para a autoridade escolar constituída. Vejamos o funcionamento do jogo de forças:

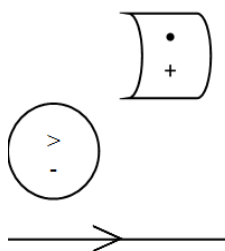
Figura 3a. Esquema de bloqueio



ANT: diretora
AGO: grêmio
RES: atuar na escola

O *construal* da secundarista revela uma visão de que é normal que grêmios atuem na escola, o que corresponde, na representação da aluna, a uma atividade legítima de exercício de liberdade de escolha, de pensamento e de ação, conforme o mesmo parágrafo revela. O **bloqueio** antagônico atua, portanto, como medida de repressão, impedindo que o AGO exerça sua tendência em um contexto em que se esperava que ele pudesse exercer. Sabemos que a negação implícita uma afirmação e que, portanto, há um discurso outro que denuncia a expectativa da **permissão**, um padrão de força no qual o ANT, apesar de possuir maior poder, não confronta o AGO, liberando-o para exercer sua tendência, conforme mostra a figura (3a') abaixo:

Figura 3a'. Esquema de permissão



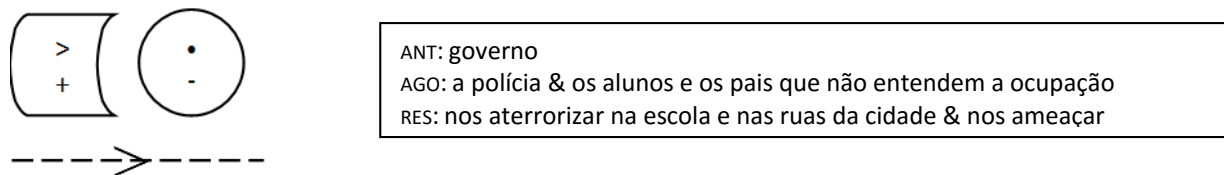
ANT: diretora
AGO: grêmio
RES: atuar na escola

Nesse sentido, a expectativa de não confrontação se choca com realidade do **bloqueio**, o que é maximizado quando a secundarista se vale do respaldo da lei, para justificar o autoritarismo da direção —

Levei uma advertência por estar querendo um Grêmio Livre, assim como a lei nos mostra. Em consequência disso, a atitude da diretora para a ser avaliativamente contaminada em termos de uma conduta ética negativa — *juízo de impropriedade*, na tipologia de Martin; White (2005) —, o que é reiterado, ao longo da narrativa, pelo fato de ela chamar a polícia, entidade que se encontra associada, na rede interdiscursiva, ao exogrupo repressor.

Em (3b), por sua vez, o autoritarismo é construído por meio de uma **causação interpsicológica (ou social) de ação** projetiva, ativada pelo verbo *mandar*. O verbo *mandar* pressupõe um agente com alto poder hierárquico, que é legitimado institucionalmente, como ANT de uma relação projetivamente causativa — dizemos projetivamente, na medida em que a resultante não é necessariamente *real* para a voz autoral, embora se espere que venha a ser, tendo em vista a dinâmica de poder e de subordinação subjacente —, na qual o AGO estaria inerte na ausência de tal comando. A relação projetiva é representada aqui pelo tracejamento do vetor resultante. Vejamos a figura a seguir:

Figura 3b. Esquema de causação



Nessa nova formulação, a voz autoral associa o autoritarismo à violência, criando uma correspondência local, no tecido discursivo, que, por um lado e por oposição, legitima a ocupação como uma atitude de exercício de cidadania, de liberdade de expressão, de pensamento e de ação — o que ficará nítido no exemplo (4), a seguir — e, por outro, invalida a ação governamental, responsável pela instalação de medo, de repressão e, especialmente, de silenciamento, como mostraremos em (5).

Nesse texto, temos, portanto, a elaboração de duas facetas de força relativas ao autoritarismo nessa rede interdiscursiva, ambas causativas e orientadas para a repressão do movimento secundarista, mas baseadas em diferentes experiências: a de BLOQUEIO e a de COMPULSÃO. A primeira incidindo diretamente sobre o direito de exercício da livre associação, pensamento e ação estudantil, em que os alunos são o AGO; e a segunda incidindo nos alunos como Paciente da relação causativa, como elemento que integra a resultante do jogo de forças, em que, no fundo, são os AGO manipulados pelo governo — o grande ANT — que age repressivamente sobre os secundaristas.

O excerto a seguir corresponde a um parágrafo do texto *Ocupação Escolar é momento de aprendizagem*, publicado na *Carta Capital*. Nele, podemos verificar uma nova projeção metafórica do campo de forças: no caso, do domínio físico para o epistêmico. Além disso, podemos contrastar dois tipos diferentes de modelos cognitivos acerca da realidade representada pelos estudantes. Observemos:

(4) Ao contrário do que se acredita, a ocupação não é e nunca será vaga. Na verdade, digo com certeza absoluta, ignorando a redundância, que a ocupação é o momento pleno de aprendizagem. É bizarro notar que a gestão não se

orgulha dessa nossa ação, uma vez que a escola é responsável por formar cidadãos com vida ativa na sociedade. Apesar dos pesares, amanhã há de ser outro dia, e é por acreditar nisso que estamos ocupados.

A formulação autoral instaura uma relação **causativa** frustrada, que se encontra implícita no trecho sublinhado, na medida em que podemos inferir uma relação entre a missão escolar a reação afetiva do governo, como o esquema abaixo mostra:

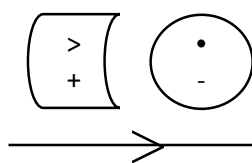


Figura 4. Esquema de Causação

ANT: O fato de a escola ser responsável por formar cidadãos com vida ativa na sociedade (e o sucesso disso, do ponto de vista autoral)

AGO: gestão

RES: orgulhar-se da ocupação dos alunos

A voz autoral avalia como *bizarro* — uma instância avaliativa situada no campo semântico da anormalidade (Martin; White, 2005) em grau alto — o fato de a gestão Alckmin não se orgulhar da atitude de ocupação dos alunos. A relação epistêmica, que parece simples, na verdade, requisita uma série de passos para que possamos entender seu funcionamento.

Em primeiro lugar, ocorre uma identificação entre *cidadania com vida ativa na sociedade* com o ato de *ocupar escolas*, relação esta que é possível no seio do discurso construído pelos estudantes em resistência, que encontram eco nas manifestações, em geral, de esquerda, realizadas no Brasil desde o sucesso dos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público, liderados, originalmente, pelo Movimento Passe Livre (MPL), em 2013. Nesse sentido, o domínio da *cidadania* passa a ter como um de seus ingredientes prototípicos a capacidade de mobilização e sua efetivação na forma de protestos.

Ora, se é responsabilidade da escola formar cidadãos, a realização de protestos representa o seu sucesso; logo, sucesso da gestão que administra o ensino há quase cerca de duas décadas no estado de São Paulo. A reação afetiva — óbvia, nesse discurso — seria, de fato, o *orgulho*; é dessa dissociação — o orgulho como resultado *óbvio* e a sua não instanciação, substituída por pressões para desocupação e violência policial, conforme atesta a rede interdiscursiva — que resulta a avaliação *bizarro*.

Tal identificação não é necessariamente reconhecida no discurso outro — aquele que caracteriza o governo do estado de São Paulo⁹. Nesse sentido, a relação **causativa** se frustra, visto que o ANT não é forte o suficiente para gerar a reação de orgulho na gestão. Desse ponto de vista, a avaliação de *bizarro* seria inválida. Por conseguinte, a naturalização da ocupação de escolas como mecanismo de exercício da cidadania

⁹ A fala do então secretário da Educação do estado, Herman Voorwald, à Folha de S. Paulo, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1693760-estudante-deveria-ir-as-ruas-contra-greve-diz-secretario-de-alckmin.shtml>, ilustra bem essa dissociação: "É muito interessante o aluno protestar. Quem sabe estejamos criando na educação o protesto para que não falte professor. Para que as greves [de professores] não sejam tão extensas, para que uma greve de 90 dias seja um absurdo numa rede de 4 milhões de estudantes", disse à Folha, por telefone, nesta terça (13). "Quem sabe esse movimento seja positivo, não tenho nada contra esse movimento." Nesse discurso, portanto, o objeto de protesto é relevante para que todo o movimento seja considerado positivo — a prática governamental como alvo, decididamente, não se constitui em um caso válido.

objetivado pela escola, responsabilidade governamental, é estratégica e atua no convencimento do leitor quanto à legitimidade do movimento e à incoerência do governo do estado, ocultando o debate o objeto do protesto. Sustentando, no fundo, esse conjunto de relações complexas — que ultrapassam facilmente a dimensão da esquematização —, existe a experiência de COMPULSÃO.

Por fim, chamamos atenção para o texto *Revolta das Cadeiras*, publicado no blog *Biscate Social Club*. Trata-se de exemplar textual curto; logo, reproduzimo-lo na íntegra¹⁰:

(5) Rendidos no chão, gritamos por nossas escolas. Encurralados pelas tropas policiais, que invadiram até o céu com seus 10 helicópteros, ocupamos as principais avenidas de São Paulo.

Nossas armas: o grito, lápis e papel. As do governo: bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral, balas de borracha e cassetete pra todos os lados. Contra os estudantes, Alckmin declarou guerra, com todas as letras. Sendo assim, vestindo nossas máscaras, mulheres na linha de frente, seguimos de punho cerrado, sem arrego!



A luta secundarista ressuscita e reinventa junho de 2013, em um movimento auto organizado, mostrando total capacidade de fazer política. Reconhecemos o avanço na luta contra a reorganização, mas exigimos um real diálogo, no qual possamos debater de forma ampla e pertinente a necessária reforma no ensino.

Deixamos claro o tipo de escola que queremos e o modelo de educação que mais dialoga com a juventude. Queremos uma educação emancipadora em espaços democráticos. Esse é só o começo de uma luta que se perpetua e se nacionaliza.

Nossa força só aumenta, nosso grito se sustenta, e o governo finge que aguenta!

Longe de defendermos que só a última linha do texto apresenta jogo de forças — uma vez que a distinção entre *ocupar* e *invadir* pode ser examinada por essa perspectiva (Gonçalves-Segundo, 2015), além de verbos como *exigir* e *querer* —, desejamos, contudo, nela se deter, na medida em que podemos explorar a dimensão aspectual da Dinâmica de Forças e o padrão complexo de esforço, tecendo relações com a representação de silenciamento, também forte no conjunto dos textos da *hashtag* #OcupaEstudantes.

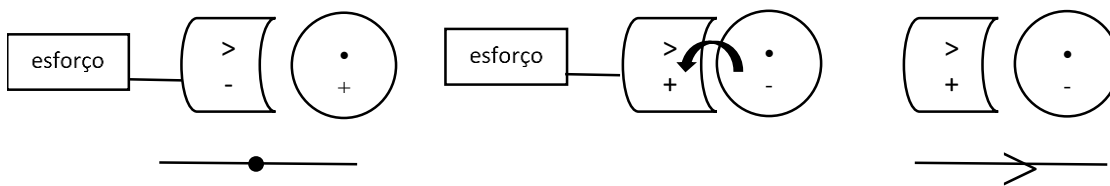
Em primeiro lugar, o verbo *sustentar* ativa uma concepção aspectualmente distinta em termos do jogo de forças. *Sustentar* implica uma atitude do ANT de resistência contra a tendência de ação do AGO, extensa na dimensão temporal. Nesse sentido, existe, subjacente, uma confrontação que não é pontual, mas contínua, de um AGO incessantemente impingente. Por conseguinte, podemos depreender uma construção que valoriza a *tenacidade* dos estudantes, que associa o grito sustentado à capacidade de mobilização e, portanto, aos números que compõem sua “linha de frente” na guerra contra o governo — aproveitando o

¹⁰ Reproduzimos, inclusive, a imagem que acompanha o texto, uma vez que ela é relevante para a compreensão do título.

domínio-fonte utilizado no texto —, que se constitui no ANT implícito que tende, de maneira frustrada, mas contínua, a silenciar os secundaristas, ou seja, bloqueá-los, dissipando o grito.

O verbo *aguentar*, por sua vez, invoca o esquema de *esforço*, ainda que só ative explicitamente a primeira parte¹¹. Nele, temos um ANT que vai, ao longo do tempo, exigindo cada vez mais do AGO, para que consiga vencer a tendência, inicialmente mais forte, deste último. Em consequência disso, o AGO tende a perder essa capacidade e uma das consequências possíveis consiste na reversão da intensidade das forças, conforme podemos observar na figura a seguir:

Figura 5. Esquema de esforço



A voz autoral, contudo, insere o verbo *aguentar* no escopo do verbo *fingir*, de forma que a atitude de resistência é construída como *irrealis*, ativando, assim, o esquema como um todo. Em termos mais técnicos, a secundarista constrói, concomitantemente, um espaço mental¹² factual e outro contrafactual. Neste, o governo, de fato, *aguentaria* a pressão dos secundaristas antagônicos, o que corresponderia à imagem que o governo gostaria de passar à população; naquele, considerado *realis* para a secundarista, o governo cede à pressão antagônica dos estudantes, ativando todas as etapas do esquema, perfilando a última: a vitória do ANT estudantil sobre o AGO governamental. O *construal* colabora na vinculação do governo a uma representação de dissimulação e de manipulação, ratificando, interdiscursivamente, essa propriedade do exogrupo, ao mesmo tempo em que destaca a *tenacidade* dos estudantes e a sua capacidade de vencer instâncias com poder coercitivo na base da unidade e da vontade. No discurso que une os secundaristas, *querer é poder e a união faz a força*.

¹¹ Há outros verbos que também invocam esse esquema, como *tentar* e *falhar*. Para maiores detalhes, ver Gonçalves-Segundo (2015) e Talmy (2000). O termo usado por Langacker (2008) para referir-se à parte de um esquema ativado por uma construção linguística em termos de foco de atenção é *perfiar*. No caso, então, podemos dizer que o verbo *aguentar* perfila o primeiro componente do esquema de esforço.

¹² Gonçalves-Segundo (2014a, p. 37) apresenta uma formulação sintética do conceito: “espaços mentais são conjuntos coerentes de informação acionados em um dado momento (GRADY, 2007), ‘pacotes’ conceptuais gerados dinamicamente no desenvolvimento da interação ou do pensamento introspectivo, viabilizando a compreensão e a ação localizadas por meio das interconexões emergentes de sua contínua estruturação e reestruturação (FAUCONNIER; TURNER, 2002)”. De acordo com seus formuladores (Fauconnier, 1994; Fauconnier; Turner, 2002) e com os autores que desenvolveram o modelo (Oakley; Hougard, 2008, por exemplo), eles interagem continuamente com outras estruturas conceptuais, como os *frames* e os esquemas imagéticos. Estes últimos, contudo, são mais estáveis e duráveis; aqueles, sempre locais e situados, em constante mobilização ao longo da interação e do pensamento.

4. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi discutir a pertinência de uma abordagem linguística de cunho cognitivista, de base corporeada, para análise discursivo-textual, tomando como centro a noção de **esquema imagético** e a proposta de Talmy (2000) relativa ao que ele denomina **princípio cognitivo** de Dinâmica de Forças, que permite analisar relações de causalidade, do domínio físico ao epistêmico, a partir de um conjunto enxuto de categorias, calcadas em nossa experiência motora com forças, movimentação e pressão.

Nesse sentido, aplicamos o modelo de Talmy (2000) como base de descrição linguística para a viabilização da interpretação discursiva, tomando como *corpus* um conjunto de cinco textos distintos publicados por secundaristas em portais de revistas e jornais, além de *blogs*, unidos pela *hashtag* *#OcupaEstudantes*. Assim, conseguimos mostrar de que forma os esquemas de **causação de ação e de repouso** (ou bloqueio), **permissão**, **concessão** e **esforço**, metaforizados para diferentes domínios, são recrutados para a representação tanto do endogrupo estudantil — associado, majoritariamente, a valores positivos de *tenacidade* e *capacidade* — quanto do exogrupo governamental — ligado, em geral, a valores de *propriedade* e *veracidade* negativos.

Por fim, desejamos ressaltar que ainda são incipientes os estudos no país que se valem de abordagens cognitivistas, de base corporeada, para a análise discursivo-textual, com clara exceção no que concerne aos estudos de metáfora (ver Vereza, neste volume, para uma visão detida sobre a amplitude dos estudos de metáfora aplicados ao texto e ao discurso). Assim, ainda há muitos caminhos a serem trilhados nesta zona de convergência tanto no que se refere à esquematização, abordada aqui apenas no que tange à Dinâmica de Forças, quanto das outras operações de *construal*, especialmente no que tange à combinatória entre atenção e identificação, por um lado, e entre perspectiva e posicionamento, por outro. Por conseguinte, são necessários trabalhos tanto que refinem a lógica e a organização das possíveis categorias de análise no que concerne ao Português Brasileiro, quanto trabalhos que apliquem tais propostas para análise de *corpora* distintos, a fim de verificar as possíveis vantagens dessa abordagem, suas limitações e compatibilidades potenciais com outros paradigmas.

Referências bibliográficas

- BARSALOU, Lawrence W. Perceptual symbol systems. **Behavioral and Brains Sciences**, 22, p. 577-660, 1999.
- CHEMERO, Anthony. **Radical Embodied Cognitive Science**. Cambridge: The MIT Press, 2009.
- CLARK, Andy. Na embodied cognitive Science? **Trends Cogn. Sci.**, 3 (9), p. 345-351, 1999.
- CROFT, William. **Verbs: Aspect and Causal Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CROFT, William; CRUSE, Allan. **Cognitive Linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

- FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FELTES, Heloísa Pedro de Moraes. **Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e telas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A permeabilidade da Dinâmica de Forças: da gramática ao discurso. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; RESENDE, Briseida Dôgo; DE PAULA, Fraulein Vidigal; MÓDOLO, Marcelo; CAETANO, Sheila Cavalcante (org.). **Linguagem e cognição: Um diálogo interdisciplinar**. Lecce: Pensa Multimedia Editores, 2015, p. 163-185.
- GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. **Veredas**, v. 18, n. 2, p. 32-50, 2014a.
- GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Indignação e culpa em cartas do leitor da Folha de S. Paulo: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria. **Filologia e Linguística Portuguesa (Online)**, v. 16, pp. 63-93, 2014b.
- GRADY, Joseph E. Metaphor. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (org.) **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007, p. 188-213.
- GRADY, Joseph E. Image schemas and perception: Refining a definition. In: HAMPE, Beate; GRADY, Joseph E. (org.) **From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics**. Berlin: Mouton De Gruyter, 2005, p. 35-55.
- HART, Christopher. **Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives**. London: Bloomsbury, 2014.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LANGACKER, Ronald. **Cognitive grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.
- LINDBLUM, Jessica. **Embodied Social Cognition**. New York: Springer, 2015.
- MARTIN, James; WHITE, Peter. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- NAGEL, Jonas; WALDMANN, Michael R. Force dynamics as a basis for moral intuitions. In: MIYAKE, N., PEEBLES, D.; COOPER, R. P. (org.). **Proceedings of the 34th Annual Conference of the Cognitive Science Society**. Austin, TX: Cognitive Science Society, 2012, pp. 785-790.
- NININ, Maria Otília Guimarães; BARBARA, Leila (2013) Engajamento na perspectiva lingüística sistémico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 52 (1), p. 127-146.
- OAKLEY, Todd. Force-dynamics dimensions of rhetorical effect. In: HAMPE, Beate; GRADY, Joseph (org.) **From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 443, 473.
- OAKLEY, Todd; HOUGAARD, Anders. (org.) **Mental Spaces in Discourse and Interaction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- SVENSSON, Henrik; ZIEMKE, Tom. Embodied representation: What are the Issues? In: BARA, Bruno G.; BARSALOU, Lawrence; BUCCIARELLI, Monica (org.). **Proceedings of the XXVII Annual Conference of the Cognitive Science Society**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005, p. 2116-2221. Disponível em: <<http://csjarchive.cogsci.rpi.edu/proceedings/2005/docs/p2116.pdf>>.
- TALMY, Leonard. **Towards a Cognitive Semantics**. Vol. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.
- VEREZA, Solange. Viajando pelos mares da metáfora: cognição e discurso na linguagem metafórica em uso. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; MODOLO, Artur Daniel Ramos; FERREIRA, Filipe Mantovani; MAREGA, Larissa Minuesa Pontes; MUNHOZ, Renata Ferreira; CAVALCANTE FILHO, Urbano (org.). **Discurso e Linguística: diálogos possíveis**. São Paulo: Editora Paulistana, 2016, p. 310-322.

Fontes

VERCINSKAS, Nathalia. **A Físca da Revolução**. Blogueiras Feministas, 09 dez. 2015. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/12/ocupaestudantes-a-faisca-da-revolucao/>

MATTOS, Pamella Pereira de. **A escola precisa ser mais humana**. Revista Fórum, 09 dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questao Degenero/2015/12/09/ocupaestudantes-escola-precisa-ser-mais-humana/>

GOMES, Gislaine de Almeida. **A ocupação nos libertou**. O Jornal de Todos os Brasis, 12 dez. 2015. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-ocupacao-nos-libertou-por-gislane-de-almeida-gomes-17-anos>

BENEDITO, Gabriely. **Ocupação escolar é momento de aprendizagem**. Carta Capital, 09 dez. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/ocupacao-escolar-e-momento-de-aprendizagem>

LOPES, Lana. **Revolta das Cadeiras**. Biscate Social Club, 09 dez. 2015. Disponível em: <http://biscatesocialclub.com.br/2015/12/ocupaestudantes-revolta-das-cadeiras/>

Cruzamentos lexicais na trova humorística

Pedro da Silva de MELO¹

Resumo: Com base na Morfologia e na Estilística Léxica, este artigo estuda os cruzamentos lexicais no discurso humorístico. Entre as diversas possibilidades de criatividade lexical, o cruzamento lexical ocupa uma posição privilegiada, pois, ao fundir duas unidades lexicais, provoca efeito de sentido humorístico. Os amálgamas, assim como outros neologismos, também apresentam um forte potencial criativo de significados. Dentro dessa perspectiva, este trabalho possui como objetivo analisar a expressividade dos amálgamas na trova humorística, um gênero poético em que o humor e a poesia se entrelaçam, tendo os neologismos não como mera exibição de conhecimento linguístico, mas um de seus diversos procedimentos discursivos de constituição de sentido.

Palavras-chave: Estilística; neologismo; humor; cruzamento lexical; expressividade

1. Introdução

“O homem é o único animal que ri.”
(Aristóteles)

Tão antigo quanto o próprio homem, o riso tem sido objeto de investigação filosófica desde a Antiguidade e chega aos nossos dias tão interessante e vivo quanto nos dias de Platão. Do autor de *Filebo*, passando por Aristóteles, Cícero e Quintiliano até autores mais recentes como Freud, Bergson, Propp e Bakhtin, o humor é assunto vivo e relevante para quem se interessa pela linguagem humana.

Da comédia clássica aos modernos *stand ups*, diversos veículos tem sido usados pelo homem para provocar o riso no seu auditório, o que o torna tão essencial à vida humana quanto as manifestações artísticas, por exemplo.

Neste trabalho abordaremos uma manifestação até certo ponto híbrida: o humor no texto literário, isto é, uma interface entre o riso e a arte.

Não é novidade o homem usar o humor na obra artística, em especial no texto literário. Desde a Antiguidade, circulam contos, romances, poemas e outros textos como elementos de humor. Irmã siamesa do humor, a sátira tem se servido não raro até do verso fescenino como objeto de riso, como os versos ferinos de Bocage, Gregório de Matos ou, na contemporaneidade, de Glauco Mattoso.

A trova humorística, também conhecida simplesmente como *quadra* ou *quadrinha*, é um poema sintético, vazado em quatro versos de sete sílabas com rimas e tem modernamente servido a vários poetas como instrumento veiculador do discurso humorístico, o que a torna essencialmente um gênero híbrido –

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Elis de Almeida Cardoso. Professor das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçú (UNIGUAÇU), União da Vitória (PR). E-mail: prof.pedromelo@gmail.com

mesclando elementos da poética propriamente dita (versificação, isomorfismo silábico, rimas, rigor formal) com a piada (ou o chiste²).

Para provocar o riso do enunciatário, o enunciador se vale de diversos recursos linguísticos, além da própria exploração de um tema propício.

No caso específico da trova humorística, um dos recursos estilísticos mais salientes é a criação lexical, tanto de neologismos formais (novos significantes) quanto de neologismos semânticos (novos significados), sempre atrelados ao *contexto de produção*.

Neste artigo analisaremos uma de tais possibilidades, que é o neologismo formal. Cabe um recorte, que nos levou a optar pela formação de neologismos por amálgama, também chamados de palavras-valise, *blends* ou cruzamentos lexicais, que aparecem em com bastante frequência no discurso humorístico.

2. A trova humorística: entre o clichê e a expressividade

De origem popular, a trova é uma forma poética muito antiga em nossa língua, remontando ao período medieval, daí o parentesco da designação do poema com o estilo de época, ambos derivados do francês *trouver* (“achar”), embora a estrutura das cantigas medievais seja distinta da quadra de sete sílabas.

Cunha e Cintra, na *Nova gramática do português contemporâneo* a chamam de *quadrinha* e Moisés, na sua *Criação literária – a poesia* a chama simplesmente de *quadra*. A designação *trova* aparece em Tavares:

trova é uma composição monostrófica, formada de 4 versos que condensam todo o pensamento ou emoção (...). É um pequeno poema de 4 versos, medindo cada verso sete sílabas. Há quadras com qualquer número de sílabas, de 1 a 12. Não são trovas, entretanto. A trova é uma redondilha maior, ou seja, em versos de 7 sílabas” (TAVARES, 1978, p. 309).

Apesar da polissemia da palavra “trova”, que designa não somente a quadra em redondilhas maiores, mas também diversos tipos de cantares populares, o termo tem sido empregado no Brasil preferencialmente com referência a esse gênero poético específico, conforme depreendemos da afirmação de Wanke, na mesma linha de pensamento de Tavares:

trova é a composição versificada de forma fixa constituída de uma quadra setessilábica de sentido independente em que, pelo menos, rimam dois versos, (sendo normal, então, a rima do 2º. com o 4º. verso **abcb**), ou todos os quatro (sendo normal, neste caso, a forma **abab** e admitida a de rimas abraçadas **abba**) (WANKE, 1973, p. 17).

Provavelmente pelas suas origens populares e pela consagração do decassílabo como “verso de arte maior”, a quadra de sete sílabas acabou por ser relegada a uma posição marginal na poesia de língua portuguesa, aparecendo apenas como estruturação estrófica de poemas maiores, independentemente do estilo de época.

² Chiste é o termo empregado por Freud no célebre estudo *O chiste e sua relação com o inconsciente*. A rigor não estabeleceremos neste estudo uma distinção rígida entre o chiste e a anedota, visto que o gênero em análise é híbrido e essa distinção, a nosso ver, não é absolutamente necessária.

No século XIX que alguns poetas a cultivarão, embora de maneira episódica, como Olavo Bilac, que a usava como recurso de propaganda. Veja-se, por exemplo, esta trova de propaganda para uma marca de fósforos:

Aviso a quem é fumante:
Tanto o Príncipe de Gales
quanto o Dr. Campos Sales
usam Fósforo Brilhante (CARRASCOZA, 2003, s.p.).

Evidentemente se trata de um texto sem poesia, mas tão somente um apelo à métrica e à rima, um mero ludismo com as palavras, mas serve para ilustrar a popularidade desse tipo de construção poética.

Apesar de maior parte das vezes a trova não passar desse estágio de curiosidade lúdica e de apelo popular(esco), muitos poetas passaram a enxergar nela potencialidades expressivas, mesmo ao flertar com o clichê e o senso comum.

No século XX surge no Brasil um grupo de poetas voltado essencialmente para a promoção da trova enquanto modalidade poética. O poeta Luiz Otávio (1916-1977) reunia pessoas em sua residência no Rio de Janeiro para fazer saraus regados a trovas. Dessas reuniões surgiu a ideia de organizar uma antologia com 2000 composições, publicada em 1956 sob o título de “Meus irmãos, os trovadores”.

Ainda na década de 1950, Luiz Otávio e o poeta J. G. de Araújo Jorge (1914-1987) têm a ideia de promover um concurso de trovas, a que denominam “Jogos Florais”, e escolhem a cidade de Nova Friburgo (RJ) para ser a cidade promotora do evento. A primeira edição dos Jogos Florais se deu em 1960, sob o tema “amor”. O concurso é realizado ininterruptamente até hoje, provavelmente o concurso literário mais antigo do Brasil. Na esteira de Nova Friburgo, outras cidades passaram a realizar seus concursos de trovas ou “jogos florais”, seguindo-se Pouso Alegre (MG), Bandeirantes (PR), Niterói (RJ), entre outras (WANKE, 1978, p.142 ss.). Uma inovação desses certames, que interessa ao nosso trabalho, é a promoção da trova humorística.

A trova humorística é um gênero híbrido, pois se vale concomitantemente de elementos discursivos da anedota e da poesia. Não raro a trova humorística é apenas a retextualização de uma piada, o que é inescapável. A trova humorística é praticamente uma anedota em versos: visto que ambas visam ao riso, naturalmente seus temas serão basicamente os mesmos, ainda que construídos em diferentes formas textuais.

Assim, apesar de ser um gênero distinto da piada, postulamos que as reflexões de Possenti lançam luzes sobre seu aspecto temático. Quanto à temática explorada pelo discurso humorístico, Possenti afirma que as piadas

versam sobre: sexo, política, racismo (e variantes que cumprem um papel semelhante, como etnia e regionalismo), canibalismo, instituições em geral (igreja, escola, casamento, maternidade, as próprias línguas), loucura, morte, desgraças, sofrimento, defeitos físicos (para o humor, são defeitos inclusive a velhice, a calvície, a obesidade, órgãos genitais pequenos ou grandes – órgãos pequenos são considerados defeitos nos machos, enquanto que órgãos grandes são vistos como defeitos nas fêmeas) etc. (POSSENTI, 1998, p. 25-26).

Podemos entender, assim, que o discurso humorístico veicula estereótipos e tabus sociais, pois são tais temas “proibidos” que despertam o riso. A trova humorística, dessa forma, possui semelhança temática com a piada.

O exemplo que segue, da autoria de Edmar Japiassú Maia, ilustra bem o aspecto híbrido da trova humorística enquanto texto literário:

A velha soprava a vela,
quando o velho, de surpresa,
soprou no cangote dela...
e a velha ficou acesa! (MAIA, 2007, p. 68).

O humor do enunciado se vale de uma rede de conotações e denotações, que é tramada a partir de dois fenômenos corriqueiros, a paronímia e a polissemia. A paronímia decorre da semelhança fonológica entre os itens lexicais *vela* e *velha* e a polissemia ocorre no adjetivo “acesa”, que, em sentido denotativo se liga a *vela*, mas conotativamente, a *velha*.

Essa rede de significação pode ser visualizada no esquema a seguir:

VELA → ACESA¹
VELHA → ACESA²
VELHA → SOPRAR¹
VELHO → SOPRAR²

De modo que temos:

ACESA (ACENDER)¹ – sentido denotativo – que tem chama – VELA

SOPRAR¹ – sentido denotativo – fazer o ar sair pela boca [para apagar a vela] - VELHA

SOPRAR² – sentido denotativo – fazer o ar sair pela boca [para acender² a velha] - VELHO

ACESA (ACENDER)² – sentido conotativo – sexualmente estimulada – VELHA

Enquanto texto literário, a trova possui características essenciais do texto poético:

(1) Métrica exata (isomorfismo silábico): todos os versos possuem o mesmo número de sílabas (versos de sete sílabas, redondilhas maiores, de origem medieval). Se fizermos a escansão da trova, contaremos sete sílabas poéticas em cada verso, estrutura absolutamente obrigatória por se tratar de um poema de forma fixa;

(2) Rimas: as últimas palavras de cada verso possuem a mesma terminação a partir da vogal tônica. Tais terminações não possuem motivação morfemática, isto é, a rima não se dá necessariamente no plano sufixal ou desinencial. No caso em questão, *A -ela* (vela / dela); *B -esa* (surpresa / acesa)³. Da mesma forma,

3 Não é possível sustentar-se a classificação tradicional de rimas “pobres” ou “ricas”. A rima é um recurso discursivo do texto poético e está essencialmente ligada à significação, de forma que a categoria gramatical das lexias é irrelevante para a expressividade do enunciado. A rima aproxima semanticamente dois vocábulos e sua “pobreza” ou “riqueza” está mais ligada ao plano do conteúdo do que ao plano da expressão. A rigor, deveria provocar surpresa pela combinação inusitada entre dois vocábulos, como ocorre, por exemplo, no texto acima. *Vela* e *dela* são rimas expressivas não pela distinção de categoria gramatical (substantivo e pronome), mas pela imprevisibilidade do par: *dela* é uma palavra gramatical e, nessa condição, não possui significação como as palavras lexicais, caso de *vela*. Da mesma forma, *surpresa* (substantivo) com *acesa* (adjetivo) também é uma combinação expressiva pela não obviedade do par, diferentemente, por exemplo, de pares como *sorriso* / *paraíso*, *amor* / *dor*, *criança* / *esperança* ou *infância* / *distância*, verdadeiros clichês sonoros usados *ad nauseam* por poetas de poucos recursos estilísticos.

apesar do esquema de rimas variar bastante ao longo dos séculos (ABCB, ABBA ou ABAB, as formas mais comuns), o esquema ABAB tornou-se padrão a partir da segunda metade do século XX, devido à constituição de uma entidade literária dedicada exclusivamente ao cultivo da trova e à promoção de certames específicos do gênero, que tornaram obrigatório o esquema de rimas alternadas.

Como não é objetivo deste estudo a discussão da questão de gênero, vamos nos ater especificamente ao uso do léxico e suas potencialidades expressivas.

Seja qual for a temática, entretanto, o objetivo da trova humorística é o mesmo das piadas: fazer rir. Na maioria das vezes, o riso é provocado por clichês, estereótipos e pela retextualização de piadas. Em alguns casos, no entanto, os autores conseguem explorar ludicamente as virtualidades da língua e criam neologismos expressivos, que será o foco deste trabalho.

3. O cruzamento lexical: um processo expressivo

Conforme assevera Basílio, “as palavras são elementos de que dispomos permanentemente para formar enunciados. Quase sempre fazemos uso automático das palavras, sem parar para pensar nelas” (BASÍLIO, 1987, p. 5). Ao formarmos enunciados, portanto, fazemos uso de um acervo disponível na língua; esse acervo, porém, não é um inventário fechado, impermeável. O léxico de uma língua é um inventário aberto, sujeito a constantes modificações, contempladas pelas teorias linguísticas da variação e da mudança. O nosso uso é automático porque no ato da enunciação não nos atemos a aspectos mórficos ou morfológicos, ainda que implícitos no uso que fazemos.

Ao estudioso da língua interessa saber se a lexia é um substantivo ou verbo, por exemplo, ou quantos morfemas há no vocábulo, qual é o radical, quais são os afixos, infixos ou as desinências, por exemplo, a despeito de não se limitar a esse conhecimento estrutural. Sendo o léxico da língua um inventário, fazemos uso daquilo que há à disposição neste acervo. Em determinadas situações de uso, porém, criam-se palavras com determinados objetivos estilísticos. Essa criação não está circunscrita à literatura e aparece com bastante vitalidade na língua comum.

O cruzamento lexical, a despeito de seu largo emprego no idioma, não tem merecido grande atenção de nossos gramáticos. Celso Cunha e Lindley Cintra, por exemplo, nem o mencionam entre os processos de formação de palavras. Evanildo Bechara, chamando-o impropriamente de *conversão*, dedica apenas algumas poucas linhas ao fenômeno, o que o coloca como um processo marginal de formação de palavras.

Mais recentemente, porém, autores como Martins (1989), Alves (2007 [1990]) e Cardoso (2010, 2013), com um olhar mais nítido e um enfoque mais apurado, dedicaram estudos específicos ao tema, trazendo grandes contribuições para os estudos estilísticos.

A definição de cruzamentos lexicais formulada por Martins é adotada pelos outros autores, com ligeiras modificações fraseológicas: “Consistem na fusão de duas palavras que têm alguns fonemas comuns, os quais

propiciam a soldagem. A sua formação revela criatividade, espírito, e sua força expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado da combinação” (MARTINS, 1989, p. 123). A autora cita o curioso exemplo *enxadachim*, criado por Guimarães Rosa, que é a fusão ou amálgama das unidades lexicais *enxada* + *[espada]chim*, em que o herói luta pela sobrevivência com uma enxada, assim como um espadachim luta com uma espada ou sabre.

Também chamado de amálgama, palavra-valise, cruzamento vocabular ou palavra *portmanteau*, o cruzamento lexical se caracteriza pelo truncamento fonético na(s) base (s). Alves explica que “duas bases são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico: uma perde sua parte final e outra, sua parte inicial” (ALVES, 2007 [1990], p. 69). A autora cita os exemplos *brasiguaio* (brasi[leiro] + [para]guaio), *cantriz* (can[tora] + [a]triz) e *showmício* (show + [co]mício).

Cardoso acrescenta que se trata

de um processo diferente em que unidades lexicais se mesclam formando outra unidade, sem, entretanto, manterem obrigatoriamente seus radicais. Há casos em que se mantém a parte inicial de uma unidade e a parte final de outra (*portunhol*), há casos em que uma unidade mantém sua integridade morfofonológica e outra sofre uma ruptura (*showmício*), e há casos em que uma unidade adentra-se na outra (chafé, lixeratura, namorido), havendo entre elas uma intersecção lexical (CARDOSO, 2010, p. 215).

O estudo de Cardoso, embora também tenha foco o texto literário, diferentemente de Martins, colhe exemplos da língua comum, em particular da imprensa. Nesse estudo, depois retomado e ampliado pela autora em 2013, uma ponderação servirá em particular para nossas reflexões: “Algumas entram na língua e deixam de ser percebidas como uma espécie de brincadeira linguística.” A autora ainda cita os seguintes exemplos: *motel* (motor + hotel), *Bill Pinton* (Bill Clinton + pinto), *Martaxa* (Marta + taxa), *Peiticeira* (peito + Feiticeira), *Lucianta* (Luciana + anta), *Febemdiru* (FEBEM + Carandiru) (CARDOSO, 2010, p. 215).

O nosso corpus se caracteriza por *brincadeiras linguísticas*, trocadilhos com o objetivo de fazer rir e, por vezes, de expressar “pejoratividade” (CARDOSO, 2013, p. 251). Todavia, mais do que mera curiosidade acadêmica, postulamos que tais usos linguísticos são *típicos do discurso humorístico de modo geral*, como os próprios exemplos citados pela autora evidenciam.

4. O cruzamento lexical na trova humorística: um toque de criatividade

Sendo a trova humorística uma anedota em versos, a maioria das trovas humorísticas não é lexicalmente criativa, assim como a maioria das piadas também não é. A criatividade não é um critério excludente para avaliar o desempenho linguístico de um texto. Nem todo poeta é necessariamente um grande criador, nem todo criador de palavras é um poeta.

No caso específico da trova humorística, alguns dos certames do gênero trouxeram à luz textos lexicalmente criativos e vamos analisar brevemente alguns desses.

Como processo de formação neológica, é o cruzamento lexical que de modo mais intenso se relaciona ao humor e provoca os efeitos almejados pelo enunciador. No cruzamento lexical há um truncamento de sílabas de uma das bases ou de ambas. Dessa forma, a combinação inusitada entre duas bases recurso muito frequente no discurso humorístico, quase sempre provoca o riso imediato.

Há uma relação entre o cruzamento lexical e o trocadilho. O trocadilho é uma figura de pensamento que se caracteriza, segundo Tavares, por ser um “arranjo hábil de palavras semelhantes no som e cuja sequência propicia a equívocos de sentidos dúbios, principalmente visando fazer humor ou graça” (TAVARES, 1978, p. 366). De maneira geral, o trocadilho explora o cacófono, como nas expressões “vez passada”, “vou-me já”, etc., na maioria grosseiros e sem expressividade. Em alguns momentos, porém, o trocadilho se constrói com criações lexicais, especialmente com amálgamas, cuja sonoridade é contrastada com algum vocábulo semelhante.

Para este trabalho, recolhemos cinco trovas humorísticas de diferentes autores e anos de publicação. Uma está disponível em *e-book* (ASSIS, 2013), uma em livro impresso (FABIANO, 2008). As demais, embora não estejam em formato impresso, estão disponíveis no *site* www.falandodetrova.com.br, nas respectivas páginas dos concursos e anos em que foram premiadas (RESENDE, 1987; BANDEIRANTES, 1998; SÃO PAULO, 2010).

Dentre diversas trovas humorísticas que usam o cruzamento lexical, analisaremos estas a seguir, conforme podem ser visualizadas no seguinte quadro:

Quadro 1. Cruzamentos lexicais

Neologismo	Bases
flautulência	flauta + flatulência
estelionaotário	estelionatário + otário
trombeijam	tromba + beijam
moitel	motel + moita
caronária	carona + coronária

De Héron Patrício, a seguinte trova explora o amálgama de modo que, sozinho, leva o leitor/ouvinte ao riso:

“Apitando” mais que flauta,
- e com sonora potência -,
O Zé nem olha na pauta,
vai de cor... na “**flautulência**”! (PATRÍCIO, 2010, s.p.)⁴

Explorando a semelhança entre as unidades lexicais [flauta] e [flatulência], o enunciador cria o neologismo *flautulência* (flaut[a] + [flat]ulência). Os sons provocados pela flatulência do personagem são

⁴ Disponível em <http://www.falandodetrova.com.br/ubtsp2010T>. Acesso: 04 abr. 2015

jocosamente comparados ao som de um apito ou ao som de uma flauta. Diferente de um músico que precisa de uma partitura, o personagem “nem olha na pauta”, isto é, toca sua flauta inconveniente “de cor” e “com sonora potência”, barulhento, alto, constrangedor.

De José Ouverney, outra que também explora de maneira hábil o cruzamento lexical, criando um amálgama bastante expressivo:

O crime foi tão manjado;
o réu era tão primário
que, na ficha do coitado,
constou: "**ESTELIONAOTÁRIO**"! (OUVERNEY, José. In: FABIANO, 2008, p. 24).

A criação *estelionaotário* (esteliona[tário] + otário) está relacionada a *manjado*, *primário* e *coitado*. O personagem é retratado como um criminoso incompetente, não simplesmente um “réu primário”, mas um “réu tão primário”. O sintagma *réu primário* é quebrado pela inserção do advérbio de intensidade *tão*, que altera o sentido original do sintagma. O vocábulo *primário* sofre uma mudança de sentido e deixa de significar um réu sem passagem pela polícia e passa a significar *toló*. O crime foi tão *manjado*, ou seja, foi um crime comum, previsível, fácil de ser descoberto, sem requinte e sem planejamento. Em vez de ser um criminoso, é chamado de *coitado*. Essa gradação de insucessos atinge seu clímax com o cruzamento *estelionaotário*, isto é, o criminoso é um estelionatário otário, idiota, incompetente.

De A. A. de Assis, o seguinte exemplo:

No amor, algo que me encanta
é o seu jeitinho jeitoso.
- Veja o elefante e a elefanta
como trombeijam gostoso... (ASSIS, 2013, p. 3).

O humor desse enunciado, mais próximo do chiste, se dá pelo amálgama entre [*tromba*] e a flexão de [*beijar*]. Por se tratar de um casal de elefantes, naturalmente na voz do poeta eles não se “beijam”, mas “trombeijam”, isto é, se beijam com a tromba. O neologismo *trombeijam* está ligado a *encanta*, isto é, o beijo com a tromba encanta o observador, que vê um o ato como uma manifestação de amor no animal. Não se trata de uma anedota, em sentido lato, mas de uma experiência lúdica com a linguagem, sem maiores pretensões estilísticas, ainda que lexicalmente criativo.

De Therezinha Dieguez Brisolla, o seguinte exemplo chama bastante a atenção:

Pôs anúncios nas estradas:
“Por um módico aluguel,
moitas limpas, bem cuidadas”...
E inaugurou... seu “**moitel**”! (BRISOLLA, 1997, s.p.)⁵.

A palavra motel já é a um amálgama, formado de [motor] + [hotel], o local para encontros amorosos, muitas vezes furtivos. Em áreas menos urbanas, as moitas servem, pelo menos no imaginário popular, para a mesma finalidade clandestina dos motéis, daí a fusão inusitada dos dois vocábulos: [moita] + [motel]. A expressão do humor se faz pelo sema de sexualidade, pela ideia da exploração econômica de um arbusto

⁵ Disponível em: <http://www.falandometrova.com.br/bandeirantes1997> Acesso 04 abr. 2015

para encontros amorosos (um caso de empreendedorismo...) e pela fusão inusitada, mas decorrente da ideia, dos dois vocábulos.

De Arlindo Tadeu Hagen, o exemplo a seguir parte do mesmo princípio do humor com as palavras:

Ao dar carona a um brotinho
de formas extraordinárias,
fez tanto esforço o velhinho
que estourou as "**caronárias**"! (HAGEN, 1987, s.p.)⁶.

O tema do homem idoso (rico, é claro) apaixonado por uma mulher jovem é um velho clichê humorístico, o que já se evidencia pelo uso do arcaísmo “brotinho”, gíria da década de 1960. Como, porém, o poeta consegue extrapolar o clichê, o senso comum, a piada pronta do coração de um homem idoso não resistindo ao furor sexual de uma mulher jovem?

A sexualidade é insinuada pelos segmentos “formas extraordinárias” e “fez tanto esforço”. Evidentemente uma carona não depreende esforço físico, seja para um homem jovem seja para um homem idoso. Um homem jovem não faria esforço, então é necessário que seja o idoso, para que o texto configure tematicamente o clichê. O esforço, naturalmente, é o ato sexual dentro do carro, o que sugere da parte de ambos “segundas intenções” tanto ao dar como ao aceitar a carona.

Mas as artérias coronárias do nosso pobre ancião não aguentam o esforço e ele as estoura. Mas não são simples coronárias, mas [caronárias], isto é, as coronárias de um velho que deu carona para uma moça com intenções lúbricas... O amálgama [caronárias], isto é, [carona] + [coronárias] constitui a saída do autor para ir além do lugar-comum, do que é tematicamente previsível pelo discurso humorístico.

5. Considerações finais

Como destacou Possenti, o humor veicula “discursos socialmente controversos” (POSSENTI, 1998, p. 25). A trova humorística, que tem a mesma intenção da piada, fazer rir, também veicula discursos socialmente controversos. Há uma preferência por textos de temática sexual, que faz sátira a relações familiares, a instituições ou ao que é considerado defeito físico.

A trova humorística, limitada pela sua estrutura fixa de redondilhas maiores com rimas intercaladas, na maioria das vezes se limita a retextualizar piadas e a reproduzir os clichês de velhas anedotas.

Em alguns casos, entretanto, alguns autores conseguem ser criativos e compor textos expressivos. Alguns poetas criam palavras para obter efeitos de humor e são estilisticamente bem sucedidos. Entre tais recursos, a criação por amálgamas é uma possibilidade bastante expressiva. Nos exemplos que analisamos, a criação está intimamente ligada ao efeito de humor, pois é o inusitado das criações que provoca o riso.

⁶ Disponível em: <http://falandodetrova.com.br/resende1987T> Acesso em 04 abr. 2015.

Dois exemplos (moitel e caronárias) exploram a sexualidade, um explora aspectos fisiológicos do corpo humano considerado grosseria (flautulência), um explora a tolice, a ingenuidade de um homem (estelionaotário) e o outro, um jogo de palavras essencialmente linguístico (trombeijam).

Todavia, embora criação lexical sozinha possa provocar o riso, torna-se estilisticamente expressiva se estiver dentro de um contexto de produção, em que sua enunciação estiver interligada a outro vocábulo com o qual se relaciona semântica ou sonoramente.

O exame dos textos constituintes de nosso *corpus* comprovou nossa hipótese de que a criatividade lexical não é um elemento obrigatório no humor, mas de certa forma o humor e a criatividade lexical se interligam. A escolha, concretizada nas formas neológicas, alcançou o efeito de sentido que os enunciadores pretendiam: levar o enunciatório ao riso.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**: criação lexical. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2007 [1990].
- BASÍLIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- CARDOSO, Elis de Almeida. **Drummond**: um criador de palavras. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2013.
- _____. Cruzamentos lexicais no discurso literário. **Estudos linguísticos**. São Paulo, 39 (1): p. 214-222, mai-ago. 2010.
- CARRASCOZA, João Anzanello. **Redação Publicitária**: estudos sobre a retórica do consumo. São Paulo: Futura, 2003
- MAIA, Edmar Japiassú. **Prismas**. Rio de Janeiro: Editora do Poeta, 2007.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**: análises linguísticas de piadas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- TAVARES, Hênio. **Teoria literária**. 6ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- WANKE, Eno Teodoro. **O trovismo**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1978.
- _____. **A trova**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

Fontes

- ASSIS, Antonio Augusto de. **A trova na imagem**, n. 2. E-book. Maringá: Edição do Autor, 2013. Disponível em <<https://docs.google.com/file/d/0Bx32NYHD5wGmeklzbzNDeIVjOWM/edit>> Acesso em: 04 abr 2015.
- FABIANO, José (Org). **Trovas brincantes II**. Belo Horizonte: Itapuá, 2008.
- FALANDO DE TROVA. Disponível em: <http://www.falandodetrova.com.br>.

Estética amazônica na obra de João de Jesus Paes Loureiro: uma leitura do estilo poético de *Deslendário*

Raphael Bessa FERREIRA¹

Resumo: O presente trabalho propõe-se a refletir acerca de um estilo poético amazônica presente no contexto enunciativo da obra *Deslendário*, do escritor paraense João de Jesus Paes Loureiro (2000). Desse modo, concebendo o estilo poético como uma escolha expressiva das potencialidades da língua, e definindo o ato de enunciar como uma ação individual dos funcionamentos desta, nada mais útil do que analisar as marcas linguísticas impressas no conteúdo discursivo de um poema do autor e que refletem uma visão de mundo específica. Desta feita, faz-se de suma relevância o suporte teórico de pesquisadores da estilística, tais como Martins (1990) e Brait (2014); bem como o aporte das noções de discurso vistas em Bakhtin (2004; 2013), e de forma e discurso encontradas em Tezza (1988; 2003; 2014), além de outros teóricos que se debruçam sobre a confluência entre a forma e o conteúdo do poético.

Palavras-chave: Paes Loureiro; *Deslendário*; Estilo; Discurso; Poética amazônica.

1. Introdução

Sabe-se que desde os formalistas russos a ciência da literatura passou a enveredar a uma análise centrada no material poético enquanto um todo constituído somente pela organicidade existente entre recursos retóricos e estratégias composicionais que davam a este o caráter de “literário”. Tal visão, entretanto, relegou o aspecto do conteúdo, e não menos discursivo, a departamentos outros da área das Letras, como os estudos linguísticos.

Paradoxalmente, na mesma realidade eslava surge um contraponto a esta visão graças às investigações do Círculo de Bakhtin, que fará, *grosso modo*, uma leitura contrária aos esquematismos formais de estudiosos como Tynianov, Todorov, Propp, Eichenbaum, Chklóvski e Vinogradov (alguns dos integrantes comumente delimitados na heterogeneidade que fora o grupo formalista). Se para estes a “literaridade”, ou *literaturnost*, é constituída por uma soma de procedimentos estruturais instaurados à obra de arte, solapando-a portanto de seus funcionamentos discursivos, para Bakhtin preexiste ao signo uma teia de relação de consciências inseparáveis, e que lhe imputam aspectos semântico-discursivos nocionais a um estilo da língua (BAKHTIN, 2013).

Não é estranho, a partir de então, notar-se em ambas as correntes teóricas a escolha em se trabalhar com um gênero literário representativo aos postulados científicos de cada uma. Se os formalistas elegem o poético como estandarte de comprovação de suas pesquisas, Bakhtin, por sua vez assume a prosa como gênero no qual se faz possível a relação entre a linguagem e o dialogismo, ou entre o sentido ideológico ou vivencial da palavra (BAKHTIN, 2004).

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Elis de Almeida Cardoso Caretta. E-mail: ru-98@hotmail.com

Desta feita, é com base em ambas as ideias teóricas, e em busca de se desvelar uma noção estilístico-discursiva por meio da análise do gênero poético – mas que possui fundamentos do prosaico –, que se pretende analisar um poema do autor paraense João de Jesus Paes Loureiro, mais precisamente a composição intitulada “Deslenda Rural XI”, presente no livro *Deslendario*, de modo a averiguar-se como torna-se possível o entrelaçamento dos meandros linguísticos e poéticos enquanto experimentação artística evocadora de um contexto amazônico. Confluência somente possível se intermediada por noções epistemológicas que versem sobre o material poético (e seus procedimentos operacionais) e sobre o material linguístico (enquanto propriedade do conteúdo) que se jungem no texto literário.

Dessa forma, no intuito de se traçar o rastro constitutivo, portanto particular, expresso na poética de Paes Loureiro, faz-se de suma relevância para tal empreitada o auxílio do aporte teórico dos estudos de estilo, a ciência da expressividade, a Estilística, mais precisamente na abordagem de Nilce Sant’Anna Martins (1990); e de uma estilística discursiva, conforme abordagem de Beth Brait (2014); bem como a conexão epistemológica com outras vertentes interpretativas do material linguístico constituinte do texto literário, tal como nas reflexões de Delas e Filliolet (1975), Roman Jakobson (1963), Samuel Levin (1975), Youri Tynianov (1982), Norma Goldstein (2008) e Glauco Mattoso (2010), à guisa de se considerar o aspecto globalizante macro-estrutural marcado na superfície textual poética enquanto uma rede significativa na qual entremeiam-se aspectos diacrônicos e sincrônicos da matéria poética; bem como as noções de discurso e estilo, enquanto consciências verbais postuladas em Bakhtin (2004; 2013); e nos estudos que põem em confluência o prosaico e o poético, vistos em Tezza (1988; 2003; 2014).

2. Pelos versos amazônicos de Paes Loureiro

Na literatura brasileira, mais precisamente na de expressão amazônica, o poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro marca um fenômeno singular graças à sua obra poética, visto que a poesia é, para este autor, uma real “encantaria da linguagem” (PAES LOUREIRO, 2008, p.07). Tal “encantaria” do material linguístico torna-se possível graças ao processo de lapidação textual que constitui a *poiesis* do autor, em que há a confluência conflitante, e ao mesmo tempo apaziguadora, entre o material poético (enquanto sistema de procedimentos operacionais do texto, conforme o método formalista) – que reflete a estruturação da língua no texto estético –, e o material linguístico (constitutivo de propriedades do conteúdo, conforme Bakhtin) – que dialoga com os problemas provenientes da realidade amazônica.

A isso alia-se uma consciência impulsionadora do sentimento estético e religioso, daí o termo “encantaria”, que transcende a linguagem banal e cotidiana da comunicação rumo a uma dimensão simbólica do homem amazônico, em diálogo, é claro, com sua realidade, e com seus mitos e lendas. Farta matéria ensejada à cultura daquela região.

Não por acaso, Paes Loureiro expressa essa dimensão mágico-real do contexto amazônida num ciclo poético intitulado “Cantares Amazônicos”. Composto por três obras, os “Cantares” reúnem os livros *Porantim* (1979), *Deslendario* (1981) e *Altar em Chamas* (1982), experiências poéticas que deflagram um caráter combativo e de responsabilidade denunciadora dos abandonos sociais flagelados ao povo amazônico, aos ribeirinhos, aos caboclos, etc; sem, no entanto, deixar de atentar à instauração de uma significatividade de vestes antirretóricas ao trabalho literário, no qual linguagem e mito conferem à poesia o status de mito-poema.

3. Forma e conteúdo na “Deslenda Rural XI”

Deslenda Rural XI
 Tambatajás
 vulvas
 abertas, gozo,
 leite sangrado
 sêmen recolhido
 entre larvas de suor
 e ervas de medo.

O seringueiro sangra-se
 Sanguelátex.
 Sanguessugas
 espreitam o aviamento.

Húmus e himens.
 Deflorações pela várzea.

O empresário.
 o boto
 o capital
 a lenda...

Nafragadas ubás
 fetos, naus tão frágeis
 no placentário ventre das marés. (PAES LOUREIRO, 2000, p.183)

Em “Deslenda Rural XI” presencia-se o uso de palavras de origem amazônica ao longo do poema, o que, portanto, promove à escrituração estética uma interação semântica própria ao todo expresso no conteúdo e na forma textual. Vocábulos como “Tambatajás”, “seringueiro”, “aviamento”, “boto” e “ubá” possuem carga expressiva que se coaduna num unísono em relação à realidade dos seres vivos na região norte do Brasil.

Refletem-se tradições culturais e contextualizações sócio-históricas no modo operacionalizado pelo poeta do uso do repertório lexical de sua comunidade linguística. Segundo Louis Guilbert, em *La Créativité Lexicale*, o léxico tem necessariamente um aspecto social, visto que “ele exprime a vida, as estruturas sociais desta comunidade na língua e torna-se, portanto, ele mesmo, uma estrutura desta comunidade, assunto,

como ela, de uma norma comum, vez que é um elemento de sua vida e de sua sobrevivência”. (GUILBERT, 1975, p.45, tradução nossa)².

É por meio destas operações de contextualização que o texto, enquanto enunciado aberto, transpassa aspectos interiores rumo ao encontro com outros enunciados “na cadeia infinita da comunicação” (BRAIT, 2014, p.271). O poético ganha marcas do prosaico ao mesclar-se aos discursos e vozes outras de um determinado contexto sócio-histórico.

O Tambatájá, nome de planta aráceia típica da floresta amazônica, remete à lenda de mesmo nome, na qual o amor proibido entre um casal de índios de tribos rivais se transubstancia no vegetal que guarda em seu formato o símbolo dos órgãos genitais do sexo masculino e feminino. Aí, vislumbra-se já o aspecto mítico ao qual o poema remete.

As lexias agregadas ao campo semântico de erotismo ou sexualidade aglomeram-se em uma série de enumerações de formas nominalizadas: “vulvas”, “gozo”, “sêmen”, “suor”, “himens”, “deflorações”; no limite textual do poema, o tom erótico dá vazão a vocábulos jungidos sob a égide de semas de aspecto fecundativo: “fetos”, “placentário”, “ventre”.

Ora, como uma teia partilhada de cunho vegetacional, sexual e, posteriormente, de significatividade conceptiva, o poema contém em sua planta-baixa formas significantes expressivas ao mundo laboral do seringueiro (figura social característica da realidade amazônica): “leite sangrado”, “larvas de suor”, “ervas de medo”, “o seringueiro sangra-se”, “sanguelátex”, “aviamento”, “várzea”, “empresário”, “o capital”, “ubás”, “naus”.

No cenário mágico da narrativa, entremeada por imagens recortadas qual um grande todo fragmentário – em que os elementos do real justapõem-se –, os personagens do seringueiro e do empresário unem-se em chave hermenêutica para a compreensão do poema, visto que pela retomada do título do texto literário, “Deslenda Rural XI”, temos a mesma base lexical do nome da obra do autor, *Deslendário*, na qual a realidade originária da cultura, da flora e da fauna da Amazônia jazem “defloradas” pelo “capital”.

Se o elemento mórfico prefixal *-des* promove derivação ao vocábulo “lenda”, atribuindo à palavra originária o sentido de perda, ou separação, do valor de base (ALVES, 1989), o aspecto sagrado e mítico da lenda é destronado, perdendo sentido no mundo contemporâneo, de valorização da cientificidade.

No que se segue, é certamente importante lançar-se o olhar retrospectivo aos recortes dos versos e, conseqüentemente, das estrofes, num mosaico fragmentado, contudo coeso. Os deslocamentos espaciais jungem a si uma configuração formal apropriada aos acoplamentos fônicos e morfo-semânticos postulados na estratificação aparentemente cindida, ou mesmo desconexa, da arquitetura poemática.

Conforme postula Samuel Levin:

² No original: “il exprime la vie, les structures sociales de cette communauté dans la langue et devient ainsi, lui-même, une structure de cette communauté, soumise, comme elle, à une norme commune puisqu’il est un élément de sa vie et de sa survie” (GUILBERT, 1975, p.45).

Quando essas equivalências existem entre as unidades verbais ou palavras individuais, e quando tais unidades equivalentes são colocadas em posições equivalentes dos sintagmas, temos acoplamento poético, e é esse tipo de acoplamento que serve para fundir forma e significado num poema. (LEVIN, 1975, p.67).

Sem dúvida alguma, não há como negar a estruturação paralela de equivalência semântica na primeira estrofe (elementos de significatividade erótica), na segunda estrofe (semas de cunho botânicos) e na última estrofe (palavras de sentidos mítico-lendários). O discurso problematizador da denúncia da espoliação agrária e do trabalho semi-escravo do personagem do seringueiro configura-se ao aspecto mítico da realidade amazônica. Em consequência, a estratégia do jogo ambivalente e metaforizado das lexias de campo semântico de referência à flora e à fauna são nada menos que transposições virtuais dos significados dicionarizados destas palavras.

Esse tom poético que ganha a palavra comum, tornando possível uma pluralidade significativa, possui, segundo o ensaio “Os traços flutuantes da significação no verso”, de Youri Tynianov (1982), trajetória relativizante, portanto flutuante, de traços semânticos, visto que há uma re-semantização do significado da palavra na poesia. Diferentemente de seu uso na comunicação cotidiana, que tem caráter objetivamente representativo, na poesia a palavra é “tirada da neutralidade semântica balizada em seu uso cotidiano e comum” (ULLMANN, 1964), o que a faz ganhar motivação semântica.

A partir disso, versos tensionam-se em elevada agudeza poética: o látex, “sêmen recolhido”, é de cor de “leite sangrado”, sendo apanhado graças ao movimento descendente-ascendente do corte verticalizado empreendido pela lâmina do seringueiro, num formato de sulco semelhante às “vulvas”, agora “abertas”. A natureza transcende o seu caráter imanente e cotidiano para adquirir ares eróticos, refinando à poesia certa tônica fescenina.

Em contrapartida, é entre “larvas de suor” e “ervas de medo” que a figura do seringueiro “sangra-se”, manifestando o conceito poetizado da simbiose de elementos opostos alinhavados num único vocábulo justaposto, “sanguelátex”, emblema da vida corroída mediante a especulação financeira do trabalho. Na relação entre “o empresário”, “sanguessuga”, e o seringueiro, travestido no lendário “boto”, o valor monetário é validação à condição de semi-escravidão, “o aviamento”, que priva o crescimento da natureza, “deflorações pela várzea”.

No terceiro e último movimento do poema extrema-se a falência da resistência do *locus sacer* do amazônica, a floresta: “nafragadas ubás”, árvores tombadas que são seres, “fetos”, boiando como “naus” nos rios da região, o “placentário ventre das marés”.

Se as palavras “apenas tem ‘valor’ numa rede semântica” (DELAS; FILLIOLET, 1975, p.143), almeja-se na análise dos textos poéticos atingir a totalidade expressiva do material linguístico. Como numa grande rede de significatividade, a poesia não adquire valor senão num “funcionamento globalizante. E, uma vez que o poético é muito especialmente caracterizado por esse funcionamento, seria inútil procurar noutra parte a solução dos problemas propostos pelo sentido.” (DELAS; FILLIOLET, 1975, p.143).

Se vislumbrado atentamente, além deste extrato morfo-semântico, o poema divide-se em três movimentos-momentos rítmicos-métricos-sonoros, todos cambiáveis pelas suas estrofes fragmentadas. Os três momentos foram agrupados à toque de marcação variada de velocidade, no que seria uma característica da métrica e do ritmo da lírica contemporânea, que “tornou-se mais liberta de padrões e mais imprevisível”, promovendo à escrituração um poema “mais solto, mais livre, menos simétrico” (GOLDSTEIN, 2008, p.18)

À primeira estrofe pode ser correspondido um andamento grave, (solene), devido à baixa notação do intervalo dos elementos compassados nos dois primeiros versos:

Tambatajás
vulvas

A partir do terceiro verso há uma leve aceleração no compasso da leitura verbo-visual do poema, com regularidade métrica no terceiro e quarto verso dessa estrofe, sendo tetrassílabos:

abertas, gozo,
leite sangrado

A possibilidade métrica dos versos segue-se como um dijâmbico no terceiro verso: (A){ber}(tas){go}zo; e um coriâmbico no quarto verso: {lei}(te)(san){gra}do, indicando um andamento lento ao poema.

Já no quinto e o sétimo verso há o acompanhamento de um padrão de pentassílabos, ou redondilha menor, com pés femininos e pés masculinos nas respectivas cesuras tônicas da primeira e quinta sílaba do quinto verso (NR 1,5), {sê}(men)(re)(co){lhi}do, – culminando num troqueu-anapéstico –; e na segunda e quinta sílaba do sétimo verso (NR 2,5), (e){er}(vas)(de){me}do – culminando num jâmbico-anapéstico –.

sêmen recolhido
entre larvas de suor
e ervas de medo.

Note-se que no verso intermediário, sexto verso, tem-se uma redondilha maior de pé anapéstico-peônico (NR 3,7), (em)(ter){lar}(vas)(de)(su){or}, ensejando ritmo de canção popular a este verso.

Por seu turno, no segundo movimento-momento do poema, ou segunda estrofe, há uma alternância de padrão rítmico e de versificação, ora com redondilha maior num esquema interpolado (primeiro, quarto e sexto versos), ora com trissílabos emparelhados (segundo e terceiro versos), e mesmo a presença mediadora de um tetrassílabo (quinto verso):

O seringueiro sangra-se
Sanguelátex.
Sanguessugas
espreitam o aviamento.
Húmus e himens.
Deflores pela várzea.

A segmentação das redondilhas segue um cálculo padronizado de um peônico-anapéstico (NR 4,7), (o)(ser)(rin){guei}(ro)(san){gra}se; (es){prei}(tam)(o)(a)(via){men}to (sendo neste a cesura de um dijambo); (de)(flo)(ra){ções}(pe)(la){vár}zea.

Quanto ao tetrassílabo isolado, constata-se o mesmo padrão já visto no quarto verso da primeira estrofe: {lei}(te)(san){gra}do = {hú}(mus)(e){hi}mens; sendo também um coriâmbico.

Os dois trissílabos se assemelham qual uma redondilha quebrada (MATTOSO, 2010, p.62): (San)(gue){lá}tex, (San)(gue){ssu}gas. Não há dúvida de que nesse segundo momento-movimento do poema o ritmo torna-se célere, cujo ritmo se acentuará nas pulsações finais da terceira e última estrofe:

O empresário.
 o boto
 o capital
 a lenda...
 Naufragadas ubás
 fetos, naus tão frágeis
 no placentário ventre das marés.

Ritmo frenético e alternado, cujas pulsações oscilam drasticamente entre os tetrassílabos (primeiro e terceiro versos), os dissílabos (segundo e quarto versos), o hexassílabo (quinto verso) e o pentassílabo (sexto verso), respectivamente, culminando no ápice do poema, o decassílabo do sétimo e último verso. Clara é a combinação simultânea de ritmos distintos nesse momento derradeiro de “Deslenda Rural XI”.

Nos quatro primeiros versos ocorre a alternância entre versos tetrassílabos e versos dissílabos, encadeando um crescente que inicia-se nos peônicos alternados dos tetrassílabos, (O)(em)(pre){sá}rio, (o)(ca)(pi){tal}; e que acelera-se nos dissílabos também alternados, (o){bo}to, (a){len}da.

Já no quinto e sexto verso desta estrofe limite do poema encontra-se diferenciação na métrica, hexassílabo e pentassílabo respectivamente, mas que interligam-se ritmicamente graças à rima interna presente nos dois versos “nau”: “naufragadas ubás” e “fetos, naus tão frágeis”. Frisa-se ainda a ocorrência da tônica cesurada na terceira sílaba de cada verso: (nau)(fra){ga}(das)(u){bás} (NR 3,6), (fe)(tos){naus}(tão){frá}géis (NR 3,5). Tal pulsação rítmica somente findará no verso final:

no placentário ventre das marés.

O decassílabo segue o padrão do heroico impuro, uma vez que apresenta cesuras na quarta, sexta e décima sílabas do verso: (no)(pla)(cen){tá}(rio){ven}(tre)(das)(ma){rés}, admitindo-se o peão quarto, um jambo e novamente um peão quarto, intercalando-se um ritmo primário e secundário que é recorrência assimilativa dos tetrassílabos (peônicos) e dos dissílabos (jâmbicos) presentes nos quatro primeiros versos desta estrofe:

O empresário. (NR 4)
 o **boto** (NR 2)
 o **capital** (NR 4)

a **lenda...** (NR 2)

[...]

no **placentário ventre** das **marés**. (NR 4, 2, 4; grifos nossos)

É perceptível o tom fragmentário, quase epigramático, da disposição dos versos no poema. A síntese beira um discurso que se quer, em princípio, mostrar uma síntese. Ao que parece, trata-se de uma alegoria, no eixo das propriedades do conteúdo, à movimentação finita e trágica do ciclo do homem e da natureza. O próprio crescente rítmico do poema concilia o tom trágico do enredo junto à forma fragmentária da estrutura da obra, representando em forma, som e conteúdo o paradoxo caracterizador do trágico.

O fluxo da desagregação espacial dos versos, no plano da forma, incide ao conjunto poemático o aspecto corrente do movimento inexato e irregular da árvore tombada e conduzida pelas águas do rio (terceiro movimento-momento); o aspecto regular e exato do primeiro movimento, com versos simetricamente deslocados ora à esquerda ora à direita, promovendo espacialização gráfica semelhante ao talhe realizado pelo seringueiro na extração do látex – um movimento vulgar –; e o *intermezzo* do poema, movimento central visto na estrofe intermediária de padrão irregular, apresentando seus dois primeiros versos deslocados à esquerda, os dois mediais posicionados à direita, e os últimos simetricamente deslocados (esquerda-direita).

Destaca-se ainda ao longo de todo o poema a constância sonora das sibilantes [s], [z] e [ʃ]: “Tambatajás”, “vulvas”, “abertas”, “gozo”, “sangrado”, “sêmen”, “larvas”, “suor”, “ervas”, “seringueiro”, “sangra-se”, “Sanguelátex”, “Sanguessugas”, “espreitam”, “Húmus”, “himens”, “Deflorações”, “várzea”, “empresário”, “Naufragadas”, “ubás”, “fetos”, “naus”, “frágeis”, “placentário”, “marés” (grifos nossos). Esse efeito aliterante e recorrente é similar, fonicamente, a um silvo, qual o emitido pelas serpentes. Serpente que também é representada, graficamente, no movimento sinuoso do formato dos versos no poema. Como postula Delas e Filliolet: “No domínio do poético, a arte, no sentido mais humilde e mais prestigioso, consiste em integrar o componente sonoro e o componente semântico numa rede gráfica significativa” (DELAS; FILLIOLET, 1975, p.214, itálico dos autores).

Há, inclusive, a presença de eco sibilante, a terminação idêntica de duas ou mais palavras, entoadado já na primeira estrofe do poema, comprovando o acoplamento de nível fonológico no procedimento poetizante de Paes Loureiro, podendo ser considerada uma rima interna:

Tambatajás
 vulvas
 abertas, gozo,
 [...]
 entre larvas de suor
 e ervas de medo. (grifos nossos)

Se, de fato, a poesia “é um domínio em que o vínculo entre som e sentido, de latente, se faz patente, e se manifesta da maneira mais palpável e intensa” (JAKOBSON, 1963, p.241), nada mais óbvio do que se

alçar a junção de som, sentido e forma enquanto aparatos mínimos que complementam-se numa grande rede textual. O elemento conjuntado de toda a estrutura poética de “Deslenda Rural XI” se agrupa ao redor da figura gráfica e do tom sonoro da serpente, do formato vulvar do Tambatajá e do corte na seringueira, bem como no movimento ondulante do rio que conduz a flora devastada.

Tal estruturação do material poético coaduna-se à ideia de que o poeta busca o isolamento da palavra devido a centralização com a qual são impostas formas e recursos técnicos que lhe orientam a um movimento centrípeto (TEZZA, 2003). Contudo, se à primeira vista uma leitura autossuficiente do discurso poético torna-se evidente, corroborando então a noção de que a linguagem do poeta tende ao monolinguísmo da poesia, constata-se, não menos, um embate de vozes discursivas, o que caracteriza o discurso plurilíngue inerente à prosa, visto haver no poema o lugar que o outro ocupa na linguagem do escritor, na relação eu/outro naquilo que, segundo definição de Bakhtin, é marca do prosaico e “não o elemento composicional externo, mas o *modo específico de apropriação da linguagem e o espaço que o dialogismo ocupa nele*” (TEZZA, 2014, p.202-203, *itálico do autor*).

Todos esses tópicos auxiliam na composição temática, aqui no sentido unificador do ponto de vista conteudístico à arquitetura da estrutura poética, na manifestação do conjunto da obra, refletindo as inquietações do poeta (não o eu-lírico) diante da existência e da realidade que o cerca. O estilo poético de Paes Loureiro afluí da visão de mundo amazônica do autor. Segundo Nilce Sant’Anna Martins, “O estilo do escritor – a sua maneira individual de expressar-se – reflete o seu mundo interior, a sua vivência.” (MARTINS, 1990, p.7).

Constata-se, a partir disto, que no poema ora analisado, há em seu enunciado representações de enunciados outros que reverberam em seu discurso, sendo, portanto, uma resposta a enunciados anteriores, seja refutando-os, confirmando-os ou complementando-os (TEZZA, 1988). Nesse caso, à palavra do poeta aliam-se vozes tão distintas quanto as do âmbito histórico, social, mítico e mesmo linguístico do universo amazônico, constituindo uma teia relacional, e não menos dialógica, entre interlocutores em uma interatividade de sentidos enunciativos.

4. Considerações Finais

Sempre partindo da particularidade de cada obra até atingir-se o valor universal, recorrente, repetitivo e singular presente na experiência escrita (jogo entre palavras e formas da lavoura estética; e consciências discursivas plasmadas no enunciado), contata-se no poema “Deslenda Rural XI”, de Paes Loureiro, uma estética inventiva, na qual os elementos íntimos à realidade da Amazônia incidem sobre a poética do autor possibilidades mimetizadas na arquitetura textual e no jogo semântico-discursivo que explora um universo íntimo do artesão da poesia.

O estilo do autor, portanto, se pauta não somente pela incorporação de lexias de origem e uso recorrentes à região amazônica, mas pela tendência unificadora de recursos da linguagem que exploram os limites do formato da lírica. Não por acaso, a desagregação espacial dos versos do poema constitui a desagregação da própria língua nas relações conflituosas entre a cultura do caboclo e do ribeirinho ante as imposições culturais do explorador do capital.

A técnica empregada no poema reflete o estilo do autor, que se vale das noções poéticas para enfatizar um projeto questionador da própria linguagem poetizada, o que acaba por constituir uma obra de formato labiríntico – como os rios e a vegetação amazônica –, na expansão da poesia em si. Ultrapassamento que desarticula as palavras (neologismos), a sintaxe (recortes) e a própria matéria sonora (ecos, aliterações e esquemas rítmicos).

O resultado desse virtuosismo estilístico (verdadeiro exercício estético) comporta a descrição do cenário amazônico (vide os *flashes* e recortes em *zoom in* e *zoom out*). Técnicas de montagem gráfico-espacial que tornam-se sincréticas aos elementos prosódicos e melódicos da língua, dando uma dimensão sagrada à palavra, em igual conflito ao que já não mais é lenda, mas deslenda.

Outrossim, vislumbra-se ainda na “Deslenda Rural XI” uma vera tessitura que agrega à “literaturidade”, a *literaturnost* dos formalistas, de sua estrutura composicional – marca nítida do discurso monolíngue do poético – mecanismos discursivos que solidarizam-se uns com os outros, colocando em evidência o plurilinguismo essencial do prosaico. Nesse ir e vir do prosaico ao poético, ou em um *continuum* entre o monolíngue e o plurilíngue do enunciado (TEZZA, 2003), comprova-se o jogo de orientações centrípetas (poesia) e centrífugas (prosa) que o poeta paraense organiza em um discurso misto de centralização e descentralização das vozes, constituindo assim uma obra na qual a valorização e expressividade dos recursos da língua mostram-se representações da complexidade da linguagem, seja prática ou poética.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo** – Criação Lexical. São Paulo: Ática, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. **Questões de estilística no ensino da língua**. Tradução, posfácio e notas de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BRAIT, Beth. A dimensão dialógica de estilo. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete. **Semântica e Estilística: Dimensões atuais do significado e do estilo**. Campinas: Pontes Editores, 2014, p.263 – 279.
- DELAS, Daniel; FILLIOLET, Jacques. **Linguística e Poética**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- GOLDSTEIN, Norma. **Versos, Sons e Ritmos**. São Paulo: Ática, 2008.
- GUILBERT, Louis. **La Créativité Lexicale**. Paris: Larousse, 1975.
- JAKOBSON, Jean. **Essais de Linguistique Générale**. Paris: Minuit, 1963.
- LEVIN, Samuel. **Estruturas Linguísticas em Poesia**. São Paulo: Cultrix, 1975.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**. São Paulo: T.A. Queiróz/EDUSP, 1990.

MATTOSO, Glauco. **Tratado de Versificação**. São Paulo: Annablume, 2010.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **A Arte como Encantaria da Linguagem**. São Paulo: Escrituras, 2008.

_____. Deslendario. **Obras Reunidas**. Vol. I. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 97-208.

TEZZA, Cristóvão. Discurso Poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin. In: FARACO, Carlos Alberto. **Uma introdução a Bakhtin**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.51-71.

_____. **Entre a prosa e a poesia** – Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

_____. Poesia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin** – outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2014. p. 195-217.

TYNIANOV, Youri. Os traços flutuantes da significação no verso. **Poétique** – Dossiê O Discurso na Poesia. N. 28. Coimbra: Almedina, 1982. p.15-27.

ULLMANN, Stephen. **Semântica** – uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

Indícios de estilidade: estilo e autoria em textos de crianças do ensino fundamental

Renata COSTA¹

Resumo: O presente estudo toma como objeto de pesquisa a escrita de crianças do ensino fundamental. É um recorte da pesquisa de doutorado em andamento “Construindo uma escrita ‘estilosa’: o processo de escrita de crianças do ensino fundamental”. Visa a responder a seguinte pergunta de pesquisa: Em textos escritos por crianças do ensino fundamental, quais marcas linguísticas e discursivas podem evidenciar a autoria dessas produções?. Para tanto, foram analisados dois manuscritos, produzidos por duas crianças que, à época da coleta, cursavam o quarto ano do ensino fundamental. Foram mobilizados os conceitos de indícios autoria (POSSENTI, 2002) e de paráfrase e estilização (SANT’ANNA, 2003). A partir da análise dos dados foi possível levantar traços que, por ora, nomearemos indícios de estilidade.

Palavras-chave: ensino; escrita; autoria; paráfrase; estilo.

1. Introdução

Este trabalho parte da premissa de que há textos que de alguma maneira trazem as marcas do seu autor. Essa afirmação é óbvia quando pensamos nos textos de autores renomados, como Guimarães Rosa e James e Joyce, que são mundialmente conhecidos pelo estilo de suas obras. Contudo, escritores consagrados não são os únicos detentores desse talento.

Tendo lidado com textos produzidos por alunos das etapas iniciais do ensino fundamental em trabalhos anteriores (COSTA, 2010; 2014), julgamos que mesmo textos considerados simples e escritos por autores ditos inexperientes, podem trazer características particulares, marcas singulares de seus autores.

Partindo dessa constatação, visamos a responder a seguinte pergunta de pesquisa: Em textos escritos por crianças do ensino fundamental, quais marcas linguísticas e discursivas podem evidenciar a autoria dessas produções?

Para tanto, analisaremos dois manuscritos, produzidos por duas crianças que, à época da coleta, cursavam o quarto ano do ensino fundamental. Os manuscritos fazem parte do *corpus* da tese em andamento “Construindo uma escrita ‘estilosa’: o processo de escrita de crianças do ensino fundamental”.

Os textos que analisaremos no presente artigo foram produzidos em resposta a uma tarefa que consistia em escrever uma versão da fábula “O Leão e o Rato” de Esopo. Nosso escopo é mostrar que mesmo em produções resultantes de uma tarefa que pressupõe uma mera paráfrase do texto base, podem se revelar algumas particularidades: marcas específicas de seus autores.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Riolfi. Bolsista CAPES. E-mail: renata.costa@usp.br

Dada a especificidade da tarefa proposta às crianças, as noções de paráfrase e estilização propostas por Sant’anna (2003, p.32) nos são caras. Para o autor, na passagem da paráfrase para a paródia está “o gesto inaugural da autoria e da individualidade.

Nomearemos os resultados desse “gesto inaugural” de *indícios de estilidade*, neologismo criado a partir do conceito *indícios de autoria*, desenvolvido por Possenti (2002).

Posto isso, na sequência, nossa investida será definir *estilo* e *autoria* a partir de estudos de Bakhtin (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976, 1984) e Possenti (2002, 2009 e 2013).

2. Estilo e autoria numa perspectiva discursiva

Neste item, tentaremos delimitar a noção de estilo que será adotada neste trabalho. Para tanto, tomaremos trabalhos que se filiam à análise do discurso. Essa escolha se justifica pelo fato de buscarmos no momento, uma perspectiva que nos forneça instrumentos para analisar textos escritos por crianças.

2.1 O estilo para Bakhtin

Em Bakhtin, uma teoria a respeito de estilo pode se depreender através de uma leitura analítica dos textos nos quais o autor se debruçou sobre o fazer literário.

Para começar o trabalho da depreensão do que teria sido afirmado por Mikhail Bakhtin a respeito de estilo recorreremos inicialmente ao estudo do artigo *Estilo*, de Brait (2005). O trabalho produzido pela autora nos foi útil, pois apresenta um levantamento dos textos bakhtinianos que lidam de alguma maneira com a noção de estilo e/ou autoria.

Como linha norteadora de seu levantamento, Brait (2005) partiu da premissa de que a concepção de estilo nas obras de Bakhtin é dialógica. Isso quer dizer que, na leitura da autora, a singularidade de uma obra emerge do diálogo com outros textos, anteriores a ela.

Dentre os textos escolhidos pela autora para compor seu levantamento, selecionamos dois, os quais, em nossa avaliação, contribuirão com a construção da noção de estilo aplicada a textos de crianças. São eles: *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 1984) e *O discurso na vida e o discurso na arte* (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976).

No texto *Problemas da poética de Dostoiévski*, no qual Bakhtin discute a obra desse romancista russo, compreende-se a ideia de que *estilo* é uma construção dialógica, ou seja, o estilo de determinado autor é construído a partir de outras leituras e, a singularidade, estaria no arranjo dessas vozes no texto.

Nas palavras de Bakhtin (1984, p.6),

A plurality of independent and unmerged voices and consciousnesses, a genuine polyphony of fully valid voices is in fact the chief characteristic of Dostoiévski’s novel. What unfolds in his works is not a multitude of characters and fates in a single objective world,

illuminated by a single authorial consciousness; rather a plurality of consciousness, with equal rights and each with its own world, combine but are not merged in the unity of the event.

Para Bakhtin, portanto, não é apenas a multiplicidade de vozes que torna a produção de Dostoiévski singular, mas o modo como o autor organiza essas vozes em seus textos: elas são combinadas, mas não se misturam.

Compreendemos, a partir dessa consideração, que a originalidade de uma obra está vinculada à ação do autor sobre o arranjo das palavras. Ora, se concordamos com o aspecto dialógico da linguagem, sabemos que nossos textos são, na verdade, resultantes de outros textos que lemos, de discursos com os quais tivemos contato de alguma maneira. Contudo, a maneira através da qual essas vozes aparecem em nossas produções é única.

No caso de Dostoiévski, trata-se de ter alcançado tal grau de maestria no gerenciamento dessas vozes, a ponto de transformar a resultante desse procedimento em arte.

Conforme discutimos até o momento, a noção de estilo em Bakhtin, parece-nos estar relacionada à noção de dialogismo. No texto *O discurso na vida e o discurso na arte* (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976), o filósofo russo reafirma essa característica do fazer artístico. Segundo ele, a arte é “imanentemente social”, por essa razão, qualquer teoria que busque compreender uma obra artística “só pode ser uma sociologia da arte”.

Para que sua análise sociológica fosse produtiva, Bakhtin (1976) propôs a rejeição de dois pontos de vista, os quais considerou falaciosos, quais sejam: fetichização da obra artística enquanto artefato e estudo restrito da psique do criador ou do contemplador.

Segundo Bakhtin (1976), esses dois pontos de vista apresentam a mesma falta: “eles tentam descobrir o todo na parte, isto é, eles pegam a estrutura de uma parte, abstratamente divorciada do todo, apresentando-a como a estrutura do todo” (p. 5). Em outras palavras, o estilo está na totalidade da obra e isso implica situá-la em uma época e espaço, para além de realizar uma análise psicológica do autor ou dos leitores.

Em suas palavras, é preciso, em suma, “Compreender esta forma especial de comunicação realizada e fixada no material de uma obra de arte – eis precisamente a tarefa da poética sociológica” (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976, p. 5).

Concordamos com sua afirmação. Assim, buscaremos, neste trabalho, compreender a construção dos textos que serão analisados. Nossa empreitada será tentar evidenciar algumas das vozes presentes nos textos das crianças, recorrendo, para tanto, aos conceitos de paráfrase, estilização e paródia propostos por Sant’anna (2003).

Antes de discorrer a respeito desses conceitos, julgamos pertinente apresentar as concepções de estilo e autoria propostas por Possenti (2002; 2009; 2013). Essa escolha se justifica pelo fato de que esse autor trabalha com as noções mencionadas em textos escolares.

2.2 A autoria e seus indícios

Sírio Possenti dedicou-se a problematizar questões relacionadas a estilo e autoria em muitos dos seus trabalhos. Interessam-nos os estudos nos quais o autor discute essas noções em textos escolares.

No artigo “Enunciação, estilo e autoria”, Possenti (2009) tem por objetivo reinterpretar os conceitos que dão título a seu texto, compatibilizando-os entre si e com a Análise do Discurso. Interessa-nos dessa discussão, sobretudo, as reflexões acerca de estilo e de autoria.

Para o autor, analisar o estilo de uma produção, não consta somente de um exame meramente social, tampouco de um estudo da individualidade do autor, enquanto pessoa. É preciso, segundo Possenti (2009, p. 96), priorizar os indícios:

[...] trata-se de postular não uma espécie de média estatística entre o social e o individual, mas de tentar captar, através de instrumentos teóricos e metodológicos adequados, qual é o modo peculiar de ser social, de enunciar e de enunciar de certa forma, por parte de um certo grupo e, eventualmente, de um certo sujeito. Trata-se, em suma, de priorizar o pequeno, o quase desprezível indício, depois do estrondoso e suspeito sucesso das grandes análises estruturais.

Vemos aqui uma visada mais abrangente do que a bakhtianiana ou, ao menos, uma instrumentação da análise social proposta em Bakhtin: evidenciar quais são as pistas no texto que permitem reconhecer determinadas formas de enunciar.

Essa noção é aprofundada nos artigos “Indícios de autoria” (POSSENTI, 2002) e “Notas sobre a questão da autoria” (POSSENTI, 2013).

Interessado em investigar o que torna um texto escolar singular, Possenti (2002) postulou que noções de autoria, como a desenvolvida por Foucault, não seriam úteis para sua empreitada.

Concordamos com sua avaliação. Lembremos que, para Foucault, a noção de autor estaria relacionada à criação de uma obra e à fundação de uma discursividade (FOUCAULT, 2001 [1970]). Assim, para que se torne um autor não basta que alguém produza um discurso. A condição necessária seria a de que esse discurso fosse recebido em uma determinada cultura e dela recebesse um certo status. Em suas palavras.

Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 2001 [1970], p. 278).

A partir da análise de textos escritos por pessoas que ainda não atingiram a idade de se tornar alunos universitários, Possenti (2002) se propôs a repensar a noção de autoria. Postulou que, para que um texto escolar seja autoral, não basta que satisfaça as exigências de ordem gramatical e textual. Para ele, um texto

autoral seria aquele que apresenta marcas discursivas que apontem a presença da subjetividade do autor, bem como da inserção do texto num quadro histórico (POSSENTI, 2002). O autor nomeou essas marcas de *indícios de autoria*.

A autoria seria, assim, de acordo com Possenti (2002, p. 105) “um efeito simultâneo de um jogo estilístico e de uma posição enunciativa”. Segundo o autor (2002, p. 113), as verdadeiras marcas de autoria estão na ordem do discurso, assim, ele propõe que os indícios de autoria em um texto são: a) dar voz aos outros enunciadores e; b) manter distância em relação ao próprio texto.

Ampliando a noção de *indícios de autoria*, Possenti (2013) explica a necessidade de valorizar os *traços de estilo*. Nas palavras do autor,

Para propor algum tipo de autoria de escreventes que não são autores (que não têm obra), minha opção foi valorizar os traços de estilo, ou seja, da manifestação de algum tipo de singularidade, que, eventualmente, pode subverter ou, pelo menos, tangenciar o domínio de tipo escolar do texto. Este traço, aliás, é frequentemente um dos que se atribuem a autores no sentido tradicional: Flaubert e o estilo indireto livre, Machado e a ironia, Joyce e Guimarães Rosa por sua “língua” particular, mas, especialmente, os numerosos “desvios” que fizeram a fortuna dos autores estudados segundo este viés por diversas estilísticas (POSSENTI, 2013, p.242).

Estando interessados em buscar as marcas linguísticas e discursivas que tornam textos de crianças singulares, a noção de *indícios de autoria* nos é cara. Possenti estabeleceu os tais indícios para analisar textos escolares, sobretudo, de alunos do Ensino Médio. Acreditamos que seja possível encontrá-los, fazendo as devidas ressalvas, em textos de crianças da primeira etapa do ensino fundamental, assim, nos propomos a ampliar a noção de indícios de autoria, estabelecida por Possenti (2002), propondo *indícios de estilidade*.

Neste trabalho, que é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento “Construindo uma escrita ‘estilosa’: o processo de escrita de crianças do ensino fundamental”, buscaremos tais indícios no modo como dois informantes dessa pesquisa se apropriaram de um texto base para produzir um novo texto.

Passaremos então, na sequência, a discutir os recursos utilizados para tomar para si a palavra de outrem.

3. Paráfrase, Estilização, Paródia e Apropriação

Os manuscritos que serão analisados no presente trabalho constam de uma tarefa na qual as crianças, informantes da pesquisa, deveriam escrever uma versão da fábula de Esopo *O Leão e o Rato* adaptada aos dias atuais.

Uma vez que foi-lhes necessário partir de um texto base para produzir um novo, fez-se necessário um estudo sobre as formas de apropriação da palavra de outrem.

Para tanto, tomamos a obra *Paródia, Paráfrase e cia.* de Sant’anna (2003) para basear nossa discussão a respeito das ideias presentes no título de sua obra. Dentre tantas obras que visitam esses conceitos,

escolhemos o texto de Sant’anna (2003) pois sua abordagem se volta ao texto literário. Dado que os manuscritos analisados constam de narrativas ficcionais, acreditamos que o referencial analítico proposto pelo autor pode nos ser útil.

Partindo das concepções de paródia e estilização propostas por Tynianov (1919) e Bakhtin (1928), Sant’anna tem por objetivo

[...] sair dessa dicotomia simples e introduzir dois elementos que complementam melhor o quadro das relações. Nesse sentido, vou desenvolver contrastivamente além daqueles conceitos, também os conceitos de paráfrase e apropriação (SANT’ANNA, 2003, p.9).

Inicialmente, o autor opõe paródia e paráfrase, sendo que a primeira “por estar do lado do novo e do diferente é sempre inauguradora de um novo paradigma” e a segunda “repousando sobre o idêntico e o semelhante [...] Ela se oculta atrás de algo já estabelecido, de um velho paradigma” (SANT’ANNA, 2003, p. 36).

Introduzindo, na sequência, a noção de desvio, que se relaciona aos jogos estabelecidos nas relações intra e extratextuais em relação a um texto original, o autor relativiza os conceitos de paráfrase, paródia e estilização. Assim, a paráfrase é um *desvio mínimo*, a estilização, um *desvio tolerável* e a paródia, um *desvio total* (SANT’ANNA, 2003).

Cabe esclarecer que Sant’anna (2003) significa *desvio tolerável* como

[...] o máximo de inovação que um texto poderia admitir sem que se lhe subverta, perverta ou inverta o sentido. Seria a quantidade de transformações que o texto pode tolerar mantendo-se fiel ao paradigma inicial. (SANT’ANNA, 2003, p. 38-39).

Em suma, seria possível afirmar que a paródia *deforma*, a paráfrase *conforma* e a estilização *reforma* (SANT’ANNA, 2003).

Por fim, Sant’anna (2003) define a paródia levada ao seu grau máximo, a saber, a apropriação. De acordo com o autor, na apropriação não há uma escrita propriamente dita, mas uma bricolagem do texto alheio. Nesse caso, a obra do outro fornece meramente o material para que outra obra seja produzida. É a separação total.

De modo a evidenciar a relação entre os quatro conceitos discutidos, Sant’anna (2003) propõe o seguinte modelo:

Quadro 1. Relações entre os conceitos de paráfrase, estilização, paródia e apropriação (SANT'ANNA, 2003, p. 47)



Nos manuscritos que ora analisaremos, privilegiaremos as ocorrências de paráfrase e estilização. Contudo, ressaltamos que, a nosso ver, mesmo em lugares em que a palavra do outro prevalece, o arranjo desse empréstimo no texto, pode revelar algo de singular, pode evidenciar *indícios de estilidade*.

4. Indícios de estilidade

Conforme vimos até o momento, para compreender o que torna um texto singular, é conveniente evidenciar como se dá o agenciamento das vozes presentes no texto, bem como buscar indícios linguísticos e discursivos que evidenciem algum tipo de singularidade.

No caso específico dos manuscritos analisados neste trabalho, faz-se necessário também compreender os modos de apropriação da palavra alheia, ou seja, verificar qual recurso (paráfrase ou estilização) foi predominante na construção do texto.

Assim, na direção de responder a pergunta de pesquisa deste trabalho, qual seja: “Em textos escritos por crianças do ensino fundamental, quais marcas linguísticas e discursivas podem evidenciar a autoria dessas produções?”, analisaremos dois manuscritos retirados do corpus de pesquisa da tese de doutorado em andamento já mencionada. O corpus da pesquisa está sendo composto por aproximadamente 2000 manuscritos, produzidos por 140 alunos, que, à data inicial da coleta do corpus (dezembro de 2013), cursavam o 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola municipal localizada na Zona Leste de São Paulo.

As produções que serão analisadas são respostas a uma atividade da ambientação de uma fábula de Esopo, a saber: *O Leão e o Rato*². Essa atividade foi proposta para as turmas de 4º ano da unidade escolar onde está sendo realizada a pesquisa.

Para a realização da atividade, o professor regente leu a fábula coletivamente com a turma, examinou os aspectos característicos do gênero e contou aos alunos seu emprego moral na Grécia Antiga. Na

² A proposta de produção que as crianças realizaram está reproduzida em anexo.

sequência, suscitou uma discussão a respeito da função didática dessas narrativas. Finalmente, os alunos receberam a seguinte instrução:

(1) E se essa fábula tivesse sido criada nos dias atuais? O que você mudaria? Quais seriam os personagens? Onde aconteceria a história?

Reescreva a fábula “O leão e o rato”, adaptando-a para os dias atuais.

Não é necessário que as personagens sejam animais. Você só precisa manter a moral da história.

Antes de prosseguir com a análise dos dados, cabe mencionar que estamos conscientes dos limites desta pesquisa. Os textos que analisaremos são resultantes de uma atividade escolar, realizada como demanda para obtenção de um conceito. Logo, pode-se deduzir que não seriam textos criativos, uma vez que a própria atividade não traz uma proposta muito diferente do que geralmente é feito nas escolas de ensino fundamental.

Por outro lado, ainda diante dessas circunstâncias, não se pode afirmar a impossibilidade de uma produção singular. Afirmar tal fato seria assumir um posicionamento determinista, segundo o qual não existiria produção singular sem que condições específicas de produção fossem ofertadas. Compreendemos que a atividade escolar pode limitar uma produção criativa, contudo, não impossibilitá-la.

Posto isso, passemos ao primeiro dado, apresentado na sequência.

1.	Onça e o passarinho
2.	ERA UM DIA BEM ENSOLARADO ENQUANTO A ONÇA
3.	DORMIA TRANQUILAMENTE QUANDO DERREPENTE UM
4.	PEQUENO PASSARINHO QUE CANTAVA MUITO
5.	A ONÇA ACORDOU MUITO BRAVA E DISSE:
6.	— PARA DE CANTAR TEM GENTE TENTANDO
7.	DORMIR.
8.	MAS O PASSARINHO NÃO PAROU A
9.	ONÇA SUBIU NA ARVORE E PEGOU O
10.	PASSARINHO. O PASSARINHO DISSE
11.	— NÃO ME COMA DONA ONÇA POFAVOR
12.	E A ONÇA RESPONDEU:
13.	TABOM VOCÊ PODE CANTA BAIXINHO
14.	MAS SE CANTAR ALTO JA ERA.
15.	E O PASSARINHO DISSE:
16.	— TÁ.
17.	MAS ELE NÃO OBEDECEU A ONÇA
18.	FICOU MUITO MAS MUITO BRAVA MAS
19.	DERRE PENTE ELA CAIU NUMA ARMADILHA
20.	PRESA LÁ EMCIMA ELA RUGIU MUITO
21.	O PASSARINHO BICOU MUITO AS CORDAS
22.	E LIVROU A ONÇA A ONÇA DISSE
23.	— MUITO OBRIGADA Á E ME DESCULPA TÁ?
24.	— NÃO TEM POBLEMA VOCÊ JÁ ESTA
25.	VA DESCULPADA
26.	E ASSIM ELES VIRAM AMIGOS.
27.	Moral da história: OS PEQUENOS AMIGOS PODEM SE REVELAR OS MELHORES
	E LEAIS ALIADOS
Manuscrito produzido pela informante Juliana, em 13 de março de 2014.	

O texto foi produzido pela informante Juliana, quando a mesma iniciava o quarto ano do ensino fundamental. Percebe-se que o texto não tem problemas graves de estrutura, considerando a idade e o ano/série em que a menina estuda: o texto é segmentado em parágrafos, há sinais de pontuação. Apresenta alguns poucos desvios à norma culta, sobretudo, relacionados à segmentação das palavras: derrepente (linha 3), tabom (linha 13), derre pente (linha 19) e emcima (linha 20).

Em uma primeira leitura dessa produção já nos é possível observar que predomina o parafraseamento do texto base. Percebe-se que a base enredo continuou praticamente a mesma: um animal pequeno incomoda um animal maior e perigoso; aquele pede por clemência, com a promessa de que em outro momento poderia ser útil; o animal grande reaparece em uma situação de perigo e é salvo pelo animal pequeno que poupou a vida em outro momento. Além disso, ela manteve como personagens animais que se encaixaram no enredo base: uma onça e um passarinho.

Contudo, mesmo em um reconto que parece a princípio uma repetição, há alguns traços que merecem atenção.

O início da narrativa com a oração “era um dia ensolarado” parece ter sido retirado de outras histórias do tipo “Era uma vez”. Ainda no primeiro parágrafo, a informante utiliza o advérbio “tranquilamente” (linha 3) para descrever a maneira como a onça estava dormindo, note-se que no texto original consta “o leão dormia sossegado”. Na sequência, a menina inicia a construção do clímax da narrativa, introduzindo-o com o marcador temporal “de repente” (linha 3).

A fala atribuída à onça, qual seja: “Para de cantar, tem gente tentando dormir!” (linhas 6 e 7) não nos parece ser típica de narrativas fantásticas, soa mais como um registro oral, ouvido no dia-a-dia. Esse fato se repete nas outras falas das personagens: “Tá bom, você pode cantar baixinho, mas se cantar alto, já era!” (linha 13); “Tá!” (linha 16); “Muito obrigada! Ah! E me desculpa, tá?” (linha 23). Chama-nos atenção o fato de que as marcas de oralidade predominam nas falas das personagens. É uma afirmação um tanto quanto óbvia, contudo, não é comum verificar essas marcas em contos de fada ou fábulas lidas por crianças nessa faixa etária.

Seguido da solicitação da personagem onça, verificamos o uso da conjunção adversativa “mas”, para indicar que o passarinho não obedeceu ao pedido da onça. Ao ser ameaçado por ela, o passarinho pede clemência, tratando o felino por “dona onça” (linha 11). É muito frequente, sobretudo em fábulas, observar essa maneira de se referir a esse animal.

Nas linhas 17 e 18, salientamos a descrição da reação da onça frente à desobediência do passarinho: “a onça ficou muito mas muito brava”. Juliana usa a repetição do advérbio “muito”, para gerar um efeito de intensidade.

Finalmente, na conclusão da fábula, introduzida pela expressão “e assim”, Juliana indica que os protagonistas viraram amigos, fato que não estava mencionado no conto original.

Em termos escolares, o texto de Juliana não teria, provavelmente, um conceito avaliativo máximo, já que a menina não realizou todas as atividades pressupostas na tarefa. No entanto, pudemos observar que apesar da prevalência da paráfrase enquanto recurso de apropriação da palavra alheia, há indícios de um posicionamento da menina, de escolhas que ela fez para seu texto. Escolhas essas que tornam seu texto único, singular.

O segundo manuscrito que analisaremos foi selecionado por exceder a média das produções que foram desenvolvidas pelos informantes da pesquisa nessa coleta em particular. Esclarecemos: os textos produzidos em resposta a essa tarefa, de maneira geral, ficaram bem próximos ao enredo do texto base, ou seja, prevaleceu o recurso à paráfrase. O texto abaixo, contudo, em termos de conteúdo, diferiu bastante dos produzidos pelas outras crianças. Vamos a ele:

1.	O artista e o mendigo
2.	Um dia na cidade. Lá em São José do rio
3.	preto. O Rodrigo Santos de almeida. Foi fazer uma
4.	turne. E um mendigo estava pedindo esmola. E o
5.	Rodrigo falou:
6.	— Fai trabalhar seu nojento
7.	Fica ai pedindo esmola. Você tem saúde para
8.	trabalha poque não trabalha. E o mendigo
9.	Fala:
10.	— Não quero senho prefiro ficar aqui.
11.	E o Rodrigo foi para sua turne e no caminho
12.	a conteceu um acidente o carro bateu no
13.	poste. E o carro estava vazando gasolina
14.	e o carro ia espludir. o mendigo estava
15.	passando e vio o carro e resolveu ajuda
16.	o mendigo salvou a vida do Rodrigo.
17.	Quando o Rodrigo acordou. Falou desculpa
18.	mendigo. Por te tetratado da queligeito.
19.	me desculpa. Qual e o seu nome: Vitor senhor
20.	mesês depoi os dois ficaram amigos e chama
21.	ram. Ele de Vitor não de mendigo.
22.	Moral: não desprese os outros Porque poderá
23.	te salvai da morte
Manuscrito produzido em 13 de março de 2014.	

O manuscrito acima foi produzido pela informante Fernanda, à época com 8 anos de idade. Em resposta à atividade proposta, a menina escreveu um texto com 23 linhas de extensão.

Percebe-se que a menina domina o sistema alfabético de escrita, apesar de cometer alguns desvios à norma culta, os quais não impedem a compreensão do enredo, como por exemplo: troca de consoante surda e sonora “Fai trabalhar” (linha 6), influência da oralidade “mendigo” (linha 1) e segmentação “Por te tetratado da queligeito” (linha 18). A menina demonstra ainda não ter dominado completamente o uso de

sinais de pontuação, o que se percebe pelos desvios quanto ao uso das iniciais maiúsculas e omissão de alguns sinais.

O texto é intitulado de “O artista e o mendigo” (linha 1), evidenciando, assim, os protagonistas da história. Na sequência (linhas 2 a 5), estabelece a situação inicial da narrativa, qual seja: um cantor ter ido fazer um show na cidade de São José do Rio Preto e ter encontrado um mendigo. Ressalte-se que ao explicitar o local onde o show se realizaria, a menina utiliza o advérbio *lá*, enfatizando a distância da cidade do local de onde enuncia.

O conflito tem início a partir do encontro da personagem “Rodrigo Santos de Almeida” com o mendigo, o qual é ofendido pelo cantor. A escolha em atribuir nome e sobrenome para o cantor, a nosso ver, serve para colocar o personagem em uma posição social superior, há uma ideia comum de que pessoas abastadas tenham nomes extensos. Na linha 6, o artista ordena ao mendigo que vá trabalhar e o insulta, dizendo que o mesmo é “nojento”. Percebe-se que há uma intenção em enfatizar a atitude ofensiva do cantor para com o pedinte, através do imperativo e da palavra nojento, que remete a algo que causa repugnância.

Ainda se dirigindo ao mendigo, nas linhas 7 e 8, o cantor faz duras críticas ao comportamento daquele. O tom da crítica soa como uma repetição de um senso comum, moralista, de que quem pede dinheiro poderia estar trabalhando, ao invés de mendigar. A autora, possivelmente, já ouvira comentários como esses e os reproduziu em seu texto.

Frente aos insultos e acusações, não fica claro o tom que o mendigo usa ao responder Rodrigo. Mas, pela forma de tratamento “senhor”, que utiliza para se dirigir ao cantor, parece-nos que foi uma atitude passiva ou, ao menos, respeitosa. Ressalte-se que para marcar a posição social que os personagens ocupam, foi utilizado o pronome de tratamento “senhor”, para que o pedinte se dirigisse a Rodrigo e, “você”, para o inverso, demonstrando que há uma hierarquia entre os dois.

Das linhas 11 a 17, temos o clímax da história, com a narração de uma sequência de eventos separados pelo conectivo “e”. Não nos parece que a repetição tenha sido proposital, para fins estéticos ou estilísticos, mas uma falta de conhecimento de Fernanda.

Saliente-se que, na linha 17, ao começar a narrar o desfecho de sua narrativa, Fernanda utiliza o conectivo *quando*, ao invés de *e*. É possível que ela atribua valores temporais diferentes para os dois, assim, *e* serviria para separar uma sequência de eventos com proximidade temporal menor, enquanto *quando* marcaria maior espaço de tempo.

Ainda no clímax da narrativa, ao se referir ao personagem “mendigo”, Fernanda faz uso do artigo definido *o*, ao invés de *um*, utilizado na primeira menção ao personagem, na linha 4.

Nesse ponto da narrativa, há uma clara relação com a fábula que serviu de base para a produção da menina: o mendigo, assim como o ratinho da fábula de Esopo, não tinha obrigação de ajudar quem outrora o havia maltratado. Contudo, para manter a lição dada na fábula, Fernanda fez com que o mendigo ajudasse o cantor Rodrigo.

O desfecho da fábula acontece com o arrependimento de Rodrigo, motivado pela atitude heroica do mendigo. Por esse motivo, o cantor pede desculpas e os dois tornam-se amigos (linhas 17 a 20). Até aqui, a conclusão não apresentaria nada de surpreendente em relação ao conteúdo, seria um final feliz como de qualquer conto tradicional. Contudo, chamou-nos a atenção o que vem na sequência (linhas 20 e 21): a partir do momento em que eles se tornam amigos, todos passam a chamar o mendigo por seu nome: Vítor. O uso da terceira pessoa do plural do verbo chamar sugere que o reconhecimento do ato heroico de Vítor ocorreu por parte de mais pessoas, além de Rodrigo. E esse reconhecimento fez com que Vítor deixasse de ser um anônimo e passasse a ser alguém.

A construção do enredo do texto de Fernanda, de fato, é o que salta aos olhos nessa produção. Houve uma estilização da narrativa base para a criação do texto. Ou seja, há diversas inovações no enredo – personagens, contexto em que ocorre a narrativa, forma de reconhecimento do personagem Victor – no entanto, não se subverteu à fábula: manteve-se a ideia de alguém inferior demonstrando seu valor ao salvar um superior. Dado que o texto consta de uma tarefa escolar, que seria avaliada pelo professor da informante, dificilmente haveria uma subversão ao que foi inicialmente proposto, pois isso poderia acarretar numa avaliação ruim ao texto por parte de sua professora.

Além disso, as escolhas linguísticas e discursivas feitas pela menina, resultam em um texto único, que apresenta traços de *estilosidade*.

5. Considerações finais

A partir do que foi exposto no presente artigo, estamos em condições de afirmar que os dois textos analisados apresentam traços que, por ora, nomearemos *indícios de estilosidade*.

Tais indícios estão relacionados às escolhas linguísticas e discursiva realizadas pelos informantes, bem como pela maneira através da qual os informantes se apropriaram da palavra alheia. Ressalte-se que esses indícios não estão diretamente relacionados a uma boa avaliação dos textos em termos escolares, ou seja, sua adequação à norma culta da língua.

Vale chamar a atenção também para o fato de que os *indícios de estilosidade* surgiram a partir de uma tarefa que pressupôs uma escrita a partir de um outro texto. Ora, sabemos que todo texto é uma resposta a textos anteriores, no entanto, nesse caso, o texto “anterior” estava disponível e serviu de base para a criação dos informantes. Dentro da paráfrase e da estilização foi possível verificar o surgimento de um texto singular, com traços próprios de seus autores.

Em outras palavras, o singular surgiu a partir do coletivo. Será dessa maneira que emerge o estilo?

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Problems of Dostoevsky's poetics**. Trad. Caryl Emerson. Minnesota: University of Minnesota Press, 1984.

BRAIT, Beth. Estilo. In: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

COSTA, Renata. **Pequenos publicitários: a persuasão na escrita de crianças**. Dissertação (Mestrado em Educação. Área de Concentração: Linguagem) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. **Aprender a argumentar por meio do texto escrito**. Relatório de Iniciação Científica –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. (1970) **Ditos e Escritos: Estética** – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

POSSENTI, Sírio. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.01, p. 105-124, jan/ jun. 2002.

_____. Enunciação, autoria e estilo. In: POSSENTI, Sírio (org.) **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Notas sobre a questão da autoria. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 32, p. 239-250, jan./jun. 2013.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, Paráfrase & cia**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich; BAKHTIN, Mikhail. O discurso na vida e o discurso na arte. Sobre poética sociológica. Trad. do inglês: Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para fins didáticos. In: VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. **Discourse in life and discourse in art – concerning sociologica poetics**. New York: Academic Press, 1976.

Anexos

Anexo I – Atividade proposta aos informantes

Nome: _____ 4º ano _____

O Leão e o Rato

Fábula de Esopo (adaptada)



Um Leão dormia sossegado, quando foi despertado por um Rato, que passou correndo sobre seu rosto.

Com um bote ágil ele o pegou, e estava pronto para matá-lo, ao que o Rato suplicou:

— Ora, veja bem, se o senhor me poupasse, tenho certeza que um dia poderia retribuir sua bondade.

Apesar de rir por achar ridícula tal possibilidade, ainda assim, como não tinha nada a perder, ele resolveu libertá-lo.

Aconteceu que, pouco tempo depois, o Leão caiu numa armadilha colocada por caçadores. Assim, preso ao chão, amarrado por fortes cordas, completamente indefeso e refém do fatídico

destino que certamente o aguardava, sequer podia mexer-se.

O Rato, reconhecendo seu rugido, se aproximou e roeu as cordas até deixá-lo livre. Então disse:

— O senhor riu da simples ideia de que eu seria capaz, um dia, de retribuir seu favor. Mas agora sabe, que mesmo um pequeno Rato é capaz de fazer um favor a um poderoso Leão.

Moral da História:

“Os pequenos amigos podem se revelar os melhores e leais aliados.”

Você sabe de onde vieram as fábulas?

As fábulas foram um dos primeiros jeitos de contar histórias de que se tem notícia. São tão antigas que ninguém sabe, ao certo, onde e quando surgiram. Mas sabemos que foi Esopo, que viveu na Grécia no século VI a.C. (antes de Cristo), o responsável por levar a fábula para a Grécia antiga, e, segundo alguns estudiosos, o primeiro a registrá-la por escrito.

Antes mesmo de serem registradas por escrito, as fábulas eram conhecidas pelas pessoas e serviam para ensinar lições de moral e comportamento.

E se essa fábula tivesse sido criada nos dias atuais? O que você mudaria? Quais seriam os personagens? Onde aconteceria a história?

Reescreva a fábula “O leão e o rato”, adaptando-a para os dias atuais.

Não é necessário que as personagens sejam animais. Você só precisa manter a moral da história.

O uso de recurso sintático como meio de negociação intersubjetiva nas correspondências administrativas do Morgado de Mateus

Renata Ferreira MUNHOZ¹

Resumo: Apresenta-se o recurso sintático da correlação conjuncional aditiva “não só [...], mas também” como estratégia discursiva empregada de modo recorrente nas correspondências oficiais do governador da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. Esse par coesivo que integra traços do período composto por coordenação e por subordinação será analisado como detentor de valor semântico relevante ao discurso. Com o aporte teórico e metodológico da Teoria da Avaliatividade, formulada a partir dos pressupostos da Linguística Sistêmico Funcional, observa-se o recurso como capaz de apresentar um posicionamento avaliativo adotado pelo autor. O subsistema do Engajamento revela que a aparente Refutação pela Negação da primeira parte da proposição não nega de fato o que é de conhecimento do interlocutor, mas comprova não ser essa a única ideia, englobando uma outra adicional. Intenciona-se, portanto, demonstrar a importância dessa construção do sistema sintático à esfera da negociação intersubjetiva aos documentos manuscritos estudados.

Palavras-chave: Filologia; Análise do Discurso; Recurso sintático; Intersubjetividade; Morgado de Mateus.

1. Introdução

Este artigo aborda o uso da correlação conjuncional “não só [...], mas também”, bastante recorrente na documentação oficial enviada da capitania de São Paulo a Portugal no período do governo do Morgado de Mateus (1765-1775). Trata-se da união de duas duplas locuções conjuntivas responsáveis pela coesão textual, que articula a coerência das proposições. Optou-se por tratar desse par correlativo aditivo por representar um dos poucos conectivos empregados na documentação do período para estabelecimento da coesão textual. Como se pode observar nos documentos analisados, as construções sintáticas contam com períodos bem extensos com orações justapostas. Como exemplo, transcreve-se o primeiro período do Ofício I: “Aqui chegou a esta Vila de Santos | Domingos Ferreira Pereira e os seus sócios que me apresenta- | ram a carta de Vossa Excelência de 28 de Fevereiro de 1765 com a cópia | da carta régia escrita ao Conde de Bobadela na data de 8 | de novembro de 1760, pelas quais consta que Sua Majestade, que Deus | guarde, fazendo-lhes mercê do privilégio exclusivo por tempo de dez anos, | é servido conceder-lhes que possam minerar ferro e chumbo nas | terras desta capitania de Saõ Paulo, e nela estabelecer fábricas para | caldear o dito ferro.”²

Selecionaram-se dois ofícios enviados pelo Morgado de Mateus³ ao Conde de Oeiras, nos quais se apresentam dois usos, totalizando quatro ocorrências. O aqui nomeado “Ofício I” foi redigido na Vila de

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo sido orientada pelo Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto. Bolsista FUNDO SASAKAWA - SYLFF. E-mail: renatamunhoz@usp.br

² Aponta-se a ressalva de que a ortografia foi atualizada e que as barras verticais indicam a separação das linhas originais.

³ O Morgado de Mateus é chamado “autor” no sentido geral de “enunciador” ou “escritor”, sem implicações teóricas.

Santos logo após a chegada do Governador em terras brasileiras, em 22 de agosto de 1765. Participa o Reino da chegada à vila de Santos de Domingos Ferreira e Pereira e seus sócios que, com autorização real, trabalhariam ferro e chumbo nas terras da capitania de São Paulo para estabelecerem fábricas para caldeação.

O “Ofício II” já é do terceiro ano do governo, produzido em São Paulo em 30 de janeiro de 1768. Trata-se de um texto que afirma ser falso tudo o quanto se diz acerca das terras americanas não admitirem arado e lavoura. Assegura, pelo contrário, que todas as terras produzem fruto e com muita abundância, desde que sejam cultivadas convenientemente. O que impede o cultivo adequado é a negligência e a preguiça dos naturais, além do fato de não se encontrarem pessoas que conheçam de lavoura. Atribui as doenças e prejuízos à falta de víveres.

Ambos os ofícios foram grafados de próprio punho por Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, sendo, portanto, testemunhos autógrafos do período. Além do mesmo autor, ambos têm o mesmo destinatário, tendo sido enviados ao Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro ministro e braço direito do Rei Dom José I. Os dois ofícios foram catalogados pelo *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*, respectivamente no catálogo 2 de Arruda (2002), pelos números 2244 e 2379. Encontram-se microfilmados, o que permite sua reprodução e acesso facilitado, uma vez que seus originais fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

Com base no estudo filológico dos dois manuscritos, apresentam-se as transcrições semidiplomáticas no anexo. Embora a edição semidiplomática anexa preserve na íntegra o estado da língua em que o documento foi redigido, optou-se por modernizar a grafia nas citações das ocorrências no corpo deste artigo, a fim de ser facilitada a compreensão do discurso veiculado.

A frequência de uso desse conjunto de conectores nos manuscritos administrativos setecentistas representa estratégia de construção argumentativa de intencionalidade discursiva específica a cada contexto. Entende-se, conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 430), que o efeito semântico de combinar orações em um único período, tornando-o um período complexo, visa à maior integração do significado que se veicula. As análises das ocorrências visam, pois, identificar a forma como o recurso coesivo que organiza a esfera sintática articula os sistemas mais profundos da semântica e do discurso, sobretudo os modelos mentais apresentados no discurso e as ideologias a eles vinculadas.

2. As ocorrências de “não só [...], mas também”

Por economia de espaço, uma vez que o texto integral se encontra em anexo, retiraram-se apenas os fragmentos textuais envolvidos no escopo do elemento coesivo. Mesmo esse recorte permite que se observe a diversidade de informações contidas em cada excerto. Destacam-se, em negrito, as ocorrências do par correlativo em análise:

1. “e os expedi com este intento passan- | do-lhes as ordens necessárias, **naõ só** para que os não perturbassem | nos seus descobrimentos e nas suas experiências, **mas também** para | que se lhe desse toda ajuda e favor sendo-lhe preciso” (Ofício I, linha 17);

2. “As ditas fábricas seriam aqui de grandíssima utili- | dade, **naõ só** para o povo, **mas também** para o serviço de Sua Majestade” (Ofício I, linha 22);

3. “Ainda que seja contra a universal opinião **naõ só** dos ha- | bitadores desta América, **mas também** de todos os que por espaço de | tantos anos têm passado da Europa para este novo mundo, devo | afirmar a Vossa Excelência” (Ofício II, linha 3);

4. “Daqui nasce **naõ só** o grandíssimo prejuízo da falta de ví- | veres, que se experimenta da carestia com que se vendem e a dificulda- | de com que se acham, **mas também** é a causa de passar o povo com mui- | ta miséria” (Ofício II, linha 38).

Como já se indicou, a documentação produzida pelo Morgado de Mateus conta com grande quantidade de informações justapostas de forma assindética em longos parágrafos. O estilo de escrita do antigo Governador de São Paulo apresenta-se sempre eloquente em suas correspondências oficiais, com abundância de informes justapostos. A grande quantidade do que precisava participar a seus superiores a ser formatada nos parâmetros da exigida concisão textual resultou em longos parágrafos. Com isso, o par aditivo “naõ só, mas também” é aqui estudado como um dos poucos recursos coesivos empregados.

As fórmulas diplomáticas que formatavam os textos oficiais, bem como as regras de coesão textual impostas pelos manuais de redação do período, parecem não ter impedido que o governante redigisse longos e detalhados períodos sintáticos. Essa característica, somada à intensa produção documental da Secretaria de Governo da capitania de São Paulo no período, acarretou à memória do Morgado de Mateus o epíteto histórico do “homem que não tinha preguiça de escrever” (TAUNAY, 1945, p. 91).

3. Referenciais teóricos e análises

A partir da classificação tradicional do elemento coesivo “naõ só, mas também”, que contém traços do período composto por coordenação e por subordinação. De acordo com Rodrigues (1999, p. 763), a exemplo de outras, essa expressão deve ser melhor entendida como um conector do que como conjunções isoladas. Isso porque “naõ só, mas também” extrapola a questão sintática e conta com uma motivação semântico/pragmática bem como com a seleção do autor por assunto determinado. O termo estabelece, pois, uma relação de ordem semântica ou pragmática entre os elementos que liga.

Nota-se, segundo Módolo (2005, p. 171), a necessidade de análises mais apuradas. Isso porque, nem sempre as definições tradicionais de coordenação e subordinação dos elementos coesivos em períodos compostos são precisas quando se trata dos pares correlativos, uma vez que essas construções sintáticas estariam entre as duas classificações. Diante dessa demanda, acredita-se ser viável ampliar a compreensão

dessa construção sintática por meio do aporte teórico e metodológico da Teoria da Avaliatividade (*The appraisal system*), mais especificamente por meio de seu subsistema, o Engajamento.

Criada por Martin e White (2005) a partir da Linguística Sistêmico Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a Teoria da Avaliatividade permite que se analisem a avaliação e a perspectiva em textos, a partir da função interpessoal da linguagem. Compõe-se de três subsistemas: o da Atitude, o da Gradação e o do Engajamento. Esses três tipos de recursos estão conectados de modo a permitir que um autor expresse afeto, julgamento, apreciação; que aumente ou diminua o grau de sua avaliatividade; e que se posicione ao apresentar suas opiniões. Dentre os subsistemas, o do Engajamento é essencial às análises aqui propostas, será apresentado mais detalhadamente a seguir.

Esse subsistema ocupa-se das maneiras como a voz autoral posiciona-se em relação a outras vozes contidas no texto. A análise do emprego do Engajamento permite que se mapeiem as vozes, analisando o grau de adesão do autor em relação às posições de terceiros. Isso permite que se caracterizem as diferentes perspectivas intersubjetivas disponíveis em relação à forma como o autor adere ou não às proposições de outrem.

Parte-se do conceito bakhtiniano de “dialogismo”, que entende toda comunicação verbal como permeada por outras vozes além da autoral. O mapeamento da aceitação dessas vozes permite que se observe a intersubjetividade, expressa sobretudo na maneira como o autor constrói suas estratégias argumentativas e retóricas. O Engajamento subdivide-se em “Expansão” e “Contração” dialógicas. Enquanto a primeira demonstra abertura a outras vozes presentes no texto, a segunda restringe o espaço dialógico a outros posicionamentos.

Os dois subitens subdividem-se ainda mais, permitindo o refinamento da análise. A Expansão dialógica ramifica-se em “Consideração” e “Atribuição”. Na Consideração, a voz autoral mistura-se a outras, configurando-se como uma possibilidade. A Atribuição responsabiliza a outrem pela proposição, tanto pelo “Reconhecimento” quanto pelo “Distanciamento”. A Contração dialógica, por sua vez, escalona-se em “Refutação” e “Proposição”. A Refutação conta com a “Negação”, pela qual se apresenta uma posição discordante, e com a “Contraexpectativa”, com o emprego das concessivas. O item da Proposição possibilita que sejam atenuadas possíveis discordâncias por meio da “Concordância”, “Afirmação” e “Endosso”.

A exemplo dos textos contemporâneos analisados sob a óptica dessa teoria, o discurso setecentista pode ser interpretado com base nos três objetivos precípuos da teoria, que seriam, de acordo com Martin e White (2005, p. 40):

- a) observar como os autores constroem sua identidade para si mesmos;
- b) conceber a forma como os autores posicionam-se diante dos potenciais destinatários;
- c) verificar como os autores constroem a audiência ideal para seus textos.

Como as três tratativas centrais destacam o posicionamento pessoal, ressalta-se o fato de a teoria contar com o pressuposto de existir um ponto de vista codificado (explícito ou implícito) em toda formulação

discursiva. Esse tipo de análise permite, pois, compreenderem-se aspectos da (inter)subjetividade presente no discurso, bem como da ideologia vigente. Entende-se a intersubjetividade como o viés que “mostra a relação estabelecida entre o sujeito enunciador e um outro sujeito em relação ao conteúdo proposicional”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 336). A ideologia é trabalhada na perspectiva de Van Dijk (2000; 2012), como o conjunto dos sistemas de representações mentais socialmente partilhadas que controlam os modelos mentais. Os modelos mentais, por sua vez, são as experiências pessoais do autor, de acordo com Van Dijk (2012, p. 36).

Os excertos analisados apontam aspectos do *ethos* autoral. Vale determinar, por conseguinte, que o conceito de *ethos* indica a imagem que o autor constrói de si em seu discurso diante de seu interlocutor. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 220), trata-se da “apresentação de si” e não necessariamente do caráter ou autoridade moral desse autor diante de seu público como na tradição aristotélica.

Diante da aparente divisão impressa pelos conectivos, esse par correlato poderia conduzir à interpretação enviesada pelo desmembramento das duas parcelas do período, como duas proposições isoladas. Diferente disso, a expressão deve ser considerada em sua totalidade, englobando os dois elementos sintáticos similares que aproxima.

A locução “não só, mas também” demonstra a semântica de ampliar o escopo de compreensão do leitor, partindo de uma noção conhecida para o acréscimo de uma complementar, comumente de maior representatividade. Trata-se de um recurso empregado para estabelecer relações semânticas lógicas que conectam proposições em pares, tornando-os mutuamente dependentes, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 432). Classificando-se a expressão conjuntiva como Contração Dialógica de Proposição, enfatiza-se o posicionamento do autor pela Afirmação, de modo a evitar uma alternativa dialógica contrária. Por conseguinte, reitera-se o caráter aditivo dessa correlação conjuncional.

Sucintamente apresentados pressupostos teóricos e metodológicos, iniciam-se as análises dos quatro fragmentos. Assim, pela observação do par correlativo em análise, é possível identificar a diversidade de intenções e posicionamentos do Governador de São Paulo enquanto autor, em suas negociações intersubjetivas. Dessa forma, a coordenação aditiva binária articula propósitos diversos nas construções discursivas, conforme elencado a seguir e pormenorizado na análise de cada um dos quatro excertos. No fragmento 1, o par conectivo visa a comprovar a destreza e agilidade do autor na posição de Governador. Já o 2, apresenta argumentos a favor de medidas contrárias aos ditames reais que o autor intenciona aplicar em seu governo. O excerto 3 postula uma análise que contraria o senso comum e, com isso, eleva seu *ethos* de governante. O 4, por sua vez, apresenta observações acerca de cunho crítico acerca dos meios de vida na capitania, reiterando a superioridade do autor em relação a seus governados.

No fragmento 1 [*“e os expedi com este intento passan- / do-lhes as ordens necessárias, **naõ só** para que os não perturbasem / nos seus descobrimentos e nas suas experiências, **mas também** para / que se lhe*

desse toda ajuda e favor sendo-lhe preciso”], a forma linguística em análise serve de meio para que o Morgado Mateus revelar sua postura como cumpridora das ordens do Reino. Ao informar que antecipou suas ordens, o autor denota sua perspicácia e agilidade na tomada de decisões. Além disso, mostra-se merecedor do posto que ocupa ao comprovar sua atuação calculada e disciplinada de forma estratégica. Como bom líder e detentor de patente militar, reconhece as necessidades de seus subordinados e as gerencia da melhor maneira. As ordens prévias evitariam interrupções no decorrer das atividades dos responsáveis pelo trabalho com o ferro, direcionando-os de antemão. Trabalha-se, com isso, a intersubjetividade pela elevação de seu *ethos* perante o Conde de Oeiras, seu superior no governo.

Diferente das três demais ocorrências analisadas, em que o par correlativo une orações, o excerto 2 [*“As ditas fábricas seriam aqui de grandíssima utili- | dade, não só para o povo, mas também para o serviço de Sua Majestade”*] apresenta a ligação de dois termos semelhantes. Nesse sentido, não se pode interpretar que nesse fragmento 2 haja Contração Dialógica de Refutação por Negação quando se afirma que as fábricas não seriam úteis apenas para o povo. Tampouco que a segunda parcela representaria a Contraexpectativa por suplantar a proposição dialógica anterior: a da restrição da utilidade das fábricas. O que se nega de fato é apenas a ideia da restrição da utilidade das fábricas. O autor adota como pressuposto o conhecimento de seu interlocutor acerca da importância da indústria local ao povo da capitania. A esse conhecimento prévio, acrescenta a noção de ser igualmente relevante ao governo. Assim, a estratégia de ampliar o conceito de utilidade das fábricas ao povo só pode ser interpretada se atrelada à asserção posterior: a de as fábricas terem sua utilidade estendida também ao serviço de Sua Majestade. A expressão em análise pode ser entendida como uma estratégia discursiva, empregada para enfatizar a posição do autor que retoma uma voz alternativa para substituí-la por um escopo mais amplo. Dessa maneira, a aparente Refutação pela Negação imprime o caráter de assertividade à proposição. O autor não contesta o escopo do advérbio focalizador, que acredita já ser do conhecimento do Conde de Oeiras enquanto interlocutor, mas retoma o pressuposto a fim de incluir um aspecto adicional.

Ao ligar os dois complementos nominais, o elemento coesivo visa a fortalecer a argumentação do autor em prol do desenvolvimento industrial da capitania. Por se tratar de uma medida que extrapolava o esperado das colônias, o Morgado de Mateus serviu-se do reforço argumentativo implementado pela adição de benefícios, tanto para a população local quanto para a Coroa portuguesa. A tentativa de exceder o que lhe fora proposto expressa sua postura empreendedora como governante, construindo para si o *ethos* almejado daquele que é tão competente que ultrapassa as expectativas.

No trecho 3 [*“Ainda que seja contra a universal opinião não só dos ha- | bitadores desta América, mas também de todos os que por espaço de | tantos anos têm passado da Europa para este novo mundo, devo | afirmar a Vossa Excelência”*], o autor vale-se do recurso coesivo como forma de reiterar sua perspicácia e capacidade analítica, engrandecendo seu *ethos*. Seu posicionamento é tão distinto que se contrapõe tanto aos habitantes da América quanto aos imigrantes europeus. Denota sua posição de defensor da implantação

da agricultura na colônia do Brasil como principal meio de desenvolvimento da economia e sociedade locais. O autor apresenta-se como aquele que pode contrariar a universal opinião de que não seria possível implementar a lavoura em sua área de governo. Com embasamento empírico, apoiado em suas vivências na capitania, afirma que as terras da capitania são ainda mais férteis que as do Reino se forem bem lavradas.

Encerram-se os breves apontamentos analíticos tratando-se do fragmento 4 [*“Daqui nasce não só o grandíssimo prejuízo da falta de ví- | veres, que se experimenta da carestia com que se vendem e a dificulda- | de com que se acham, mas também é a causa de passar o povo com mui- | ta miséria”*], em que o autor retrata de forma bastante crítica a maneira como vivem os habitantes em sua área de governo. Como resultado da falta de lavoura, os habitantes passam por dificuldade e falta de recursos, a que se acrescem tantos outros fatores derivados da miséria. Constrói-se, com isso, um padrão ideológico de distanciamento entre a realidade local descrita e o que considera ideal. Nota-se, no texto, a existência da Essa ideologia que coloca a Europa, mais precisamente Portugal, como o local onde haveria modelos de conduta ao trabalho, parece comprovar na prática as previsões negativas sobre as práticas agrícolas (e de trabalho em geral, por extensão) na colônia. Com essa estratégia de rebaixamento daqueles que o circundam, o autor eleva-se ao posicionar-se no grupo dos que se dedicam para que a situação melhore. Apresenta-se como exemplo, em detrimento do “povo” alheio ao trabalho, que vive na miséria ilustrada pelas formas degradantes de alimentação.

Observa-se, pois, o nível semântico do discurso por meio do emprego do item conjuncional abordado. Nos quatro exemplos apontados, é possível observar que a semântica do discurso é trabalhada pelo autor na perspectiva da intersubjetividade voltada à manutenção do *ethos* autoral e também da ratificação dos preceitos ideológicos.

4. Considerações finais

A sucinta análise permite verificar que o par correlativo aditivo “não só, mas também” representa uma importante manifestação estrutural de superfície na organização das proposições que compõem o discurso oficial setecentista, uma vez que os períodos compostos nem sempre são relacionados no nível lexicogramatical por itens conjuntivos nessa documentação. Essa justaposição de orações sem conectores deixa em aberto ao leitor a inferência da significação, conforme previsto por Halliday e Matthiessen (2014, p. 429). Diante da raridade de conectivos, a integração gramatical explícita deve ser entendida como de extrema representatividade. Dessa maneira, o emprego reiterado de “não só, mas também” no discurso do Morgado de Mateus deve ser entendido como estratégia usada intencionalmente pelo autor para denotar de modo preciso a significação pretendida. Esse elemento responsável pela coesão textual estrutura os modelos mentais do autor, de modo a organizar o texto de forma coerente. A coerência textual, por sua vez, condiciona as negociações intersubjetivas entre o autor e aqueles a quem se dirige pelo discurso. Tal

complexidade semântica ultrapassa a superficialidade da coesão textual e até mesmo da coerência discursiva, contribuindo para a manutenção das relações sociais ao enfatizar o *ethos* e os feitos do Governador e veicular a ideologia vigente de que era promotor. Pretendeu-se demonstrar, portanto, a importância desse conector aditivo na construção do sistema sintático à esfera da negociação intersubjetiva e da veiculação de ideologias nas correspondências administrativas do período.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, José Jobson de. (Org.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo**. Catálogo 2 (1618 – 1823) – Mendes Gouveia. São Paulo: EDUSC, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. **An Introduction to Functional Grammar**. 4ª ed. Oxon: Routledge, 2014.
- MARTIN, James; WHITE, Peter. **The Language of Evaluation: appraisal in English**. London: Palgrave/Macmillan, 2005.
- MÓDOLO, Marcelo. A estrutura correlativa aditiva ‘não só...mas também’ de uma perspectiva multissistêmica. **Anais do GEL, Estudos Lingüísticos XXXIV**, p. 171-176, 2005.
- RODRIGUES, Violeta Virgínia. O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão. In: BERNARDO, S. P.; CARDOSO, V. de (Org.). **Estudos da linguagem: Renovação e síntese**. Anais do VIII Congresso da ASSEL-RIO. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1999. p. 761-769.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. Assuntos de três séculos coloniais (1598-1790). **Anais do Museu Paulista**. Tomo duodécimo. São Paulo: USP, 1945.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- _____. **Ideology and discourse: a Multidisciplinary Introduction**. Catalunya: Universitat Oberta de Catalunya, 2000.

Anexos

Anexo I – Ofício I

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero cinco

IV.

Aqui chegou a esta Villa de Santos

Domingos Ferreira Pereira e os seus Socios que me apresenta
rão a Carta de Vossa Excellencia de 28 de Fevereiro de 1765 com a copia
da Carta Regia escrita ao Conde de Bobadella na data de 8.

de Novembro de 1760 pelas quaes consta que Sua Magestade que Deus
Guarde fazendolhes mercê do privilegio excluzivo por tempo de des an-
nos, he servido concederlhes que possam minerar ferro, e chumbo nas
terras desta Capitania de São Paulo, enella estabelecer fabricas para
caldear o dito ferro. Como eutinhaja falado com elles
no Rio de Janeiro, lhe participei logo que chegaraõ algumas infor-
mações que tinha adquirido a este respeito de alguns sitios em que
havia pedras que se supunha serem daquellas de que se extrahe o fer-
ro, as quaes sahem junto a Vila de São Sebastião com bons funda-
mentos, como elles mesmos entenderaõ, de se prezumir serem das
mesmas que procuravaõ: e os expedi com este intento passan-
dolhes as Ordens necessarias, **naõ só** para que os naõ perturbassem
nos seus descobrimentos, e nas suas experiencias, **mas tambem** para
que se lhe desse toda ajuda e favor sendolhe preciso.

As ditas Fabricas seriaõ aqui de grandissima utili-
dade **naõ só** para o Povo, **mas tambem** para o serviço de Sua Magestade
pela grande necessidade que há de se reformar toda a artelharia
destas Fortalezas, que está quazi incapaz de servir, e se fazer outra
de novo para as demais Fortalezas que se precisa de fazer erigir em
os Portos mais principaes das Villas desta Costa para a sua seguranca, e de-
fensa delas. He o que por hora se me oferece informar a Vossa
Excellencia sobre este particular.

Deus Guarde a Vossa Excellencia Villa de Santos
22 de Agosto de 1765.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de
Oeyras.

Dom Luis Antonio de Souza

Anexo II – Ofício II

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Senhor

Numero quinto.

Ainda que seja contra a universal Opiniã **naõ só** dos habitadores desta America, **mas tambem** de todos os que por espaço de tantos annos tem passado da Europa para este novo Mundo, devo affirmar a *Vossa Excellencia*, por me ajudarem já as Luzes de uma mais clara, e bem advertida experiencia, que se esta me não engana, hé falço tudo quanto se diz, de que estas terras não são capazes de admitir arado, e lavoura, e só podem dar fructo a onde há Mato Virgem. Epelo contrario affirmo, que podem produzir os fructos em qualquer parte, e sobre a mesma terra, e com *muito* mayor abundancia, fazendo-se-lhe o mesmo beneficio que se lhe faz no Reyno.

Tambem devo informar a *Vossa Excellencia*; que não há outro algum fundamento para se sustentar esta falça opiniaõ, que dura à tantos annos, se não a negligencia, e preguiça dos Naturaes, e a facilidade com que a terra sustenta a pouco custo: Em Segundo Lugar hé a irresoluçaõ com que vão passando por cá os filhos do Reyno, que atrahidos do amor da Patria ainda que vivaõ *muitos* annos nunca perdem a lembrança de voltar para o Reyno; e por iso nunca verdadeiramente se estabelecem, nem se deenganãõ de que por cá haõ deficar; e nesta esperança vão passando sem estabelecimento, e sem fundarem rendas, e assim criaõ os filhos; E como em todos se acha o mesmo dezejo, produz os mesmos effeitos, e o costume estabelece a regra geral, e a Opiniã que se está experimentando.

A isto

acresce a difficuldade de achar quem saiba a lavoura, e queira Sugeitar-se ao trabalho, corroborando-se a fama, de que as terras não produzem como decorados exemplos de hum tal, que já o intentou, e se deixou diso, sem advertirem, que os motivos por que se deixou fosse por hetero achado erro, mas sim pela difficuldade de continuar o cultivo a onde o Povo o não

pratica aonde não há quem sirva, por se reputar o trabalho por desprezo, e aonde faltaõ os meios, e falta tudo, deficiências, que são insuperáveis às forças de um particular, e o reduzem à necessidade infallível de se acomodar à torrente a que não pode atalhar.

Da qui nasce **naõ só** grandissimo prejuizo da falta de viveres, que se experimenta da carestia com que se vendem, e deficiências de com que se achaõ, **mas tambem** hé a cauza de passar o povo com muita miséria, valendo se de bixos imundos, e cousas ascarozas, que coõmumente se comem, e que eu suspeito saõ a cauza do mal de Saõ Lazaro, e outras terriveis queixas, que se vêm, e se padescem.

Alem disto tambem occazona que o necessario usado das roças extingue as madeiras, e hade vir a acabar com os paos de Ley, e de Canoas, porque já com deficiências se achaõ; vaõ-se buscar muito longe pelos braços dos Rios dentro, distante dos povoados, e por lá andaõ mezes, buscando-os, internados pelos matos, porque muitas legoas aopé desta Cidade, e de outras Villas tudohé campo, porque já á muitos annos selhes acabou o mato virgem, e naõ cresceo outro, e por isso vivem com trabalho porque as lenhas, e os mantimentos tudo lhe vem de longe.

A Vossa Excellencia apontey os meios que me lembraraõ para atalhar a estes inconvenientes, e espero as Ordens de Vossa Excellencia com efficaç dezejo de fazer toda a diligencia por as dar à execuçaõ.

Deos guarde a Vossa Excellencia Saõ Paulo 30 de Janeiro de 1768
Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras.

Dom Luis Antonio de Souza.

Debret e o primeiro impulso para a identidade brasileira

Saulo Nogueira SCHWARTZMANN¹

Resumo: Neste artigo, buscamos, por meio da metodologia da semiótica greimasiana e tensiva, compreender como se deu o percurso para a busca de uma identidade brasileira, a partir da ruptura de tendências eurocêntricas. Para isso, o recorte realizado neste texto é a análise de uma aquarela de Debret de 1827 (“O primeiro impulso da virtude guerreira”). Se houve e como houve a ruptura e por que Debret parece ser o primeiro a tomar consciência desse olhar estrangeiro sobre o país. Ao fundar-se por decreto, em 12 de Agosto de 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, nome oficial da escola, tratou de apresentar não só objetos, como pintura, mas também esculturas, obras arquitetônicas e gravuras, todas elas com representativos aspectos etnológico, historiográfico e antropológico, por conta do caráter documentarista das obras. Não é por acaso que Debret escreve e descreve sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Além disso, as escolas de Belas Artes, vigentes na Europa, eram de dominância Neoclássica, trazendo no âmago questões Iluministas. Palavras como Liberdade, Igualdade e Fraternidade ecoavam na França, já adulta nesse período. Existe, então, um impulso para a identidade brasileira? É essa pergunta, objetivo principal da discussão, que norteará nosso artigo.

Palavras-chave: desenho; pintura; artes plásticas; linguística; semiótica

Figura 1. Jean-Baptiste Debret



O primeiro impulso da virtude guerreira, 1827
Aquarela sobre papel, 15,2 X 21,5 cm
Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro

1. Introdução

A obra de Debret escolhida para análise é uma aquarela e, por isso, suscita certas questões específicas dessa técnica. A referida aquarela está no livro *A forma difícil*, de Rodrigo Naves, e ilustra o capítulo *Debret, o neoclassicismo e a escravidão*.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes. Bolsista CNPq. E-mail: saulosns@gmail.com

Publicado originalmente em 1996 e republicado novamente em 2011, pela Companhia das Letras, o livro do crítico e ensaísta analisa o percurso e obras de artistas brasileiros como Debret, Almeida Junior, Guinard, Volpi, Almicar de Castro e Mira Schendel. Procurando uma compreensão da produção plástica no Brasil, mas longe de tentar abarcá-la ou inseri-la em uma “determinada linha teórica artificial”, Naves propõe que esta *dificuldade de forma* que, segundo ele, “perpassa boa parte da melhor arte brasileira”, é tão somente apontada em seus textos como um traço pertinente a se investigar.

Neste artigo, pretendemos, portanto, com apoio no texto de Rodrigo Naves, analisar não a produção e obra do artista Debret, mas buscar compreender como se deu o percurso para a busca de uma identidade brasileira, a partir da ruptura de tendências eurocêntricas. Se houve e como houve a ruptura e por que Debret parece ser o primeiro a tomar consciência desse olhar estrangeiro sobre o país.

2. Aquarela: pintura ou desenho?

Aparentemente, uma pintura figurativa como esta aquarela pode nos apresentar quase a completa significação de sua singularidade; todavia, a arte da pintura não se esgota apenas nos signos que constituem o plano do conteúdo. Elevado à categoria de significação, o plano da expressão das linguagens visuais implicaria verificar as questões do gênero “pintura” e suas técnicas. Uma pintura de gênero, como natureza-morta, é, antes de mais nada, um exercício. É mais pertinente, nesse caso, observar, como afirmava Greimas (2004, p. 80 ss), as operações dos traços heterogêneos de um formante plástico (uma unidade do plano da expressão) que tornam reconhecíveis quando endereçada ao significado.

Assim, são pertinentes também o aspecto material de seu suporte, bem como as dimensões da tela – no caso de Debret, aqui analisado, uma aquarela. Esses elementos do plano da expressão não são neutros nem vazios de conteúdo semântico. Eles também fazem parte da obra e, portanto, produzem um efeito de sentido. Tudo se configura texto.

Seguindo os passos de Greimas (In: OLIVEIRA, 2004, p. 80 ss), suscito uma questão em particular referente aos estudos da visualidade pictórica tomadas pela linguística; uma delas tem relação com a “matéria da expressão”. Essa preocupação, nas palavras dele, nos faz pensar na semiótica de articulações entre as ocorrências concretas e os sistemas ou estruturas; nesse *sistema de estrutura*, essas ocorrências assumem valores ora de esvaziamento, ora de preenchimento semântico. Isso quer dizer que nem sempre o preenchimento semântico figurativo é de maior ênfase, dando lugar aos modos de construção do sentido e seus agenciamentos plásticos.

Já a “paleta” de um pintor apresenta os primeiros recortes da ocorrência concreta. Seus efeitos de sentido, por exemplo, podem variar entre um efeito de sentido de desenho, um efeito de sentido de pintura, entre outros efeitos, de acordo com as qualidades plásticas dessa ou daquela tinta escolhida (cor, textura, elasticidade da tinta, maleabilidade etc.).

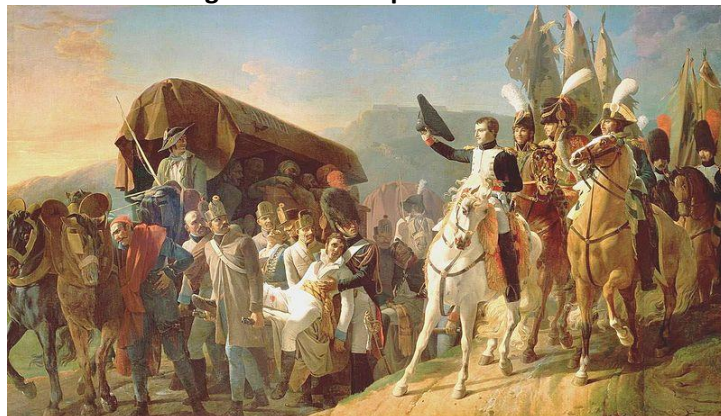
Com base em Hjelmslev (2009, p. 53-54), que afirma que a linguagem se dá pela relação entre a forma da expressão e a forma do conteúdo, poderíamos pensar, resumidamente, que os enunciados plásticos também operam por meio dessa relação. O estudo dessas relações poderá ser útil para encontrarmos, nas estruturas desses elementos, algum sentido que contribua para o significado de sua estética. Normalmente, em uma aquarela, as linhas não circunscrevem de todo as formas. No caso específico de Debret, podemos dizer que são linhas que ainda não adquiriram a firmeza e a rigidez de uma pintura neoclássica; são leves e frágeis, executadas de maneira lúdica.

Observando a divisão topológica do quadro, vemos que é marcada por uma linearidade serena, quase monótona: os planos visuais são paralelos com uma pequena inclinação entre o segundo e o terceiro plano, na margem superior do papel. Recortam-no em três partes horizontais, portanto: plano baixo, plano médio e plano alto, topologicamente falando; ou primeiro plano, segundo plano e terceiro plano, se pensarmos nos efeitos de sentido de afastamento e perspectiva aérea.

As tintas suscitam formas mais definidas, de **manchas de contorno**, e daquelas de formas indefinidas de **manchas mais fluidas** (cf. estudo de TOMASI sobre fluidez e nitidez, 2014, p. 471-473). Tomadas como ponto de partida para a análise da expressão, as tintas ora mais fluidas ora mais nítidas representariam no conteúdo, se homologadas, diferentes *forias* (cf. ZILBERBERG, 2006, p. 167 ss). Portanto, os artistas, ao utilizarem materiais e optarem por aplicá-los segundo diferentes técnicas, determinam seu fazer plástico pela coerção que essas escolhas implicam.

Nesta obra de Debret, sua escolha pela pintura aguada, a aquarela, revela um fazer menos acentuado (tônico), se compararmos com telas de grande escala, pintadas à tinta óleo – tinta que é utilizada para retardar a secagem do fluido e possibilitar ao artista pintar pormenores e detalhes mais descritivos e realísticos (simulacro de realidade baseado novamente em técnicas e ou tecnologias), o que garantiria maior dramaticidade e, de certa forma, maior seriedade, ou, ainda, garantiria um efeito de sentido de verdade. Vide figura 2.

Figura 2. Jean-Baptiste Debret



*Napoleão presta homenagem
à coragem infeliz, 1805.*

Óleo sobre tela, 390 X 621 cm
Musée Du Chateau de Versailles, Versailles

Aqui, o enunciador, na figura do “pintor de história”, não tem necessariamente diante dele o acontecimento a ser retratado e, se o tem, é apenas por instantes. A totalidade de detalhes importantes de uma cena histórica pode fugir-lhe e, ao querer prestar um serviço à história, pode querer dar ênfase demasiada a pormenores exagerados ou negligenciar outros mais importantes; por outro lado, pode querer retratar todos os inúmeros detalhes que ele possa capturar à sua frente (ou lembrar-se deles) e fazer com que o quadro pintado fique pedante, demasiadamente explícito. O exagero, tanto para mais quanto para menos, cria um efeito de sentido caricatural.

Diferentemente da aquarela, neste óleo sobre tela (figura 2) os contornos são mais definidos, as áreas de cores, mais intensas; as formas mais voluptuosas criam um aglomerado bloco de forças (o que poderíamos chamar de zonas de peso regradas por uma composição simétrica), realçado na dicotomia topológica entre direita e esquerda, figurativizados à direita pela cavalaria e, à esquerda, por aqueles que, infelizmente, por conta de coragem, sofreram com a guerra ou combate.

A partir da metade do século XVI, a pintura feita com óleos secantes (retardam a secagem) estava em pleno uso e bastante desenvolvida, tornando-se, desde então, a técnica padrão para a pintura. Embora quaisquer métodos de representação praticados pelos artistas sejam de fato um simulacro de realidade, a pintura a óleo possui características que superam seus defeitos e “em termos de qualidade ótica, ela ultrapassa a aquarela, a têmpera, o afresco, o acrílico e o pastel [...]. No passado, a pintura a óleo dominava o campo a tal ponto que, no que diz respeito à aceitação pública, os outros métodos de pintura eram relegados à condição de técnicas menores” (MAYER, 2006, p. 179-180).

Em contraste, percebemos o tom de rascunho (ver figura 3) que sua aquarela possui e que sublinha ainda mais a característica hierárquica e já consagrada na história do desenho enquanto projeto ou rascunho.

Figura 3. Detalhe



Nota-se também, na figura acima, o efeito de sentido caricatural revelado na face dos atores do discurso: tanto no colorido quanto no desenho a caricatura é presente.

Há, portanto, uma ruptura da tradição do óleo por parte de Debret nas pinturas e desenhos que compõem o livro *Viagem pitoresca ao Brasil*, ou que são contemporâneas a eles (como disse anteriormente, esta aquarela não fez parte do livro de *Viagens*). Ainda, segundo Naves,

são sobretudo os desenhos realizados para compor futuramente a Viagem Pitoresca ao Brasil – ao menos parte significativa deles – que revelam o esforço de Debret para ultrapassar seu dilema brasileiro, fazendo uma arte que mantivesse um vínculo com a realidade do país, sem perder de vista a dimensão crítica da postura ética neoclássica. Lidando agora com um meio menos sisudo e ortodoxo do que a pintura a óleo, Debret parece encontrar na aquarela uma técnica mais adequada a seu objeto (NAVES, 2011, p. 79).

O colorido, nesta aquarela, apresenta-se fraco e bastante suave, não revelando *virtudes cromáticas eloquentes*. Ao contrário, as cores compartilham dos mesmos matizes; ocorre uma gradação da cor ocre: nas figuras céu, terra, roupas rasgadas – todas essas figuras recorrem, de certa forma, a uma coloração tênue e de matizes pastéis, terrosos, de gradação aproximada, refletindo umas nas outras e determinando uma monotonia cromática longe de uma “verdadeira” pintura Neoclássica; esta última contempla cores vivas em contrastes. Nesse sentido, a cor adquire também características caricaturais.

Goethe, em seus *Escritos sobre a arte* (2008, p. 185), descreve o método que produz a caricatura e afirma que “nações fortes” e saudáveis, assim como crianças e pessoas jovens, alegram-se com cores vivazes e que o colorido enfraquecido que foge das cores vivas suscitaria, no enunciatário, um efeito de um enunciador que conta com pouco entendimento da harmonização das cores, produzindo, segundo ele, o “característico”, que, se exagerado, gera a caricatura.

Naturalmente, notamos certos tons coloridos na aquarela de Debret. No entanto, como já dissemos são tons atenuados. Normalmente, de pequenas dimensões, as aquarelas não são impactantes nem grandiosas. São corriqueiras, cotidianas. O tom informal do traço e das suas cores produz um efeito de sentido de pobreza e de inconsistência de virtudes. O povo e a paisagem retratados são, portanto, de poucas virtudes e de traços leves e pouco suntuosos, como queriam os neoclássicos. Assim, mesmo com uma carga pesada nas costas, mesmo que a aridez do calor do clima tropical castigasse os homens e mulheres, mesmo que a natureza pesasse sobre a cultura nos primórdios da civilização brasileira, os desenhos de Debret transmitem leveza.

Ao mesmo tempo, as coerções técnicas revelam, no fazer desse enunciador, um ar de descontração, de desimportância, de ludismo do artista que se projeta para o “impulso criador” do grande pintor: o artista que sabe pintar e conhece os limites de uma técnica, domina o colorido, os contornos, a proporção e demais categorias expressivas, mas preferiu desenhar de maneira descontraída uma cena também de descontração; nesse caso, o enunciador faz uso do desenho, com traços rápidos e sutis e lúdicos para descrever também uma brincadeira. Faço um parêntesis para tratar do termo *impulso*. Do latim, força que leva para frente. E aqui temos uma semelhança estreita com a noção de *foria* (retrocitada) na semiótica “força que leva adiante”, ou seja, o impulso, que engendra os sentidos, no caso de Debret, de identidade brasileira, que emerge como mostra a aquarela lúdica de Debret.

Em Tomasi (2012), há uma reflexão muito profícua sobre a atuação do homem enquanto *homoludens*, termo cunhado por Huizinga, na construção do imaginário artístico somado ao conceito de quebra da

“mediocridade do cotidiano automatizado”. Ainda que eu possa ir direto a Huizinga, farei uma citação em que a autora resume muito bem os pontos que mais nos interessam nesta análise, a respeito do conceito de *ludismo*. Tomasi (2012, p. 143) faz a redução dos pontos e como eles se relacionam com a arte, dizendo que o *ludismo* é característica fundamental do jogo e a arte é desinteressada do utilitarismo pragmático. Ludismo, aqui, não implica não haver “deveres” no jogo. Todo jogo tem regra, só que jogo não é obrigação; quem não aceita os “deveres” do jogo, pode sair dele; a finalidade do jogo, além de ganhá-lo, é o prazer que ele proporciona. Mesmo aquele jogador, que só visa ganhar, tira prazer disso.

Há ainda jogos cooperativos, em que não há ganhadores individuais e sim coletivos. Ainda assim há um tipo de prazer compartilhado. Arte e jogo situam-se fora do mecanismo das necessidades da vida. Embora haja certa regra e deveres no jogo, ou seja, uma vez aceito o jogo, há um dever; não há, porém, na vida cotidiana, o dever de jogar. Não é inversamente proporcional tal regra. Os jogos e a arte distinguem-se da vida, porque ocupam outro lugar e possuem outra duração. Tomasi reflete ainda, apoiada em Greimas, que:

os comportamentos humanos cotidianos são programados e perdem paulatinamente seu significado; daí que intocáveis programas de uso não precisem ser controlados um a um; gestos transformam-se em gesticulações, pensamentos em clichês. A banalização de todos os atos humanos transforma o lazer em produto negociável para dessemantizar a liberdade do sujeito. A arte seria uma procura de saída para esse labirinto, uma busca de embelezamento da vida, uma criação de lugares imaginários alimentados de esperança (TOMASI, 2012, p. 144).

A seguir, vejamos o desenho encaminhar-se para a pintura virtuosa.

3. Desenho como primeiro impulso para pintura virtuosa

Comumente, o desenho constitui-se em um programa de uso para a pintura. Embora certos aspectos plásticos possam ser elaborados pelo desenho, é o colorido que exerce maior intensidade sensível na enunciação de uma tela pictórica. Em Debret, podemos ver o colorido da aquarela usado como transparência. Esse método “consiste em sobrepor finas aguadas de cores delicadamente misturadas, umas sobre as outras, até que os efeitos de profundidade cor desejados sejam alcançados [...] dependendo da intensidade das aplicações e do efeito desejado, três, quatro ou mais camadas podem ser aplicadas” (MAYER, 2006, p. 366-367). Dessa forma, o que vemos são cores singelas, amenizadas, sem contrastes e sem grandes harmonizações. Normalmente, a aquarela é tida como um sistema de pigmentação transparente ou de *velaturas*; no primeiro sistema, utiliza-se o branco do papel para os tons pálidos e, no segundo sistema, os pigmentos são bastante diluídos, o que os torna tão transparentes quanto o primeiro, se utilizados de maneira mais esparsa.

Tais técnicas da aquarela eram basicamente utilizadas por estudantes iniciantes e por crianças como técnicas introdutórias em razão do preço comparativamente baixo, da simplicidade do aparato tecnológico e da fácil portabilidade. Dessa forma, a aquarela era também muito utilizada para croquis e rascunhos para,

posteriormente, serem executadas em outros suportes, como obra final. Vale lembrar que os trabalhos em aquarela foram mais reconhecidos a partir do século XVIII, por conta da Escola Inglesa de Artes, com o fortalecimento do chamado Iluminismo Escocês. No entanto, não entraremos nesse embate historicamente longo.

De qualquer forma, a aquarela está mais para um **efeito de sentido de pintura** que para um **efeito de sentido de desenho**. Seria um desenho que caminha para a pintura: o seu *primeiro impulso*.

Além disso, uma pintura em aquarela é relativamente mais rápida que uma pintura a óleo (naturalmente um óleo sobre tela pode criar um efeito de sentido de andamento acelerado e uma aquarela pode criar um efeito de sentido de lentidão, de acordo com a pertinência e a competência do enunciador e seus destinatários). De qualquer modo, a fluidez da aguada garante agilidade na execução, como já dissemos anteriormente.

Em alguns textos do século XVIII, notamos a afirmação de que a pintura, em relação ao desenho, é uma arte de maior prestígio entre os artistas plásticos, pois é diante de uma pintura que se poderiam captar as matizes e sombras sutis da figura do corpo humano, por exemplo, iludindo o enunciatário a acreditar que se poderia tocar no quadro para sentir a espessura e a maciez da carne, como se a pintura pudesse ser acessível a, pelo menos, mais que um dos sentidos, somando o sentido da visão ao *sentido tátil*. São convenções reduzidas de arranjos cromáticos, de volumes e proporções, que dão o efeito de sentido de corpo humano, ora mais figurativo, ora mais plástico (cf. SCHWARTZMANN, 2014).

Nosso intuito aqui é ressaltar algumas ideias e formulações teóricas e críticas sobre a pintura formulada por pensadores da segunda metade do século XVII e século XVIII que ajudem na argumentação de nossa análise, contrapondo o desenho da aquarela de Debret e suas coerções técnicas, bem como os efeitos de sentido suscitados nesse texto, pensando nas diferenças entre tal técnica e a pintura.

Para ser mais preciso, cito Roger de Piles que, em seu *Curso de pintura por princípios*, publicado em 1708, defende que a pintura deveria “surpreender, prender, interpelar, atrair o espectador, dar-lhe vontade de se aproximar” (LICHTENSTEIN, 2008, p. 98-99). Desse modo, segundo ele, seria o colorido, a pintura, que seria o objetivo maior do artista:

O pintor, que é um perfeito imitador da natureza, dotado de um desenho excelente – como se pressupõe –, deve portanto considerar a cor como seu objeto principal, uma vez que ele só vê essa natureza como algo imitável, que só é imitável porque é visível, e que só é visível porque é colorida (LICHTENSTEIN, 2008, p. 52).

Não é nosso objetivo dissertar sobre o que é imitação e os conceitos pertinentes à representação da natureza nem instaurar juízos de valor, mas mostrar as relações entre o colorido (a pintura) e o desenho referentes ao século XVIII e XIX (Neoclassicismo e Romantismo). A princípio, os conceitos pertinentes aos fazeres “pintura” ou “desenho” revelam, na enunciação, que a **pintura** possui supremacia pelo **sensível** e, portanto, é completamente absorvido o objeto pictórico pelos sentidos; já o **desenho** seria um exercício

técnico, racional e **inteligível, útil** na construção dos contornos e dos limites percebíveis nos objetos artísticos.

Ou seja, se tais pensadores serviram de apoio, juntamente com as modalidades discursivas da arte e da história da arte, para a formação da Estética como disciplina filosófica a partir do Neoclassicismo e, depois, no Romantismo é, pois, justificável que retomemos alguns pontos que elucidem nossa reflexão sobre a aquarela de Debret, artista Neoclássico pertencente à Academia de Belas Artes, fundada basicamente sob o viés do Iluminismo. Estes últimos configuram-se grande **destinador** para o enunciador da aquarela (Debret).

Para os grandes destinadores das artes do século XVIII e início do século XIX na França e, por conseguinte, destinadores de Debret, os atos exemplares e virtuosos, nas palavras de Naves (2011, p. 56-57), “teriam o poder de se atualizar no presente, despertando ações que os reponham historicamente”.

O desenho desta aquarela, no entanto, consiste em um desenho pronto. Debret escolheu a aquarela, porque a aquarela se fez adequada para aquilo que se procurou fazer. Mesmo assim, nesta aquarela encontramos uma potencialidade em formação de algo que pode ser grandioso, como a virtude guerreira em formação, ou seja, naquelas crianças estariam o ímpeto da virtude guerreira já realizada na figura dos soldados, que surgem no segundo plano topológico da aquarela. Reforço: não estou afirmando que Debret nos entregou uma aquarela rascunhada. Não é isso. Como se trata de um tema cotidiano e “leve” (crianças brincando), a técnica da aquarela é uma brincadeira de criança. Quem quando criança não brincou de aquarela? Já na palavra *aquarela*, temos um sentido de “tinta”, que pinta, mas não é tinta, pois é feita com água. Parece tinta, mas é água colorida. Todavia, se deduzimos o desenrolar da narrativa da aquarela de Debret, notamos que, apesar de chamar de “primeiro impulso” para uma pressuposta futura grande guerra, a “virtude guerreira” na infância “aponta a possibilidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa tendência de espírito” quando adultos (NAVES, 2011, p. 43). Quando adultos, a tinta talvez não seja água (aquarela), mas tinta-tinta (óleo), como as pinturas que Debret fez de Napoleão, o herói virtuoso.

Como dissemos, até certo ponto, a escola neoclássica endossava a retomada de valores e ideais de um imaginário clássico, tido como modelo, cheio de virtudes a serem revividas novamente.

Talvez aqui notemos certa ironia. O enunciador prevê uma guerra (inclusive a pinta em segundo plano) e mostra que esse *dever* é uma qualidade pressuposta de uma grande civilização virtuosa. Mas nesse mesmo momento demonstra que a virtude guerreira, apesar da disciplina e da ordenação, da racionalidade, que tornaria triunfante qualquer civilização, ainda é, por fim, uma guerra. Nesse aspecto, a guerra, o ato de guerrear e a pressuposta virtude são paradoxais. Como resolver essa equação?

No jogo simulado dos atores crianças, o sorriso é marcante e a guerra fictícia pode levar à glória. No entanto, o enunciador mostra, ao longe, como verdadeiramente é horrível a guerra. Seria preciso o povo brasileiro aprender a guerrear para tornar-se um povo virtuoso? Quais lições as civilizações europeias trariam sobre a guerra?

Houve, durante a Revolução Francesa, o endosso, da parte de Napoleão, de se estabelecer uma noção de heroísmo e de exemplo de conduta cívica e política. Certo realismo é impresso nas telas, deixando os ideais apenas a entrever pelos títulos e por alguma dramaticidade nas figuras representadas. Por exemplo, nas pinturas napoleônicas que citei (figura 2), em que Debret pinta Napoleão homenageando a coragem infeliz, temos um tema nobre e virtuoso, embora a pintura pareça um tanto mal resolvida (dois blocos separados sem muita coesão entre as partes topológicas – dá a impressão de que o enunciador apenas preencheu os espaços após pintar as figuras mais importantes, deixando alguns espaços com pouca comunicação e “figuras dispersas”). Basta olharmos novamente a pintura (figura 2) e veremos que é nítida a divisão entre dois blocos de manchas, uma à direita e uma à esquerda. Não há uma totalidade no quadro pintado. O que faz deste quadro um bom quadro neoclássico é, sem dúvida, o tema da nobreza do gesto da figura discursiva de Napoleão; já no plano da expressão, a pintura fica muito aquém dos quadros de David, grande destinador deste período.

Nas pinturas decorrentes da missão artística francesa, no Brasil, a relação fundamental natureza X cultura é evidente. A virtude dos homens ainda está em formação. Vemos, por exemplo, paisagens naturais que ocupam grande parte do papel pintado e poucas figuras da ordem da cultura preenchendo o entorno. Isso ocorre porque, primeiramente, o Brasil era um país em formação. Tanto formação moral (virtudes?) quanto formação urbana, arquitetônica.

O paradoxo das virtudes do guerrear (matar o inimigo é ser virtuoso?) encontra certo aspecto moralizante contrário na enunciação da tela e na enunciação do texto que a acompanha. Observando os planos topológicos, podemos ver, no primeiro plano, crianças brincando de guerrear; no segundo plano, guerreiros adultos praticando a guerra e uma casa ao centro esquerdo da tela; no terceiro plano, um horizonte vazio, da ordem da não cultura. São crianças aprendendo a ser civilizadas, virtuosas e guerreiras, ou seja, estão se culturalizando.

O adulto, aquele que tem a suposta competência, a virtude, o ser cultural em seu exercício, porém, pode estar mais próximo da barbárie, para uma animalidade (matar por território e matar por comida são instintos animais, ou seja, são percursos narrativos comuns na idade adulta); ainda no segundo plano, a casa supostamente abandonada perde-se no horizonte da natureza grandiosa da terra ainda não ocupada no terceiro plano (vazio). O que fica entre todos os planos, plena e maior que tudo isso, é a grande árvore, à esquerda do quadro. Ela revela ser uma figura que perpassa todos os planos do quadro.

Ainda mais, as três partes da tela figurativizam (essa é a minha proposta analítica; todo texto, quando submetido a análise, pode ser alvo de crítica ou de outra análise; as análises textuais ainda pertencem às ciências humanas; mesmo as ciências, que se dizem natural ou exata, sofrem mutações ao longo dos estudos), ainda, os ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, compondo o quadro da seguinte forma: (1) Primeiro plano (plano baixo): fraternidade → o que está mais próximo do enunciatário;

(2) Segundo plano (plano médio): igualdade → o que está se afastando gradualmente do enunciatário; (3) Terceiro plano (plano alto): liberdade → está distante do enunciatário.

A fraternidade está configurada nos garotos brincando (próximos dos olhos do enunciatário); a igualdade revela que, quando há guerra, não há diferenças por parte de um povo guerreiro virtuoso ou não, pois, na barbárie e na multidão, as pessoas tornam-se iguais (veja mais afastada a multidão aglutinada pela guerra); e a liberdade (a mais distante do enunciatário) é representada pelo infinito horizonte e também representada pela árvore. Nota-se que nem mesmo a borda do quadro interrompe a manifestação de sua plena liberdade.

Dois percursos ocorrem no texto. Passa-se (1) da cultura à natureza, quando a árvore, majestosa, perpassa as três dimensões do quadro e (2) da liberdade à opressão: liberdade da brincadeira da criança (mais perto do enunciatário) encaminha-se para o percurso da opressão (dos homens guerreando no segundo plano). Por fim, o horizonte (no terceiro plano) é vazio e, aqui, a liberdade, passageira, encaminha-se em direção à opressão novamente (as guerras não acabam); esse é o percurso do olhar do enunciatário na tela. Por mais que se busque um horizonte “liberto”, lá não há nada; os olhos voltam-se sempre para a cena cotidiana, a guerra, a brincadeira das crianças, o espaço terreno, mais próximo. Além disso, assim como a liberdade é utopia, a virtude também o é. Tanto a liberdade quando a virtude são inalcançáveis, retendo-se apenas em uma ideologia (a do Neoclassicismo, a da Revolução Francesa, a do Iluminismo do lema “liberdade, igualdade, fraternidade”).

Figurativizado pelas crianças brincando e destinado pela virtude guerreira, os sujeitos desse primeiro plano se contrapõem ao grupo compacto de soldados no segundo plano. Enquanto as crianças brincam de guerrear, aparentemente não há nenhum dever (naturalmente teríamos sanção mesmo na brincadeira – a criança joga para ganhar, perder); no entanto, no auge da brincadeira ainda não há perdas nem ganhos, basta olharmos novamente a figura 3, em que vemos o detalhe no rosto das crianças sorridentes e brincando. Aqui, há um *dever fazer*, dentro das possibilidades e necessidades cotidianas de uma guerra, etapa que levaria a uma Revolução, tal qual a Revolução Francesa, em que virtudes caracterizam em certa medida o valor de uma civilização “adulta”, diferentemente do Brasil, um país ainda “jovem”, que, ao espelho da França, pretende-se virtuoso.

Assim, a liberdade está concretizada nos atores crianças e seus fazeres imitativos – brincam de guerrear; e por ser brincadeira, estão do lado da liberdade, pois também podem interromper tal brincadeira. Talvez surja o dever quando os pais a chamam para alguma tarefa cotidiana (dever escovar os dentes, dever dormir, etc.); no entanto, na tela, não há dever para os atores crianças. A opressão se concretiza no fazer dos atores adultos que têm no guerrear uma obrigação: a luta por comida, território, moradia, etc.

Semanticamente, podemos definir: (1) os atores crianças marcham da direita para esquerda, subvertendo a ordem de leitura tradicional de um texto, os primeiros sujeitos são mais atarraxados, franzinos e estão uns muito próximos aos outros, com roupas rasgadas, todos descalços e com poucos adornos - a não

ser os seus instrumentos de batalha, como espadas, capacetes e cornetas; (2) na passagem para esquerda, os sujeitos vão ficando mais altivos (mas ainda sem os calçados), menos aglomerados, e com roupas mais coloridas e menos rasgadas e já aparecem adornos em seus cavalos de madeira; (3) o primeiro à esquerda se posta solene, com roupas mais elegantes e com a cavalaria impecável (único com sapato e com roupas distintas). Seria esse um percurso que vai da ralé (soldado raso), da mistura, e vai para uma triagem em que o capitão – ou qualquer que seja a patente – torna-se virtuoso? Percurso da higienização?

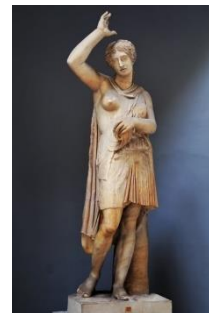
É sabido que essas imagens foram feitas por um olhar eurocêntrico e que, por isso, trazem consigo um mecanismo de construção da imagem com traços generalizados da Escola de Belas Artes. A proporção e as posturas, comumente retratadas entre os mulatos e mestiços, pintados pelos artistas da Missão Francesa, repetiam o famoso cânone clássico dos joelhos levemente dobrados, pés acentuados para frente, entre outras regras de composição. Comparemos duas imagens. Uma delas das “missões” e outra de uma escultura clássica greco-romana:

Figura 4.



*Negro vendedor de flores, (Debret)
aquarela sobre papel, 18,9X9,74 cm
Museu Castro Maya, Rio de Janeiro, Brasil*

Figura 5.



*Amazona Ferida
cópia romana segundo um original grego de
bronze, de Policleto, séc. V a.C. (c. 440-430
a.C.). Mármore.*

Contudo, no Debret da aquarela-objeto de nossa análise, as regras de composição individualistas não estão presentes. Mesmo nas obras em que vemos alguns resquícios de classicismo (ou neoclassicismo), a alusão às regras de composição fica em segundo plano, deixando-nos apenas uma lembrança que revela coerência em seu percurso plástico e mostrando-nos que, em seus ensinamentos, obteve competência e pertinência em escolher aqueles traços. O fato de serem menos presentes também pode ser uma evidência de que Debret reconhecia que seu olhar diante das cenas do Brasil era o de um estrangeiro. Saber disso e compreender a dificuldade de se desconstruir como Europeu coloca Debret em um posicionamento diferente de seus companheiros artistas das missões. Jean-Baptiste Debret parece ter sido o primeiro artista a reconhecer que não poderia seguir certos cânones importados e levá-los a cabo sem que houvesse adaptações nas composições. Há estudos que defendem um tipo de ruptura de tradições em Debret (cf. NAVES, 2011).

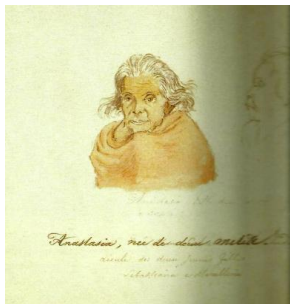
Vimos também anteriormente que, aos poucos, os ideais classicistas estariam mais diluídos após a Revolução Francesa e que Debret parece saber que as normas muito rígidas poderiam não servir para

representar cenas tão cotidianas de um país em formação. A mudança em seu fazer artístico, segundo Naves (2011, p. 48), foi apontada por L. Gonzaga Duque-Estrada (1888), por Mario Barata (1968), Sérgio Millet (1891), entre outros. Ressaltem-se ainda outros estudiosos como Monteiro Lobato (1917), Mario Pedrosa (1955), que dizem que, além de mudar sua maneira de pintar, Debret passou a afastar-se dos ideais greco-romanos e dos princípios neoclássicos (NAVES, 2011, p. 49).

Constituiu, assim, em certa medida, um artista preocupado em incorporar certos traços da sociedade brasileira, do seu cotidiano, sem deixar evidente uma visão classicizante de seu ponto de vista.

Mostrarei a seguir, a título de exemplo, outro artista das Missões que, diferentemente, parecia não se importar em colocar seu ponto de vista em evidência. É o caso de Aimé-Adrien Taunay, que chega ao Brasil junto com seu pai Nicolas Antoine Taunay, ambos integrantes da Missão Artística Francesa, em 1816 e que, em seus retratos realizados em Guimarães em 1827, todos em aquarela sobre papel, 23 X 18 cm, pareceu não deixar de afirmar sua posição eurocêntrica.

Figura 6.



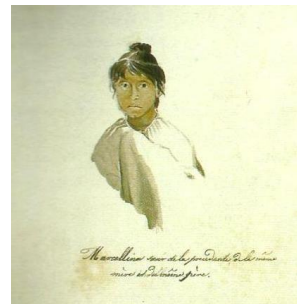
Anastácia, filha de mestiços, avó das duas jovens Sebastiana e Marcelina

Figura 7.



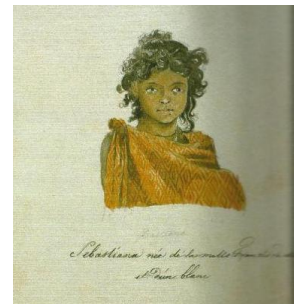
Francisca de Salles, filha de Anastácia e de um mestiço e de um branco

Figura 8.



Marcellina, irmã da anterior, por parte de mãe e de pai

Figura 9.



Sebastiana, filha da mestiça Francisca de Salles

Na série acima, Adrien Taunay retrata não de maneira ideal, como poderia tê-lo feito, mas buscando compor os retratos de descendentes de uma família Bororo, na Chapada dos Guimarães, e evidenciando as transformações étnicas. Como podemos notar, as legendas registram o fato de que são mestiços ou filhos de mestiços com brancos.

Escolher as pinturas de Adrien Taunay, artista contemporâneo de Debret e com ideais da mesma escola artística neoclássica, serviu-nos para endossar a nossa hipótese de que, mesmo que de forma mais tênue em Debret, como afirmamos anteriormente, o olhar eurocêntrico estava presente nas criações artísticas das Missões. Assim é que podemos afirmar que há, pois, um discurso de pureza étnica na aquarela aqui analisada.

No caso da aquarela de Debret, os mestiços, caboclos estão com roupas mais sujas, rasgadas e seus artefatos são de matérias frágeis, menos coloridos e com pouco ou quase nenhum adorno; já o menino da esquerda (o da mais alta patente do grupo) veste roupas mais coloridas, sua pele é mais clara, ele é o único que calça sapatos e seu cavalo de pau está muito mais emplumado. Trata-se de uma composição nada ingênua. Não é por acaso que o rapaz, que move o grupo à procura da virtude, seja o mais virtuoso. Este garoto é o que possui o tom de pele mais clara, ou seja, o menos mestiço, ou, ainda, o não-mestiço.

Depreendemos, da direita para esquerda, um ritmo mais lento, que é percebido pela aglomeração à direita, dos meninos que chamei de mestiços. No percurso do olhar, a própria tela vai segregando cada vez mais o grupo, aumentando a distância entre eles e diminuindo o número de aglomerados (o aglomerado foi triado à direita e o exclusivo, o menino de traje distinto, e a árvore, soberana, à esquerda). Voltando à tela, notamos o seguinte movimento: (A) do grupo de cinco a seis crianças (a sexta criança um pouco à frente das outras cinco), passamos para (B) um número menor (três) sendo que apenas dois meninos juntos e, em uma distância maior, e chegamos (C) ao líder isolado (menino que chamo de não mestiço). Imponente e soberano está o garoto que detém em si a *potencialidade* da virtude. Ele é que conduz todos os outros na brincadeira.

Como dissemos, o percurso da higienização está presente na aquarela. No primeiro plano do papel, o que vemos são mestiços à margem direita (mestiços, marginalizados no plano da expressão e no plano do conteúdo, são figuras pobres e destituídas de virtudes) e à esquerda o menino que representaria a “pureza de uma raça”. Barros (2008, p. 351-352) afirma que há, no início do século XIX, no Brasil, a reiteração de certos usos da língua erigidos para uma construção discursiva de identidade nacional brasileira. Em alguns aspectos, a identidade linguística e de nação brasileira foi, por vezes, valorizada e também desvalorizada em decorrências das variações e do afastamento do discurso clássico purista, além dos regionalismos e registros sociais do português brasileiro. Assim, o discurso da pureza está presente nas ideologias das gramáticas, mesmo que minimizado ou discutido, já que a busca por uma origem, mesmo que de forma velada, se faz notar:

Embora haja poucos casos de variações brasileiras consideradas como maus usos, esses poucos exemplos mostram a relação naturalista da língua com a “raça” [...] Em outras palavras, a gramática brasileira esboça uma reação ao preconceito e à intolerância dos portugueses em relação aos usos brasileiros, mas não deixa de incorporar essas intolerâncias em alguns momentos em que o discurso traz traços de racismo (BARROS, 2008, p. 353).

O que podemos depreender deste trecho é que o discurso de identidade nacional, pelo menos no início do século XIX, ora é marcado pela intolerância e preconceito com os regionalismos e com o português brasileiro (já não é mais europeu), ora é marcado pela tentativa de mostrar a importância de uma língua brasileira atualizada e nacional. Parece-me uma onda que pairava no momento intelectual entre esconder e mostrar o discurso da intolerância e, na pintura de Debret (século XIX também), como vimos, não é diferente do pensamento das gramáticas. A coexistência de uma ideologia, seja na esfera política ou social, é transferida como destinadora dos ideais de construção de uma estética, por exemplo.

Assim é que determinados pontos em comum com os princípios da Revolução Francesa desembocaram no retorno de ideais clássicos na Escola de Belas Artes. O que podemos depreender mais uma vez é que o discurso da pureza, mascarado ou não pelas gramáticas, são discursos construídos pelo pensamento vigente do final do século XVIII para o século XIX entre Brasil e Portugal. Todas essas conjunturas

são pertinentes para analisarmos o que o enunciador da obra “O primeiro impulso...” nos quer revelar ou esconder uma ideologia.

Observando o título *O primeiro impulso da virtude guerreira*, confirmamos a hipótese de que se trata de uma aquarela que revela um discurso ideológico. Quando um enunciador enuncia, ele não só mostra, como também esconde alguns conceitos e preconceitos. O título, além de outras coisas, revela-nos alguns sentidos que foram suscitados pelo pensamento vigente do Neoclassicismo na França, aproximando em certa medida os ideais da Revolução Francesa e a corrente artística liderada por Jacques-Louis David, primo mais velho de Debret.

Naves (2011, p. 43), em seu artigo *Debret, o neoclassicismo e a escravidão*, ressalta que, embora o título fale sobre uma ação virtuosa, qualificada como guerreira e pelo fato de se tratar do “primeiro impulso da virtude guerreira”, a expectativa seria de uma obra pictórica também virtuosa que contivesse também em sua estrutura expressiva uma vontade reta e idealizada “capaz de submeter a seu império todo o sensível. Uma ordenação forte e unívoca”. Para o autor, o uso da aquarela e de recursos técnicos menos elaborados revela um fazer menos “virtuoso” se comparado à tradição neoclássica europeia.

Para finalizar a análise, seria possível, portanto, que o enunciador simulasse a virtude tomada como algo positivo em uma civilização ainda de formação identitária débil, o que ironicamente apontaria para um fracasso (fracasso que é enunciado no plano médio da tela – guerra pela guerra, um aglomerado de manchas simulando uma batalha, em que inimigos se igualam na massa de manobra militante, sem que haja glorificação ou ideais nobres evidentes). O enunciador, ao utilizar **virtude** em seu título, “sublinha a identidade entre a disposição para o bem e a defesa do interesse comum e da igualdade” (NAVES, 2011, p. 43). Trata-se, portanto, de um enunciador destinado por ideais iluministas que prescreviam certo modo de saber fazer para os pintores neoclássicos. Dessa maneira, o enunciador, no papel de artista neoclássico, deveria se preocupar em criar um efeito de sentido tanto de maravilhamento, quanto do cotidiano e equilibrar as sensações nos sujeitos da enunciação para que houvesse, além do gozo estético, uma centelha que seja de *moral*.

Segundo Mattos, a **verossimilhança**² depende de um jogo sutil de “compensações entre o comum e o incomum, ‘a verdade da natureza’ ocultando do espectador ou do leitor ‘o prestígio da arte’”. Como afirma Diderot, “a arte está em misturar circunstâncias maravilhosas nos assuntos mais comuns” (MATTOS, 2004, p. 83-84). As *escolhas enunciativas* dos artistas, sejam eles poetas ou pintores, deveriam levar em conta a “*moral aplicada*”. Ou seja, além do *gosto* e da *comoção* que arte deve suscitar no espectador, ela deve, em sua finalidade, conciliar o *belo* ao *útil*. Para Mattos, recorrendo a Chouillet, o procedimento que garante

² O termo *verossimilhança* é de Diderot (cf. MATTOS, 2004, p. 83 ss), não tendo nada a ver com a veridicção de Greimas; como se trata de reflexão via pensamento de Diderot, mantemos “verossimilhança”. Observe-se que Diderot é um dos primeiros críticos de arte a tocar no termo “verossimilhança”; posteriormente, os estruturalistas rebatizaram o termo para “veridicção”; para saber mais, cf. TOMASI; SCHWARTZMANN, 2015, p. 126-145.

colocar a *moral* em *ação*, ou seja, aplicá-la, se deve ao trabalho de criar “imagens sensíveis” e não de pregar abertamente “máximas de conduta moral”:

para ele [Chouillet], mediante essas “imagens”, o romancista transporta as verdades abstratas e gerais para as “zonas profundas” da sensibilidade [...]. “A equivalência de emoção cria uma equivalência de conduta, a qual tem o valor de um compromisso”. O processo é tanto mais eficaz quanto o romancista apanha o leitor, por assim dizer, desprevenido, ou seja, segundo os próprios termos de Diderot, “naqueles momentos em que a alma desinteressada está aberta à verdade”; neste momento, “semeia nos corações germes de virtude” que, a princípio permanecem latentes, à espera da ocasião que os revolva, fazendo-os “desabrochar” e “desenvolver-se” (MATTOS, 2004, p.79-80).

As observações de Diderot orientam-se pela necessidade de a obra de arte semear “nos corações germes de virtude”. Pressupõem que o sujeito da enunciação (criador e leitor) sejam competentes para identificar, reconhecer os “discursos das paixões” nas personagens, bem como dar voz às paixões nos enunciatários da obra de arte.

Aqui, poderíamos pautar nossa análise nos aspectos condizentes à verossimilhança e à figuratividade, aspectos estes que, semanticamente, preenchem o sentido das formas pintadas, ora mais, ora menos intensamente. Mesmo as figuras discursivas do primeiro plano, como já apontamos, parecem simplificadas, como uma espécie de rascunho ou caricatura de jornal. Basta olharmos novamente para o rosto das crianças, suas vestimentas e as proporções de seus corpos, tudo figurativizado de maneira jocosa.

Assim é que, no primeiro plano, temos a brincadeira das crianças (caricaturas); no segundo plano, a guerra é real (aglomerado de formas pouco distintas umas das outras – dando efeito de sentido de movimento, de ação de guerrear).

Nesse aspecto, teríamos, no nível fundamental, o par *liberdade X opressão*. O tema da virtude guerreira, no primeiro plano, é recoberto pela figura das crianças, ou seja, do jogo e da fuga do cotidiano; no segundo plano, as figuras são do dever da guerra, como já apontamos.

Embora as crianças perfaçam um percurso regrado (cada figura discursiva desempenha um papel actancial definido, como o tocador de trombeta, o porta estandarte, e o capitão – figuras de patentes e funções estabelecidas), elas estão no âmbito da brincadeira (a criança pode fingir morrer, simular as batalhas, criando um universo imaginário, em que regras também existem, mas muito particularmente; acabado o jogo, tudo se desfaz; as figuras do primeiro plano são também, no plano da expressão, **manchas de contorno** mais ou menos nítidas, desencadeadas, discretizantes, coloridas, o que dita certo ritmo compassado, assim como uma marcha militar [“marcha soldado, cabeça de papel”]...).

Ao contrário do que normalmente se vê nas leituras ocidentais (da esquerda para a direita), as figuras preenchidas semanticamente por meninos subvertem tal regra, caminhando da esquerda para direita (no jogo muitas vezes pode-se fazer o que lhe é proibido). Essa ordem da marcha das crianças orienta também o enunciatário a olhar o quadro da esquerda para a direita. Por outro lado, os soldados “adultos” se comportam de maneira confusa, o que, no plano da expressão, também é recoberto por amontoadas e aglomeradas de

manchas fluidas e monocromáticas. Dessa maneira, podemos depreender que, no primeiro percurso, a liberdade se dá na brincadeira, onde tudo pode e a opressão estaria no segundo plano narrativo, em que as figuras discursivas dos soldados buscam a guerra como objeto de valor, mas que, ironicamente, o enunciador mostra ser o campo da barbárie, algo que se afasta daquilo que se chama “virtude guerreira”. A guerra atinge todos indistintamente. A opressão também pôde ser verificada pela diferença topológica entre os planos. Enquanto no primeiro plano as figuras ocupam quase a totalidade horizontal da tela e são livres para caminhar, inclusive subvertendo a ordem tradicional, no segundo plano, as figuras se concentram à direita e, além disso, são minimizadas pelo efeito de sentido de distanciamento do ponto de vista aéreo simulado na paisagem. Ou seja, são de tal forma oprimidas no plano da expressão que são, muitas vezes, desprezadas pelo enunciatário e, na maioria das vezes, não são nem sequer vistas. É preciso uma pausa diante da tela para que possamos ver a cena da guerra pintada ao fundo.

4. Considerações finais

A chamada Missão Artística Francesa, como sabemos, trouxe aproximadamente na mesma ocasião, em março de 1816, artistas como Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), Thomas Ender (1793-1875), Johann Moritz Rugendas (1802-1858) e Jean-Baptiste Debret (1768-1848), entre outros, e teve certo peso no Brasil por instaurar a chamada Academia de Belas Artes. Ao fundar-se por decreto em 12 de agosto do mesmo ano, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, nome oficial da escola, tratou de apresentar não só objetos, como pintura, mas também esculturas, obras arquitetônicas e gravuras, todas elas com representativos aspectos etnológico, historiográfico e antropológico, por conta do caráter documentarista das obras. Não é por acaso que Debret escreve e descreve sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

Além disso, as escolas de Belas Artes, vigentes na Europa, eram de dominância Neoclássica, trazendo no âmago questões iluministas. Palavras como *Liberdade*, *Igualdade* e *Fraternidade* ecoavam na França já adulta, nesse período. No Brasil, país ainda jovem, temos uma necessidade de criar parâmetros e ideologias para a constituição de um povo, cujo percurso foi traçado pelos colonizadores, que trouxeram os professores de lá para cá. Na imitação, se constroem bases para que se aprenda e que se desenvolva uma nação virtuosa. Mesmo nesses parâmetros, Debret parece saber que o que rege seus fazeres são postulados eurocêtricos, importados, e que, talvez, não encontre conforto na grandiosidade de um país em que a natureza ainda toma conta dos espaços e da paisagem.

A formação de uma identidade brasileira se constrói, como vimos na discussão sobre a aquarela, a partir da desconstrução de certos parâmetros importados. Ao explorar as categorias plásticas, também podemos notar que o ocre contido nos matizes sutis de cada figura representada é de cor opaca, transparente e sem brilho. As figuras ainda estão dispostas umas ao lado das outras, paralelamente, tendo pouca ênfase e pouca dinâmica. Embora haja uma repetição dos elementos, eles se dão de forma retilínea;

as poucas inclinações e poucas diagonais que vemos são sutis e pouco marcadas, tornando-se monótonas, tanto cromaticamente quanto eideticamente.

Retomando a análise, topologicamente, temos também três divisões; a horizontalidade, nota-se, é mais acentuada/tônica e perpassa todos os planos. A única ruptura mais drástica é a figura de uma árvore, à esquerda do quadro, que percorre todos os planos, perpendicularmente, cortando e indo além da borda do quadro, o que nos permitiu justificar tal posição de transbordamento como a liberdade, premissa maior de toda civilização que deseja transpassar barreiras. Ou seja, qualquer valor ou virtude é menor do que o da liberdade

Referências bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Preconceito e intolerância em gramáticas do português. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.) **A fabricação dos sentidos**: estudos em homenagem a Izidoro Blikstein. São Paulo: Paulistana: Humanitas, 2008, p.339-363
- BAYER, Raymond. **História da estética**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (Org.). **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Objetiva, 1999.
- DIDEROT, Denis. **Obras II**: estética, poética e contos. Organização, tradução e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GOETHE, Johann Wolfgang. **Escritos sobre arte**. São Paulo: Humanitas Editorial, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A cor eloquente**. Tradução de Maria Elizabeth Chaves de Mello e Maria Helena de Mello Rouanet. São Paulo: Siciliano, 1994.
- _____. (Org.). **A ideia e as partes da pintura**. Coordenação da tradução de Magnólia Costa. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MATTOS, Franklin de. **A cadeia secreta**. São Paulo. Cosac & Naif. 2004.
- MAYER, Ralph. **Manual do artista**. Tradução de Christine Nazareth. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- OLIVEIRA, Ana Claudia de (Org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker, 2004.
- SCHWARTZMANN, Saulo Nogueira. **Semiótica da composição pictural**: o jogo tensivo entre o figurativo e o plástico na Série das Ligas de Wesley Duke Lee. São Paulo, 2014, 149 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral), Universidade de São Paulo.
- TOMASI, Carolina. **Elementos de semiótica**: por uma gramática tensiva do visual. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Semiótica da agudeza**: negação da euforia barroca nos objetos poéticos no final do século XX. São Paulo, 2014, 518 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral), Universidade de São Paulo.

_____; SCHWARTZMANN, Saulo. Ética e estética em Diderot e Zilberberg. In: AQUINO, Zilda G. O. et al. (Org.). **A multidisciplinaridade nos estudos discursivos**. São Paulo: Editora Paulistana, 2015. p. 126-145.

ZILBERBERG, Claude. **Razão e poética do sentido**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Elementos de gramática tensiva**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Viajando pelos mares da metáfora: cognição e discurso na linguagem metafórica em uso

Solange VEREZA¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo traçar um breve panorama das tendências teórico-analíticas que estudam a metáfora, desde a sua abordagem cognitiva, introduzida por Lakoff e Johnson (1980 [2002]), até os estudos mais recentes, de natureza discursivo-cognitiva, que buscam articular cognição e discurso. Dentro dessa última perspectiva, defende-se que as instâncias da metáfora na linguagem e no discurso, tanto no nível sistêmico quanto no do uso, não devem ser tratadas apenas como marcas de metáforas conceituais subjacentes, com um papel epistemológico secundário, como é o caso de abordagens conceituais mais ortodoxas. Estudos recentes, como os que serão tratados neste artigo, propõem que a metáfora, ao articular as dimensões cognitivas e discursivas no uso linguístico, evoca instâncias mais estáveis, como a própria metáfora conceitual, ao mesmo tempo motivando, no entanto, frames mais episódicos característicos da figuratividade discursiva. Dessa forma, a metáfora na linguagem, tanto no sistema quanto no uso, por estar sempre atrelada ao seu nível cognitivo, também deveria importar aos estudos cognitivos, por exercer um importante papel na produção de sentidos. Para ilustrar essas questões, verificaremos como uma única metáfora conceitual, A VIDA É UMA VIAGEM, pode ser abordada a partir de suas manifestações em diferentes domínios, tanto sistêmico quanto discursivo, do fenômeno linguístico-cognitivo.

Palavras-chave: metáfora, cognição, discurso.

1. A metáfora: da linguagem para o pensamento

A visão de metáfora que parece prevalecer no senso comum e nos contextos acadêmicos não-especializados, ou seja, nos contextos em que a metáfora faz parte do objeto de estudo, mas não é o objeto de estudo em si, como é, frequentemente, o caso dos estudos literários, é a de que a metáfora, sendo uma figura de linguagem, é um modo específico de expressão linguística que teria uma contraparte literal. A especificidade da metáfora, de acordo com essa visão, estaria, “na substituição de um termo por outro em uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam”². Ainda nessa visão, “a substituição de um termo por outro” seria “resultado da imaginação, da subjetividade de quem cria a **metáfora**”³. Sendo a metáfora fruto linguístico de um “ato de imaginação”, portanto, ela seria mais facilmente encontrada em gêneros literários. Por essa razão, a metáfora habitaria a poesia e, em outros discursos, por ser “resultado da imaginação”, representaria:

um embuste, abuso, imperfeição, defeito, *engano*, equívoco, insinuando ideias erradas e induzindo o juízo ao erro, sendo completamente distante da verdade (ROSENVELT, 1998, p.90).

¹ Professora Titular do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Líder do Grupo de Pesquisa GESTUM - Grupo de Estudos da Metáfora. Pesquisadora de Produtividade do CNPq. E-mail: svereza@uol.com.br

² Usamos aqui a definição apresentada no *Dicionário Online* (<http://www.dicionarioinformal.com.br/metáfora/>), não por ser a mais correta ou confiável teoricamente, mas pelo fato de os termos nele contidos serem definidos pelos próprios usuários, provavelmente expressando, mais nitidamente do que em dicionários formais, a visão do senso comum.

³ (<http://www.dicionarioinformal.com.br/metáfora/>)

Essa visão só foi diretamente desafiada a partir da publicação, em 1980, da obra, já há muito considerada clássica, *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson (2002[1980]). Mais do que resgatar a importância da metáfora, os autores deslocaram o seu lócus da linguagem para o pensamento. Uma figura de pensamento não é um simples recurso retórico, nem mesmo um ato linguístico da imaginação poética; a metáfora, em nível cognitivo, estaria, segundo os autores,

presente na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação. O nosso sistema conceptual, por meio do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico em sua natureza. (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 5).

Essa nova perspectiva resultou em uma verdadeira quebra de paradigma nos estudos da metáfora, que, inclusive, influenciou estudos em áreas relacionadas, além da linguística, como, por exemplo, a psicologia, a educação, as ciências cognitivas e políticas, a arte e os estudos da mídia (GOLA; ERVAS, 2016).

Mais especificamente, a chamada virada cognitiva fez com que a pesquisa na área passasse a abordar as expressões metafóricas, encontradas na materialidade linguística, como marcas ou instanciações particulares de metáforas conceptuais subjacentes. Além disso, o que antes era visto como uma expressão mais ou menos deliberada da subjetividade, um produto da imaginação, como dito anteriormente, tornou-se apenas evidência de representações mentais metafóricas, que fariam parte do sistema cognitivo como um todo.

Sendo assim, a metáfora, nesse recorte, estaria no âmbito do sistema conceptual e não do uso linguístico (STEEN, 2006), propiciando uma possível analogia, mesmo que parcial, com a dicotomia saussuriana *langue x parole*.

2. A recente perspectiva cognitivo-discursiva da metáfora

Mais recentemente, estudiosos da metáfora (CHARTERIS-BLACK, 2004; MEY, 2006; CAMERON; DEIGNAN, 2007; SEMINO, 2009; GONZÁLVEZ-GARCÍA; CERVEL; HERNÁNDEZ; 2013, entre outros) passaram a observar que o funcionamento da metáfora no âmbito do discurso não parecia depender apenas de instâncias estáveis, como a metáfora conceptual, mas sim de fatores que dizem respeito ao próprio contexto discursivo. Isso não implicaria, no entanto, a rejeição da perspectiva cognitiva; afinal, os ganhos epistemológicos e conceitos relevantes para a compreensão da metáfora, gerados pela virada cognitiva, não podem ser descartados. A proposta seria a de que haveria um *entrelace* entre a dimensão *on-line* (metáfora em uso, mais episódica) e *off-line* (metáfora no sistema conceitual, mais estável) no acontecimento discursivo em que a metáfora é acionada:

Podemos investigar fenômenos que dizem mais respeito [...] a algumas instâncias do plano “e” (estável), como frames *off-line*, construções gramaticais, metáfora conceptual, MCIs etc. Nesse caso, provavelmente estaríamos fora dos parâmetros que definem a “experiência linguística” [...]. No entanto, ao mergulharmos na indeterminação do plano “e”, episódico ou *online*, ou seja, ao emprendermos uma investigação da metáfora em

uso, torna-se imprescindível estabelecermos um diálogo sistemático entre elementos dos dois planos. Afinal, a metáfora em uso pode gerar a criação de novas telas da experiência, mas sempre a partir de pinceladas e retoques sobre telas de sentidos já existentes, mesmo que esses não alcancem, explicitamente, a superfície de nossa consciência. (VEREZA, 2013b, p.121).

Nessa perspectiva, fez-se necessário proporem-se, sistematicamente, conceitos e unidades de análise que pudessem dar conta da metáfora em uso, contemplando tanto os seus aspectos cognitivos quanto discursivos. Entre essas propostas, ressaltam-se os conceitos de *metaforema* (CAMERON; DEIGNAN, 2007), *metáfora sistemática* (CAMERON et al, 2009), *metáfora discursiva* (ZINKEN, 2007), *metáfora situada* e *nicho metafórico* (VEREZA, 2013). Nas definições dessas unidades, há alguns elementos que as diferem, mas os elementos em comum, que mais interessam a nosso propósito, dizem respeito à inclusão, no objeto de estudo, de aspectos específicos do contexto inter e intratextual que possam desempenhar algum papel na produção de sentidos por meio de linguagem metafórica, sempre considerando a sua articulação com os aspectos relativos a representações cognitivas mais estáveis, como *frames*, MCIs (LAKOFF, 1987) e, é claro, metáforas conceptuais.

Dessa forma, já é possível, hoje, investigar o fenômeno da metáfora sob perspectivas mais amplas do que aquelas determinadas por abordagens ortodoxas da Teoria da Metáfora Conceptual. No entanto, também é perfeitamente possível, e muitas vezes desejável, focar em aspectos específicos do fenômeno, de acordo com as questões que orientam uma determinada pesquisa. O reconhecimento da natureza multifacetada da metáfora não implica, necessariamente, um direcionamento investigativo que vá, sempre, ao encontro do fenômeno em sua total abrangência e complexidade. O atual pressuposto da ubiquidade da metáfora pode levar a diferentes objetos específicos de estudo e, portanto, diferentes perguntas e linhas de investigação. Hoje, após a virada cognitiva e a mais recente virada discursivo-cognitiva, há um aparato teórico-analítico bem mais rico do que há algumas décadas, que pode fundamentar uma gama de estudos no campo da metáfora.

Para ilustrar algumas dessas possibilidades, que é o objetivo deste trabalho, utilizaremos uma única metáfora conceptual, A VIDA É UMA VIAGEM, amplamente estudada na literatura (LAKOFF, 1993, por exemplo), para verificar como esta mesma metáfora pode ser abordada a partir de suas manifestações em diferentes domínios do fenômeno linguístico-cognitivo.

3.A VIDA É UMA VIAGEM: da gramática ao discurso

Parece difícil dar sentido à vida e às experiências que dela fazem parte sem recorrermos à metáfora e aos diversos elementos que, em seu conjunto, compõem o modelo cognitivo idealizado (MCI) de *viagem*, ou seja, o domínio fonte da metáfora conceptual em foco. Entre esses elementos, os que parecem ser mais básicos e, por isso mesmo, relevantes, seriam o destino (lugar de chegada) e o caminho. Atrélada ao domínio *viagem*, há a noção de tempo que passa e, pelo tempo ser metaforicamente conceptualizado como espaço,

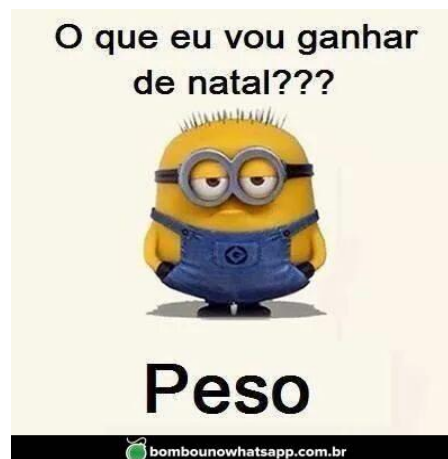
o que está a frente do viajante, fazendo parte tanto do destino quanto do itinerário a ser seguido, pertence ao futuro. Sendo assim, a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM articula-se à metáfora O FUTURO ESTÁ À FRENTE (NUÑEZ; MOTZ; TEUSCHER, 2006) para estruturar as nossas representações cognitivas com as quais conceptualizamos a vida.

Em relação a elementos cognitivos do domínio fonte não tão básicos como espaço, caminho e destino, mas que, dependendo do foco discursivo, podem ser realçados, teríamos os viajantes, o veículo em que se viaja, os vários obstáculos encontrados no caminho, a velocidade com que se viaja (aqui, também, atrelada ao tempo), os passos que são dados, etc. Licenciadas por mapeamentos entre esses diversos elementos, muitas vezes articulados, teríamos instanciações da metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM, que vão desde o nível mais formal, semântico-gramatical, até os usos de linguagem metafórica considerados mais criativos ou até mesmo inéditos ou inaugurais. É da diversidade dessas instanciações e de suas redes de projeções cognitivas, ou mapeamentos, que trataremos a seguir.

3.1. A construção *perifrástica* formada pelo verbo *ir* no *futuro* e pelo verbo principal no *infinitivo*:

Na figura 1, apesar de o tempo não ter sido explicitamente especificado, sabemos que se trata de um tempo futuro, provavelmente o Natal do ano em que o *meme*⁴ em questão é lido, e não necessariamente produzido.

Figura 1. Instanciação de futuro *perifrástico*



A construção *perifrástica* *ir + infinitivo* indica claramente a futuridade, mesmo que não haja uma expressão adverbial especificando esse tempo. No texto humorístico em tela, a expectativa de a resposta ser “um presente”, pela colocação quase formulaica *ganhar presente de Natal*, é quebrada com a resposta inesperada “Peso”, o que conferiria, pelo menos supostamente, humor ao meme. O sintagma preposicional

⁴ Disponível em: <http://www.bombounowa.com/imagens/o-que-eu-vou-ganhar-de-natal-peso/>

“de natal” não indica tempo (neste caso, seria “no natal”), mas sim um complemento nominal do objeto direto pressuposto no sintagma verbal (ganhar “presente”), apagado ou elipsado na construção.

Segundo Oliveira e Olinda (2008), a polissemia do verbo ir, dentro do espectro semântico entre espaço, intenção e tempo, seria a fonte da gramaticalização desse verbo em sua forma perifrástica, ou seja, um auxiliar que indica futuramente.

Haveria, assim, no processo de gramaticalização de *ir+infinitivo*, que resultou no futuro perifrástico, uma possível coerência metafórica, para usar os termos de Lakoff e Johnson (1980 [2002]), entre as metáforas conceptuais A VIDA É UMA VIAGEM E O FUTURO ESTÁ A FRENTE. Em outras palavras, estando o tempo conceptualizado como espaço, e, nesse espaço, o futuro está a nossa frente, é em direção a ele que caminhamos. Expressões como “ainda *não cheguei lá*, mas estou trabalhando para isso”, “a aposentadoria ainda *está muito longe* (a aposentadoria como metonímia do tipo “evento pela época da ocorrência do evento”) e o provérbio *devagar se vai ao longe*, por exemplo, evocam, de forma mais lexicalizada do que gramaticalizada, como no caso do futuro perifrástico, as mesmas metáforas, com alguns mapeamentos provavelmente distintos.

A característica principal dessa instanciação ou licenciamento gramatical da metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM, e que a difere das expressões elencadas que evocam a mesma metáfora, é seu alto grau de convencionalidade, que a torna um fenômeno metafórico de difícil reconhecimento, ou de baixa metaforicidade (DIENSTBACH, 2015), como parece ser o caso da maior parte dos casos de gramaticalização de base metafórica.

3.2. Expressões convencionais e/ou idiomáticas e provérbios

Seguindo um possível contínuo de opacidade/transparência das instanciações linguísticas da metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM, encontramos, após a forma verbal gramaticalizada discutida em 3.1, lexicalizações que vão desde sintagmas nominais, sintagmas verbais (verbo com algum complemento) e expressões idiomáticas, até a provérbios. O que esses elementos têm em comum, além do fato de recrutarem a mesma metáfora conceptual, é a sua alta convencionalidade, mesmo tendo algum grau de transparência metafórica.

Alguns exemplos⁵ seriam:

- (1)- Na procura de conhecimentos, *o primeiro passo* é o silêncio.
- (2)- O que nos salva é *dar um passo* e outro ainda.
- (3)- Quando eu penso em desistir de tudo, aí que eu *sigo em frente*.
- (4)- *Vou mudar de rumo*, aproveitar enquanto eu sou nova.
- (5)- *Devagar se vai ao longe*.

⁵ Todos os exemplos apresentados e analisados neste trabalho foram retirados de corpora reais da w.w.w, via ferramenta Google. Acesso em dez. 2015.

(6) Figura 2. Instanciação multimodal de A VIDA É UMA VIAGEM/O FUTURO ESTÁ À FRENTE⁶

A conceptualização da vida como uma viagem é tão onipresente que muitas vezes não nos damos conta que vemos as experiências da vida como “passagens em nossa caminhada”. Nesse enquadre, o elemento “passo” (*dar um passo, o primeiro passo*) é projetado para as iniciativas que tomamos na vida (ou a falta delas como em “sinto-me paralisado diante dessa situação”); seguir adiante, é deixar, de algum modo, o passado (que, no caminho, está atrás) em direção a novas passagens (situações de vida) que encontraremos ou desejamos encontrar (meta; direção; *rumo*) no futuro, que está adiante.

No exemplo (5), o período como um todo, e não apenas veículos metafóricos específicos, como os apresentados (em itálico) nos exemplos anteriores, seria a instanciação da metáfora em foco. Esse parece ser o caso de provérbios em geral, como os de supostas origens chinesa: *Longa viagem começa por um passo*, e espanhola: *Numa longa viagem, mesmo uma palha é pesada*⁷. Nesse caso, o mapeamento interdomínio se apoia em *frames* mais complexos do que aqueles evocados em mapeamentos do tipo “elemento do domínio fonte - projeção - elemento do domínio alvo” observados nos exemplos (1), (2), (3) e (4).

Já no exemplo (7), a projeção é evidenciada pela relação intermodal que se pode estabelecer entre a figura e o texto, que se refere diretamente ao sentido (conceptualização) da vida. A relativa concretude motivada pela figura, que mostra um veículo movimentando-se (ou sendo levado), reforça a projeção metafórica entre mover-se para frente e viver produtivamente.

Um desdobramento (*entailment*) da metáfora A VIDA É UMA VIAGEM, que pode ser abordado como uma possível “sub-metáfora”, que parece ser bastante produtiva por licenciar um grande número de expressões linguísticas metafóricas, é a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM NO MAR. Alguns exemplos de suas instanciações:

(7)- Estamos juntos *no mesmo barco*.

(8)- Sempre soube que o *barco* da Igreja não é nosso, mas é de Deus e Ele não vai *deixar* esse *barco* afundar.

⁶ Disponível em: <http://www.mensagenscomamor.com/frases-da-turma-do-charlie-brown>. Acesso em nov. 2015.

⁷ Ambos os provérbios foram retirados de <http://www.vousairparaveroeu.com/2009/11/frases-sobre-viagem.html>. Acesso em nov. 2015.

(9)- Nossos planos estão *nafragando*.

(10)- Agora estamos num período de *calmaria*.

(11)- *Depois da tempestade, vem a bonança*.

Esses exemplos evidenciam, especificamente, o mapeamento de elementos do domínio fonte “mar”, que, não necessariamente, coincidem com os elementos mapeados nos de instanciações da metáfora superordenada A VIDA É UMA VIAGEM (caminho, passo, direção). Do domínio fonte, o próprio meio pelo qual nos movemos para realizar a viagem, ou seja, o mar sobre o qual se navega, é realçado. Dois outros elementos recrutados, nos exemplos (7) e (8) são o meio de transporte e o(s) viajante(s); ou seja, o barco, que é frequentemente projetado para situações de vida, no domínio alvo, e as pessoas que vivenciam essas mesmas situações (“estamos no mesmo barco”). Por fim, observamos, nos exemplos (10) e (11), este último um provérbio, o elemento “condição climática”, que afeta diretamente as condições de navegação: calmaria, bonança, ventos, tempestades, tormentas, esses dois últimos podendo, inclusive, levar ao naufrágio, como em (9).

Abordar cognitivamente uma situação particularmente difícil como uma tempestade no mar, e a resolução dessa situação como bonança, com ou não a ajuda de outro navegante, parecem ser enquadres bastante presentes em nossa língua e cultura. Esses mapeamentos podem ser entrecruzados em uma única ideia, como no *meme* da figura 2, podendo ser vistos como pouco convencionais, mas cuja suposta “criatividade” apoia-se em expressões que podem ser abordadas como clichês (mapeamentos e instanciações muito convencionalizadas, mas que têm um grau relativamente alto de metaforicidade).

(12) **Figura 3. Instanciação da metáfora A VIDA É UMA VIAGEM NO MAR**⁸



3.4. Metáforas novas ou criativas

Determinados gêneros discursivos parecem propiciar, mais do que outros, usos metafóricos criativos ou inéditos. Sendo assim, no contínuo de opacidade/transparência das materializações linguísticas da

⁸ Disponível em: <http://www.frasesparaface.com.br/nas-tempestades-da-vida-um-amigo-e-a-ancora-que/>. Acesso em jan. 2016.

metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM e, mais especificamente, A VIDA É UMA VIAGEM NO MAR, destacamos a poesia e letras de música como gêneros com alto grau de metaforicidade (ou baixa convencionalidade).

Assim, no exemplo (13), um trecho do poema *Ode Marítima*, de Fernando Pessoa, as chegadas e partidas de um navio são projetadas no domínio da vida do eu-lírico, para enquadrar suas angústias (*perturbam em mim*) e temores (*terrivelmente ameaçador*)

(13)

Todo o atracar, todo o largar de navio,
É, sinto-o em mim como o meu sangue —
Inconscientemente simbólico, terrivelmente ameaçador de significações metafísicas
Que perturbam em mim quem eu fui...

No exemplo (14), uma letra de uma canção *Gospel*⁹, o mapeamento entre os domínios VIAGEM NO MAR e VIDA se faz a partir de um veículo mais elaborado do que elementos isolados, ou seja, por meio de uma narrativa. Como no caso dos provérbios, e mais especificamente, das alegorias, a projeção se dá no nível macrotextual, e não de elemento para elemento, mesmo que esses possam ser identificados na narrativa: viajante navegante (eu lírico); mar (vida); balanço do barco e vento forte (adversidades); calma de mar e vento (paz espiritual).

(14)

Outra vez no mar, meu barco balançou
E o forte vento então, de novo me assolou
Mas desta vez senhor sozinho me senti, pois quando eu olhei no barco não te vi.
Então quando eu pensei que ia perecer
Andando sobre o mar Jesus eu pude ver
Em minha direção sua mão estendeu
E no mesmo instante o mar e o vento repreendeu.

O texto metaforicamente desenvolvido no exemplo (15), um texto de autoajuda retirado de um website popular¹⁰, explora, ainda mais explicitamente, vários mapeamentos entre o domínio VIAGEM DE MAR e VIDA. Essas projeções são linguisticamente marcadas pela símile inicial (*Viver é como...*) que antecipa e realça os mapeamentos a serem feitos, os quais, mesmo podendo não ser considerados novos, nem necessariamente criativos, apresentam um alto grau de transparência: a vida é uma viagem no mar, feita em um navio, que, à mercê das condições do tempo, enfrenta águas agitadas (dificuldades) ou calmas (momentos de paz), até alcançar a terra (segurança).

(15)

Viver é como entrar num navio e navegar em alto mar. Haverá dias ensolarados, tempestuosos, nublados, e enfim. O mar ficará revoltado e tentará derrubar o navio, mas também ficará calmo quando tudo estiver bem. Enxergará muitas vezes o horizonte, como se não conseguisse alcançar um objetivo, mas uma hora a felicidade virá e você poderá finalmente gritar "terra à vista".

⁹ Disponível em : <http://ouvirmusicasletras.net/letra/eliane-fernandes/outra-vez-o-mar/>. Acesso em jan. 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTMzNzc5NA/>. Acesso em jan. 2016.

3.5. Nichos metafóricos

O nicho metafórico pode ser definido como

um grupo de expressões metafóricas, inter-relacionadas, que podem ser vistas como desdobramentos cognitivos e discursivos de uma proposição metafórica superordenada normalmente presente (ou inferida) no próprio cotexto (VEREZA, 2007, p. 496).

No exemplo (16), discutido anteriormente, o texto de autoajuda pode ser considerado um nicho metafórico. Os mapeamentos são ancorados em uma metáfora específica, superordenada, anunciada explicitamente pela símile de abertura: Viver é como entrar num navio e navegar em alto mar. Esse tipo de metáfora, definida por Vereza (2013a) como uma *metáfora situada* que serve de norte para o desenvolvimento discursivo e cognitivo do argumento por meio de mapeamentos específicos é, ao contrário das metáforas conceptuais, de natureza episódica e deliberada; no entanto, ela se apoia cognitivamente em representações mais estáveis, como a própria metáfora conceptual.

A metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM NO MAR é recrutada com frequência em editoriais e crônicas jornalísticas, gêneros argumentativos em que nichos metafóricos são frequentemente utilizados para desenvolver (e, portanto, direcionar) um determinado ponto-de-vista.

O exemplo (16), a seguir, apresenta um nicho muito elaborado em termos, principalmente, do grande número de mapeamentos, construídos, textualmente, como desdobramentos textualmente localizados da metáfora situada *economia é uma embarcação*. São vários os elementos mapeados de um domínio para outro: o comandante da embarcação (presidente), os marinheiros (povo/nação), condições do mar/do tempo (situação da economia), colisão com rochedo e naufrágio (crise econômica), velocidade do barco (crescimento econômico), máquinas do navio (controles da economia, políticas econômicas) e, finalmente, as lunetas, elemento projetado para a capacidade técnica e política de prever e administrar crises econômicas.

Exemplo (16)¹¹**Lunetas novas?**

A abertura da economia no início dos anos 1990 não desencalhou o barco de nossa economia. Os mares do mundo batiam no casco, mas ele continuava adernado. Só depois de controlarmos a inflação [...] levantamos as âncoras que nos mantinham estagnados - com a atração de capital privado para setores antes monopolizados pelo Estado é que o navio começou a andar. [...] Em mares de almirante, com vento a favor, todos os barcos passaram a andar com velocidades maiores.[...] Mas o atual comandante do barco, embriagado pelos êxitos, confundiu-se: atribuiu a si o aumento do nível das águas. Pior, conseguiu convencer os marinheiros de que fazia milagre e se tornou "mito". Agora, mais grisalho e quase aposentado, deixa o leme para uma companheira fiel. E será ela quem precisará usar lunetas para ver mais longe? Haverá tempestades ou bonança? Em qualquer caso, como anda o casco do navio? Que fazer para repará-lo? Ou para melhorar o desempenho do navio? Poderá continuar avançando sozinha ou dará a mão aos demais marinheiros? E as máquinas, seguirão a todo vapor sem algum ajuste ou será melhor evitar que a pressão as faça estourar? Acirrará ânimos e seguirá em frente até bater nalgum rochedo ou será previdente e ouvirá outras vozes que não sejam as das estrelas? São questões cujas respostas estão em aberto.

Os exemplos (17) e (18) desenvolvem metáforas situadas similares, sendo que, no primeiro (17), o domínio alvo da metáfora situada, em vez de economia, parece ser, de uma maneira mais geral, comando político (*comando político é uma viagem no mar*), sendo que o navio, como no exemplo anterior, é mapeado para o elemento “nação”, tanto o naufrágio como o fundo do mar mapeados para “crise política”, o(a) comandante, para presidente e, finalmente, o leme, para o próprio comando da nação. No segundo, (18), a metáfora situada é mais específica: *nação é um navio que afunda*, que é reforçada semioticamente pela figura de um navio naufragando, que se mescla à bandeira do Brasil (metonímia máxima da *nação*). Um mapeamento textualmente desenvolvido, que forma um nicho que se distancia dos outros discutidos anteriormente, é o que é feito por meio da introdução de um novo elemento, bastante específico, no domínio fonte: o naufrágio do navio Titanic, e dentro deste cenário, a alienação dos músicos “que continuaram tocando, enquanto o navio naufragava lentamente”, projetada para o que o autor acredita ser a alienação dos políticos diante dos graves problemas da nação (passageiros do navio).

(17)¹²**No Fundo do Mar**

O Brasil naufraga.[...] A grande nau com seus 200 milhões de passageiros quase raspa o fundo do mar, onde ficará atolada se não tomarmos medidas. [...]Tenho escrito especificamente sobre esta nau vítima de tamanho desastre. Tenho pensado nela insistentemente muitas horas do meu dia, e em alguma hora insone de madrugada, quando acordo, como tantos brasileiros, me perguntando: e agora? O que vai suceder, quem vai comandar?[...] Que a gente não naufrague, mas que uma fórmula quase milagrosa – que não conheço, mas desejo -, legal e eficiente, ponha este grande leme em mãos firmes e competentes.

¹¹ <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,lunetas-novas-imp-,636149>¹² Disponível em : <https://www.facebook.com/conexaoimpressa/posts/801512413270454:0>

(18)¹³

Como o Titanic

Ao ler e ouvir as manifestações da presidente e de seu grupo ministerial, que não se dão conta de que, sob seu governo, o país está afundando num poço ainda sem fundo, fico com a impressão que foram invadidos pelo espírito dos músicos do Titanic, que continuaram tocando, enquanto o navio naufragava lentamente. [...]Do poço em que o Brasil afunda ainda não se vê o fundo, mas todos nós estamos fadados a acompanhar o governo em seu dramático naufrágio, ao som da sereníssima orquestra.

Nos três nichos brevemente analisados, as metáforas situadas dão suporte ao desenvolvimento argumentativo dos textos em questão. Uma vez que o nicho, por meio dos mapeamentos específicos, cria uma tessitura cognitiva de natureza *online* (VEREZA, 2013b) que, de uma certa forma, direciona a apresentação do ponto de vista, o poder argumentativo do texto parece ser reforçado. Apresentar uma ideia contestável, ou pelo menos polêmica, por meio de projeções efetuadas, com coerência, a partir de metáforas situadas, e sendo essas últimas ancoradas por metáforas conceptuais mais básicas, no caso A VIDA É UMA VIAGEM e A VIDA É UMA VIAGEM NO MAR, que fazem parte do sistema conceptual, sociocognitivamente compartilhado, parece ser um recurso de grande impacto cognitivo-discursivo.

Os nichos analisados apresentam, assim, um alto grau de transparência metafórica ou alta metaforicidade. No entanto, as metáforas, que até mesmo parecem estar sendo “manipuladas” pelo autor, em um possível gesto retórico, não são simples ornamentos de textualização; elas direcionam argumentos e, de uma certa forma, parecem propiciar (mas não determinar diretamente) certas leituras e não outras. Na linguagem em uso, portanto, a metáfora, ao articular os níveis estáveis e episódicos da cognição, ou seja, as visões de mundo sociocognitivamente compartilhadas e as que são tecidas no jogo discursivo, exerce um claro papel na argumentação e na reificação de ideologias (UNDERHILL, 2013).

¹³ Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2016/02/os-musicos-do-titanic.html>

4. Considerações finais

Neste artigo, procuramos, de um modo geral, discutir algumas das formas com que a metáfora cognitiva, ou conceptual, se instancia na materialidade linguística. Para isso, focamos em uma metáfora particular, A VIDA É UMA VIAGEM, e percorremos um contínuo com base no grau de opacidade/transparência de suas materializações. Procuramos mostrar, assim, que a metáfora conceptual é realmente ubíqua no pensamento e na linguagem, como sugerem Lakoff; Johnson (1980), motivando desde construções gramaticais, como o futuro perifrástico e expressões lexicalizadas altamente cristalizadas, com baixo grau de transparência metafórica, até usos mais criativos, como no caso da poesia e de textos argumentativos. Ou seja, evocando o esquema imagético (LAKOFF, 1987) do contêiner, a metáfora está infiltrada tanto no sistema, quanto no uso.

A virada cognitivo-discursiva resgata o papel da linguagem na cognição, uma vez que, na teoria clássica da metáfora conceptual, as marcas linguísticas não passariam de evidências daquilo que realmente importaria: a metáfora subjacente. As características próprias das instanciações brevemente discutidas neste trabalho a partir do seu grau de transparência /convencionalidade devem ser consideradas relevantes fontes de reflexão e de análise na pesquisa sobre metáfora.

Acreditamos, assim, que a forma com que a metáfora conceptual é evocada na linguagem enquanto sistema e uso remete a diferentes questões e linhas de pesquisa. Tentar compreender, portanto, como se dá o entrelace entre o nível de cognição mais estável e as formas linguístico-discursivas com que este é evocado na cognição em uso, ou *online*, apresenta-se como um importante desafio que se coloca para os atuais estudos da metáfora.

Referências bibliográficas

- CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. The Emergence of Metaphor in Discourse. **Applied Linguistics**, n.27(4), p. 671-690, 2006.
- CAMERON, Lynne; MASLEN, Robert (Orgs.) **Metaphor Analysis: research practice in applied linguistics, social sciences and the humanities**. London: Equinox, 2010.
- CHARTERIS-BLACK, Jonathan. **Corpus approaches to critical metaphor analysis**. Nova Iorque: Palgrave, 2004.
- DIENSTBACH, Dalby. Metaforicidade como um aspecto do gênero: uma abordagem cognitivo-discursiva para a reconhecibilidade das metáforas. **Caderno de Resumos do Congresso Internacional da Metáfora na Linguagem e no Pensamento**. Belo Horizonte: UFMG, p. 35, 2015.
- GOLA, Elisabetta; ERVAS, Francesca (org.). **Metaphor and communication**. Amsterdam: John Benjamins, 2016.
- GONZÁLVEZ-GARCÍA, Francisco; CERVEL, María Sandra Peña; HERNÁNDEZ, Lorena Pérez (orgs.). **Metaphor and Metonymy Revisited beyond the Contemporary Theory of Metaphor**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

NUÑEZ, Rafael; MOTZ, Benjamin; e TEUSCHER, Ursina. Time after time: The psychological reality of the ego- and time-reference-point distinction in metaphorical construals of time. **Metaphor and Symbol**, 21. p.133-146, 2006.

OLIVEIRA, Josane Moreira; OLINDA, Sílvia Rita Magalhães. A trajetória do futuro perifrástico na língua portuguesa: século XVIII, XIX e XX. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2, p. 93-117, 2008.

LAKOFF, George. **Women, Fire, and Dangerous Things**: What categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução pelo grupo GEIM. São Paulo: Educ/ Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MEY, Jacob. Metaphor and activity. **DELTA**. Vol.26 (edição especial), pp.5-17, 2006.

SEMINO, Elena. **Metaphor in Discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

UNDERHILL, James. **Creating Worldviews**: metaphor, ideology and language. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

VEREZA, Solange. Discourse, cognition and figurative language: Exploring metaphors in political editorials. In: Silva. A. S., et al. (Orgs). **Comunicação Política e Económica**: Dimensões Cognitivas e Discursivas. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia Universidade Católica Portuguesa. p. 383-394, 2013a.

_____. Entrelaçando frames: a construção do sentido metafórico na linguagem em uso. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (55.1), p. 108-124, 2013b.

_____. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 7, n. 3, p 487-506, 2007.

ZINKEN, Jörg. Discourse metaphors: The link between figurative language and habitual analogies. **Cognitive Linguistics**. Vol. 18, 3, p.445–466, 2007

Centros valorativos no discurso de divulgação científica do século XIX: uma análise bakhtiniana sobre a teoria darwinista nas *Conferências Populares da Glória*

Urbano CAVALCANTE FILHO¹

Resumo: O presente texto analisa como os centros valores de um discurso interagem, complementar, responsiva, responsável e dialogicamente, na constituição do sentido de um projeto enunciativo, discursivo e ideológico. A partir das reflexões empreendidas pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin em *Para uma filosofia do ato* (2010) sobre os centros valorativos presentes no poema *Raluska* (A separação) de Alexander Puchkin, tomamos esse percurso teórico-analítico da teoria bakhtiniana para empreender uma análise de uma conferência sobre a teoria darwinista (a conferência Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro) constante do projeto das Conferências Populares da Glória, importante atividade de divulgação científica ocorrida no Brasil na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: filosofia da linguagem; teoria bakhtiniana; centros de valor; divulgação científica; análise dialógica do discurso.

O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não só estar lado a lado na série temporal de sua vida, mas também penetrar uns nos outros na unidade da culpa e da responsabilidade.

Mikhail Bakhtin

1. Introdução

Este artigo traz uma abordagem das reflexões que venho empreendendo em minha investigação de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)². O projeto de tese visa a apreender e analisar a arquitetura da divulgação científica no Brasil no século XIX materializada no projeto enunciativo-discursivo das *Conferências Populares da Glória*, esta considerada importante atividade de divulgação científica brasileira.

Para este trabalho, proponho uma discussão aportada teoricamente na obra *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), para analisar os centros valorativos que orientam o discurso da divulgação científica brasileira oitocentista. Mais precisamente, minha intenção é, a partir da análise que Bakhtin faz do poema *Raluska* de Puchkin, tomar o mesmo percurso teórico-analítico do filósofo russo identificar os centros de valor que se fazem presente no fio discursivo das *Conferências Populares da Glória*. Cabe a ressalva aqui de que, apesar de Bakhtin ter formulado sua teoria dialógica da linguagem (como contemporaneamente

¹ Doutorando no Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. Bolsista FAPESP. Realização de Estágio Doutoral na Université Paris Ouest Nanterre La Défense, na França, sob a supervisão do Prof. Dr. Simon Bouquet. Bolsista CAPES-PDSE. Professor do Instituto Federal da Bahia – Campus Ilhéus. E-mail: urbanocavalcante@usp.br.

² Pesquisa vinculada à linha de pesquisa Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português do Grupo de Estudos do Discurso da USP (GEDUSP/CNPq).

chamamos seu postulado teórico aqui no Ocidente, com destaque aos trabalhos de Beth Brait), a partir principalmente das obras de Dostoiévski, Goethe e Rabelais, suas reflexões também orientam para análises de enunciados de outras esferas ideológicas em virtude de seu interesse também pelos discursos cotidiano, filosófico, científico e institucional.

Para alcançar o objetivo proposto, submeti o artigo à seguinte estrutura: na primeira seção, intitulada “*Para uma filosofia do ato responsável: marco zero do multifacetado pensamento bakhtiniano*”, proponho uma breve discussão teórica sobre como Bakhtin discute a questão dos centros de valor quando analisou o poema *Raluzka* de Puchkin. Na segunda seção, com o título “*As Conferências Populares da Glória e os centros valorativos em Darwinismo. Seu passado, seu presente e, seu futuro*”, apresento um breve panorama do que foram as *Conferências Populares da Glória* para, em seguida, empreender a análise sobre a orientação dos centros valores no projeto enunciativo-discursivo de umas das conferências da tribuna da Glória: a conferência *Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro*, proferida por Augusto Cezar de Miranda Azevedo, em 11 de abril de 1876, publicada integralmente na revista *Conferências Populares* (1876). A análise é seguida das considerações finais e referências que subsidiaram teórico-analiticamente o trabalho, bem como a transcrição da conferência (em anexo).

2. Para uma filosofia do ato responsável: marco zero do multifacetado pensamento bakhtiniano

O livro *Para uma filosofia do ato responsável*³ (doravante PFA), fragmento de um ensaio filosófico inacabado, datado do início dos anos 1920, escrito provavelmente entre 1920 e 1924, funciona como marco zero do multifacetado pensamento bakhtiniano; trata-se de um trabalho que pode ser considerado uma obra-chave para entendermos o projeto filosófico de Mikhail Bakhtin, projeto esse influenciado pela tradição filosófica russa, cuja atenção é dispensada à questão da filosofia moral.

Esse manuscrito escrito às pressas e reconstituído e editado por Vadim Liapunov e Michael Holquist, a partir de um conjunto de anotações encontradas no arquivo de Bakhtin, esta obra escrita em Vítebsk, só foi editada e apareceu em 1986, na Rússia em edição organizada por Botcharov. Seu título original é desconhecido. O que se encontra na publicação em russo, traduzido para as demais línguas, foi criado pelo organizador. A versão traduzida para o português, em 2010, tomou por base a versão italiana, de uma edição organizada pelo estudioso Augusto Ponzio.

Trata-se de uma obra que permaneceu inédita por décadas e, portanto, não estabeleceu um diálogo com seu tempo, mas já traz de forma clara a sinalização das preocupações literárias e filosóficas que impulsionava as reflexões de Bakhtin. Embora, como diz Fiorin (2011), a obra seja “marcada por

³ Em russo *K filosofii postupka*, publicado em 1986, no número de 1984-85 de *Filosofia i sotsiologua nauki i tekhniki*, anuário da Academia Soviética de Ciências. Moscou, Nauka, 1986, p. 80-160.

inacabamento, um vir a ser, uma heterogeneidade, que tornam muito complexa a apreensão de seu pensamento” (2011, p. 205), PFAR é um excelente trabalho que traz um importante e nuclear conceito da teoria bakhtiniana, o de ato responsável. Além disso, Bakhtin tem nessa obra um projeto de estudo teórico mais amplo que envolveria, primordialmente, e que nos interessa tratar aqui, “a arquitetônica do mundo real” e a “atividade estética como ação ética”. Apregoa o pensador: “Somente do interior do ato real, singular – único na sua responsabilidade – é possível uma aproximação também singular e única ao existir na sua realidade concreta; somente em relação a isso pode orientar-se uma filosofia primeira” (BAKHTIN [1920-4], 2010, p. 79).

Para este artigo, o que nos interessa é pensar como Bakhtin encara o significado de um ato e sua relação com a sua realidade histórica, permeada de valores na constituição do ser-evento. Assim afirma o autor:

comprendre un objet signifie comprendre mon devoir par rapport à lui (mon attitude impérative par rapport à lui), le comprendre dans sa relation à moi dans l'être-événement singulier, ce qui suppose ma participation responsable et non pas l'abstraction de moi-même (BAKHTINE, 2003, p. 39).

Estamos diante, portanto, do cerne do pensamento bakhtiniano quando o filósofo cunhou o conceito de arquitetônica, ao mostrar que, sozinhos, os pilares de sustentação de base, na formação de um todo arquitetônico, não funcionam; é condição *sine qua non*, portanto, que eles estejam harmonicamente em relação⁴.

Dessa forma, ao tratar do objeto da filosofia moral, cuja base refere-se ao mundo no qual o ato está vinculado à participação única e singular do ser, Bakhtin esclarece qual deve ser o empreendimento da filosofia moral:

C'est cette architectonique du monde réel de l'acte que doit décrire la philosophie morale, c'est-à-dire non pas le schéma abstrait, mais le plan concret du monde de l'acte un et singulier, les composantes concrètes fondamentales de sa construction, et leur disposition l'une par rapport à l'autre. Ces composantes sont: moi-pour-moi, l'autre-pour-moi et moi-pour l'autre; toutes les valeurs de la vie réelle et de la culture sont disposées autour de ces points architectoniques fondamentaux du monde réel de l'acte: valeurs scientifiques, esthétiques, politiques (y compris les valeurs éthiques et les valeurs sociales), et enfin religieuses. Toutes les valeurs et les rapports de l'espace-temps et des contenus de sens se concentrent autour de ces composantes centrales émotives-volitives: moi, l'autre et moi pour l'autre (BAKHTINE, 2003, p. 84-85).

Observemos que Bakhtin, ao pensar a arquitetônica do mundo real do ato, não dispensa os valores científicos, estéticos, políticos, religiosos, éticos e sociais que sustentam as relações entre eu e o outro; ao contrário, são esses valores que constituem essas relações.

Com base nessas considerações, observamos como Bakhtin, ao analisar o poema *Razluka* (A Separação) de Aleksander Puchkin, escrito em 1830, vai buscar a compreensão da arquitetura do ato responsável (a partir dos seus dois centros de valor), como mostramos na subseção a seguir.

⁴ Uma discussão pontual sobre a formulação do conceito bakhtiniano de *arquitetônica* pode ser encontrado no capítulo *A arquitetônica da responsabilidade: um rastreo pela elaboração do conceito bakhtiniano*, de Cavalcante Filho (2015a).

2.1 O poema *Razluka* de Puchkin e a questão dos centros de valor

Faria e Silva (2010, p. 66) fez uma tradução para o português, a partir das versões inglesa e espanhola e consideramos, para nosso empreendimento de discussão, apresentá-lo aqui:

A Separação

(Aleksander Puchkin)

Pelas fronteiras de tua distante pátria
Abandonavas a terra estrangeira
Naquela hora inolvidável, hora de tristeza
Chorei demoradamente diante de ti
Minhas mãos, cada vez mais frias,
Esforçavam-se para segurar-te
Meus gemidos imploravam que não interrompesses
A terrível angústia da separação

Mas privaste teus lábios
De nosso beijo amargo
De uma terra de exílio obscuro
Para outra terra me chamaste
Disseste: No dia de nosso reencontro
Sob a sombra das oliveiras
Sob um céu de azul eterno,
Havemos de mais uma vez, meu amado, unir nossos beijos de amor.

Mas lá - pobre de mim!- onde a abóbada celeste
Reluz com raios azuis
Onde as águas cochilam sob os penhascos
Adormeceste para sempre
Tua beleza e teus sofrimentos
Esvaíram-se na tumba
Assim como o beijo de nosso reencontro
Mas continuo a esperar – tu me deves aquele beijo.

Nas considerações feitas do poema de Puchkin, Bakhtin mostra o homem como centro de valor, ressaltando que o sentido que atribuímos ao todo só é possível se considerarmos o herói, a heroína e o autor-criador como aspectos do objeto estético, ou seja, o sentido só é atribuído a partir de um centro de valor. Exemplificando com o poema de Puchkin, o termo *terra estrangeira* só adquire sentido se considerado a partir de certo ponto de vista ou centro de valor. A Rússia é, portanto, terra estrangeira para a heroína enquanto é terra natal para o herói. Temos, portanto, no poema, os elementos concretos da arquitetônica, atraídos por dois centros valorativos, do herói e da heroína, centros valorados no interior de um acontecer único. Assim, é sobre esses dois centros valorativos, esses dois contextos participativos (do herói e da heroína), que os sentidos são organizados no seu todo, isto é, na sua arquitetônica, dentro de um acontecer concreto, real, único, singular, enraizado num aqui e agora.

Com essa análise, Bakhtin não tem a intenção de esgotar, em sua totalidade, todo o trabalho artístico do poema. No entanto, a partir desse trabalho do filósofo, embora ele tenha escolhido um enunciado poético (escolha, aliás, constante na construção de sua teoria), podemos vislumbrar a fecundidade do conceito de arquitetônica para o diálogo com enunciados prosaicos, da ideologia do cotidiano, ou com enunciados das mais variadas esferas de comunicação humana, levando em consideração o enfrentamento entre valores, apreciações e avaliações entre o autor (enquanto figura discursiva e não como autor concreto) e herói (entendido como personagem ou como objeto do enunciado/discurso).

Portanto, a partir dessas considerações teórico-filosóficas de Bakhtin e das questões levantadas em sua análise do poema de Puchkin, veremos como os centros valorativos arquitetam a construção do discurso de divulgação científica do século XIX, materializado numa conferência de cunho científico ocorrida no Rio de Janeiro e que faz parte de um dos projetos de divulgação dos saberes científicos mais importantes da segunda metade do século XIX no Brasil, são as *Conferências Populares da Glória*.

Na seção seguinte, contextualizaremos brevemente essa atividade, seguida da análise que proposta neste trabalho.

3. As Conferências Populares da Glória e os centros valorativos em Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro

Segundo Massarani e Moreira (2002) as *Conferências Populares da Glória* constituíram uma das principais atividades na história da divulgação científica no Brasil do século XIX. Em suas palavras: “ao que parece, tiveram impacto significativo na elite intelectual do Rio de Janeiro na história das ciências do país” (MASSARANI; MOREIRA, 2002, p. 48)

Essa atividade teve início na segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1873. Recebeu esse nome por ocorrer na Freguesia da Glória no Rio de Janeiro. O seu idealizador, o senador do Império Manoel Francisco Correia, tinha como objetivo central, ao propor as Conferências Populares, de divulgar os conhecimentos científicos para a população, tendo em vista que a ideia de que um povo civilizado e uma nação desenvolvida dependiam do conhecimento das novidades científicas.

Para isso, aos domingos, na Glória, a sociedade carioca se reunia para ouvir e discutir assuntos considerados importantes pela elite intelectual. Assim, grandes nomes da elite intelectual eram convidados para palestrar sobre um conjunto eclético e amplo de temas, como: atualidade científica, filosofia, instrução pública, história, literatura, educação, histórica das civilizações, biologia, ciências físicas, botânica, entre outros.⁵

⁵ Em virtude da extensão do artigo, um outro trabalho de Cavalcante Filho (2015b) apresenta mais detalhadamente um descritivo dessa atividade de divulgação científica do século XIX: é uma seção do artigo *Relações dialógicas no discurso da divulgação científica brasileira oitocentista: um olhar sob o prisma da metalinguística bakhtiniana*.

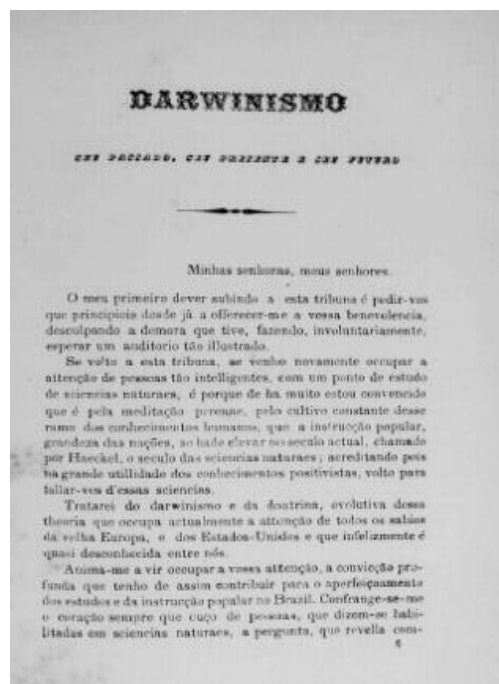
Das muitas conferências constantes da revista homônima *Conferências Populares*, este trabalho toma como *corpus* a conferência *Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro*, para empreender a análise, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da teoria que opto por nomear de *filosofia linguística de Bakhtin*.

3.1 Da ciência como verdade à ciência como propulsora do progresso: uma análise dos centros valorativos

O tema do darwinismo foi um tema recorrente na tribuna da Glória. Ele foi um tratado/abordado por vários conferencistas, mas, conforme nos mostra Carula (2007), o médico Augusto Cezar Miranda Azevedo foi o primeiro a tratar desse assunto, além de mostrar que suas falas tiveram um impacto muito forte na imprensa da época. Essa conferência que escolhemos para iniciar a análise neste capítulo é a primeira a tratar desse tema, embora não tenha sido a única.

É de autoria do Dr. Augusto Cezar de Miranda Azevedo a conferência intitulada *Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro*, proferida no dia 11 de abril de 1876⁶.

Figura 1. Página da conferência *Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro*.



Fonte: *Conferências Populares*, V.1, 1876, p. 41.

O aspecto que dever ser considerado no projeto discursivo da conferência *Darwinismo. Seu passado, seu presente e seu futuro* é sobre a interação e o embate constitutivo de duas forças na arena de disputa que constitui a totalidade do sentido do discurso, colocando em confronto dois prismas que sustentam a argumentação do projeto de dizer do ator. O propósito central desse projeto é, além de informar o

⁶ A conferência integralmente reproduzida encontra-se em anexo.

interlocutor sobre determinado tema, principalmente convencê-lo a assumir, responsivamente, a posição e a tese que ao longo da exposição vai sendo construída e defendida.

Nessa conferência sobre o darwinismo, dada a sua destacada importância para a sociedade da época, como sinalizou o conferencista no início da exposição, visualizamos que o sentido maior de divulgação da ciência se pauta na duplicidade de perspectivas de se encarar a ciência: de um lado, a ciência é posta como verdade (pensada aqui do ponto de vista filosófico, por influência do positivismo), ou seja, instância inquestionável e responsável pelo avanço da sociedade; por outro lado, e decorrente do primeiro, a concepção de ciência como veículo de desenvolvimento do país (nesse caso, pensada e influenciada por sua visão pragmática de ciência resultante das influências da Revolução Industrial).

Para percebermos como esses dois centros dialogam, vejamos o encadeamento argumentativo-expositivo do conferencista.

Após apresentar-se, expor suas expectativas em relação ao público e ao tema, num tom fortemente marcado pela decepção, o expositor externa sua perplexidade diante do desconhecimento, por parte da população, da doutrina científica. Ao dizer que:

Eu ouvi já, com pesar, desta mesma tribuna um orador dizer que *“o Darwinismo era uma theoria que nem merecia as honras de these.”* Decidir por essa maneira uma questão que preocupa as mais altas intelligencias de todo o mundo, é velar desconhecimento absoluto da materia, e inqualificavel leviandade de critica scientifica (AZEVEDO, 1876, p. 42).⁷

já fica explicitada a indicação para os dois centros de valor que orientarão a conferência: quando orador externa sua perplexidade em relação à desvalorização da teoria darwinista não merecedora de divulgação, entendimento e valor (“honras de tese”), já sinaliza que ele fala de um lugar que entende a ciência, o conhecimento científico, as descobertas científicas como merecedoras de respeito e validade; de outro lado, ao adjetivar o desconhecimento da teoria como “inqualificavel leviandade de critica scientifica”, vemos que há uma atenção dada à questão da importância e necessidade da ciência como responsável pelo avanço da sociedade. São esses dois centros de valor que norteiam o projeto discursivo-arquitetônico da exposição.

Em seguida, o preletor apresenta as possíveis causas da ignorância, desconhecimento e desvalorização da teoria, ao mostrar como as crenças religiosas e as ideias teológicas promovem um obstáculo para o avanço da ciência, pois, ao se “misturar ciência e religião”, “razão e fé” acaba-se prejudicando o avanço da ciência.

Eu reconheço que uma das causas que mais tem contribuído para a ignorancia da theoria darwinista, para até hoje como que haver um sequestro dessa doutrina scientifica, é o predominio de certas idéas theologicas e orthodoxas; acredita-se que essa questão affecta de uma maneira profunda as crenças religiosas que recebemos de nossos avós, e que contribue para toda a especie de subversão dos principios da moral. Mas, senhores, no estudo da theoria darwinista nada temos que ver com a religião. É um erro profundo, um erro que sempre tem prejudicado a sciencia, querer-se essa alliança heterogênea, sem

⁷ Os trechos conferência apresentados na análise, bem como sua apresentação integral em anexo, obedeceu a uma transcrição fiel do texto original, respeitando o registro linguístico do seu autor.

razão de ser, entre a ciência e a religião productos de dous factores differentes – a razão e a fé (AZEVEDO, 1876, p. 42).

Nesse momento em que o autor apresenta tais causas, principalmente no que se refere ao embate das forças da tradição religiosa com a científica, fica claro seu posicionamento, sua tese sobre o tema de sua conferência: através de um gesto ético e responsivo (no sentido bakhtiniano do termo), ele deixa claro notório que as pessoas têm o direito de seguir o caminho que julgarem ser o correto, mas ele materializa de forma clara seu posicionamento em defesa da teoria darwinista. Diante dessa situação, vemos, então o sujeito-autor responsabilizar-se e posicionar-se pelo seu dizer, o que Bakhtin chama de *l'acto responsable* (ato responsável) (BAKHTINE, 2003), isentando-o de apresentar um alibi para a existência. E ele afirma:

Deixemos que cada um caminhe pelas trilhas que lhe traçarão essas duas forças: os religiosos aceitarão as idéas que receberão de seus pais ou das luzes de sua fé; outros segurarão os principios das ciencias positivas, que hoje constituem a primeira feição dos conhecimentos do seculo XIX; pertencendo a este grupo caminharemos com passos seguros na estrada scientifica, da interpretação real dos factos pelo estudo das leis da natureza. Mas para dizer que os meticulosos não deixam de estudar a doutrina evolutiva, sempre lhes direi que Huxley, um dos naturalistas mais distinctos do seculo actual, um daquelles que contribuiu para fundar o darwinismo, mostrou que a idéa de criação simultanea de Cuvier, a que se oppõe a doutrina evolutiva, não só estava em contradicção com os factos, mas com a Biblia” (AZEVEDO, 1876, p. 42-43).

Observemos como já está indiciado, nesse momento, o primeiro grande centro de valor que sinalizamos acima. O enunciado “caminharemos com passos seguros na estrada scientifica, da interpretação real dos factos” representa uma clara demonstração de um dos centros de valor que norteia a divulgação da doutrina darwinista. O primeiro centro de valor se pauta na noção de ciência como verdade. Temos aqui, portanto, um dizer que se respalda numa concepção positivista de fazer ciência, ou seja, o conhecimento científico é o conhecimento válido, respaldado, o único e verdadeiro, que merece credibilidade e confiança.

Convém ressaltar que nesse século, o positivismo constituía a corrente filosófica que reinava preponderantemente e influenciava os mais variados campos da sociedade do século XIX, Aliás, um dado que merece destaque é que essa corrente era tão importante e objeto necessário de conhecimento e discussão, que foi também objeto de uma conferência proferida na tribuna da Glória, e que será objeto de análise ainda nesse capítulo.

Mas uma enunciação clara do quão esse centro de valor é considerado pode ser resumida na seguinte afirmação: “A verdade positiva e scientifica dos fatos, arrancava todos os dias revelações preciosas de homens eminentes” (AZEVEDO, 1876, p. 23). Ou seja, os fatos estavam postos, era uma verdade incontestável, então homens iminentes tinham a responsabilidade de tratar desses assuntos e apresentar suas contribuições no desenvolvimento da nação.

Durante a exposição do tema, ao traçar um histórico do darwinismo, mostrando tratar-se de uma teoria de longa tradição, o autor recorre a enunciados de outras esferas de comunicação para sustentar sua argumentação. Isso exemplifica o postulado posto por Bakhtin de que “Todo enunciado concreto é um elo

na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo” (BAKHTIN, 2003, p.296). Essa assertiva pode ser comprovada com a apresentação da citação abaixo quando, o orador, no intuito de salvaguardar suas afirmações e demonstrar legitimidade no que diz, recorre à credibilidade do discurso de outrem, numa espécie de função de discurso de autoridade para sustentar sua posição no mesmo momento em que apresenta ao público a definição de Darwinismo. Aliás, trata-se de uma preocupação constante e elemento estruturante da experiência discursiva, já que o sujeito-autor leva em consideração a responsividade do interlocutor, que, nesse caso, manifesta-se como o desconhecimento da teoria:

Senhores, a theoria darwinista, exclusiva da historia natural, já fora prevista por alguns sabios antigos. Nos livros exparsos de varios philosophos naturalistas, encontramos os primeiros germens, os primeiros ensaios dessa theoria.

Vejamos, porém, antes, o que entende-se por darwinismo?

O darwinismo, como diz Haeckel, não é mais do que um fragmento, uma parte dessa lei geral da interpretação dos fatos universaes; defini-lo-ei, portanto, assim: a theoria genealogica que sustenta que todos os organismos extinctos, existentes, futuros, e vegetaes ou animaes derivão-se de um pequeno numero de typos antepassados, excessivamente simples e transformados por uma evolução ou metamorphose gradativa por meio da selecção natural (AZEVEDO, 1876, p, 43).

Com essa passagem da conferência, aproveitamos para destacar como, do ponto de vista da construção composicional, o projeto discursivo do seu autor está preocupado com o aspecto da responsividade do seu sujeito interlocutor (ouvinte/leitor), na medida em que ele arquiteta seu discurso de forma didática, quase em tom professoral, como é o caso da pergunta, com função retórica, feita em: “Vejamos, porém, antes, o que entende-se por darwinismo?”. Observemos, pois, que no intuito de estabelecer uma relação dialógica responsável e responsiva com o interlocutor, o sujeito-autor se vale de estratégia de interlocução, com o uso de vocativo, mas também de uma didatização discursiva, como o exemplo acima.

Ainda pensando no aspecto da forma composicional do gênero em análise, o que estamos chamando de didatização do discurso constitui um elemento extremamente marcante e presente em todas as conferências. Trata-se de uma estratégia que leva em considerações importantes aspectos de um projeto discursivo enunciativo que se pretende informativo, expositivo e argumentativo, com vistas à transformação social (pensando, no caso, de uma sociedade que precisa “sair da ignorância” e alcançar a “civilização”). Dessa forma, na sequência do enunciado acima, temos um exemplo muito forte dessa estratégia de didatização do dizer, quando o sujeito-autor elabora uma classificação, um índice dos aspectos da teoria que merecem ser conhecidos, chamados por ele de “leis fundamentais da doutrina”.

As quatro leis fundamentais desta doutrina, excluindo as idéas das creações simultaneas adoptadas por Cuvier, que por tanto tempo reinarão na sciencia, são o resumo e synthese dessa theoria que todos os dias encontra novas demonstrações a favor dos principios que sustenta. Podem ser formulados do seguinte modo: 1ª luta pela existência, 2ª variabilidade das especies, 3ª hereditariedade e 4ª selecção natural (AZEVEDO, 1876, p. 43).

A convocação de enunciados de outras esferas para fazer parte do arranjo discursivo da conferência continua se manifestando ao longo das conferências. Ainda sob a “a nuvem” do primeiro centro de valor, que é a concepção da ciência como verdade, em relação à ciência como veículo de desenvolvimento, observamos que o sujeito autor, ao discutir as leis fundamentais da doutrina apresentadas acima, convoca outras esferas e estabelece dialógicos com ela. Assim, convocando saberes da esfera histórica e filosófica, como ilustraremos a seguir, o autor vai construindo um percurso argumentativo que desembocará em sua posição axiológica em defesa da teoria darwinista, em oposição ao evolucionismo. Observemos que toda essa convocação de saberes de outra esfera de comunicação vem revestida num gesto interpretativo de discurso de autoridade. Isso significa dizer que não basta apenas trazer enunciados de outras esferas ideológicas, é preciso que esses enunciados sejam “legitimados”, sejam enunciados “de autoridade”, contribuindo assim para a credibilidade do projeto argumentativo.

Antes de entrar no desenvolvimento de cada uma dessas leis, permiti que, pedindo luz á historia, eu vos mostre quaes forão os antecessores e os contemporaneos de Darwin, para que tomando esclarecimentos nesses factos historicos, possa predizer, prophetisar o futuro do darwinismo.

Uma das bases mais seguras do darwinismo é por certo a paleontologia, o estudo dos fosseis , quer animaes, quer vegetaes, sciencia, por assim dizer fundada por Cuvier, um dos maiores adversarios do darwinismo. (...)

Percorrendo-se, a lista dos eminentes sabios da antiguidade, esses homens que com tão maravilhosa previsão e proficiência, descobrirão tantas teorias, tantas doutrinas que as sciencias positivas dos séculos modernos têm confirmado, apenas se depara com um nome (...)

Depois de Xenophones de Colophonte, apenas em Aristoteles, esse genio assombroso, que, dominando toda sciencia antigam chegou a influir sobre a dos séculos modernos, vê-se algumas idéas que tenham relação com a theoria evolutiva e genealogica do darwinismo. (...)

É verdade que Bernardo de Palissy no fim do seculo XVI perante “todos os doutores de Pariz sustentou que as conchas, os ossos e outros objectos fosseis, erão na realidade restos de existências anteriores, despojos de corpos organizados. (AZEVEDO, 1876, p. 40-41).

A partir da leitura dessa passagem, passemos a observar, conforme sinalizado no início da análise, o outro centro de valor que permeia todo o projeto arquitetônico da exposição desse tema. Convivendo com esse valor de ciência enquanto sinônimo de verdade, vemos que o discurso também está assentado numa concepção de ciência como veículo para aperfeiçoamento da sociedade, isto é, se de um lado, o conhecimento verdadeiro e válido é aquele proporcionado pela ciência, o conhecimento científico, e decorrente desse, está a ciência como o meio pelo qual se pode instruir um povo e promover a ascensão de uma sociedade.

Compreendemos esse outro centro de valor de ciência como *veículo para o progresso da sociedade*, pelo fato de flagrarmos que, no projeto de dizer dessa conferência, reiteradamente, o sujeito-autor faz referência à importância do saber científico para tal fim. Assim, no prelúdio da conferência, no momento em que o preletor acaba de anunciar o tema da conferência, numa tomada de atitude ética e responsável (para utilizarmos os termos de Bakhtin), o sujeito afirma:

Anima-me a vir occupar a vossta attenção, a convicção profunda que tenho de assim contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e da instrucção popular no Brazil. Confrange-se-me o coração sempre que ouço de pessoas, que dizem-se habilitadas em sciencias naturaes, a pergunta, que revella completa ignorancia sobre esta matéria... (AZEVEDO, 1876, p. 41).

O gesto ético ao qual nos referimos é materializado na responsabilidade que o sujeito-autor assume ao participar do projeto da divulgação dos saberes científicos nas *Conferências Populares da Glória*. Observemos que essa atitude de proferir a conferência vem carregada de um conteúdo-sentido que se refere à finalidade de promover o avanço do país, através da instrução do povo. O conhecimento científico é visto, portanto, como esse meio que possibilitará o país a alcançar a “civilização”, já que, para ele, não é admissível que as pessoas com instrução e familiarizadas com os assuntos do domínio das ciências naturais não sejam conhecedoras desses assuntos. Isso, pois, acaba por justificar o atraso brasileiro em relação às “modernidades” da época.

Outro momento que merece ser destacado como demonstração desse centro de valor, pilar sustentador da arquitetura do discurso, aparece quando o autor apresenta, do ponto de vista do pragmatismo/utilitarismo oriundo da teoria para o bem social, é quando ele expõe a importância do darwinismo para o fato de o homem moderno não apresentar a força e o vigor que tinham os homens do passado. Ao justificar que o exército militar sempre recruta os homens mais saudáveis e vigorosos, deixando os “mais fracos fisicamente” para constituir família, por meio da explicação de uma das leis da teoria darwinista, da hereditariedade, o autor mostra como o conhecimento da ciência pode contribuir para o progresso e melhoria do país:

Quiz hoje convencer parte do meu auditorio, aquelles que nunca ouvirão fallar do darwinismo, que esta é uma materia que nada têm de assustadora, de revolucionaria ou de anti-religiosa, porém que é um ponto scientifico de historia natural, que merece serio e reflectido estudo de todos aquelles que amão o progresso do paiz. (AZEVEDO, 1876, p. 61).

Na observação do projeto arquitetônico da conferência, principalmente ao considerarmos o estilo do sujeito-autor na sua relação dialógica com o seu objeto de exposição e o terceiro participante – o ouvinte-leitor, a entonação expressiva colocada no discurso merece atenção. Pois é na entonação que flagramos o rastro da atitude valorativa do sujeito-autor diante de seu projeto de dizer, influenciado, óbvia e efetivamente, pelo contexto social mais amplo e o imediato, o que o leva a posicionar-se responsiva-axiologicamente frente a valores e situações. É como bem diz Bakhtin: “Na entonação, o discurso entra em contato direto com a vida. E é na entonação, sobretudo, que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – a entonação é social por excelência” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, s/d, p. 53-54).

Seria bem vinda aqui uma análise detalhada sobre a entonação expressiva presente no projeto enunciativo-discursivo dessa conferência. No entanto, em virtude da extensão do artigo e do objetivo central deste trabalho, essa discussão ocorrerá em trabalhos futuros.

4. Considerações finais

Como pode ser apreendido a partir da análise proposta neste artigo, observamos que levar em consideração os centros de valores que permeiam um projeto enunciativo-discursivo é o caminho para se alcançar a unidade de sentido que constitui as interações arquitetônicas de qualquer discurso. E é por meio da análise desses elementos que podemos compreender o homem, seu discurso e o mundo como acontecimento respaldado numa atitude responsiva e responsável, na qual centros de valores estão complementar e dialogicamente em confronto na constituição dos sentidos do discurso.

Dessa forma, a análise dessa conferência permitiu-nos perceber que o projeto enunciativo, discursivo e ideológico da preleção sobre o darwinismo não se coloca somente como uma simples exposição de um tema visando a socializar conhecimentos científicos importantes para a sociedade. Antes, esse projeto marca a posição de um sujeito sócio-histórico situado com seus valores, crenças, visões de mundo. Estamos diante, portanto, de um enunciado concreto como ato social que enquanto parte da realidade social, marca um acontecimento na história de forma significativa.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Augusto Cezar de Miranda. Darwinismo. Seu passado, seu presente, seu futuro. In: **Conferências Populares**, Vol. 1, Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve & C., 1876.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 [1920-4]
- BAKHTIN, Mikhail; Voloshinov, Valentin Nikolaevich. **Discurso na vida e discurso na arte**. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para uso didático, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik, *Discourse in life and discourse in art: concerning sociological poetics*. 16 f.
- BAKHTINE, Mikhail. **Pour une philosophie de l'acte**. Trad. do russo de Ghislaine Caponga Bardet. Editions L'Age d'Homme, Lausanne, Suisse, 2003.
- CARULA, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. Dissertação (Mestrado). Unicamp - Campinas, SP, 2007.
- CAVALCANTE FILHO, Urbano. A arquitetura da responsabilidade: um rastreamento pela elaboração do conceito bakhtiniano. In: AQUINO, Zilda; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo; MAREGA, Larissa; CAVALCANTE FILHO, Urbano; SANTOS, Thiago; DIOGUARDI, Gabriela. (Orgs). **A multidisciplinaridade nos estudos discursivos**. Editora Paulistana, 2015, p. 500-516. Disponível em: <http://eped.fflch.usp.br/node/21>
- CAVALCANTE FILHO, Urbano. Relações dialógicas no discurso da divulgação científica brasileira oitocentista: um olhar sob o prisma da metalinguística bakhtiniana. **Revista Línguas e Letras**, v. 16, nº 34, 2015, p. 247-263. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/issue/view/772>
- FIORIN, José Luiz. Resenha. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.1, nº5, p. 205-209, 1º semestre 2011.
- FARIA E SILVA, Adriana Pucci de. **Retratos dialógicos da clínica: um olhar discursivo sobre relatórios de atendimento psicopedagógico**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: www4.pucsp.br/pos/lael/lael-

inf/teses/adriana_pucci_doutorado.pdf

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Aspectos históricos da divulgação científica do Brasil. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 43-64.

Anexo

DARWINISMO SEU PASSADO, SEU PRESENTE E SEU FUTURO

Minhas senhoras, meus senhores.

O meu primeiro dever subindo a esta tribuna é pedir-vos que principiéis desde já a oferecer-me a vossa benevolencia, desculpando a demora que tive, fazendo, involuntariamente, esperar um auditorio tão illustrado.

Se volto a esta tribuna, se venho novamente occupar a atenção de pessoas tão intelligentes, com um ponto de estudo de sciencias naturaes, é porque de ha muito estou convencido que é pela meditação perenne, pelo cultivo constante desse ramo dos conhecimentos humanos, que a instrução popular, grandeza das nações, se hade elevar no seculo actual, chamado por Haeckel, o seculo das sciencias naturaes; acreditando pois na grande utilidade dos conhecimentos positivistas, volto para fallar-vos d’ essas sciencias.

Tentarei do darwinismo e da doutrina, evolutiva dessa theoria que occupa actualmente a atenção de todos os sabios da velha Europa, e dos Estados-Unidos e que infelizmente é quasi desconhecida entre nós.

Anima-me a vir occupar a vossa atenção, a convicção profunda que tenho de assim contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e da instrução popular no Brazil. Confrange-se-me o coração sempre que ouço de pessoas, que dizem-se habilitadas em sciencias naturaes, a pergunta, que revella completa ignorancia sobre esta matéria: - quem foi Darwin? O que significa esta theoria? E eu vos referirei com magoa que ainda hontem um collega, distincto por sua intelligencia e por sua litteratura, me perguntava quem era Darwin e o que significava essa doutrina!

Se, pois, na classe medica, se n’ aquelles que de alguma maneira devem estar a par das sciencias naturaes, existe tão grande ignorancia, que muito é que na classe dos bachareis em direito, dos graduados em theologia e outras sciencias, haja completa ignorancia sobre a theoria darwinista?

Eu ouvi já, com pezar, desta mesma tribuna um orador dizer que “o Darwinismo era uma theoria que nem merecia as honras de these.” Decidir por essa maneira uma questão que preoccupa as mais altas intelligencias de todo o mundo, é revelar desconhecimento absoluto da materia, e inqualificavel leviandade de critica scientifica.

Eu reconheço que uma das causas que mais tem contribuído para a ignorancia da theoria darwinista, para até hoje como que haver um sequestro dessa doutrina scientifica, é o predominio de certas ideas theologicas e orthodoxas; acredita-se que essa questão afeccta de uma maneira profunda as crenças religiosas que recebemos de nossos avós, e que contribue para toda especie de subversão dos principios da mora. Mas, senhores, no estudo da theoria darwinista nada temos que ver com a religião. É um erro profundo, um erro que sempre tem prejudicado a sciencia, querer-se essa alliança, heterogenea, sem razão de ser, entre a *sciencia* e a *religião* productos de dous factores differentes – a razão e a fé.

Deixemos que cada uma caminhe pelas trilhas que lhe traçarão essas duas forças: os religiosos acceptarão as idéas que recebêrão de seus pais ou das luzes de sua é; outros seguirão os principios das sciencias positivas, que hoje constituem a primeira feição dos conhecimentos do seculo XIX; pertencendo a este grupo caminharemos com passos seguros na estrada scientifica, da interpretação real dos factos pelo estudo das leis da natureza. Mas para que osmeticulosos não deixem de estudar a doutrina evolutiva, sempre lhes direi que Huxley, um dos naturalistas mais distinctos do seculo actual, um daquelles que contribuiu para fundar o darwinismo, demonstrou que a idéa da criação simultanea de Cuvier, a que se oppõe a doutrina evolutiva, não só estava em contradicção com os factos, mas com a Biblia.

Já vêdes que não há grande razão par que os theologos queirão levantar-se contra o triumpho das idéas darwinistas.

Não pretendo, porém, de maneira alguma confrontar o darwinismo com a religião, nem expôr a interpretação dada por essa teoria aos factos que se ligão a algumas crenças religiosas.

Senhores, a teoria darwinista, exclusiva de historia natural, já fôra prevista por alguns sabios antigos. Nos livros exparsos de varios philosophos naturalistas, encontramos os primeiros germens, os primeiros ensaios dessa theoria.

Vejamos, porém, antes, o que entende-se por darwinismo?

O darwinismo, como diz Haeckel, não é mais do que um fragmento, uma parte dessa lei geral da interpretação dos fatos universaes; defini-lo-hei, portanto, assim: a theoria genealogica que sustenta que todos os organismos extinctos, existentes, futuros, e vegetaes ou animaes derivão-se de um pequeno numero de typos antepassados, excessivamente simples e transformados por uma evolução ou metamorphose gradativa por meio da selecção natural.

As quatro leis fundamentaes desta doutrina, excluindo as idéas das criações simultaneas adaptadas por Cuvier, que por tanto tempo reinarão na sciencia, são o resumo e synthese dessa theoria que todos os dias encontra novas demonstrações a favor

dos princípios que sustenta. Podem ser formulados do seguinte modo: 1ª *luta pela existência*, 2ª *variabilidade das espécies*, 3ª *hereditariedade* e 4ª *seleção natural*.

Antes de entrar no desenvolvimento de cada uma dessas leis, permiti que, pedindo luz á historia, eu vos mostre quaes forão os antecessores e os contemporaneos de Darwin, para que, tomando esclarecimentos nesses factos historicos, possa predizer, prophetisar o futuro do darwinismo.

Uma das bases mais seguras do darwinismo é por certo a paleontologia, o estudo dos fosseis, quer animaes, quer vegetaes, sciencia, por assim dizer fundada por Cuvier, um dos maiores adversarios do darwinismo. Pelas idéas falsas que por tanto tempo prevalecerão a respeito dos fosseis, por acreditar-se que erão elles meros brincos da natureza, *lusus natura, nisus formativus, vis plastica*, ensaios das forças da natureza para formar organismos e esboços reprovados, por essa ignorancia explica-se o aparecimento da doutrina evolutiva só neste século.

Percorrendo-se, a lista dos eminentes sabios da antiguidade, esses homens que com tão maravilhosa previsão e proficiencia, descobrirão tantas teorias, tantas doutrinas que as sciencias positivas dos seculos modernos têm confirmado, apenas se depara com um nome, o do fundador da escola eleatica, afirmando a idéa menos absurda ácerca dos fosseis que nada mais erão do que *vestigios de antigas existencias*.

Depois de Xenophones de Colophonte, apenas em Aristoteles, esse genio assombroso, que, dominando toda sciencia antiga, chegou a influir sobre a dos seculos modernos, vê-se algumas idéas que tenham com a theoria evolutiva e genealogica do darwinismo.

Durante a idade média os vestigios fosseis erão considerados como attestados de uma raça gigantesca anterior ao homem, e nessa crença erronea permanêcerão sabios e povo até quasi este século.

É verdade que Bernardo de Palissy no fim do século XVI perante “todos os doutores de Pariz sustentou que as conchas, os ossos e outros objectos fosseis, erão na realidade restos de existencias anteriores, despojos de corpos organizados, e emprazou toda a escola de Aristoteles para destruir suas provas.” As descobertas deste immortal filho do povo e do trabalho, forão quasi esquecidas e só em 1090, Agostinho Seilla as reviveo e sustentou-as com grande enthusiasmo, a ponto de chamar a atenção de Leibmtz. Ganho incalculavel de terreno foi para esta doutrina o nome do grande Leibnitz, que por prestigio seu, adiantou-lhe o triumpho de muitos anos. Com efeito d’ahi em diante numerosas sabios se occuparão com as investigações dos fosseis e apparecerem trabalhos notaveis. Leibnitz por uma verdadeira inspiração philosophica, diz que “os homens ligão-se aos animaes, estes ás plantas e estas aos fosseis.” Acreditando em uma *lei de continuidade* para todos os seres, considera-os, como extensa cadeia cujos élos estavão tão estreitamente reunidos, que era impossivel traçar os limites de um e outro. Levado ainda pela logica de sua razão este sabio chegou a prophetisar a descoberta immortal de Trembley.

Sobre estes factos o naturalista Bonnet creou a sua celebre *escala continua dos seres*, na qual, com auxilio das *especies intermediarias* ou *passagens*, suppoz um plano unico de estructura atravez de todas as gradações organicas por meio de uma só linha.

Nessa época havia como que uma inquietação de todas as intelligencias, já não era sufficiente a cosmogonia mosaica, todos procuravão melhor interpretação para os factos, havia por toda a parte symptomas precusores de uma grande revolução scientifica. Maillet e Robinet em França, bem que não possuisses ainda dados positivos, esboçavão as primeiras idéas sobre a transformação de todas as especies. O primeiro explicava essa evolução, pouco em harmonia com a sciencia actual, bem como Robinet, que ensinava a gradação natural das fórmas do organismo. Um nome cheio de merecimento veio trazer grande impulso ás idéas evolutivas em zoologia; naturalmente já sabeis que me refiro a Buffon.

Não pretendo demorar-me no estudo de todas as suas obras, nem traçar minuciosamente sua biographia; tão bem sabida deste auditorio; peço atenção apenas para a parte relativa á serie de considerações apropriada á doutrina evolutiva. Estudando a influencia do clima, da alimentação e da domesticidade, Buffon traçou um quadro admiravel ácerca da *degeneração dos animaes*. Arrastado pela força irresistivel da verdade, Buffon admitio a *mutabilidade das especies*, e embora em algumas ocasiões, parecesse esquecido destes principios, apresentou argumentos tirados de sua observação em favor desta lei do darwinismo.

Senhores, repousemos um instante para contemplar Lamarck, esse talento admiravel, esse sabio naturalista que deve ser considerado o verdadeiro fundador da teoria evolutiva.

Lamarck em 1801 tornou conhecida a sua doutrina, cujas ultimas consequencias ficarão consignadas em sua importante obra *Philosophia zoologica*, uma das contribuições mais brilhantes em favor da doutrina mecanica na natureza.

Profundo botanico e zoologista eminente, não satisfazia-se em tomar os factos isolados, procurava-lhes as causas efficientes e a ligação natural de accordo com a sua interpretação positiva. Generalizando a somma de conhecimentos particulares, Lamarck traçou de uma maneira que sorprehende, as mais ousadas proposições, hoje confirmadas pela sciencia. Estabelecendo a descendencia e evolução progressiva dos organismos, do mais simples para o mais complexo, reconheceu que só erão regulados pelas forças physico-chimicas, da mesma maneira que os corpos inorganicos. O homem considerado de acordo com sua doutrina ligava-se aos mamiferos superiores por intermedio dos quadrumanos, e pela primeira vez, com coragem, sustentou a existência do homem-macaco...

É este, senhores, justamente um dos pontos, á primeira vista, mais delicado do darwinismo. Sei como ordinariamente é recebida esta proposição, que encontra quasi sempre o riso impensado para critica-la sem exame. Os adversarios da doutrina evolutiva, e os levianos tomão superficialmente esta proposição destacada, e procurando provocar o riso e o ridiculo julgão ter alcançado victoria. Oh! Mas certamente é uma victoria que bem póde ser comparada ás de Pyrrho...

Deixemos estas digressões, consignado comtudo aqui as palavras de Huxley no bispo de Oxford, em polemica sobre este assumpto. Disse aquelle profundo naturalista que: “preferia mil vezes decender de um animal que se aperfeiçoava do que de um homem que occupava sua intelligencia em combater a investigação da verdade.”

Fazendo minha essa resposta, acrescentarei com Claparède, prefiro descender de um macaco aperfeiçoado antes do que de um Adão degenerado!.... Lamarck superior ás idéas de seu tempo, sustentou essa doutrina, baseado na leis do *habito* e da *hereditarietà*.

Raciocinando sobre essas bases, explicava o maior ou menor volume de certos órgãos desenvolvidos em alguns seres pelo habito de mais ou menos exercicio, a que erão sujeitos, modificações essas que se transmitirão pela *herança*. Havia talvez neste systema alguma cousa de exagerado na importancia que ligava Lamarck a estas duas forças, e por ahi talvez possa ser comparado ao celebre devaneio philosophico de Schopenhauer. As obras do grande naturalista francez não forão devidamente apreciadas por seus contemporaneos, e alguns homens eminentes que sustentarão as mesmas idéas, como Goethe, nunca estarão os seus trabalhos; outros, como Lyell, chegarão a ser contrarios ao homem que sustentava a doutrina pela qual combatião. Como que uma indiferença geral aniquilou a teoria da descendencia de Lamarck, o qual só chegou a conquistar o respeito e a consideração dos sabios por outros escriptos de zoologia como a sua *Histoire des animaux sans vertebres*. Mas, senhores, nessa época já se reunião os elementos solidos e serios que havião de dar ganho de causa á escola evolutiva, e os seus proprios adversarios concorrião para a estabelecer-lhe as mais firmes bases, como Cuvier.

Antes de historiar as lutas havidas entre este grande homem e Geoffroy de Saint Hilaire, antes de tratar da influencia perniciosa que ele exerceu contra a theoria evolutiva da descendencia, rapidamente direi o estado da anatomia comparada a maneira porque ella também auxiliou a escola da interpretação mecanica da natureza.

A mesma incerteza e o mesmo absurdo de idéas que existião em relação á paleontologia, dominavão grandemente a anatomia comparada, que talvez não merecesse o titulo de sciencia senão posteriormente a Cuvier.

A verdade positiva e scientifica dos factos, arrancava todos os dias revelações preciosas de homens eminentes. A idéa, da analogia de estrutura dos organismos animaes, derivados de um modelo primitivo, e geral, já tinha adeptos entre os representantes da anatomia comparada. Camper demonstrava “a analogia admiravel, que se encontra entre a estrutura do corpo humano, e a dos quadrupedes, dos passaros e peixes.” Perrault, Daubenton, Belon e outos offerecião trabalhos parciais de grande importancia. Vicq d’Azyr é dominado pela preocupação constante, dos pontos semelhantes entre os esqueletos humanos e de outros animaes. Essa preocupação revela-se em todos os seus escriptos, sustentando esse sabio “que a natureza procede sempre de acordo com um modelo primitivo e geral, do qual se affasta com dificuldade, e do qual existem vestigios por toda parte; esses caracteres existem impressos em todos os seres, revelando a constancia do typo e a variedade nas modificações.” Era este o terreno mais ou menos exacto em que se achavão as questões scientificas que vião novos horizontes nas descobertas geologicas de Pallas, de Deluc, de Saussure, de Werner e Cuvier.

Que importa que na França, apesar de todos estes materiaes preciosos, só dous homens combatessem pela verdade, contra adversarios do covado de Cuvier?

Nos trabalhos e nos esforços deste grande homem, contra as idéas de Lamarck e St. Hilaire, se encontrão immensas provas em favor dellas: e essa convicção será a vossa se lerdes com attenção e critica os trabalhos e a vida de G. Cuvier.

Intelligencia privilegiada, comprehendia uma grande esfera de atividade, de sorte que em quasi todos os ramos das sciencias naturaes tinha alcançado um lugar elevado por suas investigações e descobertas.

Em zoologia refundio a classificação de Linneu, e precisou a natureza de muitos organismos inferiores, em geologia fundou a sua celebre hypotthese das creações sucessivas, e das catastrophes periodicas, que durante muito tempo teve domínio exclusivo na sciencia morphologica.

Fundado, porém, a paleontologias, veio, com outros principios por elle demonstrados em anatomia comparada, fornecer os melhores argumentos para Lyell e outros, contra sua orthodoxa hypotthese.

A luta travada entre Cuvier e a escola evolutiva foi renhida, graças ao entusiasmo e dedicação de Geoffroy de St. Hilaire, contemporaneo e continuador das idéas monisticas de Lamarck. Afastava-se um pouco deste naturalista na explicação que dava para as modificações organicas, as quaes fazia depender principalmente dos *meios ambientes*, como os climas, e sobretudo das variações atmosfericas.

Infelizmente para o progresso da humanidade, a autoridade do nome Cuvier e o seu prestigio absoluto acbrunhavão todos os talentos, de sorte que por isso demorou por longo tempo a marcha victoriosa da doutrina evolutiva.

E se ainda fosse mister a demonstração do quanto é pernicioso o poder absoluto, em qualquer ramo de viver social, estava a falar bem alto este facto.

Em duas memoraveis sessões da academia de Sciencias lutarão esses gigantes da sciencia: Geoffroy de St. Hilaire, sustentou com o maior brilhantismo os golpes dos adversarios, e embora a razão e a verdade estivessem de seu lado, o vencedor do dia foi o Barão de Cuvier!... Essas datas importantes forão 22 de Fevereiro e 19 de Julho de 1830.

Tinha-se, porém, conseguido um successo notavel com a publicação das idéas monisticas, e com a difusão pelo povo dos seus principios; por assim dizer estava ganha a causa da doutrina evolutiva, pois tinha ella a seu favor a força mais poderosa da sociedade, aquella que vence todos os prestigios e asoberba todas as influencias - o povo....

Demais, senhores, patenteava-se com toda a evidencia a verdade eloquentemente proferida pelo imortal historiador dos *Martyres da liberdade*: vencedora ou vencida, sempre caminha a onda de idéa, eis o que salva a humanidade. Assim é que Goethe na Allemanha recebia com maior jubilo e tinha como successo de maior importancia a revelação scientifica de 1830, do que o movimento politico que nesse anno transformou o governo francez.

E ao falar-vos deste astro radiante, cabe-me o dever de contar a parte activa que o assumio na fundação da doutrina monistica e dizer-vos os seus titulos como um dos seus precusores. Goethe não tem a cingir-lhe a frente só os louros literários, e as flores da poesia, não forão as únicas que o seu engenho cultivou. Compreendeu ele a superioridade dos estudos positivos, e dedicou-se com ardor ás sciencias naturaes; embora não fosse devidamente considerado pelos sabios de seu tempo, hoje a justiça da historia cercou o seu nome do prestigio de um grande naturalista. No seu livro *Metamorphoses das plantas*, Goethe estabelece os germes de suas convicções monisticas que desenvolve mais tarde, e para cujo triunfo concorre com a grande descoberta do osso

intermaxilar no homem, que o possui á semelhança de outros mamíferos. Ligado com Geoffroy de St. Hilaire, o seu ultimo escripto ainda foi em prol da doutrina evolutiva; poucos dias antes de morrer Goethe escrevia sobre os principios de *philosophia zoologica*, e ali estudando as tendências de Cuvier e de St. Hilaire, resumia e historiava toda a luta havida enter os dous esforçados paladinos.

Goethe não exerceu comtudo a influencia que poderia ter tido; pois embora seguidor das mesmas idéas que seu compatriota Lourenço Oken, nutrião antipatia entre si, de sorte que por essa razão vivendo afastados não poderão prestar os serviços que se podia esperar dos seus estudos e saber.

Antes de Oken, já Gottfried-Treviranus de Bremen sustentava as idéas monisticas da natureza.

Em sua *Biografia da natureza viva*, dizia que toda “a forma viva póde ser produzida pelas forças phisicas de dons modos, ou originando-se da materia amorpha, ou modificando-se de uma fórma preexistente. ! Treviranus dá uma grande importancia aos *zoophytos*,” fórmas primitivas d’onde provém todos os organismos das classes inferiores por desenvolvimento gradual.” Para este naturalista os individuos e as espécies crescião e morrião, não sendo a morte das especies mais que a sua degenerescência, ou metamorfoses em outras especies” também combatia as catastrophes diluvianas da geologia.

Pelo que já vos disse a respeito de Buffon, védes que Treviranus com a sua degenerescência, para explicar a variedade das fórmas, repetia a doutrina daquele naturalista. Depois de Treviranus e gozando maior celebridade, Oken fundou a sua teoria da *substancia coloide primitiva*, que nada mais é que o protoplasma da sciencia actual. Esta substancia, chamada *urschleion* era um composto aluminóide, viscoso que, segundo Oken, adaptava-se todas as condições e a todos os meios, dando lugar a maior variedade das fórmas.

Esta substancia aparece sob o aspecto de miríadas de pequenas vesiculas, e constitue os *infusorios*, principio de todos os organismos mais complexos, quer vegetaes quer animaes. As propriedades destes infusorios, e o papel que eles representão na natureza, são em tudo identicos aos das *cellulas* da biologia moderna. Abraçando estas idéas, naturalmente Oken, filia-se aos seguidores da doutrina evolucionista, e ele o afirma quando diz “o homem não foi creado, mas desenvolveu-se”.

Desde então sucedem-se os nomes dos homens notaveis, dos naturalistas conscienciosos que trabalham em acumular provas a favor da doutrina evolutiva.

Na Allemanha Leopoldo de Buch em geologia, Boer na zoologia, Gehleiden, Urger em botânica, Carus, Schaaffhausen e Buchner, em morphologia, antropologia, ou em filosofia natural, Augusto Schleicher em philologia, são os fuzeiros que conduzem a intelligência para a verdade da interpretação mecanica da natureza, a qual tem em E. Hacckel um dos mais illustrados representantes.

A Inglaterra, porém, foi a pátria do homem que, por assim dizer, reunindo todos os elementos anteriores, por sua intelligencia illustrada comunicou á doutrina evolutiva o cunho scientifico e positivista que hoje possui, baseada na somma enorme de factos e nas leis que com tanta felicidade descobrio; mais algumas palavras, e me ocuparei com esse grande revolucionario scientifico - CARLOS DARWIN.

Neste paiz, como que todos os elementos se achavão dispostos para o berço do darwinismo; ahi estavam homens celebres que tinham combatido com vantagem as idéas teleologicas da escola biblica, cujo chefe parecia ser Cuvier. Entre todos, avulta Carlos Lyell, que destruiu completamente as hypotheses mosaicas de Cuvier, das creações sucessivas e repetida catastrophes.

Na época em que parecia mais solida a influencia de Cuvier, e que seus entusiastas victoriavão –no pelo pseudo-triunpho alcançado sobre Geoffroy de St. Hilaire, em 1830 Lyell nos seus *Principios de geologia*, demonstrando a sua celebre doutrina da evolução natural da terra.

As modificações que ainda hoje se passam a nossos olhos, aquellas que a historia da humanidade registra, são suficientes para nos darem idéa de todas as formações das camadas terrestres, desde as altas cadeias de montanhas até os mais profundos vales. Pela disposição das jazidas terrestres, todas ellas com os seus fosseis apropriados, pela evolução progressiva do seu aperfeçoamento, Lyell mostrou o nenhum fundamento das hypotheses de Cuvier.

Deixando as grandes catastrophes, as erupções e terremotos sobrenaturais, appellou para o processo das leis naturaes, e fez entrar, com demonstrações positivas, o tempo como um dos factores indispensaveis para essa criação; desde então o incomensuravel dos periodos geologicos foi uma verdade scientifica que contribuo grandemente para a marcha da intelligencia humana. No terreno morphologico, na geologia estava destruída a interpretação theologica da natureza, e em bases firmes ostentava-se a doutrina evolutiva.

Agora, senhores, vejamos em uma pequena digressão que papel é que os religiosos, filiados ás lições das creações simultaneas e catastrophes repetida querem fixar para o Creador. É reduzi-lo mais ou menos a um caprichoso onnipotente, que por um brinco, por desfastio fórma organismos vegetaes e animaes, para logo, arrependido de sua obra imperfeita, suprimil-os e destruil-os. Decorrido certo periodo volta ao seu antigo passatempo, e fórma novas especies, novos individuos, conservando comtudo um ou outro que agradou-lhe por sua elegancia ou qualquer outra razão.

Dizei-me, não é amesquinhar esse proprio Ente que querem engrandecer, e em cujo nome combatem a doutrina evolutiva! Ah! Senhores, é que esses adversarios o que combatem é a civilização e a sciencia, não querendo render-se á propria evidencia, porque Huxley já demonstrou que a hypothese de Cuvier está em contradicção com a Biblia, o livro sagrado que lhes serve de labaro.

Continuando no assumpto de minha conferencia, direi que desde então multiplicarão-se as investigações em todos os sentidos, vierão as excavações geológicas na Europa e na America, e surgirão milhões de provas a favor da doutrina darwinista.

Nomes dos mais gloriosos apparecêrão a favor da doutrina que todos os dias ganha terreno, Naudin, Lecoq, Omalius d’Halloy, Forbes, W. Herbert, Grant, Freke, Hooker, Huxley, Herbert Spencer e tantos outros, por obras immortaes fundarão definitivamente a nova era scientifica, que é dominada pela grande naturalista cuja teoria vamos examinar.

CARLOS ROBEREO DARWIN nasceu a 12 de fevereiro de 1809, em Shrewsbury, e tem hoje 65 annos. Tendo 17 annos de idade encetava sua carreira universitaria em Edimburgo, passando logo depois para Cambridge. Em 1831, tendo 22 annos, fazia parte de uma expedição scientifica enviada para estudar a America do Sul. Durante 5 annos C. Darwin observou o novo continente, e a relação de sua viagem a bordo do *Beagle* é de uma leitura muito attractiva e interessante sob o ponto de vista puramente scientifico; por ahi como que se vê a marcha da intelligencia de Darwin para a fundação de sua doutrina. A formação dos recifes de coral e a sua

origem, a vida dos cirrhipedos e outros muitos pontos receberão dos estudos de Darwin viva luz, e a interpretação dos factos foi sempre de acordo com as leis naturaes.

Na America, tres grandes phenomenos impressionarão principalmente Darwin: - a sucessão e substituição de especies muito vizinhas, á medida que vai-se do norte para o sul, - o parentesco e semelhança das espécies que habitão o continente e as ilhas do litoral, bem como a variedades do archipelago de Galapagos, e finalmente os estreitos vinculos de relação existentes entre os mamíferos edentados e roedores contemporaneos, com fosseis das mesmas famílias. “Nunca se esquecerá, diz elle, da surpresa que teve ao desenterrar os destroços do tatú gigantesco analogo ao tatú vivo.”

De volta á pátria sentia sua saúde alquebrada por tantos esforços e, felizmente para a sciencia e para a humanidade, pôde Darwin retirar-se da vida de Londres e ir viver em sua propriedade de Down, no condado de Kent. Ahi, recuperando a saúde, entregou-se á serie de suas meditações, e a um cogitar seguido e ininterrompido nas leis naturaes, accumulando uma somma extraordinaria de factos em favor de sua doutrina já esboçada bem que inedita. Talvez ainda delongasse a sua publicação se não fosse o facto ocorrido com o outro naturalista inglez Alfredo Wallace.

Como todos os iniciadores de uma nova seita scientifica ou religiosa, se retirára Darwin para a solidão, onde vivia a aperfeiçoar sua doutrina; ahi foi interrompe-lo Alfredo Wallace, seu compatriota, e que também se impressionára por phenomenos naturaes novos que presenciára nas ilhas do archipelago da sonda.

Tendo quasi que as mesmas idéas que Darwin, pedia-lhe que enviasse a Lyell a comunicação de suas opiniões para serem publicadas; passava-se isto em 1858.

Caracter elevado e honesto como sóem ser todos os sabios, Darwin tratou de dar publicidade aos trabalhos de Wallace, embora tivesse escripto desde 1844 as mesmas considerações que por um escrupulo de modéstia reservára inédito. Lyell e Hooker, porém, tinham sciencia das opiniões do grande Darwin, e aconselharão-no para que conjunctamente com o trabalho de Wallace publicasse em resumo há sua doutrina, o que deu-se nesse mesmo anno, aparecendo no anno seguinte a monumental obra da *Origem das species*, traduzida para todas as linguas, excepto para a nossa.

Senhores, lamentemos esse facto; enquanto o romance escandaloso e absurdo ainda não sabio dos préelos europeus e já conta mil traducções e versões portuguezas, um livro serio, uma obra do valor desta, não tem sequer uma tentativa de tradução!...

Embora queirão alguns que C. Darwin não expusesse ahi claramente a sua theoria, a verdade que resalta da leitura atenta que fiz é contraria a esse pensar, e a doutrina da seleção ficou perfeitamente fundada; ás obras posteriores forão o desenvolvimento, o maior numero de factos a favor, e finalmente e conclusão; porém a doutrina, essa do primeiro livro de Darwin.

As conclusões, applicadas ao homem forão calculada e prudentemente deixadas para mais tarde, e só em 1871 apparêcerão formuladas por Darwin na sua obra *Descendencia do homem*.

Quizera ser mais minucioso e demorar-me-hia com prazer sobre estas questões da vida de um dos maiores vultos da sciencia humana, o tempo porém, corre e não quero mais abusar do auditorio, por isso tratarei de outros topicos no desenvolvimento das leis darwinistas.

Darwin foi no terreno zoológico e botanico o revolucionário que produzio a mesma reforma que Lyell na geologia, assim baqueou nas sciencias naturaes a absurda hypothese theologica sustentada por Cuvier e ultimamente por Luiz Agassiz.

Desde que a doutrina de Darwin foi conhecida, desde que os factos por ele interpretados apparecerão explicados pela luz de uma critica positiva, levantou-se grande celeuma, grande alarido no campo contrario, os homens da autoridade, do tradicionalismo levantarão-se contra a nova theoria. As duas doutrinas se extremarão e ferirão luctas tremendas; de um lado estava a escola theologica, dualistica que sustentava a fixidez das especies, a criação simultanea e destruição sucessiva das gerações, tendo á sua frente L. Agassiz; de outra parte estava maioria dos naturalistas com Darwin, que ensinava o como e o porque os organismos descendião de um pequeno numero de typos universaes antepassados, por meio da seleção natural. Darwin procurou basear a sua doutrina em factos positivos, e aproveitou quer os observados por si próprio, quer os sabidos por todos, que adaptou á sua theoria; assim destrui a accusação d'aquelles que lhe dizião que sua doutrina seria uma hypothese engenhosa, porém nunca uma opinião com o cunho scientifico da verdade.

Sim, senhores, esboçemos as suas quatro leis que synthetisão e concretão toda a teoria darwinista, como vos disse há pouco.

A primeira lei, aquella que por sua maior extensão talvez, e por sua ininterrompida execução nos desperta logo a intelligencia é a luta pela existencia, *strugle for life* como expressivamente chamou Darwin.

Acompanhai-me, vêde este espectáculo que se apresenta tão calmo na apparencia, onde a paz, a suavidade e a harmonia parecem ter seu dominio; pois bem, a mais tremenda lucta se ostenta ahi de mil variadas fórmis! Os combates que ahi se ferem, as dilacerações terriveis que ahi se passam, só podem ser contados pelo numero de organismos vivos que ahi existem.

É o vegetal que procura aniquilar o outro que lhe fica ao pé; para medrar um é necessario que defínhe outro, este subtrahe áquelle uma quantidade de calorico, de luz, de humidade, de azoto ou carbono, por isso este nutre-se enquanto aquelle decompõem-se. Mais adiante é a animaculo devorado e preza de outro que precisa de seu elemento para viver; subi sempre em escala progressiva, do verme ao passaro, deste á ave de rapina, generalisai e vêde essa lucta propagando-se entre todos os seres organizados até o homem, o rei da criação, que propaga e continua essa concurrencia vital até seus semelhantes.

Fallando sobre este ponto, consenti que repita as eloquentes palavras com que Buchner começou uma de suas conferencias sobre o Darwinismo: “O solo sobre que estamos, diz ele, e no qual pisamos, nada mais é que o pó de milhares e milhares de gerações que nos precederão, e das quaes descendemos.” Reconhecida e demonstrada a verdade desta lei, está por si explicado como naturalmente, e sem catastrophes, desaparecem e sucedem-se as gerações animaes e vegetaes.

Mas, senhores, já prevejo a objecção natural, que levantareis baseados na própria luta da existência, contra o darwinismo; formulareis a pergunta do porque em um momento dado não dasapparece a vida, e não se aniquilão todos os organismos!

Para destruir e responder categoricamente a essa duvida ahi estão as outras leis darwinistas, tão positivas e geraes como a precedente, está o principio da variabilidade das especies, da hereditariedade e da selecção natural!

Senhores, esqueci-me de dizer há pouco, da palavra *especie*, e de sua interpretação decorrem as discussões e nasceu a linha divisoria das duas escolas, a teologica e a darwinistica. Sustentão os primeiros a imutabilidade das especies e ainda é seo axioma o principio de Linneo - *Species tot suol diversas, quol diversas formas ub inicio creavit infinitum ens*, emquanto os partidários da evolução e do darwinismo, sem se ocuparem com as distincções escholasticas do que é uma especie boa ou má, estudão e considerão os individuos, e pouco se importão com essas convenções artificiaes.

Mas o próprio Linneo ensina que dous seres de especies diferentes produzem um outro fecundo que não lhe é inferior; Buffon pensa da mesma maneira, e actualmente sabe-se que hybridos provenientes do carneiro e da cabra e de outros demonstrarão a perfeita fecundidade dos hybridos vegetaes indefinidamente tem a sancção dos factos e a autoridade do nome de W. Spencer. Por essa propriedade de variarem as especies, e pelas leis que decorrem também do estudo do darwinismo como a da adaptação ao menos, compreende-se como de um pequeno numero de fórmulas ou typos antepassados provém por descendência toda a variedade de especies que hoje possuímos. A lei da *hereditariedade*, a cada momento verificada pelo medico, nas heranças morbidas, reconhecida e aceita pela crença popular que vê transmitirem os progenitores, as suas feições physicas, o seu character, e até as tendencias aos seus descendentes, dá-nos a razão porque se transmitem essas variedades de typos, que cada vez mais se accentuão e se affastão da origem primeira. Demais, o darwinismo estabeleceu o principio que os individuos não produzem um ser seu igual, mas que produzem um organismo que lhe é analogo. Agora, senhores, cumpre-me tratar do principio da *selecção natural*, o mais glorioso titulo de Darwin, que acentua e caracteriza a sua doutrina, que completa e explica satisfactoriamente a teoria evolutiva da descendencia, já prevista e fundada por outros. É interessante saber que Darwin meditando profundamente nas suas opiniões, leu o livro admirável de Malthus, e impressionou-se com a lei que estabelece esse sabio do desenvolvimento das populações em proporção geometrica, e a proporção arithmetica do desenvolvimento das substancias proprias para a alimentação humana.

As lutas e as guerras que sucedem deste desequilibrio, forão applicadas á natureza em geral, e do poder modificador dessa concurrencia vital proveio a lei da selecção natural de Darwin. Assim, diz elle, entre individuos da mesma especie, oferece mais garantias de victoria, e portanto de vida, os que tem melhores recursos da adaptação ao meio em que vivem. Em um terreno arido e secco, de duas plantas do mesmo genero, succumbirá logo a que não tiver elementos para conservar a humidade, emquanto que viverá aquella cujas folhas forem ou mais rugosas ou revestidas dos apendices apropriados para esta função. D'ahi a victória do exemplar mais perfeito, que depois cada vez separa-se mais do seu typo primitivo e constitue, para os da escola dualística uma especie nova, e para os darwinistas um individuo naturalmente filiado aos seus antepassados, e modificado, graças ás leis e ás condições que vos tenho rapidamente exposto.

Além disso, a anatomia e a physiologia comparada fornecendo ao darwinismo luzes poderosas, davão-lhe a chave da explicação dos órgãos rudimentarios em certos organismos: tão absurdamente interpretados pela escola dualistica. Ainda outros raios brilhantes de luz são fornecidos ao darwinismo pela tetralogia a sciencia das monstruosidades, e a embriologia que demonstrando a identidade de origem e metarmophose de todos os animaes, nos mostra o mais perfeito da escola zoologica passando por todas as fórmulas inferiores que a doutrina da evolução assignada para antecessores do homem. E o que é mais admiravel, é que esses factos são em grande parte revelados por um dos mais serios adversarios do darwinismo, o Sr. Agassiz, que comtudo arrastado pela verdade, deixa escapar a seguinte confissão: "É impossível distinguir -se e dizer-se este craneo é de uma criança ou de um pequeno chimpanzé"!...

De todos estes elementos expostos nasceu e ficou definitivamente fundado o darwinismo, que, como vos tenho dito, com Haecel, é a coroação desse monumento admiravel da escola evolucionista, e também resalta o merito do sabio inglez que generalizando e demonstrando com experiencias e observações os factos já expostos, por assim dizer a priori, por Lamarck e outros, deu um cunho positivista e scientifico a esta doutrina.

Assim ficou esboçado bem, que incompletamente, o passado historico da doutrina evolucionista que póde ser considerado o passado do darwinismo, sabeis agora o seu estado actual victorioso em toda a parte, e naturalmente prophetisareis comigo o seu futuro qual seja a única doutrina positivista dos filhos do seculo XIX.

Mas, como vos ia dizendo, antes de deixar esta tribuna eu devo apontar uma das consequencias praticas da teoria de Darwin que muito há de interessar aos mais patrioticos e encanecidos estadistas.

Todo mundo grita que o genero humano decahe, que o homem de hoje não é o homem athletico e possante das eras passadas. Sabeis a razão disto? É pela applicação da teoria de Darwin que a percebemos. Por todo mundo civilizado actualmente está grassando a preocupação do predomínio militar; e qual a causa dessa preocupação? A ignorancia das leis de Darwin, na maneira por que são confeccionadas as legislações militares. Procurão para o exercito os entes sadios, fortes, vigorosos e despresão, deixão para constituir familia, para organizar a sociedade aquelles que tem alguns defeitos, que são fracos psicologicamente. Qual a consequência desse facto? A consequência logica e imediata de uma lei de Darwin da hereditariedade. Todos aqyelles que forem robustos e sadios não podem constituir a família, porque as eis militares os roubão de seus lares para deixarem o sangue mais generoso e forte nos campos de batalha, e são precisamente os debeis, os que têm defeitos physicos que hão de constituir familias, e assim transmitirem a seus filhos, á sua descendencia os germens desse rachitismo, dessa degeneração que todos os estadistas proclamão.

Pois não é muito mais sabio, muito mais prudente que em lugar de procurarmos por um labor <?> militares que nada valem, que para nada servem, tratemos de formar o cidadão, uma sociedade forte, vigorosa e sadia, que nas horas de perigo toda ella será valida contra o inimigo de nossas liberdades! Não será muito mais vantajoso conformarmo-nos ás consequencias das teorias de Darwin do que formularmos odiosas leis militares que só servem para armar o despotismo e o capricho dos que governão!

Mas porque trago aqui, á barra de tão illustrado auditorio a selecção das especies, a hereditariedade e todos esses factos que parecem de pura especulação scientifica? É que no nosso viver pratico, na nossa vida social, tem consequente e imediata applicação bem como no estado de todas as sciencias naturaes.

Eu desejava, se o tempo me não fosse tão escasso, apresentar-vos uma massa consideravel de argumentos, não meus, porque sou novel na sciencia, porém dos sabios, na demonstração de cada uma dessas quatro leis. Cada uma delas é assumpto mais que suficiente para uma longa e profunda conferencia de mestre. Se aqui venho fazer uma exposição tão rapida e imperfeita dessa doutrina; é porque além de me falharem os conhecimentos necessarios, o genero propria destas conferencias, a natureza mesmo delas estão nme ensinando a trilha que tenho marchado.

Quiz hoje convencer parte do meu auditório, aquellos que nunca ouvirão falar no darwinismo, que esta é uma matéria que nada tem de assustadora, de revolucionaria ou de anti-religiosa, porém que é um ponto scientifico de historia natural, que merece serio e refletido estudo de todos aquelles que amão o progresso do seu paiz.

Deveria deixar-vos com a convicção dessa verdade ou ao menos chamar a vossa atenção pata tão importante assumpto, fiz apenas o que cabia na minha fraca palavra para provar-vos que não há razão para que no ensino oficial de nossas academias seja banida do programa a teoria darwinista.

No Brazil, na America, quantos factos isolados, quantos factos brilhantes estão á espera de um Darwin para vir coleciona-los e registra-los em favor dessa doutrina? Ainda o outro dia não nos ensinava Gerber que o Brazil era a parte mais antiga de todo o mundo, simplesmente pela applicação das teorias geologicas de E. Beaumont que toda a Europa conhece! Não temos nós geólogos distinctos que poderião ter feito esse descobrimento? E se assim é, se o Brazil, principalmente o centro de minas, é a parte mais antiga do mundo, porque razão nas explorações, no estudo da nossa natureza, não encontraríamos factos que de uma maneira esmagadora provasesem a verdae do darwinismo.

Portanto, dizia eu, do proprio estudo das leis de Darwin ainda se póde tirar outras consequencias para a educação da mocidade e para a felicidade dos povos. Nós sabemos que pela seleção natural e pelas outras leis de Darwin mais se aperfeiçõao quanto mais exercitados; um órgão ou uma faculdade; a historia está cheia desses factos, que nos contão, que no Egypto, onde a concentração de talentos, da habilidade e da sciencia, em uma casta produzio um paiz, preza do despotismo e das classes privilegiadas, esse facto ainda repetido, em outros paizes e outras épocas, nos offerecem lição proveitosa quanto á divisão do trabalho e difusão de luzes por toda a população.

Vêde, pois, quanto é grandioso e cheio de brilhantes resultados o estudo meditado dessas leis. Assim, a doutrina que muito superficialmente expuz, deve ser a cogitação constante das nossas academias, do medico, do engenheiro, do juriconsulto e até do theologo, para que por ella possa talvez formar uma idéa mais majestosa da divindade.

Reconheço que expuz francamente essa teoria. Se a vossa benevolencia, se o criterio de quem dirige estas conferencias julgar conveniente maior desenvolvimento dela, se acreditar na utilidade pratica, para a nossa mocidade, para o nosso povo o complemento dessa exposição e não encontrar quem queira de uma maneira mais brilhante se incumbir dessa tarefa, encontrar-meheis de novo nesta tribuna, voltarei a ellla para vos dizer aquillo que leio, aquillo que aproveito do estudo das obras dos mestres.

Como Newton, bem que eclypsado perante sua sabedoria, e sem querer-me comparar-me com aquele grande sábio, eu vos darei como ele aos que elogiavão suas obras: "Só apresento o resultado do estudo, sou como as crianças; nada mais fiz do que, ao pé de um oceano admirável, imenso, apanhar pequenas conchas; as mais preciosas, as mais custosas gemas essas lá estão no fundo desse oceano."

Vinde, representantes da sciencia, vinde colher essas gemas preciosas! (*Muito bem; muito bem,. Aplausos prolongados.*)

A conceptualização de trabalho sexual e de dinâmica familiar em *Casos de Família*: entrelaçando vozes e modelos cognitivos

Winola WEISS¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as representações de Família e de Prostituição² e suas relações com ideologias e práticas de exclusão no discurso terapêutico espetacularizado. Para tanto, utilizamos como categoria de análise o sistema de AVALIATIVIDADE, da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a noção de Modelos Cognitivos Idealizados, da Linguística Cognitiva (LC), a Teoria da Polidez de Brown; Levinson (1987), bem como os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD). Levamos em consideração também as discussões feministas contemporâneas acerca da prostituição feminina. O corpus selecionado para análise consiste no episódio “Mesmo vendendo o meu corpo, eu faço parte dessa família”, do talk show de televisão aberta *Casos de Família* da emissora SBT.

Palavras-chave: Prostituição; Representação; Análise Crítica de Discurso; Linguística Sistêmico-Funcional; Linguística Cognitiva.

1. Introdução

O presente artigo apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica que se destinou a analisar as diferentes representações e autorrepresentações de atores sociais no programa da televisão aberta *Casos de Família* a partir do recorte temático Família e Sexualidade. Os resultados aqui discutidos se referem às análises do episódio “Mesmo vendendo o meu corpo, eu faço dessa família”, que foi ao ar em 25/01/2014 pela emissora SBT.

Casos de Família discute dificuldades do âmbito privado enfrentadas por grupos de amigos e familiares próximos. Os participantes são “pessoas comuns” (VOLPE, 2013), que foram selecionados para participar do programa pelas caravanistas³. O episódio selecionado exhibe 3 grupos que enfrentam algum tipo de dificuldade relacionada à esfera do trabalho sexual. Cada “Caso” apresenta 3 participantes: uma profissional do sexo⁴, um “aliado” e um “oponente”. As vozes de autoridade da emissora são Christina Rocha, apresentadora e mediadora dos debates, e a Dr^a Anahy DAmico, psicóloga. As discussões podem, por vezes, ter contribuições da plateia e mesmo de participantes de outros Casos.

Esta investigação pretende desvelar os discursos subjacentes às diferentes representações dos atores sociais, da família e da prostituição, bem como a sua relação com práticas de exclusão, por meio de categorias

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. Bolsa RUSP. E-mail: winola.cunha@usp.br

² “Prostituição” e “trabalho sexual” são utilizados aqui como “a prestação voluntária de serviços sexuais por mulheres adultas mediante acordo prévio com a clientela acerca de tempo, tipo de serviço e pagamento pelo programa realizado” (SOUZA, 2014).

³ Caravanistas são pessoas ligadas à produção do programa que organizam caravanas para as plateias, além de serem responsáveis pela seleção primária dos participantes dos Casos em seus bairros e comunidades (VOLPE, 2013).

⁴ Empregamos os termos “profissional do sexo” e “prostituta” de maneira intercambiável com base nos discursos dos movimentos de resistência (RODRIGUES, 2009).

analíticas da Linguística Cognitiva (LC), da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), assim como dos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e de teorias Feministas contemporâneas.

2. Considerações teórico-metodológicas

Primeiramente, transcrevemos o episódio selecionado com base nas regras do NURC (PRETI, 2010). Quanto às análises, principiámos pela identificação das estratégias de representação e de autorrepresentação dos participantes e das vozes de autoridade do programa e, a partir daí, dos discursos veiculados por eles. Para tanto, realizamos análises pautadas pelos pressupostos da AVALIATIVIDADE, da LSF (MARTIN; WHITE, 2005), sobretudo os subsistemas de atitude — a avaliação que o ator social realiza por meio do texto — e de engajamento — o grau de legitimidade conferido pelo produtor textual a vozes de outros e o seu envolvimento com elas. A partir da verificação do posicionamento de cada participante em relação ao trabalho sexual e aos seus colegas de grupo, buscamos reconstruir os Modelos Cognitivos Idealizados (CIENKI, 2007) de cada um.

Para as análises discursivas, utilizamos a proposta de Fairclough (2003), aliada a considerações de feministas contemporâneas sobre a relação entre certas representações da família, da prostituição e da sexualidade feminina com discursos misóginos.

A AVALIATIVIDADE, conforme proposta por Martin e White (2005), consiste em um sistema semântico-discursivo ligado à metafunção interpessoal (HALLIDAY, 2004), responsável por viabilizar a negociação intersubjetiva de significados, a partir de uma concepção de língua como ação e de oração como intercâmbio comunicativo. Tal proposta permite reconhecer as diversas vozes e visões autorais, a partir dos subsistemas engajamento, atitude e gradação.

Para esta pesquisa, investigamos as instâncias de engajamento, por meio das quais os autores se constroem (inter)subjetivamente e se posicionam em relação a outras vozes, simulando a sua inexistência (monoglossia) ou considerando-as em seus textos de forma positiva, negativa ou neutra (heteroglossia). A heteroglossia subdivide-se em Expansão e Contração Dialógica. Através da Expansão, o autor pondera ou aceita as outras concepções de realidade (alternativas dialógicas). Por meio da Contração, o autor rejeita, total ou parcialmente, as demais alternativas.

Foi também considerado o subsistema de atitude, que envolve a instanciamento linguística, explícita ou implícita, dos campos emocional, comportamental, estético e da valoração social. Consideramos proveitosos para as análises os julgamentos (valores comportamentais) e afetos (valores emocionais) presentes nos textos, uma vez que o programa envolve debates acerca de comportamentos, e os grupos convidados têm relações familiares, amorosas ou de amizade entre si.

As questões envolvendo afetos chamaram a atenção para a necessidade de considerarmos uma categoria analítica que não estava prevista inicialmente para as análises: a Polidez. Escolhemos a Teoria da

Polidez de Brown; Levinson (1987) e seus desdobramentos (MODESTO, 2011) para esclarecer as dinâmicas emocionais causadas pelos julgamentos e afetos. Isso se traduz, nessa teoria, na questão do trabalho de face, ou seja, das formas de ataque, defesa e valorização da imagem pública e do universo pessoal.

Na teoria da Polidez, as faces são duas: positiva e negativa. A face positiva se relaciona com a construção da autoimagem, ou seja, como o sujeito deseja ser visto pelos outros e sua necessidade de ser aprovado por seus pares. Já a negativa se liga à sua liberdade de ação — e à contestação dessa liberdade. Uma face pode ser atacada ou preservada por iniciativa do próprio indivíduo ou de outros.

Para organizar as (auto)representações, valemo-nos da noção de Modelos Cognitivos Idealizados. Estes são esquemas produzidos pela cognição a partir de uma série de experiências com o mundo à nossa volta, as quais são inconscientemente categorizadas a partir de abstrações das instâncias contextualizadas. Esses modelos são denominados “idealizados” justamente por serem baseados em protótipos — logo, dependentes de esquematização de nossos valores, crenças e necessidades —, os quais não necessariamente serão encontrados no mundo real. Por serem construídos para explicar diferentes experiências e eventos, podem também ser incongruentes entre si (CIENKI, 2007; SPERANDIO, 2010).

De acordo com Fairclough (2003), textos (basicamente, qualquer instância de uso linguístico oral ou escrito, e, ainda, linguagem visual e sonora) são elementos de eventos sociais que, como tais, têm efeitos causais. Isso significa que, por meio do processo de construção de sentido, textos podem causar mudanças sociais tanto no mundo material, como no plano mental, nas estruturas de conhecimento, de crenças e de valores, e mesmo nas práticas sociais dos indivíduos. Essa causalidade tanto molda o mundo e a visão que temos dele, quanto é construída por eles. Para a ACD, o indivíduo é também um agente social, na medida em que, embora não seja totalmente livre, também não é sobredeterminado socialmente. Assim, pode causar mudanças no meio social por meio de suas interações com o mundo. Essa visão também se apoia na noção crítica da Ideologia como modalidade de poder. Ideologias seriam, nessa proposta, representações de aspectos do mundo que ajudam a manter, construir ou mudar relações sociais de exploração, dominação e poder.

A proposta da Análise Crítica seria, na visão de Fairclough, promover bases científicas para o desvelamento e a contestação de ideologias. Assim, o diálogo entre a ACD e teorias linguísticas focadas na construção do significado e da língua em uso, como a LSF e a LC, se mostra profícuo, e até mesmo necessário quando tratamos de textos verbais. Uma vez que a Análise Crítica pretende debater os diversos tipos de construções da realidade, encontramos também a necessidade de buscar apoio em outras áreas das ciências humanas para a realização de análises bem fundamentadas. Escolhemos, nessa pesquisa, trazer considerações de teorias feministas contemporâneas para tratar das representações de mulheres encontradas no *corpus* e de como elas se aliam a ou contestam discursos misóginos e machistas.

As diversas linhas teóricas feministas, embora bastante diferenciadas, têm um objetivo comum: desconstruir as representações que preveem relações assimétricas entre homens e mulheres, em que estas

seriam — ou deveriam ser — naturalmente submissas àqueles; e, desse modo, empoderar as mulheres para que possam se libertar e combater essas formas opressivas de convivência, tanto no meio privado quanto na vida pública (GABRIELLI, 2007).

3. Análises⁵

Casos de Família não é só um programa de entrevistas. Mais do que isso, é um programa de debates acerca de problemas da esfera privada de “pessoas comuns”. Ele se configura, desse modo, em um âmbito privilegiado tanto para análises da autorrepresentação de atores sociais marginalizados quanto da representação desses atores por vozes de autoridade legitimadas pela mídia de massa.

3.1 Os Casos

No episódio em questão, são apresentados os seguintes Casos e participantes:

Caso 1: Joana (Jo) expulsou sua filha, **Samira** (Sm), de sua casa após descobrir que ela era profissional do sexo, atriz pornô, e namorava **Naiára** (Na) — que também participa da discussão, como aliada de Samira. Neste Caso, Christina Rocha tenta realizar uma reaproximação entre mãe e filha. As discussões giram em torno da “dignidade” e a vergonha do trabalho sexual e do trabalho doméstico, e ainda podem-se entrever questões sobre lesbianidade e lesbofobia. Incluímos, como problematização nossa, a questão da invisibilidade bissexual. Esta é a única discussão com participação da plateia — Felipe (Fe).

Caso 2: Sandra (Sa) está ameaçando expulsar sua filha, **Jaqueline** (Ja), de casa. Jaqueline já enfrentou esse problema antes, quando se assumiu travesti. Dessa vez, a motivação da mãe é o fato de sua filha se prostituir. Christina Rocha e Sandra insistem que Jaqueline mude de profissão, enquanto ela e **Gisele** (Gi), sua cunhada e aliada, defendem a prostituição como um trabalho digno. Novamente, a “dignidade” do trabalho sexual é posta em discussão. Além disso, são levantadas algumas questões sobre transfobia.

Caso 3: Jefferson, sobrinho de **Sônia**, profissional do sexo, sai da casa da tia, por quem foi criado, devido à profissão desta. Este é o único Caso em que Christina se alia abertamente a uma profissional do sexo: ela e **Hélber**, filho de Sônia, insistem que Jefferson se reaproxime de sua tia. Aqui imperam as discussões sobre dignidade e vergonha do trabalho sexual.

Christina Rocha aborda os casos de maneira informal. Ela se apresenta como amiga do/a telespectador/a e dos/as participantes. Seu compromisso é levá-los, através dos diálogos emotivos e das acirradas discussões pelas quais o programa é conhecido, a algum acordo acerca do entrave em questão. É

⁵ Estruturamos as análises em tópicos (Os Casos, A Família, A Prostituição, A dinâmica familiar) para facilitar o entendimento dos Casos e as análises sobre os conceitos de família, de trabalho sexual e sua relação com as práticas sociais.

bastante comum que se alie a um ou a outro lado abertamente ou que provoque discussões e constrangimento deliberadamente.

Christina não se alia às vozes das prostitutas completamente, marcando sempre o trabalho sexual como “infeliz”, ou algo que não é fonte de “orgulho”, nem um ideal profissional desejável. A única vez em que uma aliança a uma profissional do sexo é selada se dá quando o trabalho sexual se justifica pela proteção da unidade familiar — o que demonstra o alto grau de valoração que ela atribui à instituição familiar. Acreditamos que isso (o distanciamento de Christina) se deva não só a discursos de exclusão e marginalização, mas também à falta de representação dos movimentos de resistência de profissionais do sexo na grande mídia. Como ela se preocupa em reiterar ao longo do programa, o *Casos de Família* não faz “apologia à prostituição”. Acreditamos que esse seja o posicionamento sugerido pela Emissora como um todo, ou, ao menos, do programa. Isso pode ser exemplificado pela análise do título do programa:

Mesmo vendendo o meu corpo, eu faço parte dessa família

Notamos aqui uma estratégia de Contração Dialógica, a Contraexpectativa. Sendo heteroglóssica, ela apresenta de maneira explícita ambas as alternativas dialógicas — “quem vende o corpo não faz parte da família”, “quem vende o corpo faz parte da família”. Ela nega parcialmente o discurso de um possível “senso comum” — mulheres profissionais do sexo são, devido a sua escolha profissional, passíveis de sofrer reprovação dos parentes e exclusão do núcleo familiar (não fazer parte da família) — na posição de Tema (local da informação dada, que se espera que o ouvinte já tenha conhecimento). Já no Rema (informação nova), apresenta o discurso de resistência a essa “visão dominante” — o trabalho sexual não deveria tornar essas mulheres “indignas” do núcleo familiar (HALLIDAY, 2004). A quebra de expectativa é iniciada pela partícula concessiva “mesmo” e se concretiza na proposição final. A conjugação em primeira pessoa, no entanto deixa claro que a voz do programa (ou, ainda, a voz da emissora) não necessariamente se conjuga totalmente com a voz dessas mulheres, apesar de supostamente conceder-lhes esse espaço de fala. Além disso, é importante notar que mesmo esse discurso de resistência parece corroborar que essa escolha profissional possa causar julgamentos e reprovações legítimas.

3.2 A Família

A noção de família é central para o programa e para esta pesquisa. No episódio em questão, a conceptualização de Família depreendida é formada a partir dos modelos de genética, criação, afeto, moralidade e obediência. A relação genética entre os familiares parece ser o pressuposto mais básico dos participantes, o que pode ser exemplificado pelo excerto a seguir, retirado do primeiro Caso: “Joana só um minutinho você você você é a mãe biológica claro dela...”

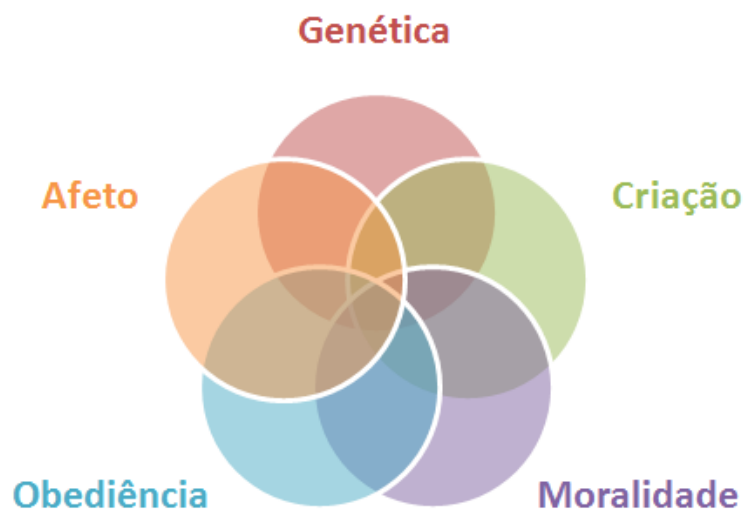
“Claro”, neste caso, é utilizado como advérbio de afirmação, e realiza uma contração dialógica (expectativa confirmada), rejeitando a alternativa dialógica “não ser mãe biológica”. Ao modelo genético se

ligam os modelos de criação e de afeto. Para Christina Rocha, por exemplo, eles são praticamente indissociáveis. No entanto, essa conceptualização é confrontada no primeiro e no terceiro Casos, nos quais, devido a discrepâncias entre os modelos de moralidade, há a anulação das relações afetivas. Veremos essas instâncias em detalhe mais tarde.

Os modelos de moralidade e obediência, esses sim, parecem ser fortemente interligados para todos os participantes. Inclusive, parecem basilares para as noções de família da maioria dos participantes. A instituição familiar parece ser conceptualizada prototipicamente como um grupo formado a partir de relações genéticas hierarquizadas. Essa hierarquia tem como ápice os elementos mais velhos do núcleo. No caso, como são apresentadas apenas famílias monoparentais, essa posição é ocupada sempre pelas figuras maternas. Estas seriam responsáveis pela elaboração e manutenção do conjunto de valores a ser seguido pelas gerações mais jovens. Seguindo uma lógica punitiva, transgressões a essas normas acarretariam “castigos”. Quanto mais “grave” a transgressão, tanto mais “duro” o castigo, chegando, em casos como os apresentados aqui, à expulsão do elemento em desacordo com o núcleo familiar.

O MCI de Família é, portanto, fruto de um efeito prototípico complexo: é formado por diversos outros modelos (LAKOFF, 1987), com saliências diversas a depender do participante ou voz de autoridade enfocada.

Figura 1. Esquematização do MCI de Família



No primeiro Caso, há o anulamento das relações familiares entre Joana e Samira. Samira não reconhece Joana como sua mãe por ter sido criada por outra mulher. De sua parte, Joana exclui Samira de seu núcleo argumentando que a sexualidade e as ocupações da filha não se encaixam no seu modelo moral de sexualidade e trabalho (“eu acho que dentro da minha família e::... dentro do meu conceito isso não existe... não existe isso mulher gostar de mulher mulher dormir com mulher”).

(1) Sm: você acha que isso é mãe?

Jo: ela me excluiu de ser mãe dela... e eu excluí ela como filha... é isso

Na: tá mas quando ela tá com dinheiro a senhora gosta né?

Desse modo, Samira e Joana subvertem o pressuposto de que a ligação biológica regular bastariam para configurar a “relação entre mãe e filha” (caracterizada por amizade, cumplicidade, carinho etc). À pergunta “você acha que isso é mãe?” subjaz um protótipo de mãe, com o qual a postura de Joana não coincide. Joana, por sua vez, diz que Samira a “excluíra” de ser mãe dela. De acordo com essa representação, sua filha teria o poder para cortar laços familiares. Apesar da insistência da animadora em representar as relações familiares como inatas, os relatos das participantes sinalizam uma realidade mais maleável e frágil, contestando as pré-concepções de “amor materno” e de “laços familiares”.

Naiára acrescenta ainda mais uma polêmica: a de que esse afastamento entre as duas mulheres é, de certa forma, anulado quando Samira “está com dinheiro”. Por meio da refutação (“tá mas quando ela tá com dinheiro a senhora gosta né?”), Naiára sugere que qualquer reaproximação por parte de Joana seria motivada apenas por interesses econômicos, deixando implícito um julgamento de Sanção Social (falta de ética, desonestidade). Ela e Samira, mais adiante, chamarão Joana de “interesseira”, explicitando esse julgamento. Além disso, Naiára afirma diversas vezes que a “a vida é dela [de Samira]”, empoderando a ex-namorada, ao mesmo tempo em que ataca ambas as faces de Joana. Essa construção anula qualquer autoridade sobre Samira que Joana reivindique para si, o que a impediria de exercer pressão sobre as escolhas da filha (ataque à face negativa), bem como destrói a imagem influente que ela construíra para si (ataque à face positiva). Por outro lado, o trabalho de face realizado em relação a Samira é de valorização de sua face negativa, uma vez que legitima sua liberdade de ação.

No segundo caso, apesar de haver atritos, Sandra representa Jaqueline como “boa filha”, assim como Jaqueline representa Sandra como “boa mãe”, desvinculando os julgamentos morais acerca do trabalho sexual e da prática de expulsão da valorização das relações familiares.

Já no terceiro Caso, pudemos depreender a valorização dada por Hélber ao modelo de criação em sua discussão com o primo (“mas engraçado que quando você precisou na hora que seu pai morreu quem te criou foi Ela quem quem pôs comida na sua boca foi Ela quem te vestiu e te calçou foi Ela quem te levou pra escola foi Ela”).

Hélber realiza julgamentos de Estima Social, elencando os motivos pelos quais Jefferson deveria ser grato a Sônia, e não julgá-la. O primo, conforme sua representação, é ingrato. Ele também recrimina o modelo de família do primo, impondo-lhe o seu próprio (“então Jefferson você tem que por na sua cabeça que querendo ou não você tem que por na sua cabeça que ela é a sua família”).

Jefferson, por sua vez, preconiza a confluência dos valores morais no núcleo familiar e a sua imagem pública — que, segundo ele, poderia ser prejudicada pela sua proximidade com a tia. Por esses motivos, ele decide afastar-se do núcleo familiar (“filha eu tô falando dela não tô falando de você filha eu tô falando dela a senhora tem que ficar na sua eu não gosto que ela faz pronto acabou”).

Sônia, como seu filho, também valoriza o modelo de criação, o qual se mostrara essencial para criar seus filhos e sobrinho como mãe solteira. Fora essa, inclusive, a sua motivação para começar a prostituir-se

(“é o fogão explodiu e aí não achava ninguém pra ajudar os pais nunca fiz filho com um homem pobre né então pedir pensão não adiantava né então eu me arrumei por aí”). Os MCI de ambos valorizam o modelo de criação, apresentando uma moralidade menos pautada pelos valores “externos” e pela preocupação com a autoimagem, ao contrário de Jefferson.

O MCI de família de Christina Rocha, por sua vez, se baseia no modelo genético (“Joana só um minutinho você você você é a mãe biológica claro dela”) e no modelo de criação (“que criou que criou ela criou ela foi criada com você claro ela foi cria/”). Ela também valoriza os aspectos afetivos — os quais ela conceptualiza como “inatos” — como o “amor de mãe”. Para ela, independentemente de diferenças entre modelos e valores, essa afeição deveria ser almejada e mantida, de forma a garantir a harmonia do núcleo familiar. O “amor de mãe” é uma noção bastante importante no discurso de Christina Rocha, uma vez que, baseado no senso comum, permite a manipulação tanto de mães quanto de filhas, impondo-lhes expectativas sociais acerca da relação das mulheres com a maternidade (“um dia você vai ser mãe”).

Essa noção tem sido bastante combatida por teóricas feministas contemporâneas, que têm buscado a desconstrução das figuras femininas na sociedade ocidental.

Ao discutir o amor materno, Elizabeth Badinter desconstrói a idéia deste sentimento como inato, visto que ele teria sido naturalizado no mundo moderno. A autora demonstra que, no decorrer da história, a importância deste sentimento variou de acordo com as circunstâncias, sendo o final do século XVIII o momento em que se desenvolveu um discurso moralizador no qual se constrói um ideal de mãe (VASCONCELOS, 2005, s/p)⁶.

A partir da apreensão dos posicionamentos acerca da noção de família, poderemos, mais à frente, analisar como esses conceitos se relacionam com as representações da prostituição, e como eles podem colaborar para certas práticas sociais dentro do núcleo familiar.

3.3 A Prostituição

De acordo com Rodrigues (2009) e Carneiro (2014), a representação das mulheres profissionais do sexo na mídia de massa no Brasil pouco mudou nas últimas décadas, apesar de os movimentos de prostitutas terem conquistado importantes avanços no meio jurídico. Por outro lado, o interesse acadêmico acerca do trabalho sexual tem crescido na última década, mobilizando pesquisadores das ciências humanas, médicas e da linguagem. As intersecções criadas por esses estudos têm aberto uma nova perspectiva sobre a prostituição, possibilitando uma abordagem pautada pelo interesse na agência das mulheres profissionais do sexo (SOUSA, 2014).

Em *Casos de Família*, a discussão sobre o trabalho sexual se baseia em duas noções importantes: trabalho e dignidade. De acordo com o dicionário Houaiss, “trabalho” é:

⁶ Não é possível citar a página exata, nesse caso, porque a versão disponível na internet não apresenta paginação.

Conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir um determinado objetivo; Atividade profissional regular, remunerada ou assalariada; Exercício efetivo dessa atividade; Esforço incomum; luta, lida, faina (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1040).

Esse conceito denota algum tipo de problema ou dificuldade que deve ser solucionado. Um trabalho, portanto, qualquer que seja, deve ter um objetivo e empreender esforço.

Além disso, o trabalho deve ser “digno”. Ainda de acordo com o dicionário Houaiss, a “dignidade” é “uma qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; honra; autoridade; nobreza” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p.2743). Ele está, portanto, no campo semântico da honradez, do respeito e dos valores morais. O respeito é característico da esfera social, uma vez que pressupõe uma relação entre duas ou mais pessoas com base em valores morais e éticos comuns. Sendo assim, a dignidade do trabalho se baseia nos valores sociais do senso comum de uma comunidade cultural.

O trabalho sexual, relacionado pelo senso comum à esfera do sexo consensual e do prazer, parece não empreender nenhum esforço. Por vezes, o trabalho sexual nem sequer é visto como trabalho, mas como “preguiça de trabalhar”. Mais comumente, no entanto, ele é visto como um trabalho “não digno”. Nesses casos, há dois tipos de julgamentos, respectivamente, ambos de Sanção Social negativa (MARTIN; WHITE, 2005): Improriedade — baixo grau de transparência ética —, e Veracidade — baixo grau de honestidade.

A construção da representação misógina de uma mulher que se prostitui se dá a partir da valoração da atividade exercida por ela como profissão. Nessa visão, a mulher prostituta não é digna porque realiza um trabalho que não seria próprio de uma mulher “de respeito”, uma vez que está na esfera marginalizada do sexo em contexto não monogâmico. Essa noção de respeito se alia com discursos misóginos de repressão da sexualidade feminina, que a constroem a castidade como uma virtude que deve ser “respeitada” e “protegida” para que mantenha seu “valor”. Como ela “não se dá o respeito”, não poderia esperar ser respeitada como indivíduo pelo resto da sociedade.

As mulheres que transgridem o modelo “esposa-mãe-dona-de-casa-assexuada” são consideradas uma alteração do quadro normal da mulher e devem ser culpadas pela sociedade. [...] A prostituta é considerada uma espécie de anti-modelo da mulher-mãe, embora ela seja considerada um “mal necessário”. Na construção de um ideal de mulher honesta, as mulheres desviantes vão ser associadas à imagem da prostituta (VASCONCELOS, 2005, s/p).

A família, sendo uma unidade moral, deve excluir o indivíduo imoral, para não “manchar” sua honra e sua reputação. Essa preocupação é tanto moral quanto social, uma vez que lida com a autoimagem construída pelos familiares sobre o núcleo em que se inserem.

Em cada Caso, é apresentado uma espécie contraponto à prostituição. No Caso 1, discute-se o trabalho doméstico; em 2, o *telemarketing* e os salões de cabeleireiro; em 3, o magistério.

O excerto a seguir é exemplar quanto à comparação entre trabalho sexual e trabalho doméstico:

(2) Jo: porque a porta de emprego tá aí pra qualquer um

[
Sm: e por que você não trabalha?
Jo: eu traBALho como diarista
[
Sm: por que você não trabalha? naONde? diarista? ah dá licença meu ficar limpando privada dos outros dá licença
[
Jo: eu sou diarista com muito orGULho... com...e daí? com muito orgulho...isso é vergonha? limpar privada?
CR: não isso eu acho não eu acho que é muito digno trabalhar nãoisso não com muito
[
Jo: isso é pr/é vergonha? é vergonha?...é vergonha? ela tem vergonha porque eu sou diarista...porque eu limpo privada () sou diarista e sou auxiliar de limpeza com muito orgulho e muita honra...
Sm:não é ó não é vergonha não é vergonha não é vergonha sabe o que que é... eu não queria ver... (independente do que ela tem comigo) eu não queria ver ela (lavando privada)
Jo: minha vida inteira sou doméstica ela tem vergonha...porque ela ganha mil reais por dia (***)
Na: mas ela não tem vergonha da sua profissão e você tem da dela
Jo: eu ganho em honestidade amiga...amiga eu ganho honestidade
CR: mas qual seu probl/só um minuto só um minuto só pra ver se eu entendo só pra...você acha a profissão da sua mãe de diarista né você não acha que é uma profissão digna é isso?
Sm: não...é que assim olha pelo fato de eu ser filha dela...infelizmente sou filha dela...eu não queria ver ela lavando privada...entendeu

Enquanto mãe e filha discutem seu relacionamento, expondo as dificuldades encontradas no convívio familiar, Joana apresenta sua opinião sobre as possibilidades do mercado de trabalho. Com “só não trabalha dignamente se não quiser”, Joana deixa explícito que acredita não ser “digno” o emprego de sua filha, e que a opção de Samira é motivada pela imoralidade, por não desejar um “trabalho digno”. Nesse sentido, a mãe realiza dois julgamentos de Sanção Social Negativa: Improriedade — baixo grau de transparência ética —, e Veracidade — baixo grau de honestidade. Samira, por sua vez, põe em xeque a legitimidade do trabalho de sua mãe (Trabalho Doméstico). Essa representação (“trabalhar como diarista” = “não trabalhar”) ataca a face positiva de Joana, que criara para si a imagem social de mulher trabalhadora e “digna” (em contraposição implícita à imagem que cria para sua filha). O *frame* de trabalho doméstico que Samira cria focaliza o ato de “limpar privadas dos outros”, de modo a figurá-lo como uma atividade humilhante, rebaixada, da qual não se espera orgulho, mas vergonha.

Quando, no entanto, é instada pela apresentadora a admitir que tem vergonha da profissão de Joana, a filha nega o afeto, contraindo o dialogismo através de uma negação: “não é ó não é vergonha não é vergonha não é vergonha sabe o que que é... eu não queria ver... (independente do que ela tem comigo) eu não queria ver ela (lavando privada)”. Mesmo assim, é claro o descontentamento com a profissão da progenitora, a qual, além de ser humilhante a seu ver, também não gera alto retorno financeiro (“ficar lavando privada ficar lavando privada dos outros pra ganhar TRINTareAIS...não dá dinheiro pra ela arrumar o cabelo”).

Temos, assim, modelos idealizados de trabalho e de moralidade diferentes para cada uma. Enquanto Joana valoriza um trabalho que se encaixa em seus padrões morais, Samira prefere um trabalho com alto retorno financeiro devido às condições em que se encontra quando começa a se prostituir. Sua mãe joga

com essa diferença quando afirma que “ganha em honestidade”, metaforizando a sua “dignidade” em termos de dinheiro, que, para ela, tem mais valor do que a “moeda” em si.

As diferentes profissões geram o afeto “vergonha” a ambas as mulheres. A vergonha é, em geral, causada por ataques às faces do indivíduo. O gatilho deste afeto, no caso, parte da relação metonímica entre pessoa-família, numa espécie de “contágio social”, em que o indivíduo poderia ter sua autoimagem “contaminada” pela humilhação ou pela imoralidade de um parente.

A apresentadora Christina Rocha, como mediadora da discussão, utiliza-se de estratégias de engajamento para ora aproximar-se, ora distanciar-se dos valores, das representações e dos MCI das demais participantes. No entanto, ela nunca é verdadeiramente imparcial. Conforme mencionado no tópico anterior, uma estratégia muito utilizada por ela é a imposição dos valores da maternidade às participantes. O excerto a seguir, por exemplo, pode ser visto como uma estratégia para levar Samira a concordar com parte da visão de mundo de sua mãe.

(3) CR: eu queria dizer aqui...ninguém tem nada contra aqui...gente eu acho que ninguém aqui é de jogar a primeira pedra né então ser garota de programa ninguém é contra cada um sabe d/sabe da sua vida né... mas é claro que a gente não pode comparar uma pessoa que trabalhe né é de faxineira com uma pessoa de/ uma garota de programa porque eu acho que não é uma profissão feliz que a pessoa seja feliz... você um dia vai ser mãe... eu acho que nenhuma mãe... não tô dizendo não tô falando que você ô botando o dedo na cara quem sou eu pra colocar o dedo na cara não é nada disso hein pelo amor de deus tá?...eu só acho que toda mãe é:: sonha em/que que sonha com uma outra que a filha sonha com uma outra profissão da filha você concorda? entendeu...de repente uma universitária né uma pessoa que ganhe legal ...nenhuma mãe gostaria opa meu sonho que minha filha seja garota de programa meu sonho n/você concorda? que não é o sonho de nenhuma mãe concorda?

Apesar de reiterar que “ninguém tem nada contra” e que ela “não está botando o dedo na cara”, isto é, não está julgando Samira nem sua profissão, a valoração da prostituição é totalmente negativa. A apresentadora constrói a prostituição como uma profissão “infeliz”. A escolha lexical é bastante interessante e parece remeter à ideia de que esse tipo de emprego não traz realização pessoal, apenas sofrimentos e decepções. Esse discurso será reiterado ao longo do programa, tanto pelas vozes ratificadas (Christina Rocha e psicóloga), quanto pelas próprias participantes. Além disso, a prostituição é apresentada em oposição ao protótipo profissional de Christina, que elenca a alta escolarização (“universitária”) e alta remuneração (“ganhe legal”) como características base dessa profissão sonhada pelas mães. Apesar de a prostituição proporcionar uma alta remuneração, ela não está incluída na esfera do trabalho “feliz” — ou, ainda, “digno” —, muito menos na esfera do trabalho “escolarizado”. Para realizar essa manipulação, ela se vale, inclusive, do sarcasmo para deslegitimar a prostituição como uma profissão prototípica, ao simular uma instância incongruente (uma mãe desejar que sua filha seja prostituta).

Assim, quando a apresentadora coloca em xeque a opinião de Samira sobre a própria profissão, ela admite “sim isso não é profissão pra ninguém eu não desejo isso pra nenhuma menina que tá aqui”. Sua representação de Trabalho Sexual, entretanto, não muda em essência. Antes, ela comparava a prostituição ao Trabalho Doméstico, e neste caso, considerava-a superior. Com o novo contraponto — o MCI Profissional

de Christina Rocha —, entretanto, apresenta o Trabalho Sexual com valoração negativa, mostrando que esse não é o seu protótipo de trabalho ideal, mas apenas o que lhe parece melhor dadas as circunstâncias.

No segundo Caso, a discussão opõe a prostituição ao telemarketing, outra atividade realizada por Jaqueline após ter se assumido travesti, e a ser cabeleireira, como forma de sair da situação de prostituição.

Gisele, aliada de Jaqueline, defende a prostituição como uma forma legítima de ganhar dinheiro, ainda em comparação com o *telemarketing*, ambiente no qual Jaqueline sofrera vários ataques transfóbicos.

(4) Gi: assim eu não vejo porquê errado isso se essa foi a forma que ela escolheu ou ele escolheu de ganhar dinheiro né... fazer o que paciência

(5) Gi: é trabalhava por uns tempo né e só que assim no nesse serviço onde ela trabalhava aí começou a ficar muita piadinha ah que isso que é (traveco) não sei que lá começou a falar uma par de coisa né aí ela começou a chorar e falou assim vou voltar pra vida foi quando ela voltou mas aí foi sempre telemarketing ela sempre pensou que era telemarketing

Além disso, ela faz uma das poucas referências — e a única crítica, ainda que velada — aos “clientes”: “quem vai atrás dela é eles não é ela que vai atrás deles”. Esse julgamento de Estima Social está inserido numa discussão acerca da dignidade do trabalho sexual. Com essa construção, Gisele reverte o quadro apresentado até então, que “culpava” unicamente a mulher pelo “programa”.

Em geral, os outros atores sociais participantes do “programa” são suprimidos. Eles aparecem pouco nos enunciados das profissionais e menos ainda nos das vozes de autoridade. Interditos, eles costumam ser identificados por fóricos como “eles”, e nominais genéricos, como “o homem que te procura” e “homem”. Pouco se fala deles e do papel que exercem na prostituição dessas mulheres, de modo que a responsabilidade e todo o estigma da profissão são passados para as mulheres. Apenas no Caso 2 eles aparecem explicitamente, quando Jaqueline é instada por Christina Rocha a contar anedotas sobre a sua vida profissional.

Jaqueline conta que começou a se prostituir quando foi expulsa de casa pela mãe pela primeira vez, e retomou a atividade devido ao preconceito que sofria no emprego “formal” (*telemarketing*). Instada por Christina, assume sentir “peso na consciência” por não ter contado para sua mãe antes — ela desconhecia que sua filha era prostituta, acreditando que ainda era atendente de telemarketing. Também diz se sentir mal por se prostituir, mas não abandona a profissão devido ao retorno financeiro. É ela a provedora da casa e também economiza para realizar cirurgias de redesignação sexual.

(6) CR: você se sente com a consciência pesada falo ó tô errada ou não? você fala tô ninguém tem nada a ver com isso e eu tô e eu como é que você se sente?

Ja: me sinto muito mal consciência pesada SIM

CR: sente MESmo?

Ja: sim porque CLARo que não é a vida que todas QUERemCLARo que eu queria ter meu salão queria ter minhas coisas

O elemento “mesmo”, por si só (sem levarmos em conta a ênfase prosódica) já exerce a função pragmática de denotar incredulidade, que é também uma forma de contração dialógica, dado que rejeita a alternativa dialógica apresentada por Jaqueline (“me sinto muito mal consciência pesada SIM”). Aí também

há uma Sanção Social de Veracidade, o que pede uma elaboração do estado psicológico de Jaqueline. Já “claro que” é uma estratégia de aproximação ao discurso de CR e do senso comum, contrários à prostituição. Essa concessão, no entanto, não é dissonante em relação ao discurso de Jaqueline, uma vez que ecoa a noção de “dinheiro rápido”, que será analisada posteriormente.

Sandra alega que o fato de sua filha se prostituir morando em sua casa lhe dá responsabilidade por isso, além de causar-lhe preocupação pela sua integridade física (“Sa: e as vezes que eu tenho que ficar lá em casa sabendo que ela tá se prostituindo e eu tá lá esperando aí chega uma má notícia e aí eu vou carregar isso pelo resto da minha vida?”, “só que eu não posso aceitar ela fazendo essas coisa se prostituindo né se arriscando a morrer a pegar uma doença isso daí eu não vou aceitar”). A preocupação é um afeto negativo, uma reação a um comportamento considerado perigoso, uma vez que põe em risco a saúde e a integridade física. Esse afeto, no entanto, não está implícito. Ele pode ser inferido apenas pela construção “tenho que ficar lá em casa sabendo que ela tá se prostituindo” (impotência).

Já “só que eu não posso aceitar” é uma instância de julgamento, também não explicitada. Uma análise em Dinâmica de Forças (TALMY, 2000) desvelaria um esquema de bloqueio. Esta construção é utilizada pelos participantes excludentes, conceptualizados como antagonistas que impõem as suas concepções e seus valores às vidas de seus parentes (agonistas) tanto no plano mental quanto no plano físico, esforçando-se para minar sua tendência inicial. Esse bloqueio, traduzido para o plano físico, é o próprio bloqueio ao núcleo familiar, isto é, a expulsão. Existe aí também um julgamento de Estima Social, uma vez que critica um comportamento potencialmente autodestrutivo (“se arriscando a morrer a pegar uma doença”), segundo o conceptualizador.

A única “salvação” se dá para Sônia, cuja motivação é realmente “nobre” para as vozes de autoridade: “o amor de mãe”, cuidar de crianças etc. Seu sobrinho, no entanto, não concorda. Ele se afastara da família devido a divergências no modelo de moralidade: enquanto ele acredita que a profissão da tia seja “indigna”, seu primo, Hélber, tem orgulho da atividade da mãe, uma vez que ela garantiu sua criação.

Os comentários de Felipe, que participa da discussão do segundo Caso, deixam transparecer o discurso que, de certa forma, permeia toda a discussão sobre a “dignidade” do trabalho sexual (“olha você tem vergonha da sua mãe estar lavando privada mas é um sabe um serviço honesto e digno e você que fica (***) pra um monte de homem que você nem conhece”, “mas você se suja você todo mundo”).

É uma constante nos discursos daqueles que não aceitam o trabalho sexual como uma espécie de serviço “normal” o uso do argumento da “dignidade”. A prostituição, sendo um trabalho “sujo”, “indigno”, “desonesto”, configuraria marca de um caráter vil, julgamento de Sanção Social Negativa (impropriedade). Esse discurso ecoa outro, que “demoniza” o sexo, tratando-o como “pecado”, caso ocorra fora em contextos “canônicos” (em um “relacionamento”, como coloca Fe). O sexo que ocorre no contexto da prostituição, como coloca Felipe, é “sujo” (“mas você se suja”), “vil”, “desprezível”, devido à variedade de parceiros sexuais

(“um monte de homem que você nem conhece”) e à mercantilização do ato sexual (“mas aí na rua é relacionamento”).

Seguindo a lógica desse tipo de discurso, o trabalho sexual, a mundanização do sexo é algo que ameaça a “sagrada” instituição familiar, uma vez que rompe com os paradigmas que, ao mesmo tempo, sacralizam e demonizam o ato sexual. Essa associação pessoa-profissão é o que acaba gerando os conflitos familiares, uma vez que os pais e parentes não conseguem dissociar o tipo de trabalho que a mulher realiza de seu caráter. Além disso, alguns acreditam que isso poderia gerar uma espécie de “contágio social”, levando outros a crer que eles também são “indignos”, o que atacaria suas faces positivas, desconstruindo sua autoimagem de pessoas “dignas”.

3.4 A dinâmica familiar

A mulher “puta” carrega um imenso estigma social, o qual poderia “contaminar” as pessoas próximas de si, tornando-as recrimináveis também. De acordo com a proposta de Hart (2010) para a teoria da Proximização, que analisa o uso de metáforas no discurso, poderíamos relacionar a prática de exclusão de mulheres prostitutas do núcleo familiar à metáfora patológica de contaminação (KÖVECSES, 2010), o “contágio social”. O estigma poderia passar da mulher prostituta para a família numa relação metonímica parte-todo. Para a manutenção do modelo de moralidade — mas, principalmente, para a manutenção da face positiva do núcleo — a mulher é excluída radicalmente do núcleo, de maneira a não deixar dúvidas sobre a unidade moral da família.

No primeiro Caso, isso se alia à lesbofobia para causar a expulsão de Samira. No segundo, a justificativa se dá com base em argumentos sobre segurança e saúde. No terceiro Caso, Jefferson recrimina a tia e suas escolhas profissionais, acusando-a de não ser mais “digna”. Ele se afasta dela na adolescência, quando toma consciência da posição social de sua tia, e decide cortar relações, de forma a não ser “contaminado” pela sua imagem “imoral”.

4. Considerações Finais

Ao longo deste artigo, pudemos depreender uma generalização para os MCI de Família, bem como as diferentes saliências de cada um deles, a depender do participante. Vimos que aqueles que mais valorizavam a unidade moral da família eram os mesmo que decidiam excluir as mulheres profissionais do sexo de seu núcleo, devido à conjugação com discursos misóginos que representam as prostitutas como mulheres “não dignas”.

Atestamos, assim, a necessidade de se discutir, tanto em meio acadêmico, quanto no meio midiático, assuntos marginalizados como a prostituição e a violência de gênero à luz do avento feminista. Mostra-se

especialmente necessária a problematização de discursos veiculados por vozes legitimadas em meios de comunicação massivos, como a televisão, em emissoras populares, como é o caso do SBT.

Além disso, comprovamos os efeitos perlocucionários de discursos misóginos de exclusão de mulheres, que se baseiam em conceitos de moralidade unilaterais e absolutizados. Também asseveramos a necessidade de desconstrução de tais discursos, para a proteção de mulheres em situações de vulnerabilidade.

Referências bibliográficas

- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: Some Universals in Language Usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAP, Piotr. **Proximization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing/John Benjamins North America, 2013.
- CARNEIRO, Anna Barbara de Freitas. É possível ser prostituta e ser feliz? **Reverso**, Belo Horizonte, v. 36, n. 67, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2015..
- CIENKI, Alan. Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains. In: GEERAETS, Dirk.; CUYCKENS, Hubert. (org.) **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007, p. 170-187.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.
- GABRIELLI, Cassiana Panissa. 2007. Análise Crítica do Discurso e teoria feminista – diálogos frutíferos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 3, 2007, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus, UESC, 2007, p.1-7. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CASSIANA%20PANISSA%20GABRIELLI.pdf>>. Acesso em: 16 set 2015.
- HALLIDAY, Michael **An Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. Revisado por Christian Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.
- HART, Christopher. **Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives**. London: Bloomsbury, 2014.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KÖVECSES, Zoltan. **Metaphor: A Practical Introduction**. 2ª ed. New York: Oxford University Press. 2010.
- LAKOFF, George. **Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- MARTIN, James; WHITE, Peter. **The Language of Evaluation**. Appraisal in English. New York. PALGRAVE MACMILLAN, 2005.
- MODESTO, Artaxerxes. T. T. **Processos interacionais na internet: Análise da Conversação Digital**. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PRETI, Dino. (Org.). **Análise de Textos Oraís**. 7ª Ed. São Paulo: Humanitas, 2010.
- RODRIGUES, Marlene T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katálysis**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009.

SOUSA, Fabiana R. de. Entre o medo e a ousadia: educando-se na prática da prostituição. **Revista Ártemis**, vol. 18, n. 1, p. 61-68, jul./dez. 2014.

SPERANDIO, Natália Elvira. **O Modelo Cognitivo Idealizado no Processamento Metafórico**. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. 2010.

TALMY, Leonard. Force Dynamics in Language and Cognition. **Towards a Cognitive Semantics: concept structuring systems**. V. 1. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 409-470.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres na sociedade Ocidental. **Revista Ártemis**, v.3, s/p, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2209/194>>. Acesso em: 08 set. 2015.

VOLPE, Maíra Mühringer. **O Divã no Palco: Discurso Terapêutico, Indústria Cultural e a Produção de Bens Culturais com Pessoas Comuns**. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.